FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.931 SEXTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2022 R$ 5,00

Putin ataca Ucrânia e deflagra maior ação na Europa após Segunda Guerra

★ Russo bombardeia vizinho e avança no território ★ Kiev pede ajuda a potências ocidentais ★ Otan vê 'ato brutal'

A Europa mergulhou ontem em sua mais grave crise militar desde o fim da Segunda Guerra Mundial com o bombardeio de posições das forças da Ucrânia pela Rússia, relata o enviado a Moscou **Igor Gielow**. As tropas de Vladimir Putin também lançaram uma invasão por terra, deflagrando a guerra com o país vizinho.

As tensões chegaram ao ápice após quatro meses de tentativas frustradas de negociação com o Ocidente. Kiev conta com a promessa de suporte da Otan (aliança militar liderada pelos EUA) e o respaldo de potências que se uniram para redobrar as sanções contra Moscou. Uma reação militar conjunta escalaria o conflito.

Putin diz agir em apoio aos separatistas etnicamente russos no leste ucraniano, mas Kiev acusa "invasão total" e pede ajuda. A Defesa ucraniana afirma ter matado 50 militares russos, o que o Kremlin não confirma, e perdido 137 soldados. O saldo real de mortos era, até esta madrugada, desconhecido. Mundo A11 a A16

Ao lado de um cadáver e de um carro cravejado pela artilharia em Chuguiv, cidade no leste da Ucrânia bombardeada pela Rússia, homem fala ao telefone Aris Messinis / AFP

Itamaraty pede fim de hostilidade, mas não critica invasão

A diplomacia brasileira pediu o fim das hostilidades sem criticar a invasão da Ucrânia por Vladimir Putin, aliado de Jair Bolsonaro. Nota do Itamaraty repudia o conflito, mas não cita o líder russo, tampouco mencionado no discurso do embaixador na ONU. Mundo A15

Brasileiros ouvem explosão e buscam se abrigar ou fugir

Brasileiros na Ucrânia relataram à **Folha** que acordaram ontem com barulhos de explosão e sirenes de alarmes de bombardeio. Alguns foram orientados a ir para abrigos antibomba, e outros buscam sair pela fronteira oeste. O governo brasileiro disse que o foco é tirá-los do país. Mundo A16

Rússia lança invasão da Ucrânia

Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano
Sob domínio dos separatistas russos étnicos e agora reconhecidas por Moscou
Explosões observadas
Incursões militares russas relatadas

BELARUS
RÚSSIA
POLÔNIA
Kiev
UCRÂNIA
MOLDOVA
ROMÊNIA
Crimeia
100 km

Biden anuncia mais sanções, e China evita condenar ação militar

O presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou novas sanções contra a Rússia. Haverá restrições a transações do Kremlin em moedas estrangeiras e medidas contra os maiores bancos do país. Biden chamou Vladimir Putin de agressor, mas deixou claro que tropas americanas não vão para a Ucrânia.

Segundo agências, os EUA enviarão 7.000 militares para reforçar a segurança apenas de membros da Otan.

Aliada de Putin, a China evitou condenar a invasão. Pediu cautela a "todas as partes", sem citar a Rússia. Os países firmaram recente parceria estratégica, mas não militar. Mundo A13 e A14

ANÁLISE *Vinicius Torres Freire*

EUA deixam de punir energia russa

Joe Biden anunciou sanções "sem precedentes" contra a Rússia, mas poupou negócios relativos a energia. Evita, assim, que o petróleo e o gás russos parem de fluir, o que elevaria ainda mais o preço dos combustíveis. Mercado A26

Kremlin testa tática inédita e movimento bélico arriscado A12

Conflito deve agravar inflação e queda da atividade no Brasil

Mesmo que guerra dure pouco, analistas veem efeitos como pressão adicional sobre preços de alimentos e combustíveis e adiamento nas decisões de investimento pelas empresas. Dólar subiu 2%, e Bolsas caíram pelo mundo. A17

EDITORIAIS A2

A agressão russa

A diplomacia mais responsável e pragmática pauta-se pela não ingerência em questões de outros países.

São de resto pilares da Carta brasileira, o que deveria levar o Itamaraty a condenar a invasão russa.

ISSN 1414-5723
9 771414 572063 33931

Bolsonaro quer 'onda 22' com PL e irrita Republicanos

Política A4

Câmara aprova, e projeto que legaliza cassino vai a Senado

Mercado A40

É cedo para tratar Covid por endemia, dizem especialistas

Saúde B1

Guia C9

Sem desfiles agora, escolas de samba fazem festas e ensaios

EDITORIAIS A2

Temeridade litorânea

Sobre PEC que transfere posse de áreas à beira-mar.

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Claudio Mor

SENHOR, PUTIN NA LINHA COBRANDO AQUELA SOLIDARIEDADE... SENHOR?

MOR

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A agressão russa

Violação de território soberano da Ucrânia merece o repúdio da comunidade internacional e do Brasil

Consumou-se a hipótese mais temida na escalada militar de Vladimir Putin contra a Ucrânia. O autocrata de Moscou procedeu à invasão do país vizinho, o que configura violação do território de uma nação soberana e deveria ser condenado pela comunidade internacional.

Ainda não estão claros a extensão da intrusão das tropas russas nem o seu objetivo militar. Ao que parece, os invasores pretendem sufocar a região da capital, Kiev, e isolar e enfraquecer as forças legalistas que combatem separatistas pró-Moscou no leste da Ucrânia.

Os pretextos para a guerra alegados por Putin, como o de proteger russos étnicos no oriente ucraniano de um suposto genocídio e o de "desnazificar" a região, não passam de uma farsa para ocultar as intenções tirânicas do líder russo.

Embora em nada justifique a aventura armamentista do Kremlin, falhou mais uma vez a estratégia das potências ocidentais para lidar com o expansionismo russo.

Algo semelhante, em menor escala, já havia ocorrido em 2008, quando o mesmo Vladimir Putin tomou de assalto rapidamente a Geórgia, que, como a Ucrânia agora, se aproximava da Otan, a aliança militar ocidental. A Rússia repetiria a dose de ousadia arrancando dos ucranianos a Crimeia em 2014.

As sanções econômicas e financeiras tornaram-se na prática o único instrumento para impor punições à Rússia. O alcance desse tipo de medidas, contudo, está limitado por alguns fatores.

Se prejudicar a principal fonte de recursos externos para a elite dirigente russa —as exportações de gás e petróleo—, o castigo irá inevitavelmente comprometer o abastecimento energético da Europa ocidental, em especial o da Alemanha, com repercussões negativas para toda a economia global.

Além disso, a ditadura chinesa, que reforçou seus laços diplomáticos com Moscou durante a crise na Ucrânia, poderá atuar para amenizar o efeito das sanções, abrindo mais portas do seu gigantesco mercado aos negócios com a Rússia.

Nesse jogo de xadrez, enquanto move suas peças sempre depois do líder russo, a aliança ocidental deveria repensar a sua linha de interação com o Kremlin. Incentivar nações fronteiriças a aderirem à Otan não tem se mostrado opção eficaz para estabilizar a região.

A despeito disso, não se pode deixar de condenar a solução de controvérsias pelo recurso às tropas, como tem sido a opção de Putin. A diplomacia mais responsável e pragmática que já foi inventada pauta-se pelos princípios do respeito à autodeterminação dos povos e da não ingerência em questões internas de outras nações.

São de resto pilares da Carta brasileira, o que deveria levar o Itamaraty a condenar a invasão russa.

Temeridade litorânea

PEC que muda no atacado a titularidade de áreas à beira-mar precisa ser reavaliada no Senado

Em mais uma votação açodada, a Câmara dos Deputados aprovou em dois turnos, no mesmo dia, proposta de emenda à Constituição que repassa a estados e municípios a propriedade de áreas costeiras hoje pertencentes à União.

A PEC estipula a transferência sem ônus de terrenos ocupados por serviços públicos dos governos regionais. Apenas locais não ocupados e os de unidades ambientais e outros serviços, como concessões portuárias e conservação de patrimônio histórico, permanecerão sob controle federal.

O texto também prevê benefícios que podem se mostrar excessivos e impróprios para o setor privado —nesse caso o repasse é oneroso, e caberá a Brasília tomar as medidas necessárias para o pagamento em até dois anos. Fica proibida, por fim, a cobrança de foros e do laudêmio dos ocupantes.

Os terrenos de marinha remontam ao século 19. Hoje vigora a faixa de 33 metros a partir da linha média das marés altas, distância vulnerável a ataques por mar com a tecnologia disponível antigamente. Os ocupantes pagam taxas à União para o uso pleno do imóvel, sem a propriedade efetiva.

O foro (0,6%) é pago anualmente, e o laudêmio (5%), na transferência do domínio. É necessário, claro, rever esse instituto arcaico, que também vigora em parte de Petrópolis —lá como resultado do loteamento de terras de propriedade da família imperial, o que não é objeto da proposta recém-votada.

A PEC, porém, envolve interesses e riscos ainda não inteiramente dimensionados. Para começar, a possibilidade de que ocupantes sem a documentação formalizada sejam beneficiados favorece a grilagem.

Além disso, não se entende como será viabilizado o prazo de dois anos para o pagamento, o que pode resultar em insegurança jurídica e perdas financeiras. Também é sabido que estados e municípios são mais porosos à especulação imobiliária. É evidente, por fim, que pode haver danos na área ambiental.

A prática de tratar a Constituição como rascunho que pode ser emendado às pressas é temerária. Sob o comando de Arthur Lira (PP-AL) e ante a fragilidade do governo Jair Bolsonaro, a Câmara tem demonstrado uma hiperatividade legiferante que não raro produz peças de má qualidade, como se viu na reforma do Imposto de Renda.

Até aqui, o Senado tem se mostrado mais cuidadoso e revisto ou derrubado iniciativas aventureiras. Que seja assim também neste caso.

Invasão é ilegal, imoral e burra

Hélio Schwartsman

Ilegal, imoral e burra. É assim que eu classificaria a decisão de Vladimir Putin de invadir a Ucrânia. O autocrata russo até que vinha se saindo bem em sua queda de braço com o Ocidente. Estava conseguindo explorar com relativo sucesso as divisões entre europeus e americanos e, se insistisse, poderia alcançar alguns de seus objetivos sem disparar um único tiro. Mas, ao promover um conflito de larga escala, Putin se expõe à tirania das incertezas.

Com efeito, até aqui o jogo era essencialmente definido pelas escolhas do próprio Putin e de meia dúzia de líderes mundiais. Com a guerra, qualquer comandante de pelotão pode deflagrar escaladas sem volta. Quatro países da Otan têm fronteira com a Ucrânia. Uma escaramuça mal resolvida num deles pode, ao menos no papel, arrastar a aliança militar ocidental para um embate direto com tropas russas. Ciberataques, que agora fazem parte do arsenal de armas das potências, são uma novidade com a qual o mundo ainda não aprendeu a lidar, o que constitui mais uma preocupante fonte de instabilidades.

Mesmo fora do reino dos imponderáveis, o prejuízo russo é certo. Ainda não vimos a fatura total das sanções econômicas que recairão sobre Moscou, mas elas agora serão mais gravosas e aplicadas de forma mais resoluta. Os russos dependem mais das compras de seus clientes ocidentais do que o contrário, em especial se os europeus se conformarem em pagar mais caro pela conta de energia.

A guerra de agressão promovida por Putin também tem repercussões geopolíticas. Ainda não sabemos bem se ele planeja ocupar a Ucrânia —e não é trivial controlar um país com 44 milhões de habitantes—, mas o simples fato de tê-la invadido já muda o jogo substancialmente. A Rússia, que não parecia ter uma agenda claramente expansionista, agora tem. E isso dá à Otan, que era uma instituição em crise de identidade, uma boa razão para existir e até se expandir.

helio@uol.com.br

Mediocridade internacional

Bruno Boghossian

Quando a invasão da Ucrânia era uma ameaça que deixava o mundo sob tensão, Jair Bolsonaro falou demais. Foi a Moscou para prestar solidariedade aos russos que intimidavam o país vizinho e espalhou a falsa impressão de que o governo local não estava interessado numa guerra. "A leitura que eu tenho do presidente Putin é que ele é uma pessoa que também busca a paz", declarou.

Uma semana depois, tropas enviadas pelo Kremlin atravessaram a fronteira ucraniana, e Bolsonaro preferiu se encolher. Na manhã em que a guerra começou, o presidente ignorou o assunto: conversou com apoiadores sobre o jogo do Palmeiras, voou para mais um evento de campanha antecipada e manteve a diplomacia brasileira num vergonhoso estado de hesitação.

O presidente se viu numa posição difícil. Após viajar 11 mil km para cumprimentar um autocrata que dava todos os sinais de que iniciaria uma guerra, a única saída para o presidente seria admitir que cometeu um erro básico —ou reconhecer que foi enganado, por não ter a menor ideia do que acontece pelo mundo.

O desarranjo diplomático produzido por Bolsonaro em seu mandato fez com que um país que ocupa uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU levasse mais de dez horas para reagir oficialmente à invasão. Seguindo as frouxas diretrizes do governo para a política externa, o Itamaraty pediu o fim "das hostilidades" e cobrou negociações, mas se recusou a condenar o ataque russo.

Durante o dia, Bolsonaro escolheu dedicar seu tempo a uma motociata, um evento eleitoreiro e algumas palavras vazias. Depois de muito silêncio, ele desautorizou críticas à invasão e soltou um eloquente "a guerra não interessa para ninguém".

O episódio expõe mais uma vez a rara combinação de incompetência e mediocridade de Bolsonaro na arena internacional. Ainda que os posicionamentos do presidente nesse setor tenham assumido uma dimensão de total insignificância, suas decisões ainda são capazes de aprofundar a degradação do país.

Se houver abril

Ruy Castro

Sexta de Carnaval. Em condições normais, era para a Viradouro, brava escola de samba de Niterói, estar afinando os couros para entrar na avenida na madrugada da próxima terça com seu enredo sobre o Carnaval de 1919 —o maior da história até então, por ter se sucedido à gripe espanhola. Era uma ideia de 2020, quando se pensava que, com a Covid dominada, o Carnaval de 2021 equivaleria à explosão de 1919. Mas a pandemia vetou o Carnaval de 21 e a Viradouro transferiu seu enredo para 22. E, quando tudo indicava que, em 22, a vida voltaria ao normal e as escolas ao asfalto, a variante ômicron adiou tudo de novo, ainda que para abril. Se houver abril.

Neste momento, mesmo com as escolas nos barracões e os blocos proibidos, é quase inevitável que, nos próximos dias, haja Carnaval. Grupos clandestinos, convocados pelas redes sociais, sairão às 5 da manhã e tomarão ruas e bairros antes da chegada da polícia. A alegação será a de que as festas fechadas estão permitidas sob o pretexto de que, nelas, é mais fácil controlar os protocolos sanitários. Mas, dirão, e daí para protocolos se o Carnaval é o antiprotocolo?

Duas guerras mundiais, a bomba de Hiroshima, os pavores da Guerra Fria e a asfixia de duas ditaduras (1937-45 e 1964-85), nada jamais foi capaz de abalar o Carnaval. Mas 2022 parece diferente. Continuam a morrer cerca de mil pessoas por dia pela Covid. A tragédia de Petrópolis não para de nos entrar pelos olhos, com suas histórias tristíssimas de perdas e dores. E, como se não bastasse, o bufão internacional Vladimir Putin quer promover um Carnaval só para ele, indiferente à vontade do seu próprio povo, para não falar dos outros que ele chamou para a briga.

Em outros tempos, a crise provocada por Putin seria tema de fantasias e marchinhas geniais. Mas não há mais clima para isso.

O Carnaval, assim como as guerras, ficou sério demais para ser deixado na mão dos foliões.

Aniversário a celebrar

Claudia Costin

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Escreve às sextas

No dia em que escrevo a coluna desta semana, o Instituto Butantan faz aniversário. Fundado em 23 de fevereiro de 1901, surgiu do esforço em combater um surto de peste bubônica em Santos, no final do século 19, o que levou o governo a comprar uma fazenda (de nome Butantan) para ali instalar um laboratório de produção de soro. Lá viria a florescer o centro, batizado inicialmente de Instituto Serumtherápico, sendo seu primeiro diretor o médico sanitarista Vital Brazil.

Se hoje relembro essa efeméride é tanto pelo importante papel que o Butantan tem no enfrentamento da crise da Covid-19, junto com a Fiocruz, como por lembranças que carrego da minha infância, quando minha mãe nos levava frequentemente para ver "as cobras do Butantan". Percorríamos, meus irmãos e eu, o museu e o serpentário em estado de êxtase, especialmente quando tínhamos a sorte de ver algum funcionário jogando ratos vivos para os répteis. Sim, talvez fôssemos um pouco sádicos, mas era um espetáculo que nos agradava e repugnava ao mesmo tempo.

Criança, eu ainda não sabia do importante papel que o instituto tinha e teria no futuro na produção de imunizantes, na pesquisa, na saúde pública e na educação brasileira, inclusive com a organização da Olimpíada Brasileira de Biologia. Para mim era como visitar animais que não ganhavam destaque em zoológicos, como aranhas, escorpiões, jacarés e, naturalmente, as serpentes.

Filha de imigrantes, cada vez que recebíamos visitas de fora do país, o que não era infrequente, aquele era o lugar em que levávamos os turistas ocasionais, mesmo que viessem sem crianças. E todos pareciam impressionados!

Fiquei perplexa, mais tarde, quando um incêndio, em 2010, atingiu o Prédio das Coleções, destruindo mais de 70 mil espécimes de serpentes e inúmeras outras de escorpiões e aranhas, fundamentais para as pesquisas ali realizadas. Acompanhei com atenção a reconstrução e, alguns anos depois, as pesquisas para uma vacina contra o zika vírus.

Hoje, ao pensar nos cientistas que ali trabalham, no clima de tensão frente ao sentido de urgência que se coloca no cenário pandêmico, sinto um desejo forte de abraçar a todos pelo enorme esforço em inicialmente preparar as vacinas, produzir testes, adaptar uma fábrica para a produção em escala.

Mas devo também pedir desculpas a eles e a seus colegas da Fiocruz —entidade que entregou nesta semana o primeiro lote de vacinas com fabricação 100% nacional— por conta de uma parcela da população que se especializou em negacionismo científico e em tentar inviabilizar ou pôr a perder o seu admirável trabalho. Desculpem, "eles não sabem o que fazem...".

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Cotas no ensino superior: uma política bem-sucedida

Tendência é que se tornem desnecessárias, mas num futuro ainda distante

Luiz Augusto Campos e Márcia Lima
Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj e coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa)
Professora do Departamento de Sociologia da USP e coordenadora do Afro-Cebrap (Núcleo de Pesquisa sobre Raça, Gênero e Justiça Racial - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

Para um país que historicamente se pensava como uma democracia racial e, portanto, sem a necessidade de enfrentar o racismo e suas consequências, a criação de cotas no ensino superior já foi em si um marco histórico.

Mas, 20 anos após a primeira experiência com cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e uma década depois da aprovação da lei federal de cotas, resta questionar: essas políticas foram bem-sucedidas? Apesar das dificuldades em obter dados integrados sobre o ensino superior e de alguns problemas localizados na lei, as informações até agora coletadas nos permitem responder afirmativamente à pergunta.

Essa é a conclusão, até agora, do Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas, uma iniciativa coordenada pelos grupos Afro-Cebrap e Gemaa-Uerj, que congrega especialistas de universidades como UFBA, UnB, UFRJ, UFMG, UFSC, Uerj e Unicamp. Pesquisadores como Adriano Senkevics e Úrsula Mello vêm mostrando que a lei foi o principal indutor da diversificação racial e econômica do ensino superior federal. Entre 2012 e 2016, o percentual de ingressantes oriundo de escolas públicas nas instituições federais pulou de 55% para 64%. O grupo mais beneficiado pela política foram os pretos, pardos e indígenas da rede pública, que hoje são mais de 50% dos matriculados.

Diversas pesquisas mostram que o desempenho acadêmico de cotistas é muito similar ao de não cotistas. Aliás, a maioria das pesquisas empíricas sobre as cotas consideram que a política atingiu seus fins. Um levantamento de mais de 900 artigos científicos em curso no consórcio mostra que 71% deles consideram a política bem-sucedida, contra 18% que destacam problemas localizados e apenas 11% que a consideram malsucedida.

Todo esse sucesso reflete o bom desenho institucional da Lei de Cotas, fruto de diversos experimentos com ações afirmativas feitos autonomamente por instituições de ensino superior antes que o regramento federal fosse aprovado. Durante uma década, essas instituições testaram diferentes modelos, de políticas de bônus no vestibular a cotas exclusivamente baseadas em critérios de classe. Depois de anos utilizando uma política de bônus, a Unicamp concluiu que a diversificação racial e socioeconômica da universidade atingia só os cursos de menor prestígio, o que justificou a transição para um sistema de cotas. Embora muitos desses experimentos tenham tido sucessos pontuais, as cotas combinando critérios socioeconômicos e raciais se revelaram de longe a modalidade mais efetiva de inclusão.

[...]

> A interpretação jurídica correta é que a Lei de Cotas deve permanecer até que uma revisão mostre que seus fins foram plenamente alcançados. Nesse sentido, ela não exige uma revisão para a sua continuidade, mas o oposto: é preciso que os estudos sobre seu desempenho mostrem sua ineficácia para que ela seja cancelada ou reformada

Diante de todos esses sucessos, alguns podem contra-argumentar que a política de cotas já cumpriu o seu papel e que é chegada a hora de interrompê-la. No entanto, os números apresentados aqui certamente mudariam caso as cotas fossem suspensas.

Enquanto medida emergencial e provisória, as cotas tendem naturalmente a ser abandonadas caso sua eficácia seja atingida. Isso porque os potenciais beneficiários da política podem obter notas suficientes para entrarem sem as cotas, o que a rigor já acontece em alguns casos. Um estudo publicado pelo Gemaa em 2014 mostrou que em 11% do Sistema de Seleção Unificada do MEC, a nota de corte dos cotistas foi maior que a nota dos candidatos de ampla concorrência. A tendência natural, se as cotas atingirem seus fins, é que esse percentual cresça, tornando a própria política desnecessária.

Mas esse futuro ainda é distante. Está previsto no artigo 7º da lei uma revisão que não tem nenhuma relação com a sua vigência. Ou seja, a Lei de Cotas não expira em 2022, como tem sido propalado. Como argumentam Bruna Santos e Juliana Santos, advogadas da Rede Liberdade, a interpretação jurídica correta é que a Lei de Cotas deve permanecer até que uma revisão mostre que seus fins foram plenamente alcançados. Nesse sentido, ela não exige uma revisão para a sua continuidade, mas o oposto: é preciso que os estudos sobre seu desempenho mostrem sua ineficácia para que ela seja cancelada ou reformada.

Indignação esperançada

Censo da população de rua em SP é retrato de história que precisa mudar

Carlos Bezerra Jr.
Médico, é secretário municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social de São Paulo

Às vezes me pego pensando sobre o que diria dom Pedro Casaldáliga —autor da frase "A esperança só se justifica naqueles que caminham"— sobre o Brasil de hoje. Casaldáliga pregava de forma comovente sobre a vida do "peão" brasileiro alijado de direitos básicos e condenado a viver de farelos da riqueza que ajuda a produzir.

O Censo da População em Situação de Rua 2021 da cidade de São Paulo, que divulgamos recentemente, é retrato de uma história que precisa mudar. Com aumento de 31% em relação a 2019, saltamos para 31.884 pessoas em situação de rua.

Muito se discutiu sobre os números. Eu prefiro debater sobre o que eles de fato revelam: a condição da vida de pessoas. Até porque São Paulo tem história. É pioneira no Censo Pop Rua e já realizou seis desde 2000. Merece um voto de confiança.

Sabemos ser este um problema multifacetado, que abrange mazelas reforçadas durante a pandemia, como desemprego, desestruturação familiar, despejo e uso abusivo de álcool e drogas. Um dos dados mais assustadores do censo é o aumento de 111% do número de famílias nas ruas paulistanas.

A escassez de informações sobre essa população não permite que tenhamos dados comparativos sobre insegurança alimentar. Mas, dada a urgência da fome, sobretudo em período de crise sanitária, a prefeitura ofereceu cerca de 8 milhões de refeições por mês no ano passado, ou 260 mil por dia.

A grande questão que se impõe é: se a porta de entrada que leva as pessoas às ruas é muito mais larga que a de saída, como inverter as posições? Assim como ingressar nessa condição é um processo longo, sair também é. E aqui cabe bem a síntese feita pelo jornalista norte-americano Henry Louis Mencken: "Para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, fácil e completamente errada".

O perfil da população em situação de rua nos levou a repensar todo o modelo de abordagem social e as opções de acolhida. Em um esforço intersecretarial liderado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), estamos reestruturando e ampliando os serviços socioassistenciais. É uma iniciativa amparada por anos de debate entre agentes públicos e movimentos sociais sobre o tema.

[...]

> É preciso implodir qualquer ideia de criar novos espaços que parecem verdadeiros ginásios, com pessoas aglomeradas sem atendimento individualizado. Centros de acolhida menores, com atendimentos distintos e abordagem humanizada precisam ser um caminho sem volta

Entre todas as opções que vamos oferecer, desde novos modelos de acolhida à moradia definitiva, serão 10 mil novas vagas. Uma das iniciativas é a ampliação do atendimento a pessoas em situação de rua em hotéis, com mais de mil novas vagas neste mês de fevereiro.

São Paulo adotará o conceito do "housing first", ou "moradia primeiro", que vira a chave do atendimento. Hoje o morador em situação de rua precisa percorrer um longo caminho, iniciado nos albergues, passando por programas de saúde e de empregabilidade, até que chegue à inscrição em um projeto habitacional. O programa de moradias provisórias tentará acelerar a reconquista da dignidade sob o lastro e a segurança de um teto, atendendo 1.600 pessoas na primeira fase.

É preciso implodir qualquer ideia de criar novos espaços que parecem verdadeiros ginásios, com pessoas aglomeradas sem atendimento individualizado. Centros de acolhida menores, com atendimentos distintos e abordagem humanizada precisam ser um caminho sem volta.

Em um contexto de negacionismos e lacrações, eu escolho o ponto de vista do bispo Casaldáliga: "A indignação deve ser uma indignação esperançada, caso contrário estaremos vomitando bile por toda parte e não teremos nada de anúncio".

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Soldados ucranianos ao lado de tanque que dizem ser russo nas proximidades de Kharkiv Maksim Levin/Reuters

Guerra

"Putin inicia guerra contra a Ucrânia; Kiev e Otan falam em invasão total" (Mundo, 24/2). Sou contra a guerra, mas Putin está certo. Ter mísseis nucleares na fronteira apontados para Moscou não é uma opção.
Valdeci Gomes (Guarabira, PB)

*

Para invadir o Iraque e derrubar Saddam a caterva da Otan foi de uma coragem ímpar. Por que não arriscam um palito e encaram Putin?
Severo Duarte (São Paulo, SP)

*

A Ucrânia tenta posar de vítima. Desde o golpe de Estado que levou nazifascistas ao governo, a Ucrânia vem provocando a Rússia e ameaçando instalar mísseis da Otan direcionados a Moscou. A Ucrânia se tornou mais um dos tantos fantoches manipulados pelos EUA, este, sim, país falso e mentiroso, relacionado a todos os bombardeios, golpes e invasões desde a 2ª Guerra Mundial. A Rússia está se defendendo. A melhor defesa é o ataque, principalmente contra nazifascistas apoiados pelos EUA.
Branka Calabrese (São Paulo, SP)

*

Putin faz um discurso ameaçando o mundo todo, tipo "vai ser do meu jeito e fiquem quietinhos, porque senão toco fogo no mundo". E o mundo em resposta diz apenas "as nossas sanções econômicas serão duras"?
Flávio Lima (Araguari, MG)

*

Lula, Moro, Ciro e Doria condenam a invasão russa na Ucrânia. O próprio Hamilton Mourão, vice-presidente da República, também, assim como líderes mundiais. Bolsonaro silencia. Sorte nossa! O que poderia sair da boca do nosso presidente numa hora dessas?
Gésner Batista (Rio Claro, SP)

*

Bolsonaro, recém-chegado da Rússia, surge com uma gravata com estampas de fuzil Kalashnikov AK-47 na véspera da invasão russa na Ucrânia. Que falta de sensatez é essa? Que recado é esse? A diplomacia brasileira sempre foi pautada pelo bom senso e pelo equilíbrio. Bolsonaro prova que nem sempre gravata é símbolo de elegância. Em tempo: os fuzis AK (de fabricação russa) são os preferidos de milicianos e traficantes.
José Roberto Machado (São Paulo, SP)

*

Diz a célebre frase: "Na guerra, a primeira vítima é a verdade". A justificativa de Vladimir Putin para iniciar a guerra, afirmando que a Rússia não poderia "tolerar ameaças da Ucrânia", é praticamente idêntica à usada por Hitler para invadir a Polônia, em 1939, dando início à Segunda Guerra Mundial. Se pode haver algo de positivo nisso, espero eu que seja um isolamento total da Rússia e a consequente queda daquele assassino arrogante.
Luciano Nogueira Marmontel (Pouso Alegre, MG)

*

Mais uma vez os líderes mundiais se ajoelham ao poder militar do Kremlin. Falaram, gritaram e esbravejaram, mas não pegaram em armas para ajudar um país soberano a se defender dos ataques russos.
Ricardo Pinto (Uruguaiana, RS)

Fale, Bolsonaro!

"Bolsonaro tenta usar liderança de Lula nas pesquisas a seu favor" (Bruno Boghossian, 23/2). Insisto que o que temos de fazer é dar mais e mais corda a Bolsonaro. Oferecer mais e mais oportunidades de ele falar; e falar de improviso, e sempre, e mais e mais. É incrível, mas só é preciso ouvir.
Jove Bernardes (Belo Horizonte, MG)

*

Análise ótima. O despresidente está desesperado e está usando as mesmas armas mentirosas contra Lula. O pior é que muitos dessa classe de banqueiros e empresários continuam apoiando.
Maria Beatriz Telles Marques da Silva (São Paulo, SP)

*

Se o "comunista" tinha Antonio Palocci na Fazenda e Henrique Meirelles no BC, deus me livre dos social-democratas!
Hernandez Piras Batista (São Paulo, SP)

Flávio

"Não, meu caro Flávio, quem soltou Lula foi Jair Bolsonaro" (Styvenson Valentim, Tendências / Debates, 23/2). Senador, acho que Sua Excelência não entende de leis. O Supremo acatou a decisão da segunda instância e prendeu Lula. Mas o mesmo Supremo, percebendo o erro, soltou o ex-presidente e anulou tudo que o ex-juiz fez, devido à sua parcialidade e por ter forjado provas. Então a lei imperou, correto?
João C. Souza (Santa Rita do Passa Quatro, SP)

*

Não, meus caros, o responsável pela soltura do Lula foi o hacker de Araraquara, que mostrou o conluio e as ilegalidades da Operação Lava Jato. O resto é mi-mi-mi.
Joacir Mariano Leandro (Hortolândia, SP)

Petrobras

"Petrobras tem lucro recorde de R$ 106 bi e anuncia mais R$ 37 bi em dividendos" (Mercado, 24/2). Dividendos que não pagam um centavo de Imposto de Renda. Já um salário de R$ 1.900 paga. Estatal serve para regular e equilibrar os preços; se assim não for, que se privatize logo essa empresa.
Josué de Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

ESPORTE (23.SET.1971, PÁG. 30) O título da reportagem "Mequinho vence iugoslavo em apenas 32 lances" informou incorretamente o número de movimentos da partida. O correto é 34, como consta do texto.

ESPORTE (24.SET.1971, PÁG. 18) Na reportagem "Xadrez: jogo favorável a Mequinho foi adiado", os húngaros Jozsef Szily e Istvan Bilek foram incorretamente identificados como naturais de Hong Kong.

ESPORTE (26.SET.1971, PÁG. 31) Na reportagem "Mequinho adia outra partida", Mequinho foi qualificado como grande mestre, mas ele era mestre internacional à época.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Cortina de ferro

A invasão russa deve se tornar mais um fator de desgaste para Jair Bolsonaro (PL) junto à sua base conservadora, que sempre usou a revolução ucraniana de 2014, que derrubou um presidente pró-Moscou, como inspiração –vem daí o neologismo "ucranizar o Brasil". Seguidores do guru Olavo de Carvalho, morto em janeiro, foram especialmente vocais em cobrar a condenação à ação promovida por Vladimir Putin, caso do ex-chanceler Ernesto Araújo, em entrevista ao jornal O Globo.

CRACHÁ "Resta-nos rezar pelo povo ucraniano e esperar que o governo Bolsonaro condene enfaticamente a invasão russa, liderada pelo ex-agente da KGB Vladimir Putin. Aliás, não existe ex-agente da KGB", disse o jornal Brasil Sem Medo, porta-voz do olavismo.

GUERRA FRIA 1 Do outro lado da trincheira ideológica, a esquerda amenizou a crítica à Rússia, dando ênfase ao papel da Otan. "A grande parcela da culpa, da responsabilidade, é dos EUA e da expansão da Otan", disse o ex-chanceler Celso Amorim, ligado ao PT.

GUERRA FRIA 2 Houve ainda críticas aos EUA. "Você também é culpado por essa situação", escreveu o presidente do PSOL, Juliano Medeiros, em referência ao presidente Joe Biden. Já Ana Prestes (PC do B) afirmou que "existe um ator que foi fundamental para minar qualquer possibilidade de acordo diplomático: EUA".

NOBEL Ministro do Turismo, Gilson Machado diz que Vladimir Putin não ouviu Jair Bolsonaro (PL). "Que ele levou uma mensagem de paz, ele levou. Mas depende do Putin se vai ouvir ou não", afirmou o ministro, que na semana passada disse que o presidente ajudou a evitar a guerra.

EXPIROU A ofensiva contra a Ucrânia vai na contramão de nota assinada por Bolsonaro e Putin após encontro na Rússia na quarta (16), na qual defenderam a solução de conflitos "por meios pacíficos" e o respeito à Carta das Nações Unidas.

VITAMINA Lideranças da bancada ruralista relatam temor de que o conflito impacte a importação de fertilizantes da Rússia, principal fornecedora do Brasil. A preocupação incide especialmente sobre o cloreto de potássio. Em 2021, o país gastou mais de US$ 1,3 bilhão na compra do produto.

CARO "É o principal insumo para a nossa produção, que já está em falta. Estava em US$ 320 e hoje já passou de US$ 850 a tonelada. Vai ter impacto direto no custo de produção", afirma Neri Geller (PP-MT), ex-ministro da Agricultura.

CASCALHO "O Brasil é dependente, assim como o mundo todo. Isso vai refletir em mais inflação", diz Sérgio Souza, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

MORDAÇA 1 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) disse que a lei brasileira de desacato de autoridade se presta a "abusos" como meio de "silenciar ideias e opiniões". Segundo a entidade, a regra viola a liberdade de expressão por carregar ameaça de punição contra quem se manifestar em desfavor de funcionários públicos.

MORDAÇA 2 A afirmação da Comissão foi feita no relatório de admissibilidade de um processo apresentado pela Defensoria Pública da União na defesa de Daniel Starling, preso depois de chamar um agente da Polícia Federal de "vagabundo".

MORDAÇA 3 A CIDH vai agora analisar, em decisão ainda sem data, o mérito. Caso confirme o entendimento, pode recomendar que o descacato seja excluído da lei brasileira.

VOO... A demanda de passageiros por voos domésticos alcançou em janeiro 91% do patamar anterior à pandemia, segundo a Anac. A oferta de assentos pelas companhias aéreas acompanhou o movimento e está em 91,4% em relação ao mesmo mês de 2019.

...DE CRUZEIRO De acordo com o secretário Nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, a expectativa é que a demanda alcance 100% do nível pré-Covid em abril. Já os voos internacionais ainda patinam. A demanda é metade da de janeiro de 2019, e a oferta está em 56%.

CINZA O senador José Serra (PSDB) diz que não concorda com a criação de um fumódromo no Palácio dos Bandeirantes pelo governador João Doria. A ação deu fim a uma política de quase 15 anos de tolerância zero em relação ao tabaco no Palácio, iniciada por Serra. "Eu não teria aberto esse precedente", diz.

SOBE O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), nomeou Gustavo Garcia Pires, aliado mais próximo de Bruno Covas (PSDB), para o cargo de presidente da SPTuris (empresa municipal de Turismo).

DESCE Durante a gestão do tucano, Pires conseguiu cargos para diversos amigos e criou um grupo de influência. Recentemente, Nunes exonerou um deles, Pedro Barbieri, ex-chefe do serviço funerário, por viajar sem autorização para Abu Dhabi para ver o Palmeiras.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

Bolsonaro prioriza PL, quer 'onda 22' e gera ameaça de ruptura do Republicanos

Líderes de siglas do chamado centrão, base de apoio do presidente, querem divisão de filiações por bancadas robustas no Congresso

Marianna Holanda, Ricardo Della Coletta e Julia Chaib

O presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), com o presidente do seu partido, Valdemar Costa Neto, ao fundo Pedro Ladeira - 28.jan.21/Folhapress

BRASÍLIA A articulação de Jair Bolsonaro (PL) e de Valdemar Costa Neto, que comanda a legenda do presidente da República, para gerar uma filiação em massa ao partido ampliou uma crise com o Republicanos e ameaça seu apoio à campanha de reeleição.

Segundo interlocutores, Bolsonaro está obcecado com a ideia de lançar candidatos com o mesmo número de urna que ele, 22 do PL, que também coincide com o ano em que busca sua recondução. Ele quer gerar uma "onda 22".

No entanto o movimento desagrada a aliados, em especial o Republicanos. Hoje só mais duas legendas, além desta, estão com o chefe do Executivo: PL e PP, essa última do ministro Ciro Nogueira e do deputado Artur Lira, presidente da Câmara.

O presidente do Republicanos, Marcos Pereira, passou a cobrar de forma mais enfática uma melhor distribuição de filiados entre os partidos da base, em especial os chamados "puxadores de voto".

À Folha, Pereira disse nesta quarta-feira (23) que o Bolsonaro atrapalha a permanência do partido na base que apoiará a sua reeleição. "O presidente Bolsonaro atrapalha o Republicanos a permanecer na base do governo com esse comportamento e atrapalha o Republicanos a crescer."

Mais ainda, a aliados o dirigente também se queixa do que seria uma investida de Bolsonaro para levar deputados do seu partido para o PL durante a janela partidária.

A preferência pela filiação ao partido de Valdemar desagrada também integrantes do PP, partido que também compõem a base e que chegou a tentar receber Bolsonaro.

O presidente havia dito que ajudaria as demais siglas que o sustentam a crescer.

"Pode ter certeza que nenhum partido será esquecido por nós. Não temos aqui a virtude de sermos o único certo, queremos, sim, compor nos estados", afirmou Bolsonaro em dezembro, quando se filiou ao PL.

Na prática, porém, líderes partidários dizem que os principais nomes do bolsonarismo estão indo para o PL.

Com alto desempenho eleitoral, esses congressistas costumam ser visados por partidos, uma vez que conseguem ajudar outros devido ao quociente eleitoral.

E a prioridade das legendas, em especial as do centrão, é sempre ampliar a bancada, principalmente da Câmara dos Deputados, o que garante maior fatia do fundo partidário nos quatro anos seguintes.

Segundo relatos, o presidente do PL também tem buscado, de forma enfática, filiar os campeões de apoio nas urnas. Há quatro anos, Hélio Lopes (PSL) foi campeão de votos no Rio de Janeiro. A expectativa é que se filie ao PL.

Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) é um dos principais cortejados pelos três partidos do centrão. Em 2018, Eduardo foi o deputado federal mais votado do país, sendo escolhido por mais de 1,8 milhão de eleitores em São Paulo.

O PP negociou a filiação do filho de Bolsonaro. Ele deve, contudo, acabar migrando para o partido do pai.

De acordo com quem acompanhou as conversas, Valdemar Costa Neto insistiu que o clã todo acompanhasse o pai no seu partido. O dirigente espera eleger ao menos 60 deputados neste ano, na onda do bolsonarismo.

Outro nome em disputa é o de Carla Zambelli (PSL-SP). Ainda que a deputada não tenha sido tão bem votada na última disputa (foram 76 mil votos), a expectativa de aliados é que neste ano ela tenha um desempenho muito superior.

Dos deputados aliados do presidente, Zambelli ainda é uma das mais próximas. Em 2018, ela disputou voto com Joice Hasselmann, hoje no PSDB. A deputada foi a segunda mais votada, com mais de 1 milhão de votos.

O desgaste do rompimento com o bolsonarismo, contudo, tende a baixar o patamar de Joice. Muitos dos seus votos podem acabar indo para a ex-colega de partido.

"Essa decisão [de filiação] está na mão do presidente. Teve pedido de alguns partidos, e o que ele julgar que seja melhor, a gente vai fazer. Sou soldada mesmo. Até o final do mês devo decidir", disse Zambelli à reportagem.

Ela tem tido conversas mais próximas com o PL e o PP, segundo relatos.

Outros bolsonaristas famosos devem acabar no PL. Uma delas é a ex-secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, conhecida como "Capitã Cloroquina". Ela se filiou ao partido de Valdemar e deve disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.

Interlocutores do presidente sabem da importância de equilibrar os aliados entre as três legendas para garantir que estejam todas satisfeitas e unidas durante a campanha.

Bolsonaro está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas e não pode arriscar perder apoios pelo caminho. Portanto, no entorno do chefe do Poder Executivo, a distribuição dos campeões de voto entre Republicanos e PP é uma grande preocupação.

No caso da distribuição do espólio do bolsonarismo nas siglas do centrão, há também um fator que pode contribuir que nem todos migrem para o PL: componente regional.

O Republicanos vai filiar o vice-presidente Hamilton Mourão, hoje no PRTB, e lançá-lo a senador pelo Rio Grande do Sul. A solenidade está marcada para 16 de março, às 18h, na sede do partido em Brasília.

"A chegada do general Hamilton Mourão representa uma honra para o Republicanos e reforça o projeto de ampliação da força política do partido nas eleições de outubro", diz o partido em nota publicada nesta quinta-feira.

Ainda que a expectativa do desempenho eleitoral do general seja alta, sua entrada no partido não é suficiente para apaziguar os ânimos da legenda aliada do Palácio do Planalto. Segundo interlocutores, sua filiação estava sendo negociada muito antes de qualquer demanda por mais puxadores de voto.

Ainda que uma ala desses partidos aliados de Bolsonaro se queixe de que o PL esteja levando todos os potenciais puxadores de voto, dirigentes do PP dizem acreditar que não necessariamente ficar sem esses parlamentares é negativo.

A avaliação é que a entrada desses deputados, em especial os que racharam o PSL, pode trazer instabilidade para o partido. Sem eles, os movimentos da legenda ficam mais coesos e as orientações partidárias são mais seguidas.

No Congresso, a coesão de uma bancada partidária é um dos principais atributos de partidos, em especial do centrão. Ela simboliza quantos votos uma legenda pode garantir em uma determinada votação, após negociar com o Legislativo e o Executivo.

Em diferentes momentos, votações importantes racharam o PSL —uma parte dos congressistas não seguia a orientação determinada pelo partido.

Esse será, na avaliação de dirigentes do centrão, um dos principais desafios de Valdemar. Hoje o PL é unido em torno do seu presidente e cumpre todos os acordos firmados por ele.

Com a nova leva de congressistas, com DNA bem diferente do partido, se não for habilidoso, o dirigente pode perder o controle das decisões da sigla. A expectativa é que ao menos 20 deputados migrem para o partido já na janela partidária.

+ TAMANHO DOS PARTIDOS DA BASE DE BOLSONARO

FUNDO ELEITORAL
PL
R$ 286,8 milhões
PP
R$ 343 milhões
Republicanos
R$ 245,3 milhões

FUNDO PARTIDÁRIO
PL
R$ 57,7 milhões
PP
R$ 60,5 milhões
Republicanos
R$ 55,3 milhões

DEPUTADOS FEDERAIS
PL 43
PP 42
Republicanos 31

SENADORES
PL 6
PP 7
Republicanos 1

GOVERNADORES
PL 1
PP 2
Republicanos 0

Gravata de fuzis e vanguarda do atraso

Lula está mais adequado à economia globalizada do que o capitão golpista

Reinaldo Azevedo

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Assisti à performance de Jair Bolsonaro na quarta, em seminário promovido pelo banco BTG Pactual. Não perdi meu tempo. Sua figura patética e furiosa me forçou a procurar além do óbvio. Ainda voltarei a esse ponto em particular. Antes, uma advertência cheia de evidências eloquentes.

Perigos espreitam as eleições de outubro. Não acredito em golpe, difícil de desfechar e impossível de sustentar. Mas esse não é o único mal que pode nos acometer. Bolsonaro não tem receio, por exemplo, de insuflar a desordem, como se viu no Sete de Setembro.

Sua intervenção remota no seminário evidenciou que não pretende admitir uma eventual derrota. À frente da Bandeira Nacional e do Brasão da República, ladeado por Ciro Nogueira e Paulo Guedes, exibia uma gravata azul, decorada com fuzis.

Usou pela primeira vez tal adereço no dia 28 de maio de 2020. Falava a jornalistas, expressando, então, seu inconformismo com o inquérito que apura "fake news" contra o STF. No dia anterior, o ministro Alexandre de Moraes havia autorizado mandados de busca e apreensão contra aliados seus.

Afirmou: "Mais um dia triste na nossa história. Mas o povo tenha certeza: foi o último dia triste. (...) Chega! Chegamos no limite. Estou com as armas da democracia na mão. Eu honro o juramento que fiz quando assumi a Presidência da República."

Nesta quarta, exibindo os mesmos fuzis, voltou a vociferar: "Querem botar freio na nossa liberdade de discutir a eleição por meio das mídias sociais"; "Todos têm limites; mas tem uns dois ou três que acham que podem fazer tudo; podem ficar brincando de nos controlar e desrespeitar a nossa Constituição"; "O que está em jogo no Brasil? A nossa liberdade"; "Foi Deus que me colocou lá e só ele me tira de lá".

Pôs de novo em dúvida a lisura das eleições: "Mas onde vamos chegar? De termos um sistema eleitoral que você pode não comprovar, que não é fraudável, mas você não tem como comprovar também que não pode ser fraudado". A sintaxe é troncha, mas o, digamos, raciocínio, é estupidamente claro. A mesma gravata. O mesmo conteúdo.

Naquele 28 de maio de 2020, tinha vindo a público, por decisão do ministro Celso de Mello, o conteúdo da estupefaciente reunião ministerial de 22 de abril daquele ano. Sempre com gramática e estilo peculiares, havia dito aos subordinados: "O que esses filha de uma égua quer, ô Weintraub, é a nossa liberdade. (...) Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Facílimo!"

No evento do BTG, convidou os ouvintes a uma guerra santa contra Lula: "É isso que nós queremos pro Brasil? Dá para deixar tudo rolar numa boa? Isso já não é suficiente para pessoas com responsabilidade de tomar posição? Não é com a economia, não. É com a vida, liberdade, futuro do nosso país." Ele não quer que "tudo role numa boa".

Enquanto eu me desviava de seus perdigotos virtuais de ódio, um pensamento, lembram-se, foi se insinuando na minha cachola. Política não se faz só de lógica. A idiotia pode ser até mais relevante. Há um caldo de irracionalismo no país que começou a se adensar em 2013 e ainda nos tem engolfados.

Temos de nos livrar. O diabinho contestou: "Você chama de 'irracionalismo' o que não sabe explicar, Reinaldo?" Não. Numa mirada pragmática, irracional é tudo o que contrata, desde a origem, um resultado contrário ao que se pretende. Ou, então, em outra perspectiva, é o que sobrepõe a ideologia e a pura convicção aos limites do real e à eficácia.

Amigos marxistas tentam explicar Bolsonaro à luz das necessidades da burguesia brasileira num momento de crise do neoliberalismo. Confesso que, até hoje, não sei direito que trem é esse tal "neoliberalismo" —parece ser uma crença milenarista que se atribui a adversários.

Ocorre-me que, em termos até bem marxistas, Lula parece muito mais adequado aos padrões da economia globalizada. O petista já não se mostrou um operador do capitalismo muito mais eficaz do que o capitão golpista?

Senhores do mercado, o cara usa gravata com fuzis. Nem o Putin faz isso.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida, Angela Alonso | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal realizada em novembro do ano passado, em Brasília Fellipe Sampaio - 5.nov.21/Divulgação STF

Fundão eleitoral de R$ 4,9 bi depende de um voto no STF

Cinco ministros ainda votarão sobre questionamento do partido Novo

José Marques

BRASÍLIA Em contraposição ao voto do relator André Mendonça, cinco ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) se manifestaram nesta quinta-feira (24) a favor da manutenção do fundo eleitoral público de R$ 4,9 bilhões para os partidos políticos em 2022.

Com um placar de 5 a 1, falta apenas um voto para que seja formada maioria nesse sentido. Ainda precisam votar mais cinco ministros. Às 18h, a sessão foi interrompida. O julgamento só será retomado no STF em 3 de março, depois do Carnaval.

Os ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Edson Fachin consideraram que não foi inconstitucional a elevação, pelo Congresso, do valor do fundo para R$ 5,7 bilhões ao aprovarem a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Posteriormente, quando o Congresso votou a Lei Orçamentária Anual, os R$ 5,7 bilhões foram reduzidos para R$ 4,9 bilhões. O Planalto havia sugerido que o montante fosse de R$ 2,1 bilhões.

Em seu voto, o ministro Luís Roberto Barroso entendeu que o valor do Orçamento, de R$ 4,9 bilhões, está de acordo com a Constituição, mas não os R$ 5,7 bilhões da LDO.

Apesar dos votos pela constitucionalidade do fundo, os ministros se manifestaram na sessão de forma crítica ao valor aprovado pelo Legislativo.

Ainda não votaram os ministros Dias Toffoli, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

A ação contra o fundo foi apresentada pelo partido Novo. Na quarta (23), o ministro André Mendonça, relator do caso, havia votado contra um fundo de ao menos R$ 4,9 bilhões e entendido que os valores devem voltar ao patamar de 2020, de R$ 2 bilhões, mas corrigidos pela inflação.

Nesta quinta, o ministro Kassio Nunes Marques divergiu —assim como Mendonça, ele chegou à corte por indicação de Jair Bolsonaro (PL).

Segundo o ministro, é um "passo demasiadamente largo conferir ao Supremo a tarefa de corrigir as opções legislativas feitas pelos representantes do povo" em relação às prioridades orçamentárias para 2022.

"Não pode o Supremo assentar, ainda que em um cenário de restrição orçamentária, e mesmo de crise pandêmica, a melhor alocação para a receita pública, visto ser essa tarefa eminentemente política", disse Kassio.

De acordo com o ministro, o momento adequado para que a sociedade corrobore ou não com as decisões do Legislativo são as eleições.

O presidente da corte, Luiz Fux, disse que "o valor [do fundo] é alto, [mas] inconstitucionalidade, aqui, não há".

"O que está em jogo aqui é valor, e nós não temos capacidade institucional para dispor sobre isso. O que está em jogo aqui é valor, não é confronto com a Constituição. Aliás, o debate aqui é lei com lei, não se debate nada sob o prisma constitucional", disse Fux.

Com a manutenção do formato, o Brasil se torna o país que mais destina recursos públicos para campanhas eleitorais no mundo, na comparação com 25 das principais nações do planeta. A verba é distribuída aos partidos, em linhas gerais, de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara e no Senado.

O voto de Mendonça, contrário ao atual valor do fundo, disse que "o Poder Legislativo aportou ingerência excessiva e ilegítima no núcleo de intangibilidade do direito fundamental ao desenvolvimento nacional" ao multiplicar o valor do fundo apresentado na proposta de diretrizes do Orçamento.

Ele viu falta de proporcionalidade na decisão do Congresso Nacional e também um perigo irreparável ou de difícil reparação no uso do montante para esse fim.

"Deve-se considerar como lastro do fundo eleitoral no presente exercício financeiro o mesmo valor praticado nas eleições de 2020, após a devida correção monetária pelo IPCA-E, a contar do primeiro dia útil do mês de junho de 2020", disse o ministro.

Com essa correção, o valor do fundo eleitoral ficaria em aproximadamente R$ 2,3 bilhões para este ano.

"Inexistiu explicação plausível para o volume de verbas dedicadas ao fundo eleitoral alcançar o patamar de R$ 5,7 bi na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] ou R$ 4,9 bi na LOA [lei orçamentária] — nas eleições gerais de 2022—, em comparação às duas experiências anteriores, a de 2018 (R$ 1,7 bi) e a de 2020 (R$ 2,1 bi)", afirmou Mendonça.

"Em outras palavras, não considerei justificada a imprescindibilidade do aumento de ao menos 230% em relação às eleições de 2020 e 288% em relação às eleições de 2018 —podendo chegar a até 335% se considerada a perspectiva da LDO", disse.

A ação do Novo questionava trecho da LDO que previa a verba do fundo eleitoral equivalente a 25% do orçamento da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022, mais o valor informado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) —soma que totalizava R$ 5,7 bilhões.

Na ação, o Novo sustentava que houve definição arbitrária do valor pelo Legislativo e que o projeto saiu do Executivo com previsão de R$ 2,1 bilhões. A LDO foi aprovada com esse montante e, então, vetada pelo presidente Jair Bolsonaro. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Mais tarde, deputados federais e senadores aprovaram o Orçamento de 2022 com redução da quantia para R$ 4,9 bilhões. Esse valor foi sancionado por Bolsonaro.

"A maioria parlamentar não pode tudo, é por isso que existem limites no plano constitucional estabelecido", afirmou Paulo Roque Khouri, advogado do Novo, antes do início do voto de Mendonça.

Segundo o advogado, os parlamentares tiraram dinheiro de políticas públicas e poderiam, sob os mesmos argumentos, aumentar a verba do fundo eleitoral para valores muito maiores.

"Se eles podem fazer essa alteração, eles poderiam ter feito outras, aumentando muito mais o valor. É um precedente perigosíssimo que se está dando ao Congresso Nacional, com todo respeito àquela casa", acrescentou.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestou contra a ação do Novo, mas afirmou que, se o valor atual do fundo eleitoral for declarado inconstitucional pelo STF, que seja fixada a quantia de R$ 2,1 bilhões.

O fundo eleitoral será distribuído aos partidos políticos para financiar as candidaturas deste ano.

Ao STF o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), havia dito que a ação do Novo seguia tendência de criminalização da política e instrumentalização do Judiciário.

A sessão do Supremo Tribunal Federal desta quinta, ainda de forma remota devido ao aumento dos índices de transmissão da Covid-19, foi marcada por problemas técnicos. Os ministros voltarão às sessões presenciais a partir de 7 de março, de acordo com portaria assinada por Fux.

Edson Fachin concede liberdade condicional a Paulo Maluf

Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin concedeu, nesta quinta-feira (24), liberdade condicional ao ex-prefeito paulista-no Paulo Maluf, 90.

Ele está internado com Covid-19 desde a última sexta (18) no hospital Vila Nova Star, em São Paulo. Maluf cumpria prisão em regime domiciliar devido a seu frágil estado de saúde.

Fachin avaliou que o político atende aos requisitos necessários. Levou em conta o tempo que Maluf já está preso —mais de um terço da pena a qual foi condenado— e considerou para a decisão o bom comportamento durante a pena e o atual estado de saúde dele.

A liberdade condicional é uma etapa anterior à concessão definitiva de liberdade. Ela pode ser revogada caso o condenado não cumpra determinadas exigências, como não se envolver na prática de outros crimes.

Segundo a assessoria do político, a expectativa é que ele receba alta na próxima sexta (25). Maluf passou recentemente por internações por causa de quadros de pneumonia.

Também ex-governador de São Paulo, Maluf não tem um cargo público desde 2018, quando se encerrou o seu mandato como deputado federal pelo PP.

A primeira condenação contra Maluf no Supremo ocorreu em maio de 2017 por lavagem de dinheiro.

A Primeira Turma da corte entendeu que, enquanto era prefeito de São Paulo (de 1993 a 1996), o político ocultou e dissimulou dinheiro desviado da construção da avenida Água Espraiada (atual avenida Roberto Marinho).

Os ministros também concluíram que Maluf continuou a praticar a lavagem de dinheiro depois de deixar a prefeitura.

Em 2018, a Primeira Turma voltou a condenar Maluf, mas por falsidade ideológica para fins eleitorais na campanha de 2010. O colegiado afirmou que o político omitiu da declaração R$ 168,5 mil nas contas ao TRE naquele ano.

Nossos canais de atendimento voltaram e estão de portas abertas para você.

Nossos canais de atendimento voltaram desde 24/2 e você já pode entrar em contato com a gente. Além disso, nós realizamos algumas mudanças para ajudar você. Confira:

Os horários de atendimento por voz e por chat aumentaram - de segunda a sábado, das 8h às 20h, e aos domingos, das 8h às 14h.
Telefones: 4003-4848 (Americanas), 4003-9898 (Shoptime), 4003-5544 (Submarino).
Além dos canais "Minha Conta" nos sites e aplicativos.

Está arrependido?
Seu prazo de desistência foi estendido dos atuais **7 para 15 dias**, contados a partir da data que você recebeu o produto.

Quer trocar?
O prazo de troca e devolução por defeito de fabricação aumentou de **30 para 45 dias** com a garantia de atendimento, mesmo em caso de negativa do fabricante ou importador.

Quer mais garantia?
A garantia legal também ganhou mais prazo: de **90 para 105 dias**, mesmo em caso de negativa do fabricante ou importador.

Prioridade
Reclamações por atraso na entrega serão tratadas com prioridade e respondidas em até 2 dias úteis.

WMcCANN | AMERICANAS

Assunto de mulher

Tema do aborto na Colômbia lançou boia aos passageiros da avariada canoa bolsonarista

Angela Alonso
Professora de sociologia da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

O mês da mulher é o próximo, mas a conversa se adiantou, com a aprovação do aborto na Suprema Corte colombiana. Reação imediata, em terras locais e estrangeiras. O presidente de lá abriu a fila, rotulando o ato como "hediondo".

O daqui o secundou, agarrando uma de suas armas favoritas, a moral cristã. Pediu a Deus, via twitter, que "olhe pelas vidas inocentes das crianças", "sujeitas a serem ceifadas com anuência do Estado no ventre de suas mães".

A Colômbia, ao reacender o aborto no debate público, lançou uma boia para os passageiros da avariada canoa bolsonarista. Com a moralidade pública escorrendo ralo abaixo, agarraram-se à moral privada como tábua de salvação.

O assessor para assuntos internacionais da presidência surfou nessa onda, impingindo imoralidades ao adversário: "a esquerda promove o aborto, a ideologia de gênero, a erotização das crianças, etc. Quem se cala sobre esses assuntos é cúmplice da destruição de nossos valores e tradições." Assim exortados, outros se perfilaram em guerra santa ao aborto.

O empenho é remontar a polarização moral que nutriu a eleição passada: os guardiões da família versus os moralmente corrompidos. O bolsonarismo, que nega vacina às crianças, chama a vida para si e desafia o contendor, que, em seus dois governos, tentou legalizar o aborto. Anseia por uma declaração adversária sobre o tema que mantenha o mar moralizador agitado, onde nada de braçada.

Nesta praia dos costumes, as sociedades racham em esquadras apaixonadas. Mesmo onde o aborto é legal, a contenda perdura. A maioria dos países democráticos reconhece a prerrogativa das mulheres sobre seus corpos, e em muitos casos, o estado assegura os meios para a interrupção segura da gravidez indesejada. Mas, em todas estas partes, há também movimentos "pela vida", demandantes da reversão das leis.

Para um lado, o aborto é um direito e um problema de saúde pública. No Brasil, clandestino e precário, mata sobretudo as negras e as mais pobres. Mas afeta mais gente. Estudo de Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiros, de 2016, mostrou que uma em cada cinco mulheres tinha feito ao menos um aborto antes de completar 40 anos. Quase metade delas precisou ser internada em seguida.

O polo moral oposto quer manter o processo de reprodução biológica sob controle da religião e da família. Neste oceano, Bolsonaro desfila de jet-ski. Sua atuação na pandemia atesta o investimento preferencial não na saúde, mas na batalha moral.

Não surpreende, pois, sua colossal reprovação entre as votantes: 61%, segundo enquete do Poder360 deste mês. De outro lado, todos os que prometem voto ao presidente que celebra a subordinação feminina, tácita ou explicitamente, concordam com ele.

É posição persistente na história nacional. O direito ao voto para brasileiras é de 1932, o divórcio passou em 1977 e o STF apenas declarou inconstitucional a tese da "legítima defesa da honra", usada nos tribunais para livrar feminicidas, no ano passado.

O assunto é areia movediça para a terceira via, que vive do meio-termo. Aí se situa a única presidenciável, que lidera a bancada feminina no Senado. Tem poucas chances de eleição, mas muitas de vocalizar agendas. Simone Tebet falaria por todas as mulheres se encaminhasse o debate sobre o aborto para longe dos moralismos, em linha com o que disse tempos atrás: "Na política, mulher tem que chegar empurrando a porta".

Jaques Wagner avisa Lula que não será candidato, e aliados buscam solução

Senador Otto Alencar (PSD) vira favorito para chapa ao governo da Bahia, hoje sob gestão do PT

João Pedro Pitombo e Catia Seabra

SALVADOR E SÃO PAULO O senador Jaques Wagner (PT) indicou a aliados e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não deseja ser candidato nas eleições de outubro deste ano ao Governo da Bahia, estado com 10,8 milhões de eleitores e quarto maior colégio eleitoral do Brasil.

Com o recuo, aliados tentam construir uma nova alternativa para concorrer ao governo e liderar grupo político que comanda o estado há 15 anos. A sucessão na Bahia promete uma disputa acirrada entre o grupo governista e o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), pré-candidato da oposição.

O favorito para assumir a candidatura ao Governo da Bahia é o senador Otto Alencar (PSD), ex-adversário que se tornou aliado do PT em 2010 e é visto dentro do grupo como um nome confiável.

A escolha, contudo, enfrenta resistências do comando nacional do PSD, que prefere ver Otto concorrendo à reeleição. A disputa para o Senado é considerada mais tranquila frente à falta de um nome de maior musculatura para o cargo no campo da oposição.

Diante do impasse, surgiu na mesa de negociações uma terceira alternativa: a escolha de um novo nome do PT para concorrer ao governo no lugar de Jaques Wagner e a manutenção de Otto como candidato ao Senado.

Esta opção, contudo, tem um outro obstáculo: a falta de um nome natural. Nos sete anos de governo Rui Costa (PT), nenhum dos deputados da bancada baiana e do secretariado do governador conseguiu se cacifar para tentar concorrer ao cargo.

A última opção seria Wagner abrir mão do recuo e ser candidato ao governo. Mas este cenário só é provável caso a sua desistência signifique a implosão da base aliada, com o rompimento de aliados e dissidências para a oposição.

A decisão de Jaques Wagner de não concorrer ao Governo da Bahia é de caráter pessoal. Aos 70 anos, o ex-ministro se sente confortável em seu mandato no Senado, que se encerra apenas em 2027, e não deseja voltar ao centro do palco da política baiana.

As investigações das quais é alvo, que tendem a ser repisadas meio a um possível acirramento da campanha, também seriam um incômodo para o senador, de acordo com aliados. Procurado, Jaques Wagner não respondeu aos contatos da reportagem até a conclusão desta edição.

A **Folha** apurou que o recuo de Wagner desagradou ao ex-presidente Lula, que via o palanque na Bahia como pacificado. Em uma reunião entre ambos na terça-feira (22), em São Paulo, ficou decidido que os nomes para a sucessão na Bahia seriam definidos em, no máximo, uma semana.

Na noite desta quarta-feira (23), o imbróglio foi tema de uma conversa entre Jaques Wagner e Otto Alencar. Após a reunião, Otto afirmou que não houve definição e o cenário segue o mesmo.

O ex-governador da Bahia Jaques Wagner, durante fórum em Oxford Cynthia Vanzella/Divulgação

"Até agora, as posições estão mantidas. [Jaques] Wagner é pré-candidato ao governo e eu pré-candidato ao Senado. Mas é uma definição que deve passar pelo [ex] presidente Lula", afirmou Otto.

Por outro lado, o senador destacou que não tem objeção a uma possível candidatura ao governo do estado, caso esta seja a decisão de consenso do grupo governista.

A declaração contrasta com falas recentes do presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. Em entrevista à TV Bandeirantes, ele afirmou que uma possível candidatura ao Governo da Bahia seria "uma punição ao Otto", que preferiria concorrer à reeleição.

Entre membros do PT baiano, a declaração de Gilberto Kassab foi vista como um fechar de portas a um possível apoio do PSD a Lula ainda no primeiro turno da eleição presidencial.

A decisão sobre quem deve encabeçar a chapa para o Governo da Bahia deve ser tomada até o fim do Carnaval. Antes disso, serão ouvidos os demais partidos da base aliada, além do ex-presidente Lula.

Caso seja confirmada a candidatura de Otto ao governo baiano, a expectativa é que o governador Rui Costa renuncie em abril para ser candidato ao Senado, cargo para qual entraria na disputa na condição de favorito.

Até o início deste ano, Costa declarava publicamente que não seria candidato e cumpriria seu mandato até o final para garantir a coesão da base aliada. Nos últimos dias, contudo, tem admitido a hipótese tentar ser senador.

Aliados de Costa destacam que o governador tem boa avaliação e sua presença na chapa seria um ativo importante para a chapa governista na Bahia. Mas fazem questão de frisar que a candidatura ao Senado não é uma imposição.

Nomes próximos a Jaques Wagner, por outro lado, veem o governador Rui Costa com apetite por um mandato a partir de 2023.

Nos últimos dias, parlamentares petistas têm defendido publicamente a formação de uma chapa com Jaques Wagner para o governo, Rui Costa para o Senado, Otto Alencar como vice e o PP com a primeira suplência do Senado.

Esse arranjo, contudo, é considerado inviável e enfrenta forte resistência dos demais partidos da base.

A provável renúncia de Rui Costa e a ascensão do vice-governador João Leão (PP) ao governo do estado também são vistas com reserva. A despeito do vice-governador ter anunciado apoio a Lula em agosto de 2021, a bancada baiana do PP faz uma espécie de jogo duplo e apoia Bolsonaro no Congresso Nacional.

Há ainda um temor entre parlamentares de que, no comando da máquina do Governo da Bahia, Leão priorize a eleição de deputados de seu próprio partido, canibalizando bases de outras legendas.

O PP e o PSD disputam o posto de maior partido da Bahia, cada qual com cerca de um quarto dos 417 prefeitos do estado. Em cerca de 200 municípios baianos, há um embate direto entre líderes das duas legendas.

À **Folha** o senador Otto Alencar afirma que não tem nenhuma restrição ao fato de João Leão assumir o Governo da Bahia e conduzir a sucessão: "Me dou muito bem com ele, não vejo problema".

Entre petistas da Bahia, já é menor a resistência a ascensão de João Leão ao governo estadual. Em privado, eles destacam que, com a definição de um arranjo que atenda a PT, a PSD e a PP, a passagem de bastão aconteceria sem sobressaltos.

Redes dizem que projeto pode diminuir moderação

SÃO PAULO Facebook, Instagram, Google, Twitter e Mercado Livre fazem críticas ao projeto de lei 2630/2020, que ficou conhecido como projeto das fake news, em carta divulgada nos sites das empresas nesta quinta-feira (24).

Segundo as empresas signatárias, a atual versão do projeto poderá "desestimular as plataformas a tomar medidas para manter um ambiente saudável online". Além disso, dizem que o texto "traz exigências severas caso as plataformas tomem alguma medida que seja posteriormente questionada".

"O receio de uma enxurrada de processos judiciais levará as plataformas a agir menos na moderação de conteúdo, deixando o ambiente online mais desprotegido do discurso de ódio e da desinformação", diz a carta. Outros dois pontos do projeto de lei, que tem mais de 40 artigos, foram criticados pelas empresas. Um deles é o que determina que conteúdos jornalísticos devem ser remunerados pelas redes.

Também é alvo de crítica artigo que restringe o uso de dados pessoais e que, na avaliação das signatárias, impactará negativamente "milhões de pequenos e médios negócios que buscam se conectar com seus consumidores por meio de anúncios e serviços digitais".

Segundo a carta, o texto final do projeto "trata pouco do combate à desinformação".

Ao longo da tramitação do projeto, o tema da moderação de conteúdo teve várias versões. A última, conforme aprovado pelo grupo de trabalho da Câmara em dezembro, sob a relatoria do deputado Orlando Silva (PC do B-SP), prevê série de obrigações aos provedores de redes sociais e aplicativos de mensagem quando aplicarem suas regras para excluir, tornar indisponível, reduzir o alcance ou rotular conteúdos.

De acordo com o texto, o usuário deverá ser notificado e informado sobre qual medida foi aplicada, a fundamentação, os procedimentos para recorrer da medida e também se a moderação ocorreu com base apenas em sistemas automatizados ou não.

Se for constatado que houve erro na aplicação das regras, o projeto prevê que "havendo dano individual, coletivo ou difusos a direitos fundamentais, os provedores de redes sociais ou mensagem instantânea devem informar os usuários sobre seu erro, na mesma proporção de alcance do conteúdo considerado inadequado, podendo esta obrigação ser requerida a autoridade judicial". Para as plataformas, é preciso haver flexibilidade para que elas possam agir para remover conteúdo nocivo.

Mas especialistas defendem que haja regras definidas sobre como as empresas devem proceder ao moderar conteúdo. As big techs têm sido alvo de ações judiciais por moderação abusiva. Ao mesmo tempo, sofrem pressão para que coíbam a disseminação de discurso de ódio e desinformação.

Aprovado no Senado em 2020, o projeto teve andamento na Câmara no ano passado, após uma série de audiências públicas para debater diferentes itens do projeto, incluindo representantes das empresas.

Como o projeto foi bastante alterado, caso seja aprovado pela Câmara, ele deverá ser de novo apreciado no Senado.

Na reta final, foram incluídos diversos pontos novos que não estavam previstos anteriormente, e outros polêmicos, como a rastreabilidade em aplicativos de mensagem, foram retirados.

Dos três integrantes do grupo Meta, assinam a carta Facebook e Instagram, mas não o WhatsApp. Entre as novidades no texto está um item que, na avaliação das empresas, afetará a oferta de serviços de anúncio em suas plataformas.

Para especialistas, o item busca coibir o chamado cross-tracking, que implica na coleta de dados do usuário conforme ele visite diferentes sites, técnica utilizada para promoção de anúncios personalizados.

Também é criticado o item que define que "conteúdos jornalísticos utilizados pelos provedores ensejarão remuneração ao detentor dos direitos do autor do conteúdo utilizado". Em 2021, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e outras oito organizações pediram a retirada do artigo. "A redação do artigo é genérica e incapaz de dar conta da complexidade do tema", dizem. **Renata Galf**

Voto secreto surgiu há 90 anos com entraves e controle de grupos políticos

Mudanças no sistema de votação foram introduzidas pelo Código Eleitoral de 1932, na Era Vargas

Renata Galf

SÃO PAULO Assim como em outros países, o sistema eleitoral brasileiro mudou bastante ao longo do tempo. Característica considerada fundamental, a previsão do voto secreto completa 90 anos neste mês.

A medida foi incluída no Código Eleitoral de 1932, em meio a um discurso de defesa da moralização das eleições, em contraposição ao contexto de fraudes eleitorais generalizadas durante a Primeira República (1889-1930).

Apesar de adotarem o voto secreto, os políticos envolvidos na elaboração das novas regras não optaram pelos mecanismos que seriam considerados mais efetivos para garantir o sigilo do voto, conforme apontam pesquisadores.

Entre os mecanismos previstos nas novas regras estava a sobrecarta oficial, uma espécie de envelope onde o eleitor deveria inserir a cédula com seu voto, além do isolamento do eleitor em uma cabine protegida.

Em meados do século 19, tinha surgido na Austrália um modelo que previa, além da cabine de proteção, o fornecimento de cédulas oficiais e idênticas, o que só veio a ser adotado no Brasil em 1955.

"Foi preciso mais de duas décadas para chegar até o voto australiano. Então, olhando com uma lupa historiográfica, por que a gente não foi até o melhor voto secreto ou os melhores mecanismos para o segredo do voto?", questiona Rogerio Schlegel, professor de ciência política da Unifesp que pesquisou o debate sobre o tema naquela década.

Pelo modelo adotado a partir de 1932, depois de entrar na cabine, onde deveria inserir a cédula com seu voto na sobrecarta, o eleitor depositaria o voto na urna, sob a conferência dos mesários, que deveriam verificar se a sobrecarta era a mesma que havia sido entregue, pois esta era numerada e rubricada pelo presidente da seção eleitoral.

A regra também determinava que deveriam ser empregadas urnas suficientemente amplas, para impedir que as sobrecartas se acumulassem na ordem dos votantes, o que poderia permitir a identificação de quem votou em quem.

De acordo com Schlegel, tal opção sinaliza que as elites políticas queriam diminuir o nível de incerteza que as novas regras poderiam gerar. A avaliação é a de que, deixando a confecção das cédulas nas mãos dos candidatos e grupos políticos, a autonomia do eleitor era menor.

"A ideia era reduzir a incerteza, reformar, conservando. Porque ninguém sabia ao certo o que ia acontecer com esse novo mecanismo", diz.

Após a derrubada do regime anterior, Getúlio Vargas assumiu o poder como chefe do Governo Provisório sob a promessa de sanear as regras eleitorais brasileiras, bandeira da Aliança Liberal e da Revolução de 1930.

A inovação, com isso, promovia mudanças conforme prometido, mas ao mesmo tempo alinhada aos interesses dos grupos no poder.

Nesse sentido, Schlegel também destaca o fato de, ao longo das discussões da comissão da reforma eleitoral, o projeto ter eliminado a possibilidade de as cédulas serem manuscritas, restando a opção de serem impressas ou datilografadas.

"No dia da eleição, os velhos chefes eleitorais também propiciavam a confecção de cédulas. Você ia votar e não ia [poder] escrever o nome", explica. "Isso dava controle [aos grupos políticos] da composição da cédula."

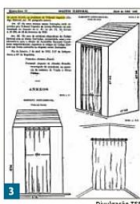
Para além do questionamento quanto aos mecanismos adotados para buscar garantir o voto secreto, as evidências da época apontam que houve diferentes denúncias de fraudes que tentavam burlar o voto secreto.

Entre elas, o uso de sobrecartas que não eram opacas, o que permitiria com que os mesários vissem em quem o eleitor estava votando a partir, até mesmo, das diferenças de cada cédula, já que não havia um padrão.

Em 1933, as eleições de dois estados inteiros, Espírito Santo e Santa Catarina, foram anuladas pela Justiça Eleitoral, órgão recém-criado também pelo Código de 1932.

De acordo com a jurisprudência firmada pelo TSE na ocasião, bastaria a possibilidade de violação do sigilo do voto para que as eleições fossem anuladas.

"São nulas as eleições que se fizerem com o uso de sobrecartas que não sejam opacas, por importar na violação do sigilo do voto, ainda mesmo que não fique provada fraude."

Uma notícia do Correio da Manhã sobre o caso capixaba, contudo, colocava em questão o porquê de o tribunal ter anulado as eleições capixabas, mas não as de Pernambuco.

De acordo com trecho do parecer do ministro, conforme noticiava a reportagem, a perícia teria constatado que a sobrecarta do Espírito Santo seria menos opaca que as dos estados de Ceará, Paraíba, Sergipe e Bahia; porém comparada com a de Pernambuco seria mais opaca.

Ou seja, a sobrecarta de Pernambuco, apesar de ter sido considerada mais transparente do que a do Espírito Santo, não provocou a anulação do pleito naquele estado.

Outra novidade incorporada com o Código de 1932 foi o alistamento obrigatório dos eleitores, com exceção das mulheres. O voto obrigatório seria adotado pouco depois, com a Constituição de 1934, estendido às mulheres que fossem servidoras públicas.

A obrigatoriedade do voto deixou de ter distinção entre homens e mulheres em 1946 e se mantém até hoje como uma das regras eleitorais.

Conforme aponta Maria do Socorro Sousa Braga, coordenadora do programa de pós-graduação em ciência política da UFSCar, o significado do alistamento obrigatório ou mesmo do voto obrigatório, na época, era completamente distinto da situação atual.

"O principal entrave era o custo de você ir se alistar", diz ela, elencando obstáculos que iam desde a necessidade de o cidadão tirar uma fotografia para o seu título eleitoral até custos envolvidos com o deslocamento do eleitor ao local em que depositaria seu voto.

"Esse controle era muito em cima daqueles grupos que tivessem mais condições de bancar todo esse aparato necessário para o eleitor se fazer eleitor", afirma Braga.

Ela explica que, por isso, assim como ocorria com a confecção das cédulas, as elites e grupos políticos ainda tinham forte influência sobre quem iria ou não votar, apesar da recém-criada Justiça Eleitoral. "Esse controle do alistamento é algo que diferencia bastante de hoje."

Paralelamente a tais entraves, as eleições do início da era Vargas foram marcadas pelo alistamento automático de grupos determinados, o que poderia favorecer o governo.

Tratava-se do alistamento ex-officio, que incluía magistrados, militares, funcionários públicos, profissionais liberais com diploma, comerciantes, entre outros.

"Os chefes das repartições públicas, civis ou militares, os diretores de escolas, os presidentes das ordens dos advogados, os chefes das repartições onde se registrem os diplomas e as firmas sociais, são obrigados, nos 15 dias imediatos à abertura do alistamento, a fornecer ao juiz eleitoral [...] listas de todos os cidadãos qualificáveis ex-officio", estabelecia o código.

Próximo às eleições, Getúlio Vargas ainda incluiria os sindicatos no grupo.

"A gente está diante de um governo ou de uma situação em que Vargas precisava ter mais apoio diante das forças que estão ali no governo", diz Maria do Socorro.

"Quanto maior o número de pessoas envolvidas nas eleições, mais sinalizava, especialmente para a oposição da época, o quanto aquele grupo que estava no poder tinha esse apoio da população."

Dados da época indicam que, ao final, o número de eleitores alistados em 1933 foi menor do que nas últimas eleições da Primeira República, em 1930. Já o comparecimento às urnas foi maior: 84% do 1,5 milhão de eleitores foram votar em maio de 1933.

Em 2018, no primeiro turno das últimas eleições presidenciais, a taxa de abstenção atingiu o valor de 20,3%, o maior índice desde 1998. Ao todo, pouco mais de 117 milhões de eleitores foram às urnas.

Fotos Arquivo Nacional

"A gente está diante de um governo ou de uma situação em que Vargas precisava ter mais apoio diante das forças que estão ali no governo. [...] Quanto maior o número de pessoas envolvidas nas eleições, mais sinalizava, especialmente para a oposição da época, o quanto aquele grupo que estava no poder tinha esse apoio

Maria do Socorro Sousa Braga
coordenadora do programa de pós-graduação em ciência política da UFSCar

Divulgação TSE

N. 7203

TITULO DE ELEITOR

MINAS GERAES

177ª zona Theophilo Ottoni

Domicilio eleitoral Theophilo Ottoni

Numero de ordem da inscripção 203

Data da inscripção de cartorio 21 OUT. 1937

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)

Aurea Kern

Qualificativos: Filiação Alfredo José Kern; Naturalidade Theophilo Ottoni; Idade 27 annos; Data do nascimento 1º de Maio de 1910; Estado civil solteira; Profissão modista

Aurea Kern

ASSIGNATURA DO ELEITOR

O presente titulo é expedido de accordo com o Codigo Eleitoral da Republica e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Minas Geraes e recebeu o numero ___ aos ___ dias do mez de ___ do anno de mil novecentos e trinta e ___

Director da Secretaria

Pollegar direito

Museu do TSE

1 Juízes membros do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) em 1933; **2** arquivo com documentos de inscrições eleitorais na Secretaria do TRE-PR, em 1933; **3** croquis com modelos para fabricação de gabinete indevassável, para adoção do voto secreto; **4** título eleitoral antigo

Corpo de soldado estirado no chão perto da cidade de Kharkiv, palco de embates entre forças ucranianas e russas Maksim Levin/Reuters

Putin inicia ação militar contra a Ucrânia; Kiev e Otan falam em invasão total do país

Russo bombardeia cidades e viola fronteiras do vizinho ★ Governo ucraniano decreta lei marcial e pede ajuda do Ocidente

Igor Gielow

MOSCOU Após quatro meses de crise, a Rússia atacou a Ucrânia nesta quinta (24), no que Kiev e Otan (aliança militar ocidental) chamaram de invasão total. É a mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Também a maior operação desde que os Estados Unidos invadiram o Iraque, em 2003.

O presidente Vladimir Putin anunciou uma "operação militar especial" no Donbass, a área de maioria russa étnica no leste do vizinho. Seu comando militar confirmou que "armas de precisão estão degradando a infraestrutura militar" do rival. Ao fim do dia, o amplo escopo da ação estava claro, com ataques em várias frentes.

Além disso, o comando militar das repúblicas rebeldes afirma que está avançando com suporte russo rumo às fronteiras que consideram suas, violando assim território ucraniano que estava sob Kiev. O nome disso é guerra, invasão ainda que não total.

No fim da tarde, o órgão disse que 70 alvos militares haviam sido atingidos, além de 11 pistas de pouso, 1 base naval e 3 centros de controle.

Não há estimativa de mortos, mas estão na casa das centenas. Kiev disse ter matado ao menos 50 soldados russos (Moscou nega) e derrubado cinco aviões e um helicóptero —o Kremlin admite um caça perdido em erro de pilotagem. Um avião de transporte ucraniano caiu perto da capital.

Volodimir Zelenski acusou em pronunciamento 137 mortos do lado ucraniano.

O caráter de invasão ficou claro quando tropas aerotransportadas russas voaram da Belarus até perto de Kiev e lutaram por um aeroporto militar. Tanques foram vistos deixando a ditadura aliada, e a região da antiga usina nuclear de Tchernóbil foi conquistada pelos invasores —o terreno inóspito pela radiação do famoso desastre de 1986 é base de ataques contra a capital.

Imagens ao vivo mostraram o bombardeamento de Kharkiv, no leste, com mísseis disparados de Belgorod, na Rússia.

A ação começou por volta de 4h30 (22h30 de quarta em Brasília). Às 5h45, Putin foi à TV e anunciou uma "operação militar especial" para "proteger a população do Donbass", região na qual reconheceu áreas rebeldes como independentes na segunda (21). O anúncio foi feito durante uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para debater a crise.

Ele afirmou que quer trazer à justiça quem cometeu o que chamou de "genocídio" e "crimes" contra russos e "desmilitarizar e desnazificar" a Ucrânia. Putin disse estar cumprindo o que havia prometido: enviar tropas para apoiar as autoproclamadas repúblicas de Donetsk e Lugansk, e negou que irá ocupar território.

O governo em Kiev pensa diferente. "A invasão da Ucrânia começou", afirmou por sua vez o ministro do Interior ucraniano, Denis Monastirski, citando ataques com artilharia e mísseis. "É uma invasão total", disse seu colega chanceler, Dmitro Kuleba, no Twitter. O país decretou lei marcial e fechou seu espaço aéreo.

Zelenski divulgou vídeo afirmando que os russos atacaram pontos de fronteira e infraestrutura militar do país. "Fiquem calmos", disse, afirmando que o presidente Joe Biden prometeu apoio dos EUA. Depois, falou também em resistência e pediu doação de sangue à população.

Ele afirmou que os próximos passos da guerra dependiam de Putin —um truísmo, dada a desproporção de poderio militar de lado a lado.

A Otan, por sua vez, chamou o ataque de "invasão por diversas frentes" e um "ato brutal de guerra". Segundo seu secretário-geral, Jens Stoltenberg, é uma "invasão planejada há muito tempo". Ele voltou a dizer que a aliança militar de 30 membros manterá alta vigilância no Leste Europeu —mas, também previsivelmente, não irá mexer uma palha militar para defender a Ucrânia. O clube deverá se reunir nesta sexta.

Houve explosões em torno de Kiev e de Kharkiv, importante centro no leste do país. Sirenes antiaéreas começaram a soar na capital às 7h06 locais (2h06 em Brasília), mas até agora não houve relatos de bombardeio diretos da cidade. Moradores da capital se esconderam no metrô da capital. O mesmo ocorreu em Kharkiv. O comando militar russo disse que não está mirando civis.

Na manhã e à noite, houve relatos de intensos ataques na costa do mar Negro, com o porto de Odessa sendo alvo, assim como o de Mariupol. Segundo disse por telefone um morador de Rostov-do-Don à **Folha**, houve relatos de que Mariupol já teria sido tomada por rebeldes pró-Rússia.

É incerto o que acontece lá: se os russos estão fazendo o que Putin anunciou, "desmilitarizar" a região em torno das ditas repúblicas rebeldes, ou se é o prenúncio de uma ocupação generalizada. Essa é a questão central que preocupa planejadores ocidentais.

O cenário desenhado até aqui é o de incapacitação das Forças Armadas ucranianas.

Em algum grau, é semelhante à punição imposta pelo Kremlin à Geórgia pelo mesmo motivo de aproximação com o Ocidente em 2008, restando saber até onde Putin pretende ir. Os sinais emitidos pelo presidente não são auspiciosos para Kiev.

"As repúblicas do Donbass nos procuraram e pediram ajuda. O objetivo [da 'operação militar especial'] é proteger o povo do abuso e do genocídio a que ele vem sido submetido pelo regime de Kiev. Para isso, vamos buscar desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia, e levar à justiça aqueles que cometeram numerosos crimes sangrentos contra um povo pacífico, incluindo cidadãos russos", disse Putin na sua fala.

É uma promessa de caça a membros do governo ucraniano. O Donbass é talvez 80% russófono e tem cerca de 4 milhões de pessoas nas áreas rebeldes. Desses, 800 mil têm passaporte de Moscou.

A "desnazificação" a que ele se refere ressoa fortemente na Rússia, já que de fato há elementos nas Forças Armadas da Ucrânia com associações neonazistas. Zelenski, contudo, é judeu e sempre que pode lembra disso ao comentar as acusações.

O presidente americano, Joe Biden, que desde janeiro fala em "invasão iminente" dos russos, afirmou que o país "será responsabilizado" pelos ataques. Determinou sanções que se pretendem incapacitantes para a economia do país, embora haja dúvidas sobre seu alcance real.

A União Europeia e o Reino Unido também adotaram novas punições contra Moscou.

A economia russa sentiu o baque, com a maior queda da história do rublo ante o dólar, assim como um tombo inédito da Bolsa de Moscou, que caiu 44% até ser ativado o "circuit breaker", fechando em 20% de queda.

Os efeitos econômicos serão ainda mais amplos, a começar pelo barril do petróleo ultrapassando os US$ 100. Moscou é uma grande produtora de óleo e gás.

A Ucrânia não é parte da Otan, então seus 30 membros não vão defendê-la. O desejo do governo pró-ocidental que tomou o poder em 2014 era exatamente entrar na aliança e na União Europeia.

Visando evitar a chegada do arcabouço ocidental à sua mais importante fronteira, assim como a da aliada ditadura da Belarus, Putin interveio na crise oito anos atrás anexando a Crimeia e fomentando a guerra civil que agora pretende de resolver "manu militari".

O russo pediu para que a Ucrânia baixe as armas no leste e fez uma advertência sombria às potências estrangeiras. "Para qualquer um que considerar interferir de fora: se você o fizer, irá enfrentar consequências maiores do que qualquer uma que enfrentou na história. Todas as decisões relevantes foram tomadas, eu espero que você me ouça", afirmou.

São palavras de retórica incendiária, mas sempre é bom lembrar que no sábado passado (19), o autor dela comandou um grande exercício de suas capacidades nucleares.

Uma Terceira Guerra Mundial não parece provável porque o próprio Biden já disse que a Otan não interviria militarmente, mas os riscos estão todos colocados.

A ação culmina quatro meses de tensão. Putin mobilizou cerca de 150 mil a 190 mil soldados em torno do país, segundo o Ocidente, e emitiu um ultimato para que a Otan pare de se expandir e que nunca absorva a Ucrânia, entre outros pontos. O russo reclama desde então que o Ocidente, que rejeitou as demandas, não ouviu seus alertas.

Até aqui, as tropas mobilizadas davam credibilidade à ameaça russa. Nesta quinta, enquanto um impotente Conselho de Segurança da ONU se reunia, foram além disso.

Leia mais das págs. A12 a A16, em Mercado e Esporte

137
é o número de mortos no lado ucraniano no primeiro dia da invasão russa, segundo o presidente Volodimir Zelenski

316
pessoas também ficaram feridas do lado ucraniano, ainda segundo o mandatário

50
é o número de soldados russos que Kiev diz ter abatido; Moscou nega

Putin testa tática inédita e movimento arriscado em ataque

Dúvida é sobre o que o Kremlin fará com Kiev, diz analista militar russo, que vê dano político colossal

Igor Gielow

MOSCOU O ataque russo à Ucrânia, iniciado na madrugada desta quinta (24) no horário local, alia táticas militares nunca antes usadas pela Rússia a um grau considerável de risco corrido pelo presidente Vladimir Putin.

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando o poderio do Exército Vermelho da União Soviética repeliu a brutal invasão nazista de 1941 de volta até Berlim, tomada quatro anos depois, as forças russas nunca haviam se envolvido em uma ação tão grande.

Houve repressões no bloco soviético contra Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968), escaramuças com os chineses nos anos 1960, a desastrosa ocupação do Afeganistão (1979-89), as duas guerras locais na Tchetchênia (1994-6 e 1999-2000), e as ações pontuais na Geórgia (2008) e na Ucrânia (2014), e a intervenção na guerra civil síria (2015 em diante).

Nada como agora. "A ação está sendo realizada de acordo com uma técnica nova, aparentemente parcialmente testada na Síria. O ataque com mísseis, inclusive de cruzeiro, foi poderoso e inédito", afirma Ruslan Pukhov.

Ele é o diretor do Centro de Análise de Estratégias e Tecnologias de Moscou, e é reputado com um dos mais bem informados analistas militares do país. "A eficácia não está clara ainda, mas possibilitou à Rússia colocar rapidamente em ação helicópteros e aviões", disse.

A tática é velha conhecida do Ocidente, tendo tido sua estreia midiática na primeira Guerra do Golfo, em 1991. A diferença é que agora Moscou também tem seus mísseis de cruzeiro, principalmente o Kalibr, disparados por navios e submarinos. O míssil ar-terra Kripton, visando instalações de radar, também foi bastante empregado.

E erros da guerra de 2008, que foi também contra outro Estado, não se repetiram: havia coordenação clara, objetivos em escala.

As forças russas avançaram por terra também, aí apoiadas por artilharia e foguetes.

Não foi até aqui uma invasão com características de ocupação militar na Ucrânia.

O ataque foi por várias frentes, visando as áreas de cidades maiores, como Kiev, Kharkiv, Sumi e Kherson. Junto à capital, forças aerotransportadas por helicópteros se encontravam a 35 km da capital no fim da tarde, tendo tomado um aeroporto ao norte da cidade. No sul, blindados da Crimeia chegaram ao rio Dnieper sem oposição.

"Por enquanto, as tropas russas não entraram nas cidades, e sim as contornaram. Pode-se supor que a entrada de grandes massas numa operação terrestre está apenas começando", diz Pukhov.

"O choque e a desorganização são muito fortes, mas dificilmente vão durar muito tempo", avalia o analista.

Os ucranianos estão em apuros, ainda que possam causar muitos danos aos invasores. Numericamente, são cerca de 215 mil militares ao todo, ante quase 200 mil russos muito mais bem equipados. Desde que Putin anexou a Crimeia e apoiou a guerra civil que por fim lhe deu a desculpa para agir, em 2014, Kiev recebeu US$ 2,5 bilhões em ajuda militar americana.

Parece muito, mas não é. Nos últimos meses, sob a sombra da escalada militar russa, o Ocidente fez propaganda dos perigoso mísseis antitanque Javelin fornecidos por Washington, mas os números dificilmente farão frente a uma invasão maciça de blindados.

Além das forças em si, o equipamento militar russo hoje é 70% moderno, antes metade disso ou menos antes da reforma militar iniciada após o quase fiasco do país na Geórgia, em 2008.

Mesmo que algum país da Otan resolvesse entrar na guerra, a aliança claramente não tem coordenação convencional deste porte agora.

Esta é uma dura lição para a aliança, que desde o começo da crise insiste que só irá se defender e nada poderá fazer pela Ucrânia. A lógica diz que Putin não se atreverá a mexer com países do clube porque, ao fim, não busca um embate direto com os EUA.

E não se fala, obviamente, do arsenal nuclear que Putin balançou de novo na cara do Ocidente nesta quinta.

Assim, a dúvida que se coloca agora é se Putin irá tentar forçar uma entrada para decapitar o regime em Kiev, ou se irá forçar um cerco ali e em pontos como Kharkiv.

A segunda opção é complicada porque expõe tropas que avançaram muito rapidamente. Não está claro se Putin pretende enviar uma força de ocupação, algo que segundo contas ocidentais demandaria 600 mil de seus 900 mil militares, ainda que usando unidades policiais. O Kremlin nega isso, dando gás à ideia de que pretende derrubar o governo.

A consideração é bastante política. Se quer dobrar Kiev e tirar o vizinho da órbita da Otan e da União Europeia, será complicado fazê-lo se matar uma quantidade grande de ucranianos, principalmente sem uniforme.

Até aqui, embora os Estados Unidos tenham ensinado que armas inteligentes costumam ser bem burras, a Rússia parece ter tentado poupar ao máximo áreas civis.

Só que para fazer o comediante que virou presidente Volodimir Zelenski desistir da briga, seu cerco precisa ser duradouro. "É possível que seja a intenção do lado russo, mas eu tenho pouca ideia de como isso será possível de ser feito por muito tempo", diz Pukhov.

Para apresentador de TV e editor-chefe da revista Russia in Global Affairs Fiodor Lukaniov, a situação é complexa. "Mísseis russos em Kiev? É um pesadelo. Estou passado", afirmou ele, que até a semana passada filiava-se à corrente dos analistas políticos que rejeitavam o alarmismo.

"Agora, temos uma longa e dura luta contra as perdas, especialmente porque desafiamos essencialmente os EUA e a Otan", afirmou Pukhov, ressalvando que o sucesso na campanha poderá "dar trunfos para um acordo".

Mas, diz, "o dano moral e político para a Rússia será colossal", algo difícil de discordar já neste primeiro dia de aventura militar do Kremlin.

Policiais prendem manifestante antiguerra no centro de Moscou Alexander Nemenov/AFP

A Rússia lançou uma invasão em larga escala da Ucrânia por terra, mar e ar, no maior ataque de um Estado contra outro na Europa desde a 2ª Guerra Mundial

Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano
Sob domínio dos separatistas russos étnicos e agora reconhecidas por Moscou
Explosões observadas
Incursões militares russas relatadas

Russos controlam a região de Tchernóbil e um aeroporto ao norte de Kiev
Kiev: Mísseis balísticos e de cruzeiro teriam atingido o Aeroporto Internacional de Borispil e instalações militares
BELARUS
RÚSSIA
POLÔNIA
Lutsk
Tchernóbil
Chernihiv
Lviv
Kiev
Kharkiv
UCRÂNIA
Kramatorsk
Ivano-Frankivsk
Dnipro
Lugansk
Donetsk
MOLDOVA
Odessa
Kherson
Mariupol
Rostov-do-Don
ROMÊNIA
mar Negro
mar de Azov
Crimeia
Controlado por separatistas pró-russos
Crimeia: anexada pela Rússia em 2014
100 km
Fonte: Graphic News

Russos desafiam polícia e fazem protestos contra a guerra na Ucrânia

MOSCOU Centenas de russos foram às ruas para protestar contra a guerra na Ucrânia, desafiando um ano de forte repressão policial a qualquer manifestação contra o Kremlin. O monitor de violência estatal OVD-Info apontou até o começo da noite (tarde no Brasil) quase 800 presos em 42 cidades.

Um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz de 2021, o russo Dmitri Mutarov criticou duramente a ação militar de Vladimir Putin na Ucrânia e conclamou a população a protestar contra a guerra.

A movimentação começou tímida. Nos poucos episódios em que alguém tentou levantar cartazes sobre o conflito em Moscou, a polícia estava presente. Sob a alegação que toda manifestação na Rússia precisa de autorização municipal, o que está na lei, detiveram manifestantes.

Foi o que ocorreu com Irina, uma mulher que tentou protestar em frente à estátua do poeta Alexander Púchkin. Ela levantou um cartaz e foi presa.

Houve episódios semelhantes esparsos pela cidade, que se desacostumou com grandes protestos desde que Putin determinou forte repressão a atos contra a prisão do ativista Alexei Navalni, em 2021. Lentamente, contudo, a movimentação ganhou força, levando centenas à mesma praça da estátua do poeta no começo da noite.

Muratov é um crítico especialmente qualificado. Apesar de dirigir o último jornal impresso independente do país, o Novaia Gazeta (novo jornal, em russo), que viu repórteres seus serem mortos em condições suspeitas ao investigar assuntos do governo (Anna Politkovksaia em 2006 sendo a mais notória), ele tem trânsito entre a elite política do país.

Há rumores de que o jornalista é ouvido até por Vladimir Putin, que gosta de manter a ideia de algum pluralismo residual dentro do esquema de poder que comanda.

"Qual será o próximo passo? Uma salva nuclear?", questionou, em um vídeo gravado para a rádio Eco de Moscou. "A próxima edição da Novaia Gazeta será lançada bilíngue porque nós nunca vimos a Ucrânia como inimiga e o ucraniano como a linguagem do inimigo", afirmou. O jornal tem 90 mil exemplares e roda segunda, quarta e sexta.

Resta saber se ele poderá fazer isso. Muratov também afirmou que está envergonhado e triste pela guerra, e que "apenas um movimento de russos contra a guerra pode salvar a vida neste planeta, na minha opinião".

Muratov dividiu o Nobel da Paz com outra jornalista que sofre opressão governamental, a filipina Maria Ressa. IG

Bombeiros apagam chamas em prédio na cidade de Chuguiv, no leste da Ucrânia, após ataques da Rússia Aris Messinis/AFP

> Não está entre nossos planos a ocupação de territórios ucranianos. Não pretendemos impor nada a ninguém pela força
>
> Caros camaradas! Seus pais, avôs e bisavôs não lutaram contra os nazistas, defendendo nossa pátria comum, para que os neonazistas de hoje tomassem o poder na Ucrânia
>
> Quem quer que tente nos impedir [...] deve saber que a resposta da Rússia será imediata [...] Espero ser ouvido
>
> **Vladimir Putin**
> presidente da Rússia, ao anunciar invasão da Ucrânia nesta quinta-feira (24)

Russo pode até perder, mas já venceu o Ocidente

O lobo, de tanto ter o nome gritado, resolveu morder e mostrar fim da ordem pós-Guerra Fria, sob o olhar de Pequim

ANÁLISE

MOSCOU Independentemente do resultado final de sua audaciosa invasão da Ucrânia, Vladimir Putin já venceu o Ocidente nesta crise aguda, não vista em terras europeias desde que Adolf Hitler enviou suas últimas reservas atravessarem a floresta da Ardenas no inverno de 1944 para tentarem jogar os Aliados ao mar.

Diferentemente do ditador nazista, contudo, o presidente russo não parece estar na vazante terminal de seu poder, ainda que talvez não viva o zênite. Ao contrário, nesta contenda com o Ocidente, Estados Unidos à frente, deu as cartas desde o começo.

É história conhecida, que vai das humilhações sofridas pela Rússia na caótica década do pós-Guerra Fria às salvas de mísseis deste 24 de fevereiro. Putin emergiu como uma espécie de salvador da pátria e, para o russo comum até aqui, entregou um país melhor.

No caminho, contudo, ossificou o sistema político em torno de si. Em 2020, cedeu à tentação da perpetuação institucional, abrindo o caminho para ficar na cadeira até os 83 anos, em 2036. Agora, apresenta à Rússia a perspectiva de muitos anos de ostracismo —se não coisa pior.

Os motivos de Putin são conhecidos e obedecem a uma lógica, que é retomar o controle político sobre a antiga periferia soviética para evitar a gula do Ocidente e suas estruturas associadas, a Otan e a União Europeia.

Ninguém pode dizer que o caminho era improvável: em 2008, ele atacou a Geórgia em uma miniguerra que lembra mais a atual do que o conflito de 2014 na mesma Ucrânia, quando anexou a Crimeia e disparou a guerra civil que está no centro da crise atual.

Putin costuma ser visto como jogador tático, limitado ao próximo movimento.

Agora, com sofisticação estratégica de horizonte estendido, Putin surpreendeu a todos os observadores fora do círculo do alarmismo do complexo ocidental mídia-serviços de inteligência-governos.

Politicamente, Putin provou seu ponto de forma sombria. O mundo do pós-guerra, do conflito encerrado em 1945, está morto. Os espasmos da hegemonia americana do pós-Guerra Fria, que mantinham a estrutura anterior viva por aparelhos, já inexistem.

Não deixa de carregar simbolismo o fato de que a guerra começou enquanto senhores vetustos se digladiavam na mesma Organização das Nações Unidas que tanto Putin quanto o grande sujeito oculto da análise geopolítica do momento, Xi Jinping, defendem como grande palco de um multilateralismo necessário e respeitador das particularidades políticas de cada país potencial aliado.

Só que a Ucrânia, como o russo deixou claro de 2020 para cá, não entra na categoria de Estado. Na visão putinista de mundo, Kiev é um esbirro bolchevique do imperialismo russo e deve retornar à categoria de "área histórica".

Assim, bombardeie-se, mesmo que isso pareça ilógico por alienar a população que deveria estar tentando conquistar. Mas o jogo de Putin é sobre a flacidez da musculatura do mundo liberal-democrático, e as implicações disso são assustadoras mesmo para brasileiros na periferia.

O presidente diz, com sua ação, que com força bruta pode impor sua vontade. Os adversários, afinal de contas, só conseguem prometer sanções que até agora não mataram a economia russa e, dependendo da dose aplicada, podem vitimar seus proponentes.

O mundo já era um lugar mais perigoso quando Putin impôs sua lógica à Geórgia.

Agora, o "novo normal" anunciado pelo chefe da Otan tem a cara da guerra. Historicamente, regimes democráticos são mais adaptáveis e, por falhos, sujeitos a correções de rumo. Encarnavam aquilo que Churchill falava de a democracia ser a pior forma de governo, à exceção das outras.

Agora, assim como nos anos 1930, seu momento de crise é atacado com força por desafiantes iliberais. Há diferenças óbvias com aquela realidade, mas o cheiro de repetição é incômodo, e o cupim está na casa, como Donald Trump já provara.

Pior para o Ocidente que Joe Biden seja o homem do outro lado —ou Trump, para ficar no duopólio. Ambos não têm a energia para estabelecer um canal para lidar com esse novo normal, assim como Barack Obama errou ao permitir que Putin ganhasse musculatura ao salvar a ditadura síria na guerra civil.

Não se trata de sugerir que a Otan deva entrar na guerra, por riscos apocalípticos evidentes e o potencial apetite de Putin de também querer se provar crível nesse campo. Melhor não duvidar.

Mas o caminho que misturou desprezo aos russos e falta de visão estratégica levou o Ocidente ao impasse atual, com suas instituições repetindo como autômatos os mesmos discursos. Falta diálogo de lado a lado, e aí o russo poderá sempre dizer que alertava sobre isso desde o famoso discurso de Munique em 2007.

É tarde. Putin pode fracassar, ver sua própria população se mobilizar contra si, acabar engasgado pelas sanções. Ou vencer e ainda achar uma linha de salvação na China.

Mas o resultado está aí. Uma demonstração de poderio militar, desassombro na hora de justificar motivações. O lobo, após tanto ter seu nome gritado, mordeu. **IG**

China evita criticar ação militar, e relação com Xi Jinping será cobrada

MOSCOU Aliada estratégica do governo de Vladimir Putin, a China se viu em uma complicada situação diplomática com o ataque russo à Ucrânia.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que Pequim tem assento permanente ao lado de Moscou e da trinca ocidental Washington, Londres e Paris, o embaixador do país apenas pediu calma a todos os envolvidos na crise.

"A situação na Ucrânia está num momento crítico e a China está muito preocupada. Todas as partes devem exercitar cautela e evitar uma escalada maior de tensões. Acreditamos que a porta de uma solução pacífica não está fechada", afirmou o embaixador Zhang Jung.

Ele não citou a palavra Rússia, ou guerra, ou invasão, e não comentou o reconhecimento das regiões rebeldes de Donetsk e Lugansk, um dos fatores que dispararam os eventos desta quinta (24).

Já em Pequim, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores Hua Chunying, foi na mesma linha. Questionada por uma repórter americana se Pequim considerava que a ação de Putin era uma invasão, ela não respondeu.

A situação é complicada para Xi Jinping. O dirigente chinês havia dado seu apoio a Putin quando o russo emitiu um ultimato ao Ocidente para resolver a questão ucraniana em seus termos, visando tolher a expansão da Otan (aliança militar liderada por Washington) no antigo espaço soviético.

Xi inclusive falou que ambos os países deveriam agir conjuntamente contra as pressões do Ocidente. Desde 2017, a Guerra Fria 2.0 lançada pelos EUA para conter a assertividade chinesa opôs as potências em praticamente todos os temas, da pandemia à autonomia de Hong Kong, passando pelas alianças militares americanas no Indo-Pacífico.

Ambos foram além, encontrando-se na abertura dos Jogos de Inverno de Pequim, que acabaram no domingo (20). Lá, formalizaram uma aliança que na prática colocou Putin oficialmente do lado de Xi no embate com Washington.

Só que, além de não ser uma união militar, a China não é a Rússia, país largamente distante do sistema financeiro ocidental, com a notável exceção dos negócios energéticos na área de gás e petróleo, onde Alemanha, França e outros potenciais adversários são seus sócios.

Já Pequim, por toda a animosidade com o Ocidente, tem uma interconexão enorme com mercados e empresas americanas e europeias. Agora, a ligação de Xi com Putin será colocada a teste onde pode doer para a China: o bolso. **IG**

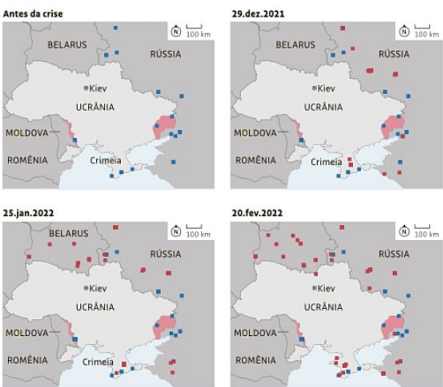
O cerco russo à Ucrânia

Posições militares russas ■ Existentes ■ Novas

Antes da crise

29.dez.2021

25.jan.2022

20.fev.2022

Fonte: New York Times

Retaliações econômicas dificilmente salvarão a pátria

Talvez seja esperar demais que elas em si, por mais duras que possam ser, façam Putin mudar de ideia

Tatiana Prazeres

Analista internacional, foi secretária de comércio exterior e trabalhou na China de 2019 a 2021

O que fazer diante do avanço de Putin na Ucrânia? A pergunta deixou de ser hipotética nesta semana. O resultado é que as sanções passam a ocupar o centro das atenções internacionais.

Fala-se, por exemplo, em suspender compras de gás e petróleo da Rússia, limitar o acesso do país ao sistema financeiro internacional, restringir a venda de determinados produtos, congelar ativos de certos cidadãos ou empresas e mesmo excluir Moscou do Swift, o sistema de pagamentos internacionais.

Sanções são desenhadas para afetar o cálculo político de quem decide —no caso, para fazer Putin recuar. Normalmente, à medida que o problema se agrava, punições mais dolorosas entram no pacote.

Nesta semana, vários países já anunciaram medidas contra a Rússia. Toda a fúria contra Putin tomará a forma de sanções —rápidas e severas, nas palavras dos EUA. Mas tem um detalhe: isso não costuma funcionar.

Convém mesmo moderar expectativas, porque as sanções internacionais não têm histórico brilhante. Se o objetivo é forçar uma mudança de comportamento, elas têm falhado, de Cuba à Coreia do Norte, do Irã à Venezuela, passando pela Síria. Decerto, a situação econômica desses países é seriíssima (e a população local sofre as consequências). Mas anos ou mesmo décadas de punições foram incapazes de convencer seus líderes a fazer o que se esperava deles.

Sanções internacionais embutem riscos econômicos e políticos também para quem as adota. Quase sempre quem aplica as medidas sente um pouco da dor. Por exemplo, deixar de comprar gás de Moscou significa, para a Alemanha, renunciar à sua principal fonte de suprimento externo. Para os EUA, isolar a Rússia tem o efeito de aproximá-la da China. Numa sanção para valer, é difícil evitar o efeito tiro no pé.

As medidas, claro, costumam ter impacto econômico significativo sobre o país afetado, além de levá-lo a certo isolamento internacional. Nessas circunstâncias, é possível que a insatisfação gerada principalmente pela deterioração da economia seja canalizada contra as autoridades locais, criando um caldo pró-mudanças.

Mas é também possível que a população acabe culpando as potências estrangeiras pelos males domésticos. Em Cuba, na Venezuela e alhures, autoridades locais exploram justamente essa narrativa. As sanções, em vez de incentivar a mudança de comportamento, podem ter o efeito contrário —elas poderiam estimular a resistência, mesmo que a um custo humanitário alto.

Assumindo que seja ancorada no direito internacional, a sanção boa é aquela que não precisa chegar a ser aplicada. É quando a ameaça crível de que há um preço alto a pagar basta para fazer um líder pensar duas vezes, por exemplo, antes de invadir outro país.

No entanto, o histórico ruim das sanções internacionais compromete seu potencial dissuasório —inclusive na Rússia de hoje. Em 2014, na sequência da anexação da Crimeia, o Ocidente impôs um pacote de sanções. É certo que a economia e a população sofreram em função das medidas, mas, se o objetivo era fazer Moscou desistir da operação, as medidas fracassaram. Mais, ainda fragilizaram o país, mas não seu presidente.

O ataque russo à Ucrânia nesta semana comprova que, para Putin, a perspectiva das sanções não exerce efeito dissuasório. Talvez seja esperar demais que elas em si, por mais duras que possam ser, façam-no mudar de ideia.

O melhor que se poderia esperar é que sirvam de incentivo para uma negociação real. Sanções apenas, por mais rápidas e severas que sejam, dificilmente salvarão a pátria.

| **SEG.** Mathias Alencastro | **QUI.** Lúcia Guimarães
| **SEX.** Tatiana Prazeres | **SÁB.** Jaime Spitzcovsky

Mulher ferida por bombardeios russos deixa hospital na cidade de Chuguiv, após receber atendimento médico Aris Messinis/AFP

Biden chama Putin de agressor e anuncia nova leva de sanções

Líder ucraniano expressa desânimo com reação do Ocidente após invasão

Rafael Balago

WASHINGTON O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou novas sanções contra a Rússia nesta quinta (24), em resposta à invasão da Ucrânia. Haverá restrições envolvendo transações do governo russo em moedas estrangeiras, barreiras para o acesso russo a novas tecnologias e medidas contra os maiores bancos do país.

No campo militar, o democrata deixou claro que as tropas americanas irão se limitar a proteger o território de aliados da Otan, aliança militar da qual a Ucrânia não faz parte. "Nossas forças não vão para a Europa para lutar na Ucrânia, mas para defender nossos aliados da Otan. Os Estados Unidos vão defender cada polegada do território da Otan, com toda a força do poder americano", prometeu.

A Otan deve se reunir na sexta (25) para definir seus próximos passos sobre a crise. Segundo as agências de notícias Reuters e AFP, os EUA enviarão mais 7.000 militares americanos para a Europa, de modo a reforçar a segurança dos países da aliança militar.

As sanções anunciadas nesta quinta atingem as instituições Sberbank, VTB, Otkritie, Sovcombank OJSC e Novikombank, além de suas subsidiárias, com medidas variadas. O Sberbank terá acesso limitado a transações com dólares, por exemplo.

Os bancos não poderão mais fazer negócios com empresas americanas e terão seu patrimônio nos EUA congelado. As quatro maiores instituições atingidas somam, juntas, US$ 1 trilhão em ativos.

O pacote de medidas dificultará investimentos e empréstimos estrangeiros a várias empresas russas, incluindo a Gazprom, maior companhia energética do país, que atua na produção de gás. Prevê ainda limitar o acesso da Rússia a produtos importados de alta tecnologia.

Houve também punições contra alguns integrantes da elite russa e a Belarus, por permitir que a Rússia use seu território em operações para invadir a Ucrânia. Punições diretas contra o presidente russo Vladimir Putin, que ainda não foram adotadas, também estão em debate.

Biden anunciou as medidas em um discurso na Casa Branca. "Vamos limitar a capacidade da Rússia de fazer negócios envolvendo dólares, euros, libras e ienes", disse, sem dar detalhes, citando as moedas dos EUA, União Europeia, Reino Unido e Japão.

No entanto, o próprio Biden admitiu que as sanções terão pouco efeito imediato.

"Ninguém espera que sanções vão prevenir alguma coisa de acontecer. Elas levam tempo. Ele [Putin] não vai dizer: 'Ai meu Deus, estas sanções estão vindo, vou embora'", ironizou, ao ser questionado por jornalistas. "Impor sanções e ver o efeito das sanções são duas coisas diferentes. E agora vamos vê-lo começar a sentir o efeito. As sanções excedem qualquer coisa que já tenha sido feita".

No discurso, o líder americano fez ataques ao presidente russo. "Putin é o agressor. Putin escolheu essa guerra e agora ele e seu país suportarão as consequências", alertou, em tom enérgico.

Ele disse que há "uma ruptura completa" nas relações entre EUA e Rússia neste momento, e que não tem planos de conversar com Putin.

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, acusou a Rússia de tentar implantar uma nova cortina de ferro, em referência ao bloco comunista aliado à União Soviética. À noite, horas após ter pedido sanções "concretas" contra o vizinho, se disse desanimado com as potências do Ocidente. "Não vejo ninguém [para lutar ao lado de Kiev]", disse.

Europa e Reino Unido também endurecem punições a Moscou

BELO HORIZONTE A União Europeia elevou o tom nesta quinta (24) e ampliou as sanções econômicas contra a Rússia em retaliação à invasão ordenada pelo líder russo, Vladimir Putin, à Ucrânia. Os líderes dos 27 membros do bloco concordaram em aumentar as retaliações, desta vez com um aliado que deixou o grupo recentemente, o Reino Unido.

Em discurso ao Parlamento, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, anunciou sanções contra mais de cem bancos, empresários, políticos e empreendimentos que tenham relações com o Kremlin.

O temor de investidores estrangeiros quanto às sanções fez o rublo registrar sua maior queda diária na história, desvalorizando 4,5% em frente ao dólar. Já a bolsa de valores de Moscou caiu quase 40%.

Antes da divulgação das sanções pela União Europeia, que se assemelham em grande parte às aplicadas pelo Reino Unido, o primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, disse que o Ocidente empregará todos os recursos disponíveis para garantir que o conflito na Ucrânia não se espalhe para outros países da Europa.

"O presidente Putin quer voltar no tempo, mas não há como voltar ao século 19, quando grandes potências governavam sobre os chefes de Estados menores", disse.

Já o presidente da França, Emmanuel Macron, disse em um comunicado em rede nacional que "os eventos da noite passada marcam um ponto de virada na história da Europa" e que "responderemos a este ato de guerra sem fraqueza, com sangue frio, determinação e unidade".

Estratégia dos EUA visa a bloquear narrativas contraditórias

ANÁLISE

Moises Rabinovici

Jornalista, foi correspondente no Oriente Médio, nos Estados Unidos e na França

SÃO PAULO O presidente Joe Biden revelou, até a véspera da guerra russo-ucraniana, uma arma jamais usada pelos EUA: a verdade, segundo seus serviços de inteligência.

Disparando denúncias do que o presidente Vladimir Putin pretendia fazer, antes que o fizesse, ele o desarmou em alguns momentos. É o que pode ter acontecido com um vídeo em que soldados russos apareceriam feridos ou mortos por ucranianos, estopim para começar a guerra dias atrás.

Espiões e serviços de inteligência militar não simpatizaram com a estratégia de transparência adotada pela Casa Branca. Afinal, são secretos, vivem à sombra. Até recentemente, para que uma revelação fosse divulgada, levava tempo, com censores eliminando detalhes comprometedores e altas patentes do Pentágono pesando possíveis consequências.

O presidente Biden agilizou o processo. Os jornais americanos estão ganhando acesso a fotos de satélite e informações sobre movimento de tropas russas desde novembro.

Putin é um veterano espião da KGB soviética, dado a laivos teatrais. Nesta semana, ele passou uma descompostura pública em seu chefe de inteligência no exterior, que titubeou ao responder "sim" à ideia de reconhecer a independência das autoproclamadas repúblicas separatistas pró-Rússia de Donetsk e Lugansk.

Depois, com a aprovação unânime de seus ministros, falou aos russos, pela TV, que os EUA e seus aliados estavam usando a Ucrânia "como um instrumento de confrontação com a Rússia". E prometeu "desnazificar" a Ucrânia, que é presidida por um judeu, Volodimir Zelenski.

[...]

A 'desclassificação' (downgrading) de informações secretas do cerco das tropas russas à Ucrânia, distribuídas rapidamente para a Otan e aliados europeus, pode ter complicado os planos de Putin para uma invasão

"Quando começa uma guerra, a primeira vítima é a verdade", dizia o senador americano Hiram Johnson. Às vezes, a mentira aparece mesmo antes —as "armas de destruição de massa" de Saddam Hussein foram o prelúdio da invasão do Iraque, e nunca as encontraram. Se fossem contados quantos aviões o Iraque e o Irã diziam ter abatido um do outro, na guerra de 1980, não sobraria força aérea no mundo.

A "desclassificação" (downgrading) de informações secretas do cerco das tropas russas à Ucrânia, distribuídas rapidamente para a Otan e aliados europeus, pode ter complicado os planos de Putin para uma invasão.

Ele não estava preparado para a verdade retratada por satélites. Tentou, simulando um início de retirada de seus tanques e mísseis para os quartéis, mas foi desmentido.

A nova estratégia dos EUA impede a criação de narrativas contraditórias que encobriram a queda do avião da Malaysia Airlines, em que morreram 298 passageiros, abatido por um míssil russo disparado de uma região separatista pró-Rússia na Ucrânia, como concluiu uma investigação feita pela Holanda e pelo site de jornalismo investigativo Bellingcat, muito tempo depois.

Repercussão

Volodimir Zelenski
presidente da Ucrânia
"Quem está disposto a lutar conosco? Não vejo ninguém. Todos estão com medo."

Serguei Kislitsia
representante da Ucrânia na ONU, em reunião do Conselho de Segurança que debatia o tema; o ataque foi anunciado durante o encontro
"Não há purgatório para criminosos de guerra. Eles vão direto ao inferno."

Olaf Scholz
premiê alemão
"Putin quer voltar no tempo, mas não há como voltar ao século 19, quando grandes potências governavam sobre os chefes de Estados menores."

Boris Johnson
premiê britânico
"Putin será condenado aos olhos do mundo e da história. Ele nunca será capaz de limpar o sangue da Ucrânia de sua mão."

Ursula von der Leyen
presidente da Comissão Europeia
"Putin é responsável por trazer a guerra de volta à Europa [...] Putin precisa ser derrotado, e será derrotado."

Luiz Inácio Lula da Silva
ex-presidente do Brasil
"Parece até uma piada, o Bolsonaro foi lá dizer que ia resolver a paz e agora acho que é importante mandar ele lá pra Ucrânia para ver se ele consegue resolver o problema [...] Até hoje gente não sabe o que ele foi fazer lá."

Bolsonaro ignora conflito, e Itamaraty evita atingir russo

Diplomacia faz malabarismo retórico para não se indispor com Moscou, parceiro estratégico e sócio no Brics

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA A escalada de tensões na Ucrânia —que culminou com a decisão de Vladimir Putin de invadir o país— tem forçado o Itamaraty a promover um malabarismo retórico para mostrar, ao mesmo tempo, oposição a uma violação do direito internacional por Moscou sem apontar o dedo diretamente para a Rússia.

Os russos são considerados parceiros estratégicos e são sócios do Brasil no Brics (grupo também formado por Índia, China e África do Sul).

A tentativa da diplomacia brasileira de se equilibrar entre a posição dos EUA e aliados da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e, do outro lado, a da Rússia de Vladimir Putin tem ficado evidente nos discursos do embaixador do Brasil na ONU, Ronaldo Costa Filho, no Conselho de Segurança.

A última manifestação do brasileiro ocorreu na noite desta quarta-feira (23). Na ocasião, Costa Filho disse que "a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial, soberania e independência política de um membro da ONU é inaceitável".

Trata-se de uma das mais duras linguagens adotadas até o momento contra a mobilização militar russa na fronteira —e agora no território— da Ucrânia.

Apesar disso, Costa Filho não mencionou diretamente o governo da Rússia e passou longe da retórica americana e de aliados europeus que responsabilizam Putin pela maior ameaça militar no continente europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

Diplomatas consultados pela **Folha** avaliaram, sob condição de anonimato, que a fala de Costa Filho foi o mais longe que o Brasil conseguiu chegar para criticar a ameaça de agressão russa sem fazer uma condenação enfática de Moscou —algo que, dizem, não é do interesse do país.

Destacaram que o anúncio da invasão da Rússia ocorreu enquanto a sessão do Conselho de Segurança estava sendo realizada, de forma que o discurso de Costa Filho provavelmente foi elaborado antes do início dos ataques.

Nesta quinta (24), o Itamaraty divulgou uma nota em que diz acompanhar "com grave preocupação a deflagração de operações militares" pela Rússia contra "alvos no território da Ucrânia".

Costa Filho fez em sua manifestação um apelo pela retirada de tropas como "medida efetiva para a prevenção e redução de ameaças à paz".

A declaração de Costa Filho traz mudanças em relação a manifestações anteriores do Brasil. Em reunião anterior do Conselho de Segurança sobre o tema, em 31 de janeiro, o diplomata havia se oposto a sanções unilaterais.

Na noite desta quarta, o Brasil não fez qualquer referência a sanções econômicas. Uma menção nos moldes da que foi feita no final de janeiro, dizem diplomatas, poderia ser interpretada como uma crítica aos EUA e aliados.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse estar "totalmente empenhado" em proteger brasileiros na região. "Estou totalmente empenhado no esforço de proteger e auxiliar os brasileiros que estão na Ucrânia", disse no Twitter.

Mais tarde, em sua live semanal, Bolsonaro disse ser a única autoridade do governo que pode se posicionar sobre a crise, desautorizando o vice-presidente. Hamilton Mourão mais cedo afirmou não concordar com a ação da Rússia e comparou a ação à expansão militarista do nazismo.

"Quem fala sobre o assunto é o presidente da República, e chama-se Jair Bolsonaro", disse o mandatário. "Quem está falando está dando 'pituada' [palpite] naquilo que não lhe compete", acerscentou.

Colaboraram Marianna Holanda, Julia Chaib, Renato Machado e Danielle Brandt

Embaixada dos EUA cobra posicionamento de líder brasileiro

Constança Rezende

BRASÍLIA O encarregado de negócios da embaixada dos Estados Unidos, Douglas Koneff, disse nesta quinta-feira (24) que a voz do Brasil em relação à guerra da Rússia contra a Ucrânia "importa muito" e que espera que o governo brasileiro se posicione.

O diplomata citou o fato de o Brasil ter assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas e afirmou que falas que condenam as ações russas ajudam a diminuir a crise no Leste Europeu.

As declarações foram feitas após Koneff ser indagado sobre o silêncio do presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação ao assunto. O mandatário disse apenas estar "totalmente empenhado" em proteger brasileiros na região.

"Para buscar qualquer posicionamento do presidente [Bolsonaro], teria que procurar o Planalto, mas as falas que condenam as ações russas que violam as leis ajudam muito a diminuir essa crise", disse Koneff, que substitui o embaixador dos EUA no Brasil no momento.

"Os governos e indivíduos estão se posicionando a todo o momento, e esperamos qualquer posicionamento que condene as ações russas", seguiu o diplomata americano, falando sobre o Brasil.

Entenda o que provocou a guerra na Ucrânia e o que quer a Rússia

Que caminho os países percorreram até o ataque?
Em novembro, Putin deslocou mais de 100 mil soldados para áreas próximas da Ucrânia. Por meses, EUA, Otan e Ucrânia acusaram o russo de planejar invasão militar, o que ele negava. Dizia, porém, que poderia tomar ações militares se a aliança militar ocidental não recuasse e se não vetasse formalmente a Ucrânia de entrar para o clube, o que os EUA consideravam inaceitável. Após meses de tensão, na segunda (21) Putin reconheceu independência de duas áreas separatistas no território ucraniano, de maioria étnica russa. Na quinta, declarou que faria uma "operação militar especial" no Donbass, área de maioria russa étnica. A fala foi lida como uma declaração de guerra.

Como eram as relações entre Kiev e Moscou?
Antes tida como espécie de satélite russo, a Ucrânia está em conflito com a Rússia desde 2014, quando um governo pró-Moscou em Kiev foi derrubado após protestos em massa. Putin percebeu que Otan e União Europeia poderiam absorver o vizinho e agiu, promovendo a anexação da Crimeia, um território étnico russo que havia sido cedido à Ucrânia em 1954. Além disso, fomentou uma guerra civil de separatistas pró-Kremlin no Donbass, que está no centro da confusão agora.

Como está a situação da Crimeia hoje? Só oito países aliados do Kremlin reconhecem a península como território russo. Para todo o resto da comunidade internacional, a região é ucraniana. A anexação, porém, é vista como fato consumado na comunidade diplomática.

O que Putin quer de fato? A prioridade é evitar que a Ucrânia, ou outro país ex-soviético, entre na Otan e, de forma mais secundária, na União Europeia. Historicamente, russos têm seu flanco mais vulnerável no Leste Europeu.

É a primeira vez que Putin reage? Não. O conflito atual se assemelha à guerra em 2008 na Geórgia, um país pequeno do Cáucaso. Assim como a Ucrânia, a Geórgia tem duas áreas de maioria étnica russa, a Abkházia e a Ossétia do Sul. Após a invasão russa nessas regiões, a Geórgia deixou de controlar 20% de seu território, o que na prática impede que ela se una à Otan.

Pedaço de um foguete atravessado em apartamento localizado na periferia da cidade de Kharkiv Sergei Bobok/AFP

TODA MÍDIA | *Nelson de Sá*
nelson.sa@grupofolha.com.br

'Pária', russo passa o dia em conversa com Modi, Macron etc.

Ao vivo por canais dos EUA, Biden falou que "Putin será um pária no palco internacional". Que "ao redor do mundo, da Ásia à América do Sul e Europa", a vasta maioria se opõe a Putin. Que ele, Biden, não iria "conversar com Putin".

Nas perguntas, uma foi sobre a busca de ajuda da China para "isolar a Rússia". Biden respondeu não estar "preparado para comentar". Outra foi sobre a Índia. Biden: "Estamos em consulta. Não resolvemos isso completamente".

Na China, Guancha, Global Times e Xinhua destacaram o telefonema entre os chanceleres chinês e russo, em que o primeiro voltou a defender soberania e a afirmar que compreende as "preocupações com segurança" da Rússia.

Sua porta-voz foi mais direta, dizendo em coletiva que, "quando se trata de respeito por soberania, os EUA não estão em posição de repreender a China", citando a "interferência" sobre Xinjiang, Hong Kong e Taiwan e o bombardeio da embaixada em Belgrado. "A Otan tem uma dívida de sangue com o povo chinês."

Na Índia, destaque por Dainik Jagran, Hindu e Times of India, o primeiro-ministro Narendra Modi ligou para Putin. Falou que "todos os lados" deveriam "retornar ao caminho da diplomacia" e "reiterou sua convicção de longa data de que as diferenças entre a Rússia e o grupo da Otan só podem ser resolvidas por meio de um diálogo sincero".

Ao fundo, no canal de notícias NDTV, de Nova Déli, o embaixador da Ucrânia se declarou "profundamente insatisfeito com a posição indiana".

Também o presidente francês Emmanuel Macron ligou para Putin e, segundo os russos Argumenty i Fakty e Moskovskij Komsomolets, ouviu "explicação abrangente das razões e circunstâncias para a operação militar especial".

Também o presidente iraniano Ebrahim Raeisi ligou para Putin, mas para criticar a Otan, que vê na "raiz" do conflito, pelos relatos da iraniana PressTV e da qatari Al Jazeera.

Quanto à América do Sul, o próprio New York Times destacou que Jair Bolsonaro "caminha sobre um fio tênue em sua resposta aos ataques". Que o México de AMLO rejeitou o uso de força, "mas não mencionou a Rússia". E que a Argentina de Alberto Fernández, inesperadamente crítica, "emitiu sua mais forte rejeição ao uso de força armada".

Wave of Iranian Oil May Flood Asia If Nuclear Deal Reached

ONDA DE PETRÓLEO IRANIANO
Em meio à disparada nos preços de gás e petróleo, o francês Le Monde noticia que 'O acordo nuclear com o Irã está prestes a ser salvo', que os EUA cederam e só falta o governo iraniano confirmar; a Bloomberg já projeta que uma 'Onda de petróleo iraniano pode inundar a Ásia se acordo for alcançado' (acima)

Brasileiros ouvem explosão, buscam abrigo e tentam fugir

Postos de gasolina, supermercados e estradas ficaram lotados na Ucrânia

GUERRA NA UCRÂNIA

Flávia Mantovani

SÃO PAULO "Começou a guerra". Brasileiros que vivem na Ucrânia acordaram na manhã desta quinta-feira (24) com mensagens como essa, barulhos de explosões e sirenes de alarme de bombardeio.

Apesar da escalada de tensões entre os governos de Rússia e Ucrânia nos últimos dias, os ataques pegaram as pessoas de surpresa, especialmente quem vive em Kiev e arredores, a centenas de quilômetros da fronteira e das regiões separatistas de Donetsk e Lugansk.

É o caso da publicitária paranaense Cristiane Barros Nedashkovskaya, 30, que mora em Bila Tserkva, na região metropolitana de Kiev, uma das cidades atingidas pelos ataques aéreos.

"Acordei às 5h com o barulho da explosão, a sirene de alarme tocando por causa do choque. Depois ouvi mais explosões, drones sobrevoando. Liguei para amigos brasileiros que moram aqui para avisar. Foi um desespero, um momento bem tenso", relata.

Casada com um ucraniano e vivendo no país há um ano e meio, Cristiane colocou um casaco por cima do pijama e foi tentar abastecer o carro para poder viajar para a fronteira com a Romênia com a sogra, a cunhada e o sobrinho de 1 ano.

O sogro de 58 anos não poderá ir, pois homens ucranianos com idade de 18 a 65 anos estão proibidos de deixar o país, para poderem ser convocados pelo Exército. O marido dela está a trabalho em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e por isso está a salvo.

Cristiane passou horas na fila do posto de combustível. Nesse tempo viu sete tanques passando ao lado. Quando chegou sua vez de abastecer, o cartão de crédito estava bloqueado.

"Teve muitos ataques cibernéticos, sites e sistemas bancários caíram. A sorte é que eu já estava guardando dólar em casa, consegui trocar, abastecer e comprar suprimentos", diz.

As saídas da cidade estão congestionadas de carros tentando deixar o local. A família deve pegar a estrada assim que amanhecer o dia. "Vai ser uma noite difícil porque a gente não vai conseguir pregar o olho."

A poucos quilômetros, em Kiev, o artista 3D Walther Lang, 47, foi acordado pela mensagem da esposa ucraniana, que está em outra cidade, avisando: "Começou a guerra".

Ele foi então ao supermercado comprar comida. "Já tinha fila, um segurança administrando o fluxo das pessoas. Não tinha limite de compra, mas só dava para entrar quando saía alguém", conta. "Houve também corrida aos bancos para sacar dinheiro, porque não se sabe se o sistema bancário vai funcionar".

Enquanto falava com a reportagem, Walther se preparava para ir a um abrigo antibombas a 200 metros de sua casa. A prefeitura divulgou um mapa, com opções de garagens e outras passagens subterrâneas.

"Eles nos recomendaram sair dos prédios ou pelo menos ficar no andar térreo, evitar ficar perto das janelas, pois podem voar destroços, e de qualquer coisa inflamável", afirma.

Segundo ele, o clima em Kiev era de certa normalidade, ao menos na parte da manhã, mas avalia ir para a Polônia por terra e depois pegar um voo para o Brasil. "Pode ser que daqui a dois minutos mude tudo, que cheguem tropas ou que a coisa amenize. O Exército ucraniano diz que já abateu helicópteros, mas na Rússia dizem a mesma coisa. É uma guerra de informação, todos os lados dizem que estão ganhando."

A Polônia também foi a saída para um grupo de dois treinadores e sete jogadores de futebol brasileiros que estão no oeste da Ucrânia. Dono de uma academia de futebol em uma cidade polonesa, Roberto Szymanski, 53, levara a delegação para treinar nas montanhas de Lviv, no oeste ucraniano, no início de janeiro.

"Acordamos pela manhã com a sirene da igreja tocando, avisando que era para termos cuidado porque a guerra começou. Tentei contato com a embaixada das 7h às 13h, mas as linhas estão congestionadas, está impossível falar", contou.

Apesar de não ter havido ataques na região onde estavam, o treinador achou mais prudente deixar o país junto com os atletas, que têm entre 18 a 23 anos. Com muito custo, eles conseguiram um carro e uma van para levá-los à fronteira.

"Nós não tínhamos nenhum plano de sair da Ucrânia, eu não acreditava que chegaria ao ponto que chegou hoje. Mas acho que vai se tornar uma coisa muito séria. A gente está sentindo uma insegurança muito grande em relação a esse conflito", acrescentou.

Por meio de nota, a chancelaria brasileira informou ainda que a embaixada brasileira em Kiev vem renovando o cadastramento dos brasileiros no país e transmitido orientações pelos portais online.

O ministério das Relações Exteriores divulgou nesta quinta-feira um pedido para que os brasileiros que vivem na Ucrânia mantenham contato diário com a embaixada. As autoridades brasileiras disponibilizaram um número de plantão consular para casos de emergência de brasileiros na Ucrânia (+55 61 98260-0610).

Itamaraty quer comboio para retirada, mas não tem data

O Itamaraty anunciou nesta quinta (24) que prevê organizar um comboio para retirar por vias terrestres brasileiros que estão na Ucrânia. Ainda não há data definida para a ação. A organização do comboio dependerá da avaliação de aspectos de segurança, disponibilidade de transporte e possibilidade de deslocamento para um ponto de encontro comum —possivelmente Kiev. O ministro Ciro Nogueira (Casa Civil) disse que a prioridade do governo é viabilizar a saída dos cerca de 500 brasileiros no país.

Moradores de Kramatorsk se dirigem aos trens que foram enviados para evacuar a região, localizada no leste da Ucrânia Tyler Hicks/The New York Times

Parentes na Ucrânia estão no porão, diz paranaense

GUERRA NA UCRÂNIA

Andrea Torrente

CURITIBA Desde a noite de quarta-feira (23), quando as tropas da Rússia começaram a invasão da Ucrânia, integrantes da comunidade ucraniana no Paraná acompanham apreensivos as notícias que chegam do Leste Europeu e buscam formas de ajudar amigos e parentes que moram no país.

"Acabo de receber notícias de que meus parentes na Ucrânia estão abrigados no porão de casa e fizeram um estoque de comida", conta a engenheira química Rubia Moisa, 48, de Curitiba, que é neta do ucraniano Theodoro Dudwski.

Seus primos de segundo grau moram em Lviv (também conhecida como Leópolis), cidade que, apesar de estar localizada no oeste, também entrou em estado de atenção com as sirenes de alerta de bombardeios acionadas.

Diante da escalada das tensões, integrantes da comunidade ucraniana, que conta com cerca de 600 mil membros no Brasil, sendo 80% deles no Paraná, reuniram-se com representantes da embaixada do país para pressionar o governo brasileiro a condenar oficialmente a invasão.

"A embaixada ucraniana nos apoia neste pedido ao governo brasileiro para que se posicione oficialmente a respeito da invasão russa, em especial a Presidência da República, que ainda não se posicionou", afirma Felipe Oresten, 33, presidente da Sociedade Ucraniana do Brasil.

Ele relata que em algumas regiões da Ucrânia as comunicações telefônicas e pela internet estão complicadas e que a situação é tão confusa que os cidadãos não têm acesso a informações 100% confiáveis.

"O sentimento é de impotência. O que está acontecendo é um retrocesso na liberdade e soberania de um país. Temos muitos amigos lá e infelizmente não podemos ajudá-los. Alguns estão com medo, outros estão procurando mantimentos básicos como comida, água e abastecendo o carro", diz Oresten, que conta estar recebendo o tempo todo imagens de pessoas fugindo de suas casas e sirenes tocando.

A Representação Central Ucraniano-Brasileira emitiu uma nota para denunciar a "cruel agressão russa à Ucrânia" e convocar os brasileiros a manifestarem solidariedade.

Moradores de Prudentópolis, um dos municípios com a maior concentração de descendentes ucranianos no Brasil e localizado no interior do Paraná, a cerca de 200 quilômetros de Curitiba, se reuniriam em manifestação na Praça da Ucrânia para expressar apoio. Missas serão realizadas também no domingo (27) nas centenas de igrejas de tradição ucraniana pelo Brasil.

"O clima é de luto, está todo mundo fechado e calado. Parece que a Rússia invadiu Prudentópolis", declara André Zakalugem, 34, morador da cidade e membro da Irmandade dos Cossacos.

Em longa publicação feita nas redes sociais, o presidente da Representação Central Ucraniano-Brasileira, Vitorio Sorotiuk, acusou Vladimir Putin de buscar "restaurar o império czarista".

"Há muitas incertezas de como se dará a evolução do conflito. Há muitas dúvidas no ar, mas o que é certo é que a Rússia perdeu os ucranianos para sempre", afirmou Sorotiuk.

Além de laços familiar e cultural, consequências da guerra já começam a ser sentidas nas trocas comerciais entre Brasil e Ucrânia.

Sergio José Maciura, 57, presidente da Câmara da Indústria, Comércio e Inovação Brasil-Ucrânia e dono de uma empresa de turismo com sedes em Curitiba e Kiev, diz que o comércio e as reuniões de negócios entre empresários dos dois países foram suspensos.

Ele relata um clima de "desespero total" entre amigos e parentes que moram no país. "Tenho amigos que fugiram e se esconderam em casas de parentes nos montes Cárpatos, que são regiões menos habitadas, e outros em Kiev estão escutando bombardeios."

> O sentimento é de impotência. O que está acontecendo é um retrocesso na liberdade e soberania de um país. Temos muitos amigos lá e infelizmente não podemos ajudá-los
>
> **Felipe Oresten**
> presidente da Sociedade Ucraniana do Brasil

Justiça dos EUA condena ex-policiais do caso George Floyd

SÃO PAULO E GUARULHOS Três ex-policiais que estavam presentes no momento em que George Floyd foi assassinado nos EUA em 2020 foram considerados culpados de crimes federais por privarem o ex-segurança de seus direitos constitucionais ao não fornecerem assistência médica a ele. A decisão saiu nesta quinta-feira (23).

Thomas Lane, Tou Thao e J. Alexander Kueng, todos ex-agentes da cidade de Minneapolis, participaram da abordagem em que o também ex-policial Derek Chauvin pressionou o pescoço de Floyd com seu joelho por mais de nove minutos, levando-o à morte.

Para a Justiça americana, eles nada fizeram para impedir a violência ou socorrer Floyd da abordagem.

Os jurados também consideraram Thao e Kueng culpados de uma acusação adicional por não terem intervindo para parar Chauvin.

Chauvin se declarou culpado pela mesma acusação de violação dos direitos de Floyd, mas apenas depois de ser condenado por três categorias de homicídio. Ele cumprirá pena de 22 anos e meio em uma prisão de segurança máxima de Minnesota.

A promotora Manda Sertich disse que os policiais "escolheram não fazer nada" enquanto Chauvin pressionava o pescoço do homem negro. Para ela, isso resultou na morte de Floyd.

A acusação de violação de direitos também está relacionada ao fato de que Lane, Thao e Kueng teriam privado a vítima de assistência médica ao não intervirem na ação de Chauvin e terem falhado no treinamento que poderia ter salvado a vida de Floyd, já inconsciente.

Ela também apontou o que cada um teria feito durante a abordagem justificando a acusação. Para ela, enquanto Thao ignorava as testemunhas que avisaram que Floyd estava desmaiado, Kueng se preocupava com o estado dos pneus da viatura, e Lane, embora tivesse mostrado preocupação com o estado da vítima, "não fez nada que desse a Floyd a assistência médica de que ele desesperadamente precisava".

O advogado de Lane argumentou que o cliente não deveria nem estar sendo acusado, já que manifestou preocupação com o estado de Floyd e teria sugerido a Chauvin duas vezes para virá-lo de lado para facilitar a respiração. Disse ainda que Lane teria feito o procedimento de ressuscitação em Floyd após a chegada da ambulância.

A linha da defesa de Kueng argumentou que ele não havia sido treinado adequadamente para intervir e que Chauvin liderava o grupo. Tanto Kueng quanto Lane eram novos na corporação.

Já o advogado de Thao afirmou que seu cliente não agiu de má-fé, por acreditar que a abordagem era adequada diante da suspeita de que Floyd estava drogado.

Os três ex-policiais, agora, aguardam a audiência de sentença, que ainda não foi agendada, em liberdade. Violar os direitos constitucionais de um cidadão nos Estados Unidos pode ser punido com pena de prisão perpétua, de acordo com o Departamento de Justiça americano, a depender das circunstâncias, mas espera-se que os ex-agentes recebam sentença menor.

Com Reuters e The New York Times

Guerra agrava a inflação e a desaceleração no Brasil

Ataque russo interrompe valorização do real e encarece commodities

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O conflito entre Rússia e Ucrânia agrava dois problemas que afetam a economia brasileira desde meados e 2021: a inflação e a desaceleração da atividade.

Além disso, pode ter antecipado o movimento de desvalorização do real que era esperado para o segundo semestre deste ano pela proximidade do processo eleitoral.

Segundo economistas ouvidos pela **Folha**, mesmo que a guerra tenha curta duração, deixará marcas que serão sentidas por consumidores, investidores e trabalhadores, como a pressão adicional sobre os preços de alimentos e combustíveis e o adiamento nas decisões de investimento e contratação pelas empresas.

Nesta quinta (24), a moeda americana subiu 2,01% e fechou a R$ 5,1040. O salto ocorreu um dia depois de a divisa americana ter atingido o seu menor valor ante o real desde o fim de junho (R$ 5,0030).

A experiência histórica mostra que choques geopolíticos têm uma duração não muito longa, mas são muito intensos em um primeiro momento, afirma o economista Armando Castelar, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Isso provoca movimentos de corrida para ativos mais seguros e pode deixar algum impacto mais permanente na inflação e no crescimento.

"A aversão a risco é o impacto dominante a curto prazo. O dólar se valoriza contra outras moedas. O câmbio, que vinha caminhando em uma boa direção [no Brasil], virou."

Castelar diz que a incerteza em relação ao conflito tende a se reduzir, e a discussão determinante para a economia voltará a ser a questão da pandemia.

Passado esse primeiro momento, alguns preços devem voltar a cair, mas ele lembra que o processo de alta da inflação é mais rápido do que o movimento de queda. Por isso, em sua avaliação, há mais um motivo para que o Banco Central seja pressionado a elevar a taxa básica de juros dos atuais 10,75% para pelo menos 12,75% ao ano.

Luca Mercadante, economista da Rio Bravo, afirma que o principal impacto do conflito para o Brasil neste momento está relacionado à alta nos preços das commodities, como petróleo e trigo.

Por um lado, isso vai pressionar a inflação. Por outro, pode haver impacto positivo para os exportadores desses produtos, em seus resultados e em suas ações, por exemplo.

O barril do petróleo Brent, referência mundial para essa mercadoria, superou a marca de US$ 105 durante o dia, maior valor desde 2014, mas fechou abaixo dos US$ 100.

A alta dos preços dos produtos básicos é um dos fatores que contribuíram para a queda do dólar ante o real neste início de ano. Com o conflito, no entanto, muitos investidores já buscam proteção em ativos de menor risco, como títulos dos EUA, afirma Mercadante, enfraquecendo a moeda brasileira.

"Caso esse cenário de guerra piore, a perspectiva é que a gente veja uma migração para ativos mais seguros, e a Bolsa deve perder alguma força."

Na avaliação do economista da Rio Bravo, a inflação mais alta não deve levar o Banco Central brasileiro a aumentar os juros acima dos 12,25% ao ano esperados por grande parte dos analistas, mas a taxa pode demorar mais a cair se a alta de preços se tornar mais persistente.

Outro risco para o país, segundo ele, é um possível enfraquecimento da economia global, a depender, por exemplo, do impacto nos fluxos de comércio. Uma pressão adicional na inflação nas economias desenvolvidas também pode levar a juros mais altos.

O professor do Insper Eduardo Correia afirma que, mesmo no cenário de uma guerra limitada e de curta duração, o conflito adia a retomada da economia global e complica o cenário de inflação para o Brasil, duas notícias ruins para os planos de reeleição do presidente da República.

Ele cita, por exemplo, a questão do câmbio, que poderia ajudar a amenizar a pressão sobre os preços.

"Não esperava que o dólar fosse ficar a R$ 5,00 até o final do ano, e essa crise precipitou o cenário de desvalorização, porque todo mundo segue para o ativo mais seguro, que é o dólar", afirma. "Pode ser que demore ainda mais para a economia brasileira vencer esses problemas: recessão com desemprego e inflação."

Leia mais sobre os efeitos econômicos da guerra nas págs. A18, A25 e A26

Preço do petróleo sobe com invasão da Ucrânia pela Rússia

Barril ultrapassou US$ 100, atingindo seu maior valor em sete anos

Fonte: BBC, Reuters, Trading Economics

Câmbio em 2022

Fechamento diário do dólar

Bolsas

Fechamento dos principais mercados de ações nesta quinta (24)

Fonte: CMA

> Não esperava que o dólar fosse ficar a R$ 5,00 até o final do ano, e essa crise precipitou o cenário de desvalorização, porque todo mundo segue para o ativo mais seguro, que é o dólar Pode ser que demore ainda mais para a economia brasileira vencer esses problemas: recessão com desemprego e inflação
>
> **Eduardo Correia**
> professor do Insper

Petróleo supera US$ 100, dólar volta a subir e Bolsa de Moscou cai 33%

Clayton Castelani

SÃO PAULO A quinta-feira (24) foi um dia de turbulência nos mercados internacionais e brasileiro, após o ataque da Rússia à Ucrânia, na mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra.

Logo após o anúncio de envio de tropas pelo presidente russo, Vladimir Putin, durante a madrugada pelo horário brasileiro, o petróleo ultrapassou os US$ 100 pela primeira vez em sete anos.

As principais Bolsas asiáticas —Tóquio, Hong Kong e Xangai/Shenzhen— despencaram 1,81%, 3,21% e 2,03%.

A Bolsa de Moscou derreteu 33,28%, atingindo a cotação mais baixa desde 2017.

Durante o dia, com o início da operação dos mercados no Ocidente, a turbulência se alastrou. O impacto foi mais acentuado na Europa, onde as Bolsas fecharam antes do pronunciamento do presidente dos EUA, Joe Biden, no final da tarde.

O índice que acompanha as 50 principais empresas de países que utilizam o euro como moeda desabou 3,63%. Os mercados de Londres, Paris e Frankfurt afundaram 3,88%, 3,83% e 3,96%.

Já as Bolsas americanas, que fecharam após o discurso de Biden, reverteram as quedas e fecharam em alta.

O índice que acompanha as empresas do setor de tecnologia listadas na Nasdaq disparou 3,35%. Isso empurrou para cima o S&P 500, referência do mercado dos EUA, que teve alta de 1,50%.

O índice Dow Jones, que reúne 30 grandes companhias americanas, subiu 0,28%.

A recuperação no principal mercado do planeta ocorreu, porém, a partir de um patamar já rebaixado.

Wall Street vinha caindo devido à expectativa de uma política monetária mais rígida para a contenção da maior inflação em 40 anos.

O Fed (Federal Reserve, o banco central americano) prevê elevar os juros de referência do país a partir do próximo mês.

Parte da explicação para a virada após o discurso de Biden pode estar vinculada a concessões feitas a setores estratégicos para a economia global.

Biden bloqueou negócios das maiores empresas russas nos bancos dos EUA, inclusive da Gazprom, a gigante estatal de petróleo e gás.

Mas o governo americano abriu exceções. Essas grandes empresas banidas da finança americana são autorizadas, por exemplo, a fazer negócios relativos a energia.

A escassez de combustíveis que pode ser provocada por limitações a esse segmento poderia resultar em uma aceleração ainda maior da inflação global, obrigando o Fed a acelerar ainda mais a alta dos juros americanos.

Assim, a alta no preço do barril do petróleo Brent desacelerou. No início da noite, ele subia 2,25%, a US$ 99,02, abrandando as máximas observadas durante a manhã, quando alcançou US$ 105.

No Brasil, o dólar disparou 2,01%, fechando a sessão cotada a R$ 5,1040. O salto ocorreu um dia depois de a divisa americana ter atingido o seu menor valor ante o real desde o final de junho.

Na quarta-feira (23), a divisa havia recuado 0,95%, a R$ 5,0030, o que na ocasião representou um tombo de 12,4% desde o pico de valorização neste ano, de R$ 5,71 em 5 de janeiro.

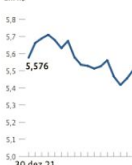
Com o início da ofensiva militar russa, porém, houve valorização global da moeda americana. Ela costuma ser mais procurada por investidores em períodos de incerteza. Isso explica a virada na taxa de câmbio no Brasil.

Outro efeito do temor gerado pela guerra nas finanças brasileiras foi a queda da Bolsa de Valores. O Ibovespa fechou em baixa de 0,37%, a 111.591 pontos.

Mais cedo, o índice de referência do mercado acionário do país havia tombado 2,57%, recuando à mínima de 109.125 pontos.

Até esta quarta, antes da invasão russa à Ucrânia, investidores estrangeiros que enxergavam o Brasil como alternativa às baixas nas Bolsas de economias desenvolvidas mantinham um forte fluxo de investimentos no mercado financeiro doméstico.

O início de uma guerra, porém, faz investidores abandonarem fundamentos para se proteger contra riscos de perda, segundo Fernanda Mansano, economista-chefe da plataforma de investidores TC (Traders Club).

"Agora, diante de uma situação de incerteza, pode haver fuga [do capital estrangeiro]. A chance de desvalorização cambial a curtíssimo prazo é real", comenta a economista. "Costumo comparar esses momentos como dirigir quando está chovendo muito. O que você faz? Para o carro, espera passar, porque não dá para enxergar o que está lá na frente."

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Choque

A indústria de eletrônicos amanheceu preocupada nesta quinta (24) com o impacto que a invasão da Ucrânia pela Rússia pode levar aos negócios do setor no Brasil. "Dependendo do tempo que essa crise permaneça, podemos ter dificuldades, porque há matérias primas fundamentais usadas na produção dos semicondutores que têm origem justamente entre Rússia e Ucrânia", afirma Humberto Barbato, presidente da Abinee (associação da indústria elétrica e eletrônica).

BATERIA A previsão, segundo Barbato, é que haja estoques para três a seis meses. O mercado já vem castigado por causa da crise na cadeia global de chips semicondutores e, mais recentemente, pelo gargalo da operação-padrão de fiscais da Receita Federal. "Já tem uma crise. Imagine se ainda faltarem matérias primas em função de uma guerra", diz.

SEM FIO Outro setor sensível a escassez de chips, o automotivo também olha as previsões com cautela. Segundo a Anfavea (associação nacional das montadoras), ainda não é possível avaliar implicações específicas na cadeia.

SOS O ataque da Rússia à Ucrânia turbinou as pesquisas sobre o assunto na internet. Em 24 horas, as consultas sobre a Otan (aliança militar ocidental) saltaram 570% em comparação com igual período anterior, segundo o Google.

DÚVIDA O interesse pela organização bateu recorde neste mês no Brasil. Algumas das principais perguntas foram: "o que é a Otan?", "por que o Brasil não faz parte da Otan?", "quais países fazem parte da Otan?" e "por que a Ucrânia quer entrar na Otan?".

CENAS No YouTube, o assunto também movimentou as pesquisas. As buscas por "Rússia" e "Ucrânia", além de "guerra" e "Putin" atingiram o valor 100, que representa o pico de popularidade, segundo as medições do Google Trends.

COFRE O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deferiu liminar favorável a um grupo de advogados para suspender a mudança do ISS nas sociedades uniprofissionais, que também costumam reunir categorias como médicos ou contadores.

NOTA FISCAL A liminar assinada pela juíza Gilsa Elena Rios da 15ª Vara da Fazenda Pública alcança todas as sociedades estabelecidas na capital paulista constituídas por dois ou mais profissionais de uma mesma categoria. Procurada pelo Painel S.A., a Procuradoria Geral do Município diz que ainda não foi intimada e que o caso será analisado pela subprocuradoria responsável.

ABADÁ No segundo ano de Carnaval comprometido pela pandemia, a Ambev, dona de muitas das marcas de cerveja mais vendidas na data, como Skol e Brahma, vai dar um auxílio financeiro para 23 mil ambulantes e catadores que terão a atividade prejudicada pela suspensão das festas de rua. No total, serão destinados R$ 5 milhões para a iniciativa, afirma a empresa.

MARCHINHA O programa vai dar um valor mínimo de R$ 150 para cada trabalhador, mas a quantia pode subir com uma segunda parte da iniciativa, que envolve o aplicativo de entrega de bebidas Zé Delivery.

CHECK-IN No recente movimento de retomada da oferta de voos internacionais, a Latam anunciou nesta quinta (24) a volta de suas partidas para Roma e Boston. Com isso, a companhia reabre todos os destinos que operava na Europa e nos Estados Unidos antes da pandemia, que atingiu severamente o setor.

ESCALA Só vai faltar o retorno dos trajetos para Punta del Este, Joanesburgo, Santa Cruz de la Sierra, Tel Aviv e Córdoba (Argentina) para que a Latam restabeleça todos os destinos internacionais pré-pandemia.

JANELA As passagens de três partidas semanais do aeroporto de Guarulhos para Roma e Boston vão começar a ser vendidas nos próximos dias para os primeiros voos a partir de julho, segundo a Latam.

SACOLA As varejistas brasileiras despencaram, pelo menos, 26 posições no ranking das 250 maiores empresas do setor no mundo elaborado pela Deloitte. Entre as quatro brasileiras presentes na lista, só a Magazine Luiza subiu de colocação (195º). A Via (196º), as Lojas Americanas (247º) e a RaiaDrogasil (no penúltimo lugar) tiveram queda na receita em relação ao ano anterior.

BOLSO Somadas as receitas das 250 empresas chegam a US$ 5,1 trilhões. Segundo a Deloitte, as varejistas que avançaram durante a pandemia focaram no e-commerce. As americanas Walmart, Amazon e Costco seguem no topo.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS
Jan., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria venceu em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Equipe de Guedes teme ações populistas sobre combustíveis com guerra

Receio é que Bolsonaro e Congresso intensifiquem busca por 'medidas heroicas' para segurar preços com escalada do petróleo

Fábio Pupo, Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

Paulo Guedes (Economia) durante evento no Planalto Ueslei Marcelino - 23.fev.22/Reuters

BRASÍLIA A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) teme que o avanço nos preços internacionais do petróleo, devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, intensifique a busca do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do Congresso por "medidas heroicas" para tentar segurar os preços dos combustíveis —mas que, na prática, não funcionam.

O time monitora com atenção o risco de o conflito prejudicar a economia global e afetar indicadores de atividade e inflação, embora considere ser ainda prematuro tirar qualquer conclusão.

Entre os membros da equipe do ministro, admite-se a possibilidade de uma eventual escalada nos preços de combustíveis levar presidente ou deputados e senadores a pressionar pela ampliação das iniciativas, hoje concentradas na desoneração dos tributos federais sobre o diesel e na mudança do ICMS.

Um dos grandes temores é que a crise sirva de pretexto para impulsionar novamente a ideia de criar uma conta de estabilização para segurar preços dos combustíveis, usando receitas de royalties, participações especiais e dividendos da Petrobras. Essa medida consta em um dos projetos de lei em discussão no Senado e vem sendo combatida pela Economia, mas tem defensores na ala política do governo.

Na visão da área econômica, essa medida custaria caro e não teria nenhuma garantia de alteração substantiva na dinâmica de preços. Por isso, a avaliação no time de Guedes é que não adianta recorrer a esse tipo de solução.

O ministro já cedeu a parte das pressões anteriormente ao concordar com um corte de até R$ 19,5 bilhões em tributos federais sobre o diesel e gás de cozinha. Por outro lado, esse é considerado um mal menor diante das reivindicações iniciais de desoneração da gasolina, do etanol e até mesmo da energia elétrica. Propostas apoiadas por integrantes do governo poderiam ter impacto superior a R$ 100 bilhões.

No Palácio do Planalto, também há a percepção de que a escalada nos preços de petróleo e no câmbio deve alimentar a pressão por medidas sobretudo se a crise deflagrar novos reajustes pela Petrobras, que segue os preços internacionais.

Por enquanto, os preços dos combustíveis no Brasil não devem subir imediatamente, segundo o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Mastella. Em entrevista nesta quinta-feira (24), ele afirmou que a empresa vai aguardar a evolução do cenário internacional antes de decidir por repasses.

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, defendeu nesta quinta-feira que quaisquer medidas do governo sobre combustíveis sejam focalizadas.

"O Ministério da Economia, junto com a Casa Civil e o Congresso, já vem trabalhando em alternativas para combater essa questão da pressão do preço do combustível e devemos continuar nessas discussões", disse. "Qualquer medida tem que ser mais focalizada."

> **Como o Tesouro está com caixa confortável e a gente acompanha o mercado permanentemente, estamos atentos e tomaremos as medidas necessárias. Mas acho que está cedo e que estamos bem posicionados [para enfrentar a crise]**
>
> **Paulo Valle**
> secretário do Tesouro Nacional

O conflito entre Rússia e Ucrânia é visto inicialmente na equipe econômica como um fator que pode gerar repercussões ao Brasil mais pela situação da economia global do que por algum efeito direto na relação com esses países.

Um temor maior neste momento é como ficaria a situação da economia global, em especial nos EUA e na China —principais parceiros comerciais do Brasil—, em decorrência dos efeitos do conflito.

A avaliação de técnicos, porém, é que ainda é cedo para traçar um panorama mais sólido, sobretudo porque, em meio à volatilidade, é mais difícil identificar quais serão os efeitos mais duradouros —inclusive sobre os preços das commodities.

A Economia vai fechar as próximas previsões para inflação e crescimento em 12 de março, e a expectativa é reunir elementos para uma avaliação mais precisa sobre o cenário até essa data. Por meio da assessoria de imprensa, a pasta afirmou que prefere não dar declarações neste momento.

A tensão geopolítica trouxe instabilidade aos mercados, mas o secretário do Tesouro disse que o Brasil está "bem posicionado" para enfrentar o cenário de volatilidade e que apenas 5% da dívida é externa.

Ele afirmou que o órgão pode atuar no mercado em caso de necessidade. Em situações extremas, o Tesouro tem a opção de recomprar papéis para dar saída a investidores que preferem migrar para ativos de menor risco.

O órgão tem mais de R$ 1,1 trilhão em caixa, o suficiente para bancar todo o serviço da dívida interna no ano. Além disso, o Tesouro anunciou já ter todos os dólares para pagar o serviço da dívida externa em 2022.

"Como o Tesouro está com caixa confortável e a gente acompanha o mercado permanentemente, estamos atentos e tomaremos as medidas necessárias. Mas acho que está cedo e que estamos bem posicionados", disse Valle.

O Banco Central, por meio do Comitê de Estabilidade Financeira, também se mostrou a postos para garantir a liquidez do mercado, sobretudo de câmbio. Apesar da sinalização, a autoridade monetária demonstrou confiança de que a exposição do sistema financeiro nacional aos efeitos das tensões geopolíticas é baixa, diante das reduzidas exposição cambial e dependência de financiamento externo.

"A carteira de crédito segue com bom desempenho, as provisões para perdas de crédito estão adequadas e os bancos seguem líquidos e bem capitalizados", disse o BC em nota. "O Comitê está atento à evolução recente do cenário internacional e segue preparado para atuar, minimizando do eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais, em particular pelo canal do mercado de câmbio."

No Ministério da Agricultura, um ponto de atenção especial é o mercado de fertilizantes —que já vinha sendo alvo de preocupação ao longo do ano passado por temores no abastecimento.

A Rússia é um dos maiores exportadores do produto e abastece 30% da demanda brasileira (de acordo com os dados referentes a 2022 do Ministério da Economia), e eventuais sanções ao país comandado por Vladimir Putin podem afetar o mercado.

A ministra Tereza Cristina (Agricultura) reconheceu que as compras brasileiras do produto podem ser impactadas. "É claro que preocupa porque o Brasil é um importador de fertilizantes", afirmou nesta quinta-feira.

Apesar disso, em sua avaliação, haveria outros vendedores. Segundo ela, o Irã fez recentemente uma oferta significativa de fertilizantes ao Brasil e os dois países discutem ajustes sobre o tema. Além disso, outros países também podem ser usados para substituir o fornecimento do produto —como Canadá e Marrocos.

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e clientes as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. - MetLife.

Sobre Nós

A MetLife, Inc. (NYSE: MET), por meio de suas subsidiárias e afiliadas ("MetLife"), é uma das principais empresas de serviços financeiros do mundo, oferecendo seguros, benefícios para funcionários e gestão de ativos para ajudar clientes individuais e corporativos a criarem um futuro mais seguro. Fundada em 1868, a empresa opera em mais de 40 países e ocupa posições de liderança de mercado nos Estados Unidos, Japão, América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Com mais de 100 milhões de clientes a nível global, obteve, no exercício de 2021, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 71,1 bilhões e alcançou ativos de US$ 759,7 bilhões.

No Brasil desde 1999, a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (MetLife) comercializa seguros de pessoas e previdência complementar aberta. Com sede na cidade de São Paulo, a empresa possui mais de 500 colaboradores, opera com mais de 21 filiais espalhadas pelo país com o auxílio de sua rede composta por mais de 20 mil corretores cadastrados e parceiros comerciais. Atualmente, possui mais de 5,5 milhões de vidas seguradas.

Participação setorial e compromissos

A MetLife busca continuamente participar da implementação e da discussão de iniciativas que possam trazer benefícios para o setor e para a sociedade. Por isso, ocupa a diretoria de entidades como o Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros (SindSeg), em Santa Catarina, da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi); além de integrar comissões e grupos de discussão junto à Susep - Superintendência de Seguros Privados - e CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Desempenho

No exercício de 2021, os ativos totais da MetLife fecharam em um patamar de R$ 3,3 bilhões (R$ 3,1 bilhões em 2020) e o patrimônio líquido alcançou R$ 634,7 milhões (R$ 800,7 milhões em 2020), com prejuízo líquido de R$ 236,5 milhões (R$ 20,0 milhões de lucro líquido em 2020).

Os resultados do balanço reiteram diretamente o compromisso da Companhia de apoiar seus clientes, ajudando na construção de um futuro mais seguro e tranquilo para eles e suas famílias, já que refletem também os valores de sinistros pagos aos segurados e respectivos beneficiários, especialmente ocasionados pela pandemia de Covid-19. Em 2021, a MetLife esteve presente ao lado de seus clientes, apoiando aproximadamente 8.000 famílias para reduzir ao máximo os impactos causados pela pandemia, sendo responsável pelo pagamento de 5% das indenizações de todo o mercado segurador. Além das indenizações, a companhia se solidarizou com as famílias neste período difícil, implementando ou apoiando diversas iniciativas para mitigar os impactos da pandemia no País, entre elas ações sociais e educativas, iniciativas em prol da saúde e bem-estar, ou mesmo a doação direta de valores ou itens de prevenção para instituições, hospitais e comunidades espalhadas em todo o Brasil.

No acumulado do ano, a MetLife apoiou seus clientes e suas famílias por mais de R$ 857 milhões em indenizações (R$ 497 milhões em 2020). Este valor corresponde a 32.241 sinistros pagos (25.211 em 2020). No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 83,1% (55,6% em 2020).

Ao mesmo tempo, como receitas, os Prêmios de Seguros em 2021 cresceram 12% alcançando R$ 1.157,2 milhões (R$ 1.037,4 milhões em 2020). Por sua parte, as provisões técnicas que amparam o crescimento totalizaram R$ 2,2 bilhão (R$ 1,8 bilhão em 2020).

Este comprometimento também se traduz em solidez. Excluindo as indenizações pagas por Covid-19 a MetLife teria registrado cerca de R$ 70 milhões de lucro.

Cabe destacar que os principais efeitos de Sinistros relacionados à Covid foram nos seguros de Vida em Grupo, coerente com a representatividade da Metlife como uma das principais seguradoras de Vida em Grupo apoiando os colaboradores de nossos clientes.

Evidenciando o compromisso da Metlife com a operação no Brasil, a matriz aprovou aportes de capital por $286 milhões, tendo sido feito $183 milhões durante o último trimestre de 2021 e outros $103 milhões já em fevereiro de 2022. Juntos, estes aportes superam amplamente o prejuízo de 236 milhões em 2021, resultado de nosso forte propósito e compromisso de estar sempre com nossos clientes construindo um futuro mais seguro.

Contexto Econômico

A pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, trouxe um cenário bastante desafiador para a economia em geral, incluindo o setor de seguros. E os impactos se mantiveram no ano de 2021, refletindo não só na queda da atividade econômica de maneira generalizada e no aumento dos programas de apoio governamental, como também nos resultados financeiros de empresas de diversos setores. Este cenário impactou em uma redução considerável do consumo e levou a um aumento do desemprego e na continuidade de redução da taxa Selic pelo Banco Central. Desde que foi decretada, a MetLife rapidamente se esforçou para garantir um cenário positivo e acolhedor a todos os públicos com os quais se relaciona no País. Ao se solidarizar com as famílias neste período difícil, aderiu ao movimento #NãoDemita e destinou recursos financeiros, por meio da MetLife Foundation, para projetos sociais e de saúde e bem-estar, que impactaram a vida e a saúde de milhares de brasileiros. Desde o início da pandemia, foram destinados mais de R$ 1 milhão para ajudar pacientes do Hospital Santa Marcelina; foram doados kits de higiene e alimentos a mais de 2 mil famílias, de 20 comunidades espalhadas pelo País por meio de um aporte financeiro para a ONG Habitat pela Humanidade Brasil e em parceria com a Sésamo (Sesame Workshop), diversas iniciativas em educação financeira foram desenvolvidas e somadas a orientações sobre saúde e dicas de higiene para comunidades desfavorecidas no País.

Ainda que monitorando os efeitos relacionados à Covid-19, a MetLife não deixou de dar continuidade aos seus planos de expansão, digitalização e concretização das estratégias de negócios. Tanto que, o prêmio emitido durante ano de 2021 alcançou 14,1% de crescimento. Estas ações permitiram manter os níveis de atendimento aos clientes e o relacionamento contínuo com os parceiros de negócios e demonstram a capacidade da MetLife de continuar crescendo com excepcional disciplina de despesas, manutenção da geração de caixa e ampla suficiência de capital.

A Administração segue acompanhando a evolução da pandemia e procura manter as ações pertinentes relativas aos impactos Financeiros, Patrimoniais, Resultados, Fluxos de Caixa e Indicadores.

Agenda ESG

A agenda ESG é de extrema importância para a MetLife, fundamental para assegurar uma governança em sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental e monitorar os impactos gerados em toda a cadeia de valor impactada pelas nossas ações. Por este motivo, além de estruturarmos a nossa estratégia de forma a contribuir com a construção de uma agenda ESG efetiva, participamos ativamente do comitê da Susep - Superintendência de Serviços Privados - para discutir esta regulamentação no nosso mercado e esperamos que isso traga mais eficiência e produtividade para todos.

Desde 2020, a MetLife alicerçou globalmente suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e ao cumprimento de 11 metas ambientais globais até 2030 dentro dos pilares de sustentabilidade ambiental, equidade e inclusão, saúde e bem-estar e desenvolvimento sustentável. Nossos compromissos incluem desde manter a neutralidade nas emissões de carbono até investir US$ 5 milhões no desenvolvimento de ações, que impulsionem soluções climáticas, tais como: a plantação de árvores e originar US$ 20 bilhões em novos investimentos verdes; a redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) com base na localização em 30% de 2019 a 2030 e a obtenção da certificação de construção ecológica ou saudável para 40% de nosso portfólio global de escritórios.

Internamente, adotamos diversos procedimentos que visam garantir que nossa Governança Corporativa siga critérios e padrões de transparência e boas práticas, tal como rege a política adotada pela matriz nos Estados Unidos, dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance).

Todos os procedimentos são formalizados dentro de uma série de políticas, códigos de conduta, documentos e comitês, que regem e controlam o funcionamento da empresa e suas relações com todos os públicos de interesse. Além disso, a empresa possui políticas internas de combate à corrupção e discriminação, valorizando a diversidade, equidade e inclusão em todas as áreas.

A Deloitte e a KPMG empresas de auditoria externa e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são os órgãos independentes que prestam serviços de auditoria para a companhia.

Compromisso e agradecimentos:

A MetLife tem o compromisso em aperfeiçoar suas políticas e ferramentas e segue investindo em treinamento de colaboradores voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético, seguindo aos preceitos estabelecidos pelo grupo MetLife e pelos normativos regulatórios. Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência dedicados à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Evolução dos indicadores de desempenho em 31 de dezembro

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		**1.505.526**	**1.575.954**
Disponível		**12.748**	**9.454**
Caixa e bancos		12.748	9.454
Aplicações	7	**977.647**	**1.098.048**
Títulos de renda fixa - Privados		8.003	5.876
Títulos de renda fixa - Públicos		41.380	201.564
Quotas de fundos de investimento		928.264	890.608
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	**331.610**	**330.092**
Prêmios a receber		264.295	283.357
Operações com seguradoras		7.809	14.513
Operações com resseguradoras	9.a)	59.506	32.222
Outros créditos operacionais		**28.759**	**27.917**
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	9.b)	**21.662**	**9.367**
Títulos e créditos a receber		**32.480**	**20.355**
Títulos e créditos a receber		4.000	4.290
Créditos tributários e previdenciários	10	28.155	15.718
Outros créditos		325	347
Despesas antecipadas		**2.364**	**879**
Operacionais		67	-
Despesas administrativas		2.297	879
Custos de aquisição diferidos	14.a)	**98.256**	**79.842**
Seguros		98.256	79.842
Não circulante		**1.812.545**	**1.517.284**
Realizável a longo prazo		**1.776.077**	**1.493.073**
Aplicações	7	**1.196.689**	**1.105.738**
Títulos de renda fixa - Privados		53.522	72.371
Títulos de renda fixa - Públicos		1.143.167	1.033.367
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	**5.797**	**7.982**
Prêmios a receber		4.222	4.753
Operações com seguradoras		1.575	3.229
Títulos e créditos a receber		**459.884**	**291.887**
Créditos tributários e previdenciários	10	274.233	90.915
Depósitos judiciais e fiscais	14.d e 17	185.265	199.738
Outros créditos operacionais		386	1.234
Outros valores e bens	22. a)	**9.437**	-
Despesas antecipadas		**136**	-
Operacionais		130	-
Despesas administrativas		6	-
Custos de aquisição diferidos	14.a)	**104.134**	**87.466**
Seguros		104.134	87.466
Imobilizado		**8.515**	**7.718**
Bens móveis		7.465	6.511
Outras imobilizações		1.050	1.207
Intangível	11	**27.953**	**16.493**
Ágio em investimentos incorporados		8.277	8.277
Outros intangíveis		19.676	8.216
Total do ativo		**3.318.071**	**3.093.238**

PASSIVO	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		**2.017.122**	**1.631.539**
Contas a pagar		**62.936**	**65.999**
Obrigações a pagar	12	37.264	42.503
Impostos e encargos sociais a recolher		7.751	11.242
Encargos trabalhistas		8.159	8.500
Impostos e contribuições		7.867	1.080
Outras contas a pagar		1.895	2.674
Débitos de operações com seguros e resseguros		**151.126**	**130.470**
Prêmios a restituir		1.221	251
Operações com seguradoras		518	589
Operações com resseguradoras	9.c)	35.842	29.910
Corretores de seguros e resseguros		81.451	81.849
Outros débitos operacionais		32.094	17.871
Depósitos de terceiros	13	**35.315**	**31.931**
Provisões técnicas - Seguros	14.a)	**1.194.147**	**919.530**
Pessoas		762.498	615.104
Vida individual		282.211	134.649
Vida com cobertura de sobrevivência		149.438	169.777
Provisões técnicas - Previdência complementar	15	**570.190**	**483.609**
Planos não bloqueados		3.530	1.750
PGBL		566.660	481.859
Débitos diversos	22. a)	**3.408**	-
Não circulante		**666.211**	**661.000**
Contas a pagar		**36.624**	**84.492**
Tributos diferidos		36.624	84.492
Débitos de operações com seguros e resseguros		**2.306**	**6.481**
Operações com seguradoras		4	4
Operações com resseguradoras	9.c)	2.302	6.477
Provisões técnicas - Seguros	14.a)	**399.414**	**380.835**
Pessoas		348.051	334.370
Vida individual		51.362	46.447
Vida com cobertura de sobrevivência		1	18
Provisões técnicas - Previdência complementar	15	**75.598**	**46.445**
Planos não bloqueados		48.971	38.476
PGBL		26.627	7.969
Outros débitos	17	**152.269**	**142.747**
Provisões judiciais		146.190	142.747
Débitos diversos	22. a)	6.079	-
Patrimônio líquido	18	**634.738**	**800.699**
Capital social	18.a)	585.055	556.249
Aumento de capital (em aprovação)		183.154	-
Reservas de lucros	18.b)	-	156.684
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	(24.525)	87.766
Prejuízos acumulados		(108.946)	-
Total do passivo		**3.318.071**	**3.093.238**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2021	2020
Prêmios emitidos		**1.318.819**	**1.156.136**
Contribuição para cobertura de riscos		208	172
Variações das provisões técnicas de prêmios		(161.799)	(118.927)
Prêmios ganhos	19.a)	**1.157.228**	**1.037.381**
Sinistros ocorridos	19.b)	(962.076)	(576.546)
Custos de aquisição	19.c)	(466.403)	(380.369)
Outras receitas e despesas operacionais	19.d)	(51.498)	(25.198)
Resultado com operações de resseguros	19.e)	**29.475**	**(10.059)**
(+) Receita com resseguro		67.438	23.278
(-) Despesa com resseguro		(37.963)	(33.337)
Rendas de contribuições e prêmios		88.732	57.422
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(89.127)	(58.303)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**(395)**	**(881)**
Variação de outras provisões técnicas		(2.730)	2.095
Despesas administrativas	19.f)	(174.126)	(152.479)
Despesas com tributos	19.g)	(25.601)	(42.813)
Resultado financeiro	19.h)	104.854	166.240
Resultado operacional		**(391.272)**	**17.371**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	19.i)	-	(3.489)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**(391.272)**	**13.882**
Imposto de renda	20	96.854	4.008
Contribuição social	20	57.937	2.069
Lucro/prejuízo líquido do exercício		**(236.481)**	**19.959**
Quantidade lote de mil ações		**736.137**	**515.014**
Lucro/prejuízo líquido por ação		**(0,32)**	**0,04**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**(236.481)**	**19.959**
Outros resultados abrangentes:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	**(112.291)**	**(19.711)**
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(187.152)	(32.851)
Efeitos tributários	74.861	13.140
Resultado abrangente total do exercício	**(348.772)**	**248**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(236.481)	19.959
Ajustes para:	**10.108**	**10.387**
Depreciações e amortizações	5.824	3.690
Perdas (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	(746)	241
Amortização de ativos intangíveis	2.304	2.064
Baixa dos ativos intangíveis	-	3.489
Juros e variações monetárias sobre provisões judiciais	2.726	903
Variação nas contas patrimoniais:	**97.421**	**4.885**
Ativos financeiros	(157.702)	(200.054)
Créditos das operações de seguros e resseguros	27.856	(4.343)
Ativos de resseguro	(39.579)	(13.632)
Créditos fiscais e previdenciários	(12.437)	(9.509)
Ativo fiscal diferido	(183.318)	(10.965)
Despesas antecipadas	(1.621)	574
Custo de aquisição diferidos	(35.082)	(32.649)
Outros ativos	(11.515)	(29)
Depósitos judiciais e fiscais	14.473	667
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.018)	(39)
Impostos e contribuições	7.792	14.406
Débitos de operações com seguros e resseguros	16.482	4.521
Depósitos de terceiros	3.385	1.093
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	322.121	201.957
Provisões técnicas - Previdência complementar	115.733	33.050
Outros passivos	36.136	8.445
Provisões judiciais	715	11.392
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**(128.952)**	**35.231**
Juros pagos	(28.925)	(11.878)
Impostos sobre o lucro pagos	(4.838)	(16.194)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(162.715)**	**7.159**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3.381)	(1.554)
Intangível	(13.764)	(2.676)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(17.145)**	**(4.230)**
Atividades de financiamento	-	-
Aumento de capital	183.154	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**183.154**	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.294**	**2.929**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.454	6.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.748	9.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros: Demais reservas de lucros	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**522.453**	-	**141.465**	**25.771**	**107.477**	-	**797.166**
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio - AGE de 30/03/2020 e portaria SUSEP 372 de 01/06/2020	18.a)	33.796	-	-	(25.771)	-	-	8.025
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	-	-	-	-	(19.711)	-	(19.711)
Distribuição de reserva de lucros na forma de juros sobre o capital próprio (adicional) - R$ 0,03 por ação		-	-	(14.928)	14.928	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.959	19.959
Destinações:								
Reserva legal	18.b)	-	-	998	-	-	(998)	-
Juros sobre o capital próprio (dividendo mínimo obrigatório) - R$ 0,01 por ação	18.d)	-	-	-	-	-	(4.740)	(4.740)
Juros sobre o capital próprio (adicional) - R$ 0,03 por ação	18.d)	-	-	-	14.221	-	(14.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**556.249**	-	**127.535**	**29.149**	**87.766**	-	**800.699**
Aumento de capital com dividendos adicionais propostos: - AGE de 30/03/2021 e portaria SUSEP 248 de 05/07/2021	18.a)	28.806	-	-	(28.806)	-	-	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-	-	(343)	-	-	(343)
Aumento de capital em dinheiro	18.a)	-	183.154	-	-	-	-	183.154
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	-	-	-	-	(112.291)	-	(112.291)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(236.481)	(236.481)
Compensação de prejuízo		-	-	(127.535)	-	-	127.535	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**585.055**	**183.154**	-	-	**(24.525)**	**(108.946)**	**634.738**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.253 - São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de Nova York nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem como objetivo principal a comercialização, em todo território nacional, de seguros de pessoas, nas modalidades individual e em grupo, e de planos de previdência complementar aberta.

No exercício de 2021 a Seguradora, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19, apresentou elevado índice de sinistralidade no segmento de Vida, contribuindo assim na geração do prejuízo para o referido exercício no valor de R$ 236.481. Diante de tal situação, a Seguradora efetueou uma série de ações para endereçar tal situação. As informações contendo o detalhamento dos impactos do evento Covid-19 nas demonstrações financeiras e as ações tomadas pela Seguradora encontram-se divulgadas na nota explicativa n 4.9.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, incluindo eventuais modificações introduzidas pelos artigos 110 e 118 da Circular SUSEP nº 648/21, que no caso da Seguradora, não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A emissão destas demonstrações financeiras, elaboradas para a data-base de 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Diretoria em 24 de Fevereiro de 2022.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, requer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir, significativamente, dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente.

As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

c) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão, e para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, eram compostos, somente, por saldos de Caixa e Bancos.

e) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos, substancialmente, os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros, somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

g) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Provisões para risco sobre crédito: as provisões para riscos de crédito são calculadas, de acordo com estudo elaborado pela Administração, em conformidade os seguintes principais critérios: (i) a provisão sobre prêmios diretos a receber leva em consideração o histórico de cancelamento das apólices por inadimplência, acrescido de um percentual para possível perda esperada; e (ii) a provisão para operações a receber de cosseguro e resseguro mediante histórico de negociação dos recebíveis com as congêneres e com histórico de perda.

Os ativos não financeiros são analisados com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos e medir a eventual perda com o objetivo de constituir quando aplicável, a redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros.

O imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Seguradora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda sobre o imobilizado e outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

i) Custos de aquisição diferidos

As comissões e agenciamentos são diferidos e refletidos no saldo da conta "Custos de aquisição diferidos" de acordo com o prazo de vigência das apólices de seguros ou com a estimativa de persistência dos segurados para os seguros de longo prazo. O prazo médio de amortização é de 36 meses para os produtos de Vida Individual, 42 meses para os produtos comercializados por meio de prêmio único e 12 meses para os demais produtos de vida em grupo.

Premissas:

- Seguro de vida (regime de capitalização): é considerada a experiência de persistência da própria carteira;
- Seguro de vida (regime de repartição simples): os custos diferidos são apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

j) Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e a redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de dez anos para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação e instalações e de cinco anos para equipamentos de processamento de dados.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

m) Intangível

Refere-se, preponderantemente a: (a) direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros, os quais são amortizados levando em consideração a persistência dos prêmios, cujo prazo médio é de dez anos; (b) ágios de rentabilidade futura pagos na aquisição de investimento já incorporado, deduzido das amortizações até 2008. O saldo do ágio é avaliado pelo teste de recuperabilidade; e (c) os direitos de uso de software estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões técnicas

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "*pro rata die*", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para cobrir o valor esperado de prêmios referentes aos riscos vigentes pendentes de emissão. Essa provisão é obtida por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos aos sinistros avisados até a data-base de cálculo. Para os processos administrativos, a provisão é constituída com base nas notificações dos sinistros recebidos pela Seguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos da parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos. Para os processos judiciais a provisão é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido pela administração, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos, baseado na análise do departamento jurídico interno da seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A PSL é ajustada pela provisão IBNeR (Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. O IBNeR é calculado através da diferença entre o IBNR Global e o IBNR, que são calculados pela aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros apurados por meio de triângulos de "*run-off*";
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para cobrir os valores esperados a liquidar referente aos sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do cálculo, incluindo as operações de cosseguros aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O valor esperado da provisão é obtido por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial que consiste na aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurados por meio de triângulos de "*run-off*", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) é constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização e de repartição por capitais de cobertura, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora receptora, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

p) Teste de adequação do passivo

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação dos passivos de seguro líquidos dos custos de aquisição relacionados e com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

Para efetuar esse teste, a Administração utiliza as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas e incrementais a de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, conforme determinado pela SUSEP.

Contratos de seguro de longo prazo são mensurados com base em premissas do início do contrato. Quando o teste de adequação requer a adoção de novas premissas, essas novas premissas são usadas prospectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Provisão Complementar de Cobertura derivada do teste de adequação do passivo foi de R$ 231.141 (R$ 219.837 em 31 de dezembro de 2020).

q) Provisões judiciais e obrigações tributárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As provisões judiciais que decorrem de processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os depósitos judiciais são mantidos no ativo e atualizados monetariamente, quando aplicável, sem serem deduzidos das correspondentes provisões judiciais.

r) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando ocorre o recebimento do respectivo prêmio.

O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, registrado no passivo circulante em contrapartida aos "Prêmios a receber", é retido e recolhido, quando aplicável, simultaneamente ao recebimento do prêmio.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido. O imposto e a contribuição são reconhecidos no resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos.

s) Arrendamentos

Em aderência ao CPC 06 - R2, a Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. Esse pronunciamento passou a ser aplicado para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021. Vide detalhamento da adoção da norma nas notas explicativa n 6 e n 22 a).

t) Divulgação das tábuas, taxa de carregamento e as taxas de juros dos principais produtos comercializados

Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Carregamento
Plano de Aposentadoria Individual	BR-EMS	0%	0%
Plano de Aposentadoria Empresarial	AT-2000	2,50%	0%

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora acredita que uma assertiva gestão de riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, "stakeholders" e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a Seguradora é estruturada no modelo de três linhas de defesa, sendo a 1ª Linha de Negócio, 2ª Controles Internos, Ética & Compliance, 3ª Auditoria Interna, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Seguradora, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes à Seguradora.

A área de Gestão de Riscos da Seguradora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional (Latam) de Riscos, garantido imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

O processo de reavaliação de riscos ocorre a cada três meses e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora. Neste momento é reavaliado se o nível de impacto inerente e residual para cada um dos riscos é suportado pela Seguradora, bem como a efetividade dos controles chaves e a implantação dos planos de ação propostos. Cabe destacar, que este é um processo em constante evolução e integralmente alinhado a Regulamentação Local, Políticas Corporativas e boas práticas da Seguradora.

Visando apoiar o gerenciamento de riscos e comunicar de maneira eficaz os riscos à Alta Administração, a área de Gestão de Risco conta com os seguintes comitês:

- **Comitê de Gestão de Riscos**

O comitê tem como objetivo assegurar que o nível de exposição a risco da Seguradora esteja adequado ao seu porte, que riscos estratégicos estejam sendo monitorados e que as operações e processos estejam em conformidade a tolerância apresentada no apetite a risco da Seguradora. O comitê é formado pela Área de Gestão de Riscos, CEO, CFO, Diretor Jurídico e Diretor Regional de Investimentos, contando com representantes das áreas de negócios, além da Auditoria Interna e "Compliance", e se reporta diretamente à Diretoria Regional de Riscos da Seguradora e é regido por regimento interno.

- **Comitê de Investimentos**

O comitê de investimentos tem como objetivo avaliar se a gestão dos riscos de crédito e mercado estão em níveis adequados para o porte da Seguradora, bem como a aprovação e acompanhamento da estratégia de investimento da Seguradora.

O Departamento de Gestão de Riscos participa do Comitê de Investimentos como segunda Linha de Defesa afim de atestar que os riscos estão no limite da normalidade, endereçados e sendo monitorados constantemente.

Os principais riscos identificados pela Seguradora estão classificados nas categorias de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

4.1. Riscos de seguro

- **Contratos de seguro**

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de pessoas e Previdência complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

Em seguros de pessoas opera em ramos coletivos distribuindo seguros para empresas e associações, e pessoas físicas por meio de apólices abertas e em ramos individuais distribuindo seguros para pessoas físicas. Opera seguros tipo Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e previdência complementar tipo Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

Em previdência complementar possui uma carteira pequena de Fundo Garantidor de Benefícios - FGB e planos de benefícios definidos, não mais em comercialização, e ambos são classificados como contratos de seguro.

Os principais ramos operados são vida em grupo, vida individual, prestamista, acidentes pessoais e eventos aleatórios. As principais coberturas oferecidas são morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença.

Os modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões.

Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos bem como na severidade dos valores deles decorrentes.

A política de subscrição é o conjunto de regras de aceitação de risco, que visa impedir assumir riscos desnecessários impactando no balanço técnico-atuarial da Seguradora. Esta política leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio aliada à experiência da carteira.

Periodicamente estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos, mensuram-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mensuram-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas.

O risco de subscrição é reduzido por meio de cessão de resseguros visando otimizar a capacidade de retenção de riscos e os resultados operacionais. A totalidade dos contratos de resseguros vigentes, em 31 de dezembro de 2021, está concentrada no IRB Brasil Resseguros S.A., ressegurador local, com *rating* A-. Os principais contratos de resseguro vigentes são os contratos automático e de vida individual de excedente de responsabilidade, o contrato de excesso de danos para catástrofe e contratos facultativos de excedente de responsabilidade para cobrir riscos específicos, sendo que a soma de todos os contratos em 31/12/2021 representa um repasse de 2,88% (2,88% em 2020) do total de prêmios emitidos no exercício.

A carteira de contratos de seguros é monitorada. As taxas dos seguros podem ser ajustadas nas renovações dos contratos de seguros empresariais em função da experiência do negócio. Para as apólices individuais, as taxas dos seguros podem ser alteradas para os novos negócios.

A Seguradora dispõe de capital para cobrir as oscilações baseadas nos riscos de precificação, subscrição e provisões para os seguros de vida de acordo com as normas vigentes.

O risco biométrico de longevidade superior à esperada é intrínseco aos produtos de previdência e vida que pagam renda ao próprio participante ou aos seus beneficiários. Esse risco também existe nos produtos resgatáveis em menor grau. O monitoramento desse risco é realizado por meio do acompanhamento de estudos divulgados por diversas fontes externas sobre o aumento da expectativa de vida e do acompanhamento da experiência brasileira. Provisões adicionais são constituídas partindo-se da tábua de sobrevivência da experiência brasileira vigente.

Para contratos de longo prazo com garantia de rentabilidade predefinida existe o risco de o retorno dos investimentos ser inferior ao previsto e o risco de descasamento entre o indexador do ativo e passivo. O monitoramento desses riscos é feito por meio do casamento entre ativos e passivos ("*Asset and Liability Management*"). Os ativos que lastreiam esses contratos de longo prazo estão associados ao fluxo de caixa do passivo. Para o risco comportamental de manutenção do contrato, em geral, taxas mais baixas de persistência dos contratos afetam a diluição das despesas fixas e reduzem os fluxos de caixa positivo do negócio. Taxas de persistência baixas nos produtos com garantia de rentabilidade predefinida e cláusula de resgate podem causar impacto na liquidez. A persistência dos negócios é monitorada em relação ao esperado e dependendo do produto, ações podem ser tomadas, para melhorar a persistência.

O risco de as despesas serem maiores do que o esperado é monitorado por meio do acompanhamento dos resultados dos negócios de acordo com o agrupamento estabelecido.

Determinados contratos de seguro de vida resgatável e previdência contêm garantias de rentabilidade predefinida e podem ser registradas obrigações referentes a benefícios adicionais oriundos de distribuição de excedente financeiro.

O risco das estimativas utilizadas nos cálculos das provisões de sinistros ocorridos, avisados ou não, gerarem provisões subdimensionadas é monitorado periodicamente por meio de teste de consistência e outros procedimentos adotados por diversas áreas da Seguradora. As provisões de sinistros ocorridos incluem a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e a provisão de sinistros ocorridos e ainda não avisados (IBNR).

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado de acordo com o descrito na nota nº 3.p).

4.2. Resultados do teste de sensibilidade

Os resultados de alguns testes de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto no patrimônio líquido e no resultado, líquido de resseguro e sem considerar os efeitos de impostos, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator, em relação ao cenário base.

Premissas atuariais	2021	2020
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(31.094)	(23.618)
Aumento de 10% nos sinistros - Seguros de vida e cobertura de riscos de previdência	(76.301)	(81.560)
Redução de 10% na mortalidade - Previdência	(18)	(429)
Aumento de 10% na despesa administrativa	(6.343)	(4.765)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

4.3. Concentração de riscos

O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam, principalmente, o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, riscos tais como colisões de trens, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.

Total de prêmios brutos (a) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

	2021					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total geral
Vida em Grupo	452.323	89.887	27.837	15.117	7.688	592.852
Acidentes Pessoais - Coletivo	212.043	30.169	12.727	7.147	3.034	265.120
Prestamista	97.159	18.423	15.495	4.846	4.955	140.878
Vida Individual	93.347	58.644	9.548	22.435	3.222	187.196
Doenças Graves/terminal	49.188	162	25	11	2	49.388
Acidentes Pessoais - Individual	28.838	1.250	257	225	51	30.621
Renda de eventos aleatórios	22.228	12.408	2.882	735	505	38.758
VGBL	11.030	1.606	366	760	76	13.838
Outros	9.152	651	2.052	470	15	12.340
	975.308	**213.200**	**71.189**	**51.746**	**19.548**	**1.330.991**

Total de prêmios líquido de resseguro (b) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

	2021					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total geral
Vida em Grupo	422.607	89.887	27.837	15.117	7.688	563.136
Acidentes Pessoais - Coletivo	205.162	30.169	12.727	7.147	3.034	258.239
Prestamista	96.914	18.423	15.495	4.846	4.955	140.633
Vida Individual	92.487	58.644	9.548	22.435	3.222	186.336
Doenças Graves/terminal	49.116	162	25	11	2	49.316
Acidentes Pessoais - Individual	28.505	1.250	257	225	51	30.288
Renda de eventos aleatórios	22.114	12.408	2.882	735	505	38.644
VGBL	11.030	1.606	366	760	76	13.838
Outros	9.105	651	2.052	470	15	12.293
	937.040	**213.200**	**71.189**	**51.746**	**19.548**	**1.292.723**

(a) Os totais de prêmios de seguros estão apresentados na demonstração do resultado, nas rubricas "Prêmios emitidos" e "Rendas de contribuições e prêmios", acrescidos dos prêmios de riscos vigentes e não emitidos e das contribuições do PGBL, e deduzidos dos prêmios de cosseguros cedidos.

(b) Os totais de prêmios de seguros apresentados acima se referem aos valores do item (a) líquidos de operações de resseguro.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras, resseguradoras e emissores de ativos financeiros.

Com relação ao risco de recebimentos dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da provisão para riscos de créditos está descrita na nota explicativa nº 3.h).

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio do Comitê de Investimentos.

Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações financeiras sem considerar qualquer garantia, é a seguinte:

	Exposição máxima em 2021	Exposição máxima em 2020
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.246.072	1.313.178
Títulos ao valor justo por meio do resultado	928.264	890.608
Créditos das operações com seguros e resseguros	337.407	338.074
Ativos de resseguro - provisões técnicas	21.662	9.367
Outros créditos operacionais	29.145	27.917
Total	**2.562.550**	**2.579.144**

As exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis brutos, conforme reportados nas demonstrações financeiras.

4.5. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de a Seguradora cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

Em 31 de Dezembro de 2021, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**928.264**	-	-	-	-	**928.264**
Cotas de fundos de investimento exclusivos	716.118	-	-	-	-	716.118
Cotas de fundos de investimento abertos	212.146	-	-	-	-	212.146
Ativos financeiros disponíveis para a venda (i)	-	-	**49.383**	**123.054**	**1.073.635**	**1.246.072**
Títulos de renda fixa privados	-	-	8.003	40.180	13.342	61.525
Títulos de renda fixa públicos	-	-	41.380	82.874	1.060.293	1.184.547
Créditos das operações com seguros e resseguros	**273.064**	**18.043**	**40.501**	**3.236**	**2.563**	**337.407**
Prêmios a receber	261.975	1.089	1.231	1.950	2.272	268.517
Valores a receber congêneres	3.213	746	3.848	1.286	291	9.384
Valores a receber resseguradoras	7.876	16.208	35.422	-	-	59.506
Outros créditos operacionais	**14.922**	**10.899**	**2.938**	**386**	-	**29.145**
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	-	**12.008**	**9.654**	-	-	**21.662**
Caixa e equivalentes de caixa	**12.094**	-	-	-	-	**12.094**
Total dos ativos financeiros	**1.228.344**	**40.950**	**102.476**	**126.676**	**1.076.198**	**2.574.644**
Provisões técnicas	963.858	477.989	321.285	122.815	353.402	2.239.349
Passivos financeiros	**206.679**	**15.055**	**27.642**	**2.306**	-	**251.682**
Contas a pagar	62.935	-	-	-	-	62.935
Débitos de operações com seguros e resseguros	109.810	14.704	26.612	2.306	-	153.432
Depósitos de terceiros	33.934	351	1.030	-	-	35.315
Total dos passivos financeiros e provisões técnicas	**1.170.537**	**493.044**	**348.927**	**125.121**	**353.402**	**2.491.031**

(i) Estes ativos foram estratificados nesta tabela pela sua data de vencimento mas que os ativos disponíveis para venda podem ser realizados, de forma antecipada ao seu vencimento e que, portanto, não existe um problema de liquidez para a Companhia.

4.6. Risco de mercado

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

Controle do risco de mercado

O controle do risco de mercado é acompanhado trimestralmente pelas reuniões do Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela Seguradora;
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- Definir a política de liquidez;
- Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moeda.

Análise do risco de mercado

A Seguradora utiliza a análise de sensibilidade como ferramenta de gestão de risco financeiro. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Estes testes levam em consideração impactos futuros nas taxas de mercado. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, excluídos os vinculados à carteira de previdência, levando em consideração, a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

2021			
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/ patrimônio líquido
Ativos prefixados			
Públicos:			
NTN-F (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	140.613	(16.332)
LTN (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.272	(618)
Ativos pós-fixados			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	690.660	(39.904)
NTN-C (IGP-M) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	348.002	(15.758)
Privados:			
Debêntures (inflação) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	48.183	(8.503)
Debêntures (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	13.342	-
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	7.772	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	204.374	(1.123)
Total		**1.458.218**	**(82.238)**
Impacto líquido dos efeitos tributários			**(49.343)**

2020			
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/ patrimônio líquido
Ativos prefixados			
Públicos:			
NTN-F (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	448.747	(28.258)
LTN (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.564	(304)
Ativos pós-fixados			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	250.721	(8.072)
NTN-C (IGP-M) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	529.899	(17.700)
Privados:			
Debêntures (inflação) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	75.049	(8.913)
Debêntures (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	3.198	-
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	19.634	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	219.228	(14.963)
Total		**1.552.040**	**(78.210)**
Impacto líquido dos efeitos tributários			**(46.926)**

a) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 4,22% a 6,90% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 2,64% a 10,36% ao ano.

b) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3).

4.7. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

Corporativamente, a Seguradora define risco operacional como a possibilidade de perdas resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

Controle de risco operacional

A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da avaliação à exposição da Seguradora perante o risco.

Em linha com a Circular SUSEP nº 521 e alterações posteriores, a Seguradora indicou, em dezembro de 2016, o Gestor de Riscos responsável por implementar a estrutura de Gestão de Riscos na Seguradora, com o apoio e supervisão da Diretoria Regional de Riscos da Seguradora, além de estruturar e implementar o processo necessário para a captura e gestão das perdas operacionais incorridas na Seguradora (Banco de Dados de Perdas Operacionais).

4.8. Gestão do capital

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações e Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações).

Cálculo do patrimônio líquido ajustado	2021	2020
Patrimônio líquido	634.738	800.699
Ajustes contábeis	(343.843)	(114.419)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	9.957	18.727
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	-
Outros Ajustes	-	-
PLA (total) = PLA + ajustes associados à variação de valores econômicos	**300.852**	**705.007**
I - Capital base	8.100	15.000
II - Capital de Risco	255.988	219.449
Capital de risco subscrição	215.084	176.285
Capital de risco de crédito	37.251	37.574
Capital de risco de mercado	46.125	49.571
Capital de risco operacional	3.782	2.955
Benefício da diversificação	(46.254)	(46.936)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) (maior entre I e II)	**255.988**	**219.449**
Suficiência de Capital (PLA (total) - CMR)	**44.862**	**485.558**
Suficiência de Capital %	17,53	221,26
Índice de solvência = CMR/PLA (total)	0,85	0,31

Limites de retenção

O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 31 de Dezembro de 2021, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R$ 5.000 mil.

4.9. COVID - 19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde, declarou a COVID-19 como uma pandemia. Ao longo de 2021, a MetLife esteve presente ao lado de seus clientes, apoiando aproximadamente 8.000 famílias para reduzir ao máximo os impactos causados pela pandemia, sendo responsável pelo pagamento de 5% das indenizações de todo o mercado segurador.

Ao longo do exercício de 2021, a MetLife indenizou os seus segurados e respectivos beneficiários em mais de R$ 857 milhões (R$ 689 milhões de Vida em Grupo), valor este correspondente a 32.241 sinistros pagos, sendo parte substancial destes sinistros oriundos da pandemia - COVID-19. Consequentemente, o índice de sinistralidade obtido foi de 55,6% em 2020 para 83,1% em 2021, contribuindo assim para que a Seguradora apresentasse um prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$ 236,5 milhões.

A Seguradora continua com o seu propósito de crescimento, estes refletidos nos crescimento dos prêmios emitidos e das rendas contribuições no exercício de 2021. Dessa forma, se desconsiderarmos as indenizações relativas especificamente a Covid-19, a Seguradora apresentaria um lucro em torno de R$ 70 milhões no exercício.

Em respostas à esse evento, os acionistas da Seguradora efeturam no exercício de 2021 um aumento de capital no montante R$ 183 milhões, de forma a proporcionar uma suficiência capital mínimo requerido no montante de R$ 44,9 milhões, representando assim um índice de 117% em relação ao CRM. Adicionalmente, como forma de compromisso à continuidade das atividades da Seguradora, seus acionistas efetuaram um novo aumento de capital no montante de R$ 103 milhões em Fevereiro de 2022, mantendo assim uma margem confortável de suficiência de capital mínimo requerido para o exercício de suas atividades ao longo do exercício de 2022.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ n° 02.102.498/0001-29

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente quanto os períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das principais práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito CPC 32, equivalente ao descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados semestralmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Seguradora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza teste de redução ao valor recuperável para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

A Seguradora avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste que é realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

c) Provisões judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.h) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

Novas normas recepcionadas

O CPC06 - R2 - Operações de Arrendamento Mercantil aprovado pela SUSEP conforme Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, entrou em vigor a partir do exercício de 2021. Essa nova norma traz um modelo único de contabilização de arrendamentos impactando as Demonstrações Financeiras, onde o arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e, os valores das depreciações desses ativos e os juros sobre as obrigações estão sendo reconhecidas no resultado. Os contratos classificados de curto prazo e itens de valor imaterial estão sendo reconhecidos no resultado conforme isenção contida na norma. Na transição, a Seguradora optou pela abordagem retrospectiva modificada simplificada e, portanto, a informação comparativa para o exercício de 2020 não foi reapresentada, sendo mantida conforme o CPC 06.

Efeitos da adoção inicial do CPC 06 - R2	Ativo de direito de uso	Passivo de Arrendamento
Aluguel imóveis	12.675	(12.675)

Novas ainda não efetivas

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação do CPC 48 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial do CPC 50.

CPC 50 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguro:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- *"Premium Allocation Approach - PAA"*: aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificado do que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- *"Variable Fee Approach"*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

7. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2021		2020	
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	**928.264**	**43%**	**890.608**	**40%**
Fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	**716.118**	**33%**	**651.746**	**30%**
Títulos de renda fixa - Públicos	**438.678**	**20%**	**442.391**	**20%**
LTN	38.571	2%	19.830	1%
LFT	241.939	11%	269.866	12%
NTN	158.168	7%	152.695	7%
Títulos de renda fixa - Privados	**184.787**	**8%**	**137.758**	**6%**
CDBs	2.737	-	-	-
Letras financeiras - LF	58.217	3%	27.975	1%
Debêntures	123.833	6%	109.783	5%
Títulos de renda variável	**61.334**	**3%**	**50.467**	**2%**
Cotas de fundos de investimento - Abertos	**31.319**	**1%**	**19.776**	**1%**
Disponibilidades líquidas/contas a pagar	-	-	**1.354**	-
Cotas de fundos de investimento	**212.146**	**10%**	**238.862**	**11%**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.246.072**	**57%**	**1.313.178**	**60%**
Títulos de renda fixa - Públicos	**1.184.547**	**54%**	**1.234.931**	**56%**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.179.275	54%	1.229.367	56%
Letras de Tesouro Nacional - LTN	5.272	-	5.564	-
Títulos de renda fixa - Privados	**61.525**	**3%**	**78.247**	**4%**
Debêntures	61.525	3%	78.247	4%
Total	**2.174.336**	**100%**	**2.203.786**	**100%**
Circulante	**977.647**	**50%**	**1.098.048**	**50%**
Não Circulante	**1.196.689**	**50%**	**1.105.738**	**50%**

Movimentação das aplicações financeiras:	
Saldo no início do exercício	**2.203.786**
Aplicações	**1.658.326**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.074.865
Ativos financeiros disponíveis para venda	583.461
Resgates	**(1.689.314)**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(993.563)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(695.751)
Receita financeira	**188.690**
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 19.h.)	3.441
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 19.h.)	185.249
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(187.152)
Saldo no fim do exercício	**2.174.336**

2021	Custo atualizado	Valor justo	Ajustes de TVM	Efeitos tributários	Líquidos de tributos
Títulos ao valor justo por meio do resultado					
Fundos abertos:	**212.146**	**212.146**	-	-	-
Cotas de fundos de investimento (a)	212.146	212.146	-	-	-
Fundos exclusivos	**716.118**	**716.118**	-	-	-
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência (a)	716.118	716.118	-	-	-
Total de valor justo por meio do resultado	**928.264**	**928.264**	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa - Privados (c)	**63.403**	**61.525**	**(1.878)**	**752**	**(1.126)**
Debêntures	63.403	61.525	(1.878)	752	(1.126)
Títulos de renda fixa - Públicos (b)	**1.223.545**	**1.184.547**	**(38.998)**	**15.599**	**(23.399)**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.217.783	1.179.275	(38.508)	15.403	(23.105)
Letras de Tesouro Nacional - LTN	5.762	5.272	(490)	196	(294)
Total de disponíveis para venda	**1.286.948**	**1.246.072**	**(40.876)**	**16.351**	**(24.525)**
Total das aplicações	**2.215.211**	**2.174.336**	**(40.876)**	**16.351**	**(24.525)**

a) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica os seus recursos.

b) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 4,22% a 6,90% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 2,64% a 10,36% ao ano.

c) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3).

Do saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a parcela destinada à cobertura das provisões técnicas está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Provisões técnicas - Seguros	1.593.561	1.300.365
Provisões técnicas - Previdência complementar	644.500	530.054
Custo de Aquisição	(81.337)	-
Redutores de sinistros	(21.146)	(9.338)
Direitos creditórios	(66.429)	(46.892)
Depósitos judiciais sinistros	(6.627)	(10.071)
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	(712.957)	(648.743)
Passivo a ser coberto	**1.349.565**	**1.115.375**
Ativos garantidores (a)	**1.451.359**	**1.533.618**
Suficiência	**101.794**	**418.243**

(a) Total das aplicações R$ 2.174.335 (-) Fundos exclusivos R$ 716.118 (-) Não vinculado R$6.858.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis de mensuração de 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as mensurações dos instrumentos financeiros estavam assim classificadas:

	2021	2020
Títulos ao valor justo por meio do resultado		
Nível 1	500.013	494.212
Nível 2	428.251	396.396
Total	**928.264**	**890.608**
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Nível 1	1.184.547	1.234.931
Nível 2	61.525	78.247
Total	**1.246.072**	**1.313.178**

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Os créditos das operações com seguros e resseguros estão mensurados pelo custo amortizado sendo que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias.

a) Ramos de seguros	2021	2020
Vida em grupo	208.859	204.910
Acidentes pessoais - Coletivo	31.733	37.373
Prestamista	23.655	25.098
Vida individual	49.078	47.327
Doenças graves ou doença terminal	9.926	9.302
Renda de eventos aleatórios	5.711	6.362
Acidentes pessoais - Individual	6.029	4.999
Outros	2.416	2.703
Total	**337.407**	**338.074**
Circulante	331.610	330.092
Não Circulante	5.797	7.982

A composição da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

2021	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	142.294	85.913	28.462	7.057	6.075	(1.914)	268.517
Operações com seguradoras	-	-	1.740	1.461	8.890	(2.707)	9.384
Operações com resseguradoras	-	-	-	7.876	51.630	-	59.506
Total líquido	**142.294**	**85.913**	**30.202**	**16.394**	**67.225**	**(4.621)**	**337.407**

2020	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	156.632	90.091	30.151	6.309	7.588	(2.661)	288.110
Operações com seguradoras	-	-	3.583	4.576	11.890	(2.307)	17.742
Operações com resseguradoras	-	-	10.069	4.131	18.022	-	32.222
Total líquido	**156.632**	**90.091**	**43.803**	**15.016**	**37.500**	**(4.968)**	**338.074**

b) Movimentação de prêmios a receber

2021	Direto/aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	288.110	(36.387)	251.723
Prêmios emitidos - Bruto	1.582.455	(44.445)	1.538.010
Recebimentos/pagamentos	(1.311.737)	36.943	(1.274.794)
Constituição da provisão para riscos de créditos	747	-	747
Baixas/cancelamentos	(291.058)	5.745	(285.313)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021	**268.517**	**(38.144)**	**230.373**

2020	Direto/aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2019	295.359	(18.238)	277.121
Prêmios emitidos - Bruto	1.349.769	(42.431)	1.307.338
Recebimentos/pagamentos	(1.152.501)	14.707	(1.137.794)
Reversão da provisão para riscos de créditos	(240)	-	(240)
Baixas/cancelamentos	(204.277)	9.575	(194.702)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	**288.110**	**(36.387)**	**251.723**

9. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

a) Operações com resseguradoras - Ativo	2021	2020
Baixa de resseguro - MO	-	9.025
Sinistros a recuperar	59.506	23.197
Total	**59.506**	**32.222**
Circulante	59.506	32.222

b) Ativos de resseguro - Provisões técnicas	2021	2020
Provisão de sinistros a liquidar	12.295	7.075
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	9.023	2.254
Provisão de prêmios não ganhos - Resseguro cedido	344	38
Total	**21.662**	**9.367**
Circulante	21.662	9.367

c) Operações com resseguradoras - Passivo	2021	2020
Prêmios cedidos	34.517	29.174
Prêmios de resseguro a liquidar	3.627	7.213
Total	**38.144**	**36.387**
Circulante	35.842	29.910
Não Circulante	2.302	6.477

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social acumulada no montante de R$ 393.969 (R$ 31.705 em 31 de Dezembro de 2020) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 392.215 (R$ 29.951 em 31 de Dezembro de 2020), a compensar com lucros tributáveis futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano.

Amparada nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração mantém créditos tributários diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, conforme segue:

	2021	2020
Impostos a compensar	28.155	15.718
Diferenças temporárias	88.911	78.632
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	157.149	12.244
Marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	28.173	39
Total	**302.388**	**106.633**
Circulante	28.155	15.718
Não circulante	274.233	90.915

a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários	2021	2020
Base negativa acumulada de contribuição social	393.969	31.705
Adições temporárias (i)	222.277	196.581
Total	**616.246**	**228.286**
Alíquota de contribuição social (ii)	9%	9%
Créditos tributários de contribuição social	55.462	20.546
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 11.727 (iii)	36.975	13.697
Total de créditos tributários de contribuição social	**92.437**	**34.243**
Prejuízo fiscal acumulado	392.215	29.951
Adições temporárias (i)	222.277	196.581
Total	**614.492**	**226.532**
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Créditos tributários de imposto de renda	153.623	56.633
Total dos créditos tributários constituídos	**246.060**	**90.876**
Crédito tributário sobre ajuste de TVM	28.173	39
Total dos créditos tributários	**274.233**	**90.915**

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos.

(ii) O cálculo dos créditos tributários foi realizado, pela alíquota de 9%, devido à Seguradora estar questionando judicialmente o aumento da alíquota de 9% para 15%.

(iii) Refere-se ao montante equivalente às obrigações legais relativas à majoração da alíquota de CSLL de 9% para 15% que é reconhecido no ativo simultaneamente quando reconhecidas no passivo, e limitado ao valor do passivo, em virtude da Seguradora estar discutindo esta majoração de alíquota judicialmente.

b) Projeção de realização dos créditos tributários

Apresentamos, abaixo, a estimativa de realização dos créditos tributários projetados com base no plano de negócios da seguradora.

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Total
Valor utilizado dos créditos	(37.790)	22.596	33.263	60.487	44.415	123.088	246.060

11. INTANGÍVEL

	Saldo em 2020	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2021	Taxa anual de amortização
Direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros	2.662	-	-	(761)	1.902	(a)
Ágio sobre investimentos incorporados (19e)	8.277	-	-	-	8.277	(b)
Direitos de uso de softwares	5.554	13.764	-	(1.543)	17.774	20%
Total	**16.493**	**13.764**	**-**	**(2.304)**	**27.953**	

(a) Amortização leva em consideração o uso da base de clientes, em prazo de 10 anos.

(b) Referem-se a ágios de rentabilidade futura pagos em aquisições de investimentos efetuadas no passado. A Seguradora efetuou o teste de recuperabilidade do ágio no exercício de 2021 não indicando necessidade de qualquer provisionamento.

Teste de redução ao valor recuperável do ágio sobre investimentos adquiridos

A Seguradora efetua anualmente (data-base: 31 de Dezembro) os testes de recuperabilidade do valor contábil do ágio baseando-se no valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para as unidades geradoras de caixa (UGC), formadas por carteiras originadas da SOMA. O processo de estimativa dos valores em uso utiliza premissas atualizadas (persistência, sinistralidade e mortalidade), julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa as melhores estimativas da Seguradora, as quais foram aprovadas pela Administração.

Seguem, as principais premissas atuariais utilizadas de acordo com a experiência de cada produto:

Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual	Previdência
Mortalidade	100% da tábua BR-EMSmt-v2021	100% da tábua BR-EMSsb-v.2021	100% da tábua BR-EMSsb-v2021
Sinistralidade (apenas para os negócios institucionais)	46,40% a 61,50%	Não aplicável	Não aplicável
% cancelamento	8,00 a 14,20%	8,50%	8% a 9,80%
Taxa de desconto	ETTJ	ETTJ	ETTJ
Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual	Previdência

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O grupo de obrigações a pagar do passivo circulante tem a seguinte composição:

	2021	2020
Bonificações e JCP a pagar	-	4.740
Participação nos resultados a pagar	6.325	6.045
Fornecedores	2.916	1.294
Provisão de despesas com telemarketing e campanhas	18.411	23.158
Outras provisões	9.612	7.266
Total	**37.264**	**42.503**
Circulante	37.264	42.503

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados referentes a apólices em processo de emissão.

2021	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	19.632	1.428	44	134	402	21.640
Depósitos cosseguros aceitos	378	-	-	-	-	378
Depósitos previdência complementar	12.324	171	7	167	628	13.297
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-
Total	**32.334**	**1.599**	**51**	**301**	**1.030**	**35.315**

2020	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	20.847	1.168	371	598	585	23.569
Depósitos cosseguros aceitos	1.732	1.120	-	14	1	2.867
Depósitos previdência complementar	4.185	282	47	41	53	4.608
Outros Depósitos	292	107	133	355	-	887
Total	**27.056**	**2.677**	**551**	**1.008**	**639**	**31.931**

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS E PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

a) Os custos de aquisição diferidos e as provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

2021 - Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total	Custos de aquisição diferidos
Vida em grupo	42.932	213.566	264.669	109.617	7.766	18.007	-	-	-	656.557	7.624
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	-	-	-	-	-	1	40	147.821	1.329	149.191	-
Prestamista	204.011	17.575	20.345	4.947	-	1.345	-	-	-	248.223	107.230
Vida individual	5.043	-	3.685	5.104	-	1.531	16.734	298.910	-	331.007	77.812
Acidentes pessoais /coletivos	9.544	-	100.872	38.108	-	7.947	-	-	-	156.471	2.513
Outros	25.579	-	17.560	5.455	-	1.130	2	2.386	-	52.112	7.211
Total	287.109	231.141	407.131	163.231	7.766	29.961	16.776	449.117	1.329	1.593.561	202.390
Circulante	170.120	-	407.131	163.231	7.766	29.960	16.776	397.834	1.329	1.194.147	98.256
Não Circulante	116.989	231.141	-	-	-	1	-	51.283	-	399.414	104.134
Total	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**	**202.390**

(i) Composta por PSL e IBNeR.

2020 - Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total	Custos de aquisição diferidos
Vida em grupo	41.416	203.102	194.896	96.306	18.223	13.403	-	-	-	567.346	7.884
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	-	-	-	-	-	18	128	168.500	1.149	169.795	-
Prestamista	194.563	16.714	12.132	3.266	-	626	-	-	-	227.301	109.418
Vida individual	9.284	-	952	2.304	-	960	13.823	153.818	-	181.141	41.141
Acidentes pessoais coletivos	9.285	-	70.848	29.286	-	4.915	-	-	-	114.334	2.776
Outros	22.530	-	13.651	3.347	-	920	-	-	-	40.448	6.089
Total	277.078	219.816	292.479	134.509	18.223	20.842	13.951	322.318	1.149	1.300.365	167.308
Circulante	162.453	-	292.479	134.509	18.223	20.824	13.951	275.942	1.149	919.530	79.842
Não Circulante	114.625	219.816	-	-	-	18	-	46.376	-	380.835	87.466
Total	**277.078**	**219.816**	**292.479**	**134.509**	**18.223**	**20.842**	**13.951**	**322.318**	**1.149**	**1.300.365**	**167.308**

(i) Composta por PSL e IBNeR.

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	2021	2020
Saldo no início do período	**167.308**	**134.659**
Emissão	170.173	166.684
Amortização	(135.091)	(134.035)
Saldo no fim do período	**202.390**	**167.308**

c) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisado	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo do exercício de 2020	**277.078**	**219.816**	**292.479**	**134.509**	**18.223**	**20.842**	**13.951**	**322.318**	**1.149**	**1.300.365**
(+) Constituição	22.285	34.602	998.096	100.321	7.765	10.430	38.688	156.610	7.486	1.376.283
(+) Atualização monetária	-	-	32.870	-	-	-	(112)	5.616	68	38.442
(-) Reversão de provisão	(12.254)	(23.277)	(103.452)	(71.599)	-	(1.311)	-	-	-	(211.893)
(-) Pagamentos	-	-	(812.862)	-	(18.222)	-	(35.751)	(35.427)	(7.374)	(909.636)
Saldo do exercício de 2021	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**

(i) Composta por PSL, IBNeR e Benefícios a regularizar;

(ii) Em 31 de Dezembro de 2021, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R$ 173.403 (R$ 148.960 em 31 de Dezembro de 2020).

d) Movimentação das provisões de sinistros Judiciais, quantidade de processos, classificações de risco e saldo de depósitos correspondentes

Riscos	Depósitos judiciais em 2021	Depósitos judiciais em 2020	Quantidade de processos judiciais em 2021	Quantidade de processos judiciais em 2020	Saldo em 2020	Adições/atualização monetária	Reclassificação do risco	Pagamentos	Reversão	Saldo em 2021 (*)
Perda provável	7.348	6.807	800	492	76.165	5.995	18.816	(33.002)	(13.709)	54.265
Perda possível	7.160	19.618	2.535	1.779	66.110	39.944	17.137	(22.817)	(5.878)	94.496
Perda remota	3.532	3.995	1.711	1.340	6.685	24.192	788	(5.590)	(1.433)	24.642
Total	**18.040**	**30.420**	**5.046**	**3.611**	**148.960**	**70.131**	**36.741**	**(61.409)**	**(21.020)**	**173.403**

(*) Os valores provisionados correspondem ao montantes esperados de desembolso de caixa futuro calculado com base em estudo de perda histórica para cada um dos grupos classificados acima.

Os montantes dos processos de sinistros em demanda judicial por tempo de permanência estão demonstrados a seguir:

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Sinistros judiciais	36.769	1.807	1.332	2.534	130.961	173.403

15. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas - previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

	2021	2020
Planos não bloqueados:		
Saldo no início do exercício	**530.054**	**497.004**
Adições decorrentes de contribuições arrecadadas	75.103	43.045
Pagamentos de benefícios e resgates	(57.349)	(26.401)
Atualização financeira das provisões	14.535	29.967
Transferências recebidas (concedidas) - PGBL (i)	83.445	(13.561)
Saldo no fim do exercício	**645.788**	**530.054**
Circulante	570.190	483.609
Não Circulante	75.598	46.445

(i) Os pagamentos ocorridos no exercício de 2020 são referentes às portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto PGBL.

16. DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

a) Vida - sinistros brutos de resseguro

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	264.497	268.624	300.843	301.068	372.334	358.354	352.011	505.227	414.894	495.154	886.754	-
Um ano após o aviso	258.009	258.034	303.328	285.721	361.180	339.261	321.768	500.942	395.511	485.821	-	-
Dois anos após o aviso	254.627	259.158	294.023	287.225	355.839	340.212	325.164	502.405	398.721	-	-	-
Três anos após o aviso	251.291	256.490	295.522	291.377	358.416	346.465	330.232	504.621	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	249.428	257.197	298.172	301.693	363.451	352.567	331.659	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	253.303	259.386	304.796	303.823	367.757	350.955	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	257.718	263.216	310.842	307.856	370.184	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	261.640	268.213	311.468	308.755	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	263.238	274.445	311.875	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	269.443	270.692	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	298.915	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	**298.915**	**270.692**	**311.875**	**308.755**	**370.184**	**350.955**	**331.659**	**504.621**	**398.721**	**485.821**	**886.754**	**4.518.952**
CM e Juros	21.744	13.157	7.440	11.246	12.667	8.847	8.573	5.698	7.159	5.293	6.958	108.782
Pagamentos de sinistros efetuados	(282.885)	(274.404)	(313.610)	(307.586)	(365.998)	(346.052)	(323.504)	(495.885)	(385.824)	(462.264)	(702.408)	(4.260.420)
Sinistros pendentes (i)	37.774	9.445	5.705	12.415	16.853	13.750	16.728	14.434	20.056	28.850	191.304	367.314

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNER e benefícios a regularizar no montande de R$39.817

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

b) Vida - sinistros líquidos de resseguro	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	263.084	267.707	295.527	293.747	359.549	344.554	339.023	323.437	393.860	473.449	832.364	-
Um ano após o aviso	256.547	257.503	295.527	278.585	348.320	326.284	317.375	309.662	370.880	462.648	-	-
Dois anos após o aviso	253.195	257.503	288.331	280.082	343.138	324.614	319.471	310.929	373.707	-	-	-
Três anos após o aviso	253.195	256.026	289.830	284.234	344.315	332.273	324.283	313.078	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	248.015	256.733	291.806	288.986	351.143	338.056	325.670	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	251.761	258.727	295.725	293.275	355.497	337.061	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	256.177	261.685	301.432	296.929	357.912	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	259.108	264.878	302.069	298.046	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	260.572	271.106	302.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	266.777	267.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	290.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	**290.505**	**267.278**	**302.474**	**298.046**	**357.912**	**337.061**	**325.670**	**313.078**	**373.707**	**462.648**	**832.364**	**4.160.743**
CM e Juros	19.203	12.477	7.557	9.821	16.288	8.170	7.869	5.360	6.986	5.227	6.950	105.908
Pagamentos de sinistros efetuados	(273.910)	(270.592)	(304.407)	(295.969)	(357.428)	(331.752)	(317.287)	(304.323)	(361.253)	(439.647)	(654.827)	(3.911.395)
Sinistros pendentes (i)	35.798	9.163	5.624	11.898	16.772	13.479	16.252	14.115	19.440	28.228	184.487	355.256

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNER e benefícios a regularizar no montante de R$39.817 e a PSL de Resseguro no montante de R$ 12.058.

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE - OUTROS DÉBITOS

A Seguradora é parte de vários processos judiciais e administrativos envolvendo, principalmente, questões tributárias.
Os saldos das provisões e suas movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

		Probabilidade de perda	Depósitos judiciais 2020	Depósitos judiciais 2021	Quantidade 2020	Quantidade 2021	Valor provisionado 2020	Adições/atualização monetária 2021	Reclassificação do risco 2021	Pagamentos 2021	Reversão 2021	Valor provisionado 2021	Valor de Risco 2021
Obrigações tributárias			**152.861**	**151.952**	**16**	**15**	**119.925**	**9.354**	-	-	**(11.147)**	**118.132**	**118.132**
Programa de Integração Social -PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(a), (g)	Possível	131.090	142.364	10	10	101.422	9.268	-	-	-	110.690	110.690
CSLL	(b)	Possível	13.781	-	1	-	11.147	-	-	-	(11.147)	-	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(c)	Provável	6.309	6.379	2	2	7.356	86	-	-	-	7.442	7.442
Demais	(d)	Possível	1.681	3.209	3	3	-	-	-	-	-	-	-
Outras ações fiscais			**10.690**	**11.021**	**1**	**1**	-	-	-	-	-	-	**11.021**
Imposto Sobre Serviços - ISS	(e)	Remoto	10.690	11.021	1	1	-	-	-	-	-	-	11.021
Provisões trabalhistas	(f)		**4.965**	**3.485**	**164**	**208**	**20.807**	**10.311**	**1.221**	**(274)**	**(6.819)**	**25.246**	**40.567**
		Provável	4.291	3.439	86	104	20.807	10.311	1.221	(274)	(6.819)	25.246	25.246
		Possível	414	32	57	77	-	-	-	-	-	-	6.938
		Remoto	260	14	21	27	-	-	-	-	-	-	8.383
Provisões cíveis	(f)		**802**	**767**	**483**	**382**	**2.015**	**1.587**	**542**	**(364)**	**(968)**	**2.812**	**11.072**
		Provável	543	510	164	168	2.015	1.587	542	(364)	(968)	2.812	2.812
		Possível	-	-	156	102	-	-	-	-	-	-	454
		Remoto	259	257	163	112	-	-	-	-	-	-	7.806
Total			**169.318**	**167.225**	**664**	**607**	**142.747**	**21.252**	**1.763**	**(638)**	**(18.934)**	**146.190**	**180.792**

(a) A Seguradora impetrou medida judicial questionando a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela Lei nº 9.718/98. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está devidamente provisionada como obrigação legal.
(b) Em 2015, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 15% para 20%, em vigor a partir de setembro de 2015. Em função do transito em julgado da ação, sendo a Seguradora condenada, foi efetuado a compensação da provisão com o depósito judicial.
(c) A Seguradora é autora de ação judicial em que questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 84/96, que determinou a incidência da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas (corretores de seguros). O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça e os valores correspondentes aos encargos não recolhidos estão depositados em juízo e provisionados na sua totalidade.
(d) São valores registrados para a cobertura de possíveis riscos fiscais decorrentes de autos de infração lavrados contra a Seguradora.
(e) Ação Anulatória de Débito Fiscal, relativo ao ISS, com a desconstituição dos débitos fiscais objetos dos Autos de Infração, relativos a Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e demais encargos, relativos aos períodos compreendidos entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2011 e de abril a dezembro de 2011. A ação em referencia continua tramitando na Câmara Municipal.
(f) As provisões de contigências prováveis são contabilizadas e as possíveis e remotas são apenas divulgadas. As provisoes cíveis são para cobrir as contingências relacionadas a danos contratuais e danos extracontratuais e as Trabalhistas compreendem a integralidade dos pedidos formulados pelo reclamante e discriminadas na petição inicial.
(g) Com a alteração da base de cálculo do PIS/COFINS pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, com vigência a partir de janeiro de 2015, passamos a discutir judicialmente a cobrança da COFINS sobre a receita relativa aos ativos destinados a cobertura das provisões técnicas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em assembleia realizada em 30 de março de 2021, 30 de novembro de 2021 e 17 de dezembro de 2021, a Seguradora decidiu aumentar o capital social de R$ 556.249 para R$ 768.209 com a emissão de novas ações, ficando o capital representado por 736.136.954 (515.013.651 em 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio no montante de R$ 28.806, em março e aprovado pela SUSEP em julho e aumento de capital em dinheiro no montante de R$ 70.000 em novembro de 2021 e de R$ 113.154 em dezembro de 2021. Estes aumentos estão em processo de aprovação pelo regulador, classificados na rubrica "Aumento de capital em aprovação".
b) Reservas de lucros
A reserva de lucros é composta por duas reservas: a reserva legal e a reserva estatutária. A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social realizado. A reserva estatutária é constituída pela parcela do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e das deduções legais, as quais incluem dividendos e juros sobre o capital próprio, sujeitas à deliberação da Assembleia Geral.
c) Outros
Ajustes de avaliação patrimonial estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 3.e), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, líquidos dos efeitos tributários. A variação entre os ajustes com títulos e valores mobiliários apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 deve-se ao cenário de oscilação nas taxas de juros impactando a marcação a mercado dos títulos préfixados.
d) Dividendos/Juros sobre o capital próprio
O estatuto da Seguradora prevê a distribuição, a cada exercício, de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total, de acordo com proposta da Diretoria. Em 2021, por conta dos prejuízos auferidos no referido exercício, a Administração está propondo a compensação dos prejuízos acumulados com as reservas de lucros, no pressuposto de sua aprovação pela AGO.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020	Índice de sinistralidade - % 2021(i)	Índice de sinistralidade - % 2020	Índice de comissionamento - % 2021	Índice de comissionamento - % 2020
Vida em grupo	605.750	541.524	124	80	23	26
Acidentes pessoais coletivos	257.257	244.199	46	37	33	31
Acidentes pessoais individuais	30.356	17.152	6	28	41	46
Renda de eventos aleatórios	35.045	33.810	16	12	40	52
Prestamistas	126.799	115.086	41	22	67	57
Doenças graves e doenças terminais	48.054	32.559	26	20	41	49
Vida individual	45.117	43.388	30	14	232	125
Outros	8.850	9.663	114	48	47	33
Total	**1.157.228**	**1.037.381**				

(i) O aumento da sinistralidade para os os ramos de Vida em Grupo e Vida individual é devido as indenizações de Sinsitro COVID-19

1b) Principais ramos de atuação Líquido de resseguro

Ramos	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020	Índice de sinistralidade - % 2021	Índice de sinistralidade - % 2020	Índice de comissionamento - % 2021	Índice de comissionamento - % 2020
Vida em grupo	576.310	516.978	120	80	25	27
Acidentes pessoais coletivos	250.422	238.329	44	37	34	31
Acidentes pessoais individuais	30.023	15.168	5	32	41	52
Renda de eventos aleatórios	34.931	33.809	16	12	40	52
Prestamistas	126.527	114.983	40	22	67	57
Doenças graves e doenças terminais	47.984	32.558	26	21	41	49
Vida individual	44.265	42.559	30	14	236	128
Outros	8.802	9.660	115	48	48	33
Total	**1.119.264**	**1.004.044**				

b) Sinistros ocorridos	2021	2020
Vida em grupo	(749.705)	(435.172)
Acidentes pessoais coletivos	(117.538)	(89.838)
Acidentes pessoais individuais	(1.747)	(4.832)
Renda de eventos aleatórios	(5.762)	(4.194)
Prestamista	(51.401)	(25.356)
Doenças graves e doenças terminais	(12.366)	(6.594)
Vida individual	(13.442)	(5.960)
Outros	(10.115)	(4.600)
Total	**(962.076)**	**(576.546)**

c) Custos de aquisição	2021	2020
Vida em grupo	(142.044)	(140.569)
Acidentes pessoais coletivos	(84.099)	(74.938)
Acidentes pessoais individuais	(12.442)	(7.950)
Renda de eventos aleatórios	(13.976)	(17.595)
Prestamista	(85.303)	(65.739)
Doenças graves e doenças terminais	(19.688)	(15.951)
Vida individual (i)	(104.652)	(54.399)
Outros	(4.199)	(3.228)
Total	**(466.403)**	**(380.369)**

(i) A variação do custo de aquisição se deve ao incentivo deste canal

d) Outras receitas e despesas operacionais	2021	2020
Despesas com administração de apólices	(4.988)	(5.577)
Despesas com encargos sociais	(1.046)	(1.398)
Despesas com excedente técnico	(12.188)	6.014
(Constituições)/reversões de provisões de créditos duvidosos	347	(614)
(Constituições)/reversões de provisões judiciais cíveis e trabalhistas	(10.604)	(8.504)
Despesas com capitalização	(10.562)	(8.655)
Outras receitas/despesas operacionais	(12.457)	(6.464)
Total	**(51.498)**	**(25.198)**

e) Resultado com resseguro

Receita com resseguro	2021	2020
Indenizações de sinistros	60.669	26.158
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	6.769	(2.880)
Total	**67.438**	**23.278**

Despesas com resseguro	2021	2020
Prêmios com resseguro	(38.269)	(33.128)
Variação das despesas de resseguro	306	(209)
Total	**(37.963)**	**(33.337)**

f) Despesas administrativas	2021	2020
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(101.366)	(103.507)
Despesas com serviços de terceiros e comunicação	(79.228)	(65.387)
Despesas com publicidade e propaganda	(26.917)	(13.807)
Despesas com depreciação e amortização	821	(4.853)
Despesas com locomoção	(310)	(847)
Despesas com expediente	(5.370)	(5.029)
Despesas com localização e funcionamento	(1.736)	(6.406)
Despesas com equipamentos	(820)	(563)
Rateio de despesas com empresa ligada (nota nº 21)	41.604	48.385
Outras	(804)	(465)
Total	**(174.126)**	**(152.479)**

g) Despesas com tributos	2021	2020
Despesas com ISS	(261)	(107)
Despesas com COFINS	(17.896)	(27.296)
Despesas com PIS	(2.944)	(4.437)
Taxa de fiscalização	(1.987)	(1.895)
Outros	(2.513)	(9.078)
Total	**(25.601)**	**(42.813)**

h) Resultado financeiro	2021	2020
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 7)	3.441	37.580
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 7)	185.249	180.636
Outras	2.867	2.333
Receitas financeiras	191.557	220.549
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - Seguros	(72.703)	(21.234)
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - Previdência	(14.535)	(29.967)
Outras despesas	535	(3.108)
Despesas financeiras	(86.703)	(54.309)
Resultado financeiro	**104.854**	**166.240**

i) Ganhos/perdas com ativos não correntes	2021	2020
Ativo intangível (i)	-	(3.489)
Total	-	**(3.489)**

(i) Em 2021, refere-se a baixa do ágio conforme descrito na nota 11b.

20. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social	2020 Imposto de renda	2020 Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(391.223)	(391.223)	13.929	13.929
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de crédito/(despesa) de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	97.806	58.683	(3.482)	(2.089)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	-	-	8.472	5.083
Outros	(952)	(746)	(982)	(925)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**96.854**	**57.937**	**4.008**	**2.069**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(849)	(685)	(2.582)	(1.886)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.703	58.622	6.590	3.955

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As empresas do Grupo MetLife, representadas pela Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda., MetLife Planos Odontológicos Ltda. e MetLife Inc., desenvolvem seus negócios sociais de forma integrada, compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais. As transações entre partes relacionadas substancialmente decorrentes do rateio dessas despesas estão representadas por:

MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda. e MetLife Planos Odontológicos Ltda. (ligadas):	Ativo 2021	Ativo 2020	Receitas 2021	Receitas 2020
Contas a receber	1.885	2.782	-	-
Recuperação de despesa (i)	-	-	41.604	48.385
Total	**1.885**	**2.782**	**41.604**	**48.385**

(i) Referem-se a receitas decorrentes do rateio de despesas administrativas incorridas pela Seguradora que são rateadas e posteriormente reembolsadas. O rateio é, substancialmente, realizado com base no tempo de alocação dos profissionais que trabalham para as entidades jurídicas acima. Os vencimentos são mensais, subsequentes ao mês de apuração.

MetLife Inc. (controladora):	Passivo 2021	Passivo 2020	Despesas 2021	Despesas 2020
Contas a pagar	27.964	15.285	-	-
Despesas (i)	-	-	13.451	27.150
Total	**27.964**	**15.285**	**13.451**	**27.150**

(i) Referem-se a despesas decorrentes do rateio de despesas administrativas de sua controladora. As apurações e pagamentos são feitos mensalmente.
b) A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora é composta, exclusivamente, de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foi de R$ 12.744 (R$ 12.581 em Dezembro de 2020). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo relativo a rescisão de contrato de trabalho, com exeção ao indicado na nota abaixo. A Seguradora possui remuneração baseada em ações da casa matriz (MET), a qual foi contabilizada como despesa na Seguradora no período findo em 31 de Dezembro de 2021, no montante de R$ 1.947 (R$ 539 em Dezembro de 2020). A correspondente provisão é baixada mediante ao pagamento aos executivos em caso de exercício destas remunerações.
c) A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários, na modalidade de contribuição definida e estruturado no regime de capitalização, cuja contribuição da patrocinadora é efetuada de acordo com o percentual escolhido pelo participante, 100% da contribuição do participante, limitado ao teto de 8% do salário-base do participante. As contribuições para o plano durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, correspondem a R$ 2.103 (R$ 2.181 em Dezembro de 2020).
d) Benefícios pós-emprego
A Seguradora disponibiliza, como forma de benefícios rescisórios, assistência médica aos seus funcionários por período determinado, calculado mediante o tempo de serviço do funcionário, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria. Não existem outros benefícios pós-emprego.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Seguradora mantém seguros sobre seus bens nos seguintes montantes estabelecidos pela Administração da Seguradora:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador.	49.549
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	Pagamentos a títulos de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma declaração.	76.235

a) Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações por contratos de arrendamento mercantil, estão demonstrados abaixo :

Outros Valores e Bens - Ativo direito de uso

Contratos de aluguéis de Imóveis	2021
Adições	12.675
(-) Depreciações	(3.238)
	9.437
Não Circulante	9.437

Débitos diversos - Passivo de arrendamento

Contratos de aluguéis de Imóveis	2021
Adições	12.675
(+) Juros	764
(+) Outros Ajustes	23
(-) Pagamentos	(3.975)
	9.487
Circulante	3.408
Não Circulante	6.079

b) Composição acionária

Origem	ON	%	Total
MetLife International Holdings, Inc. EUA	490.722.304	66,6	490.722.304
Natiloportem Holdings, Inc. EUA	2.026	-	2.026
MetLife Worldwide Holdings, Inc. EUA	245.412.624	33,4	245.412.624
Total	**736.136.954**	**100**	**736.136.954**

No último nível de controle acionário a MetLife, Inc. é detentora de 100% das ações das acionistas da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. O código de comercialização da MetLife Inc., é MET, o qual é comercializado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).
c) Sazonalidade
Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros e previdência.
d) Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento
A Seguradora em 2021 efetuou aumentou de capital com juros sobre o capital próprio no montante de R$ 28.806.
e) Eventos subsequentes
Em 15 de fevereiro de 2022, os acionistas da Seguradora efetuaram um aumentou de capital em dinheiro no montante de R$ 102.570.

Diretoria

Breno Gomes – Diretor-Presidente
Francisco Ignacio Espinoza Concha – Diretor Financeiro
Marcia Tiemi Takakura – Diretora

Controller

Tatiane Paula dos Santos – CRC 1SP274301/O-7

Atuário

Patricia Cristina Duarte – MIBA nº 2055

Contador

Marcos Antonio Klein – CRC 1SP225765/0-2

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.
São Paulo - SP
Escopo da Auditoria Atuarial
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.
Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências imateriais na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião.

Anexo I *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e crédito com resseguradores	31/12/2021
Total de provisões técnicas	2.238.061
Total de ativos de resseguro	21.662
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	59.506

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2021
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.238.061
Valores redutores auditados (b)	175.539
Outros valores redutores - Aplicações em FIEs (c)	712.957
Total a ser coberto (a-b-c)	1.349.565

3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2021
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	255.988
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	255.988

4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2021
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	300.851
Ajustes Econômicos do PLA	9.957
Exigência de Capital (CMR) (b)	255.988
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	44.863
Ativos Garantidores (d)	1.451.359
Total a ser Coberto (e)	1.349.565
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	101.794

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2021
0929, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1329, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1390, 1391, 1601	5.000

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48 - CNPJ: 02.668.801/0001-55

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria e Acionistas da **Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.**
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

GRUPO SILVIO SANTOS

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis e do parecer dos atuários independentes. Em função do período de quarentena, imposta pelo cenário de pandemia da Covid-19, a Empresa vem enfrentando dificuldades econômicas, com acentuada queda de arrecadação e, consequentemente, apuração de prejuízo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Contudo, a Empresa também vem demonstrando resiliência, como poderá ser observado nas Perspectivas e planos da Administração. Mesmo em um cenário de forte queda da economia a Empresa não teve impactos significativos em sua solvência e vem mantendo um ótimo índice de suficiência de capital em relação ao capital mínimo requerido, conforme pode ser visto na Nota explicativa 22-m e, principalmente, tem resguardado as provisões técnicas devidamente cobertas por sólidas aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais. Foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, com renegociação de contratos e/ou redução temporária de valores. Grande parte do quadro de colaboradores atuou remotamente (*home office*), salvaguardando assim a exposição a riscos de saúde. A Empresa também aderiu ao disposto na Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, promovendo a redução temporária de jornada de trabalho e, consequentemente, dos custos de folha de pagamento. Em que pese as medidas adotadas, a Administração procurou manter ao máximo o quadro de colaboradores, pois acredita que este momento de dificuldades passará, e, quando da retomada da economia, será necessária a experiência e dedicação de todos. A Empresa encerrou o exercício de 2021 com ativos totais no montante de R$818.719 mil (R$868.083 mil em 31 de dezembro de 2020), receita bruta de R$290.872 mil (R$329.862 mil em 31 de dezembro de 2020) e prejuízo acumulado de R$6.543 mil (R$10.665 mil em 31 de dezembro de 2020). **OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO:** Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez. **INVESTIMENTOS:** A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidos por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais:

	2021	2020
1 - Provisões técnicas	**581.068**	**617.866**
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	596.224	628.389
3 - Excesso de cobertura (2-1)	**15.156**	**10.523**
4 - Aplicações financeiras livres	4.174	5.012
5 - Aplicações financeiras totais (2+4)	**600.398**	**633.401**

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS: De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis. **PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO:** Mesmo com uma eventual queda na economia, motivada pelo aumento significativo nos casos de Covid-19, as perspectivas são positivas. O braço digital da Tele Sena tem evoluído por meio do esforço conjunto de todas as áreas da Empresa. Para o primeiro trimestre de 2022, será lançamento o novo aplicativo da Tele Sena, que foi aperfeiçoado em relação à versão anterior. Novas funcionalidades foram criadas, além de uma usabilidade mais adequada às exigências dos consumidores, inclusive com a disponibilização de *download* para a plataforma IOS. Concomitantemente será lançado o novo site da Tele Sena, totalmente repaginado, moderno, proporcionando uma melhor experiência junto ao consumidor. Essas ações digitais visam, sobretudo, uma aproximação com os nossos clientes, maior engajamento e acesso a Tele Sena digital. Cada vez mais procuramos facilitar a vida dos clientes fiéis, bem como, na conquista de novos consumidores, especialmente o público jovem, que tem sido impactado estrategicamente por meio das redes sociais e, agora, com o *app* e site remodelados. Outra decisão relevante, tomada ainda em 2021, e que está sendo intensificada para o exercício de 2022 é a modernização da mecânica da premiação instantânea. Para tornar o "Ganhe Já" mais interativo e emocionante para o cliente, a Empresa promoveu a utilização de um formato semelhante ao praticado nas raspadinhas dos *EUA*, no qual o usuário raspa a película e, se achar três imagens iguais, ganha o prêmio correspondente. Na busca por tornar a Tele Sena ainda mais *atraente* para o cliente foram realizadas pesquisas de mercado que nos ajudaram a conhecer melhor as características de consumo do produto, o que permitiu aperfeiçoar ainda mais a Tele Sena. Intensificamos a criação de novas promoções regionais, que foram citadas em diversas ocasiões na pesquisa, apontando claramente que seria uma estratégia a ser desenvolvida com frequência. Trabalhamos intensamente na expansão de novos pontos de vendas em todo o país. A intenção é concluir uma pesquisa em nível nacional para detectar locais estratégicos para a abertura imediata de novos pontos. Já existem algumas regiões que estão sendo exploradas, inclusive com a intenção de divulgação em novos formatos de comunicação. Planejamos explorar regiões estratégicas e, contamos com um time empenhado em detectar locais potenciais para tornar o produto ainda mais acessível. Locais de grande circulação diária, que sejam pertinentes ao nosso público preferencial, comércios com grande apelo popular e que hoje disponibilizam uma estrutura adequada para atender tanto a demanda de POS (Tele Sena digital), quanto vendas físicas. Contudo, existe um esforço conjunto, tanto de viabilidade para aumentar a capilaridade de pontos próximos ao grande público, quanto um trabalho planejado de marketing e comunicação para agilizar o impacto da publicidade e a conversão em vendas. Estamos promovendo uma revisão em todos os planos de mídia, buscando novas possibilidades, sobretudo na pesquisa de novos formatos e uma melhor adequação das verbas, com uma comunicação mais segmentada e cada vez mais próxima a consumidores potenciais, como por exemplo, em bairros afastados onde existe um nicho de clientes que ainda são pouco explorados. Outro alicerce do planejamento estratégico da Empresa está na criação de novos modelos de negócios para aumentar a participação da marca no mercado e, consequentemente, criar alternativas de extensão de linha. Além disso, novos produtos e parcerias estão sendo exaustivamente alinhadas entre as áreas, com o intuito de acelerar e viabilizar projetos que foram iniciados no segundo semestre de 2021. Estamos focando, ainda para o primeiro semestre de 2022, aumentar as parcerias com startups de grande relevância e participação no mercado nacional e, principalmente, concretizar um dos maiores objetivos, que é colocar no mercado mais produtos que gerem receita e elevem ainda mais a exposição da marca Liderança Capitalização no segmento. A Empresa demonstra total aderência às novas tecnologias que o mercado exige. Cada vez mais a sinergia entre a Administração e as demais áreas da Empresa se mostram eficazes nos principais objetivos, fortalecer a marca para deixá-la ainda mais presente na mente dos clientes e novos consumidores potenciais, promover constantemente melhorias no produto, sobretudo nas premiações para torná-lo mais atraente, além de buscar equiparar as vendas em sua plataforma digital, com as vendas físicas, que naturalmente ainda são o carro chefe da Tele Sena. **AGRADECIMENTOS:** Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, demais empresas do Grupo Silvio Santos e principalmente aos nossos funcionários, os quais tem demonstrado, nos momentos de grandes dificuldades, total dedicação à Empresa.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**686.423**	**733.003**
Disponível	4	**2.280**	**2.445**
Caixa e bancos		2.280	2.445
Equivalente de caixa	4	**1.215**	**4.143**
Aplicações	5	**600.398**	**633.401**
Créditos das operações de capitalização	6	**80.644**	**91.356**
Créditos das operações de capitalização		80.644	91.356
Títulos e créditos a receber		**869**	**1.215**
Títulos e créditos a receber	7	240	660
Créditos tributários e previdenciários	8	–	12
Outros créditos	9	629	543
Outros valores e bens		**4**	**328**
Bens à venda		–	320
Outros valores		4	8
Despesas antecipadas	10	**1.013**	**115**
Ativo não circulante		**132.296**	**135.080**
Realizável a longo prazo		**50.912**	**54.086**
Títulos e créditos a receber		**50.912**	**54.086**
Créditos tributários e previdenciários	8	37.945	31.107
Depósitos judiciais e fiscais	16	12.967	22.979
Investimentos	11	**72.048**	**71.803**
Participações societárias		3.246	3.246
Imóveis destinados à renda		68.802	68.557
Imobilizado	12	**6.939**	**7.243**
Imóveis de uso próprio		5.553	5.798
Bens móveis		1.300	1.357
Outras imobilizações		86	88
Intangível	12	**2.397**	**1.948**
Outros intangíveis		2.397	1.948
		818.719	**868.083**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**614.930**	**655.322**
Contas a pagar		**22.258**	**25.639**
Obrigações a pagar	13	15.192	15.594
Impostos e encargos sociais a recolher		2.662	2.250
Encargos trabalhistas		2.850	2.967
Impostos e contribuições		789	1.420
Outras contas a pagar		765	3.408
Débitos de operações com capitalização	14	**11.222**	**11.432**
Débitos operacionais		11.222	11.432
Depósitos de terceiros		**382**	**385**
Provisões técnicas - Capitalização	15	**581.068**	**617.866**
Provisão para resgates		527.653	563.787
Provisão para sorteio		37.648	38.017
Provisão administrativa		15.767	16.062
Passivo não circulante		**10.021**	**9.909**
Outros débitos		**10.021**	**9.909**
Provisões judiciais	16	10.021	9.909
Patrimônio líquido	17	**193.768**	**202.852**
Capital social		181.270	181.270
Reservas de capital		557	557
Reservas de lucros		13.557	20.100
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(1.616)	925
		818.719	**868.083**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas: De capital	Reservas: Legal	Reservas: De lucros a realizar	Ajustes com títulos e valores mobiliários	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**175.763**	**557**	**21.779**	**8.986**	**(938)**	–	**206.147**
Aumento de capital	**5.507**	–	–	–	–	–	**5.507**
AGO/E 16/03/2020							
Portaria SUSEP/CGRAT nº 475, de 10 de agosto de 2020							
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	**1.863**	–	**1.863**
(Prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	–	(10.665)	(10.665)
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	(1.679)	(8.986)	–	10.665	–
Reserva legal	–	–	(1.679)	–	–	1.679	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	(8.986)	–	8.986	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**181.270**	**557**	**20.100**	–	**925**	–	**202.852**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(2.541)	–	(2.541)
(Prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	–	(6.543)	(6.543)
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	(6.543)	–	–	6.543	–
Reserva legal	–	–	(6.543)	–	–	6.543	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**181.270**	**557**	**13.557**	–	**(1.616)**	–	**193.768**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita líquida com títulos de capitalização		**145.453**	**164.931**
Arrecadação com títulos de capitalização		290.872	329.862
Variação da provisão para resgate		(145.419)	(164.931)
Variação das provisões técnicas	18-a	**295**	**(2.413)**
Resultado com sorteios	18-b	**(20.390)**	**(20.179)**
Custos de aquisição	18-c	**(154.074)**	**(165.049)**
Outras receitas e despesas operacionais	18-d	**52.775**	**47.377**
Outras receitas operacionais		71.401	57.225
Outras despesas operacionais		(18.626)	(9.848)
Despesas administrativas		**(54.931)**	**(48.783)**
Pessoal próprio		(38.395)	(35.470)
Serviços de terceiros		(8.987)	(6.853)
Localização e funcionamento		(6.447)	(5.512)
Publicidade e propaganda		(31)	(50)
Publicações		(89)	(119)
Donativos e contribuições		(89)	(107)
Despesas administrativas diversas	18-e	(893)	(672)
Despesas com tributos	18-f	**(9.882)**	**(10.355)**
Resultado financeiro		**25.405**	**12.389**
Receitas financeiras	18-g	29.405	16.265
Despesas financeiras	18-h	(4.000)	(3.876)
Resultado patrimonial		**2.842**	**2.954**
Receitas com imóveis de renda		2.842	2.741
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		–	213
Resultado operacional		**(12.507)**	**(19.128)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	18-i	**1.065**	**1.378**
Resultado antes de impostos e participações		**(11.442)**	**(17.750)**
Imposto de renda	19	**3.061**	**4.429**
Contribuição social	19	**1.838**	**2.656**
(Prejuízo) líquido do exercício		**(6.543)**	**(10.665)**
Quantidade de ações		**204.825**	**204.825**
(Prejuízo) líquido por ação		**(31,95)**	**(52,07)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
(Prejuízo) líquido do exercício	**(6.543)**	**(10.665)**
Resultados abrangentes	**(2.541)**	**1.863**
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(4.480)	3.105
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	1.939	(1.242)
Resultado abrangente total	**(9.084)**	**(8.802)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Atividades operacionais		
(Prejuízo) líquido do exercício	(6.543)	(10.665)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.041	821
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.169	(564)
Resultado de equivalência patrimonial	–	(213)
Variação das provisões técnicas	111.587	141.731
Outros ajustes	(2.541)	2.054
Lucro líquido ajustado	**104.713**	**133.164**
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros		
I - Valor justo por meio do resultado	5.262	2.010
II - Disponíveis para venda	27.741	44.473
Créditos das operações de capitalização	9.543	713
Créditos fiscais e previdenciários	(6.826)	(2.479)
Depósitos judiciais e fiscais	10.012	(511)
Despesas antecipadas	(898)	1.283
Outros ativos	658	3.707
Fornecedores	(402)	(688)
Impostos e contribuições	(219)	(1.376)
Outras contas a pagar	(2.760)	2.137
Débitos de operações com capitalização	(210)	790
Depósitos de terceiros	(3)	376
Provisões técnicas - capitalização	(148.385)	(174.317)
Provisões judiciais	112	(87)
Caixa gerado (consumido) nas operações	**(1.662)**	**9.195**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(1.662)**	**9.195**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	6	–
Intangível	185	–
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(501)	(337)
Intangível	(1.121)	(983)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	**(1.431)**	**(1.320)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	–	(2.143)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	–	**(2.143)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3.093)**	**5.732**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**6.588**	**856**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**3.495**	**6.588**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Liderança Capitalização S.A. ("*Empresa*"), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo - SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de operadores logísticos em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo da vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. A Empresa também opera no segmento de Planos de Incentivo. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Resolução CNSP nº 384 de 9 de junho de 2020 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O controlador em última instância é o Sr. Senor Abravanel.

Composição acionária:

Acionista	Silvio Santos Participações S.A. – Quantidade de ações	%	Liderança Capitalização S.A. – Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	–	–	204.824	99,9995%
Senor Abravanel	5.497.496.213	98,1804%	–	–
Henrique Abravanel	101.887.137	1,8196%	1	0,0005%
Total	**5.599.383.350**	**100,00%**	**204.825**	**100,00%**

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações contábeis, foi observado os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria foi realizada em 24 de fevereiro de 2022. **a. Base para mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Outros valores e bens mensurados ao valor de custo. **b. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) as informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações financeiras; • Nota 6 - Créditos das operações de capitalização; • Nota 8 - Créditos tributários; • Nota 15 - Provisões técnicas; • Nota 16 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Apuração de resultado:** As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas. **c. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **• Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. **• Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **• Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **• Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável. **Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos. **Valor justo:** Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são mensurados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado. As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. **d. Créditos das operações de capitalização:** Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização. No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias, bem como para títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários. **e. Despesas antecipadas:** Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não se iniciou até a data de fechamento do balanço. **f. Outros valores e bens:** Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. **g. Investimentos: Investimentos em coligadas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas. **Imóveis destinados à renda:** Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial de dívida, no montante de R$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 11. **h. Imobilizado:** Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis	5 a 10 anos
Outras imobilizações	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação. **i. Passivo circulante e não circulante:** Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (no exercício) para imposto de renda e 15% até junho de 2021 e 25% de julho de 2021 a dezembro de 2021 sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data-base das demonstrações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. **k. Provisões judiciais:** As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança. **l. Provisões técnicas:** São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas: **• Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", e, de percentuais variáveis para os Planos de Incentivo, de acordo com suas respectivas condições gerais, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,16% ao mês, com prazo de vencimento de um ano. **• Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e nos Planos de Incentivo, definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento. **• Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR). **• Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados. **• Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização "Tele Sena" definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como "provisões administrativas".

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2021	2020
Caixa	43	83
Bancos	2.237	2.362
Ouro - Disponível (*)	1.215	4.143
	3.495	**6.588**

(*) Ouro disponível são negociados para pagamento de prêmios de sorteios promocionais e são liquidados em curtíssimo prazo. Este ativo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado, tomando-se por base a cotação do grama de ouro na bolsa de valores B3.

5. APLICAÇÕES:

	Custo atualizado	2021: Sem vencimento	2021: 1 a 90 dias	2021: 91 a 365 dias	2021: Acima de 365 dias	2021: Ajuste a valor de mercado	2021: Valor contábil	2021: % da carteira	2020: Valor contábil	2020: % da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	**54.954**	**54.954**	–	–	–	–	**54.954**	**9,15%**	**60.216**	**9,51%**
Fundos de renda fixa abertos	**54.954**	**54.954**	–	–	–	–	**54.954**		**60.216**	
II - Disponíveis para venda	**548.479**	**(96)**	**175.571**	**1.061**	**371.847**	**(2.939)**	**545.444**	**90,85%**	**573.185**	**90,49%**
Fundos exclusivos de títulos públicos	**548.479**	**(96)**	**175.571**	**1.061**	**371.847**	**(2.939)**	**545.444**		**573.185**	
LFT - Letras financeiras do tesouro	349.351	–	1.123	–	348.228	(1.627)	347.724		99.509	
LTN - Letras do tesouro nacional	25.119	–	1.500	–	23.619	(1.314)	23.805		11.181	
NTN - Notas do tesouro nacional	1.061	–	–	1.061	–	2	1.063		13.875	
Operações compromissadas (*)	172.948	–	172.948	–	–	–	172.948		448.699	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	–	(96)	–	–	–	–	(96)		(79)	
Total	**603.433**	**54.858**	**175.571**	**1.061**	**371.847**	**(2.939)**	**600.398**	**100,00%**	**633.401**	**100,00%**

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira

	2021	2020
Fundos de renda fixa abertos		
Caixa Econômica Federal	54.954	60.216
	54.954	**60.216**
Fundos exclusivos de títulos públicos		
Caixa Econômica Federal	255.608	277.456
Banco Bradesco S.A.	78.606	92.842
Banco do Brasil S.A.	211.230	202.887
	545.444	**573.185**

Movimentação das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Saldos em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2021
Fundos de renda fixa abertos	60.216	–	(7.510)	2.248	–	54.954
Fundos exclusivos de títulos públicos	573.185	106.058	(156.094)	26.775	(4.480)	545.444
Total	**633.401**	**106.058**	**(163.604)**	**29.023**	**(4.480)**	**600.398**

	Saldos em 2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2020
Fundos de renda fixa abertos	62.226	–	(3.730)	1.720	–	60.216
Fundos exclusivos de títulos públicos	617.658	87.615	(149.282)	14.089	3.105	573.185
Total	**679.884**	**87.615**	**(153.012)**	**15.809**	**3.105**	**633.401**

Rentabilidade da carteira: Em 31 de dezembro de 2021, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R$ 29.023 e R$ 4.480 de ajuste a valor de mercado negativo, (R$ 15.809 e R$ 3.105 de ajuste a valor de mercado positivo em 31 de dezembro de 2020). Essa rentabilidade representa 93,87% (104,7% em 31 de dezembro de 2020) do CDI que foi de 4,42%, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2,75% em 31 de dezembro de 2020). **Instrumentos financeiros - Derivativos:** A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

Contrato	Posição	Vencimento	2021: Quantidade	2021: Valor de mercado	2021: Ajuste a receber/(pagar)	2020: Quantidade	2020: Valor de mercado	2020: Ajuste a receber/(pagar)
Futuro - DI1 N22	Comprada	jul/2021	–	–	–	25	2.371	–
Futuro - DI1 F22	Comprada	jan/2022	15	1.494	–	75	7.291	–
Futuro - DI1 F24	Vendida	jan/2024	(260)	(21.131)	–	(16)	(1.380)	–
Futuro - DI1 F27	Comprada	jan/2027	25	1.511	–	–	–	–

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros: A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo: **• Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** - *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativo financeiro	2021: Nível 1	2021: Nível 2	2021: Total	2020: Nível 1	2020: Nível 2	2020: Total
Valor justo por meio do resultado	–	54.954	54.954	–	60.216	60.216
Disponíveis para venda	545.444	–	545.444	573.185	–	573.185
Total	**545.444**	**54.954**	**600.398**	**573.185**	**60.216**	**633.401**

continua

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

—☆ continuação

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas: As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão representados pelo quadro abaixo:

	2021	2020
Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	596.224	628.389
Total vinculado	**596.224**	**628.389**
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	4.174	5.012
Total de aplicações livres	**4.174**	**5.012**
Total	**600.398**	**633.401**
Provisões técnicas (Nota 15)	581.068	617.866
Aplicações financeiras - Recursos livres	**19.330**	**15.535**
Excesso de cobertura	15.156	10.523
Aplicações financeiras livres	4.174	5.012

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO:

a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento:

	2021	2020
A vencer	82.572	81.119
Vencidos	142	4.941
(–) Provisão para perdas (*)	(2.837)	(1.669)
	79.877	**84.391**
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	445	6.774
Prêmios - pagamentos em trânsito	303	128
Resgates a confirmar	19	63
	767	**6.965**
	80.644	**91.356**

(*) A Empresa constitui provisão para perdas com base na expectativa de títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários.

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber:

	2021	2020
Saldos no início do exercício	**91.356**	**91.505**
Arrecadação com títulos de capitalização	290.872	329.862
Brindes e furtos	(103)	(105)
Eventos diversos	401	3.068
Recebimentos	(299.045)	(331.305)
Provisão para perdas	(2.837)	(1.669)
Saldos no final do exercício	**80.644**	**91.356**

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER:

	2021	2020
Créditos de capitalização a receber	7.023	7.032
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.017)	(7.017)
Aluguéis a receber	234	645
	240	**660**

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS: Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial, conforme descrito na Nota explicativa nº 3-j. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2021	2020
Circulante:		
Outros	–	12
	–	12
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	3.214	2.477
Contribuição social	1.928	1.486
	5.142	**3.963**
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	19.674	17.351
Contribuição social	11.805	10.410
	31.479	**27.761**
Imposto de renda e contribuição social sobre receitas diferidas		
Imposto de renda	736	(386)
Contribuição social	588	(231)
	1.324	**(617)**
	37.945	**31.107**

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias: Os créditos tributários sobre diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 16). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2021			2020		
Diferenças temporárias	**Base do crédito tributário**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Base do crédito tributário**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
PIS/COFINS	8.974	2.245	1.345	8.892	2.223	1.225
Processos cíveis	789	197	118	823	206	232
Processos trabalhistas	191	48	29	170	42	25
Contingência IPTU	67	17	10	24	6	4
Provisão para perdas - Crédito das operações de capitalização	2.837	709	426	–	–	–
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda	2.938	734	588	(1.542)	(386)	(231)
	15.796	**3.950**	**2.516**	**8.367**	**2.091**	**1.255**

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

		Créditos tributários		
Período	**Base dos créditos tributários**	**Imposto de renda diferido**	**Contribuição social diferida**	**%**
2022	3.922	981	641	24,82%
2023	1.214	303	240	7,69%
2024	399	100	70	2,53%
2025	8.279	2.070	1.244	52,41%
2026	774	194	116	4,90%
2027	475	119	95	3,01%
2030	733	183	110	4,64%
Total	**15.796**	**3.950**	**2.516**	**100,00%**

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social: A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R$ 78.697 (R$ 69.401 em 31 de dezembro de 2020) e constituiu crédito tributário no valor de R$ 31.479 (R$ 27.761 em 31 de dezembro de 2020).

	2021			2020		
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	**Créditos tributários: Imposto de renda diferido**	**Créditos tributários: Contribuição social diferida**	**Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL**	**Créditos tributários: Imposto de renda diferido**	**Créditos tributários: Contribuição social diferida**
Saldos no início do exercício	**69.401**	**17.351**	**10.410**	**51.600**	**12.900**	**7.740**
Prejuízo fiscal exercício	9.296	2.323	1.395	17.801	4.451	2.670
Saldos no final do exercício	**78.697**	**19.674**	**11.805**	**69.401**	**17.351**	**10.410**

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios. A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

	Projetado			
Período	**Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL**	**Imposto de renda diferido**	**Contribuição social diferida**	**%**
2021	8.148	2.037	1.222	10,36%
2022	7.531	1.883	1.130	9,57%
2023	4.537	1.134	681	5,76%
2024	5.736	1.434	860	7,29%
2025	3.131	783	470	3,98%
2026	3.422	856	513	4,35%
2027	8.113	2.028	1.217	10,31%
2028	10.370	2.592	1.556	13,18%
2029	12.956	3.239	1.943	16,46%
2030	14.753	3.688	2.213	18,74%
Total	**78.697**	**19.674**	**11.805**	**100,00%**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Empresa apurou prejuízo fiscal, não sendo, desta forma, possível a compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R$ 117.028. Comparado aos valores projetados, representa 186,56% conforme apresentado abaixo:

	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social		
Período	**Projetado**	**Realizado**	**%**
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	11.865	41.081	346,24%
2019	3.111	6.129	197,01%
2020	3.079	–	0,00%
2021	2.106	–	0,00%
Total	**62.729**	**117.028**	**186,56%**

9. OUTROS CRÉDITOS: Referem-se, principalmente, a adiantamentos efetuados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	275	285
Adiantamentos a fornecedores	–	7
Adiantamentos para campanhas promocionais	2	228
Outros adiantamentos	352	23
	629	**543**

10. DESPESAS ANTECIPADAS:

	2021	2020
Prestação de serviços a apropriar	8	8
Propaganda e publicidade a apropriar	920	73
Outras	85	34
	1.013	**115**

11. INVESTIMENTOS:

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda	Total 2021	Total 2020
Total de ativos	41.610	–	–	–
Total de passivos	1.497	–	–	–
Capital social	43.637	–	–	–
Patrimônio líquido	40.113	–	–	–
Número de quotas possuídas	3.530.220	–	–	–
Participação societária	8,09%	–	–	–
Saldo dos investimentos no início do exercício	**3.246**	**68.557**	**71.803**	**71.590**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	213
Transferência	–	245	245	–
Saldo dos investimentos no final do exercício	**3.246**	**68.802**	**72.048**	**71.803**

A empresa RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. encontra-se inativa, motivo pelo qual não apresentou resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Sílvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida, um imóvel avaliado em R$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento. Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R$ 2.439 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.333 em 31 de dezembro de 2020). Em linha com o CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 5 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara,160 - RJ, destinadas à locação.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	Totais 2021	Totais 2020
Saldo no início do exercício						
Custo	17.924	8.702	88	4.401	31.115	29.996
(–) Depreciação acumulada	(12.126)	(7.345)	–	(2.453)	(21.924)	(21.111)
Saldo contábil líquido	**5.798**	**1.357**	**88**	**1.948**	**9.191**	**8.885**
Aquisições	–	21	480	1.121	1.622	1.320
Baixas/transferências	(245)	476	(482)	(185)	(436)	(193)
(–) Depreciação	–	(554)	–	(487)	(1.041)	(821)
Saldo contábil líquido no final do exercício	**5.553**	**1.300**	**86**	**2.397**	**9.336**	**9.191**
Taxas anuais de depreciação	**4%**	**10% a 20%**	–	**20% a 33,33%**		

(a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a outras imobilizações em curso ainda não em uso e não sofrem depreciação. (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para a Empresa.

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR:

	2021	2020
Fornecedores	15.191	15.575
Outras	1	19
	15.192	**15.594**

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO:

	2021	2020
Comissões sobre venda de títulos	9.069	9.934
Resgates em trânsito	2.152	1.481
Outras	1	17
	11.222	**11.432**

15. PROVISÕES TÉCNICAS: As movimentações das provisões técnicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram:

	Provisão						
	Matemática para capitalização	**Para resgate**	**Para sorteios a realizar**	**Para sorteios a pagar**	**Para despesas administrativas**	**2021**	**2020**
Saldos no início do exercício	**186.365**	**377.422**	**1.775**	**36.242**	**16.062**	**617.866**	**650.452**
Constituições	387.160	–	49.934	13.704	3.000	453.798	426.026
Cancelamentos	(241.741)	–	(26.721)	(11.604)	–	(280.066)	(234.208)
Atualização monetária e juros	2.778	284	34	11	–	3.107	3.733
Pagamentos de resgates e sorteios	(9)	(129.847)	–	(18.529)	–	(148.385)	(174.317)
Prescrições	–	(54.831)	–	(2.220)	–	(57.051)	(49.381)
Reversões	–	72	(68)	(4.910)	(3.295)	(8.201)	(4.439)
Transferências	(164.161)	164.161	(20.681)	20.681	–	–	–
Saldos no final do exercício	**170.392**	**357.261**	**4.273**	**33.375**	**15.767**	**581.068**	**617.866**

16. PROVISÕES JUDICIAIS: As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	Provisões judiciais					Depósitos judiciais				
	Saldos em 31/12/2020	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2021**	**Saldos em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2021**
PIS/COFINS (a)	8.892	–	–	82	8.974	9.237	–	(9.253)	16	–
Contribuição social (b)	–	–	–	–	–	12.839	–	(1.186)	315	11.968
Trabalhista (c)	170	67	(56)	10	191	290	192	(445)	5	42
Cíveis (d)	823	209	(355)	112	789	144	338	(26)	16	472
Processos administrativos (e)	–	–	–	–	–	469	–	–	16	485
Outros	24	41	–	2	67	–	–	–	–	–
Total	**9.909**	**317**	**(411)**	**206**	**10.021**	**22.979**	**530**	**(10.910)**	**368**	**12.967**
	Saldos em 31/12/2019	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2020**	**Saldos em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2020**
PIS/COFINS (a)	8.828	–	–	64	8.892	9.121	–	–	116	9.237
Contribuição social (b)	–	–	–	–	–	12.595	–	–	244	12.839
Trabalhista (c)	257	17	(125)	21	170	174	104	–	12	290
Cíveis (d)	890	129	(240)	44	823	123	217	(209)	13	144
Processos administrativos (e)	–	–	–	–	–	453	–	–	16	469
Outros	21	2	–	1	24	2	–	(2)	–	–
Total	**9.996**	**148**	**(365)**	**130**	**9.909**	**22.468**	**321**	**(211)**	**401**	**22.979**

Classificação de risco das ações judiciais:

	2021				2020
Contingências	**Provável**	**Possível**	**Remota**	**Total**	**Total**
PIS/COFINS (a)	8.974	1.698	–	10.672	10.547
Trabalhista (c)	191	27.107	–	27.298	27.019
Cíveis (d)	789	3.491	2.296	6.576	6.431
Processos administrativos (e)	–	16.564	–	16.564	16.647
Outros	67	1.821	–	1.888	225
Total	**10.021**	**50.681**	**2.296**	**62.998**	**60.869**

a. PIS/COFINS: A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº novo 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível. A Empresa constituiu provisão no montante de R$ 8.974 (R$ 8.892 em 31 de dezembro 2020). **b. Contribuição social:** A Empresa discutia a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramitava na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramitava na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permaneciam provisionados sob o conceito de obrigação legal. Todavia, em revisão do procedimento, constatou-se que a tese em questão não tem encontrado respaldo perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região e que também não foi acolhida pelos Tribunais Superiores, o que levou a Empresa a desistir do pleito, tanto em primeira, quanto em segunda instância, na data de 31 de agosto de 2017 (protocolo de 04 de setembro de 2017). Os valores depositados serão levantados pela Empresa, mediante compensação a ser requerida administrativamente. **c. Trabalhista:** Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **d. Cíveis:** A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **e. Processos administrativos:** A Empresa responde por processos, em fase administrativa, conforme descritos abaixo: - Processo nº 16327.903170/2017-51 (Ação anulatória nº 5017521-51.2018.4.03.6100) que discute suposta falta de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte da competência de 11/2016, encontra-se com exigibilidade suspensa, em face de depósito judicial na íntegra efetuado para garantia em juízo, com ampla possibilidade de êxito e, que foi julgada procedente, aguardando a liberação do valor depositado em juízo; - Processo nº 16327.002068/2005-01 que discute a não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ampla possibilidade de êxito, tendo em vista que aquelas empresas declaram o tributo em sua contabilidade (sendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos imune) e a decisão favorável obtida junto ao CARF, estando o feito aguardando julgamento de recurso voluntário impetrado pela Receita Federal do Brasil; - Processo nº 10855.723463/2018-83 lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos. Em julgamento no mês de dezembro de 2021, o CARF reconheceu a improcedência da pretensão do FISCO. Aguarda-se a publicação do acórdão para eventual recurso da Receita Federal do Brasil - Processo nº 16327.720703/2015-08, supostas irregularidades na apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS. Levando em consideração a jurisprudência vigente sobre a discussão, há argumentos de defesa suficientes para cancelar integralmente os autos de infração, conforme parecer dos nossos assessores jurídicos externos e internos. - Processo nº 5001615-50.2020.4.03.6100, mandado de segurança requerendo a suspensão da contribuição previdenciária patronal, da contribuição ao SAT/RAT ajustada pelo FAP e das contribuições destinadas a terceiras entidades sobre o valor integral de determinados benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, previdência privada e seguro de vida). Pedido liminar concedido, em parte, a fim de determinar a autoridade impetrada se abstenha de exigir a contribuição previdenciária cota patronal incidente sobre: a) vale-alimentação quando pago in natura; b) vale-transporte em pecúnia ou não; c) assistência médica; d) previdência privada; e) seguro de vida). A Administração de Empresa entende que tais processos não decorrem de uma obrigação legal constituída, e não constitui provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 204.825 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R$ 181.270. **b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. **c. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos. Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO:

a. Variação das provisões técnicas:

	2021	2020
Variação da provisão para despesas administrativas:		
Constituições (Nota 15)	(3.000)	(5.219)
Reversões (Nota 15)	3.295	2.806
	295	**(2.413)**

b. Resultado com sorteios:

	2021	2020
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (Nota 15)	(63.638)	(55.407)
Cancelamentos (Nota 15)	38.325	33.739
Reversões (Nota 15)	4.978	1.710
Despesas com títulos sorteados	(55)	(221)
	(20.390)	**(20.179)**

c. Custos de aquisição:

	2021	2020
Corretagem	(51.226)	(51.236)
Agenciamento	(18)	–
Despesas de vendas	(13.757)	(15.418)
Publicidade e propaganda	(89.073)	(98.395)
	(154.074)	**(165.049)**

d. Outras receitas e despesas operacionais:

	2021	2020
Receitas com prescrição de exigibilidades	55.575	47.568
Outras receitas com operação de capitalização	15.826	9.657
Perdas na recuperação de créditos	(16.983)	(9.085)
Furtos de Tele Senas	(70)	(58)
Outras despesas	(1.573)	(705)
	52.775	**47.377**

e. Despesas administrativas diversas:

	2021	2020
Condenações judiciais (*)	(502)	(409)
Provisão de contingências judiciais cíveis (Nota 16)	(209)	(129)
Provisão de contingências judiciais trabalhistas (Nota 16)	(67)	(17)
Outras provisões judiciais (Nota 16)	(41)	(2)
Multas e infrações	(20)	(103)
Despesas não dedutíveis	(35)	(9)
Despesas diversas	(19)	(3)
	(893)	**(672)**

(*) Condenações judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal tendo sua contrapartida à rubrica Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 18-i), não afetando diretamente o resultado líquido.

f. Despesas com tributos

	2021	2020
COFINS	(7.584)	(8.027)
PIS	(1.230)	(1.303)
Outros	(1.068)	(1.025)
	(9.882)	**(10.355)**

g. Receitas financeiras

	2021	2020
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	2.248	1.721
Disponíveis para venda	26.775	14.089
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 16)	368	401
Outras	14	54
	29.405	**16.265**

h. Despesas financeiras

	2021	2020
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 15)	(3.107)	(3.733)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 16)	(206)	(130)
Outras	(687)	(13)
	(4.000)	**(3.876)**

i. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2021	2020
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(5)	(193)
Reversão de provisões judiciais cíveis (Nota 16) (*)	355	240
Reversão de provisões judiciais trabalhistas (Nota 16) (*)	56	125
Reversão de provisões operacionais	19	440
Recuperação de despesas	540	666
Outros ganhos	100	100
	1.065	**1.378**

(*) Reversão de provisões judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal, não afetando diretamente o resultado líquido.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim demonstrados:

	2021		2020	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Prejuízo contábil antes dos impostos e participações	(11.442)	(11.442)	(17.750)	(17.750)
Adições	**2.147**	**2.147**	**813**	**813**
Provisão para contingências (Nota 16)	112	112	–	–
Redução ao valor recuperável - Operações de capitalização	1.169	1.169	–	–
Doações e patrocínios indedutíveis	–	–	4	4
Despesas indedutíveis	826	826	809	809
Outras	40	40	–	–
Exclusões	**(1)**	**(1)**	**(864)**	**(864)**
Equivalência patrimonial (Nota 11)	–	–	(213)	(213)
Reversão de provisão para contingências (Nota 16)	–	–	(87)	(87)
Redução ao valor recuperável - Operações de capitalização	–	–	(564)	(564)
Outras	(1)	(1)	–	–
Prejuízo fiscal antes das compensações	**(9.296)**	**(9.296)**	**(17.801)**	**(17.801)**
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	–	–	–	–
Base de cálculo	**(9.296)**	**(9.296)**	**(17.801)**	**(17.801)**
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.323	1.395	4.451	2.670
Créditos tributários sobre diferenças temporais	738	443	(22)	(14)
Total de tributos	**3.061**	**1.838**	**4.429**	**2.656**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**26,75%**	**16,06%**	**24,95%**	**14,96%**

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2021		2020	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes de impostos e participações	**(11.442)**	**(11.442)**	**(17.750)**	**(17.750)**
Alíquotas oficiais	25%	20%	25%	15%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Impostos diferidos	3.061	1.838	4.429	2.656
Total dos tributos	**3.061**	**1.838**	**4.429**	**2.656**

20 Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos) 2021	Ativos/(Passivos) 2020	Receitas/(Despesas) 2021	Receitas/(Despesas) 2020
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(1.851)	(2.176)	(22.302)	(26.463)
Imagem e voz	(9.516)	(10.297)	(31.975)	(36.410)
Custos de aquisição (a)	**(11.367)**	**(12.473)**	**(54.277)**	**(62.873)**
Serviços compartilhados	(122)	(162)	(1.413)	(1.261)
Despesas com serviços de terceiros (b)	**(122)**	**(162)**	**(1.413)**	**(1.261)**
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	220	583	2.439	2.333
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	52	30	28
TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda.	–	–	250	–
Receitas de aluguel (c)	**222**	**635**	**2.719**	**2.361**
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	(10)	(10)	–	–
Outras contas a pagar	**(10)**	**(10)**	–	–

a. Custos de aquisição: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de: **(i)** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa; **(ii)** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos. **b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais. **c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". **d. Remuneração do pessoal chave da administração:** O pessoal chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R$ 4.457 (R$ 3.949 em 31 de dezembro de 2020).

21. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR: A Empresa é copatrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R$ 622 (R$ 407 em 31 de dezembro de 2020).

22. GESTÃO DE RISCO: a. Filosofia de gestão corporativa: A gestão corporativa do Grupo Sílvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber: ***i.* Grupo de acionistas** - Compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Sílvio Santos. ***ii.* Comitê financeiro** - Formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Sílvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros. ***iii.* Comitê de recursos humanos** - Propõe, examina e acompanha todos os planos, políticas, práticas e processos estratégicos e operacionais relativos aos assuntos de Recursos Humanos das empresas do Grupo Sílvio Santos. Aponta diretrizes e premissas que orientam os orçamentos das empresas do Grupo Sílvio Santos para o desenvolvimento e aprimoramento de todos os colaboradores. ***iv.* Comitê de tecnologia da informação** - Compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Sílvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios. **b. Procedimentos de prevenção:** É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Sílvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude e ilícitos semelhantes. Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético. É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverão analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de comunicação Linha Ética do Grupo Sílvio Santos. **c. Lavagem de dinheiro:** A Circular SUSEP nº 612, de agosto de 2020 e suas alterações, dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo. A Empresa observa, rigorosamente, a plena adequação e aderência aos requerimentos normativos de diligência e monitoramento reforçado, com políticas, procedimentos e controles internos, efetivos e consistentes com a natureza e complexidade e riscos das operações realizadas, aplicados na verificação da identidade e da idoneidade de seus clientes e relações de negócio, incluindo terceiros e beneficiários, identificando, avaliando e monitorando os riscos relacionados ao tema. Em cumprimento às definições estabelecidas na Circular SUSEP nº 612/20, as comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, bem como são executados, anualmente, o programa contínuo de treinamento, visando à disseminação de cultura e à qualificação, de acordo com as respectivas funções, dos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, e o plano de auditoria, certificando o cumprimento, em todos os seus aspectos, do disposto na Circular SUSEP nº 612/20. **d. Controles internos:** A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria de Tecnologia e Controles Internos, tendo por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do sistema de Autoavaliação dos Controles Internos. Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos. Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro; g) processo de prevenção à fraude; h) monitoramento dos processos; e i) comunicação e treinamento. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe. A Empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. O plano é testado e revisado anualmente e contém informações detalhadas de como proceder em caso de acontecimentos inesperados e que possam vir a provocar uma interrupção prolongada nas operações da Empresa e sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias. **e. Estrutura de Gestão de Riscos:** A Empresa implementou uma estrutura de gestão de riscos, que está integrada nas atividades diárias da Empresa e alinhada ao Sistema de Controles Internos. Os riscos são gerenciados em todos os seus níveis, de acordo com a natureza, tamanho e complexidade das nossas atividades. A diretoria, os gestores de riscos, os gestores das áreas, os auditores internos e, na verdade, qualquer indivíduo dentro de uma organização pode contribuir para a gestão mais eficaz dos riscos corporativos. As áreas responsáveis pela gestão de riscos são compartilhadas com a diretoria, totalmente segregadas das áreas comerciais e independentes da auditoria interna. O responsável pela gestão de riscos trabalha com outros gerentes para estabelecer um processo de gestão de riscos eficaz em suas áreas de responsabilidade. O profissional responsável por riscos tem a incumbência de monitorar o progresso e ajudar os demais gerentes a comunicar as informações relevantes sobre riscos a seus superiores, subordinados e pares na organização. No modelo de Três Linhas de Defesa, implantado na Empresa,

continua —☆

Petrobras diz que vai aguardar para decidir sobre reajustes

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Mastella, disse nesta quinta-feira (24) que a empresa vai aguardar a evolução do cenário internacional antes de decidir por repasses da disparada da cotação do petróleo após o início dos ataques russos à Ucrânia.

A cotação internacional do petróleo Brent bateu na casa dos US$ 100 por barril pela primeira vez desde 2014, jogando pressão pela estatal, que já vinha praticando preços abaixo do mercado. O preço do gás natural também subiu e deve impactar a conta de luz.

"A gente precisa continuar observando um bocadinho, não temos resposta fácil nem simples", disse Mastella, em conferência virtual com analistas para detalhar o lucro recorde de R$ 106,6 bilhões registrado pela empresa em 2021.

A Petrobras já vem sendo questionada pelo longo tempo sem reajustes em um cenário de alta nas cotações internacionais. Os aumentos mais recentes nos preços da gasolina e do diesel vendidos pela empresa foram em 12 de janeiro.

Na quarta (23), mesmo com a valorização do real, a defasagem entre os preços interno e internacional preço do diesel era de 5%, segundo a Abicom (Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis). No caso da gasolina, chegava a 9%.

Na conferência com a diretoria da Petrobras nesta quinta, analistas perguntaram qual o limite para segurar repasses.

"Em razão de diversas tensões geopolíticas, a gente tem observado elevação dos preços. Em paralelo, o dólar está se desvalorizando", destacou Mastella. "Com esses dois movimentos em contraposição, a gente conseguiu manter nossos preços."

Sobre os impactos da situação na Ucrânia, ele disse que o mercado vive hoje um "pico de volatilidade" e que o momento ainda é de "extrema incerteza". Por isso, a empresa seguirá observando o mercado antes de tomar decisões.

"Nesse cenário, vamos continuar observando [a evolução das cotações] minuto a minuto", resumiu o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, em conferência virtual com analistas estrangeiros.

Especialistas acreditam que o conflito na Ucrânia manterá as cotações pressionadas, com impactos sobre a inflação brasileira, que já sofre com a escalada recente dos preços dos combustíveis e da energia.

"Os preços do petróleo e do gás estão subindo, e os esforços para explorar reservas estratégicas ou chegar a um acordo nuclear com o Irã pouco farão para interromper o impulso de alta", diz Edward Moya, analista de mercado financeiro da Oanda em Nova York.

"Mesmo que um acordo nuclear com o Irã seja revivido, a perspectiva de curto prazo ainda tem um enorme déficit de petróleo e não importa se você trocar as sanções do Irã pelas russas", conclui.

O mercado espera forte pressão sobre o preço do gás natural, já que a Europa tem grande dependência da Rússia no abastecimento desse combustível. Em 2021, cerca de 30% dos 84 milhões de metros cúbicos por dia consumidos, em média, no Brasil foram importados em navios, sob a forma liquefeita.

Com a recuperação dos reservatórios e o consequente desligamento de térmicas, essas importações caíram para 14 milhões de metros cúbicos por dia. Mas a busca europeia por alternativas à Rússia amplia a competição pelos contratos de suprimento.

"As instalações de exportação de GNL [gás natural liquefeito] dos Estados Unidos já estão operando perto da capacidade total e estiveram durante grande parte do ano passado", diz Ross Wyeno, analista líder para o mercado de GNL das Américas da S&P Global Platts Analytics.

Segundo ele, a demanda europeia pode justificar ampliação dessas instalações, mas os resultados só começariam a ser percebidos em 2024.

EUA atacam bancos da Rússia, mas liberam negócios com petróleo e comida

Preocupado com inflação e eleições, Biden evita mexer em mercados cruciais de Moscou

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO Joe Biden anunciou mais uma vez sanções "sem precedentes" contra a Rússia. Bloqueou negócios dos maiores bancos e empresas russas nos bancos dos EUA, inclusive da Gazprom, a gigante estatal de petróleo e gás. Mas o governo americano abriu exceções. Essas grandes empresas banidas da finança americana são autorizadas, por exemplo, a fazer negócios relativos a energia (de exploração de combustíveis a produção, transporte etc.).

Há exceções também para produtos agrícolas (a Rússia é grande exportadora), fertilizantes (interessa muito ao Brasil), remédios, equipamentos médicos, organizações internacionais e certos tipos de dívida, entre outras "licenças".

Os mercados financeiros do mundo rico passaram a manhã em paniquito moderado. O barril de petróleo chegou perto de US$ 103 na metade do dia. Depois do discurso de Biden, de "paz na energia", caiu e fechou na casa dos US$ 95, em alta quase nenhuma em relação ao dia anterior. As Bolsas americanas, que despencavam, fecharam em alta, assim como os títulos da dívida do governo americano.

"Entendo a dor que os americanos estão sentindo no posto de gasolina", disse Biden nas duas vezes em que anunciou retaliações contra a Rússia, na terça (23) e nesta quinta (25). Também falou em "maximizar" o prejuízo para os russos e "minimizar" os danos para americanos e aliados.

Biden e o "Ocidente" querem evitar que o petróleo e o gás da Rússia parem de fluir para o restante do mundo, o que provocaria alta ainda maior nos preços da energia, o que teria consequências econômicas e políticas graves.

O presidente dos Estados Unidos, pois, está dizendo que, além de não intervir com tropas americanas, não quer usar a arma de destruição em massa que tem nas mãos. Como deve estar evidente agora para todo o mundo, manter o comércio de energia por ora é de interesse tanto da Rússia como do "Ocidente".

Tirar o petróleo e o gás russos do mercado é um cenário "MAD" ("Mutual Assured Destruction", destruição mútua garantida, sigla que forma também a palavra "louco", em inglês). Cenário "MAD", muito mal comparando, era aquele montado com armas nucleares: não podem ser usadas, pois a ruína geral seria certa, sem vencedores.

Claro que petróleo e gás nem de muito longe é bomba nuclear, desnecessário dizer. No limite, os EUA podem suportar uma inflação maior, juros mais altos, a derrota quase certa dos Partido Democrata de Biden na eleição do final do ano. Danos assim são fichinha, se comparados com o de guerra real, mesmo convencional.

No caso da retaliação na energia, a Rússia teria problemas gravíssimos e imediatos, financeiros e econômicos. O risco aqui é o "perdido por dez, perdido por mil": com a economia arrebentada, Putin pode ser mais agressivo, a não ser que o esquema de poder que o sustenta se revolte e o derrube, hipótese de que o Ocidente não faz ideia.

As sanções anunciadas nesta quinta-feira vão causar danos às maiores instituições financeiras e empresas russas. Em resumo, as instituições financeiras americanas não podem abrir ou manter contas para bancos russos fazerem pagamentos e transações.

A medida atinge os dois maiores bancos russos, o Sberbank e o VTB, que têm 50% dos ativos bancários do país, o Otkritie, o sétimo maior, e o Sovcombank (privado, 9º maior). As empresas não podem fazer dívida mais longa do que 15 dias ou levantar capital (como dinheiro para participação na companhia ou em novo empreendimento) nos EUA.

A medida afeta também o Sberbank, dois bancos da Gazprom, a própria Gazprom, a Transneft (de oleodutos), a Rostelecom, a RusHydro (hidroelétricas), a Alrosa (mineração de diamantes), a Sovcomflot (transporte marítimo) e a Ferrovias da Rússia.

Quanta retaliação econômica o "Ocidente" e a Rússia podem aguentar? Isto é, quanta dor EUA, União Europeia e aliados podem causar aos russos sem que tenham de pagar um preço muito alto? Essa é a questão mais importante na mesa faz algumas semanas, em termos econômicos; horas depois da invasão, ainda era a dúvida maior.

Basicamente, trata-se de saber se o "Ocidente" vai tolerar um choque de preços de energia a fim de (tentar) conter Vladimir Putin e se Putin vai abrir mão de receitas recordes da venda de petróleo e gás mais caros.

A economia russa depende muito de energia, petróleo e gás, cerca de 47,5% do que exportaram em 2021. Quase 18% da receita do governo da Federação Russa vem de petróleo e gás. O governo passou a ter superávit em suas contas (arrecada mais do que gasta) no final de 2021 (no acumulado de 12 meses até novembro, dado mais recente do Ministério das Finanças.

Apenas neste ano, o preço do petróleo tinha aumentado cerca de 20% mesmo antes do começo da guerra. O país teve superávit nas contas externas (saldo em conta corrente) de 2,8% do PIB em 2021 (segundo dados do FMI), basicamente porque exporta muito mais do que importa, graças às vendas de energia. Se puder manter essas receitas, os russos podem se virar por muito tempo.

A Rússia tem cerca de 10% das exportações mundiais de petróleo; cerca de 20% do trigo. Quase 40% do gás que a União Europeia consome vem da Rússia.

O preço da gasolina e a inflação em geral ajudaram a derrubar a popularidade de Biden e de seu Partido Democrata, que têm uma perspectiva muito ruim para a eleição de final de ano, em que devem perder o controle de Câmara e Senado. Inflação maior e impotência diante do salseiro de Putin não vai melhorar a situação. Na União Europeia, a inflação da energia causa tanta gritaria quanto aqui no Brasil —agora há mais subsídios para atenuar o impacto da conta da energia, entre outras medidas.

Sanções que prejudiquem as importações de produtos de alta tecnologia do "Ocidente" podem de fato prejudicar o desenvolvimento e a indústria russos, embora esse dano seja difícil de quantificar. De resto, a China pode ajudar um pouco nisso.

As sanções mais daninhas seriam aquelas que de fato impedissem as transações das instituições financeiras russas, mesmo meros pagamentos, com o resto do mundo. No entanto, é possível que a Rússia consiga criar canais alternativos para receber seu dinheiro, nem que seja por meio da China.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em Washington Brendan Smialowski - 23.fev.22/AFP

Guerra faz preço de grãos disparar e terá consequências sobre a inflação

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO A concretização da guerra entre Rússia e Ucrânia afetou os mercados agrícolas, o que terá grandes consequências para a inflação no mundo e no Brasil.

O trigo, um dos produtos mais sensíveis nesse conflito, devido à importância desses dois países do Leste Europeu no mercado internacional, atingiu US$ 9,26 por bushel (27,2 kg) nesta quinta-feira na Bolsa de Chicago, com alta de 5,7% em relação ao dia anterior.

Desde quinta (17), quando as tensões aumentaram, o cereal já acumula alta de 17,4%. Isso vai custar caro para o Brasil, que importará 6,5 milhões de toneladas do cereal neste ano. O país é um dos maiores importadores de trigo do mundo.

O milho subiu para US$ 7,19 por bushel (25,4 kg) no início do pregão, com alta de 5,1%, em relação a quarta-feira. No fechamento do mercado, o cereal recuou para US$ 6,95.

A alta do milho afeta muito o Brasil, tanto na área de alimentação como na de combustível. O país ganha nas exportações, mas a quebra da primeira safra, devido à seca, mantém os preços do milho elevados internamente. Esse novo patamar de preços eleva o custo da produção de proteínas, pressão que chegará ao bolso do consumidor.

A pressão poderá vir também da soja, que abriu o mercado nesta quinta-feira em US$ 17,65 por bushel (27,2 kg), com alta de 5,4%. No final do pregão, no entanto, a oleaginosa recuou.

Se a soja mantiver a tendência do trigo e do milho, o peso dessa alta virá não apenas sobre os alimentos mas também sobre os combustíveis. O óleo de cozinha, uma das principais altas dos índices de inflação nos dois últimos anos, voltará a subir. O biodiesel, uma alternativa ao petróleo elevado, tem em sua composição 70% de óleo de soja.

Para o produtor brasileiro, essa guerra ocorre em um momento delicado. Após vários anos de boas margens de liquidez, os custos de produção aceleraram e estão entre os maiores em dez anos.

A pandemia desestruturou parte do parque industrial de químicos da China, grande fornecedora de agroquímicos utilizados nas lavouras brasileiras. Os preços subiram, e há falta de alguns insumos no mercado.

Os fertilizantes também foram afetados pela pandemia e, mais recentemente, por sanções geopolíticas, colocadas por grandes potências a produtores importantes, como Belarus.

O conflito atual ocorre na principal região fornecedora de fertilizantes para o Brasil. Em 2021, os russos foram responsáveis por 22% dos 41,7 milhões de toneladas importados pelos brasileiros.

Rússia e Ucrânia têm grande importância na produção de grãos. Os russos produzem 76 milhões de toneladas de trigo e exportam 33 milhões. Juntos, os dois países são responsáveis por 29% do comércio mundial de trigo.

A Ucrânia produz 42 milhões de toneladas de milho e exporta 36,5 milhões. Ucranianos e russos detêm 19,5% do milho comercializado no mundo.

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano de 2020 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 foi marcado pelo retorno da retomada econômica, com crescimento de volume em todos os nossos segmentos. A Comgás, que está presente na vida das pessoas trazendo sempre conforto, comodidade e segurança, continua unindo forças para ajudar no combate ao coronavírus e no reestabelecimento da economia.

Em outubro de 2021, assinamos o 7º Aditivo ao contrato de concessão da Comgás, estendendo o prazo da concessão de 2029 para 2049. Além disso, ultrapassamos a marca de 2,2 milhões de clientes em 2021, com incremento de 5,8% em relação ao ano anterior, e atingimos a marca de mais de 20 mil quilômetros de rede construída.

O volume apresentou aumento de 14,9%, relacionado à continuidade da recuperação das atividades em todos os segmentos.

O EBITDA atingiu R$ 3,0 bilhões, 26,6% acima do ano anterior, reflexo do maior volume distribuído, associado a correção das margens pela inflação e outros efeitos não recorrentes.

Os investimentos totalizaram R$ 1.175 milhões em 2021, 17,8% maior que no ano anterior, alinhado com o planejamento da Companhia.

Encerramos o exercício com alavancagem de 1,59x, reflexo da posição de endividamento, bem como da distribuição de dividendos e JCP realizados em 2021.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

2021 foi marcado por incrementos significativos nos níveis de investimentos em expansão e modernização, o que se traduziu em mais um ano de crescimento de base de clientes que, ao final de 2021, ultrapassou 2,2 milhões de clientes.

O número total de clientes supera o de medidores, pois um único medidor pode atender a um conjunto de apartamentos (UDAs - Unidade Domiciliar Autônoma). Dessa maneira, a Companhia encerrou o ano com o seguinte número de clientes em cada mercado:

NÚMERO DE CLIENTES

	Dez/21	Dez/20	2020 x 2021
Residencial	1.433.178	1.354.503	5,8%
*Número de UDA´s **	2.211.799	2.081.466	6,3%
Comercial	18.763	18.244	2,8%
Industrial	1.481	1.400	5,8%
Termogeração	2	2	0,0%
Cogeração	29	29	0,0%
Automotivo	214	216	-0,9%
Total Medidores	**1.453.667**	**1.374.394**	5,8%
Total UDA´s	**2.232.288**	**2.101.357**	6,2%

(*) UDA´s (Unidade Domiciliar Autônoma)

O volume apresentou um aumento de 14,9% ao longo do ano, relacionado à recuperação das atividades em todos os segmentos. Os segmentos da Companhia tiveram a seguinte distribuição de volumes:

Volume (mil m³)	2021	2020	2021 x 2020
Residencial	312.314	301.517	3,6%
Comercial	127.996	114.920	11,4%
Industrial	3.804.594	3.335.512	14,1%
Cogeração	412.153	319.907	28,8%
Automotivo	202.019	157.565	28,2%
Volume	4.859.076	**4.229.421**	14,9%
mm³/dia	13,3	**11,6**	14,7%

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita líquida

A receita operacional líquida atingiu R$ 11,7 bilhões, 40,8% maior em relação a 2020. O resultado é justificado principalmente pelo aumento do volume total distribuído, como também pelo repasse do aumento do custo de gás nas tarifas e reajuste das margens da portaria 1.062 de 27 de maio de 2021.

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Receita bruta de vendas e/ou serviços	**15.025.438**	**11.169.848**	**34,5%**
Deduções da receita bruta	(3.315.724)	(2.852.156)	16,3%
Receita operacional líquida	**11.709.713**	**8.317.691**	**40,8%**
Vendas de gás	10.447.311	7.372.956	41,7%
Receita de Construção	1.020.176	885.630	15,2%
Outras receitas	242.226	59.105	>100%

Custo de Bens e Serviços

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, que é composto principalmente pelo custo do gás (commodity), transporte e custo da construção, foi de R$ 8,2 bilhões no ano, apresentando crescimento de 48,9%. O aumento é explicado pelo maior volume distribuído e atualização do custo de gás nas tarifas, devido a variação cambial e principalmente ao maior preço do Brent.

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Custo do gás e transporte	(7.139.677)	(4.599.504)	55,2%
Custos de construção	(1.020.176)	(885.630)	15,2%
Outros custos	(36.599)	(21.143)	73,1%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**(8.196.452)**	**(5.506.277)**	**48,9%**

Os custos de gás e transporte, excluídos o custo de construção e outros custos, foi de R$ 7,1 bilhões no ano, aumento de de 55,2% em relação a 2020. Essa variação reflete o aumento do custo unitário do gás, diretamente ligado a variação cambial e o preço do petróleo, que são as referências para os custos dos contratos de gás.

É importante ressaltar que as diferenças entre o custo real incorrido e o custo de gás incluído na tarifa (e cobrado dos clientes conforme estrutura tarifária definida pela ARSESP) são acumuladas na conta corrente regulatória e repassadas/cobradas conforme determinação do Regulador nos reajustes periódicos ou nas revisões tarifárias. Esse saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas com vendas, gerais e administrativas, excluindo a amortização, totalizaram R$ 524 milhões, 8,0% maior do que em 2020, em linha com a inflação do período.

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Despesas de vendas	(125.413)	(156.893)	-20,1%
Despesas gerais e administrativas	(399.010)	(328.729)	21,4%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	**(524.423)**	**(485.622)**	**8,0%**
Outras receitas operacionais, líquidas	26.587	56.361	-52,8%
Amortizações	(436.093)	(378.798)	15,1%
Despesas/Receitas operacionais	**(933.929)**	**(808.058)**	**15,6%**

EBITDA

O EBITDA somou R$ 3,0 bilhões em 2021, aumento de 26,6% em relação ao ano anterior. Reflexo de um maior volume distribuído, e outros efeitos não recorrentes em receitas operacionais relacionados a créditos fiscais.

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Receita operacional líquida	11.709.713	8.317.691	40,8%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(5.506.277)	48,9%
Resultado bruto	**3.513.261**	**2.811.414**	**25,0%**
Despesa com vendas, gerais e administrativas	(524.423)	(485.622)	8,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	26.587	56.361	-52,8%
EBITDA	**3.015.424**	**2.382.154**	**26,6%**
Margem EBITDA (R$/ M³)	**0,62**	**0,56**	**10,2%**

Resultado Financeiro

As receitas e despesas financeiras líquidas encerraram o ano com um montante R$ (305) milhões (contra R$ (283) milhões em 2020), justificadas pelo aumento do saldo médio da dívida líquida da Companhia, associado ao crescimento dos indexadores de IPCA e CDI, parcialmente mitigado por efeitos não recorrentes positivos.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R$ 2,1 bilhões no acumulado do ano, aumento de 84,2% em comparação ao ano anterior, explicado pelos efeitos citados acima.

Investimentos

Os investimentos totalizaram R$ 1,17 bilhão no ano, um aumento de 17,8% em relação a 2020, alinhado com o planejado pela Companhia.

Endividamento

No último trimestre de 2021, a Companhia assinou um novo contrato junto ao BNDES no valor de R$ 1,5 bilhão, com prazo de 15 anos, à ser sacado a partir de julho de 2022. Atualmente, 67% dos financiamentos da Comgás possuem vencimento no longo prazo. A alavancagem reduziu de 1,69x em dezembro de 2020 para 1,59x ao final de 2021, tendo distribuído R$ 1,65 bilhão em dividendos/JCP em 2021.

Dez/21	Dez/20	R$ Mil	Dez/21 x Dez/20
1.953.707	2.996.760	Empréstimos e financiamentos	-34,8%
4.996.628	4.047.149	Debêntures	23,5%
(287.837)	(420.586)	Derivativos	-31,6%
47.268	10.320	Arrendamentos	>100%
6.709.766	6.633.643	Dívida bruta	1,1%
1.919.117	**2.602.368**	**(–) Caixa, Equivalentes de caixa e TVM**	**-26,3%**
4.790.649	4.031.275	Dívida líquida	18,8%
3.015.424	2.382.154	EBITDA (últimos 12 meses)	26,6%
0,34	0,26	Endividamento de curto prazo/Endividamento total	30,8%
1,59x	**1,69x**	**Alavancagem**	**-5,9%**

Valor Adicionado

O Valor Adicionado totalizou R$ 4,3 bilhões. Esse indicador de agregação de riqueza à sociedade é representado pela diferença entre as receitas obtidas e o custo de aquisição de gás e serviços de terceiros, além de depreciações e amortizações.

Distribuição do valor adicionado (R$ Mil)	2021	2020	2021 x 2020
Total	**4.280.073**	**3.731.397**	**14,7%**
Pessoal e encargos	156.262	139.978	11,6%
Impostos, taxas e contribuições	1.281.290	1.993.980	-35,7%
Despesas financeiras e aluguéis	723.400	446.826	61,9%
Dividendos	1.508.884	972.163	55,2%
Juros sobre capital próprio	29.447	27.837	5,8%
Lucros retidos	580.830	150.613	285,6%

3. RECURSOS HUMANOS

O modelo de gestão de pessoas da Comgás preza por manter e desenvolver as habilidades dos profissionais alinhadas à estratégia do negócio, visando segurança e alto desempenho. Fazem parte do time da Comgás 1.134 funcionários diretos, entre colaboradores, estagiários e aprendizes, além de empresas prestadoras de serviço que empregam aproximadamente 3,3 mil colaboradores externos, com grande concentração na região metropolitana de São Paulo.

4. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, a partir do exercício de 2020, a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. tem atuado como auditores externos da Companhia. A Companhia não contratou junto a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S outros serviços não relacionados à auditoria externa.

A Companhia também mantém um Comitê de Auditoria, que tem dentre as suas atribuições, manter a imparcialidade de atuação dos auditores externos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	891.650	1.610.548
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.027.467	991.820
Contas a receber de clientes	5.3	1.375.260	977.194
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	–	54.218
Estoques		129.554	121.064
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.817	769
Outros tributos a recuperar	6	176.865	173.970
Ativos setoriais	5.7	489.601	241.749
Outros ativos		56.521	54.456
Ativo circulante		**4.148.735**	**4.225.788**
Contas a receber de clientes	5.3	15.797	18.029
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	58.127	–
Outros tributos a recuperar	6	989.158	29.166
Depósitos judiciais	11	62.362	60.394
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	287.837	366.368
Outros ativos		8.069	166
Ativos setoriais	5.7	68.709	–
Direito de uso		57.118	19.865
Ativos de contrato	8	684.970	686.690
Intangível	7	5.890.616	5.210.418
Ativo não circulante		**8.122.763**	**6.391.096**
Total do ativo		**12.271.498**	**10.616.884**

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	2.288.960	1.787.503
Fornecedores	5.6	1.669.767	1.040.693
Ordenados e salários a pagar		87.517	70.232
Imposto de renda e contribuição social correntes		11.941	300.498
Outros tributos a pagar		247.201	165.103
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.035	1.688
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	7.435	8.930
Outros passivos financeiros		91.933	95.428
Passivos setoriais	5.7	85.866	91.912
Arrendamentos		2.268	2.282
Outras contas a pagar		43.463	45.876
Passivo circulante		**4.538.386**	**3.610.145**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	4.661.376	5.256.406
Provisão para demandas judiciais	11	84.901	74.236
Benefícios pós-emprego	18	470.525	564.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	74.806	33.775
Outros tributos a pagar		5.070	5.657
Passivos setoriais	5.7	1.286.417	473.999
Arrendamentos		45.000	8.038
Passivo não circulante		**6.627.895**	**6.416.687**
Total do passivo		**11.166.281**	**10.026.832**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		536.315	536.315
Reserva de capital		(20.972)	5.730
Reservas de reavaliação		5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial		(103.980)	(176.726)
Reservas de lucros		688.093	218.972
Total do patrimônio líquido		**1.105.217**	**590.052**
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.271.498**	**10.616.884**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	14	11.709.713	8.317.691
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15	(8.196.452)	(5.506.277)
Resultado bruto		**3.513.261**	**2.811.414**
Despesas de vendas	15	(125.413)	(156.893)
Despesas gerais e administrativas	15	(835.103)	(707.526)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	26.587	56.361
Despesas operacionais		**(933.929)**	**(808.058)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		**2.579.332**	**2.003.356**
Despesas financeiras		(735.522)	(354.607)
Receitas financeiras		401.246	178.504
Variação cambial líquida		(60.888)	(150.227)
Derivativos		90.101	42.851
Resultado financeiro líquido	17	**(305.063)**	**(283.479)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.274.269**	**1.719.877**
Corrente		(151.792)	(546.024)
Diferido		(3.356)	(23.240)
Imposto de renda e contribuição social	10	**(155.148)**	**(569.264)**
Resultado líquido do exercício		**2.119.121**	**1.150.613**
Resultado por ação atribuído aos acionistas da Companhia, expresso em reais por ação			
Resultado básico por ação - em Reais:	13		
Ordinárias		15,65240	8,49874
Preferenciais		17,21764	9,34861
Resultado diluído por ação - em Reais:	13		
Ordinárias		15,61574	8,47374
Preferenciais		17,17732	9,32111

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Ações outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	536.315	1.201	4.529	5.761	107.263	111.709	–	(176.726)	590.052
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.119.121	–	2.119.121
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	110.222	110.222
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(37.476)	(37.476)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	–	2.119.121	72.746	2.191.867
Dividendos (Nota 12)	–	–	–	–	–	(111.709)	(1.508.844)	–	(1.620.553)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	–	–	–	–	–	–	(29.447)	–	(29.447)
Ações outorgadas reconhecidas (Nota 19)	–	–	3.634	–	–	–	–	–	3.634
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 19)	–	–	(30.336)	–	–	–	–	–	(30.336)
Retenção de lucros (Nota 12)	–	–	–	–	–	580.830	(580.830)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	–	–	(26.702)	–	–	469.121	(2.119.121)	–	(1.676.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	536.315	1.201	(22.173)	5.761	107.263	580.830	–	(103.980)	1.105.217

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Ações outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020	536.315	1.201	4.974	5.761	68.359	135.907	–	(233.009)	519.508
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.150.613	–	1.150.613
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	85.276	85.276
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(28.993)	(28.993)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	–	1.150.613	56.283	1.206.896
Dividendos	–	–	–	–	–	(135.907)	(972.163)	–	(1.108.070)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	–	–	–	–	–	–	(27.837)	–	(27.837)
Constituição de reserva legal (Nota 12)	–	–	–	–	38.904	–	(38.904)	–	–
Ações outorgadas reconhecidas	–	–	2.078	–	–	–	–	–	2.078
Transações com pagamentos baseados em ações	–	–	(2.523)	–	–	–	–	–	(2.523)
Retenção de lucros (Nota 12)	–	–	–	–	–	111.709	(111.709)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	–	–	(445)	–	38.904	(24.198)	(1.150.613)	–	(1.136.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.315	1.201	4.529	5.761	107.263	111.709	–	(176.726)	590.052

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	**2.119.121**	**1.150.613**
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	110.222	85.276
Tributos s/ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	(37.476)	(28.993)
Outros componentes dos resultados abrangentes do exercício	**72.746**	**56.283**
Resultados abrangentes totais do exercício	**2.191.867**	**1.206.896**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.274.269	1.719.877
Ajustes para:			
Amortizações	15	436.093	379.261
Resultado nas alienações de ativo intangível	16	21.083	3.175
Transações com pagamento baseado em ações	19	3.634	4.306
Provisão para demandas judiciais	16	9.691	(24.468)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		378.485	320.275
Provisão de bônus e participação no resultado		58.860	39.093
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	(1.792)	25.638
Ativos e passivos setoriais, líquidos	5.7	246.101	337.620
Créditos fiscais extemporâneos	6	(563.175)	–
Outros		(1.197)	(6.775)
		2.862.052	**2.798.002**
Variação em:			
Contas a receber de clientes		(376.125)	(5.897)
Estoques		(7.293)	(34.529)
Outros tributos, líquidos		(349.059)	(542.169)
Fornecedores		468.381	(33.374)
Ordenados e salários a pagar		(43.341)	(36.469)
Benefícios pós-emprego		(24.683)	(26.265)
Outros ativos e passivos, líquidos		(21.450)	(22.753)
		(353.570)	**(701.456)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**2.508.482**	**2.096.546**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(4.906)	(776.583)
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		6.805	–
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.027.003)	(991.715)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.025.104)**	**(1.768.298)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.557.805	2.267.624
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(1.768.394)	(796.109)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(419.092)	(280.472)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(6.116)	(6.691)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		116.025	166.234
Amortização de principal sobre arrendamento mercantil		(1.884)	(12.569)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil		(631)	(935)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	12	(1.649.653)	(1.135.669)
Pagamento de remuneração baseada em ações	19	(30.336)	(2.523)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		**(2.202.276)**	**198.890**
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**(718.898)**	**527.138**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.610.548	1.083.410
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**891.650**	**1.610.548**
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		(460.282)	(557.458)

Transações que não envolvem caixa

i. Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$ 148.073; notas 7 e 8.

ii. Reconhecimento do direito de uso de novos contratos de arrendamento no montante de R$ 47.333.

iii. Foram utilizados créditos tributários, evitando saída de caixa, do valor total apresentado como pagamento na informação suplementar, R$ 262.843 referente ao pagamento de ajuste anual de 2020.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Receitas de vendas de gás		13.788.190	10.248.756
Receitas na prestação de serviços	14	268.554	67.051
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	1.792	(25.638)
Receita de construção	14	1.020.176	885.630
Outras receitas		26.586	56.361
		15.105.298	**11.232.160**
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(9.498.355)	(6.163.319)
Custo dos serviços prestados		(36.599)	(21.143)
Custo de construção	15	(1.020.176)	(885.630)
Materiais, serviços e outras despesas		(233.574)	(200.316)
		(10.788.704)	**(7.270.408)**
Valor adicionado bruto		**4.316.594**	**3.961.752**
Retenções			
Amortizações	15	(436.093)	(379.261)
		(436.093)	**(379.261)**
Valor adicionado líquido gerado		**3.880.501**	**3.582.491**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		399.572	148.906
		399.572	**148.906**
Valor adicionado total a distribuir		**4.280.073**	**3.731.397**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		**156.262**	**139.978**
Remuneração direta		90.293	80.646
Benefícios		50.055	44.403
FGTS/ Outros		15.914	14.929
Impostos, taxas e contribuições		**1.281.290**	**1.993.980**
Federais		542.993	1.380.488
Estaduais		704.394	596.251
Municipais		33.903	17.241
Despesas financeiras e aluguéis		**723.400**	**446.826**
Juros		583.117	375.109
Aluguéis e arrendamentos		20.185	14.443
Outros		120.098	57.274
Remuneração de capitais próprios		**2.119.121**	**1.150.613**
Dividendos propostos		1.508.844	972.163
Juros sobre capital próprio		29.447	27.837
Lucros retidos		580.830	150.613
		4.280.073	**3.731.397**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social, sendo controlada indiretamente pela Cosan S. A., que por sua vez mantém 88% do capital social de Compass. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP). **1.1 Prorrogação do contrato de concessão da Comgás:** Em 01 de outubro de 2021, foi assinado o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº CSPE/01/99 para exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado até 31 de dezembro 2049 entre o Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia. Dentre outras disposições, o aditivo prevê metas de desempenho que incluem a conexão de 2,3 milhões de novos clientes e expansão da rede de gasodutos de distribuição em mais de 15,4 mil km, conectando 41 novos municípios, promovendo, ainda, estabilidade regulatória e uma ampla modernização do contrato de concessão, em consonância com o momento atual do mercado de gás e as melhores práticas em concessões de serviços públicos. Destacam-se: (i) a substituição do IGP-M pelo IPCA como índice de reajuste; (ii) a redução do impacto inflacionário que seria pago pelos clientes residenciais e comerciais nos próximos dois anos; (iii) a pacificação de controvérsias acerca do contrato de concessão; e (iv) a inclusão do biometano, gás de origem renovável, na matriz de suprimento.

continua

continuação

comgás

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

Alguns impactos de divulgação já conhecidos referem-se às renúncias de certos pleitos regulatórios, e que somados remontavam aproximadamente R$ 1.198 milhão. Ainda, a Companhia, no momento da assinatura do aditivo contratual, anuiu com a Agência Reguladora em liquidar determinadas discussões regulatórias em que figurava no polo passivo, no montante aproximado de R$ 68 milhões. **1.2 Ataque cibernético:** Em 11 de março de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações. Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações para as equipes. Como parte das ações, realizamos diligências para combater o acesso e uso indevido dos nossos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, mitigamos incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros. Adicionalmente, realizamos auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **1.3 Covid-19:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia continua acompanhando a evolução da pandemia COVID-19 no Brasil e no mundo, a fim de tomar medidas preventivas para minimizar a propagação do vírus, garantir a continuidade das operações e salvaguardar a saúde e segurança dos nossos colaboradores e parceiros. A resposta à pandemia tem sido eficaz em limitar os impactos em nossas instalações operacionais, funcionários, cadeia de suprimentos e logística. Nossos covenants são avaliados mensalmente para nossa necessidade de gerar fluxos de caixa e nossa capacidade de cumprir os covenants contidos nos contratos que regem nosso endividamento. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras. Considerando o patamar de juros no Brasil, consideramos que a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia da COVID-19, nosso custo médio ponderado do capital não deverá sofrer alterações materiais. A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável. Nossas projeções de recuperação de tributos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas da avaliação de impairment. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos, e é considerada, em 31 de dezembro de 2021, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros. Nossos estoques são compostos, substancialmente, por materiais para construção de gasodutos que são produtos sem validade ou com longa duração e, portanto, não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização. Até o momento, não houve mudanças no escopo dos arrendamentos da Companhia, incluindo adicionar, rescindir, prorrogar reduzir o prazo contratual do arrendamento. Também, não houve nenhuma mudança na contraprestação dos arrendamentos.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2022.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 5.3 - Contas a receber de clientes; ii. Nota 5.9 - Mensurações de valor justo reconhecidas; iii. Nota 7 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil) iv. Nota 9 - Compromissos; v. Nota 5.7 - Ativos e passivos setoriais; vi. Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social; vii. Nota 11 - Provisão para demandas e depósitos judiciais; viii. Nota 18 - Benefícios pós-emprego; ix. Nota 19 - Pagamento baseado em ações.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia, não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

	Margem por segmento - 1° de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021							
Segmentos	**Residencial**	**Comercial**	**Industrial**	**Cogeração**	**Automotivo**	**Receita de construção**	**Outras receitas**	**Total**
Volumes m³ mil (não auditado)	312.314	127.996	3.804.594	412.153	202.019	–	–	4.859.076
Receita bruta	2.141.200	595.928	9.708.259	806.413	484.906	1.020.176	268.555	15.025.437
Deduções	(530.914)	(147.313)	(2.322.002)	(168.924)	(120.242)	–	(26.329)	(3.315.724)
Receita líquida	1.610.286	448.615	7.386.257	637.489	364.664	1.020.176	242.226	11.709.713
Custo	(403.275)	(168.935)	(5.588.886)	(524.369)	(303.431)	(1.020.176)	(187.380)	(8.196.452)
Resultado bruto	1.207.011	279.680	1.797.371	113.120	61.233	–	54.846	3.513.261
Despesas com vendas								(125.413)
Despesas gerais e administrativas								(835.103)
Outras receitas operacionais, líquidas								26.587
Despesas operacionais								(933.929)
Despesas financeiras								(735.522)
Receitas financeiras								401.246
Variação cambial								(60.888)
Derivativos								90.101
Resultado financeiro, líquido								(305.063)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								2.274.269
Imposto de renda e contribuição social								(155.148)
Resultado líquido do exercício								**2.119.121**
Reconciliação LAJIDA								
Resultado líquido do exercício								2.119.121
Imposto de renda e contribuição social								155.148
Resultado financeiro, líquido								305.063
Amortizações								436.093
Outras amortizações								(1)
LAJIDA								**3.015.424**

	Margem por segmento - 1° de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020							
Segmentos	**Residencial**	**Comercial**	**Industrial**	**Cogeração**	**Automotivo**	**Receita de construção**	**Outras receitas**	**Total**
Volumes m³ mil (não auditado)	301.517	114.920	3.335.512	319.907	157.565	–	–	4.229.421
Receita bruta	1.932.974	491.127	6.980.550	504.020	308.495	885.630	67.051	11.169.847
Deduções ⁽ⁱ⁾	(551.377)	(140.366)	(1.949.812)	(114.288)	(88.365)	–	(7.948)	(2.852.156)
Receita líquida	1.381.597	350.761	5.030.738	389.732	220.130	885.630	59.103	8.317.691
Custo	(334.212)	(127.975)	(3.738.537)	(305.225)	(176.557)	(885.630)	61.859	(5.506.277)
Resultado bruto econômico	1.047.385	222.786	1.292.201	84.507	43.573	–	120.962	2.811.414
Despesas com vendas								(156.893)
Despesas gerais e administrativas								(707.526)
Outras despesas operacionais, líquidas								56.361
Despesas operacionais								(808.058)
Despesas financeiras								(354.607)
Receitas financeiras								178.504
Variação cambial								(150.227)
Derivativos								42.851
Resultado financeiro, líquido								(283.479)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								1.719.877
Imposto de renda e contribuição social								(569.264)
Resultado líquido do exercício								**1.150.613**
Reconciliação LAJIDA								
Resultado líquido do exercício								1.150.613
Imposto de renda e contribuição social								569.264
Resultado financeiro, líquido								283.479
Amortizações								379.261
Outras amortizações								(463)
LAJIDA								**2.382.154**

(i) Reconhecimento inicial dos saldos dos ativos e passivos setoriais para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 5.7. Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outros segmentos.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	771.817	1.327.356
Contas a receber de clientes	5.3	1.391.057	995.223
Ativos setoriais	5.7	489.601	241.749
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.817	769
		2.654.292	2.565.097
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa)	5.1	119.833	283.192
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.027.467	991.820
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	287.837	420.586
		1.435.137	1.695.598
Total		4.089.429	4.260.695
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(3.315.446)	(5.254.099)
Fornecedores	5.6	(1.669.767)	(1.040.693)
Outros passivos financeiros		(91.933)	(95.428)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(2.035)	(1.688)
Parcelamento de débitos tributários		(5.786)	(6.234)
Arrendamentos		(47.268)	(10.320)
Passivos setoriais	5.7	(1.372.283)	(565.911)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(7.435)	(8.930)
		(6.511.953)	(6.983.303)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(3.634.890)	(1.789.810)
		(3.634.890)	(1.789.810)
Total		(10.146.843)	(8.773.113)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	40.041	33.697
Aplicações financeiras	851.609	1.576.851
	891.650	1.610.548

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	119.833	283.192
	119.833	283.192
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	731.776	1.293.659
	731.776	1.293.659
	851.609	1.576.851

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias, ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **5.2 Títulos e valores mobiliários: Política contábil:** São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos	1.027.467	991.820
	1.027.467	991.820

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária. **5.3 Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2021	31/12/2020
Contas de gás a receber	491.818	417.671
Receita não faturada (i)	975.588	667.793
Outros	17.075	22.040
	1.484.481	**1.107.504**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(93.424)	(112.281)
	(93.424)	**(112.281)**
Total	**1.391.057**	**995.223**
Circulante	**1.375.260**	**977.194**
Não circulante	**15.797**	**18.029**

(i) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2021	Perda esperada	31/12/2020	Perda esperada
A vencer	1.355.343	(2.605)	957.554	(2.035)
Vencidas:				
Até 30 dias	27.375	(237)	20.165	(191)
De 31 a 60 dias	8.150	(1.043)	8.148	(1.014)
De 61 a 90 dias	3.958	(1.896)	3.433	(1.147)
Mais de 90 dias	89.655	(87.643)	118.204	(107.894)
	1.484.481	(93.424)	1.107.504	(112.281)

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 1° de janeiro de 2020	**(100.941)**
(Adições)/Reversões (i)	(25.638)
Baixas	14.298
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(112.281)**
(Adições)/Reversões	1.792
Baixas	17.065
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(93.424)**

(i) Do total reconhecido, aproximadamente R$ 14.000 foram adicionais por conta de maior inadimplência devido a pandemia da COVID-19, no qual o montante foi revertido no ano de 2021. **5.4 Partes relacionadas: Política contábil:** As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. (i)	1.157	769
	1.157	**769**
Operações contratuais		
Rumo Malha Paulista S.A.	85	–
Rumo Malha Norte S.A.	41	–
Rumo Malha Sul S.A.	519	–
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	15	–
	660	–
Total do ativo circulante	**1.817**	**769**
Passivo circulante		
Operações contratuais		
Raízen Energia S.A. (ii)	5.305	8.930
Raízen S.A.	2.130	–
	7.435	**8.930**
Total do passivo circulante	**7.435**	**8.930**

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional		
Raízen S.A. (i)	9.213	12.195
Elevações Portuárias S.A. (ii)	439	624
	9.652	**12.819**
Despesas compartilhadas		
Raízen Energia S.A. (iii)	(37.960)	(41.425)
	(37.960)	**(41.425)**

(i) Fornecimento de gás para postos de combustíveis. (ii) Fornecimento de gás. (iii) Serviços compartilhados executados pela Raízen Energia S.A. de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseada em ações. Apresentamos a seguir o efeito em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo a administradores	25.665	24.402
Benefícios pós-emprego	480	521
Benefícios de longo prazo a administradores	4.370	–
Transações com pagamentos baseados em ações	5.941	2.196
	36.456	**27.119**

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*. A Companhia deixa de reconhecer quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os termos e condições dos empréstimos são os seguintes:

	Encargos financeiros					
Descrição	**Indexador**	**Taxa anual de juros (i)**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**Venci-mento**	**Objetivo**
Com garantia						
BNDES						
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	14,53%	154.843	175.374	abr/2029	Investimento
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	13,60%	945.663	807.438	jun/2034	Investimento
EIB	USD + LIBOR6M + 0,54%	1,11%	–	30.817	mai/2021	Capital de Giro
	USD + LIBOR6M + 0,61%	0,80%	–	57.813	set/2021	Capital de Giro
			1.100.506	1.071.442		
Sem garantia						
Resolução 4.131						
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	438.823	415.232	mai/2023	Capital de Giro
Scotiabank 2020	USD + 1,59%	1,59%	–	388.912	abr/2021	Capital de Giro
Scotiabank 2021	USD + 1,36%	1,36%	414.378	–	fev/2024	Capital de Giro
Nota promissória						
4ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	–	207.606	abr/2021	Capital de Giro
5ª emissão	CDI + 3,40%	5,36%	–	520.116	abr/2021	Capital de Giro
6ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	–	393.452	abr/2021	Capital de Giro
Debêntures						
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	18,25%	165.478	299.524	dez/2022	Investimento
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	18,12%	108.451	97.956	dez/2025	Investimento
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	16,48%	873.474	890.658	dez/2023	Investimento
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	14,79%	501.278	452.457	out/2024	Investimento
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,11%	352.235	298.706	mai/2028	Capital de Giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	9,70%	2.033.161	2.007.848	out/2022	Capital de Giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	15,66%	484.974	–	ago/2031	Investimento
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	15,77%	477.578	–	ago/2036	Investimento
			5.849.830	5.972.467		
Total			6.950.336	7.043.909		
Circulante			2.288.960	1.787.503		
Não circulante			4.661.376	5.256.406		

(i) Taxas efetivas consideram taxas pré-fixadas dos contratos mais indexadores acumulados nos últimos 12 meses, sem considerar o efeito *hedge* (se aplicável). Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	1.443.892	2.222.517
25 a 36 meses	1.047.810	1.477.342
37 a 48 meses	135.491	623.971
49 a 60 meses	215.980	171.794
61 a 72 meses	215.980	238.050
73 a 84 meses	216.025	238.050
85 a 96 meses	261.191	238.095
Acima de 96 meses	1.125.007	46.587
	4.661.376	**5.256.406**

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	31/12/2021	31/12/2020
Reais	6.097.135	6.151.135
Dólar (i)	853.201	892.774
	6.950.336	**7.043.909**

(i) Em 31 de dezembro de 2021, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.8). Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 1° de janeiro de 2020	**5.244.942**
Captações	2.267.624
Amortização de principal	(796.109)
Pagamentos de juros	(280.472)
Juros, variação cambial e valor justo	607.924
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.043.909**
Captações	1.557.805
Amortização de principal (i)	(1.768.394)
Pagamentos de juros	(419.092)
Juros, variação cambial e valor justo	536.108
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.950.336**

(i) Em 06 de janeiro de 2021, foi realizado o pagamento antecipado da 4ª emissão, 5ª emissão e 6ª emissão de notas promissórias captadas para reforço de caixa no início da pandemia em 2020 no valor de R$ 1.080.000. Em 23 de fevereiro ocorreu a liquidação antecipada do empréstimo 4131 de 2020 no valor de R$ 407.250. As demais movimentações referem-se a pagamentos ordinários dos contratos de empréstimos da Companhia. **Garantias:** Até setembro de 2021, os contratos de financiamento com o *European Investment Bank* ("EIB"), destinados a investimentos, eram garantidos por fiança bancária, de acordo com cada contrato. Em 15 de setembro de 2021, tais garantias bancárias foram liquidadas, em decorrência do término de vigência do empréstimo. O saldo em 31 de dezembro de 2020 era R$ 113.000. **Linhas de créditos não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R$ 2.500.000. O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **Cláusulas restritivas ("*Covenants*"):** Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

Dívida	**Meta**	**Índice em 31/12/2021**
BNDES	Dívida onerosa líquida/LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,59
Resolução 4131	Dívida onerosa líquida/LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,59
Debêntures 4ª a 9ª emissões	Dívida onerosa líquida/LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,59
Debentures 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,34

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida líquida (i)	4.790.650	4.031.275
LAJIDA (*) (ii)	3.015.425	2.382.153
(=) Dívida líquida/LAJIDA	**1,59**	**1,69**
(*) *últimos doze meses*		

	31/12/2021	31/12/2020
Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)	2.291.228	1.735.567
Endividamento total (líquido de derivativos) (iii)	6.709.767	6.633.643
(=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total	**0,34**	**0,26**

(i) "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários; (ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações; (iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazos, (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos). **5.6 Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de gás/transportes	1.314.946	780.141
Fornecedores de materiais e serviços	354.821	260.552
	1.669.767	**1.040.693**

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasiliano, nas seguintes condições: • Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 6,80 milhões de m³/dia no ano de 2022, denominado Firme Nacional. • Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ. • Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termeletricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda., com vigência até 31 de março de 2023. • Contrato com a Gás Brasiliano na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2022 e volume médio mensal contratado de 1,44 milhões de m³ e volume anual contratado de 17,52 milhões de m³. Em dezembro de 2021 foi assinado um novo contrato com a Petrobras na modalidade firme, valido a partir de janeiro de 2022, indexado à moeda americana, com vigência até dezembro de 2023 e quantidade diária contratual de 6,40 milhões de m³/dia, denominado TC. O preço é composto por duas parcelas: uma indexada ao *brent* no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano. **5.7 Ativos e passivos setoriais: Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. Conforme disposto na Deliberação n° 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020, os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R$ 813.973), sendo (R$ 324.162) saldo inicial, R$ 129.465 em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, (R$ 355.866) em contrapartida ao resultado financeiro e (R$ 263.410) em contrapartida a outras receitas operacionais. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	–	–	–
Custo de gás (i)	201.346	–	201.346
Créditos tributários (ii)	–	(565.911)	(565.911)
Atualização monetária (iii)	13.458	–	13.458
Receitas não operacionais	26.945	–	26.945
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**241.749**	**(565.911)**	**(324.162)**
Custo de gás (i)	228.153	–	228.153
Créditos tributários (ii)	–	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária (iii)	19.699	(263.410)	(243.711)
Crédito extemporâneo (iv)	–	(375.565)	(375.565)
Diferimento do IGP-M (v)	68.709	–	68.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**558.310**	**(1.372.283)**	**(813.973)**
Circulante	489.601	(85.866)	403.735
Não circulante	68.709	(1.286.417)	(1.217.708)
	558.310	**(1.372.283)**	**(813.973)**

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais para o segmento industrial, que faz parte substancial do volume de gás distribuído pela Companhia. (ii) Créditos, majoritariamente, da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS posteriores a março de 2017, que serão potencialmente componentes de ajuste tarifário, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de

continua

continuação

comgás

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

ressarcimento. (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. (iv) Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6. (v) Apropriação do diferimento do IGP-M, referente as competências junho a dezembro 2021, para os segmentos residencial e comercial. **5.8 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como: i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa). No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos/(perdas). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro de uma faixa de 60% a 140%. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. • **Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	Nocional (i) 31/12/2021	*Nocional* (i) 31/12/2020	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *swap* (juros)	2.695.617	684.501	119.993	211.741
Contratos de *swap* (juros e câmbio)	675.375	687.723	167.844	208.845
	3.370.992	1.372.224	287.837	420.586
Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo			**287.837**	**420.586**
Circulante			**–**	**54.218**
Não circulante			**287.837**	**366.368**

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R$ pela taxa de Dólar do dia da contratação. Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos. ***Hedge* de valor justo:** A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Hedge risco de juros	*Nocional*	Valor registrado 31/12/2021	Valor registrado 31/12/2020	Ajuste de valor acumulado 31/12/2021	Ajuste de valor acumulado 31/12/2020
Empréstimo, financiamento e debêntures					
Itens designados					
3ª emissão - 3ª série	–	–	–	–	575
5ª emissão - série única	**684.501**	**(873.474)**	(890.658)	**17.184**	(22.040)
9ª emissão - 1ª série	**500.000**	**(484.974)**	–	**(484.974)**	–
9ª emissão - 2ª série	**500.000**	**(477.578)**	–	**(477.578)**	–
BNDES Projeto VIII (i)	**1.000.000**	**(921.949)**	–	**(921.949)**	–
Total débito	**2.684.501**	**(2.757.975)**	(890.658)	**(1.867.317)**	(21.465)
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de *hedge*					
3ª emissão - 3ª série	–	–	–	–	862
5ª emissão - série única	**(684.501)**	**(189.928)**	211.741	**(401.669)**	10.731
9ª emissão - 1ª série	**(500.000)**	**5.776**	–	**5.776**	–
9ª emissão - 2ª série	**(500.000)**	**12.939**	–	**12.939**	–
BNDES Projeto VIII (i)	**(1.000.000)**	**51.220**	–	**51.220**	–
Total derivativos	**(2.684.501)**	**(119.993)**	211.741	**(331.734)**	11.593
Total líquido	**–**	**(2.877.968)**	(678.917)	**(2.199.051)**	(9.872)

(i) A exposição da dívida BNDES Projeto VIII está substancialmente protegida pelo hedge contratado em julho de 2021, tendo uma parcela de menos de 3% não protegida e que para efeitos práticos se torna irrelevante sua segregação a custo amortizado. ***Opções por valor justo:*** Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas e, portando, não foi utilizado o expediente da contabilidade *hedge*, previsto no CPC 48 - Instrumento Financeiros. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

Hedge risco de câmbio		*Nocional*	Valor registrado 31/12/2021	Valor registrado 31/12/2020	Ajuste de valor acumulado 31/12/2021	Ajuste de valor acumulado 31/12/2020
Empréstimo, financiamento e debêntures						
EIB 3ª Tranche	US$ + LIBOR6M + 0,54%	–	–	(30.817)	–	156
EIB 4ª Tranche	US$ + LIBOR6M + 0,61%	–	–	(57.813)	–	308
4131 Scotiabank (2018)	US$ + 3,67%	(268.125)	**(438.823)**	(415.232)	**(18.230)**	(24.247)
4131 Scotiabank (2020)	US$ + 1,59%	–	–	(388.912)	–	1.967
4131 Scotiabank (2021)	US$ + 1,36%	(407.250)	**(414.378)**	–	**5.526**	–
Total débito		**(675.375)**	**(853.201)**	(892.774)	**(12.704)**	(21.816)
Instrumentos financeiros derivativos						
EIB 3ª Tranche	BRL + 88,5% do CDI	–	–	21.176	**844**	24.927
EIB 4ª Tranche	BRL + 81,1% do CDI	–	–	39.256	**2.583**	26.219
4131 Scotiabank (2018)	BRL + 107,9% do CDI	268.125	**168.358**	154.627	**20.794**	117.080
4131 Scotiabank (2020)	BRL + CDI + 2,75%	–	–	(6.214)	**15.711**	(12.904)
4131 Scotiabank (2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	**(514)**	–	**(6.628)**	–
Total derivativos		**675.375**	**167.844**	208.845	**33.304**	155.322
Total líquido		**–**	**(685.357)**	(683.929)	**20.600**	133.506

5.9 Mensurações de valor justo reconhecidas: Política Contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. O uso de preços de mercado cotados; ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado; iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho de Administração. A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020	Ativos e passivos mensurados ao valor justo (i) Nível 2 31/12/2021	Ativos e passivos mensurados ao valor justo (i) Nível 2 31/12/2020
Ativos				
Aplicação em fundos de investimento	119.833	283.192	119.833	283.192
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	991.820	1.027.467	991.820
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	420.586	287.837	420.586
Total	**1.435.137**	**1.695.598**	**1.435.137**	**1.695.598**
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.634.890)	(1.789.810)	(3.634.890)	(1.789.810)
Total	**(3.634.890)**	**(1.789.810)**	**(3.634.890)**	**(1.789.810)**

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve alteração na classificação dos níveis. **5.10 Gestão de risco financeiro: Política contábil:** Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria. **i. Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(853.201)	(892.775)
Instrumentos financeiros derivativos	853.201	892.775
Risco cambial líquido	–	–

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares. O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2021, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável. Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/US$) de 25% e 50%. O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as Companhias com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R$/US$)

	31/12/2021	Provável	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário -25%	Cenário -50%
Dólar	5,58	5,70	7,13	8,55	4,28	2,85

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário -25%	Cenário -50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R$/US$	(18.270)	(217.868)	(435.736)	217.868	435.736
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Queda na taxa de câmbio R$/US$	18.270	217.868	435.736	(217.868)	(435.736)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício		–	–	–	–	–

ii. Risco da taxa de juros: A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e em sua maioria utiliza instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de juros

	Provável	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário -25%	Cenário -50%
SELIC	11,15	13,94	16,73	8,36	5,58
CDI	11,15	13,94	16,73	8,36	5,58
TJLP	6,60	8,25	9,90	4,95	3,30
IPCA	4,61	5,76	6,91	3,46	2,30
IGPM	5,19	6,48	7,78	3,89	2,59

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário -25%	Cenário -50%
Caixa e equivalentes de caixa	99.419	124.274	149.128	74.564	49.709
Títulos e valores mobiliários	114.563	143.203	171.844	85.922	57.281
Derivativos de taxa de juros	(23.316)	42.565	4.003	128.225	175.912
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(442.420)	(547.337)	(652.255)	(337.502)	(232.584)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	**(251.754)**	**(237.295)**	**(327.280)**	**(48.791)**	**50.318**

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	891.650	1.610.548
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	991.820
Contas a receber de clientes (i)	1.391.057	995.223
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	420.586
Recebíveis de partes relacionadas	1.817	769
	3.599.828	**4.018.946**

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2,23 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo e cogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência. A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações. A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 5.3) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade do crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A", reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
AAA	2.206.007	2.620.975
AA	947	401.979
	2.206.954	**3.022.954**

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.706.024)	(1.615.542)	(4.319.777)	(2.633.635)	(11.274.978)	(7.800.217)
Instrumentos financeiros derivativos	(121.362)	312.769	883.386	168.138	1.242.931	392.625
Fornecedores	(1.669.767)	–	–	–	(1.669.767)	(1.040.693)
Outros passivos financeiros (i)	(91.933)	–	–	–	(91.933)	(95.428)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(2.035)	–	–	–	(2.035)	(1.688)
Parcelamento de débitos tributários	(756)	(755)	(1.508)	(3.078)	(6.097)	(6.564)
Arrendamentos	(4.700)	(6.368)	(18.915)	(31.000)	(60.983)	(13.672)
Pagáveis a partes relacionadas	(7.435)	–	–	–	(7.435)	(8.930)
	(4.604.012)	**(1.309.896)**	**(3.456.814)**	**(2.499.575)**	**(11.870.297)**	**(8.574.567)**

(i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R$ 91.933 (R$ 95.428 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Santander como contraparte, a uma taxa média de 12,15% a.a. (6% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i)	787.661	35.539
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	207.319	159.609
Programa de Integração Social (PIS) (i)	171.005	7.978
Outros	38	10
	1.166.023	**203.136**
Circulante	**176.865**	**173.970**
Não circulante	**989.158**	**29.166**

(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo di PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017 com base na decisão proferida naquela data pelo STF, mantendo como ativo contingente valores decorrentes da ação, ainda não julgada em definitivo, que retroagiam a julho de 2008. Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valeria a partir de 15 de março de 2017 - data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte. No caso da Companhia, uma vez que sua ação individual data de julho de 2013, de acordo com a forma jurídica da modulação dos efeitos, ficou resguardado o direito de recuperação do indébito desde julho de 2008. Desta forma, todas as circunstâncias relevantes e, até então, pendentes acerca do tema foram superadas e, portanto, sob o ponto de vista do IAS 37/CPC 25, os valores relativos ao pleito deixaram de ser classificados como ativo contingente, já que sua existência foi confirmada e sua realização é praticamente certa. Portanto, a Companhia registrou, em junho de 2021, o montante de R$ 957.663 (R$573.462 principal e R$ 382.201 atualização monetária), os quais, atualizados em 31 de dezembro de 2021, somam o total de R$ 956.388 (R$ 563.175 principal e R$ 393.213 atualização monetária), relativo a créditos de PIS e COFINS em seu ativo não circulante, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. O montante total está suportado pela Administração com base em cálculos e documentação suporte, a fim de consubstanciar a exatidão dos cálculos. Em agosto de 2021, foi certificado o trânsito em julgado da ação individual ajuizada pela Companhia sobre o tema no ano de 2013. A Companhia considera ainda incerto se uma parcela dos referidos créditos reconhecidos em junho 2021 e corrigidos até 31 de dezembro poderá, eventualmente, ser considerada como componente de ajuste tarifário no âmbito do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, sendo que tal interpretação ganhou maior clareza após a modulação dos efeitos pelo STF no julgamento de 13 de maio de 2021. Portanto, do montante total de créditos reconhecidos até 31 de dezembro de 2021, a Companhia provisionou o valor de R$ 638.976 (R$ 375.566 principal e R$ 263.410 atualização monetária), equivalente à parcela incerta, em sua rubrica de passivos setoriais, no passivo não circulante (Nota 5.7). Conforme deliberação ARSESP nº 1.254 de 08 de dezembro de 2021, a partir de 10 de dezembro de 2021 as tarifas já excluem o ICMS na base do PIS/COFINS.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Política contábil: a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão: A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão. A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **b) Contratos com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **c) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **d) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso. A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura. A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**7.121.524**	**824.145**	**55.332**	**–**	**8.001.001**
Adições	–	–	111.659	–	111.659
Baixas	(50.969)	(132)	–	–	(51.101)
Transferências (i)	772.792	88.983	(92.932)	1.787	770.630
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**7.843.347**	**912.996**	**74.059**	**1.787**	**8.832.189**
Adições	–	–	154.900	–	154.900
Baixas (ii)	(169.815)	(44)	–	–	(169.859)
Transferências (i)	974.063	159.107	(159.362)	2.274	976.082
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.647.595**	**1.072.059**	**69.597**	**4.061**	**9.793.312**
Valor de amortização:					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**(2.578.083)**	**(717.686)**	**–**	**–**	**(3.295.769)**
Adições	(298.508)	(59.438)	–	(128)	(358.074)
Baixas	31.963	109	–	–	32.072
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(2.844.628)**	**(777.015)**	**–**	**(128)**	**(3.621.771)**
Adições	(344.729)	(87.944)	–	(602)	(433.275)
Baixas (ii)	152.236	114	–	–	152.350
Transferências	(2)	2	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(3.037.123)**	**(864.843)**	**–**	**(730)**	**(3.902.696)**
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**4.998.719**	**135.981**	**74.059**	**1.659**	**5.210.418**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.610.472**	**207.216**	**69.597**	**3.331**	**5.890.616**

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro. (ii) Contempla o montante de R$ 142.316 referente a baixa de ativos totalmente amortizados. **Redução ao valor recuperável:** Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

8. ATIVOS DE CONTRATO

Política contábil: Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 7).

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**594.601**
Adições	885.631
Transferência para ativo intangível	(793.542)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**686.690**
Adições	1.020.176
Transferência para ativo intangível	(1.021.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**684.970**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram adicionados R$ 83.046 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$ 89.970 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão estimados até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão são de R$ 10.408 milhões, suporte operacional em R$ 10.026 milhões e suportes administrativos em R$ 2.868 milhões, ajustado por reequilíbrios firmados com o poder concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R$ 33.829 a uma taxa média de 8,45% a.a. (R$ 36.522 e 7,40% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

9. COMPROMISSOS

Compromissos com contratos de fornecimento: Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R$ 7.745.842 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **ii. Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **iii. Exposição Fiscal:** Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:**

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.274.269	1.719.877
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(773.251)	(584.758)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Benefício ICMS extemporâneo (i)	290.745	–
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(8.880)	(678)
Juros sobre capital próprio	10.012	9.464
Benefício ICMS - exercício corrente (ii)	100.281	–
Outros (iii)	225.945	6.708
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**(155.148)**	**(569.264)**
Taxa efetiva	**6,82%**	33,10%

(i) No ano corrente, foi reconhecido crédito extemporâneo no montante de R$ 358.898 (R$ 290.745 principal e R$ 68.152 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no exercício, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL dos anos de 2015, 2016 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela Companhia, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% a 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 ("RICMS/SP"), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Companhia levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido. (ii) Conforme detalhado acima, após 1 de janeiro de 2021, a Companhia mudou seu procedimento fiscal, passando a excluir o benefício da redução da base de cálculo do ICMS, concedida pela Estado de São Paulo, diretamente da apuração de IR e CSLL do exercício corrente. (iii) A Companhia revisitou sua estimativa de IR/CSLL, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia no montante de R$ 219.586. Em 31 de dezembro de 2021 reconhecemos o montante de R$ 58.127 no ativo não circulante, o imposto de renda e contribuição social sobre Selic indébitos do período de 2016 a 2020. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

Créditos ativos de:	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias	57.795	24.572
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos (i)	–	40.866
Provisão para demandas judiciais	26.176	22.556
Obrigação de benefício pós-emprego (ii)	159.978	200.355
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11.429	14.254
Transações com pagamento baseado em ações	2.666	3.027
Provisões de participações no resultado	17.017	11.513
Outros	23.533	7.999
Tributos diferidos - Ativos	**298.594**	**325.142**
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de intangível	(202.759)	(230.098)
Arrendamento mercantil	(3.349)	(3.245)
Resultado não realizado com derivativos	(127.681)	(97.047)
Outros	(39.411)	(28.527)
Tributos diferidos - Passivos	**(373.200)**	**(358.917)**
Total de tributos diferidos registrados	**(74.606)**	**(33.775)**

(i) A Companhia, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2021, optou pelo regime de competência para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo. (ii) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 11,7 anos. **c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:**

i. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**214.387**	**11.713**	**86.479**	**6.904**	**54.846**	**374.329**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	14.961	2.827	(25.097)	–	(46.847)	(54.156)
dos outros resultados abrangentes	(28.993)	–	–	–	–	(28.993)
Diferenças cambiais	–	–	–	33.962	–	33.962
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**200.355**	**14.540**	**61.382**	**40.866**	**7.999**	**325.142**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	(2.901)	5.143	34.018	–	15.534	51.794
dos outros resultados abrangentes	(37.476)	–	–	–	–	(37.476)
Diferenças cambiais	–	–	–	(40.866)	–	(40.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.978**	**19.683**	**95.400**	**–**	**23.533**	**298.594**

continua

continuação

comgas

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

ii. Impostos diferidos passivos	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Outros	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2020	**(257.436)**	**(82.477)**	**243**	**(16.200)**	**(355.870)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	27.338	(14.570)	(3.488)	(12.327)	(3.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(230.098)**	**(97.047)**	**(3.245)**	**(28.527)**	**(358.917)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	27.339	(30.634)	(104)	(10.884)	(14.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(202.759)**	**(127.681)**	**(3.349)**	**(39.411)**	**(373.200)**
Total de tributos diferidos registrados					**(74.606)**

11. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	15.564	8.117	22.505	22.063
Cíveis, ambientais e regulatórias	28.282	24.177	29.691	26.729
Trabalhistas	41.055	41.942	10.166	11.602
	84.901	**74.236**	**62.362**	**60.394**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2020	**8.663**	**47.213**	**72.859**	**128.735**
Provisionado no exercício	–	2.077	4.786	6.863
Baixas por reversão/pagamento	(419)	(20.232)	(20.811)	(41.462)
Atualização monetária (i)	(127)	(4.881)	(14.892)	(19.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.117**	**24.177**	**41.942**	**74.236**
Provisionado no exercício	3.766	2.034	2.659	8.459
Baixas por reversão/pagamento	(61)	(1.572)	(3.368)	(5.001)
Atualização monetária (i)	3.742	3.643	(178)	7.207
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.564**	**28.282**	**41.055**	**84.901**

(i) Inclui baixa de juros por reversão. **Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	2.594.265	1.957.950
Cíveis, ambientais e regulatórias	219.688	170.817
Trabalhistas	42.133	32.530
	2.856.086	**2.161.297**

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL	2.378.879	1.742.168
Compensação tributos federais	115.074	118.372
Outros	100.312	97.410
	2.594.265	**1.957.950**

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão. As variações de saldo referem-se ao recebimento de novas autuações no ano, relativas a temas já existentes, e à atualização monetária dos referidos passivos contingentes. **b) Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros. **c) Cíveis:** Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil: a) Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R$ 536.315, é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Não houve movimentação da quantidade de ações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2021 e 31/12/2020					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	**103.863**	**100,00**	**28.658**	**100,00**	**132.521**	**100,00**

b. Lucros acumulados:

Em 1° de janeiro de 2020	
Resultado líquido do exercício	1.150.613
Juros sobre capital próprio 2020, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(27.837)
Transferência para reserva legal	(38.904)
Realização da reserva de reavaliação	–
Transferência para retenção de lucro	(111.709)
Dividendos	(972.163)
Em 31 de dezembro de 2020	–
Em 1° de janeiro de 2021	
Resultado líquido do exercício	2.119.121
Juros sobre capital próprio 2021, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(29.447)
Transferência para reserva legal (i)	–
Transferência para retenção de lucro	(580.830)
Dividendos	(1.508.844)
Em 31 de dezembro de 2021	–

(i) Em 31 de dezembro de 2021 não houve a constituição de reserva legal, pois conforme estatuto da Companhia se o valor da reserva legal exceder 20% do capital social, não deverá ser constituído. **c. Juros sobre capital próprio:** Em 06 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1° de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, no valor de R$ 29.447, antes dos tributos, pago em 13 de dezembro de 2021. **d. Dividendos:** Em 02 de fevereiro 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$ 150.000, sendo R$ 111.709 com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior e R$ 38.291 com base nos lucros gerados no exercício corrente. Do total aprovado, R$ 149.968 foram pagos no dia 17 de fevereiro de 2021. Em 06 de dezembro de 2021, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 1.470.553 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de outubro de 2021. O valor de R$ 1.470.243 foi pago em 20 de dezembro de 2021.

Resultado líquido do exercício	2.119.121
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2021	**2.119.121**
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	**2.119.121**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**529.780**
Juros sobre capital próprio bruto	(29.447)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	4.417
Juros sobre capital próprio líquido	(25.030)
Dividendos intercalares pagos	(1.508.844)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	**(1.533.874)**
Total do lucro a destinar em 2021	**580.830**

e. Destinação do saldo do resultado do exercício: Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei n° 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

13. LUCRO POR AÇÃO

Política contábil: a) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

Resultado básico por ação	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Resultado do exercício	2.119.121	1.150.613
Ações ordinárias	1.625.701	882.702
Ações preferenciais	493.420	267.911
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	15,65240	8,49874
Ação preferencial	17,21764	9,34861
Efeito da diluição:		
Numerador		
Resultado do exercício	2.119.121	1.150.613
Ações ordinárias	1.621.894	880.106
Ações preferenciais	497.227	270.507
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.947	29.021
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	15,61574	8,47374
Ação preferencial	17,17732	9,32111

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício das opções de ações.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: **i. Receita faturada:** A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas. **ii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iii. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra. Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. Referidas receitas são reconhecidas na modalidade point in time, tendo como exemplo a instalação de novos clientes, ou na modalidade over time, tendo como exemplo as taxas de serviços de distribuição a determinados clientes. A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de gás	13.736.707	10.217.166
Receita bruta na prestação de serviços e outros	268.554	67.051
Receita de construção	1.020.176	885.630
Impostos e deduções sobre vendas	(3.315.724)	(2.852.156)
Receita operacional líquida	**11.709.713**	**8.317.691**

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/finalidade é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do gás	(6.137.104)	(3.867.044)
Custo do transporte e outros	(1.039.172)	(753.603)
Custo de construção	(1.020.176)	(885.630)
Despesas com pessoal	(201.904)	(184.717)
Despesas com materiais/serviços	(322.519)	(300.441)
Amortização	(436.093)	(379.261)
	(9.156.968)	**(6.370.696)**
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(5.506.277)
Despesas de vendas	(125.413)	(156.893)
Despesas gerais e administrativas	(835.103)	(707.526)
	(9.156.968)	**(6.370.696)**

16. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos extemporâneos PIS/COFINS (i)	187.609	–
Renovação contrato concessão ARSESP (ii)	(43.721)	–
Resultado nas alienações e baixas do intangível	(21.083)	(3.173)
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D)	(3.986)	(2.431)
Efeito líquido da receita não faturada (iii)	(59.607)	15.218
Efeito líquido das demandas judiciais	(9.691)	24.468
Outros	(22.934)	22.279
	26.587	**56.361**

(i) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6. (ii) Renúncia de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão, vide nota 1.1. (iii) Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada.

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Política contábil: A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(548.722)	(268.867)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	222.840	(126.356)
Variação cambial sobre dívida	(60.888)	(150.227)
Derivativos de câmbio	(132.738)	169.206
Fianças e garantias sobre dívidas	(15.454)	(19.761)
	(534.962)	**(396.005)**
Rendimentos de aplicações financeiras	115.111	63.642
	115.111	**63.642**
Custo da dívida, líquida	**(419.851)**	**(332.363)**
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS s/receitas financeiras (i)	(28.529)	(6.534)
Juros sobre outras operações (i)	246.501	63.085
Juros sobre clientes	39.359	42.656
Juros sobre depósitos judiciais	871	2.244
Juros sobre passivo atuarial e outros	(67.030)	(51.327)
Outras variações monetárias	(22.624)	(560)
Juros sobre contingências	(9.143)	11.011
Despesas bancárias	(4.202)	10.425
Ajuste a valor presente	(40.415)	(22.116)
	114.788	**48.884**
Resultado financeiro, líquido	**(305.063)**	**(283.479)**
Reconciliação		
Despesas financeiras	(735.522)	(354.607)
Receitas financeiras	401.246	178.504
Variação cambial líquida	(60.888)	(150.227)
Derivativos (ii)	90.101	42.851
Resultado financeiro, líquido	**(305.063)**	**(283.479)**

(i) Contempla o resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente à exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6. (ii) Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação de benefício definido inicial	570.750	632.865
Custo dos serviços correntes	487	540
Juros sobre obrigação atuarial	41.310	45.897
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (i)	(106.104)	(15.622)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência (i)	(4.368)	(68.576)
Benefícios pagos	(24.822)	(24.354)
Obrigação de benefício definido final	**477.253**	**570.750**
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.174)	(2.316)
Receitas de juros	(457)	(330)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) (i)	250	(1.078)
Contribuições do empregador	(25.169)	(26.804)
Benefícios pagos	24.822	24.354
Valor justo final dos ativos do plano	**(6.728)**	**(6.174)**
Passivo líquido de benefício definido	**470.525**	**564.576**

(i) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo à aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM 695. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia. A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**564.576**
Custo dos serviços correntes	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.310
Benefícios pagos	(25.626)
Ganho atuarial	(110.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**470.525**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2021	31/12/2020
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	106.104	15.622
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	4.118	69.654
Perdas atuariais líquidas	**110.222**	**85.276**

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto	9,09% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento salarial médio	6,60% a.a.	6,60% a.a.
Morbidade (*aging factor*)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	6,60% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros. Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 10. Em 31 de dezembro de 2021, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 11,7 anos (2020 de 14,9 anos).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(25.019)	27.708

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

19. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Política contábil: O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos. A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à *manutenção do vínculo empregatício* (*service condition*). (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão. O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

	Programa de concessão de ações				
Data do programa	Expectativa de exercício (anos) (ii)	Concessão de planos	Exercido/ cancelado/ transferido	Em 31/12/2021	Valor justo na data de outorga R$ (i)
20/04/2017	5	61.300	(61.300)	–	51,36
12/08/2017	4	97.780	(97.780)	–	54,25
01/08/2018	4	96.787	(17.761)	79.026	59,66
31/07/2019	4	83.683	(14.794)	68.889	79,00
		339.550	**(191.635)**	**147.915**	

	Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa				
Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Concessão de planos	Exercido/ cancelado/ transferido	Em 31/12/2021	Valor justo na data de outorga R$
01/11/2021	3	172.251	–	172.251	27,27
		172.251	–	**172.251**	

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*. (ii) Aceleração de 12 meses para os planos 2017, 2018 e 2019, aprovadas pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2021 foram liquidados em caixa os dois planos de 2017 gerando um efeito no montante de R$ 30.336 no patrimônio líquido da Companhia, pela variação do valor da ação na data da outorga, em relação ao valor da ação na data da liquidação. **Mensuração de valores justos:** O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo Black-Scholes foram as seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações	
	31/12/2021	31/12/2020
Média ponderada do valor justo na data da outorga	78,58	78,58
Média ponderada das principais premissas:		
Preço de mercado na data de outorga	79,00	79,00
Taxa de juros	6,82%	6,82%
Dividendos esperados	(5,39)	(5,39)
Volatilidade	32,81%	32,81%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção. **Reconciliação de opções de ações:** O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**302.194**
Exercido	(154.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**147.915**

Despesa reconhecida no resultado: A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi a seguinte:

	Plano de remuneração com base em ações
31/12/2020	4.306
31/12/2021	**3.634**

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação de um novo contrato de empréstimo com o banco ScotiaBank no valor de USD 200 milhões, o qual apresenta as seguintes condições: dólar americano + 2,1335% a.a., swap CDI + 1,20 a.a. e vencimento de 3 anos, tendo a liberação ocorrida integralmente em 4 de fevereiro de 2022. Em 17 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela amortização facultativa extraordinária de 50% da 8ª emissão de debêntures, a ser liquidada em 24 de fevereiro de 2022.

21. NOVAS NORMAS COM EFEITO NA COMPANHIA

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

22. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1° de janeiro de 2021. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à CPC 48/ IFRS 9, CPC38/IAS 39, CPC40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2021	As alterações são aplicáveis quando um referencial de taxa de juros existente é substituído por outro referencial de taxa de juros. As alterações fornecem um expediente prático para que as modificações nos valores de ativos e passivos como consequência direta da reforma de referência de taxa de juros e feitas em uma base economicamente equivalente (ou seja, quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais é a mesma), podem ser contabilizadas por apenas atualizando a taxa de juros efetiva. Adicionalmente, a contabilidade de hedge não é descontinuada apenas pela substituição de outro referencial de taxa de juros. As relações de hedge (e documentação relacionada) devem ser alteradas para refletir as modificações no item coberto, instrumento de hedge e risco coberto.
IFRS 17 Contratos de Seguro Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023	Esta norma introduz um novo modelo de contabilização de contratos de seguro. O trabalho continua para revisar os arranjos existentes para determinar o impacto na adoção.

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1° de janeiro de 2022 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente
Marcelo Eduardo Martins - Conselheiro
Nelson Roseira Gomes Neto - Conselheiro
Maria Rita de Carvalho Drummond - Conselheira
Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães - Conselheiro
Burkhard Otto Cordes - Conselheiro
Silvio Renato Del Boni - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Vanessa Claro Lopes - Conselheira
Francisco Silvério Morales Céspede - Suplente
Carla Alessandra Trematore - Conselheira
Felício Mascarenhas de Andrade - Suplente
Marcelo Curti - Conselheiro
Henrique Aché Pillar - Suplente
Mario Augusto da Silva - Conselheiro
Nadir Dancini Barsanulfo - Suplente
Alexandre Pedercini Issa - Conselheiro
Genival Francisco da Silva - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Antônio Simões Rodrigues Júnior - Diretor Presidente
José Eduardo Nunes Araújo Moreira - Diretor de Vendas
Adriano Nogueira Zerbini - Diretor de Comunicação e Institucional
Carla Araújo Sautchuk - Diretora de Operações e Serviços
Guilherme Lelis Bernardo Machado - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcelo Rebelo Besteiro - Diretor de Pessoas e Cultura
Ricardo Nogueira Dias - Diretor Jurídico e Regulatório
Milena Chamas Bitelli Brito - Diretora de Segurança, Engenharia e Suprimentos
Cristiano Donisete Barbieri - Diretor de Estratégia e Mercado
Tatiana Ferreira Lemos - Diretora de Novos negócios e Compra de Gás

continua

continuação

comgás

investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br | **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** | Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

CONTADOR

Rodrigo Dueñas Agostinho - Contador - CRC 1SP258629/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros abaixo assinados do Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e ainda, as conferidas nos incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei nº 6404/76, declaram haver procedido ao exame do Relatório dos auditores independentes: **I.** das Contas, do Relatório dos Administradores e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **II.** da proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021, com imputação dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados em 02.02.2021 e 06.12.2021; e **III.** da proposta de Orçamento de Capital referente ao exercício social de 2022. Com base nos exames efetuados, bem como nas informações e documentos recebidos ao longo do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

Marcelo Curti
Presidente e Membro Titular do Conselho Fiscal
Alexandre Pedercini Issa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Carla Alessandra Trematore
Membro Titular do Conselho Fiscal
Mario Augusto Silva
Membro Titular do Conselho Fiscal
Vanessa Claro Lopes
Membro Titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 14 às demonstrações financeiras, a receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber, nesta mesma data é de R$975.588 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por segmento de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela administração, na alocação do volume de gás distribuído por segmento de cliente. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela administração relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por segmento de cliente e as respectivas tarifas para cada segmento de cliente, de acordo com as tarifas reguladas; ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por segmento; iv) recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por segmento de cliente, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; v) estimativa independente da alocação do volume de gás entre os segmentos de cliente considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por segmento de cliente calculada pela Companhia; vi) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por segmento com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; vii) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2022; viii) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e ix) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 14 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás

Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo de contrato e ativo intangível da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R$684.970 mil e R$5.610.472 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da administração. Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e a avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, i) entendimento do processo implementado pela Administração sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado:

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora - CRC-1SP258643/O-4

Vale registra maior lucro da história do Brasil, de R$ 121 bi

Resultado de 2021 supera os R$ 106,6 bi anunciados pela Petrobras na quarta

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Favorecida pelos preços recordes do minério de ferro durante o ano, a Vale fechou 2021 com lucro recorde de R$ 121,2 bilhões, mais de quatro vezes os R$ 26,7 bilhões verificados em 2020. É o maior lucro de uma empresa aberta no país, passando os R$ 106,6 bilhões anunciados na quarta (23) pela Petrobras, que detinha o recorde até então, de acordo com a Economatica. O resultado é recorde em termos nominais e reais.

Segundo a mineradora, o desempenho foi impulsionado pelo aumento de 46,5% no preço de referência do minério com 62% de teor de ferro e por maiores vendas durante o ano, que teve cotações recordes no mercado internacional.

Com o resultado, a Vale propõe pagar US$ 3,5 bilhões (R$ 18 bilhões, pela cotação atual) em dividendos a seus acionistas. A empresa já havia distribuído em 2021 US$ 7,4 bilhões (R$ 37 bilhões), como remuneração pelo desempenho do primeiro semestre.

No balanço, como tem sido costume desde o rompimento da barragem que deixou 277 mortos, em 2019, a Vale elenca os esforços para reparação, dizendo que gastou nesses três anos R$ 23 bilhões, incluindo os acordos para indenização individual de 12,8 mil pessoas.

A empresa disse ainda que já concluiu a descaracterização de 7 de suas 30 barragens construídas com o mesmo método usado naquela que se rompeu em Brumadinho, uma exigência legal após a tragédia. Neste ano, outras cinco devem ter as obras concluídas e a companhia negocia mais prazo para concluir o restante.

"Estamos percorrendo o caminho para sermos uma das empresas mais seguras e confiáveis do setor e referência na criação e compartilhamento de valor para toda a sociedade", escreveu o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo no documento divulgado nesta quinta-feira (24).

No quarto trimestre, a mineradora teve lucro de R$ 29,9 bilhões, alta de 243% em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Em 2021, a empresa vendeu minério de ferro pelo preço médio de US$ 104,5 por tonelada (R$ 534), 30,8% acima do verificado em 2020. No segundo trimestre, puxada da elevada demanda chinesa, a cotação ultrapassou pela primeira vez na história a barreira dos US$ 200 (R$ 1.020).

No ano, a Vale produziu 315,6 milhões de toneladas de minério, alta de 5,1% em relação ao verificado em 2020, reflexo da retomada de operações paralisadas após o desastre de Brumadinho e do maior apetite do mercado.

Com maiores vendas e preços melhores, a mineradora fechou 2021 com receita de R$ 293,5 bilhões, alta de 42,4%. O Ebitda, indicador que mede o fluxo de caixa, subiu 82,3%, para R$ 168,1 bilhões.

O Ebitda do segmento de minerais ferrosos, principal operação da companhia, fechou o ano em R$ 169,8 bilhões, R$ 59,7 bilhões acima do registrado em 2020.

A Vale reduziu seu endividamento em 8,2% em 2021, chegando ao fim do ano com dívida bruta de US$ 12,2 bilhões (R$ 62 bilhões). Com a dívida controlada e boa geração de caixa, a mineradora tem realizado programas de recompra e cancelamento de ações.

Essas operações têm como objetivo valorizar os papéis em circulação no mercado. Nesta quinta, a empresa aprovou um novo cancelamento, de 133 milhões de ações que estão em sua tesouraria.

Após um período de desaceleração, o minério voltou a subir nesta semana, seguindo movimento verificado nas principais commodities internacionais após o início dos ataques russos à Ucrânia.

No balanço, a Vale não traz referência ao ataque. Em sua avaliação do cenário futuro, diz que as perspectivas para o minério de ferro permanecem positivas diante da recuperação da economia global.

Por outro lado, a inflação global e o menor crescimento da China podem gerar risco sobre a recuperação. "A longo prazo, a transição de uma economia mais verde exigirá o consumo produtos de minério de ferro de maior qualidade de modo a garantir a redução de emissões."

+

Ganho da Caixa soma R$ 17,3 bilhões em 2021, alta de 31%

A Caixa registrou lucro líquido de R$ 17,3 bilhões em 2021, o que corresponde a um crescimento de 31,1% na comparação com 2020, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (24). Considerado apenas o quarto trimestre do ano passado, o lucro do banco estatal totalizou R$ 3,2 bilhões, um pequeno aumento de 0,3% em relação ao terceiro trimestre. A inadimplência fechou o ano em 1,95%, redução de 0,21 ponto percentual em relação ao terceiro trimestre.

Economista Sergio Firpo terá coluna quinzenal no site da Folha às sextas

SÃO PAULO O economista especializado em mercado de trabalho e professor do Insper Sergio Firpo passa a assinar uma coluna quinzenal na **Folha**, às sextas-feiras. Seus textos serão publicados no site, em Mercado, a partir desta sexta-feira (25).

Firpo, 51, se formou em economia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em 1996, tem mestrado na área pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica) e doutorado pela Universidade da Califórnia em Berkeley, nos Estados Unidos.

Especialista em economia do trabalho, da educação e política e em desenvolvimento econômico, ele também foi professor assistente na Universidade da Columbia Britânica e na PUC-Rio, além de ter sido professor associado da FGV (Fundação Getulio Vargas), na escola em São Paulo.

É titular da Cátedra Instituto Unibanco, no Insper, instituição onde trabalha há seis anos.

Firpo é um dos idealizadores do Ifer (Índice **Folha** de Equilíbrio Racial), indicador que mede a exclusão de negros em educação, renda e sobrevida, feito em parceria com os também economistas Michael França e Alysson Portella.

Em suas colunas na **Folha**, ele pretende discutir o presente e o futuro do mercado de trabalho.

"É um tema relevante em qualquer período histórico e que nos ajuda a entender a desigualdade de renda e as questões raciais e de gênero. Mergulhar no mercado de trabalho nos ajuda a entender como pessoas com características produtivas idênticas têm trajetórias diferentes, é um campo de estudos que ajuda a explicar como a economia afeta a vida das pessoas."

Segundo o professor, há aspectos que explicam as dificuldades do Brasil de manter um crescimento que se sustente. "As soluções que foram dadas, como tentativas de reformas trabalhistas, atacaram parte dos problemas, mas aparentemente não resolveram as principais questões, que são as que sustentam a alta informalidade no país."

O economista também pretende abordar o impacto no mercado de trabalho das disparidades regionais, que são importantes e devem ser um tema relevante neste ano eleitoral.

Ele avalia, ainda, que o Brasil provavelmente terá de conviver com alto desemprego nos próximos anos, a não ser que ocorram mudanças profundas que compensem as perspectivas que se desenham para 2022, de baixo crescimento econômico e queda no consumo das famílias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 10/2022, PARA "AQUISIÇÃO DE CASCALHO" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 11/03/2022 ÀS 14 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP, TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 24 DE FEVEREIRO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 13/2022, PARA "AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 11/03/2022 ÀS 09 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP, TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 24 DE FEVEREIRO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BILAC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Bilac torna público que encontra-se aberto a Tomada de Preços nº 001/2022, Processo nº 005/2022, Tipo: Menor Preço Global por Item, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS DESTE MUNICÍPIO DE BILAC**, conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. Data da Realização: 17/03/2022, às 09h. O edital por completo encontra-se disponível no site WWW.BILAC.SP.GOV.BR. Maiores informações pelo telefone: (18) 3659-9232 na Divisão de Licitações e Contratos. Bilac, 24 de fevereiro de 2022. **VITOR OSMAR BOTINI, PREFEITO.**

MUNICÍPIO DE BALBINOS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 002/2022
PROCESSO Nº 016/2022 – TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Aquisição de 01 (um) Veículo, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 14/03/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 10h30. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES**, localizada na Rua 7 de Setembro nº 4-81 – Bairro Centro – CEP 16.640-031 – Balbinos – SP. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua 7 de Setembro nº 4-81 – Bairro Centro – CEP 16.640-031 – Balbinos – SP – Telefone (0XX14) 3583-9100 – E-mail: compras@balbinos.sp.gov.br.

BALBINOS, 24 DE FEVEREIRO DE 2022.
BENEDITO JACKSON BALANCIERI - PREFEITO MUNICIPAL DE BALBINOS

Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo - Edital de Licitação

De ordem do Sr. Superintendente, acha-se aberta na Superintendência do Espaço Físico da Universidade De São Paulo - SEF, a **CONCORRÊNCIA nº 01/2022** - Execução dos serviços de reforma de Acessibilidade, Sanitários, Prevenção e Combate a Incêndio e Instalações Elétricas do Edifício Cesário Bastos - Santos/SP, da Escola Politécnica da USP. Apresentação e Abertura dos Envelopes 01 e 02: dia 05.04.2022, às 14h00. O Edital completo será disponibilizado no site www.usp.br/licitacoes. Em função das medidas temporárias e emergenciais contra o contágio pela COVID-19, a sessão será realizada também por meio digital, via Google Meet, pelo link: https://meet.google.com/rcn-ahse-fio. Caso alguma licitante deseje, mesmo não sendo recomendado, participar presencialmente da sessão, primordial que agendem, com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa e à capacidade de lotação da sala.

ELEIÇÕES SINDICAIS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS DE CAMPINAS E REGIÃO - SINDCARGAS**, CNPJ: 01.584.678/0001-21, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e constitucionais torna público o deferimento da Chapa Única "CHAPA DA CATEGORIA", com a devida composição, tendo em vista que observaram os requisitos previstos no Estatuto Social da entidade, considerando apta a concorrer à Eleição para Composição da Diretoria da entidade: Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, e Representantes junto a federação e respectivos Suplentes, a ser realizada no próximo dia 08 de março de 2022, das 08hs às 17hs, nos locais a serem divulgados previamente nos termos do artigo 59 do Estatuto, ficando a composição da chapa com os seguintes nomes: **Paulo Vicente Ferreira, David Martins Costa, Edivaldo Rodrigues Pereira, Antônio Pereira da Conceição, Afonso Candido da Silva Filho, Marcelo Vitali, Mauro Hofstatter.** Ficando aberto o prazo de 04 dias, a contar da publicação deste edital, para impugnação de candidaturas nos termos do artigo 64 do Estatuto. Neste ato designa os locais onde serão instaladas as 06 Mesas Receptoras de votos, conforme preceitua o artigo 59 do Estatuto Social. A eleição será realizada com 06 urnas, sendo 02 delas fixas nos seguintes endereços; Urna nº 1 - Rua Amador Florence, 141, Botafogo, Campinas-SP; Urna nº 2 - Rua Arteme Secomandi, 37, Santa Cecília, Paulínia/SP; e mais 04 urnas itinerantes, sendo as urnas de números 3, 4, 5 e 6 que correram a base territorial da entidade; O processo eleitoral seguirá nos termos do artigo 65 e seguintes do estatuto. Campinas, 25 de fevereiro de 2022. **Paulo Vicente Ferreira** - Presidente.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA E AMBIENTAL, ÁREAS VERDES E SIMILARES DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO - Edital de Convocação - Pelo presente Edital ficam convocados os empregagos em Areas verdes de Ribeirão Preto e Região associados ou não, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada, no dia 28 de fevereiro de 2022, às 17h00min em primeira convocação e as 18h00min em segunda convocação à Rua Barão do Amazonas nº 2200- Jardim Sumaré- Ribeirão Preto-SP- CEP: 14025-110, para se discutir e deliberar sob a seguinte ordem do dia: **a)** Leitura e aprovação da ata anterior; **b)** Discussão e votação do rol de reivindicações a ser encaminhada a Entidade Patronal, SINDVERDE - **Sindicato das Empresas de Manutenção e Execução de Áreas Verdes Públicas e Privadas do Estado de São Paulo** cuja data base é 1º de março, com vistas às negociações coletivas referente ao ano de 2022; **c)** Autorização para que o sindicato negocie junto a entidade patronal e empresas: Convenção Coletiva, Acordo Coletivo, Termos Aditivos, se necessários; **d)** Autorização para diretoria requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e/ou Órgão competente; **e)** Delegação de poderes, para conduzir o processo negocial, bem como instaurar dissídio coletivo caso malogrem as negociações e defende-la em dissidio proposto em face dos mesmos junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, caso necessário; **f)** Decretação de Estado de Greve; **g)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição assistencial/negocial, de acordo com o artigo 513-e da CLT a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical; **h)** Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial 2022; **i)** Assuntos Gerais. Ribeirão Preto, 23 de fevereiro de 2022. **João Carlos Capana** - Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO-SP (STILASP) - Av. Celso Garcia, nº 1.588 - Belém - Fax-Fone: 2618-1422 - CEP: 03014-000 - **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Ficam convocados todos os **trabalhadores (associados e não associados)** que prestam serviços nas Indústrias de **MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS** com abrangência nos seguintes Municípios de São Paulo: Araçariguama, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itapevi, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, São Roque, Suzano e Taboão da Serra, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, que será realizada no dia 02 de março de 2022, no horário das 15:00 horas em primeira convocação ou às 15:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, em sua sede à Av. Celso Garcia, 1.588 - Belém, nesta Capital de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1) Renovação e Aprovação ou não de todas as cláusulas da CCT 2021/2022 com as seguintes alterações; 2) Reajuste salarial de 10,78% com o teto de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), acima desse valor um valor fixo de R$ 1.347,50 (um mil trezentos e quarenta e sete reais, e cinquenta centavos), retroativo a 1º de outubro de 2021; 3) Cesta básica no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) com reajuste de 15,5% retroativo a 1º de outubro de 2021; 4) PLR - As empresas que não possuem planos de metas, pagarão a título de multa 90% (noventa por cento) do piso normativo 2021/2022; e 95% (noventa e cinco por cento) do piso normativo 2022/2023; e 100% (cem por cento) do piso normativo 2023/2024; 5) Desconto da contribuição assistencial de 1% (um por cento) do salário de cada empregado, inclusive 13º salário, limitado ao máximo de R$ 50,00 (cinquenta reais); 6) Prazo para oposição ao desconto da contribuição assistencial, a qual poderá ser manifestada por escrito e individualmente, na sede do Sindicato Profissional.** São Paulo, 25 de fevereiro de 2022 - **Carlos Vicente de Oliveira** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022

OBJETO: Aquisição de veículos para a frota do Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 10 de março de 2022, às 08 horas. Engº Antonio Hélio Nicolai, Prefeito Municipal.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022

OBJETO: Aquisição de motoniveladora para a frota do Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 10 de março de 2022, às 10 horas. Antonio Carlos Andrigo Ferreira, Secretário Municipal de Obras.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022

OBJETO: Aquisição de bebedouro para serem destinados às escolas da Rede Municipal de Educação do Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 10 de março de 2022, às 14 horas. Regina de Santana Lago Gracini, Secretária Municipal de Educação.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de dispositivos intravenosos, a serem utilizados pelo Hospital Municipal de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 11 de março de 2022, às 08 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de agulhas e seringas a serem utilizados nos Postos de vacinação contra o Covid-19 do Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 11 de março de 2022, às 14 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição e instalação de equipamentos para implantação de Academias ao Ar Livre no Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 14 de março de 2022, às 08 horas. Flávio Boretti, Secretário de Esportes e Lazer.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisição de bolsa para nutrição parenteral para a Farmácia da Secretaria de Saúde do Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 14 de março de 2022, às 14 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa para serviços de manutenção mecânica em geral nos veículos pertencentes a todas as linhas (leve, média, pesada e extra pesada) da frota municipal de Itapira/SP. Data de encerramento: 10/03/2022, às 09 horas. Engº Antonio Hélio Nicolai, Prefeito Municipal.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de marcadores e apagadores para as lousas digitais das Escolas do Município de Itapira/SP. Data de encerramento: 11/03/2022, às 09 horas. Regina de Santana Lago Gracini, Secretária Municipal de Educação.

AVISO DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços para construção de muro de arrimo em blocos armados em Trechos do Córrego localizado na Avenida João Brandão Junior, no Município de Itapira/SP. **DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**: 31 de Março de 2022 até 08h55, com abertura às 09 horas. Antonio Carlos Andrigo Ferreira, Secretário Municipal de Obras.

AVISO DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços para reforma e revitalização do Morro do Cruzeiro (Fase 1), localizado na Estrada Municipal Orlando Zancheta, neste Município. **DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**: 31 de Março de 2022 até 13h55, com abertura às 14 horas. César Ricardo Lupinacci, Secretário Municipal de Cultura

Os editais estarão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 24 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com o Estatuto Social, ficam convocados os associados da SOMAR - COOPERATIVA DE ENERGIA ELETRICA E DESENVOLVIMENTO, CNPJ nº 08.436.783/0001-62, para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, no próximo dia 29 de março de 2022, em sua sede social, a rua José de Freitas, 350 – Anexo I - Jardim Nazareth - Mogi Mirim - São Paulo, CEP 13806-615 em 1ª Convocação, às 16h00, com a presença de 2/3 dos sócios em condições de votar, em 2ª Convocação, às 17h00, com a presença de 50% (cinqüenta por cento) mais um dos sócios e, finalmente, em 3ª Convocação, às 18h00, com a presença mínima de 10 (dez) sócios, para deliberarem a seguinte ORDEM DO DIA: 1 – Prestação de Contas do exercício de 2021; 2 - Outros assuntos de interesse da sociedade. Mogi Mirim, 25 de fevereiro de 2022. Antônio Marino Brandão de Almeida. Presidente.

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários das localidades de Capivari, Elias Fausto, Monte Mor, Porto Feliz, Rafard, Salto e Tietê - SP no dia 23/02/2022, a partir das 17h55 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 18h15 (horário de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022 – PROCESSO Nº 3103/2021

OBJETO: Registro de Preços visando a Contratação de empresa especializada no fornecimento de Uniformes Escolares para todos os alunos da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 16 de Março de 2022 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 25/02/2022, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com

Pirapora do Bom Jesus, 24 de Fevereiro de 2022 – Marcelo Pontes Leite – Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE BALBINOS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 001/2022
PROCESSO Nº 015/2022 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de 100.000 Litros de Óleo Diesel S-10, 130.000 Litros de Etanol Hidratado Comum e 60.000 Litros de Gasolina "C" Comum, para o abastecimento diário da Frota do Município de Balbinos – SP, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 14/03/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES**, localizada na Rua 7 de Setembro nº 4-81 – Bairro Centro – CEP 16.640-031 – Balbinos – SP. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua 7 de Setembro nº 4-81 – Bairro Centro – CEP 16.640-031 – Balbinos – SP – Telefone (0XX14) 3583-9100 – E-mail: compras@balbinos.sp.gov.br.

BALBINOS, 24 DE FEVEREIRO DE 2022.
BENEDITO JACKSON BALANCIERI - PREFEITO MUNICIPAL DE BALBINOS

FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SDE nº 0260/22 - COMUNICAMOS que em virtude de alterações promovidas no Edital, estamos, em conformidade com o que dispõe o § 4º do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido da Concorrência nº 002/2022, que tem como objeto a execução de obras e serviços para construção de cobertura metálica em 04 quadras no CASA Rio Dourado e 02 quadras no CASA Vitória Régia - Fundação CASA no Município de Lins/SP. A entrega dos envelopes PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTAÇÃO para HABILITAÇÃO e a abertura do envelope PROPOSTA COMERCIAL se dará às 14:00 horas do dia 04/04/2022, na Rua Florêncio de Abreu, 848 - térreo - Auditório - Luz - SP. O Edital encontra-se disponibilizado para consulta no endereço eletrônico www.imprensaoficial.com.br - Negócios Públicos, podendo ser retirado na íntegra, na Divisão de Suprimentos no 7º andar do endereço acima, a partir do dia 03/03/2022 das 9h às 12h e das 14h às 18h, mediante apresentação de mídia eletrônica (CD-R, CDR-W, pen-drive, etc.) para gravação dos arquivos.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE NOVA HIGIENÓPOLIS

CNPJ: 49.721.509/0001-12

COMUNICADO IMPORTANTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Estatuto Social da Associação dos Amigos de Nova Higienópolis, ficam convocados todos os associados através do presente edital para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se **VIRTUALMENTE**, iniciando às **00h00 do dia 08 de março** e finalizando às **23h59 do dia 10 de março**, com qualquer número de associados participantes aptos a votar, **a fim de deliberarem sobre o seguinte assunto:**

- **Aprovação de orçamento e recurso para construção da nova Portaria e Administração da AANH.**

Solicitamos a participação de todos os Associados.

Os Associados em débito com a Associação poderão regularizá-lo até o dia **07/03/2022**, no horário Administrativo.

ATENÇÃO À DINÂMICA DA ASSEMBLEIA

Esta Assembleia será realizada virtualmente por meio de site e aplicativo, possibilitando o acesso remoto dos associados somente nos dias **8, 9** e **10** de março, **qualquer dúvida ou dificuldade para acesso, procure a administração, não deixe de participar**.

Jandira, 25 de fevereiro de 2022.

MARCOS ROBERTO MILKER SALVUCCI
Presidente do Conselho Deliberativo

GOVERNO

COMUNICADO

Processo Administrativo SEI nº 6022.2022/0000559-1.

Assunto: Consulta Pública - Contribuições para Plano Urbanístico para Requalificação do Parque Dom Pedro II. A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria de Governo Municipal, **COMUNICA** a toda população da Cidade de São Paulo que a partir de 15 (quinze) de fevereiro de 2022, por um período de 30 dias, na plataforma online Participe+ (disponível no endereço eletrônico: **https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/**), estará disponível consulta pública com vistas a colher contribuições para o Plano Urbanístico para Requalificação do Parque Dom Pedro II.

detran.sp — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 008/2022. Oferta de Compra nº 512802510572022OC00009**, Processo DTRAN-PRC nº **2022/49446**, que tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL PARA O ARQUIVO DE VILA FORMOSA DO DETRAN.SP.**

O início do recebimento das propostas será dia **02/03/2022** e a sessão pública de processamento do certame está prevista para o dia **14/03/2022 - às 09h30.**

O Edital, na íntegra, está disponível nos endereços eletrônicos: www.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos" e www.bec.sp.gov.br.

SINDICATO NACIONAL DOS INSPETORES DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO BRASIL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/22

ASSEMBLEIA-GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato Nacional dos Inspetores da Polícia Rodoviária Federal do Brasil – SINPRF-Brasil, no uso das competências previstas nos arts. 21, §1º, e 62, §2º, c/c os Capítulos II e III do Estatuto da Entidade, por meio deste edital, convoca os membros dos órgãos diretivos e demais filiados para a Assembleia-Geral Nacional Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2022, às 9 horas, em primeira convocação, ou às 10 horas, em segunda convocação, para deliberação assemblear sobre os seguintes itens da pauta: Item 1) Prestação de Contas do último período; Item 2) Eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o biênio de 2022 a 2024, nos termos dos incisos I e V do art. 22; observando-se as disposições do Título XII, Capítulo I.

Esta Presidência informa, ainda, que a Assembleia-Geral Nacional Ordinária ora convocada será realizada por meio de aplicativo de videoconferência, por motivo de força maior, em razão das recomendações e determinações sanitárias decorrentes da pandemia de COVID-19. O link para o acesso à reunião de Assembleia-Geral será divulgado no site oficial do SINPRF-Brasil e pelo WhatsApp (Grupo SINPRF) em até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia-Geral. O acesso, por intermédio do referido link, à reunião virtual terá início às 8 horas e 30 minutos do dia 29 de abril de 2022 e estará disponível a todos os filiados aptos a participar e a votar (conforme lista prévia de habilitados). A assembleia será gravada, garantindo-se a participação e a votação dos filiados, por meio da plataforma digital, via Chat. A apuração da eleição e o resultado serão declarados pelo Secretário da reunião ainda em Assembleia-Geral, devendo a posse dos eleitos se efetivar em ato contínuo, antes de seu encerramento.

Incumbir-se-á a comissão eleitoral de receber as inscrições das chapas concorrentes à eleição em até 10 (dez) dias da realização da Assembleia-Geral ora convocada, a fim de que haja prévia divulgação das chapas habilitadas.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2022

INSP. MARCOS JOSÉ SAMPAIO DE FREITAS
Presidente do SINPRF-Brasil

AVISO DE LEILÃO

A GOLD COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. convida os potenciais vendedores a participar do Leilão de Compra de Energia Elétrica - GOLD ENERGIA - nº 001/2022, que será realizado no dia 25/02/2022. O edital completo e demais informações deverão ser solicitados pelo e-mail leilao@goldenergia.com.br **até as 12 horas do dia 25/02/2022.**

LICITAÇÃO FRACASSADA

Edital de Concorrência nº 2/2021. Processo de Compra nº 11/2021. O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições e com fundamento no Relatório da Comissão de Licitação, declara fracassado o procedimento licitatório, referente à CONCORRÊNCIA para a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de consultoria, por meio de uma equipe de profissionais com especialização e experiência na área mineral e áreas correlatas, visando a elaboração do Plano Estadual de Mineração (PEM-MG), uma vez que a única licitante que apresentou proposta à presente licitação, FUNDAÇÃO GORCEIX, foi desclassificada, não restando, assim, licitante selecionada para futura contratação.

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Físico nº: **0014423-42.2012.8.26.0554.** Classe: Assunto: **Monitória – Prestação de serviços.** Requerente: **Fundação Santo André.** Requerida: **Marcio Victor Viana Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0014423-42.2012.8.26.0554.**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Zanetti Stauber, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) MARCIO VICTOR VIANA SANTOS, RG 2.112.667, CPF 056.365.614-07, com endereço à Rua das Pérolas, 62, casa 2, Centro, CEP: 09920-490, Diadema-SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação Santo André, objetivando a cobrança da quantia de R$ 5.626,05 (cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais, e cinco centavos), data base: 03/04/2012. Encontrando-se o réu em lugar ignorado, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a importância supra no mesmo período, acrescida de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando ciente, outrossim, de que neste último caso ficará isento de custas processuais, ou para, querendo, oferecer Embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo em judicial. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 26 de novembro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1023883-52.2019.8.26.0564

O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr. Gustavo Dall'Olio, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a **LAÍS ALVES PEREIRA**, CPF nº. 386.020.735-52, RG nº 451874092, que a Fundação Santo André, em 12 de setembro de 2019, lhe ajuizou **AÇÃO MONITÓRIA** objetivando a cobrança de mensalidades atrasadas do ano letivo de 2017, especificamente dos meses de fevereiro a dezembro do citado ano, totalizando a quantia de R$ 1.977,78 (hum mil e novecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos). Encontrando-se a demandada em lugar ignorado, foi deferida sua citação editalícia para que, em quinze dias, a fluir após o lapso temporal deste edital, ofereça embargos monitórios ou pague a importância supra no mesmo período, acrescida de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando ciente, outrossim, de que neste último caso ficará isento de custas processuais. Quedando- se inerte, a requerida será considerado revel, caso em que será nomeado Curador Especial. Na hipótese de não oferecimento de embargos ou, ainda, no caso de julgamento improcedente destes, será iniciada a execução, conforme previsto no Título II do Livro I da Parte Especial. O presente será afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 10 de fevereiro de 2022. Eu, Emerson de Morais, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Comunica abertura de licitação. Pregão Presencial 001/2022 - Proc. 009/2022. Objeto: Registro de Preços para compra eventual de ovos de chocolate para 17 municípios consorciados ao CIVAP. Tipo: menor preço por item. Regência: Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993 e demais aplicáveis à matéria. Credenciamento e etapa de lances: a partir das 09h00min do dia 18 (dezoito) de março de 2022. Edital disponível em www.civap.com.br. Informações: (18) 3323-2368 e ou licita@civap.com.br. Assis, 23 de fevereiro de 2022. Oscar Gozzi - Presidente

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Pregão Presencial nº 12/22 P.A. nº 48.828/21 Objeto: Registro de Preços para aquisição de uniformes para agentes de trânsito - Disputa dia 16/03/22 às 09:00 horas. Pregão Presencial nº 13/22 P.A. nº 1.661/22 Objeto: Registro de Preços para aquisição de uniformes para funcionários da saúde - Disputa dia 16/03/22 às 15:00 horas. Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/ retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 24 de fevereiro de 2022.
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SDE nº 0258/22 - COMUNICAMOS que em virtude de alterações promovidas no Edital, estamos, em conformidade com o que dispõe o § 4º do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido da Concorrência nº 001/2022, que tem como objeto a execução de serviços para pintura, reparos e manutenção predial da Diretoria Regional Litoral e CASA Guarujá. A entrega dos envelopes PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTAÇÃO para HABILITAÇÃO e a abertura do envelope PROPOSTA COMERCIAL se dará às 10:00 horas do dia 04/04/2022, na Rua Florêncio de Abreu, 848 - térreo - Auditório - Luz - SP. O Edital encontra-se disponibilizado para consulta no endereço eletrônico www.imprensaoficial.com.br - Negócios Públicos, podendo ser retirado na íntegra, na Divisão de Suprimentos no 7º andar do endereço acima, a partir do dia 03/03/2022 das 9h às 12h e das 14h às 18h, mediante apresentação de mídia eletrônica (CD-R, CDR-W, pen-drive, etc.) para gravação dos arquivos.

Prefeitura Municipal de Pirajuí

DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022
PROCESSO Nº 013/2022 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Apresente licitação tem por objeto, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO**, conforme Contrato de Repasse nº 9124471 2021/MDR/CAIXA, conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. **DATA PARA A APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES: até 17/03/2022, às 09h30.** Os trabalhos de abertura dos envelopes de documentação serão iniciados imediatamente após o término do prazo fixado acima, em ato público. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão Permanente de Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga nº 116 – Bairro Centro – CEP 16.600-041 – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga nº 116 – Bairro Centro – CEP 16.600-041 – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 24 DE FEVEREIRO DE 2022.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretária Municipal do Educação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está promovendo a seguinte "CHAMADA PÚBLICA": EDITAL Nº 001/2022 PROCESSO Nº 2.778/2022 e apensos

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRUTAS – AGRICULTURA FAMILIAR.

Os envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROJETO DE VENDA" serão recebidos na Secretaria Municipal de Gestão Pública da Prefeitura, no prédio-sede da Prefeitura Municipal, até às 13:00 horas do dia 23 de março de 2022. A abertura dos Envelopes será realizada nesta mesma data às 13:30 horas. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.pmmc.com.br - link: Licitações).

Mogi das Cruzes, em 24 de fevereiro de 2022

PATRÍCIA HELEN GOMES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Educação

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretária Municipal do Educação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está promovendo a seguinte "CHAMADA PÚBLICA": EDITAL Nº 002/2022 - PROCESSO Nº 2.783/2022 e apensos

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VERDURAS E LEGUMES – AGRICULTURA FAMILIAR.

Os envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROJETO DE VENDA" serão recebidos na Secretaria Municipal de Gestão Pública da Prefeitura, no prédio-sede da Prefeitura Municipal, até às 14:00 horas do dia 23 de março de 2022. A abertura dos Envelopes será realizada nesta mesma data às 14:30 horas. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.pmmc.com.br - link: Licitações).

Mogi das Cruzes, em 24 de fevereiro de 2022

PATRÍCIA HELEN GOMES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Educação

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 197/2021 – PROCESSO Nº 32.002/2021 E APENSO.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS.

EMPRESAS VENCEDORAS: KLM EIRELI; LEVIN COMERCIAL LTDA; N. F. SEIXAS TECNOLOGIA EM SOLUÇÕES; PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI; SJ COMÉRCIO DE UTILIDADES - EIRELI e W&V COMERCIO VAREJISTA EIRELI.

VALOR GLOBAL: R$ 89.514,70 (oitenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais e setenta centavos).

Mogi das Cruzes, em 17 de fevereiro de 2022.

CAIO DE OLIVEIRA CALLEGARI - Secretário Adjunto de Educação

COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CMPL

JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 015-3/21 - PROCESSO Nº 22.700/21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO PRÉDIO DO CEIM PROFª. MARIA APPARECIDA DE CAMPOS MASCI FARIA, LOCALIZADA NA AVENIDA BENEDICTO PEREIRA DE FARIA Nº 740 – JARDIM ARACY, NESTE MUNICÍPIO.

EMPRESA VENCEDORA: TETO CONSTRUTORA S/A.

VALOR GLOBAL: R$ 1.405.492,00 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais).

Mogi das Cruzes, em 24 de fevereiro de 2022.

THOMAS AUGUSTO CICCONE ALVAREZ

PRESIDENTE DA CMPL EM EXERCÍCIO

Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525 - 14º andar
São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. (Banco), em 31 de dezembro de 2021, acompanhado das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.

O Banco Luso Brasileiro é um banco múltiplo, especializado na concessão de créditos e serviços para empresas de médio porte, sendo reconhecido pelo seu profundo conhecimento e atuação no setor de transportes coletivos, em conjunto com o desenvolvimento de sua carteira de comércio exterior e outros produtos para empresas do *middle market*.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco em 31 de dezembro de 2021 estava distribuída em: RC Participações S.A. (43,003%), Amorim Aliança B.V. (43,003%) e Lusopar S.A. (1,345%) e Ações em Tesouraria (12,649%).

CONTROLADORES

Recordamos aos leitores que desde o dia 19 de maio de 2020, o BACEN reconheceu a saída da Lusopar S.A. do grupo de controle da sociedade, ficando assim definidos como controladores, para todos os efeitos legais, os acionistas Amorim Aliança B.V. e RC Participações S.A.

RESULTADOS

Ativos e Carteira de Crédito

O total de ativos em 31 de dezembro de 2021 atingiu R$ 2,1 bilhões, crescimento de 18% em doze meses. Principal componente dos ativos, a carteira de crédito e câmbio atingiu 1.588 milhões, com crescimento de 30% em relação ao fim do exercício de 2020. Desse montante, R$ 967 milhões são provenientes do segmento de transporte público (61% da carteira, ante 71% em 2020) e R$ 610 milhões do *middle market* (38% da carteira, ante 29% em 2020), demonstrando o cumprimento da estratégia traçada de diversificação, através do crescimento sustentado da carteira de *middle market*, sem afetar o nosso *market share* no segmento de transportes.

Indicadores de Inadimplência

Mesmo em um cenário mais competitivo, os índices de inadimplência de 60 e 90 dias permaneceram controlados. Este fato evidência a aderência do nosso modelo de análise de crédito na nossa estratégia de expansão do crédito. Nossa PDD representou 1,7% da carteira de crédito e câmbio, 0,2 pontos percentuais abaixo do planejado para o ano, ou R$ 27,4 milhões, em linha com nossa estratégia de uma maior rigidez na análise e liberação de créditos.

Captação

Suprimos a necessidade de recursos demandados para as operações de crédito fundamentalmente por meio de nossas captações, através da eficiente obtenção de recursos junto aos clientes. Em 2021 alcançamos R$ 1,74 bilhões em recursos captados, crescimento de 22% quando comparamos com o fechamento de 2020.

Câmbio Pronto

Em 2021 negociamos USD 560,2 milhões em câmbio pronto, um aumento de 18% em relação ao volume negociado em 2020. As negociações em 2021 representaram um volume mensal médio de USD 40 milhões e geraram receita líquida de R$ 7,2 milhões.

Índice de Eficiência Operacional (IEO)

O IEO é um indicador gerencial que mede o quanto somos eficientes com custos e despesas para mantermos a operação do Banco. Conforme demonstrado no gráfico a seguir, o IEO de 2021 atingiu 40,5%, um aumento de 1,6 p.p. quando comparado com o encerramento de 2020, mas em linha com o nosso orçamento, que projetava um IEO de 40,5% para o fechamento do ano. Um eficiente controle dos custos foi determinante para atingirmos esse objetivo, pois apesar do efeito do acordo coletivo ocorrido a partir de setembro de 2021 (10,97% em 2021 vs 1,5% em 2020), e dos aumentos contratuais atrelados aos índices econômicos que performaram acima do esperado, as despesas permaneceram em níveis bem controlados, com crescimento abaixo da inflação do ano.

Lucro Líquido

O resultado em 2021 foi R$ 28,4 milhões, apresentando uma evolução de 2,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior (+ R$ 0,6 milhões) e 1% acima ao que havíamos planejado. Esse aumento teve como principal responsável o desempenho positivo das provisões contra devedores duvidosos, reflexo da estabilidade do indicador de inadimplência com vencidos há 90 dias ou mais, conforme citado anteriormente. Adicionalmente, tivemos destaque no resultado com operações de crédito, consequência do aumento de nossa carteira e a recuperação de R$ 2,7MM de ativos que estavam em prejuízo, reflexo de uma estratégia mais objetiva de cobrança do Banco.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio Líquido do Banco apresentou um aumento de 0,6% em comparação a 31 de dezembro de 2020, chegando a R$ 200,3 milhões. Apesar do Lucro Líquido de R$28,4 milhões, o crescimento do patrimônio foi impactado pela transferência de R$ 24,7 milhões em ações da Lusopar S.A. para Tesouraria, correspondente ao pagamento de parte de seu saldo devedor ao Banco em relação às arbitragens transitadas e julgadas. Se eliminarmos esse efeito, nosso Patrimônio Líquido chegaria a R$ 224,9 milhões, 12,3% acima do fechamento em 2020. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio (ROAE) em 2021 foi de 14,3%.

Índice de Basiléia (IB) Amplo

O BACEN determina às instituições financeiras manterem um Patrimônio de Referência (PR) superior ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Conforme estabelecido nas Resoluções nº 4.193/13 e nº 4.783/20 do CMN, até junho de 2021 a exigência de IB amplo estava em 9,625%. Ao fim do ano de 2021, a exigência de IB amplo passou para 10,00%. Em 31 de dezembro de 2021, o IB amplo do Banco atingiu 11,3%. Em relação ao encerramento de 2020, o IB ficou 2,0 p.p. menor, principalmente em virtude da transferência de R$ 24,7 milhões das ações da Lusopar S.A. para a Tesouraria do Banco, conforme citado anteriormente, fato que proporcionou a redução do PR neste mesmo montante.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Tecnologia

Dando continuidade aos trabalhos realizados no 1º Semestre de 2021, onde a gestão de tecnologia focou nos investimentos para renovação do Internet Banking, desenvolvimento do Open Banking de acordo com as normas do regulador e implantação do PIX (participante indireto). Finalizamos a implantação do PABX em nuvem, onde alcançamos uma alta disponibilidade da telefonia, integrada a uma solução de URA para o SAC e ouvidoria. Adicionalmente aos esforços de tecnologia, continuamos o desenvolvimento de uma plataforma de *Business Intelligence* (BI) para automatizar o processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que suporte uma gestão mais dinâmica e eficiente dos nossos negócios.

Risco de Crédito

O Banco Luso Brasileiro tem implantada estrutura de gerenciamento de riscos de crédito em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. A gestão do risco de crédito é fundamental para assegurar a rentabilidade e o crescimento das atividades da Instituição, pois é o principal risco inerente ao modelo de negócio da Instituição. O Banco desenvolveu um modelo de rating próprio e possui estrutura própria e governança dedicada ao processo de crédito. A aprovação de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até ao limite de sua alçada. Acima deste montante, as operações são submetidas a aprovação do Conselho de Administração. A gestão operacional do crédito é responsabilidade da área de crédito, englobando a sua análise, aceitação e cobrança. A área de operações fica responsável pelo registro das operações e formalização de garantias nos termos aprovados de cada operação. A área de gestão de riscos é responsável pelo controle do risco global da carteira de crédito, monitorando os limites estabelecidos de concentração de crédito e os impactos de cenários de estresse através de indicadores gerenciais e relatórios apresentados mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos para análise e discussão.

Risco de Mercado

A política de gestão de riscos de mercado estabelece limites máximos de VaR paramétrico das carteiras e limites de perda máxima para situações de estresse. O monitoramento dos riscos de mercado é feito diariamente pela Área de gestão de riscos, cabendo ao Comitê de gestão de riscos, a definição da estratégia e a aprovação dos respectivos limites.

Risco de Liquidez

O Banco possui um modelo próprio de cálculo do caixa mínimo e ao longo do ano de 2021, trabalhou com níveis de liquidez superiores a este mínimo.
A administração da liquidez é feita pela Tesouraria e o monitoramento do risco de liquidez é assegurado pela área de gestão de riscos, cabendo ao Comitê de Gestão de Riscos a definição da estratégia e a aprovação dos limites julgados adequados.

Risco Operacional

O gerenciamento e monitoramento dos riscos operacionais está organizado em diferentes linhas sucessivas de atuação, começando pela gestão de cada área, passando pela Área de Controles Internos, pela Área de Gestão de Riscos e por último, pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Gestão de Capital

O Banco tem implantada uma estrutura de gerenciamento de capital, em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. O processo de gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico através de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. O Conselho de Administração é o responsável por aprovar anualmente o Plano de Capital elaborado dentro do escopo de seu processo de planejamento estratégico e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e de negócios em que a Instituição atua. A área de controladoria é responsável por elaborar o planejamento estratégico de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Cabe à área de gestão de riscos e de capital, a responsabilidade pelo monitoramento da adequação do capital, a preparação de análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital e impacto de cenários de estresse. Estas informações são apresentadas mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos e de capital para análise e discussão.

Risco Socioambiental Climático

O Banco está revisando a sua Política de Responsabilidade Socioambiental Climática (PRSAC) e seus processos de gerenciamento de riscos a fim de se adequar às Resoluções nº 4.943/21 e 4.945/21 do CMN que alteram e aprimoram o gerenciamento do risco socioambiental e incorporam a responsabilidade climática ao escopo regulatório. O Banco entende que a responsabilidade socioambiental permeia a sua atuação e seu relacionamento com a sociedade, acionistas, colaboradores e clientes e são exercidas por todas as áreas da instituição. A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) leva em consideração os princípios e valores que norteiam suas atividades e está integrada às demais políticas do Banco.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

O Banco possui uma política interna rígida para a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT). A área de PLD/Controles Internos foi formalmente institucionalizada para realizar todo o processo de "Conheça seu Cliente (KYC)", "Conheça seu Parceiro (KYP)", "Conheça seu Fornecedor e Prestador de Serviço (KYS)" e "Conheça seu Funcionário (KYE)", monitorar transações e tratar eventuais situações que apresentem atipicidades, em relação a características ou patrimônio dos clientes e colaboradores, além de tratar outras situações que apresentem riscos relacionados aos crimes dessa natureza. O Banco conta com um comitê de PLD/FT atuante, que envolve diretamente à Diretoria Executiva.

Gestão de Segurança da Informação

O Banco possui políticas de segurança da informação e cibernética que formam um conjunto de diretrizes, normas, procedimentos e instruções referenciadas inclusive na ISO 27002 para garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade cotidianamente, segundo as melhores e mais seguras práticas do mercado. O Banco está frequentemente investindo em ferramentas, ações e treinamentos visando a segurança das informações. Como principais investimentos e melhorias no 2º semestre de 2021, podemos destacar:

1. Implementação de um sistema de WAF no datacenter da RTM;
2. Configuração da nova política de segurança para a plataforma MS Teams;
3. Criação do portal de apps para dispositivos móveis dentro da plataforma do Intune;
4. Criação de um modelo de *Assessment*, junto à consultoria especializada, para análise de novas soluções/sistemas contratados;
5. Reestruturação das regras de DLP no servidor de e-mail.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna se reporta diretamente ao Conselho de Administração do Banco. A comunicação de resultados à alta administração é documentada em relatórios periódicos, correios eletrônicos e reuniões presenciais.

Código de Ética e Norma de Conduta

O **Banco** zela pelo alto padrão de conduta de seus colaboradores, com o intuito de mitigar práticas abusivas e adaptar sua conduta segundo a evolução e as exigências do setor financeiro. O Banco reconhece a importância da adoção de rigorosos princípios éticos na condução dos seus negócios, nos diversos mercados em que atua. Para tanto, divulga o Código de Ética a todos os colaboradores, para que tenham clareza na forma de proceder segundo os padrões de boa conduta da instituição.

PERSPECTIVAS

O Banco segue o desenvolvimento do seu modelo de negócio objetivando o crescimento sustentável e diversificado, por meio do melhor equilíbrio entre risco e retorno e uma estrutura de capital e liquidez robustas. Buscamos o atingimento das metas definidas para o ano de 2022, aumentando a atuação junto a empresas do *middle market*, sem perder o *market share* que temos dentro do segmento de transporte público. A captação de recursos continuará sendo um fator importante para o desenvolvimento da atividade da instituição, mantendo-se em curso iniciativas que visam o crescimento da base, à diversificação das fontes de financiamento e consequente redução dos custos. Será mantida uma postura de capital conservadora, permanecendo pouco alavancado nas operações ativas, sem tomar posições de risco na tesouraria, focando na manutenção da liquidez e assegurando níveis de rentabilidade adequados. Nossa eficiente gestão de custos continuará sendo um pilar de crescimento do BLB. Atualmente investimos em ações e projetos voltados à otimização de processos internos e consequente redução no custo de servir, sem perder a qualidade de atendimento, o que impacta positivamente nosso cliente, centro de nossa estratégia. Por fim, buscamos aprimorar as competências essenciais de nossos colaboradores, por meio de uma cultura organizacional pautada pela ética, transparência e respeito ao próximo, com objetivo de tornar viável nossa estratégia corporativa.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras do Banco são auditadas pela EY Auditores Independentes. A política adotada para prestação dos serviços atende aos requisitos aplicáveis de independência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores que, diante do cenário de crise, se comprometem a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos e engajamento na aplicação das orientações estratégicas ao longo do ano de 2021.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4 a	**21.065**	**50.306**
Instrumentos Financeiros		**2.077.138**	**1.711.540**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 b	362.037	349.005
Títulos e Valores Mobiliários	5.1 a	35.842	34.255
Operações de Crédito	5.2	1.490.368	1.174.054
Câmbio	5.3	113.255	62.827
Outros Instrumentos Financeiros	5.4	75.636	91.399
Provisões para Perdas			
Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	**(45.912)**	**(32.434)**
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	7	**26.893**	**33.781**
Imobilizado de Uso	8	**18.533**	**19.260**
Intangível	9	**1.184**	**974**
Total do Ativo		**2.098.901**	**1.783.427**

PASSIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.871.566**	**1.544.154**
Depósitos	10.1	1.592.038	1.235.036
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.2	130.382	172.835
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.3	102.272	61.124
Câmbio	10.4	14.757	13.126
Outros Passivos Financeiros	10.5	32.117	61.373
Provisões	11	**1.778**	**3.217**
Obrigações Fiscais	12	**13.249**	**16.965**
Outros Passivos	13	**12.055**	**20.090**
Patrimônio Líquido	14	**200.253**	**199.001**
Capital Social		152.433	152.433
Reservas de Capital		786	786
Reservas de Lucros		71.152	51.299
Outros Resultados Abrangentes		609	(5.517)
(Ações em Tesouraria)		(24.727)	-
Total do Passivo		**2.098.901**	**1.783.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Especial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**152.433**	**786**	**3.175**	**29.176**	**(3.979)**	**-**	**-**	**181.591**
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	-	(1.538)	-	-	(1.538)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	27.797	-	27.797
Destinações								
Reservas	-	-	2.378	25.419	-	(27.797)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (Nota 14 d)	-	-	-	(8.849)	-	-	-	(8.849)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**152.433**	**786**	**5.553**	**45.746**	**(5.517)**	**-**	**-**	**199.001**
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	-	6.126	-	-	6.126
(-) Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(24.727)	(24.727)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	28.420	-	28.420
Destinações								
Reservas	-	-	1.421	26.776	-	(28.420)	-	(223)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 14 d)	-	-	-	(8.344)	-	-	-	(8.344)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**152.433**	**786**	**6.974**	**64.178**	**609**	**-**	**(24.727)**	**200.253**
Saldos em 30 de Junho de 2021	**152.433**	**786**	**5.553**	**45.746**	**(2.379)**	**13.437**	**(24.727)**	**190.849**
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	-	2.988	-	-	2.988
(-) Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	14.983	-	14.983
Destinações								
Reservas	-	-	1.421	26.776	-	(28.420)	-	(223)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 14 d)	-	-	-	(8.344)	-	-	-	(8.344)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**152.433**	**786**	**6.974**	**64.178**	**609**	**-**	**(24.727)**	**200.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Notas	2º Semestre 2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		**137.456**	**227.502**	**201.971**
Rendas de Operações de Crédito	5.2 f	111.346	195.123	163.024
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 c	9.212	12.745	7.251
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.1 b	1.230	1.587	777
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		14	14	(471)
Resultado de Operações de Câmbio	23	15.654	18.033	31.390
Despesas da Intermediação Financeira		**(72.127)**	**(98.524)**	**(76.269)**
Operações de Captação no Mercado	10.1 (i)	(60.351)	(89.003)	(46.537)
Operações de Empréstimos e Repasses	10.3 c	(11.776)	(9.521)	(29.732)
Resultado da Intermediação Financeira		**65.329**	**128.978**	**125.702**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(25.652)**	**(55.339)**	**(54.518)**
Receitas de Prestação de Serviços	15	6.985	8.261	5.432
Despesas de Pessoal	19	(18.912)	(36.186)	(33.222)
Despesas Tributárias	21	(3.871)	(7.514)	(8.351)
Outras Despesas Administrativas	20	(11.138)	(21.755)	(20.339)
Outras Receitas Operacionais	16	3.307	5.850	5.572
Outras Despesas Operacionais	17	(2.023)	(3.995)	(3.610)
Despesas de Provisões		**(17.360)**	**(27.531)**	**(28.117)**
Operações de Crédito	6 a	(15.229)	(25.006)	(20.231)
Outros Créditos	6 a	(1.893)	(2.980)	(5.194)
Outros Valores e Bens	6 a	-	-	(201)
Passivos Contingentes	18	(260)	435	(2.480)
Garantias Financeiras Prestadas	18	22	20	(11)
Resultado Operacional		**22.317**	**46.108**	**43.067**
Resultado não Operacional	22	**(1.399)**	**(675)**	**(2.145)**
Resultado antes dos Tributos		**20.918**	**45.433**	**40.922**
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.1 a	**(5.935)**	**(17.013)**	**(13.125)**
Imposto de Renda		(3.968)	(5.271)	(7.570)
Contribuição Social		(3.748)	(4.854)	(6.117)
Impostos Diferidos		1.781	(6.888)	562
Lucro Líquido		**14.983**	**28.420**	**27.797**
Quantidades de Ações		14.574.186	14.574.186	14.574.186
Lucro Líquido por Ação (Em R$ 1,00)		**1,03**	**1,95**	**1,91**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Lucro Líquido	**14.983**	**28.420**	**27.797**
Outros Resultados Abrangentes	**2.988**	**6.126**	**(1.538)**
- Hedge de Fluxo de Caixa	2.988	6.126	(1.538)
Total dos Resultados Abrangentes	**17.971**	**34.546**	**26.259**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua...

...continuação

Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525 - 14º andar
São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido	**14.983**	**28.420**	**27.797**
Ajustes ao Lucro Líquido	**33.926**	**53.575**	**26.697**
Depreciação e Amortização	910	1.512	1.614
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.229	25.006	20.231
Provisão para Outros Créditos	1.893	2.980	5.194
Provisão para Outros Valores e Bens	-	-	(201)
Provisão para Contingências	260	(435)	2.480
Provisão para Garantias Prestadas	(22)	(20)	11
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	7.716	10.124	13.688
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.781)	6.889	(563)
Hedge de Fluxo de Caixa	2.765	5.903	(1.539)
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.028	11.899	8.772
Variação Cambial de Ordens de Pagamento - ME	101	(5.736)	(19.897)
Variação Monetária Ativa/Passiva	(734)	(2.365)	(3.002)
Receitas não Operacionais	-	(2.448)	-
Outros	561	266	(91)
Variações nos Ativos e Passivos	**67.123**	**(85.311)**	**166.145**
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.230)	(1.587)	(6.260)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(26.567)	(30.023)	24.725
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(249.187)	(356.254)	(150.936)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	8.474	(17.996)	34.654
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.263)	(4.551)	(1.581)
Aumento (Redução) em Depósitos	335.964	356.342	171.232
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-	-	61
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos	27.028	41.148	(10.132)
Aumento (Redução) em Obrigações por Repasses do País	-	-	503
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(6.274)	(42.453)	136.360
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(16.924)	(21.489)	(23.167)
Aumento (Redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos	37	(67)	75
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.935)	(8.381)	(9.389)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades Operacionais	**116.032**	**(3.316)**	**220.639**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(155)	(1.132)	(198)
Aplicação no Intangível	-	(523)	(920)
Alienação de Imobilizado de Uso	283	661	12
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Investimento	**128**	**(994)**	**(1.106)**
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7.028)**	**(11.899)**	**(8.772)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**109.132**	**(16.209)**	**210.761**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	273.970	399.311	188.550
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período (Nota 4 b)	383.102	383.102	399.311
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**109.132**	**(16.209)**	**210.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Banco Luso Brasileiro S.A. (Banco) com sede na Rua Pascoal Paes, 525 - 14º andar em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, crédito financiamento e investimento e de câmbio.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Conforme estabelecido na Resolução nº 4.720/19 do CMN e alterações posteriores e na Resolução BCB nº 2/20, as principais alterações implementadas foram: Balanço Patrimonial, as contas estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e os saldos estão apresentados comparativamente com os saldos do exercício social imediatamente anterior; as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos anteriores para as quais foram apresentadas e também ocorreu a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Patrimônio Líquido e o respectivo Resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco, conforme Resolução nº 4.524/16 do CMN. As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro 2021 foram aprovadas pela Administração em 23 de Fevereiro de 2022.

3. Principais Políticas Contábeis: a) Balanço Patrimonial: O balanço patrimonial é apresentado em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações em operações compromissadas, com vencimentos, na data da efetiva aplicação igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor. **c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas ao valor futuro, deduzidas as rendas a apropriar, que são "*pro-rata-die*", no decorrer dos prazos contratuais das operações. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço. **d) Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular nº 3.068/01 do BACEN classificados nas categorias descritas abaixo e o valor justo é apurado com base no nível 1 do CPC 46 onde os preços são cotados em mercados ativos para os ativos que possuímos. • Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. • Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido. • Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. **e) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos padrão de futuros de taxas de juros (DI Futuro) realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN. Os derivativos são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado das carteiras de ativos e passivos próprios e de seus clientes. Os contratos de futuros de taxas de juros (DI Futuro) são ajustados com base no valor do ajuste diário divulgados pela B3 e registrados na conta de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos. O Banco a partir de 2019, passou a adotar o Hedge contábil (*Hedge accounting*) que é um critério contábil que utiliza a natureza econômica de proteção, ou seja, hedge econômico, de forma que os eventuais descasamentos contábeis criados pela diferença na mensuração dos instrumentos de hedge e dos itens protegidos sejam eliminados ou reduzidos. Com isso passamos a contabilizar os ajustes positivos e negativos em uma conta do patrimônio líquido denominada Ajuste ao Valor de Mercado - Hedge de Fluxo de Caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o valor registrado no patrimônio líquido foi R$ 609 (em 31/12/2020 foi R$ 5.517), as parcelas inefetivas são reconhecidas no resultado. **f) Operações de Crédito e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O resultado apurado nas cessões de operações de crédito é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. **g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **h) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda:** São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável. **i) Despesas Antecipadas:** São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado, basicamente, por comissões pagas a promotores. **j) Demais Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo:** São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável. **k) Imobilizado de Uso:** Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. **l) Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos de softwares e direito de exploração. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização ou na medida em que os benefícios econômicos fluem para a empresa. **m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*):** A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **n) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo) e Créditos Tributários:** Os créditos tributários calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação da alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda e 20% no caso da contribuição social sobre o lucro líquido. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Lei nº 14.183/21, elevou a alíquota da Contribuição Social de 20% para 25% para o período de julho a dezembro de 2021 permanecendo a alíquota de 20% para o período de janeiro a junho de 2021. **o) Depósitos e Captações no Mercado Aberto:** As captações de recursos, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e por Letras de Crédito Imobiliário (LCI) são demonstradas pelo valor futuro, ajustado por despesas a apropriar para apropriação "*pro-rata-die*", no decorrer dos prazos contratuais das operações. As captações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço. **p) Obrigações por Empréstimos e Repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses no país e no exterior são registradas pelo valor do principal acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço e nos casos de obrigações com instituições oficiais com programas sociais não são calculados os encargos. **q) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios: • Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos; • Passivos Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso. **r) Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro-rata-die*" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em Moeda Nacional	6.875	13.097
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	14.190	37.209
a) Total das Disponibilidades	**21.065**	**50.306**
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	362.037	349.005
b) Total das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**362.037**	**349.005**
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**383.102**	**399.311**

c) Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas			
Posição Bancada	9.179	12.712	7.251
Posição Financiada	33	33	-
Total	**9.212**	**12.745**	**7.251**

5. Instrumentos Financeiros

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	35.842	-	35.842	34.255	-	34.255
Operações de Crédito	815.833	674.535	1.490.368	578.298	595.756	1.174.054
Câmbio	113.255	-	113.255	62.827	-	62.827
Outros Instrumentos Financeiros	19.122	56.514	75.636	16.198	75.201	91.399
Total	**984.052**	**731.049**	**1.715.101**	**691.578**	**670.957**	**1.362.535**

5.1. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Composição da carteira, prazos e categorias

	31/12/2021 de 1 a 3 anos	31/12/2020 de 1 a 3 anos
Títulos para Negociação		
LFT - Livres (a)	9.991	15.511
LFT - Vinculados a Prestações de Garantias (b)	25.851	18.744
Total	**35.842**	**34.255**

(a) Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(b) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações de contratos futuros DI de R$ 5.645, operações de câmbio de R$ 12.847 e outras garantias judiciais de R$ 7.359.

b) Resultado de Operações de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.230	1.587	777
Resultado em Operações com Derivativos	14	14	(471)
Total	**1.244**	**1.601**	**306**

c) Derivativos: O Banco mantém posição de contratos de futuros de taxas de juros (DI Futuro) com o objetivo de mitigar sua exposição ao risco de mercado sobre a carteira de ativos e passivos próprios e de seus clientes, conforme estabelecido em sua política de gerenciamento do risco de mercado. Essas operações de DI Futuro estão registradas e custodiadas na B3 com garantia de ambas as partes, ou seja, com necessidade de depósito de margem. Todos os instrumentos derivativos (DI Futuro) são valorizados a valor de mercado utilizando as informações divulgadas no site da B3 (ajuste diário) para prazos e características das operações contratadas.

Composição por indexador:

Indexador	31/12/2021 Valor a Pagar	31/12/2021 Valor Nominal	31/12/2020 Valor Nominal
DI1 Futuro - J22 Vencimento 01/04/2022	-	10.000	10.000
DI1 Futuro - V22 Vencimento 03/10/2022	16	60.000	60.000
DI1 Futuro - J23 Vencimento 03/04/2023	21	40.000	40.000
Total	**37**	**110.000**	**110.000**

d) Hedge de Fluxo de Caixa - O objetivo do hedge de fluxo de caixa no Banco, é o de proteger os fluxos de caixa de pagamento de juros das captações em depósitos a prazo (CDBs) referente ao seu risco de taxa de juros variável (DI), tornando o fluxo de caixa constante (prefixado), independente das variações do DI, o valor a mercado das captações é de R$ 99.995 (em 31/12/2020 R$ 101.892), objeto de hedge e o valor a mercado dos derivativos é de R$ 99.809 (em 31/12/2020 R$ 101.937), Instrumentos de hedge. Os referidos instrumentos geraram um ajuste positivo acumulado no patrimônio líquido de R$ 609 (em 31/12/2020 R$ (5.517)), líquido dos efeitos tributários. A efetividade apurada estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

5.2. Operações de Crédito

a) Os créditos são concedidos a pessoas físicas e jurídicas:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas Físicas		
Operações Normais		
Empréstimos em Conta Corrente	24	40
Crédito Pessoal	15.891	25.198
CDC	327	961
Financiamentos Habitacionais	5.041	10.167
Operações Renegociadas **(i)**		
Crédito Pessoal	10.350	820
CDC	2.378	5.264
Financiamentos Habitacionais	5.934	3.835
Total	**40.004**	**46.285**
Pessoas Jurídicas		
Operações Normais		
Adiantamentos a Depositantes	4	49
Empréstimos em Conta Corrente	15.798	13.132
Empréstimos em Modalidades Ativas	666.261	447.769
Títulos Descontados	561	43
CDC	184.162	108.066
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	5.849	11.741
Operações Renegociadas **(i)**		
Empréstimos em Modalidades Ativas	313.338	291.939
Títulos Descontados	161	-
CDC	264.229	254.970
Total	**1.450.364**	**1.127.769**
Total da Carteira	**1.490.368**	**1.174.054**

(i) No total das operações renegociadas em 31/12/2021 de R$ 596.550 (em 31/12/2020 R$ 556.288) temos o valor de R$ 310.641 (em 31/12/2020 R$ 430.341) de contratos que foram renegociados com base na Covid-19 em 2020.

b) As operações de crédito estão classificadas de acordo com os níveis de risco e segregadas entre curso normal (contratos com parcelas vincendas e parcelas em atraso inferior a 60 dias) e vencidas (contratos com parcelas vencidas com atraso superior a 60 dias), conforme a seguir:

Posição em 31/12/2021 — Classificação por Nível de Risco	Curso Normal	Operações Vencidas >60 dias	Saldo da Carteira	Provisão Constituída
Nível AA	-	-	-	-
Nível A	607.297	-	607.297	3.036
Nível B	658.390	-	658.390	6.584
Nível C	153.286	719	154.005	4.620
Nível D	38.418	1.069	39.487	3.949
Nível E	2.036	8.577	10.613	3.184
Nível F	-	2.468	2.468	1.234
Nível G	-	952	952	667
Nível H	1.354	15.802	17.156	17.156
Total	**1.460.782**	**29.587**	**1.490.368**	**40.430**

Posição em 31/12/2020 — Classificação por Nível de Risco	Curso Normal	Operações Vencidas >60 dias	Saldo da Carteira	Provisão Constituída
Nível AA	-	-	-	-
Nível A	453.854	-	453.854	2.269
Nível B	561.286	-	561.286	5.613
Nível C	117.151	1.392	118.543	3.556
Nível D	15.669	538	16.207	1.621
Nível E	6.266	4.176	10.442	3.133
Nível F	38	2.550	2.588	1.294
Nível G	-	1.761	1.761	1.233
Nível H	1.393	7.980	9.373	9.373
Total	**1.155.657**	**18.397**	**1.174.054**	**28.092**

c) Distribuição das parcelas por faixa de vencimento e por tipo de carteira

1) Carteira Comercial	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas acima de 14 dias	11.826	6.219
A vencer até 3 meses	178.189	114.976
A vencer até 12 meses	429.842	333.390
A vencer até 3 anos	363.897	297.453
A vencer até 5 anos	43.838	37.533
A vencer até 15 anos	646	1.220
Total	**1.028.238**	**790.792**

2) Carteira de CDC	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas acima de 14 dias	1.259	862
A vencer até 3 meses	44.389	36.307
A vencer até 12 meses	114.230	94.815
A vencer até 3 anos	215.336	174.568
A vencer até 5 anos	75.728	62.112
A vencer até 15 anos	154	595
Total	**451.096**	**369.259**

3) Carteira de Crédito Imobiliário	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas acima de 14 dias	152	127
A vencer até 3 meses	312	455
A vencer até 12 meses	753	991
A vencer até 3 anos	2.038	2.651
A vencer até 5 anos	2.076	2.561
A vencer até 15 anos	5.534	7.090
A vencer acima de 15 anos	170	128
Total	**11.034**	**14.003**

Total das Carteiras	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas acima de 14 dias	13.237	7.209
A vencer até 3 meses	222.890	151.738
A vencer até 12 meses	544.825	429.197
A vencer até 3 anos	581.272	474.672
A vencer até 5 anos	121.642	102.205
A vencer até 15 anos	6.333	8.906
A vencer acima de 15 anos	170	128
Total	**1.490.368**	**1.174.054**

d) Classificação por setor de atividade

	31/12/2021	31/12/2020
Indústria	3.723	199
Comércio	1.142	8.966
Outros Serviços (i)	1.445.498	1.118.605
Pessoas Físicas	28.970	32.282
Habitação	11.034	14.002
Total	**1.490.368**	**1.174.054**

(i) Referem-se basicamente a empresas de transportes e empresas prestadoras de serviços.

e) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
10 Maiores Devedores	287.500	218.840
50 Seguintes Maiores Devedores	533.925	334.558
100 Seguintes Maiores Devedores	334.095	189.431
Demais Devedores	334.248	431.225
Total	**1.490.368**	**1.174.054**

f) Rendas de operações de crédito

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a Depositantes	5	11	16
Empréstimos	66.947	113.766	91.345
Títulos Descontados	324	397	120
Financiamentos	37.962	70.590	57.290
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	1.047	941	7.076
Financiamentos Habitacionais	1.722	3.811	4.504
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.340	5.607	2.673
Total	**111.346**	**195.123**	**163.024**

g) Compromissos e Coobrigações: O Banco possui coobrigações e riscos em garantias prestadas de R$ 5.093 em 31/12/2021 (em 31/12/2020 R$ 10.340) compreendendo: • Cartas de Fiança de R$ 4.503 em 31/12/2021 (em 31/12/2020 R$ 8.464). Parte destas fianças é garantida por CDBs de emissão do Banco. O Banco com base na Resolução nº 4.512/16 do CMN e Carta Circular nº 3.782/16 do BACEN constituiu provisão para as fianças prestadas no valor de R$ 44 em 31/12/2021 (em 31/12/2020 R$ 64). • Créditos Abertos para Importação de R$ 590 em 31/12/2021 (em 31/12/2020 R$ 1.876).

5.3. Câmbio

	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio Comprado a Liquidar	**98.754**	**54.401**
- Exportação - Letras a Entregar	91.832	43.453
- Exportação - Letras Entregues	5.510	6.868
- Interbancário para Liquidação Pronta	1.412	1.868
- Interbancário para Liquidação Futura	-	2.093
- Financeiro	-	119
Direitos sobre Venda de Câmbio	**13.501**	**9.044**
- Importação	1.010	3.900
- Financeiro	60	53
- Interbancário para Liquidação Pronta	845	1.417
- Interbancário para Liquidação Futura	11.586	3.674
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	**(1.070)**	**(1.486)**
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	**2.070**	**868**
Total da Carteira de Câmbio	**113.255**	**62.827**

5.4. Outros Instrumentos Financeiros

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
a) Relações Interfinanceiras				
- Reservas Compulsórias em Espécie no Banco Central	1.412	-	922	-
- Bancos Oficiais - Depósitos Vinculados a Convênios	1.247	-	1.194	-
Total	**2.659**	-	**2.116**	-
b) Outros Créditos				
- Rendas a Receber	1.406	-	945	-
- Adiantamentos e Antecipações Salariais	134	-	151	-
- Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta	7	-	7	-
- Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.449	-	1.513
- Impostos e Contribuições a Compensar	8.380	1.033	9.388	1.022
- Títulos e Créditos a Receber	496	3.266	100	4.808
- Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	5.575	-	24.999
- Devedores Diversos País	2.957	1.948	1.952	1.199
Total	**13.380**	**13.271**	**12.543**	**33.541**
c) Outros Valores e Bens				
-Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	-	39.902	-	40.233
- Despesas Antecipadas	3.083	3.341	1.539	1.427
Total	**3.083**	**43.243**	**1.539**	**41.660**
Total de Outros Instrumentos Financeiros	**19.122**	**56.514**	**16.198**	**75.201**

6. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Provisão para Operações de Crédito	30.191	10.238	40.430	19.652	8.440	28.092
Provisão para Outros Créditos	-	4.426	4.426	-	3.093	3.093
Provisão para Outros Valores e Bens	-	1.056	1.056	-	1.249	1.249
Total	**30.191**	**15.720**	**45.912**	**19.652**	**12.782**	**32.434**

6.1. Provisões para Operações de Crédito	31/12/2021	31/12/2020
- Provisão para Empréstimos e Títulos Descontados	34.570	22.372
- Provisão para Financiamentos	4.371	5.098
- Provisão para Financiamentos Imobiliários	1.489	622
Total	**40.430**	**28.092**

6.2. Provisão para Outros Créditos	31/12/2021	31/12/2020
- Com Características de Concessão de Crédito	3.586	2.797
- Sem Características de Concessão de Crédito	840	296
Total	**4.426**	**3.093**

6.3. Provisão para Outros Valores e Bens	31/12/2021	31/12/2020
- Provisão para Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	1.056	1.249
Total	**1.056**	**1.249**
Total de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**45.912**	**32.434**

a) Movimentação das Provisões nos Períodos

Movimentação das Contas	Carteira Comercial	Carteira Financiamentos	Crédito Imobiliário	Financiamentos Câmbio	Outros Créditos	Outros Valores e Bens	Total
Saldo em 31/12/2019	(28.755)	(2.918)	(1.093)	(4.339)	(11.860)	(1.048)	**(50.013)**
- Constituições/Reversões de Provisões	(17.987)	(366)	(226)	(1.653)	(5.193)	(201)	**(25.626)**
- Baixas por Alienações	-	-	-	-	-	-	-
- Créditos Baixados para Prejuízo	24.377	33	698	4.137	13.960	-	**43.205**
Saldo em 31/12/2020	**(22.365)**	**(3.251)**	**(621)**	**(1.855)**	**(3.093)**	**(1.249)**	**(32.434)**

Movimentação das Contas	Carteira Comercial	Carteira Financiamentos	Crédito Imobiliário	Financiamentos Câmbio	Outros Créditos	Outros Valores e Bens	Total
Saldo em 31/12/2020	(22.365)	(3.251)	(621)	(1.855)	(3.093)	(1.249)	**(32.434)**
- Constituições/Reversões de Provisões	(22.489)	(1.835)	(867)	185	(2.980)	-	**(27.986)**
- Baixas por Alienações	-	-	-	-	-	193	**193**
- Créditos Baixados para Prejuízo	10.283	813	-	1.572	1.647	-	**14.315**
Saldo em 31/12/2021	**(34.571)**	**(4.273)**	**(1.488)**	**(98)**	**(4.426)**	**(1.056)**	**(45.912)**

Movimentação das Contas	Carteira Comercial	Carteira Financiamentos	Crédito Imobiliário	Financiamentos Câmbio	Outros Créditos	Outros Valores e Bens	Total
Saldo em 30/06/2021	(23.325)	(4.605)	(1.230)	(1.663)	(2.534)	(1.056)	**(34.413)**
- Constituições/Reversões da Provisões	(14.482)	(481)	(258)	(7)	(1.892)	-	**(17.120)**
- Baixas por Alienações	-	-	-	-	-	-	-
- Créditos Baixados para Prejuízo	3.236	813	-	1.572	-	-	**5.621**
Saldo em 31/12/2021	**(34.571)**	**(4.273)**	**(1.488)**	**(98)**	**(4.426)**	**(1.056)**	**(45.912)**

Conforme o artigo 7º da Resolução nº 2.682/99 do CMN, as operações classificadas como de risco nível H são transferidas para a conta de compensação após decorridos 180 dias da sua classificação nesse nível de risco, com o correspondente débito em provisão. O montante de provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 representam a melhor estimativa da Administração da provisão necessária para os riscos associados à carteira e considera as garantias oferecidas.

7. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Créditos Tributários sobre Adições Temporárias	18.645	8.248	26.893	27.593	6.188	33.781
Total	**18.645**	**8.248**	**26.893**	**27.593**	**6.188**	**33.781**

a) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do Exercício	Imposto de Renda — Diferenças Temporárias	Imposto de Renda — Sobre Prejuízo Fiscal	Contribuição Social — Diferenças Temporárias	Contribuição Social — Sobre Base Negativa	Total dos Créditos
Saldos 31/12/2020	**18.767**	-	**15.014**	-	**33.781**
(+) Constituição	20.004	-	16.425	-	36.429
(-) Realizações	(24.065)	-	(19.252)	-	(43.317)
Saldos 31/12/2021	**14.706**	-	**12.187**	-	**26.893**

Movimentação do Exercício	Imposto de Renda — Diferenças Temporárias	Imposto de Renda — Sobre Prejuízo Fiscal	Contribuição Social — Diferenças Temporárias	Contribuição Social — Sobre Base Negativa	Total dos Créditos
Saldos 31/12/2019	**15.647**	**2.981**	**12.305**	**2.285**	**33.218**
(+) Constituição	32.157	-	25.430	-	57.587
(-) Realizações	(29.037)	(2.981)	(22.721)	(2.285)	(57.024)
Saldos 31/12/2020	**18.767**	-	**15.014**	-	**33.781**

b) Composição do Crédito Tributário

	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças Temporárias	**26.893**	**33.781**
- PDD Operações de Crédito	19.263	14.033
- Provisão para Passivos Contingentes	780	1.418
Passivos Trabalhistas	690	605
Provisões Cíveis	90	71
Provisões Outras Contingências Fiscais	-	742
-Valores Adicionados Temporariamente ao Lucro Real e Transferidos para a Posição de Prejuízo	1.874	12.918
- Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	475	562
- TVM Ajuste ao Valor de Mercado	180	71
- Desvalorização do Ativo Intangível	2.905	2.905
- Provisões para o PLR e Bônus	1.224	1.874
- Outras Provisões	192	-

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Diferenças Temporárias	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Valor Contábil							
- Imposto de Renda	8.772	959	2.784	1.343	730	118	14.706
- Contribuição Social	7.439	767	2.228	1.074	584	95	12.187
Total	**16.211**	**1.726**	**5.012**	**2.417**	**1.314**	**213**	**26.893**
Valor Presente							
- Imposto de Renda	7.860	782	2.069	906	445	43	12.105
- Contribuição Social	6.665	626	1.655	725	356	35	10.062
Total	**14.525**	**1.408**	**3.724**	**1.631**	**801**	**78**	**22.167**

continua...

...continuação

BANCO LUSO BRASILEIRO

Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525 - 14º andar
São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de reais)

8. Imobilizado de Uso

Contas	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Depreciação Acumulada	31/12/2021 Valor Residual	31/12/2020 Custo	31/12/2020 Depreciação Acumulada	31/12/2020 Valor Residual
Edificações	4%	15.945	(2.340)	13.605	15.945	(1.703)	14.242
Terrenos	-	405	-	405	405	-	405
Instalações	10%	3.887	(1.356)	2.531	3.887	(968)	2.919
Móveis, Equipamentos de Uso	10%	1.321	(670)	651	1.249	(549)	700
Sistema de Comunicação	10%	145	(98)	47	145	(85)	60
Sistema de Segurança - Equipamentos	10%	317	(85)	232	240	(60)	180
Sistema de Processamento de Dados	20%	858	(629)	229	1.207	(820)	387
Veículos	20%	927	(94)	833	741	(374)	367
Total		**23.805**	**(5.272)**	**18.533**	**23.819**	**(4.559)**	**19.260**

9. Intangível

	Taxa Anual de Amortização	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização Acumulada	31/12/2021 Valor Residual	31/12/2020 Custo	31/12/2020 Amortização Acumulada	31/12/2020 Valor Residual
Aquisição de Software	20%	2.104	(920)	1.184	1.581	(607)	974
Outros Ativos Intangíveis	20%	-	-	-	5	(5)	-
Direito de Exploração Econômica de Publicidade (i)		7.810	(1.355)	6.455	7.810	(1.355)	6.455
(-) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível		-	-	(6.455)	-	-	(6.455)
Total		**9.914**	**(2.275)**	**1.184**	**9.396**	**(1.967)**	**974**

(i) Valor recebido em dação de pagamento de direitos de exploração de publicidade em ônibus durante 7 anos com vencimento em setembro de 2024, cujo valor sofreu uma desvalorização por valor superior ao seu valor recuperável no 2º semestre de 2018 e no 1º semestre de 2019, sendo os valores R$ 1.686 e R$ 4.769, respectivamente.

10. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Depósitos	529.490	1.062.547	1.592.038	564.331	671.365	1.235.696
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	127.907	2.475	130.382	170.585	2.250	172.835
Obrigações por Empréstimos e Repasses	102.272	-	102.272	61.124	-	61.124
Câmbio	14.757	-	14.757	13.126	-	13.126
Outros Passivos Financeiros	13.094	19.023	32.118	43.254	18.119	61.373
Total	**787.521**	**1.084.046**	**1.871.566**	**852.420**	**691.734**	**1.544.154**

10.1 DEPÓSITOS

a) Depósitos à Vista

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Depósitos à Vista de Ligadas - PF	467	-	467	383	-	383
Depósitos à Vista de Ligadas - PJ	11.071	-	11.071	17.048	-	17.048
Depósitos à Vista de PF	2.198	-	2.198	3.880	-	3.880
Depósitos à Vista de PJ	18.061	-	18.061	27.549	-	27.549
Domiciliados no Exterior - Outras Origens	720	-	720	4	-	4
Domiciliados no Exterior - Instituições Financeiras	220	-	220	220	-	220
Depósitos Vinculados - Outros	21.401	-	21.401	19.075	-	19.075
Saldos Credores de Contas de Empréstimos e Financiamentos	3.526	-	3.526	5.247	-	5.247
Total	**57.663**	**-**	**57.663**	**73.406**	**-**	**73.406**

b) Depósitos a Prazo

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Certificados de Depósitos Bancários de Ligadas	1.152	78.446	79.598	7.251	66.601	73.852
Certificados de Depósitos Bancários de Não Ligadas	437.110	987.294	1.424.404	455.693	586.763	1.042.456
(-) Despesas a Apropriar de CDBs	(33.253)	(60.611)	(93.865)	(13.661)	(27.370)	(41.031)
Certificados de Depósitos Bancários de Ligadas com Garantias Especial do FGC	18.836	12.437	31.273	30.281	-	30.281
Certificados de Depósitos Bancários de Não Ligadas com Garantias Especial do FGC	47.983	44.983	92.966	11.360	45.372	56.732
Total	**471.828**	**1.062.547**	**1.534.375**	**490.924**	**671.366**	**1.162.290**
Total de Depósitos	**529.490**	**1.062.547**	**1.592.038**	**564.330**	**671.366**	**1.235.696**

10.2. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Obrigações pela Emissão de Letras de Créditos Imobiliários - LCI	72.819	93	72.912	33.458	-	33.458
Obrigações pela Emissão de Letras Financeiras - Operação com o Banco Central	55.088	-	55.088	137.127	-	137.127
Obrigações pela Emissão de Letras Financeiras - Demais Letras Financeiras	-	2.382	2.382	-	2.250	2.250
Total (i)	**127.907**	**2.475**	**130.382**	**170.585**	**2.250**	**172.835**

(a) Concentração dos Depósitos a Prazo, Letras Imobiliárias e Letras Financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Total de Depositantes (quantidade)	229	267
Maior Depositante (i)	456.373	313.769
10 Seguintes Maiores Depositantes	750.905	605.308
20 Seguintes Maiores Depositantes	269.082	238.607
Demais Depositantes	188.399	177.441
Total	**1.664.757**	**1.335.125**

(i) O maior depositante corresponde a uma corretora, que distribui os CDBs do Banco para clientes pessoas físicas, com aplicações individuais de montante inferior a R$ 250.

(b) Despesas de Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a Prazo	54.410	78.730	41.592
Operações Compromissadas	33	34	2
Letras de Créditos Imobiliários	2.229	3.076	896
Letras Financeiras	2.676	5.312	2.480
Contribuição ao FGC	1.003	1.851	1.567
Total	**60.351**	**89.003**	**46.537**

10.3. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Empréstimos no Exterior	31/12/2021	31/12/2020
- Exportação até 360 dias	97.396	48.443
- Importação até 360 dias	3.579	11.384
Total	**100.975**	**59.827**

b) Obrigações por Repasses no País	31/12/2021	31/12/2020
- Tesouro Nacional		
Recursos Recebidos para o PSH	314	314
Recursos Recebidos para o PMCMV	341	341
- Outras Instituições Oficiais		
Recursos de Governos Municipais para o PSH	363	363
Recursos de Governos Municipais para o PMCMV	279	279
Total	**1.297**	**1.297**
Total de Obrigações por Empréstimos	**102.272**	**61.124**

c) Despesas com Obrigações de Empréstimos e Repasses	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	11.776	9.521	29.732
Total	**11.776**	**9.521**	**29.732**

10.4. CÂMBIO	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio Vendido a Liquidar		
- Importação	1.012	3.900
- Financeiro	60	52
- Interbancário para Liquidação Futura	11.432	3.680
- Interbancário para Liquidação Pronta	846	1.419
Total	**13.350**	**9.051**
Obrigações por Compras de Câmbio		
- Exportação	93.605	49.428
- Interbancário para Liquidação Pronta	1.407	1.865
- Interbancário para Liquidação Futura	-	2.091
- Financeiro	-	118
Total	**95.012**	**53.502**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio		
- Exportação - Letras a Entregar	(89.009)	(43.753)
- Exportação - Letras Entregues	(4.596)	(5.674)
Total	**(93.605)**	**(49.427)**
Total da Carteira de Câmbio	**14.757**	**13.126**

10.5. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2021	31/12/2020
a) Relações Interdependências		
- Ordens de Pagamentos	12	12
- Ordens de Pagamentos em Moedas Estrangeiras	5.091	34.572
Total	**5.103**	**34.584**
b) Instrumentos Financeiros Derivativos		
- Ajuste Diário Mercado Futuro	37	104
c) Sociais e Estatutárias		
- Juros sobre Capital Próprio	7.092	7.521
- Bonificações em Dinheiro	1.760	1.045
Total	**8.852**	**8.566**
d) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital		
- Letras Financeiras Subordinadas	18.125	18.119
Total	**32.117**	**61.373**

e) Dívidas Subordinadas: Em dezembro de 2017, o Banco obteve autorização do Banco Central do Brasil para a captação de Letras Financeiras com a cláusula de subordinação (LFS) e elegíveis ao capital nível II do patrimônio de referência (PR), conforme a Resolução nº 4.192/13. Foram emitidos três títulos em 01/12/2017 com vencimento para 01/12/2023, pré-fixados a taxa de 8,25% a.a. no valor total de R$ 18.000, sendo o seu valor de curva em 31/12/2021 de R$ 18.125 (R$ 18.119 em 31/12/2020).

11. Provisões

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Provisão para Passivos Contingentes	1.734	-	1.734	3.153	-	3.153
Provisão para Garantias Financeiras	44	-	44	64	-	64
Total	**1.778**	**-**	**1.778**	**3.217**	**-**	**3.217**

11.1. Provisão para Passivos Contingentes

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	1.533	1.345
Cíveis	201	158
Desconto no Financiamento Habitacional - Troca de índice de atualização IGPM por IPCA	-	1.650
Total	**1.734**	**3.153**

Movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Outras Contingências Fiscais	Outras Contingências	Total
Saldo em 31/12/2019	**1.051**	**145**	**3.666**	-	4.862
(+) Constituições	487	37	-	1.650	2.174
(+) Atualizações	277	6	-	-	283
(-) Reversões	(4)	-	-	-	(4)
(-) Baixas/Pagamentos	(466)	(30)	(3.666)	-	(4.162)
Saldo em 31/12/2020	**1.345**	**158**	-	**1.650**	**3.153**
(+) Constituições	-	264	-	-	264
(+) Atualizações	290	15	-	-	305
(-) Reversões	(53)	(113)	-	-	(166)
(-) Baixas/Pagamentos	(49)	(123)	-	(1.650)	(1.822)
Saldo em 31/12/2021	**1.533**	**201**	-	**-**	**1.734**

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. São consideradas no cálculo da provisão, as ações cíveis em que a empresa figure como parte contrária, e para essas ações, foi provisionado o valor de R$ 201 (R$ 158 em 31/12/2020), quando tratando de ações indenizatórias e de cobranças indevidas. Em 2020, foi constituída uma provisão para um provável desconto nas operações de crédito imobiliário com atualização pelo IGPM com a mudança para o índice do IPCA que foram renegociados com os mutuários e realizada em 2021. Os processos classificados como risco possível apresentavam os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais/Administrativos	27.706	27.706
Trabalhistas	1.012	1.280
Cíveis	67.266	20.363
Total	**95.984**	**49.349**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R$ 95.984 (R$ 49.349 em 31/12/2020), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Autos de infrações lavrados pela Receita Federal, do IRPJ e da CSLL, referente as multas pelo não recolhimento em razão que, supostamente, não foram recolhidos sobre ganho de capital na alienação de títulos na desmutualização da CETIP, no ano calendário de 2008, no valor de R$ 472 (R$ 472 em 31/12/2020) e autos de infrações lavrados para exigir a suposta ausência de recolhimento dos mencionados tributos, ambos relativos ao ano calendário de 2015 no valor de R$ 27.099 (R$ 27.099 em 31/12/2020). b) Ações em que o Banco figure como parte contrária nos processos de cobranças indevidas e pedidos de indenizações no valor de R$ 67.266 (R$ 20.363 em 31/12/2020).

11.2. Provisão para Garantias Financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aval ou fiança em processo judicial e administrativos de natureza fiscal	21	21
Outras fianças bancárias	23	43
Total	**44**	**64**

12. Obrigações Fiscais

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	10.125	-	10.125	13.687	-	13.687
Impostos e Contribuições a Recolher	2.625	-	2.625	3.278	-	3.278
Provisão p/Impostos e Contribuições Diferidos	498	-	498	-	-	-
Total	**13.249**	**-**	**13.249**	**16.965**	**-**	**16.965**

12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão do IRPJ	5.271	7.570
Provisão da CSLL	4.854	6.117
Total	**10.125**	**13.687**

a) Demonstração da base de cálculo e apuração dos impostos correntes e diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**45.434**	**40.922**
Adições Permanentes	1.071	1.258
Adições Temporárias	34.850	49.338
Exclusões Temporárias	(47.724)	(23.148)
Juros sobre o Capital Próprio	(8.344)	(8.849)
Outras Exclusões	(2.609)	(15.077)
Lucro Real antes da Compensação de Prejuízos	**22.678**	**44.446**
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	(11.923)
Lucro Real	**22.678**	**32.523**
IRPJ	**(5.271)**	**(7.570)**
(Alíquota de 15%)	(3.401)	(4.879)
(Alíquota adicional de 10%)	(2.244)	(3.228)
(-) PAT	136	195
(-) Incentivos Fiscais	238	342
CSLL (i)	**(4.054)**	**(6.117)**
Constituição/(Reversão) de Crédito Tributário	**(6.888)**	**562**
IRPJ s/ Adições Temporárias	(4.061)	3.119
CSLL s/ Adições Temporárias	(2.827)	2.709
IRPJ s/ Prejuízos Fiscais	-	(2.981)
CSLL s/ Prejuízos Fiscais	-	(2.285)
Total	**(12.013)**	**(13.125)**

(i) Em 2021, no período de janeiro a junho a alíquota foi de 20% e de julho a dezembro ocorreu um acréscimo de 5% na alíquota elevando a alíquota para 25%. Em 2020, para janeiro e fevereiro utilizou a alíquota de 15% e de março a dezembro ocorreu um acréscimo de 5% na alíquota elevando a alíquota para 20%.

12.2. Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	20	19
Impostos e Contribuições sobre Salários	604	886
Impostos e Contribuições Outros	1.473	1.499
ISS	14	16
PIS	72	120
COFINS	442	738
Total	**2.625**	**3.278**

13. Outros Passivos

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	524	-	524	120	-	120
Outras Obrigações Diversas	11.531	-	11.531	19.970	-	19.970
Total	**12.055**	**-**	**12.055**	**20.090**	**-**	**20.090**

	31/12/2021	31/12/2020
13.1. Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		
IOF	524	120
13.2. Outras Obrigações Diversas		
Cheques Administrativos	35	35
Provisão para Pagamentos a Efetuar - Despesa de Pessoal	6.173	6.547
Credores Diversos - País	5.323	13.388
Total	**11.531**	**19.970**
Total de Outros Passivos	**12.055**	**20.090**

14. Patrimônio Líquido: a) Composição do Capital Social: O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 152.433 (R$ 152.433 em 31/12/2020) representado por 14.574.186 ações ordinárias nominativas de classe única todas sem valor nominal (14.574.186 em 31/12/2020). **b) Reservas:** A reserva legal é constituída anualmente, mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social realizado. O saldo em 31/12/2021 é de R$ 6.974 (em 31/12/2020 R$ 5.533). A reserva de lucros é constituída com os lucros apurados em exercícios anteriores e o resultado apurado em 2021 após a destinação da reserva legal. O saldo em 31/12/2021 é de R$ 64.178 (em 31/12/2020 R$ 51.298). **c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** No encerramento do exercício, aos acionistas serão assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido apurado, após desconto de constituição da reserva legal, de acordo com a legislação societária. Não ocorreu distribuição de dividendos em 2021. O pagamento de JCP (juros sobre o capital próprio) é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análoga ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado foi lançado diretamente em conta de Patrimônio Líquido. Em 31/12/2021, o valor apurado foi de R$ 8.344 (em 31/12/2020 R$ 8.849). O benefício fiscal apurado em 31/12/2021 foi de R$ 4.172 (em 31/12/2020 R$ 3.982).

15. Receitas de Prestação de Serviços	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	136	204	235
Rendas de Tarifas Bancárias - PF/PJ	85	140	103
Contratação de Operações Ativas	2.042	2.451	1.622
Comissões Sobre Cartas de Fianças	85	285	314
Tarifa de Cadastro	4.408	4.753	2.475
Rendas de Outros Serviços	229	428	683
Total	**6.985**	**8.261**	**5.432**

16. Outras Receitas Operacionais	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação Acordo Judicial	2.338	2.338	-
Variações Monetárias	734	2.500	3.074
Outras Rendas Operacionais	235	1.012	2.498
Total de Outras Receitas Operacionais	**3.307**	**5.850**	**5.572**

17. Outras Despesas Operacionais	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Comissões e Intermediações	237	350	783
Descontos Concedidos	165	1.243	813
Perdas em Operações de Créditos Imobiliários	1.203	1.272	1.277
Despesas com Seguros de Operações de Créditos	37	75	115
Despesas com Processos Judiciais	-	326	146
Outras Despesas Operacionais	381	729	476
Total	**2.023**	**3.995**	**3.610**

18. Despesas de Provisões Passivas	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão (Reversão) para Passivos Contingentes	260	1.152	2.480
Provisão (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	(22)	(1.607)	11
Total	**238**	**(455)**	**2.491**

19. Despesas de Pessoal	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	2.213	4.646	4.065
Benefícios	3.138	5.716	5.718
Encargos Sociais	3.078	6.447	5.370
Proventos	10.313	19.080	17.859
Treinamento	132	201	89
Remuneração de Estagiários	38	96	121
Total	**18.912**	**36.186**	**33.222**

20. Outras Despesas Administrativas	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Água e Energia	52	108	122
Aluguéis	299	552	515
Comunicações	213	406	1.423
Manutenção e Conservação de Bens	176	326	383
Processamento de Dados	3.384	6.833	5.244
Promoções e Relações Públicas	478	735	581
Propaganda e Publicidade	56	106	113
Publicações	74	120	138
Serviços do Sistema Financeiro	564	1.023	855
Serviços de Terceiros	1.464	3.040	3.041
Vigilância e Segurança	97	195	184
Serviços Técnicos Especializados	2.057	4.144	3.586
Transportes	219	477	292
Viagens no País e Exterior	164	243	143
Amortizações	168	313	149
Depreciações	743	1.461	1.466
Outras	930	1.673	2.304
Total	**11.138**	**21.755**	**20.339**

21. Despesas Tributárias	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Tributos Federais	248	476	792
Tributos Estaduais/Municipais	78	152	198
ISS	350	500	276
COFINS	2.749	5.493	6.095
PIS/PASEP	446	893	990
Total	**3.871**	**7.514**	**8.351**

22. Resultado não Operacional	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	(1.038)	(1.304)	(75)
Despesas com Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	(897)	(2.355)	(2.070)
Multa Recebida Processo Arbitral	-	2.448	-
Outras	536	536	-
Total	**(1.399)**	**(675)**	**(2.145)**

23. Resultado de Operações de Câmbio	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
- Exportação	3.944	6.741	5.743
- Importação	173	310	1.060
- Financeiro	(567)	(1.193)	(1.083)
- Variação Cambial e Diferenças de Taxas	7.673	3.175	2.277
- Rendas de Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	7.028	11.899	8.772
- Despesa com Agenciamento de Operações de Câmbio	(2.477)	(5.446)	(5.276)
- Variação Cambial e Diferenças de Taxas - Ordens de Pagamento - ME	(100)	2.547	19.897
Total	**15.654**	**18.033**	**31.390**

24. Transações com Partes Relacionadas

a) Principais Saldos e Transações

	Ativos 31/12/2021	Ativos 31/12/2020	Passivos 31/12/2021	Passivos 31/12/2020	Receitas / (Despesas) 31/12/2021	Receitas / (Despesas) 31/12/2020
Depósitos a Prazo	-	-	**122.532**	**104.297**	**(2.078)**	**(957)**
- Controladores	-	-	15	-	(3)	-
- Acionistas das Empresas Controladoras	-	-	470	500	(19)	(6)
- Coligadas	-	-	122.039	103.698	(2.055)	(949)
- Outras Partes Relacionadas	-	-	8	99	(1)	(2)
Depósitos à Vista	-	-	**8.747**	**15.015**	-	-
- Controladores	-	-	1	1	-	-
- Acionistas das Empresas Controladoras	-	-	77	78	-	-
- Coligadas	-	-	8.291	14.642	-	-
- Outras Partes Relacionadas	-	-	378	294	-	-
Dívida Subordinada	-	-	**18.125**	**18.119**	**(1.449)**	**(1.449)**
- Acionistas das Empresas Controladoras	-	-	18.125	18.119	**(1.449)**	**(1.449)**
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (i)	**5.575**	**24.998**	-	-	-	-
- Lusopar S.A.	5.575	24.998	-	-	-	-
Total	**5.575**	**24.998**	**149.404**	**137.431**	**(3.527)**	**(2.406)**

(i) Cumprimento das sentenças arbitrais, proferidas nos Procedimentos Arbitrais nº 35/2014 e 47/2017, administrado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, que executou a Lusopar a pagar ao Banco o valor de R$ 5.575 em 31/12/2021 (R$ 24.998 em 31/12/2020). A cobrança desta sentença encontra-se atualmente em execução no Foro Central da Comarca de São Paulo/SP.

b) Remuneração do pessoal chave da administração	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	4.646	2.033
Benefícios	56	28
Encargos Sociais	1.403	457
Total	**6.105**	**2.518**

Os valores acima indicados englobam a Diretoria e o Conselho Fiscal.

25. Resultados não Recorrentes: São considerados como Resultados não Recorrentes, de acordo com o artigo 34 da Resolução nº 2/20 do BACEN, os resultados originados de operações/transações realizadas pelo Banco que não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da instituição e os resultados originados de operações/transações em que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

	31/12/2021	31/12/2020
Processo Arbitral	3.841	2.077
Recuperação IPTU Imóveis Mantidos para Venda	-	1.286
Total	**3.841**	**3.363**

26. Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital: Gerenciamento Integrado de Riscos - GIR: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, o Banco adequou sua Estrutura e Governança, com a criação da Diretoria de Riscos e designação de Diretor (CRO), consolidando toda a gestão de riscos, controles internos e conformidade e também, através da revisão de políticas e processos objetivando a adequação e aderência à referida Resolução. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco e capital, acessar o nosso site http://www.bancoluso.com.br/downloads. **Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital:** A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco prevê: a) Comitê de Gestão de Riscos, que se reúne mensalmente, que afere o cumprimento das políticas dos riscos de crédito, liquidez, gestão do capital, operacional e de mercado e a sua observância; b) As políticas corporativas de riscos; c) Gestão integrada de riscos; e d) Processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos em diferentes horizontes de tempo e cenários, incluindo de estresse. **Risco de Crédito:** A estrutura de gerenciamento do crédito abrange as áreas de gestão operacional do crédito e gestão do risco de crédito. A gestão operacional do crédito é responsável pelas atividades diárias do crédito em seu fluxo, desde a prospecção, aprovação, acompanhamento até sua liquidação enquanto gestão do risco de crédito é responsável pelo controle do risco envolvido nas carteiras, atuando na mitigação do risco no curto e longo prazo. De acordo com a política de gestão de risco de crédito que foi aprovada pelo Conselho de Administração, as propostas de crédito são analisadas pela gerência de crédito observando a metodologia própria de classificação dos riscos tomador e operação, as garantias contratuais oferecidas e são submetidas ao comitê de crédito para aprovação. A gerência de riscos é responsável pelo monitoramento dos limites de concentração e pelo controle do risco geral da carteira de acordo com a política de gestão de riscos e são reportados mensalmente ao comitê de gestão de riscos. **Risco de Mercado:** O Risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Banco Central. O Banco monitora diariamente o descasamento e a exposição ao risco de mercado de suas carteiras através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico e da análise de sensibilidade à choque paralelo de juros (cenário de estresse). Os limites máximos de exposição são definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos e o monitoramento é realizado pela gerência de riscos e reportado à Diretoria e áreas correlatas. O Banco, à exceção da aplicação de seu encaixe de liquidez, não efetua operações de tesouraria com o objetivo de obter ganhos decorrentes da flutuação de preços e taxas, sendo somente permitidas operações com derivativos com fim de hedge das operações de crédito existentes. **Risco Operacional:** O gerenciamento do risco operacional é feito pela gerência de Controles Internos, responsável pela coordenação das ações de mitigação, verificação, monitoração e controles das atividades que envolvem risco operacional e controles internos, reportadas ao Comitê de Gestão de Riscos. O Banco possui em sua estrutura organizacional áreas que abrangem controles internos (responsável pela Matriz de Riscos e Controles), conformidade, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo (PLD/FT) e auditoria interna. Utiliza a abordagem padronizada alternativa simplificada, para alocação de capital e como medida de avaliação do risco operacional. **Risco de Liquidez:** A gestão do risco de liquidez segue a política definida pelo Comitê de Gestão de Riscos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorada diariamente pela gerência de riscos e reportada à Diretoria. A política de risco de liquidez prevê plano de contingência de liquidez para cenários de estresse. **Legal:** Frente ao porte do Banco, é utilizado o critério de advocacia preventiva e todos os novos negócios ou contratos são previamente revistos pelo departamento jurídico do Banco. **Gestão de Capital:** O gerenciamento de capital no Banco é realizado através de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. O monitoramento é feito pela gerência de risco e reportado ao Comitê de Gestão de Riscos e engloba também a projeção das necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, assim como possíveis mudanças nas condições de mercado. **Risco Socioambiental Climático:** A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) abrange as diversas atividades da instituição e está integrada às demais políticas do Banco. As ações de responsabilidade socioambiental são exercidas por todas as áreas da instituição e estão sob a responsabilidade do comitê de riscos e são monitoradas pela área de gestão de riscos. O Banco Luso Brasileiro está revisando a sua Política de Responsabilidade Socioambiental Climática (PRSAC) e seus processos de gerenciamento de riscos a fim de adequar às Resoluções nº 4.943/21 e 4.945/21 do CMN que alteram e aprimoram o gerenciamento do risco socioambiental e incorporam a responsabilidade climática ao escopo regulatório. **Análise das Incertezas nas Estimativas de Ativos e Passivos:** Em cumprimento à Instrução no art.17º da Circular nº 3.959/19 do BACEN, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do Programa de Teste de Estresse conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo: -***Cenário I:*** • Choque de 10% na curva de juros; • Choque de 10% na taxa de câmbio; • Degradação de 1 grau de rating para 10% da exposição. ***Cenário II:*** • Choque de 20% na curva de juros; • Choque de 25% na taxa de câmbio; • Degradação de 1 grau de rating para 20% da exposição. ***Cenário III:*** • Choque paralelo de 100 bp; • Choque de 40% na taxa de câmbio; • Degradação de 2 graus de rating para 10% da exposição.

	Exposição Atual	Efeitos no Resultado Cenário I	Efeitos no Resultado Cenário II	Efeitos no Resultado Cenário III
Risco de crédito (PCLD)	1.588.366	(4.046)	(8.093)	(14.895)
Risco de Mercado - Juros	563.469	(1.794)	(3.543)	(2.013)
Risco de Mercado - Câmbio	4.964	(496)	(1.241)	(1.986)

27. Capital Alocado e Basileia: Em 31/12/2021, o Patrimônio de Referência (PR) alcançou R$ 202.669, sendo R$ 199.069 referentes ao Capital Nível I e R$ 3.600 referentes ao Capital Nível II. O Índice de Capital Próprio (ICP) e o Índice de Basiléia (IB) atingiram respectivamente 11,2% e 11,4% (em 31/12/2020 eram 14,1% e 14,6% respectivamente). O total de ativos ponderados pelo risco (RWA) totalizou R$ 1.777.575 (em 31/12/2020 era de R$ 1.409.029). O Patrimônio mínimo de referência exigido (PRE) foi de R$ 142.206 para o Capital Principal (8,0%) e R$ 35.552 para o Adicional de Capital (2,0%). O valor da parcela do risco de mercado da carteira bancária (IRRBB) atingiu R$ 1.198 (em 31/12/2020 era de R$ 2.799), utilizando o modelo próprio, com base na metodologia VaR paramétrico com 99% de certeza e horizonte de cinco dias úteis. Desta maneira, a margem de capital em relação ao Patrimônio mínimo de referência exigido (PRE) ficou em R$ 60.463 (em 31/12/2020 era R$ 92.552), correspondente a 3,4 pp. Considerando o Adicional de Capital (ACP) e a parcela de risco de mercado da carteira bancária (IRRBB), a margem de capital ficou em R$ 23.712 (em 31/12/2020, era R$ 72.140), ou 1,3 pp. O Índice de imobilização atingiu 9,1% (em 31/12/2020 era 9,4%), dentro do limite fixado pelo BACEN de 50% do patrimônio de referência ajustado. A margem de imobilização foi de R$ 82.801 (em 31/12/2020 era R$ 83.377).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | **A DIRETORIA** | **ANTONIO CARLOS PAULOS FONSECA** - CONTADOR - CRC 1SP 178627/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco Luso Brasileiro S.A. - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Luso Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº04/2022-PROCESSO Nº26/2022

OBJETO: A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 21/03/2022,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento imediato de materiais de escritório e papelaria a serem utilizados no exercício de 2022, para atender as necessidades da Rede Municipal de Educação.Do Recebimento das Propostas:A partir das 12:00 horas do dia 25/02/2022 até as 08:00 horas do dia 21/03/2022.Da Abertura e Análise das Propostas:Das 8h01 até às 8h59 do dia 21/03/2022.Do Início da Sessão Pública:Às 9h00 do dia 21/03/2022.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br e no site www.bll.org.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 2598/2021 – PE 139/2022 – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALMÔNDEGA E HAMBÚRGUER DE CARNE BOVINA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5487/5488, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/03/2022 – 9h30min.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2022

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados, a ALTERAÇÃO DA DATA de realização do pregão referente ao Processo nº 019/2022 - Pregão Eletrônico nº 004/2022, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição parcelada de materiais odontológicos para o Departamento de Saúde. Fica alterada a data da sessão do pregão eletrônico para o dia 08 de março de 2022, as 09:30 hs, a ser realizado na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias/SP - BBMNET. O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br e no site portal, mococa.sp.gov.br, no link: Licitações > Pregão Eletrônico. As demais disposições do edital permanecem inalteradas. Informações pelo telefone 3656-9801 ou 3656-9809

Mococa-SP, 23 de fevereiro de 2022.
Leandro José da Rocha Pichotano - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Tomada de Preço - Processo nº 038/2022
Tomada de Preço nº 001/2022 - Edital nº 027/2022

Encontra-se aberto nesta municipalidade a Tomada de Preço acima citada para a Contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para a revitalização e ampliação de infraestrutura no Parque Eco Turístico Municipal – Menotti Celeri – Prainha, conforme convênio SJC/FID nº 60/2019, processo SJC nº 1315532/2017 por intermédio do conselho gestor do fundo estadual de defesa dos interesses difusos do governo do estado de São Paulo e o município de Valentim Gentil. Valor Estimado da obra R$ 943.065,96 – Recurso Estadual. Caução para participação R$ 9.430,65. A visita técnica é obrigatória e deverá ser efetuada pelo sócio proprietário ou por profissional devidamente credenciado. Data para apresentação das "documentações e propostas" até as 13:45 horas do dia 21 de março de 2022. Data de abertura dos envelopes, às 14:00 horas do dia 21 de março de 2022. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone 17) 3485-9400, bem como para retirada do edital no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 24 de fevereiro de 2022. Adilson Jesus Perez Segura – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 009/2022 - Processo nº 012/2022

Objeto:- **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARNES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**. Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 14 de março de 2022 às 13:30 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 009/2022, tipo "menor preço por item", objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARNES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "DUJO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA"

FECHAMENTO DO 2º LEILÃO: 03/03/2022 A PARTIR DAS 16h45

TERRENO - ITAÍ/SP
ÁREA: 3.335,00m²

Denominado Lote nº 04/Quadra 5/Enseada Azul (Frente para Avenida "A"), loteamento a beira da Represa de Jurumirim, matriculado sob nº 17.441 no CRI de Avaré/SP.

Lance Inicial: R$ 28.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "TOTHAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA"

FECHAMENTO DO 2º LEILÃO: 03/03/2022 A PARTIR DAS 16h15

LOTE 01 - TERRENO - DIADEMA/SP
ÁREA TOTAL: 1.260,00m²
Rua Marechal, nº 64, bairro Vila Dirce
Lance Inicial: R$ 3.340.000,00

LOTE 02 - VW/PARATI GL - 1998/1998
O veículo encontra-se depositado no pátio da Freitas Leilões, na Avenida dos Estados, nº 584, Utinga, Santo André/SP.
Lance Inicial: R$ 3.150,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20212490

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20212490 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é:Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos de laboratório com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24902021, até o dia 15/03/2022, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220039

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220039 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 392022, até o dia 16/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2022. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2022 (MODO DE DISPUTA ABERTA)** - Objeto: **Aquisição de trator cortador de grama para uso da Secretaria de Esportes, Recreação e Juventude na conservação dos Campos de Futebol do município, nos termos do ANEXO I do Edital**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **03/03/2022 às 09h30;** Abertura de Propostas iniciais: **15/03/2022 às 09h30;** Início do Pregão (fase competitiva): **15/03/2022 às 10h00; ENDEREÇO ELETRÔNICO**: www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **03/03/2022 à 14/03/2022** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais visando a Reforma e Revitalização da Praça Cavalinho Branco (FASE 1), com Recursos do Convenio DADE X PMAL, e Revitalização e Modernização da Praça Cavalinho Branco (FASE 2), com Recursos de Emenda Parlamentar Estadual, conforme projetos, memoriais descritivos, cronogramas e planilhas orçamentárias constantes do ANEXO I do Edital**. Encerramento para a entrega dos envelopes Nº 01 – Habilitação e Nº 02 – Proposta até **às 14h e 30min do dia 24/03/2022, e reunião de Licitação às 14h e 40min.** Período de Disponibilização do Edital: **03/03/2022 à 21/03/2022** - Cadastramento até: **21/03/2022.** Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – **Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço Nº. 0001/2022 - Edital Nº 0008/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do remanescente do muro de arrimo localizado na Rua Lino Moreira Leal, Vila São Guido. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global. **Encerramento e abertura:** Encerramento às 08:30 horas e abertura às 09:00 horas do dia 14/03/2022.

Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 26 de fevereiro de 2022
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 365/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022 - EDITAL Nº 05/2022 - A Prefeitura do Município de Mirandópolis avisa aos interessados que fará realizar no dia 16 de março de 2022, às 09h00, licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo Menor Preço, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, administração e implementação de créditos para Vale Alimentação, disponibilizados em aproximadamente 740 (setecentos e quarenta) cartões eletrônicos com chip de segurança, que deverão proporcionar aos servidores da Prefeitura Municipal de Mirandópolis a utilização em estabelecimentos comerciais credenciados, em atendimento à Lei Municipal 3.106/2021, que dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos desta Prefeitura. Recebimento das propostas: a partir das 12h00 do dia 03 de março de 2022. Abertura das propostas: 08h30 do dia 16 de março de 2022. Recebimento dos lances: a partir das 09h00 do dia 16 de março de 2022. Referência de tempo: horário de Brasília – DF. Local: http://bll.org.br/. O Edital completo será fornecido aos interessados, por meio eletrônico sem custo algum, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br, ou através do site da BLL: http://bll.org.br/. Informações complementares a respeito da presente licitação, serão obtidos através dos e-mails cotacao@mirandopolis.sp.gov.br e comprasmirandopolis@gmail.com.

Mirandópolis/SP, 24 de fevereiro de 2022. Everton Luiz Fernandes Sodario Raimundo - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 004/22 – PROCESSO Nº 019/22.

A Diretoria Municipal de Obras, Serviços e Estradas da Prefeitura Municipal de Cerqueira César, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, comunica o transcurso "in albis" do prazo para interposição de recurso por parte das licitantes **OURIPAV PAVIMENTAÇÃO EIRELI E KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA**. Isto posto, será dado prosseguimento ao certame, fica, desde já, designada nova data para sessão de abertura e julgamento das propostas comerciais das licitantes habilitadas que ocorrerá no dia **25/02/2022, às 11h00**. **Cerqueira César, 24 de fevereiro de 2022 - EDERSON FERREIRA DOS SANTOS - DIRETOR DE OBRAS, SERVIÇOS E ESTRADAS**

AVISO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 002/22 – PROCESSO Nº 012/22.

A Diretoria Municipal de Obras, Serviços e Estradas da Prefeitura Municipal de Cerqueira César, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, comunica o transcurso "in albis" do prazo para interposição de recurso por parte das licitantes **OURIPAV PAVIMENTAÇÃO EIRELI E KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA**. Isto posto, será dado prosseguimento ao certame, fica, desde já, designada nova data para sessão de abertura e julgamento das propostas comerciais das licitantes habilitadas que ocorrerá no dia **25/02/2022, às 10h30**. **Cerqueira César, 24 de fevereiro de 2022 - EDERSON FERREIRA DOS SANTOS - DIRETOR DE OBRAS, SERVIÇOS E ESTRADAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022 - Processo nº 011/2022

Objeto:- **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE SEGURANÇA) DE ACORDO COM O CONVÊNIO 301/21 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O GOVERNO ESTADUAL POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JERIQUARA, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 14 de fevereiro de 2022 às 08:30 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP, torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº. 008/2022, objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE SEGURANÇA) DE ACORDO COM O CONVÊNIO 301/21 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O GOVERNO ESTADUAL POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JERIQUARA, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.** O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2022

A PREFEITURA Da ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL - SP, avisa que se acham abertas as inscrições à Chamada Pública nº 01/2022, objetivando a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, oriundos da Agricultura Familiar, para Alimentação Escolar, no Município, durante o exercício de 2022, em atendimento da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2.009 especificamente no Artigo 14 - § 1º e a Resolução/CD/FNDE nº 038, de 16 de julho de 2.009 especificamente no Artigo 18 - §§ 3º e 4º, Resolução/CD/FNDE nº 025, de 04 de Julho de 2.012, Resolução/CD/FNDE nº 026, de 17 de junho de 2.013 e Resolução/CD/FNDE nº 04, de 02 de abril de 2.015, Resolução FNDE/CD nº 06/2020, de 08 de maio de 2020 e Resolução FNDE/CD nº 21/2021, de 16 de novembro de 2021. Os interessados (Grupos formais e/ou informais e de Empreendedores Familiares Rurais, constituídos em Cooperativas e Associações ou não) deverão apresentar os documentos de habilitação e Projetos de Venda até às 09h00 do dia 24 de março de 2022, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no Paço Municipal, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. A sessão de abertura dos envelopes ocorrerá no dia 24 de março de 2022, a partir das 09h15. O Edital completo e demais informações encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 23 de fevereiro de 2022.EVANDRO FARIAS MURA. PREFEITO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº8.134/2021. PP nº 09/2022.às 09:30 horas do dia 15/03/2022. OBJETO: Contratação da empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de veículos. O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

a) Joaquim Pereira da Silva - Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 028/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022
OBJETO: Aquisição de impressos gráficos. A realização da sessão será no dia 14 de março de 2022, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EDITAL Nº 029/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2022
OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares. A realização da sessão será no dia 15 de março de 2022, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EDITAL Nº 030/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022
OBJETO: Outorga de concessão administrativa onerosa de uso do imóvel a pessoa jurídica de direito privado, que deverá destiná-lo à implantação, funcionamento, exploração e manutenção de um Hotel Turístico Municipal Ary Francisco Maia, localizado na Praça Belmonte, entre as Ruas Winifrida, Vereador Irio Color Bombonatti e do Porto, no Centro desta cidade, com área total de 1.437,23 metros quadrados de terreno e de 2.309,13 metros quadrados de área construída. Encerramento: Entrega dos envelopes documentação e proposta: Até o dia 04 de abril de 2022 às 9:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia 04 de abril de 2022, às 9:15 horas.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra Bonita, 24 de fevereiro de 2022. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS
Praça da República, 468 - 6º andar - Centro - São Paulo/SP - CEP 01045-000
Tel/Fax: (11) 3150-0900 – site: www.apeasp.org.br

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS–APEA/SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS - APEASP**, CNPJ: 55.490.569/0001-74, à Praça da República, 468 – 6º andar, São Paulo – Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, Artigo 9º, item II, Artigos 10 e 11, itens I e II, combinados com o artigo 24, item III, e os artigos 32 a 44, CONVOCA os associados quites com as obrigações sociais, para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 14 de março 2022 (segunda-feira), no site da entidade – **www.apeasp.org.br**, que será aberta às 14:00 horas em primeira chamada com a presença de, no mínimo, 1/5 (um quinto) de associados ou, às 14:30 horas em segunda chamada, com qualquer número de associados presentes, no formato virtual, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

a) Apreciar o relatório das atividades da APEA/SP, prestação de contas e balanço do exercício de 2021, e, a seguir,
b) Instauração do Processo Eleitoral para a eleição da Diretoria Executiva, dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para o triênio 2022/2025.

São Paulo, 25 fevereiro de 2022.
Maria Lucia Cavalcante Dejavite
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20212409

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20212409, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24092021, até o dia 16/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA

Assembleia Geral Extraordinária - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SETOR DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DAS USINAS E AGROPECUÁRIAS LIGADAS DE ARARAS - SP - Edital de Convocação - Pelo presente Edital, convocamos todos os trabalhadores sócios ou não, representados por este Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 04 de março de 2022, às 09:00 horas da manhã e em eventual falta de "quorum", em segunda chamada às 10:00 horas da manhã do mesmo dia, com qualquer número de presentes, na sede social da entidade, situado à Rua Arceu Scanavini nº 26, Jardim Florença Araras/SP, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1º) Leitura e aprovação da Ata da assembleia anterior; 2º) Organizar, discutir e votar as Pautas de Reivindicações para serem apresentadas às diversas representações patronais relacionadas no item 3º, abaixo, com data base de 1º de maio do ano em curso; 3º) Autorizar o Sindicato supra, bem como a Federação a qual o Sindicato é filiado a negociar e firmar Acordo Coletivo de Trabalho na esfera administrativa e Judicial, ou se necessário, instaurar Dissídio Coletivo de natureza econômica contra as representações Sindicais Patronais ou diretamente contra as Empresas de Transportes de Passageiros que prestam serviço Rodoviário, Suburbano, Urbano e Fretamento, Empresas de Cargas em Geral, Usinas produtoras de Açúcar e Álcool, Destilarias produtoras de Açúcar e Álcool, Companhias Agrícolas produtoras de cana e Agropecuárias ligadas às Usinas. 4º) Discutirem, deliberarem e votarem sobre as contribuições Associativa, Confederativa, Assistencial e demais contribuições sindicais que venham a ser criadas por lei até mesmo para substituir as já existentes, a serem descontadas na folha de pagamento de todos os integrantes da categoria, para o custeio e manutenção do sistema Confederativo e Sindical. Fica garantido ao trabalhador o direto a oposição à contribuição assistencial no prazo legal. Araras/SP 24 de fevereiro de 2022. **Odair Pires** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 011/2022 – Processo nº 046/2022

Objeto: Registro de preços para a aquisição de uniforme escolar de inverno (jaqueta e calça). Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 14 de março de 2022 às 08h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 24 de fevereiro de 2022. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.º 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 161/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 3592/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00185 - PARA AQUISIÇÃO DE: TESTES PARA DOSAGENS BIOQUÍMICAS NO SANGUE E HORMONAIS.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 11/03/2022 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **25/02/2022**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**. São Paulo, 24 de Fevereiro de 2022.

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2022
PROCESSO Nº 019/2022 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Prótese Dentária, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 14/03/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 14H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, localizado na Rua Abrahão Ramos nº 327 – Bairro Centro – Reginópolis – SP – Telefone (0XX14) 3589-9200 – E-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, localizado na Rua Abrahão Ramos nº 327 – Bairro Centro – CEP 17.190-000 – Reginópolis – SP – Telefone (0XX14) 3589-9200 – E-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br.

REGINÓPOLIS, 24 DE FEVEREIRO DE 2022.
RONALDO DA SILVA CORREA - PREFEITO MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 12/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2022- OBJETO: Aquisição de 01 veículo (pick-up) referente ao convênio da proposta de aquisição de equipamentos/material permanente nº 1447.316000/1200-02, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 16/03/2022, às 09:15; ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 16/03/2022, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2022-PROCESSO Nº25/2022

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 16/03/2022,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a Aquisição de diversos materiais odontológicos a serem utilizados no Centro de Saúde III e nas Unidades do Programa de Saúde da Família da municipalidade, para atender o Departamento Municipal de Saúde desta Prefeitura, para entrega parcelada, de acordo com as necessidades e solicitação do município. Do Recebimento das Propostas:A partir das 12:00 horas do dia 25/02/2022 até as 08:00 horas do dia 16/03/2022.Da Abertura e Análise das Propostas:Das 8h01 até às 8h59 do dia 16/03/2022.Do Início da Sessão Pública:Às 9h00 do dia 16/03/2022.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br e no site www.bll.org.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAÍ, a TOMADA DE PREÇOS, 7/2022, do tipo Menor Preço Global, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO POLIESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ-SP (CONVÊNIO SEESP Nº 358/2021). A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 23/03/2022 às 09:00 horas na PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAÍ, no endereço: PÇ EXP. ROMANO DE OLIVEIRA, 44. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados pelo site www.taguai.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação no endereço acima, de segunda a sexta-feira das 7h e 30min às 11h e 30min e das 13:00h às 17:00h ou pelo telefone 14 3386-9040 (ramal 203) ou pelo e-mail: licitacao@taguai.sp.gov.br.

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 005/2022
PROCESSO Nº 018/2022 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de 500 (quinhentas) Cestas Básicas, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 14/03/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, localizado na Rua Abrahão Ramos nº 327 – Bairro Centro – Reginópolis – SP – Telefone (0XX14) 3589-9200 – E-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, localizado na Rua Abrahão Ramos nº 327 – Bairro Centro – CEP 17.190-000 – Reginópolis – SP – Telefone (0XX14) 3589-9200 – E-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br.

REGINÓPOLIS, 24 DE FEVEREIRO DE 2022.
RONALDO DA SILVA CORREA - PREFEITO MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 40/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2022- OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos CLÍNICO GERAL para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Itatinga visando atender à demanda da Diretoria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO**: até 14/03/2022, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 14/03/2022, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA - SP

Comunicado de Abertura de Licitação - EDITAL COMUL Nº 14/2022 - Processo nº 522/2022 – Tomada de Preços nº 03/2022 - Objeto: Melhoria e Modernização do Sistema de iluminação Pública com substituição de lâmpadas de vapor metálico por LED no município de Pedrinhas Paulista, conforme descrição contida nos ANEXOS deste edital. Tipo: Menor preço global. Data de Abertura da Sessão: Dia 21/03/2022 às 09h00min. Retirada de Edital Completo e demais informações devem ser solicitadas: Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista - Departamento de Licitação - Horário de expediente das 8h00min às 17h00min - Rua Pietro Maschietto nº 125 – Centro – Pedrinhas Paulista – SP - CEP 19.865-000 - Fone/fax (0XX18) 3375-9090- e-mail: compras@pedrinhaspaulista.sp.gov.br- www.pedrinhaspaulista.sp.gov.br - Pedrinhas Paulista, 24 de fevereiro de 2022- Freddie Costa Nicolau – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2022-PROCESSO Nº24/2022

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de procedimento licitatório no dia 15/03/2022,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a Contratação de companhia seguradora para fornecimento de seguro para a frota de veículos da Municipalidade, conforme relação dos veículos e coberturas constantes do Anexo 1, e conforme especificações constantes no Anexo 1 - A - Termo de Referência do edital. HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES:09:00 horas.DIA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:15/03/2022 das 08:30 às 09:00 horas.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br.Não será enviado

bradesco — **EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE IMÓVEL - OSASCO/SP**

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Em razão da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, os leilões em cumprimento a lei 9.514/97, estão sendo realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br. Localização do imóvel: Osasco-SP**. Centro. Av. Domingos Odalia Filho, 301. Subcondomínio Flat 1 do "Condomínio The Cittyplex Osasco". **Dormitório nº 2204** (22º andar), c/ uma vaga de garagem indeterminada. Área priv. 52,050m². Matr. 135.065 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 21/03/2022, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 461.000,00. **2º Leilão: 24/03/2022, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 376.601,74 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma escabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.BANCO.BRADESCO/LEILOES** e **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220162

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220162 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1622022, até o dia 15/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. ISABEL MARIA SILVA BRAGA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220163

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220163, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1632022, até o dia 16/03/2022 às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2022. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2022.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SAAE DE JACAREÍ.
Valor estimado: R$ 25.634,58
Recebimento dos Lances: às 09h00min do dia 16/03/2022.
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620/ 1630 / 1655 e 1670.
Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "TRANSPARÊNCIA" SUBLINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.
Jacareí, 23 de fevereiro de 2022.
Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente do SAAE Jacareí.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210005

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20210005, de interesse da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, cujo OBJETO é: Serviço móvel pessoal – SMP (móvel-móvel, móvel- fixo e dados), nas modalidades local, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI), com fornecimento de celulares tipo I e II, Tablet e SIM CARD em comodato, a ser executado de forma contínua, para atendimento das necessidades dos órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Ceará. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23102021, até o dia 16/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2022. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.364/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/03/2022 às 09H00. O edital licitatório e seus anexos poderá ser obtido no endereço eletrônicos www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações. Maiores informações estão disponíveis através do telefone (11) 4656-8700 ou e-mail: licitacao@santaisabel.sp.gov.br.

ÉLIDA A. ARAUJO
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 243/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/03/2022 às 08H00. O edital licitatório e seus anexos poderá ser obtido nos endereços eletrônicos:www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações. Maiores informações estão disponíveis através do telefone (11) 4656-8700 ou e-mail:licitacao@santaisabel.sp.gov.br.

ÉLIDA A. ARAUJO
PREGOEIRA

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10127406404, no qual figura como **Fiduciante VICENTE CAPUTO FILHO**, CPF/MF nº 013.777.588-18, e sua mulher **SUELI PEREIRA DE CARVALHO CAPUTO**, CPF/MF nº 271.955.968-77, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **10 de março de 2.022, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 516.123,62** (Quinhentos e Dezesseis Mil Cento e Vinte e Três Reais e Sessenta e Dois Centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 131.659 do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Apartamento nº 23, localizado no 2º andar do Bloco IV – "Edifício Pelicano", integrante do "Condomínio Mirante dos Pássaros", situado à Avenida Padre Arlindo Vieira nº 1.035, na Saúde – 21º Subdistrito. Com área privativa real de 50,120m², área comum real de 28,384m², área total real de 78,504m² e fração ideal de terreno de 0,2170%".* **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **22 de março de 2.022, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 258.061,81** (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil Sessenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP_1650-03)

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 02 – "PROPOSTA"
PROCESSO Nº 29/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FRETAMENTO DIÁRIO CONTÍNUO PARA ESTUDANTES SECUNDARISTAS E UNIVERSITÁRIOS
ATA SESSÃO Nº 02 DE 23/02/2022.

Às 8h, do dia 23 de fevereiro de 2022, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAÍ, situada na PÇ EXP. ROMANO DE OLIVEIRA, 44, nesta cidade e comarca de TAGUAÍ, Estado de São Paulo, reuniram-se, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação:

Portaria	Data	Nome	Cargo	CPF	RG
26	31/01/2022	BARBARA TEREZA DE MELLO	Membro	459.496.618-77	56.354.894-0
26	31/01/2022	GERALDO LUIS BENEDITO BORANGA	Presidente	141.325.278-83	24.640.278-7
26	31/01/2022	PALOMA CAROLINE ZUSSA	Membro	390.165.968-44	48.566.981-x

a fim de procederem ao julgamento da "Proposta de Preço" que foi reapresentada.
A seguinte empresa protocolou, tempestivamente, a "Proposta Comercial":

Proponente / Fornecedor Representante	Tipo Empresa	Preferência de contratação (art. 44 da LC 123/2006)
RÁPIDO SUMARÉ LTDA RODRIGO BARBOSA DE OLIVEIRA (PRESENTE)	OUTRAS	Não

A empresa RÁPIDO SUMARÉ LTDA foi representada na Sessão pelo credenciado citado acima.
Em ato contínuo a Comissão passou a realizar a conferência da proposta apresentada verificando se foi apresentada conforme o Anexo XV do edital e o item 12.3 do edital-fluxo de caixa, conferindo-se os cálculos. Constatou-se que a proposta apresentada estava correta.
Como resultado desta conferência obteve-se o seguinte:

Proponente / Fornecedor	Tipo Empresa CNPJ	Valor da proposta apresentada	Situação
RÁPIDO SUMARÉ LTDA	62.260.371/0001-46	R$ 1.400.000,00	A*

***A:** apresentada conforme Anexo XV e cálculo correto.
Diante do exposto ficou decidido que a proposta apresentada pela empresa supramencionada é válida e exequível.
Ante o exposto, a empresa RÁPIDO SUMARÉ LTDA foi declarada vencedora através da proposta com valor global de R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). Sendo assim, abre-se o prazo regimental de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a Lei 8.666/93, para eventuais interposições de recursos contra a decisão da Comissão de Licitação. Nada mais havendo tratar foi encerrada a sessão e foi lavrada a presente ata a qual vai assinada pelos membros da Comissão pelo representante da empresa presente.
GERALDO LUIS BENEDITO BORANGA - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022 – Tipo Menor Preço Unitário: Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV – VIATURA TIPO POLICIAL, CARROCERIA FECHADA, COM CELA, RÁDIO DE COMUNICAÇÃO, SINALIZADOR E GRAFISMO/CONVÊNIO Nº 919016/2021 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.** Data para entrega do(s) documento(s) para credenciamento, da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes proposta de preços, documentos de habilitação e sessão pública do pregão: 15/03/2022, às 10H:00MIN, na Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre, sito a Rua Pedro Gomes, nº 69, Centro, na Sala de Licitações. Edital na íntegra à disposição dos interessados pelo e-mail licitacoes@campinadomontealegre.sp.gov.br, pelo telefone (15)3256-1330, ou pessoalmente mediante o recolhimento de taxa.

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa para Execução de Pavimentação Asfáltica em Diversas Ruas do Bairro Capaúva. Contrato de Repasse nº 903062/2020/MDR/CAIXA. Valor Estimado da Obra: R$ 262.381,05. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 09h:00min do dia 17/03/2022. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 23/02/2022. Tiago Ricardo Ferreira-Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa para Execução de Obra de Revitalização do Lago Municipal. Termo de Convênio nº 000101/2021/Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Turismo e Viagens. Valor Estimado da Obra: R$ 632.523,61. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 14h:00min do dia 17/03/2022. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento da taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 23/02/2022.Tiago Ricardo Ferreira-Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2022 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa para Execução de Obra de Infraestrutura Urbana – Recapeamento Asfáltico em Diversas Ruas do Município. Termo de Convênio nº 100369/2021/Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Desenvolvimento Regional. Valor Estimado da Obra: R$ 524.778,96. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 09h:00min do dia 18/03/2022. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 23/02/2022. Tiago Ricardo Ferreira-Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de Empresa para Execução de Obra de Infraestrutura Urbana – Pavimentação Asfáltica na Rua Cabriúva. Termo de Convênio nº 100580/2021/Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Desenvolvimento Regional. Valor Estimado da Obra: R$ 198.372,84. Data para recebimento dos envelopes da documentação e proposta: até as 14h:00min do dia 18/03/2022. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitações@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 23/02/2022. Tiago Ricardo Ferreira - Prefeito Municipal.

CONVOCAÇÃO

FUNDAÇÃO CASA

Juliano Izidoro, portador do RG. 00255358453, Carteira Profissional nº 00027405 - série: 00146- SP, registrado nesta Fundação sob o número RE 21.887-0, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT. **Contato:** Seção de Licitações e Chamamentos Públicos da Divisão de Suprimentos, com Denise - telefone (11) 2927-9060. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. **Rosana Moreno Pires** - Diretora de Divisão.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na Fundação Municipal para Educação Comunitária, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br) o **Pregão Eletrônico nº 11/2022** - Processo Administrativo nº FUMEC.2022.00000203-65. **Objeto:** Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINHAS DE DADOS/PLANOS DE DADOS COM FORNECIMENTO DE CARTÕES SIM E MINI-MODEMS**, para uso de alunos e professores da FUMEC, conforme condições e especificações constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 04/03/2022. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/03/2022 - 09:00 h. **OFERTA DE COMPRA - OC Nº 824402801002022OC00012**. Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos até site da BEC: (www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br), através da opção: Edital. Campinas, 24 de fevereiro de 2.022.
PABLO RENAN CASEMIRO EMANUELLI - Subscritor do Edital - FUMEC

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO CEDRO DO LÍBANO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA convoca suas Conselheiras e Associadas (os) para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA desta Associação, a realizar-se no dia 08 de março de 2022, às 12:00 horas em 1ª convocação. Caso não haja número legal a mesma será realizada às 12:30 horas em 2ª convocação com as Conselheiras e Associadas (os) presentes. A reunião será no **Salão de Bridge do Clube Atlético Monte Líbano**, situado à Avenida República do Líbano, 2.267 – São Paulo, respeitando todas as normas de distanciamento e segurança devido a Pandemia do COVID-19, para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1). Alteração no Estatuto Social; 2). Apreciação e aprovação das propostas de venda de imóveis com permuta e torna; e 3). Outros assuntos de interesse da Associação.

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO CEDRO DO LÍBANO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA convoca suas Conselheiras e Associadas (os) para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA desta Associação, a realizar-se no dia 08 de março de 2022, às 13:30 horas em 1ª convocação. Caso não haja número legal a mesma será realizada às 14:00 horas em 2ª convocação com as Conselheiras e Associadas (os) presentes.
A reunião será no **Salão de Bridge do Clube Atlético Monte Líbano**, situado à Avenida República do Líbano, 2.267 – São Paulo, para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Leitura do Relatório de Atividades do ano de 2021; 2) Apreciação e aprovação do Balanço e Balancete do ano de 2021, juntamente com o parecer elaborado pelo Conselho Fiscal e Conselho Consultivo; 3) Eleição da nova Diretoria Biênio 2022 – 2024; 4) Eleição do Conselho Fiscal Biênio 2022 – 2024; e 5) Outros assuntos de interesse da Associação.

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h30

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h30

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h30

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h30

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Contratação de Assistência Pessoa Jurídica para o Desenvolvimento de um Painel de Monitoramento do Projeto FIP Paisagem

Local: Brasília/DF
Descrição da atividade: Contratação de serviços de pessoa jurídica para o desenvolvimento de um painel de monitoramento do Projeto FIP Paisagem, que agregará e sistematizará os dados provenientes de diversas bases e sistemas de informações das instituições parceiras do Projeto.
Contextualização: A consultoria se dará no âmbito do "projeto Paisagens Rurais (FIP/Paisagem)", implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ GmbH.
Os objetivos específicos desta contratação são:
a. Desenvolvimento do Painel Estratégico de Monitoramento do Projeto FIP Paisagem;
b. Desenvolvimento da API e webservice de integração e comunicação entre os bancos de dados
Nesta manifestação, os proponentes ao trabalho deverão enviar: portfólio com descrição dos serviços realizados
Carga horário de trabalho: São estimados até 160 dias efetivos de trabalho.
Qualificações:
- ✓ Experiência, no mínimo, de três anos em serviços técnicos especializados de desenvolvimento de sistemas para atender demandas semelhantes à descrita neste Termo de Referência;
- ✓ Experiência na área de desenvolvimento de aplicações front-end em pelo menos 2 (dois) projetos, que possibilitem a análise de indicadores e outros dados através de painéis e gráficos;
- ✓ Experiência na área de desenvolvimento de APIs (Application Programming Interface), com foco na integração e consumo de webservices;
- ✓ Experiência em construção de aplicações que disponibilizem componentes gráficos;
- ✓ Experiência (desejável) em áreas de desenvolvimento de aplicações que incorporem mecanismos de geoprocessamento, como mapas e ferramentas para manipulação de mapas através da Web;
- ✓ Experiência (desejável) em trabalhos com o Observatório da Agropecuária Brasileira (MAPA), que envolvam a integração de aplicações ao portal institucional do ministério

As empresas com perfil adequado serão convidadas a apresentar uma proposta com base numa descrição mais detalhada dos serviços.
Os interessados neste processo seletivo deverão manifestar interesse até dia **04 de março de 2022**, por e-mail para o endereço eletrônico br_quotation@giz.de, assunto: **[MLIC22-4-15.2130.1-007.00 Painel de monitoramento - Projeto FIP Paisagem]**. Para mais informações, consultar a aba "licitações" no seguinte link: https://www.giz.de/en/worldwide/70248.html.

COOPERCARGA S.A

COOPERCARGA

CNPJ n.º 81.800.849/0001-41 e NIRE 42400011861
ANÚNCIO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29.03.2022

Ficam os senhores acionistas certificados que na sede da Companhia, à rua Marechal Deodoro, nº 36, 3º andar, na cidade de Concórdia/SC, estão à disposição de todos os acionistas, com vistas a viabilizar a realização da Assembleia Geral Ordinária Digital de 29/03/2022, os seguintes documentos:
(i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
(ii) a cópia das demonstrações financeiras;
(iii) o parecer dos auditores independentes; e
(iv) o parecer do conselho fiscal.
Os documentos mencionados estão disponíveis para acesso no endereço supracitado, relacionando-se com a ordem do dia da assembleia geral ordinária digital, a ser realizada no dia **29 de março de 2022, às 08:30 horas**. Os acionistas poderão requisitar cópia da documentação em questão, atendidos os termos dos artigos 133, §2º[1] c/c 124, §3º[2] da Lei nº 6.404/76.

Conc[illegible] [illegible]21.

CPF n.º 942.342.699-34

1 *Art. 133. Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas:*
I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
II - a cópia das demonstrações financeiras;
III - o parecer dos auditores independentes, se houver.
IV - o parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e
V - demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.
(...)
§ 2º A companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que o pedirem por escrito, nas condições previstas no § 3º do artigo 124.
(...)
2 *Art. 124. A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.*
(...)
§ 3º Nas companhias fechadas, o acionista que representar 5% (cinco por cento), ou mais, do capital social, será convocado por telegrama ou carta registrada, expedidos com a antecedência prevista no § 1º, desde que o tenha solicitado, por escrito, à companhia, com a indicação do endereço completo e do prazo de vigência do pedido, não superior a 2 (dois) exercícios sociais, e renovável; essa convocação não dispensa a publicação do aviso previsto no § 1º, e sua inobservância dará ao acionista direito de haver, dos administradores da companhia, indenização pelos prejuízos sofridos.

VÔLEI BRASIL

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol ("CBV"), Dr. Walter Pitombo Laranjeiras, no uso das atribuições estatutárias que lhes foram conferidas pelo artigo 47, d, de acordo com o artigo 30 do Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Presidentes das Entidades Estaduais de Administração do Voleibol, os Representantes dos Atletas e os Representantes das Entidades de Prática Desportiva, para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que será realizada de forma presencial, no dia 29 de março de 2022, às 17:00h (dezessete horas), em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, não havendo quórum para a sua instalação, às 18:00h (dezoito horas e) em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede da Confederação Brasileira de Voleibol (Centro de Desenvolvimento de Voleibol – Saquarema), situada na Avenida Salgado Filho, nº 7.000, Barra Nova, Saquarema/RJ, CEP: 28.990-212, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
a) Dar conhecimento do Relatório do Presidente relativo às atividades da entidade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b)** Apreciação, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **c)** Apreciação, discussão e votação dos pedidos de concessão de Títulos Honoríficos encaminhados pelo Conselho Diretor; **d)** Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022
Walter Pitombo Laranjeiras
Presidente

Federações, Representantes dos Atletas e Representantes das Entidades de Prática Desportiva, nos termos do artigo 6º do Estatuto em vigor:

Federação Acreana de Voleibol
Federação Alagoana de Voleibol
Federação Amapaense de Voleibol
Federação Amazonense de Voleibol
Federação de Vôlei do Distrito Federal
Federação Baiana de Voleibol
Federação Catarinense de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado do Ceará
Federação Espírito-Santense de Voleibol
Federação Gaúcha de Voleibol
Entidade de Administração Goiana de Voleibol
Federação Mineira de Voleibol
Federação Paulista de Volleyball
Federação Maranhense de Voleibol
Federação Matogrossense de Voleibol
Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul
Federação Norte-Riograndense de Voleibol
Federação Paraense de Voleibol
Federação Paranaense de Volley-Ball
Federação Paraibana de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado de Pernambuco
Federação Piauiense de Voleibol
Federação de Volley-Ball do Estado do Rio de Janeiro
Federação Rondoniense de Voleibol
Federação Roraimense de Volibol
Federação Sergipana de Volley-Ball
Federação Tocantinense de Voleibol
Representantes dos Atletas
Representantes das Entidades de Prática Desportiva

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MOBILIARIO E DE CERÂMICAS DE ITU E REGIÃO - SITICOCIMOCIR - Recolhecido em 14/06/1946 - **Base Territorial:** Reconhecida em 13 de junho de 1951, em Itu, Boituva, Cabreúva, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Elias Fausto, Guareí, Indaiatuba, Itapetininga, Jumirim, Laranjal Paulista, Mombuca, Monte Mor, Pereiras, Porto Feliz, Quadra, Rafard, Tatuí, Tietê. **Sede Própria:** Rua Paula Souza, 30 Fone (11) 4023-0315 - 4022-1525 CEP 13.300.050 - ITU - SP. Inscrição CNPJ: 50.235.316/0001-30 Inscrição Estadual: Isenta. **EDITAL - RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - ANO 2.022** - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região, com sede social na Rua Paula Souza, número 30 - Centro, em Itu, Estado de São Paulo, para nos termos dos artigos 605 e 578 da Consolidação das Leis do Trabalho, e representando os **TRABALHADORES** na indústria da Construção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e outros, montagens industriais e engenharia consultiva, nas industrias de construção estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (pontes, portos e canais, barragens, aeroportos, hidrelétricas e engenharia consultiva), nas Indústrias de Olaria, na indústria do cimento, cal e gesso, na indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento, na indústria de cerâmica para construção, na indústria de mármores e granitos, na industria de pinturas, decorações, estuques e ornatos, na indústria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, tapeçaria em geral, inclusive para autos, aglomerados e chapas de fibras de madeira, oficiais marceneiros e trabalhadores na indústria de serrarias e de móveis de madeira, de móveis de junco e vime e de vassoura, de cortinados e estofos, de escovas e pincéis, de artefatos de cimento armado, oficiais eletricistas e trabalhadores na indústria de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias, tratoristas (excetuados os rurais), trabalhadores em instalações e manutenções de linhas telefônicas, trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva), trabalhadores na indústria de refratários, **FAZ SABER** a todos as indústrias de: indústria da construção civil(inclusive montagem industrial e engenharia consultiva), indústria de olaria, industria de cal e gesso, indústria do cimento, industria de ladrilhos e produtos cimento, indústria de cerâmica para construção, indústria de mármores e granitos, indústria de pintura, decorações, estuques e ornatos, industria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeira, industria de marcenaria (móveis e madeira), indústria de móveis de junco e vime e de vassouras, indústria de cortinados, estofos, indústria de tapeçarias em geral, inclusive de autos, indústria de escovas e pincéis, indústria de artefatos de cimento armado, indústria de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias, indústria da instalações e manutenções de linhas telefônicas, indústria da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva) e indústria de refratários, que deverão descontar a quantia correspondente a um dia de remuneração de cada empregado, ou seja 1/30 (um trinta avos) da remuneração do mês de **MARÇO/2022** e recolher a **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** por eles devida, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL OU ESTABELECIMENTO BANCÁRIO CREDENCIADO PELA CEF, código da entidade nº 912.561.134.86700-0, até o dia 30 do mês de ABRIL/2022, em guias próprias deste sindicato, conforme AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA (artigo 578 e seguintes da CLT com alterações promovidas pela Lei 13.467/17, firmada coletivamente por ocasião da assembleia geral extraordinária realizada em 17 de janeiro de 2022. Caso não recebam as guias em tempo hábil, as empresas deverão solicitar a este sindicato pelos telefones (11) 4022-1525 ou 4023-0315 ou pelo email sindicatoitu@siticocimocir.com.br. O não recolhimento da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** no prazo legal implicará em penalidades previstas no Artigo 600 da CLT e Lei Federal nº 6.986 de 13.04.1982. Itu, 24 de fevereiro de 2.022. **Gentil dos Santos** - Diretor Presidente.

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 02/2022

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; PE02/2022; **OBJETO:** Aquisição de Mobiliário para educação; **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico; **ENCERRAMENTO:** 16.03.2022 as 09h00min. O edital completo poderá ser acessado www.bbmnetlicitacoes.com.br ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 24 de fevereiro de 2022. Vilma Moraes – Secretária de Educação.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022

Acha-se aberta na Prefeitura de Boituva, Tomada de Preços 03/2022, referente ao **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA ESTRADA VICINAL BTV 355 – ETAPA 2"**. Os envelopes "Documentação", "Proposta" serão recebidos no setor de licitações até as 10:00 hs do dia 17/03/2022, com abertura prevista para as 10h05 min do mesmo dia. Maiores informações estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura sita Av. Tancredo Neves, n° 01 Centro - Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas, pelo telefone (015) 3363-8812 ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 24 de fevereiro de 2022. Rafael Góes Biscaro – Secretário Municipal de Obras.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

SEC OBRAS

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 - PROCESSO Nº 053/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para empreitada global com fornecimento de projeto, materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução de extensão e adequação de rede com posto de transformação no Parque da Cultura, neste município de Votuporanga. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 15 de março de 2022, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9819, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 16 de março de 2022, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 24/02/2022.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM comunica aos interessados que realizará, em atendimento ao Artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Audiência Pública relativa à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 44 (QUARENTA E QUATRO) TRENS PARA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ.**

A Audiência Pública será realizada no dia 17/03/2022 às 14:30 horas, no auditório do Bloco L do Pátio Jabaquara da **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ,** localizado à Rua Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 134, ocasião em que os interessados terão acesso às informações pertinentes.

As manifestações, questionamentos e/ou sugestões deverão ser feitos por escrito, durante a sessão ou encaminhados para o e-mail: stm_aquisicao_trens@sp.gov.br, até o dia 25/03/2022. As respostas e tratamento para cada manifestação, questionamento e/ou sugestão serão divulgadas até o dia 01/04/2022 no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br.

Considerando a ampliação ao acesso de todos os interessados, a Audiência Pública será gravada e disponibilizada em plataforma virtual a ser divulgada, no sítio eletrônico www.stm.sp.gov.br.

A recepção dos interessados ocorrerá a partir das 13h30. Os avisos correspondentes ao edital da licitação serão publicados na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 013/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTE DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA NOVO FLORESCER - CONVÊNIO DADE Nº 210/2019. Realização da sessão do processo licitatório em 22/02/2022, abertura envelope 1 "Habilitação" após análise da documentação técnica realizada pelo Departamento de Obras e Departamento Financeiro, com parecer técnico encaminhado ao departamento de licitações em 23/02/2022, fica HABILITADA a empresa: LOTUS CONSTRUTORA ME. Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93. Transcorrido o prazo e não havendo manifestação de recurso fica estipulado o dia 16/03/2022 às 14:00 horas para abertura e análise do conteúdo dos envelopes nº 02 "Propostas" das empresas habilitadas. Holambra, 24 de fevereiro de 2021.Comissão de Licitação.

Extrato do Contrato nº 007/2022

Tomada de Preços nº 002/2022 - Contratante Município de Holambra - Contratada TOP POWER ENGENHARIA LTDA ME - Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ADEQUAÇÃO DA REDE MT COM EXTENSÃO DA REDE BT COM INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA- Vigência Contrato 12 (doze) meses - Valor global R$ 812.900,00 (oitocentos e doze mil e novecentos reais) - Modalidade Tomada de Preços - Assinatura em 24/02/2022. Holambra, 24 de fevereiro de 2022. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 014/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DE BANCOS DE JARDIM EM DIVERSAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA. Realização da sessão do processo licitatório em 24/02/2022, abertura envelope 1 "Habilitação" após análise da documentação técnica realizada pelo Departamento de Obras e Departamento Financeiro, com parecer técnico encaminhado ao departamento de licitações em 24/02/2022, fica HABILITADA a empresa: LOTUS CONSTRUTORA ME. Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93. Transcorrido o prazo e não havendo manifestação de recurso fica estipulado o dia 18/03/2022 às 14:00 horas para abertura e análise do conteúdo dos envelopes nº 02 "Propostas" da empresa habilitada. Holambra, 24 de fevereiro de 2021.Comissão de Licitação.

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado a participar da **audiência pública semipresencial** que esta Comissão realizará para discutir as seguintes matérias:

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Projetos em 1ª Audiência Pública

1) **PL 35/2022** - Autor: Executivo - RICARDO NUNES - Disciplina o procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções utilizadas para fins residenciais e não residenciais havidas em assentamentos urbanos de interesse social.

2) **PL 51/2022** - Autor: Executivo - RICARDO NUNES - Altera as Leis nº 14.493, de 9 de agosto de 2007, e 17.248, de 16 de dezembro de 2019, e dá outras providências (Autoriza isenção de IPTU para imóveis atingidos por enchentes).

Data: 03/03/2022
Horário: 10:00 h
Local: Salão Nobre Presidente João Brasil Vita - 8º andar e Auditório virtual

O acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante o uso obrigatório de máscaras, a aferição obrigatória de temperatura e, segundo o cronograma vacinal municipal, a apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme Art. 2º do Ato nº 1.504, de 02 de março de 2021, alterado pelo Ato nº 1.523, de 20 de outubro de 2021.

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade de auditório, considerando o protocolo de segurança sanitária vigente. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANDOVALINA, torna público, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022, do tipo MENOR PREÇO, objetivando contratação de empresa especializada em perfuração de poço tubular em zona rural incluindo teste de vazão, análises físico-químicas e bacteriológicas, de outorga, levantamento geofísico e documentação técnica final conforme descrições constantes no Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 11/03/2022 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 24 de fevereiro de 2022. **FRANCISCO MENDES DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL**

Uniodonto do Brasil - Central Nacional das Cooperativas Odontológicas Convocação de Assembleia Geral Ordinária 1ª, 2ª e 3ª Convocações - A Uniodonto do Brasil - Central Nacional das Cooperativas Odontológicas convoca os delegados de suas associadas para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede social, sita à Rua Correia Dias nº 185, Paraíso, São Paulo, SP, às 8h do dia 11/03/2022 em primeira convocação com a presença de 2/3 de suas associadas, representadas por seus delegados. Caso esse número não seja atingido se reunirão, na mesma data e local, em segunda convocação às 9h com metade mais um de suas associadas ou em terceira convocação, às 10h, com a presença de, no mínimo, 3 associadas representadas por seus delegados, para tratar da seguinte **Ordem do Dia:** I - Deliberação da prestação de contas da administração, compreendendo o balanço geral do exercício de 2021, Relatório da Diretoria, Demonstração de Sobras e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; II - Dar destino às sobras ou repartir as perdas; III - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; IV - Fixação da remuneração da Diretoria e da cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal; V - Fixação de contribuição, a cargo das associadas, para manutenção da Central; VI - Plano de atividades para o exercício de 2022. Para efeito de quórum de instalação, o número de associadas existentes com direito a voto é de 117. São Paulo, 18/02/2022. **José Alves de Souza Neto** - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

Aviso De Licitação

Edital nº 010/2022. Tomada de Preço nº 002/2022. Proc. Licitatório nº 041/2022. Objeto: "Contratação de empresa para execução de construção de base com estrutura de contenção para implantação de pista de skate". **Cadastramento (CRC):** Até o Dia 22/03/2022 as 17h00min Horas. **Data de Credenciamento e Entrega de envelopes:** 25 de março de 2022 até as 09h00min horas, **abertura dos envelopes:** 25/03/2022 – Após Credenciamento. **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Coronel Macedo / Av. Presidente Castelo Branco, 180, Conj. Habitacional Ico Tonon. Informações, no setor de licitações, pelo fone (14) 3767.8200, ou no e-mail: licitação@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo-SP, 24 de fevereiro de 2022. José Roberto Santinoni Veiga. Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CONCORRÊNCIA

CP 01/2022 – PC 2626/2021 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO. O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" nesta cidade, no horário das 8h30min às 17h00, devendo o interessado estar munido de pen drive de boa qualidade. Telefone para contato: (11) 2630-5486/5487/5488/5489, e-mail para contato: **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/04/2022 – 9h30min.

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2012, alterada pela Resolução nº 1.501/2022, de 17/01/2022, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2022012000056 – Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Guarulhos. Abertura: 16/03/2022 às 10h30.

PE 2022012000057 – Locação de equipamentos de multimídia e sonorização para a Unidade Consolação. Abertura: 08/03/2022 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallcsescsp.org.br**, mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Assembleia Geral ORDINÁRIA da União de Produtores de Citrus – UNICITRUS

CNPJ 18.872.775/0001-12

Prezados Associados,

Convoco nos termos do Estatuto Social uma Assembleia Geral Ordinária para o dia **8** de **março de 2022**, no Centro de Citricultura Sylvio Moreira – APTA, situado na Rodovia Anhanguera, Km 158, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, CEP 13490-970, com 1ª convocação às 13 horas e 30 minutos e 2ª convocação às 14 horas e trinta minutos, com as seguintes considerações iniciais:

1) Considerando que a Assembleia Geral Ordinária 2020 deveria ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, ou seja, até abril/2020, com o fim de aprovação das contas do exercício de 2019, conforme artigo 25 do Estatuto Social.
2) Considerando que o mesmo ocorreu com a Assembleia Geral Ordinária 2021 que deveria ter sido realizada até abril/2021, com o fim de aprovação das contas do exercício de 2020, conforme artigo 25 do Estatuto Social.

Por todas as considerações aqui expostas, **para regularização é feita a convocação de Assembleia Geral Ordinária com a seguinte agenda:**

a) Justificar e sanar as ausências das AGO's 2020 e 2021;
b) aprovação de contas do exercício de 2019 e 2020;
c) aprovação de contas do exercício de 2021 e previsão orçamentária para o ano de 2022;
d) tratar das contribuições associativas, levando em conta a interrupção nas cobranças;
e) **DOAÇÃO DO VALOR ESTIMADO DE R$: 190.000,00** PARA O **FUNDECITRUS** DESENVOLVER ESTUDOS TECNICOS SOBRE A "**COLHEITA MECANIZADA**" COM RELATÓRIOS DE PESQUISA, OBJETIVANDO PROMOVER A CADEIA DA CITRICULTURA E EVITAR IMPACTOS PREJUDICIAIS AOS PRODUTORES; e
f) outros temas

A pauta da reunião é distribuída com todos os Associados a fim de que possam se preparar e participar, que será fundamental para que a UNICITRUS possa dar passos concretos em defesa dos citricultores.

Agradecemos a atenção e contamos com sua presença para ajudar a construir a UNICITRUS.

Atenciosamente

Roberto Jank Júnior - Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 002/2022

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que a Concorrência acima mencionada cujo objeto é a "Execução de obras de construção e instalação hidráulica, incluindo mão de obra e materiais do reservatório semi-enterrado de 1.200m³ no Município de Jaguariúna – Contrato de Financiamento nº 0529.795-19 – operação de crédito autorizada pela Lei municipal 2646/19 – FINISA", cuja Sessão Pública para abertura dos envelopes "Habilitação" ocorreria no dia 25 de fevereiro de 2022, às 09:30 horas, foi suspensa por motivos insertos no procedimento licitatório. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9757, com Edson, (19) 3867-9825, com Renato, ou pelo endereço eletrônico: renato_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 24 de fevereiro de 2022.
Antônia M.S.X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2021
Contrato nº 131/2021

Contratante: Município de Jaguariúna

Contratada: RG Geradores, Comércio de Materiais Elétricos e Serviços Técnicos EIRELI - CNPJ 11.760.749/0001-53

Objeto: Implantação de uma cabine primária padrão convencional blindada para Estação de Tratamento de Água (ETA) do município – Contrato de Financiamento nº 0529.795-19 – operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 2.646/2019 – FINISA Considerando a justificativa técnica apresentada pela Secretaria Gestora, bem como diante da mencionada economia substancial na futura implantação de novas ligações de energia aos painéis de distribuição, entre outros benefícios e justificativas constantes em fls. 354/355, fica a CONTRATADA autorizada a executar o objeto alterando-se o layout da instalação da cabine de energia. A alteração mencionada acima consiste no reposicionamento de um dos transformadores que compõem a cabine em outro ponto da Estação de Tratamento de Água; Conforme consta na justificativa da Secretaria Gestora, a presente alteração não acarretará em nenhum custo adicional à CONTRATANTE; Ratificam-se neste ato as demais cláusulas do contrato, as quais permanecem inalteradas para todos os efeitos legais.

Secretaria de Gabinete, 14 de fevereiro de 2022.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 037/2022-CO - REPUBLICAÇÃO

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** – tipo: Menor Preço para contratação de obras e serviços de correção e proteção de taludes, recuperação de pista e melhorias em trechos da SP 050 – Rodovia Monteiro Lobato, dividido em 03 lotes, incluindo a elaboração de projeto executivo. - orçado em R$ 116.914.981,20 – prazo 06 meses.

O edital republicado, poderá ser consultado pela internet no site: **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do edital poderá ser retirada das 9 às 17 horas na Avenida do Estado 777 – APC – Atendimento ao Público Centralizado – guichê 16, mediante entrega no ato de um CD-R ou DVR-R novo para aquisição da versão em mídia eletrônica.

Os envelopes contendo a proposta de preços (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos até **as 14:30 horas do dia 31/03//2022 na Sede do DER/SP,** na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório , com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local na presença de interessados.

As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar , na cidade de São Paulo, ou através do telefone 0XX(11) 3311-1583, 3311-1579 ou 3311-1580 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site: **www.der.sp.gov.br**.

As informações estarão disponíveis no site **www.e-negociospublicos.gov.br**

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Comunicado de habilitação. Ref. Concorrência 001/2021 - Proc. 22/2021. Objeto: Concessão Administrativa para a exploração de serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, com previsão de aproveitamento energético visando à redução de massa que se encaminhará ao destino final. Comunica habilitação do CONSÓRCIO BAL, constituído pelas empresas MPE Engenharia e Serviços S.A., SIGLA Sinalização e Construções Ltda., e FORT-NORT Desenvolvimento Ambiental e Urbano Eireli. Aberta vista ao processo e prazo recursal da fase. Íntegra em www.civap.com.br. Assis, 23 de fevereiro de 2021. Ida Franzoso de Souza - Presidente da Comissão Especial de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE BILAC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Bilac torna público que encontra-se aberto a Tomada de Preços nº 002/2022, Processo nº 006/2022, Tipo: Menor Preço Global, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE 5.691,34 M² RECAPEAMENTOS ASFÁLTICOS COM CBUQ (CAPA 3 CM) EM VIAS DESTE MUNICÍPIO DE BILAC,** conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. Data da Realização: 18/03/2022, às 09h. O edital por completo encontra-se disponível no site WWW.BILAC.SP.GOV.BR. Maiores informações pelo telefone: (18) 3659-9232 na Divisão de Licitações e Contratos. Bilac, 24 de fevereiro de 2022. **VITOR OSMAR BOTINI, PREFEITO.**

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Presencial 01/2022, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de medicamentos, para reposição do estoque do almoxarifado da farmácia desta Fundação, cuja sessão pública estava marcada para o dia 04/03/2022, **FOI ADIADO PARA O DIA 08/03/2022, ÀS 09:00.** O adiamento da sessão é necessário devido à expedição da Portaria nº 155/2022 do Município de Pedreira/SP, publicada em 22/02/2022, que determinou ponto facultativo nos dias 28/02/2022, 01/03/2022 e 02/03/2022. Assim, para o cumprimento do prazo legal, o prazo para apresentação das propostas será estendido. O edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 25 de fevereiro de 2022. Sergio Aparecido de Santi -**PRESIDENTE DA FUNBEPE**

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Eletrônico 22/2021, Oferta de Compra nº. 851901801002021OC00019, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de materiais hospitalares correlatos, para reposição do estoque do almoxarifado da Farmácia desta Fundação – Grupo 2, teve seu comunicado de retomada publicado em 22/02/2022, com sessão agendada para 09/03/2022, mas a sessão será adiada para o dia 10/03/2022. Sendo assim, devem ser consideradas as seguintes datas: **DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22/02/2022. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/03/2022 – às 09:00** O adiamento da sessão se deve ao fato de que se esperava que os pontos facultativos do feriado de carnaval ocorressem nos dias 28 de fevereiro e 01 de março, que foram devidamente considerados por ocasião do agendamento da sessão. Porém, a Portaria nº 155/2022 do Município de Pedreira/SP, publicada em 22/02/2022, determinou que também o dia 02 de março será ponto facultativo. Assim, para o cumprimento do prazo legal, fica o prazo para apresentação das propostas estendido por mais um dia. O edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br) e no sistema BEC (www.bec.sp.gov.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 25 de fevereiro de 2022. Sergio Aparecido de Santi - **PRESIDENTE DA FUNBEPE**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CNPJ Nº 51.213.049/0001-63

COMUNICADO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Centro de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos, do Departamento de Administração e Finanças da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Pregão Eletrônico SDE nº 05/2022, Processo SDE n.º 2022/00021, objetivando a **prestação de serviços de formação técnico- profissional capacitada para ofertar, ministrar e coordenar os cursos e certificar os jovens estudantes, em espaços fixos de escolas da rede estadual de ensino ou em unidades fixas pertencentes à própria CONTRATADA, desde que previamente acordado entre as partes e com carga horária definida, contemplando a execução de 22 (vinte e duas) turmas, equivalente a 880 (oitocentas e oitenta) vagas de Ensino Médio Técnico Profissional, decorrente da modalidade "NOVOTEC Integrado", ao longo de 2 anos (24 meses) ou 3 anos (36 meses)**, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital. A Sessão Pública dar-se-á no dia 11/03/2022, às 09h30 horas no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, onde os interessados poderão verificar o Edital na íntegra através da Oferta de Compra nº **100115000012022OC00002**, bem como no endereço eletrônico: www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo telefone: (11) 3718-6697.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVINIA/SP.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/22.

ONDE SE LÊ: PZ. CASTELO-LTDA., CNPJ/MF 32.563.695/0001-06 - Valor: R$ 32.040,74 – LEIA-SE PZ. CASTELLO LTDA., CNPJ/MF 32.563.695/0001-06 - Valor: R$ 26.020,74.

Lavínia-SP,24/02/22.
Salvador Cazuo Matsunaka- Prefeito.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/22.
PROCESSO Nº. 011/22.

REF. CONSTRUÇÃO DE FECHAMENTO PARCIAL (FUNDOS E LATERAL) DA QUADRA COBERTA NA ESCOLA "E.M.E.F CORONEL JOAQUIM FRANCO DE MELLO". À vista dos documentos contidos nos autos e nos termos do artigo 24, inciso V, e parágrafo único do art. 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, DISPENSO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO para a realização das despesas especificadas acima, homologando o presente termo e RATIFICANDO a presente dispensa de licitação em favor da empresa JOÃO BAZAGA NETO-ME, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº. 22.946.480/0001-10 sita na Rua Seimi Sadano, nº. 1.049, Bairro Centro na cidade de Mirandópolis/SP no valor total de R$ 109.996,43.

Lavínia-SP, 23/02/22.
Salvador Cazuo Matsunaka
Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 012/22 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/22.

Contratada: JOÃO BAZAGA NETO-ME - CNPJ. 22.946.480/0001-10 Objeto: Construção de fechamento parcial (fundos e lateral) da quadra coberta na Escola "E.M.E.F Coronel Joaquim Franco De Mello". – Valor Total: R$ 109.996,43 – Vigência: 30 (trinta) dias, a contar da OIS.

Lavínia –SP, 23/02/22.
Salvador Cazuo Matsunaka – Prefeito.

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/22.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "ACADEMIA AO AR LIVRE". O Prefeito de Lavínia SP, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório em face da Adjudicação do Pregoeira, e acolhe o presente objeto com a: DELVA FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM METAIS LTDA-EPP - CNPJ/MF sob o nº. 09.135.430/0001-95, valor global de R$ 88.835,00.

Lavínia-SP, 23/02/22.
Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
RETI RATI Nº 01
CONCORRÊNCIA Nº 035/2022

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de Estudos Funcionais e Projetos Executivos para duplicação de rodovias, restauração de pavimento, melhorias, ampliações e atualização de projetos existentes, divididos em 12 lotes:

Fica suprimido do certame, o Lote 11, seus Anexos e demais citações a ele referentes.

No Edital, item 1 - OBJETO:

Onde se lê:

"Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de Estudos Funcionais e Projetos Executivos para duplicação de rodovias, restauração de pavimento, melhorias, ampliações e atualização de projetos existentes, divididos em 12 lotes."

LEIA-SE:

"Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de Estudos Funcionais e Projetos Executivos para duplicação de rodovias, restauração de pavimento, melhorias, ampliações e atualização de projetos existentes, divididos em 11 lotes."

No Edital, item 1.3 – Valor Referencial passa:

De:

"... 215.463.012,27 (duzentos e quinze milhões quatrocentos e sessenta e três mil doze reais e vinte e sete centavos) ..."

PARA:

"... R$ 203.013.215,04 (duzentos e três milhões treze mil duzentos e quinze reais e quatro centavos) ..."

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 22/03/2022 HORÁRIO: 14H30min.

Permanecem válidas e inalteradas as demais condições do Edital e seus Anexos.

LEILÃO DE PRÉDIO COMERCIAL - SÃO PAULO/SP

Online

1º Leilão: 09/03/2022 às 11h00 | 2º Leilão: 11/03/2022 às 11h00

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Santo Amaro.** Rua Senador Dantas, nº 100, **Prédio Comercial**. Áreas totais: ter.: 200,00m² e constr. estimada: 681,00m² (consta no RI 270,00m²). Matr. 5.545 do 11º RI Local. **Obs.:** Área construída pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante aos órgãos competentes da divergência da área construída lançada no IPTU, com a apurada no local e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 09/03/2022, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 3.171.578,17. 2º Leilão**: 11/03/2022, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 1.553.940,35** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

GUSTAVO REIS — CONSÓRCIO REMAZA — Tudo que você quer, do jeito que você pode.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

PRESENCIAL E ON-LINE - APARTAMENTO EM SANTANA/SP

Gustavo Cristiano Samuel dos Reis, Leiloeiro Público Oficial, matrícula JUCESP nº 790, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **Remaza Administradora de Consórcio LTDA.**, com sede em São Paulo, Capital, à Rua Pedroso, nº 407 – Térreo, 1º, 2º e 3º andares, Bairro Liberdade, inscrita no CNPJ nº 62.354.055/0001-57, levará à **PÚBLICO LEILÃO**, de modo **Presencial**, sito à Rua Amaro Cavalheiro, 347 – Conj. 2620 - Pinheiros – CEP: 05424-150 – São Paulo/SP, **e On-line**, através do sítio eletrônico **www.gustavoreisleiloes.com.br**, o imóvel abaixo descrito: **Imóvel**: Apartamento nº 12, localizado no 1º pavimento do empreendimento imobiliário denominado "ARTICON ONE", situado à Rua Voluntários da Pátria, nº 3.024, no 8º Subdistrito – Santana, contendo a área real privativa de 38,700m², área real de uso comum de 76,375m², área real total de 115,075m², fração ideal no solo (coeficiente de proporcionalidade) de 0,0164320; cabendo ao aludido apartamento, o direito de 02 (duas) vagas de garagem de uso comum e indeterminado, sujeitas ao uso eventual de manobrista, localizadas no 3º, 2º, 1º subsolos ou pavimento térreo. Contribuinte: 069.146.0164 – Matrícula:154.077 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. A Consolidação na propriedade para a Administradora se deu em 20/01/2022. **Primeiro Leilão: Dia 15 de Março de 2.022 às 14:00 horas. Valor Mínimo: R$ 411.000,00 (quatrocentos e onze mil reais). Segundo Leilão: Dia 22 de Março de 2.022 às 14:00 horas. Valor Mínimo: R$ 713.028,55 (Setecentos e treze mil, vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos).** Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, tais como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O proponente vencedor por meio de lance **On-line** terá prazo de até 24 (vinte e quatro) horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, não será concretizada a transação de compra e venda e estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à emissão de certidões, averbação da incorporação societária e transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, registros, ITBI, emolumentos etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. Ocorrerá por conta do comprador, porém a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no Artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Mais informações no escritório do Leiloeiro Tel.: (11) 3819-3137 ou através do e-mail atendimento@gustavoreisleiloes.com.br.

Informações: (11) 3819-3137 ou www.gustavoreisleiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

GUSTAVO REIS — CONSÓRCIO REMAZA — Tudo que você quer, do jeito que você pode.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

PRESENCIAL E ON-LINE - CASA ALTO DE PINHEIROS/SP

Gustavo Cristiano Samuel dos Reis, Leiloeiro Público Oficial, matrícula JUCESP nº 790, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **Remaza Administradora de Consórcio LTDA.**, com sede em São Paulo, Capital, à Rua Pedroso, nº 407 – Térreo, 1º, 2º e 3º andares, Bairro Liberdade, inscrita no CNPJ nº 62.354.055/0001-57, levará à **PÚBLICO LEILÃO**, de modo **Presencial**, sito à Rua Amaro Cavalheiro, 347 – Conj. 2620 - Pinheiros – CEP: 05424-150 – São Paulo/SP, **e On-line**, através do sítio eletrônico **www.gustavoreisleiloes.com.br**, o imóvel abaixo descrito: **Imóvel**: Um prédio à Rua Miralta nº 30, Alto dos Pinheiros, 45º subdistrito, Pinheiros, e o terreno medindo 23,97m de frente, por 14,69m de frente em curva para a esquina arredondada, 23,64m de frente para a Rua Antônio Gouvêa Giudice, 26,38m e 25m, respectivamente, nos lados direito e esquerdo, visto da esquina, com a área de 858m², confrontando do lado direito com o lote 22 e do lado esquerdo com o lote nº 2. (Contribuinte 081 184 0001 8). Matrícula nº 47194 – 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. A consolidação da propriedade para a Administradora se deu em 18/01/2022. **Primeiro Leilão: Dia 15 de Março de 2.022 às 14:05 horas. Valor Mínimo: R$ 4.200.000,00 (Quatro Milhões e Duzentos Mil Reais). Segundo Leilão: Dia 22 de Março de 2.022 às 14:05 horas. Valor Mínimo: R$ 2.413.435,97 (Dois milhões, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos).** Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, tais como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O proponente vencedor por meio de lance **On-line** terá prazo de até 24 (vinte e quatro) horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, não será concretizada a transação de compra e venda e estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à emissão de certidões, averbação da incorporação societária e transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, registros, ITBI, emolumentos etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. Ocorrerá por conta do comprador, porém a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no Artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Mais informações no escritório do Leiloeiro Tel.: (11) 3819-3137 ou através do e-mail atendimento@gustavoreisleiloes.com.br.

Informações: (11) 3819-3137 ou www.gustavoreisleiloes.com.br

Contribuinte terá menos tempo para declarar o IR em 2022

Paralisação de servidores atrasa entrega, que começará em 7 de março, em vez de no dia 1º, como em anos anteriores

Suzana Petropouleas, Fernanda Brigatti e Cristiane Gercina

SÃO PAULO A Receita Federal divulgou nesta quinta (24) as regras para o Imposto de Renda em 2022. Entre as novidades deste ano, está a possibilidade de usar a função de pré-preenchimento da declaração em todas as plataformas de entrega, inclusive pelo celular. Para isso, será necessário ter uma conta nível ouro ou prata no portal gov.br.

Os 34,1 milhões de contribuintes obrigados a declarar neste ano terão um prazo menor do que o habitual para enviar o documento à Receita Federal. O motivo é que a entrega do documento começará com atraso, em 7 de março. A data final é 29 de abril, às 23h59. Quem atrasa paga multa mínima de R$ 165,74, podendo chegar a 20% do IR devido no ano.

Em anos anteriores, a prestação de contas começava em 1º de março. Em 2022, no entanto, com a paralisação dos servidores da Receita Federal ocorrida no final do ano, a entrega de cargos de confiança e a operação-padrão no órgão, que dura até agora, fará a liberação do programa atrasar.

Além da declaração pré-preenchida, há outras novidades, que têm como objetivo tornar mais ágil e precisa a entrega do documento, segundo José Carlos da Fonseca, supervisor nacional do IR.

Entre elas, estão o pagamento da restituição por Pix, novos códigos na ficha de bens e direitos, mudanças na ficha de rendimentos recebidos acumuladamente e a necessidade de informar se o dependente mora com o titular ou não.

A declaração pré-preenchida terá dados a que a Receita Federal já tem acesso, como as informações que foram declaradas pelo contribuinte em 2021, além dos rendimentos recebidos ao longo do ano passado, que foram informados pela empresa ao fisco. Gastos com saúde, especialmente no caso de convênio médico, também serão preenchidos automaticamente.

No entanto, o cidadão deve conferir o que está no documento pré-preenchido e nos informes e recibos que tem consigo. Erros não são de responsabilidade da Receita e podem levar à malha fina do IR, fazendo com que o contribuinte fique sem a restituição até que consiga sanar as falhas. O cidadão poderá escolher utilizar os dados que a Receita já preencheu, alterá-los ou excluí-los.

Uma outra novidade está na ficha "Rendimentos Recebidos Acumuladamente", nas qual os aposentados do INSS que receberam precatórios na Justiça ou atrasados no posto do INSS informam esses valores. Neste ano, o programa tem um campo novo para declarar os juros da ação judicial.

No caso de quem tem atividade rural, há possibilidade de incluir outras pessoas que exploram o mesmo imóvel, com o percentual de participação de cada um.

Para os contribuintes com dependentes, será possível informar email e celular de cada um deles. Além disso, neste ano, será necessário declarar se o dependente mora ou não com o titular.

No caso dos alimentandos, que são aqueles que recebem pensão alimentícia, a partir de 2022, os declarantes terão que informar quem paga a pensão do alimentando, se o titular ou o dependente.

O fisco informou que a partir deste ano a ficha "Bens e direitos" terá novos códigos. O motivo é a dificuldade do cidadão de identificar qual código deveria usar para seu bem. Agora, serão grupos, que trarão os códigos em cada um deles.

Quem vai declarar um carro, por exemplo, deverá escolher o grupo "bens móveis". Para a casa própria, a opção é o "bens imóveis". Cadernetas de poupança, por exemplo, serão declaradas na mesma ficha que seus rendimentos. O órgão afirmou que a mudança deve agilizar e tornar mais fácil o preenchimento.

Outra novidade será a exigência de informações complementares sobre bens declarados. O número do Renavam será obrigatório, assim como o código de registro de obras. No caso do Renavam, já havia possibilidade de informá-lo na declaração. O supervisor do IR diz que 85% já declaravam o dado.

A possibilidade de usar as informações preenchidas em anos anteriores para facilitar a entrega da declaração começou a ser adotada em 2014. Até 2019, ela era exclusiva para usuários que possuíam certificado digital pago, comercializado por empresas de segurança privadas.

Em 2020, a funcionalidade foi estendida para contribuintes que preencheram a declaração online, no desktop, por meio da conta gov.br. Neste ano, usuários com conta gov.br nível ouro e prata poderão enviar a declaração pré-preenchida em qualquer plataforma, como desktop, celulares e tablets.

Saiba mais sobre a declaração do IR

Prazo de envio
Das **8h** do dia **7 de março** até as **23h59** do dia **29 de abril**

Liberação do programa
Em 7 de março

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2022 o contribuinte que...

- Recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 em 2021
- Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R$ 40 mil
- Obteve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto
- Teve isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias
- Fez operações em Bolsas de Valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas
- Tinha, em 31 de dezembro de 2021, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R$ 300 mil
- Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R$ 142.798,50
- Quem quer compensar, em 2021 ou anos seguintes, prejuízos da atividade rural de 2021 ou anos anteriores
- O contribuinte que passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Cronograma de pagamentos dos lotes de restituição

1º lote
31 de maio

2º lote
30 de junho

3º lote
29 de julho

4º lote
31 de agosto

5º lote
30 de setembro

VALOR DAS DEDUÇÕES

Com dependentes
R$ 2.275,08 por dependente

Com educação
limite individual de até R$ 3.561,50 no ano

R$ 16.754,34
É o limite de dedução do desconto simplificado

NOVIDADES

Pix

- O pagamento da restituição poderá ser feito por Pix, desde que a chave do contribuinte seja o número do CPF do titular da declaração
- O Pix também poderá ver usado para quitar o Darf, para contribuintes com imposto a pagar

Auxílio emergencial
A declaração não terá a opção de devolução

Declaração pré-preenchida
Disponível a partir de 15 de março, terá os valores dos rendimentos recebidos no ano passado, que foram informados pela empresa à Receita. Gastos com saúde, especialmente no caso de convênio médico, serão preenchidos automaticamente. Também terá informações declaradas pelo contribuinte em 2021

Juros de ações judiciais
A ficha "Rendimentos Recebidos Acumuladamente" tem um campo novo para declarar os juros da ação judicial, como atrasados do INSS

Dependentes e alimentandos

- Será possível informar email e celular de cada um dos dependentes e será necessário declarar se o dependente mora ou não com o titular
- No caso dos alimentandos, que são aqueles que recebem pensão alimentícia, a partir de 2022, os declarantes terão que informar quem paga a pensão do alimentando, se o titular ou o dependente

Mercado de trabalho no Brasil

Número de desempregados trimestral

Fonte: IBGE

Desemprego recua em 2021, mas renda é a menor da década no país

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Com o impacto da reabertura da economia, a taxa de desemprego recuou para 11,1% no quarto trimestre de 2021, informou nesta quinta-feira (24).

Isso significa que o indicador atingiu o mesmo patamar do quarto trimestre de 2019, antes da pandemia.

A volta ao mercado de trabalho, contudo, foi marcada mais uma vez pela queda na renda da população ocupada.

Segundo o IBGE, o rendimento real habitual foi estimado em R$ 2.447 no quarto trimestre, baixa de 3,6% ante o trimestre anterior e de 10,7% em relação a igual período de 2020.

Trata-se da menor renda média do trabalho de toda a série histórica, iniciada em 2012. Os dados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), que completou dez anos com estatísticas.

"Temos mais pessoas trabalhando [em relação ao período inicial da crise]. No entanto, o rendimento está mais baixo, tanto é que alcançou o menor nível da série histórica", disse a coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

A taxa de desemprego de 11,1% veio em linha com as projeções do mercado financeiro. Analistas ouvidos pela agência Reuters projetavam marca de 11,2% no período.

O indicador estava em 12,6% no terceiro trimestre de 2021. Entre outubro e dezembro de 2020, era de 14,2%.

"Essa queda no quarto trimestre foi bastante expressiva. Nos últimos meses do ano, há uma tendência de redução desse indicador por causa da sazonalidade", disse.

"Nesse período, costuma haver redução da desocupação devido à maior absorção de trabalhadores em atividades como comércio e alojamento e alimentação. Somado a isso, há um processo de recuperação da ocupação em curso desde agosto do ano passado", completou.

O número de desempregados foi estimado em 12 milhões no quarto trimestre de 2021. Diminuiu 10,7% (menos 1,4 milhão de pessoas) ante o trimestre terminado em setembro e caiu 16,7% (menos 2,4 milhões) em relação ao mesmo período de 2020.

No quarto trimestre de 2019, antes do coronavírus, o Brasil tinha 11,9 milhões de desocupados.

"Ao que tudo indica, compensamos o impacto da Covid-19, mas voltamos à mesma situação dramática em que o emprego se encontrava antes da pandemia", apontou relatório do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

"Vale enfatizar mais uma vez: já são seis anos de elevadas taxas de desemprego e, a contar pela expectativa de estagnação do PIB em 2022, pode haver pouco progresso no presente ano."

Já a população ocupada com algum tipo de trabalho foi estimada em 95,7 milhões de pessoas no último trimestre de 2021. É o maior contingente da série histórica.

Cresceu 3% (mais 2,8 milhões de pessoas) ante o trimestre anterior e subiu 9,8% (mais 8,5 milhões) sobre o mesmo intervalo de 2020.

O IBGE também divulgou a taxa média de desemprego no ano. Em 2021, o indicador recuou para 13,2%.

Apesar da baixa ante 2020, quando alcançou 13,8% com os efeitos da pandemia, o indicador ainda continuou acima do pré-coronavírus — era de 12% em 2019.

Conforme o IBGE, o número médio de desocupados foi estimado em 13,9 milhões em 2021. O contingente ficou relativamente estável frente ao ano anterior.

Pelas estatísticas oficiais, uma pessoa está desempregada quando não tem trabalho e segue à procura de novas oportunidades. O levantamento do IBGE considera tanto o mercado formal quanto o informal.

Na média do ano passado, o rendimento real habitual foi de R$ 2.587 no país. A quantia representa baixa de 7%.

Em parte, o rendimento menor reflete a escalada da inflação. Outros fatores que ajudam a explicar o quadro são a abertura de postos de trabalho com salários inferiores e o retorno de informais ao mercado, dizem analistas.

Vamos falar de IPI?

Precisamos de um tributo seletivo pró-saúde e pró-desenvolvimento verde

Nelson Barbosa
Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Segundo reportagens da imprensa, o governo anunciará um corte linear do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), de 25% ou aproximadamente R$ 20 bilhões. A medida faz parte da campanha de reeleição de Bolsonaro, mas ela traz um tema relevante: precisamos ter IPI? Para quê?

Começando com um pouco de história, o IPI é um tributo sobre valor adicionado (lucros e salários), criado no fim dos anos 1960, na reforma tributária da ditadura militar, em substituição ao imposto sobre consumo, que tinha incidência cumulativa (sobre o faturamento).

Na prática, o IPI funciona como um tributo seletivo, isto é, um imposto com limites fixados em lei, mas modulação decidida por decreto, para incentivar ou penalizar alguns produtos ou atividades.

Na lógica dos anos 1960, o IPI foi pensado como instrumento de arrecadação adicional do Estado, cobrando-se alíquotas extra de imposto (além da contribuição social federal, ISS e ICMS) para penalizar produtos considerados supérfluos (coisa de rico) ou prejudiciais à saúde (como bebida alcoólicas e cigarros).

Passados mais de 50 anos, o que era supérfluo virou bem de consumo popular, como geladeira, máquina de lavar, fogão, automóvel e outros bens de consumo durável. Não faz mais sentido ter imposto adicional sobre esses itens por questão de arrecadação, mas vale a pena utilizar o IPI para outros fins, como eficiência energética.

Traduzindo do economês, o IPI sobre bens de consumo deveria virar tributo seletivo com alíquota fixada de acordo com o consumo de energia ou combustível do item em questão. Isso já é feito para alguns eletrodomésticos e deveria ser ampliado para veículos, estimulando a adoção de motores híbridos e elétricos (em vez de diferenciar IPI por cilindrada).

Na mesma direção, também vale a pena usar o IPI para estimular a reciclagem de materiais e o uso de produtos e insumos com menor emissão de carbono, de modo a incentivar a transição energética.

Devido ao atual contexto de alta inflação, esse tipo de medida deve ser ficar para um segundo momento, mas estudos e planejamento podem começar desde já.

Já no caso de produtos nocivos para a saúde, é necessário manter o IPI (ou o tributo seletivo que o substituir) como fonte adicional de arrecadação, para o SUS (Sistema Único de Saúde). Aliás, mesma lógica deveria ser usada para criar um tributo que substituísse o DPVAT, pois é o SUS que lida com a maior parte das vítimas de acidentes de trânsito, mas estou saindo do tema.

Por fim, o IPI sobre os demais insumos e produtos deveria ser simplesmente zerado, pois não faz sentido punir nossa indústria com imposto adicional. Porém, como no Brasil tributação é sempre um assunto complicado, vários setores são contra esse tipo de desoneração pois usam o IPI como forma de obter créditos tributários e pagar menos impostos (exemplo: concentrado de refrigerante produzido em Manaus).

Nesse último caso, a reforma do IPI deve analisar a cadeia produtiva de cada setor e eliminar gradualmente o tributo, o que acabará aumentando a arrecadação do governo pelo fim da farra de créditos presumidos (imposto não pago, mas ainda assim usado para abater imposto devido).

Voltando à pergunta inicial: não precisamos mais do IPI dos anos 1960, mas precisamos de um tributo seletivo pró-saúde e pró-desenvolvimento verde, que não sirva de muleta para desoneração desnecessária de grandes empresas. A medida em discussão pelo governo não faz quase nada disso, mas ela força a rediscussão do tema neste ano eleitoral.

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | **SÁB. Marcos Mendes**, Rodrigo Zeidan

Câmara aprova projeto que legaliza jogo do bicho, bingo e cassino no país

Texto, que vai ao Senado, prevê cobrança de Imposto de Renda sobre prêmios a partir de R$ 10 mil

Danielle Brant e Fabio Serapião

Homem cobre o rosto durante operação policial em cassino clandestino na Vila Olímpia, em SP; Bolsonaro sinalizou que vetará liberação de jogos caso seja aprovada Paulo Lopes - 14.mar.21/AFP

BRASÍLIA E SÃO PAULO A Câmara dos Deputados concluiu nesta quinta-feira (24) a votação do projeto que libera jogo do bicho, cassino e bingo e que prevê contribuição de 17% sobre a receita decorrente da exploração da atividade, além de incidência de Imposto de Renda sobre prêmios líquidos iguais ou superiores a R$ 10 mil.

O texto-base foi aprovado na madrugada desta quinta por 246 votos a 202. Os deputados rejeitaram as mudanças propostas ao projeto, que segue para apreciação do Senado.

Assim como fez na votação do texto principal, o governo liberou os deputados da base para votar como quisessem. Em um aceno às bancadas evangélica e católica, o presidente Jair Bolsonaro já sinalizou que vetará o projeto caso seja aprovado pelo Congresso.

A votação das sugestões de mudanças no texto principal também foi marcada por críticas de grupos evangélicos e católicos e da oposição.

"É preciso denunciar que há interesses econômicos e acima de tudo há, sim, uma possibilidade de nós ampliarmos a participação do crime organizado", afirmou o deputado Helder Salomão (PT-ES).

"A liberação desses jogos dessa maneira pode favorecer muito a lavagem de dinheiro e o crime organizado e é preciso que nós coloquemos que a aprovação dessa lei, que nós ainda esperamos reverter, porque ainda há um processo pela frente, é um ataque aos valores fundamentais da pessoa humana."

O jogo é considerado ilegal desde 1941, quando passou a vigorar a Lei das Contravenções Penais. Em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra, então presidente, fechou os cassinos e proibiu a prática ou exploração de jogos de azar, em que concorre só a sorte do jogador, e não sua habilidade.

O texto original foi apresentado pelo então deputado Renato Vianna (MDB-SC) em 1991 e tramitou com alguma regularidade até 1995, quando travou. O tema foi retomado em 2008, mas também sem avanços. Em 2015, foi criada uma comissão especial para debater o texto. O colegiado produziu um relatório, usado pelo relator do texto, Felipe Carreras (PSB-PE), para seu parecer. O deputado manteve a incidência de IR de 20% sobre o prêmio líquido igual ou maior que R$ 10 mil.

Carreras fez ajustes em seu parecer para conseguir aprovar o projeto, que estabelece que a exploração de jogos e apostas pode ser feita por empresas licenciadas pelo Ministério da Economia para atuar no segmento.

O parecer de Carreras legaliza cassino, bingo, jogo do bicho, turfe [corrida de cavalo] e jogos online. O deputado incluiu em seu relatório cassinos turísticos —hotéis que poderiam explorar a atividade— e ampliou o número de licenças de cassinos em alguns estados, como Pará e Amazonas, em decorrência de sua extensão territorial.

A previsão até então era que o número fosse de acordo com a população, mas passará a computar também extensão territorial no caso dos dois estados da região Norte.

Outra mudança foi a possibilidade de cassinos em embarcações fluviais por um período de 30 dias —para não configurar cassinos ancorados.

O texto cria a Cide-Jogos, contribuição de 17% incidente sobre a receita bruta decorrente da exploração da atividade. Os recursos serão destinados a Embratur, financiamento a ações do esporte, proteção a jogadores e apostadores, proteção animal, segurança pública, saúde e cultura.

Para acomodar demandas de congressistas, o relator reduziu para 16% o percentual destinado aos entes federados —eram 20% para fundos de participação de estados e 20% para os de municípios— para contemplar recursos a ações de prevenção de desastres naturais e ao Fies (fundo de financiamento estudantil).

De acordo com o texto, após o abatimento dos prêmios pagos, as operadoras deverão repassar diretamente ao financiamento da formação de atletas 0,68% da receita bruta. Desse percentual, 0,48% será destinado ao CBC (Comitê Brasileiro de Clubes), e 0,2%, para o CBCP (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpico).

Outro pleito que Carreras acatou foi a criação de uma agência reguladora que fará parte do Sistema Nacional de Jogos e Apostas, formado também pelo Ministério da Economia, por operadoras de jogos e apostas e outros.

Para cassinos, Carreras estabeleceu limites às licenças. Será concedida uma para unidades da Federação com até 15 milhões de habitantes. Estados que tiverem entre 15 milhões e 25 milhões de habitantes poderão ter duas, e os que tiverem mais de 25 milhões de habitantes terão possibilidade de receber três licenças.

O Executivo poderá conceder a exploração de jogos em cassinos em complexos integrados de lazer para até dois estabelecimentos, no máximo, nos estados com dimensão superior a 1 milhão de quilômetros quadrados.

No entanto, o relator vedou a construção de cassinos a menos de 20 km de áreas de proteção ambiental, de praias e de regiões ocupadas por populações tradicionais.

O projeto estabelece algumas vedações a acionistas controladores e diretores de entidades licenciadas para operar os jogos e apostas. Não poderão, por exemplo, ocupar cargos públicos de direção ou que tenham competência para regular ou supervisionar qualquer espécie de jogo, aposta ou loteria.

A proibição se estende a administradores de sociedades empresárias, fundações ou pessoas jurídicas de direito privado, cujo capital seja constituído, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, por recursos estatais.

A coordenação, a condução ou a mediação de processos ou rotinas de jogos e apostas nas operadoras podem ser feitas por estrangeiros, desde que sejam fluentes em português. No entanto, há vedação a pessoas condenadas por improbidade administrativa, sonegação fiscal e corrupção, entre outros casos, e também que tenha recebido pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão judicial transitada em julgado.

O texto cria o Registro Nacional de Proibidos, banco de dados com informações sobre pessoas que não podem jogar. O cadastro torna o jogador incapaz para a prática de qualquer ato relativo a jogos de fortuna em ambiente físico ou virtual, inclusive entrar em estabelecimento de apostas com resultado instantâneo no país inteiro.

➕ O projeto dos jogos de azar

O QUE É?

Propõe que seja expressamente **admitida no Brasil a exploração de jogos** de:
- Cassino
- Bingo
- Bicho
- Turfe (corrida de cavalo)
- Online

O QUE DIZ O PROJETO SOBRE O IMPOSTO A SER COBRADO DAS EMPRESAS E DOS JOGADORES?

- A proposta estabelece a **Cide-Jogos**, com alíquota fixada em 17% para os jogos, e a **taxa de fiscalização** para emissão da licença
- Já a incidência do **IR** sobre as pessoas físicas ganhadoras de prêmios será de **20%** sobre o ganho líquido, ou seja, sobre o prêmio deduzido do valor pago para apostar ou jogar

COMO SERÃO CONCEDIDAS AS LICENÇAS*?

Cassinos
- A licença será por meio de licitação do tipo técnica e preço proposto e maior proposta e com capital integralizado de R$ 100 milhões. Há vedação para mais de um estabelecimento por estado ao mesmo grupo econômico e mais de cinco para o mesmo grupo econômico no território nacional
- Há o limite de 1 licença por estado com até 15 milhões de habitantes, 2 licenças para estados entre 15 milhões e 25 milhões de habitantes e 3 licenças para os com mais de 25 milhões de habitantes

Bingos
- Limitação de 1 bingo a cada 150 mil habitantes e com máximo de até de 400 máquinas de vídeo bingo por estabelecimento

Jogo do bicho
- Há limitação de quantidade por estado, com liberação de 1 "bicheiro" para cada 700 mil habitantes em cada estado

Walter e João Moreira Salles deixam quadro de acionistas do Itaú Unibanco

Lucas Bombana

SÃO PAULO A família Moreira Salles, detentora de participação de controle no Itaú Unibanco por meio da Iupar (Itaú Unibanco Participações S.A.), anunciou nesta quinta-feira (24) a saída dos irmãos Walter e João Moreira Salles do quadro de acionistas da companhia.

Comunicado enviado ao banco pela E. Johnston de Participações (EJ), sociedade por meio da qual os Moreira Salles detêm participação na controladora do banco, diz que o capital da EJ está atualmente distribuído entre os irmãos Fernando Roberto Moreira Salles, Walter Moreira Salles Jr., Pedro Moreira Salles e João Moreira Salles.

Com a mudança, ele passará a ser dividido entre Fernando Roberto Moreira Salles, que será titular de 50% do capital da EJ, e Pedro Moreira Salles e seu filho, João Moreira Salles (homônimo do tio), que passam a deter, respectivamente, 44% e 6% do capital da EJ.

Os irmãos Walter e João Moreira Salles saem do quadro, transferindo suas respectivas participações aos acionistas remanescentes, Fernando e Pedro, e ao novo acionista, João.

O comunicado diz ainda que não haverá nenhuma alteração na participação detida pela EJ no capital da Iupar, de 33,47%.

Os 66,53% restantes ficam na mão da holding Itaúsa, que detém participação no Itaú e em outras empresas, como Alpargatas, Dexco e Copa Energia.

A mudança não decorreu de nenhum tipo de desentendimento entre os irmãos, segundo apuração da **Folha**.

Ela teria se dado de forma natural pela maior afinidade de parte da família que permanece no quadro de acionistas da EJ com a atividade bancária, enquanto os irmãos cineastas Walter e João Moreira Salles são mais próximos do universo das artes.

Walter Salles dirigiu filmes premiados como "Central do Brasil" e "Diários de Motocicleta". João Moreira Salles, por sua vez, dirigiu "Santiago" e "Entreatos". Ele também é fundador da revista Piauí.

Profissionais de saúde em UTI para Covid no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul Diego Vara - 14.jan.22/Reuters

Classificar Covid como endemia, em vez de pandemia, ainda não é possível

Para especialistas, média móvel de 800 mortes diárias há uma quinzena no país é muito alta

Ana Bottallo

SÃO PAULO O Brasil e o mundo ainda não estão em condições de mudar o caráter da Covid-19 de pandemia (quando há uma situação de emergência sanitária global) para então considerá-la uma endemia (estágio de convivência com o vírus, com número estável de casos e mortes). A constatação é de especialistas ouvidos pela **Folha**.

No caso do Brasil, a média móvel diária de mortes acima de 800 pelo 15º dia consecutivo torna essa realidade ainda mais distante, dizem os cientistas.

Na última segunda-feira (21), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, falou em "fim do caráter pandêmico" do vírus. Em São Paulo, o governador João Doria (PSDB) já vê a redução do número de mortes como um "controle" da situação pandêmica.

Já a Inglaterra foi a primeira grande potência econômica da Europa a retirar totalmente as restrições contra o coronavírus. Na última segunda-feira, o primeiro-ministro Boris Johnson anunciou um programa de "convivência com o vírus", em que o autoisolamento para pessoas infectadas deixa de ser obrigatório.

Mesmo com teste positivo, as pessoas agora podem frequentar lojas e transporte público. Além disso, o governo britânico vai deixar de distribuir testes gratuitos para diagnóstico da Covid-19 a partir de 1º de abril.

A retirada de um caráter pandêmico restringe as medidas públicas e de excepcionalidade de combate à doença. Segundo os especialistas, isso não significa que a Covid-19 não vá passar para a fase de endemia, mas só não estamos lá ainda.

"O que define o fim de uma epidemia ou pandemia é uma série de fatores em conjunto, não apenas um indicador específico de óbitos ou casos", explica Maria Amélia Veras, epidemiologista da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Algumas doenças, como a Aids, após quatro décadas ainda não deixaram o caráter pandêmico, ela lembra. "Uma epidemia continua sendo um problema social muito grande, então ela remete a um apelo emergencial", diz.

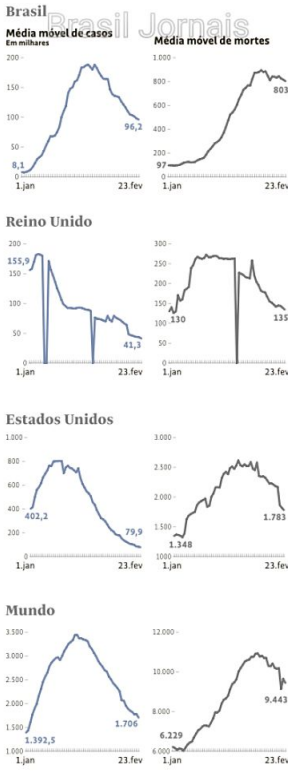
Além disso, diferenças regionais não permitem uma transição em conjunto no planeta. Enquanto em países mais ricos há políticas amplas de testagem para o coronavírus e grande oferta de vacinação, no hemisfério sul, há locais que ainda não vacinaram nem 2% das suas populações, como o Haiti.

Outro fator que impede o anúncio do fim da pandemia é a própria novidade que a Covid-19 representa para o mundo, diz Paulo Lotufo, epidemiologista e professor da Faculdade de Medicina da USP.

"Só podemos falar de endemia quando conhecemos a tendência histórica da doença bem estabelecida, e ainda não temos isso para a Covid", explica Lotufo.

Já Julio Croda, pesquisador da Fiocruz, acredita que a diminuição da letalidade do coronavírus, com uma incidência hoje equivalente a um vigésimo do que foi observado durante a onda de casos em 2021 com a variante gama, é um indicador de como podemos estar próximos do fim da pandemia.

"Isso não significa ser negligentes com o vírus, mas que a cada ano vamos ter que ter especial atenção para as pessoas com maior risco, os grupos mais vulneráveis, que são os idosos e os imunossuprimidos, que precisem de um reforço vacinal, como é com a gripe", diz Croda.

"Já para os indivíduos jovens e saudáveis, os estudos mostram que a proteção celular induzida por vacinas segura bem mesmo contra ômicron", completa ele.

Márcia Castro, demógrafa e chefe do departamento de Saúde Global e População da Universidade Harvard e colunista da **Folha** ressalta que precisamos "questionar o que é o fim da pandemia".

"O fim é não ter mais casos, não ter mais atenção especial para aquela doença? Isso ocorreu com o zika em 2015 e depois vimos as consequências da microcefalia nos bebês", destaca.

"É o fim para quem? Há muitos órfãos da pandemia, pessoas que perderam renda, passando fome, com sequelas de Covid. Quais são os critérios para determinar o fim? Eles são técnicos, de saúde pública, ou eles são sociais?", indaga ela, afirmando que, apesar da queda de mortes e hospitalizações, quem declara o fim de uma pandemia é a OMS (Organização Mundial da Saúde), não um governo local.

Para Cláudio Maierovitch, médico sanitarista e ex-diretor da Anvisa, "pensando do ponto de vista estritamente técnico, não é possível falar de uma endemia durante uma pandemia".

"E existe outro aspecto: uma endemia não necessariamente é melhor do que uma pandemia. Podemos ter doenças endêmicas que causam prejuízos contínuos às populações do ponto de vista sanitário ou financeiro", afirma.

A própria discussão de se a Covid-19 seria uma doença sazonal ou viria em ondas, como as registradas no passado, acabou dificultando ações de caráter mais global, avalia Maierovitch.

"Já vimos outras vezes no Brasil uma subida de hospitalizações e mortes em ondas anteriores e depois uma queda lenta. Na África do Sul, a ômicron subiu como um paredão, e a descida foi em queda livre. Os Estados Unidos continuam com um patamar muito elevado", diz.

"Isso tudo mostra que ainda são necessários mecanismos em todo o mundo para ajudar essa queda a ser mais rápida e consistente, mas não retirar as restrições", conclui.

Croda, no entanto, vê que há um impacto cada vez menor no sistema de saúde pública, uma vez que os indicadores estão em queda. "A tendência é, com a redução da letalidade e a queda de hospitalizações e óbitos, caminhar para esse período de transição, que não significa zero impacto, mas um impacto previsível", diz.

Antes da ômicron, a média móvel de mortes e casos diários no país estava em decréscimo, mas a chegada da variante, mais transmissível e com escape vacinal, mostra como essa situação de aparente conforto pode ser perturbada.

Para Ethel Maciel, epidemiologista e professora da Universidade Federal do Espírito Santo, a própria possibilidade de o vírus sofrer mutações e surgirem novas variantes torna prematura essa discussão.

"Ficou muito claro que houve um impacto grande na efetividade das vacinas, então precisamos de uma atualização das mesmas e, se isso for feito e elas forem eficazes, talvez a gente possa considerar a mudança de fase", explica.

Nesse contexto, uma rede de vigilância de casos, como as estruturas sentinelas montadas para o vírus influenza, são fundamentais, aliadas a uma estratégia ampla de testagem, plano que nunca foi implementado de maneira adequada no Brasil.

"Após dois anos ainda não conseguimos fortalecer a vigilância genômica, então dizer que a ômicron será a 'variante definitiva' é errado. Nada foi feito para fortalecer essas e outras medidas de saúde pública, como os agentes comunitários e o uso de autotestes como política pública, com foco na desigualdade", diz Castro.

Mesmo com a epidemia recente de vírus influenza H3N2, a sentinela falhou em aspectos como a adoção de medidas rápidas de contenção em estados com a melhor infraestrutura, como São Paulo, afirma Lotufo.

Anualmente, a gripe causa cerca de mil óbitos no país. Para a Covid, de 1º de janeiro de 2022 até a última quarta-feira (23), foram registrados mais de 27 mil óbitos, de acordo com os dados do consórcio de imprensa.

"O chamado 'fim' da pandemia, ou a mudança de uma fase pandêmica para endêmica significa qual o valor de vidas perdidas que é aceitável ter como sociedade a cada ano", afirma Lorena Barberia, pesquisadora e professora do departamento de ciência política da USP.

A retirada das medidas, portanto, é vista por ela como um fator complicador e político, não de caráter técnico.

Além disso, diz Barberia, os riscos da Covid longa e as consequências para a saúde pública das sequelas ainda são imensuráveis. "Chegar em um valor aceitável [de casos e óbitos] significa dizer que futuros riscos para a saúde das pessoas infectadas também são aceitáveis, sem mesmo conhecê-los", destaca.

Para Roberto Kraenkel, físico e membro do Observatório Covid-19 BR, "não estamos nessa situação aceitável".

"Apesar da queda rápida de hospitalizados e mortes em alguns estados, no país ainda temos cerca de cem mil casos por dia", observa.

Situação da Covid em 2022 no Brasil e no mundo

De 1 de janeiro a 23 de fevereiro de 2022

Mundo
1.392,5
1.706
6.229
9.443
1.jan
23.fev

Fonte: Brasil: dados do consórcio de veículos de imprensa até 23.fev.22; demais países e mundo: Our World in Data

Só podemos falar de endemia quando conhecemos a tendência histórica da doença bem estabelecida, e ainda não temos isso para a Covid

Paulo Lotufo
epidemiologista

O chamado 'fim' da pandemia, ou a mudança de uma fase pandêmica para endêmica significa qual o valor de vidas perdidas que é aceitável ter como sociedade a cada ano

Lorena Barberia
pesquisadora

Plano para rotular Covid como endemia traz risco às vacinas

Há incertezas sobre o impacto no aval para aplicação de Coronavac e Janssen

Mateus Vargas
e Raquel Lopes

BRASÍLIA O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, quer passar a encarar a Covid como endemia até o fim de março, mas o plano é incipiente e esbarra em dúvidas sobre o impacto da mudança de status nas vacinas com registro de uso emergencial.

Segundo integrantes da Saúde, a ideia de Queiroga é encontrar uma forma de defender o fim de restrições contra o vírus, como o uso obrigatório das máscaras.

A medida seria ainda novo aceno ao presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo um auxiliar do ministro. Queiroga tem apostado em agrados à base de apoiadores do governo para se agarrar ao cargo.

A equipe da Saúde só deve se debruçar sobre o tema depois do Carnaval. Em discussões preliminares, auxiliares de Queiroga ainda tentam decifrar a vontade do ministro, mas já avaliam que a mudança pode exigir revogar ou mexer na portaria da Saúde de fevereiro de 2020 que declarou a Espin (Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional).

Essa medida não teria apenas o impacto de reforçar o discurso do ministro de que o governo deu uma resposta firme à pandemia, pois a portaria dá lastro a uma série de ações tomadas na crise.

A mais sensível delas é a autorização emergencial de uso de vacinas e medicamentos. Pelas regras atuais da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), esse tipo de aval que foi dado à Coronavac e ao imunizante da Janssen, por exemplo, acaba quando a portaria for revogada.

Para evitar esse transtorno, auxiliares do ministro avaliam que uma saída é publicar um instrumento transitório para reconhecer que a doença perdeu força, estimular a redução das restrições, mas deixar margem para manter o uso emergencial das vacinas.

Integrantes da Saúde ainda vão medir se a mudança ou revogação da portaria também impede a continuidade de outras ações liberadas em situações de crise, como contratações sem licitações e a emissão de créditos extraordinários, que não são computados dentro do teto de gastos.

"Determinados contratos foram feitos na vigência da pandemia. As vacinas que têm registro emergencial será que podem continuar sendo usadas fora do caráter pandêmico? Toda essa análise tem de ser feita para conseguirmos levar uma palavra segura à sociedade", disse Queiroga na segunda-feira (21).

> O certo seria ter um plano, metas, monitorar indicadores de testagem, cobertura vacinal, número de internações e óbitos
>
> **Adriano Massuda**
> médico

Essa não é a primeira investida de Queiroga para reduzir as restrições contra a Covid. Ele planejava lançar um documento recomendando desobrigar o uso de máscaras no Natal de 2021, mas o surgimento da variante ômicron encerrou os planos.

Em nota, a Saúde disse que "avaliará a medida em momento oportuno, sempre considerando o cenário epidemiológico e o comportamento do vírus em território brasileiro". Afirmou ainda que outros ministérios e órgãos vão participar da discussão.

Integrantes da pasta dizem que serão considerados fatores epidemiológicos, econômicos e territoriais antes da decisão. Também será visto o impacto das festas durante o Carnaval.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), deve anunciar a flexibilização do uso de máscaras depois do Carnaval. Ainda não está definido se elas poderão ser dispensadas somente quando a pessoa caminhar ao ar livre ou em todos os ambientes, como mostrou a coluna Mônica Bergamo.

Gestores do SUS, entretanto, consideram precipitado abrir a discussão sobre tratar a Covid como endemia e reduzir as restrições.

Para Carlos Lula, presidente do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e secretário de Saúde do Maranhão, não é o momento para falar em terminar com a emergência em saúde pública. Ele afirmou que o cenário de média móvel superior a 800 mortes por dia é desfavorável.

"Não dá para a gente pensar que acabou, ainda não acabou [a pandemia]", disse Lula.

Vice-presidente do Conass e secretário de Saúde do Espírito Santo, Nesio Fernandes acrescentou que não há respaldo epidemiológico para decretar o fim da pandemia. Disse ainda que é preciso esperar o comportamento da subvariante da ômicron, além do período de maior incidência da gripe para tomar qualquer decisão.

Fernandes ressaltou que abrir um discurso de acabar com a pandemia também pode atrapalhar a comunicação e a mobilização da campanha de vacinação, que ainda precisa avançar.

"Nós estamos falando de campanha de múltiplas doses sendo aplicada nas pessoas. Para conseguir um alto grau de adesão da sociedade, ela tem que compreender que existe uma situação pandêmica. Se as pessoas acham que a pandemia acabou porque mudou o status, muitas delas deixam de tomar a vacina achando que não há necessidade", afirmou.

Para Adriano Massuda, médico, professor da FGV (Fundação Getulio Vargas) e ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, a transição da doença para uma endemia deve ser planejada.

"Quando interesses político, partidário e eleitoral ficam à frente do sanitário, atrapalha o processo de saída da pandemia", afirmou Massuda.

O professor disse que é preciso ter atenção à demanda reprimida de serviços do SUS de outras doenças. "O certo seria ter um plano, metas, monitorar indicadores de testagem, cobertura vacinal, número de internações e óbitos", afirmou.

No começo deste ano, alguns países, como Reino Unido e Dinamarca, decidiram passar a encarar a Covid-19 como uma endemia e relaxar restrições.

Em boletim sobre a pandemia divulgado no último dia 9, o Observatório Covid-19 Fiocruz afirma que a transição de pandemia para endemia não significa a eliminação do vírus. De forma geral, a doença se torna uma endemia quando é recorrente em uma região e não há um aumento inesperado de casos.

"Essa mudança não representa, de nenhuma maneira, a eliminação do vírus e da doença, nem a redução da adoção de medidas de proteção individual e coletiva", afirma o documento.

De acordo com o Observatório, a classificação de "endemia" somente poderá ser pensada após a drástica redução da transmissão pelas novas variantes e por meio de uma campanha mundial de vacinação.

O diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse em 12 de fevereiro que a "fase aguda" da pandemia pode terminar este ano, caso se atinja uma taxa de vacinação de 70% da população mundial.

"Nossa expectativa é do fim da fase aguda da pandemia neste ano, desde que 70% da população mundial sejam vacinados até o meio do ano, por volta de junho, ou julho", declarou o diretor-geral à imprensa, durante visita à África do Sul. "Está em nossas mãos. É uma questão de decisão."

Pessoas formam fila de vacinação em UBS na região central de São Paulo Rivaldo Gomes - 8.jan.22/Folhapress

Farmacêutica anuncia que novo imunizante é 100% eficaz contra casos graves e hospitalização

AFP E REUTERS A gigante farmacêutica francesa Sanofi anunciou nesta quarta-feira (23) resultados positivos em grande escala de sua vacina anticovid-19, desenvolvida em parceria com o laboratório britânico GSK, após um ano de testes e adiamentos.

"Sanofi e GSK vão solicitar a aprovação regulatória de sua vacina contra Covid-19" nos EUA e na União Europeia, anunciaram ambos os grupos em comunicado, após testes feitos em milhares de pessoas.

Embora os estudos completos ainda não tenham sido publicados, seus resultados mostram que o fármaco contribui para prevenir a hospitalização relacionada com o coronavírus. "Estamos confiantes de que esta vacina pode desempenhar um papel importante à medida que continuamos a lidar com essa pandemia e nos preparamos para o período pós-pandemia", disse o presidente da GSK Vaccines, Roger Connor.

Dados iniciais do teste de estágio final da vacina mostraram que ela era 100% eficaz contra Covid-19 grave e hospitalização e 75% de eficácia contra doença moderada ou grave. Além disso, a vacina teria uma eficácia ligeiramente superior a 50% para a Covid sintomática.

"Nenhum outro estudo global de eficácia de fase 3 foi realizado durante este período com tantas variantes de preocupação, incluindo ômicron, e esses dados de eficácia são semelhantes aos dados clínicos recentes de vacinas autorizadas", disse Thomas Triomphe, vice-presidente executivo da Sanofi Vaccines.

Se a vacina for autorizada, será o fim de uma longa jornada para ambas as empresas farmacêuticas, que esperavam poder comercializar o medicamento em meados de 2021.

Os primeiros obstáculos surgiram com a dosagem correta da vacina e, depois, com a dificuldade de se encontrar pessoas ainda não infectadas, para que os testes fossem confiáveis. A Sanofi teve de abandonar suas tentativas de criar uma vacina baseada na tecnologia de RNAm, que tem sido a base de suas concorrentes Pfizer/BioNTech e Moderna.

Porta-voz da Sanofi reiterou o compromisso da farmacêutica francesa de fornecer um total de 75 milhões de doses para a União Europeia e Grã-Bretanha, bem como 100 milhões para os EUA, dependendo da aprovação regulatória.

As entregas planejadas nos EUA seriam regidas por um contrato de US$ 2,1 bilhões com o governo americano assinado no mês de julho de 2020, acrescentou.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Dedicou-se à pedagogia como professora e diretora

MARIA DE LOURDES GUERREIRO GUIZELINE (1935-2022)

Priscila Camazano

SÃO PAULO Com muita disciplina e rigor, Maria de Lourdes Guerreiro Guizeline dedicou a sua vida à pedagogia. No início da carreira, atuou na sala de aula como professora de português. Depois, esteve à frente da direção de colégios em São Paulo.

"Ela era uma pessoa muito disciplinada e rigorosa com a administração quando era diretora [de escola], mas ao mesmo tempo muito amiga, doce e generosa", afirma o filho Mauro Guizeline.

Filha de um casal de espanhóis, ela nasceu em Penápolis, no interior paulista.

Durante a juventude, participou e ganhou concursos de beleza. "Ela era muito bonita", afirma o filho. Em 1956, representou a cidade natal em uma disputa em Bauru e foi eleita "Rainha da Cidade Princesa da Noroeste". Depois, outros títulos vieram.

Em Penápolis, morou até se casar com Espedito Guizeline, em 1957. Após o matrimônio, mudaram-se para Valparaíso, também no interior do estado, e lá tiveram os três filhos.

Na nova cidade, depois de algum tempo, ela, que era professora de português, prestou concurso público para ser diretora de escola.

Por volta de 1975, a família foi para São Paulo, para que os filhos pudessem estudar. Na capital, Maria de Lourdes continuou trabalhando e assumiu a direção de uma escola pública no Parque Continental, na zona oeste.

Trabalhou na direção de colégios até se aposentar. Depois da aposentadoria, continuou na ativa e trabalhou mais alguns anos como coordenadora pedagógica em uma escola particular nos Jardins.

"Ela era uma mulher interessante e inteligentíssima", afirma Mauro.

O bom humor também era uma de suas características. "Ela era uma pessoa muito engraçada e sempre tinha boas histórias para contar", lembra o filho.

O café da manhã aos domingos na sua casa, quando reunia a família e contava histórias saudosas de Penápolis, vão fazer falta, segundo Mauro.

Na última terça-feira (22), Maria de Lourdes Guerreiro Guizeline morreu aos 86 anos depois de sofrer um acidente vascular cerebral que a fez ficar 60 dias no hospital. Ela deixa dois filhos, nora, genro e cinco netos.

7º DIA

OLGA MARIA FERREIRA BARROSO Sexta (25) às 12h30, Paróquia São Pedro São Paulo, Jardim Guedala, São Paulo (SP)

AFFONSO GIL BERGAMI RODRIGUES Sábado (26) às 15h, Sumaré, São Paulo (SP)

Metade dos hospitais da Prevent está irregular e atua sob liminar, diz CPI

Levantamento feito por vereadores identificou falhas em operações das unidades da rede em SP

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Metade dos 14 hospitais da Prevent Senior que funcionam em São Paulo está irregular e atua sob liminar da Justiça, segundo levantamento da CPI da Prevent Senior da Câmara dos Vereadores.

Em sessão nesta quinta-feira (24), o vereador Paulo Frange (PTB), relator da CPI, afirmou que apenas uma unidade de pronto-atendimento, no Tatuapé, na zona leste da capital, está regular do ponto de vista da documentação exigida pela prefeitura, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.

Segundo o vereador Frange, as sete unidades que atuam sob liminar por estarem sem licença de funcionamento são Alto da Mooca, Mooca, Pinheiros, Jardim Paulista, Santa Cecília, Liberdade e Santana.

A liminar impede fiscalizações de agentes da prefeitura, além de outras sanções administrativas como fechamento dos hospitais.

Além dos sete endereços sob liminar, a Prevent Senior tem mais três hospitais sem auto de licença de funcionamento, mas que podem operar por possuírem processos administrativos em trâmite para obter a regulação.

No total, portanto, dez unidades foram multadas pela administração municipal desde o ano passado por falta de auto de licença de funcionamento. São elas: Rússia e Butantã (avenida Professor Francisco Morato); Mooca (rua da Figueira); Pinheiros, (rua Cristiano Viana); Jardim Paulista (avenida Brigadeiro Luís Antônio); Santa Cecília (rua Jaguaribe); Liberdade (rua Mituto Mizumoto); e Santana (rua Augusto Tolle).

Entrada de hospital da rede Prevent Senior na Mooca, na zona leste de São Paulo Zanone Fraissat - 28.set.21/Folhapress

A defesa solicitou a dispensa dos depoimentos porque os médicos já depuseram sobre os mesmos temas em investigações do Ministério Público e Polícia Civil

Prevent Senior
sobre convocação de médicos para depor

O já desativado hospital de campanha montado na Vila Olímpia (rua do Ator) e a unidade Tatuapé (rua Uriel Gaspar), já regularizada, também foram autuados.

O levantamento apontou também que há dois hospitais sem o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) válido.

Em nota, a Prevent Senior diz que trabalha para resolver todas as pendências apontadas pelas autoridades municipais. A empresa foi questionada sobre a ausência de autos de funcionamento e AVCB em relação aos endereços citados,porém não respondeu.

Os vereadores ouviram na quarta-feira Jorge Aparecido Veronese, responsável técnico pelos processos de regularização de 10 dos 14 hospitais da Prevent Senior. Segundo ele, o prazo para regularizar todas as unidades é curto, dada a dependência de uma série de órgãos diferentes. Para ele, é necessário o prazo de um ano para obter todas as autorizações.

Xexéu Tripoli (PSDB) rebateu a declaração do depoente e classificou como desleixo a morosidade da Prevent Senior em regularizar o funcionamento de seus hospitais. "Como pode um hospital funcionar há anos sem o Habite-se?", disse o vereador, antes de ressaltar a demora dos órgãos municipais em atender a demanda.

A **Folha** revelou em outubro do ano passado que a operadora de saúde mantém 7 de suas 13 unidades de hospitais e prontos-socorros em funcionamento sem as licenças necessárias, o que é passível de multas, fechamento administrativo e demais sanções legais.

Dias depois, a prefeitura negou a regularização de três hospitais da operadora que funcionam sem o auto de licença de funcionamento.

De acordo com documentos enviados à CPI da Prevent, as unidades de Santana, Santa Cecília e Mooca tiveram os pedidos de emissão do documento indeferidos por uma série de irregularidades.

Os vereadores aprovaram na quarta-feira a convocação de médicos diretores da Prevent Senior, que haviam sido convidados para prestar depoimento, mas não compareceram.

A operadora de saúde afirmou que "a defesa solicitou a dispensa dos depoimentos porque os médicos já depuseram sobre os mesmos temas em investigações do Ministério Público e Polícia Civil", mas estão disponíveis para depor à CPI.

Anvisa aprova Evusheld, primeiro medicamento para prevenir a Covid

BRASÍLIA A diretoria colegiada da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou por unanimidade o uso emergencial do medicamento Evusheld (ou AZD7442) da AstraZeneca contra a Covid-19.

O medicamento é uma combinação de anticorpos monoclonais cilgavimabe + tixagevimabe. Ele deve ser usado como profilaxia pré-exposição, ou seja, indivíduos que não estão atualmente infectados com a Covid e não tiveram contato com o vírus.

Ele é indicado para pessoas com 12 anos ou mais com condições médicas ou tratamentos que podem resultar em imunocomprometimento moderado a grave e uma resposta imunológica inadequada à vacinação atualmente disponível, como paciente em tratamento oncológico ou em uso de imunossupressores, transplantados de órgão sólidos e medula óssea e infecção por HIV avançada.

Pode ser usado também para quem a vacina contra a Covid-19 não é recomendada devido a um histórico de reação adversa grave.

Entretanto, para quem a vacinação é indicada, o medicamento não a substitui. Nesse caso, o medicamento deve ser administrado pelo menos duas semanas após a aplicação do imunizante.

"A profilaxia pré-exposição com Evulsheld não substitui a vacinação em indivíduos para os quais a vacinação Covid é recomendada. A gente está ressaltando do que não é para substituir a vacinação", disse Gustavo Mendes, gerente-geral de medicamentos e produtos biológicos da Anvisa.

Meiruze Sousa Freitas, diretora relatora da Anvisa, disse que no cenário atual da pandemia o uso de um produto para profilaxia pode proporcionar mais uma estratégia para proteção da população.

"Considero que a profilaxia pré-exposição pode ser uma arma importante para combater os agravos dos mais vulneráveis que estão em risco de serem hospitalizados e de óbitos, como as pessoas com leucemia, imunodeficiência primária ou adquiria ou aquelas que realizam tratamentos imunossupressores, com as pessoas transplantadas, destacou.

Entretanto, ela alerta que os pacientes tratados devem continuar com as medidas de cuidados contra a Covid, como usar máscara, manter isolamento, não compartilhar itens pessoais e higienizar com frequência as mãos.

Em novembro, a farmacêutica AstraZeneca anunciou que seu anticorpo monoclonal foi capaz de reduzir o risco de Covid e também o de desenvolvimento de quadro severo e morte.

Nesta quinta, a AstraZeneca disse, por nota, que nenhum caso grave ou morte ocorreu no grupo tratado com os anticorpos. Diferente dos antivirais, o desenvolvimento desse tipo de tratamento é baseado em anticorpos produzidos pelo próprio corpo humano e sua aplicação é feita via intramuscular.

O medicamento já foi aprovado por outras agências reguladoras em países como os Estados Unidos, França, Israel, Itália, Barein, Egito e Emirados Árabes Unidos. O Evusheld ainda está em análise pela Agência Europeia de Medicamentos.

O Ministério da Saúde já iniciou conversas com a AstraZeneca para a aquisição de remédios contra a Covid.

A Anvisa já aprovou outros seis medicamentos para a Covid. Um deles é o Regen-Cov (combinação de casirivimabe e imdevimabe), da farmacêutica Regeneron, que tem aprovação para uso emergencial no Brasil.

Entre os medicamentos aprovados, a agência reguladora revogou a autorização de uso emergencial da associação dos anticorpos monoclonais banlanivimabe e etesevimabe contra a Covid.

A Anvisa pediu que a empresa apresentasse dados de eficácia do remédio contra a ômicron que subsidiassem a manutenção da autorização de uso emergencial do medicamento para o tratamento da Covid, o que não ocorreu. **RL**

"

A profilaxia pré-exposição com Evulsheld não substitui a vacinação em indivíduos para os quais a vacinação Covid-19 é recomendada

Gustavo Mendes
gerente-geral de medicamentos e produtos biológicos da Anvisa

Médico pró-cloroquina volta a órgão ligado ao SUS

BRASÍLIA Responsável por liderar algumas das principais investidas do governo Jair Bolsonaro (PL) para disseminar o chamado "kit Covid", sem eficácia para tratar a doença causada pelo coronavírus, o médico Hélio Angotti deve voltar a participar de discussões sobre tratamentos do SUS (Sistema Único de Saúde).

Angotti foi nomeado membro suplente da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde) nesta quinta-feira (24), em portaria assinada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

No último dia 16, o médico deixou o cargo de secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos. No comando dessa pasta, Angotti tinha o poder de aceitar ou vetar as decisões da Conitec.

Angotti passou a comandar a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, pasta que estava vaga desde a saída da médica Mayra Pinheiro, conhecida como "capitã cloroquina".

O médico será o suplente da sua secretaria dentro da Conitec. O colegiado, que tem 13 membros, vota diretrizes e protocolos de tratamentos do SUS.

Angotti acabou perdendo poderes, pois não pode mais vetar uma decisão da Conitec, mas voltou a ter a chance de participar das discussões ao se tornar um membro suplente.

No entanto, ele só irá participar das discussões caso o membro titular não possa estar presente. Atualmente, o titular pela secretaria na Conitec é o servidor Vinicius Nunes Azevedo.

A Conitec elabora sugestões de protocolos e diretrizes de diversos tratamentos. Se aprovados, estes documentos tornam-se guia para compras de medicamentos, apontam quais pacientes estão aptos a recebê-los e de que forma.

Um gestor público pode ser questionado se promover tratamentos fora das orientações do SUS, que passam pela Conitec.

As discussões da comissão também são vistas como estratégicas tanto pela indústria farmacêutica como por associações de pacientes.

Ao assumir o Ministério da Saúde, em março de 2020, Queiroga anunciou que promoveria o debate na Conitec para encerrar a discussão sobre o uso do "kit Covid".

Ele indicou o médico e professor da USP (Universidade de São Paulo) Carlos Carvalho, contrário aos fármacos ineficazes, para organizar um grupo que iria elaborar os pareceres.

Em janeiro, Angotti rejeitou orientações sobre a Covid-19 que contraindicavam o uso de medicamentos sem eficácia para a doença, como a hidroxicloroquina e a azitromicina.

Reportagem da **Folha** mostrou que a nota técnica em defesa do chamado "kit Covid" citou uma pesquisa científica conduzida de forma irregular na avaliação da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

Antes de mudar de secretaria, Angotti ainda barrou o recurso apresentado por especialistas.

A discussão sobre as diretrizes de tratamento da Covid-19 agora está nas mãos do ministro Queiroga. Ele disse que terá prazo de 30 dias, prorrogável pelo mesmo período, para avaliar estes questionamentos.

cotidiano

Blocos de BH recorrem a eventos menores

Sem Carnaval de rua, grupos reduzem número de integrantes para adequar folia a restrições na pandemia da Covid

Isac Godinho

CONSELHEIRO LAFAIETE (MG) Fora do eixo carnavalesco tradicional, Belo Horizonte viu a festa popular crescer nos últimos anos e ganhar destaque com a força dos blocos de rua. Mas, em 2022, não acontecerá novamente nas vias da cidade. Dessa forma, os principais blocos precisaram se adequar aos protocolos autorizados pela prefeitura.

Neste ano, sem a festa das ruas, a folia de BH terá eventos privados, alguns com nomes famosos da música nacional e ingressos com valores mais altos, e outros eventos mais populares, com atrações relacionadas ao Carnaval local.

Segundo Rodrigo Boi Magalhães, fundador e regente do bloco Juventude Bronzeada, poder participar de eventos nessa época é positivo, mas não substitui a energia característica do Carnaval.

"A potência do Carnaval é a rua, que é acessível para todo mundo, é democrática. Todo mundo consegue brincar e também trabalhar, então faz muita falta, profissional e afetivamente", afirma ele.

O bloco Juventude Bronzeada reúne milhares de pessoas na terça-feira de Carnaval para celebrar a música baiana. Os ensaios da bateria, com mais de 400 ritmistas não acontecem desde 2020. Apenas a banda que acompanha o bloco se apresentará em eventos na cidade.

O Funk You, único bloco com repertório exclusivo de Funk em BH, cresceu muito desde seu primeiro Carnaval, em 2017. Em 2020, mais de 250 mil pessoas acompanharam o desfile do grupo.

A partir do bloco, surgiu a banda do Funk You, que se apresenta em festas de casamento e formaturas. Segundo Lucas Moraes, diretor do bloco, a procura pelo trabalho da banda está menor do que quando as festas de rua aconteciam na capital e pelo interior. O impacto financeiro de outro ano sem o Carnaval é grande, porque o bloco deixa de receber patrocínios, de ter visibilidade na mídia e de produzir eventos que geram renda.

O bloco Faraó deu prioridade para se apresentar em eventos gratuitos neste Carnaval, em diversos bairros da cidade. Para a diretoria do bloco, o impacto sentimental pela falta do Carnaval é maior que o financeiro.

> A potência do Carnaval é a rua, que é acessível para todo mundo, é democrática. Todo mundo consegue brincar e também trabalhar, então faz muita falta, profissional e afetivamente
>
> **Rodrigo Boi Magalhães**
> fundador e regente do bloco Juventude Bronzeada

O Faraó é formado por 600 integrantes e cerca de 150 terão algum tipo de apresentação no Carnaval. O bloco foi um dos poucos da cidade que manteve rotina de ensaios.

A banda do bloco Quando Come Se Lambuza também tem apresentações marcadas para o feriado. Mas são apenas oito músicos, enquanto a bateria tem mais de 220 ritmistas. Segundo André Melado, fundador e mestre de bateria, não foi possível realizar ensaios com a formação completa neste período.

O bloco Havayanas Usadas também tentou retomar as atividades em 2021, mas com o avanço da Covid e da gripe, a decisão foi repensada. Neste ano, a banda com dez integrantes fará apresentações, porém em escala menor. Em 2020, o bloco levou cerca de 300 mil foliões às ruas e gerou mais de 400 empregos.

Segundo Geison Almeida, presidente do Então Brilha, por mais que a banda que acompanha o bloco seja convidada para se apresentar em eventos, são coisas diferentes. O bloco surgiu em 2010 e participou da movimentação política pela retomada do Carnaval de rua na capital mineira. "Um dos objetivos do movimento era fazer blocos de Carnaval para pensar na rua como um espaço lírico a ser ocupado pelas pessoas", afirma Geison.

Segundo representantes dos blocos, em Belo Horizonte não houve um auxílio específico para os profissionais do Carnaval. Muitas pessoas do setor precisaram migrar para outras áreas para se sustentar durante a pandemia.

PRÉDIO PEGA FOGO E É EVACUADO NA AVENIDA PAULISTA, EM SÃO PAULO
Um prédio comercial no número 1.337 da avenida Paulista, em São Paulo, pegou fogo nesta quinta-feira (24). No local, segundo a Polícia Militar, havia cerca de 500 pessoas. Ninguém se feriu. O fogo foi controlado uma hora depois Reprodução Record News

Mortes em Petrópolis chegam a 210; 48 ainda estão desaparecidos

Matheus Rocha

RIO DE JANEIRO Subiu para 210 o número de pessoas mortas na chuva que devastou Petrópolis, cidade na região serrana do Rio de Janeiro. Do total de vítimas, 124 são mulheres; 84 são homens e 40, menores de idade. O temporal que caiu sobre a cidade imperial na terça-feira (15) alagou ruas, destruiu bairros, arrastou carros e matou famílias inteiras.

Até a manhã desta quinta (24), 191 corpos haviam sido identificados e 181 já tinham sido liberados para funerárias.

Ao menos 166 pessoas já foram sepultadas no cemitério de Petrópolis. Os enterros começaram na quarta-feira (16), quando Evelyn Luiza Netto da Silva, 11, foi sepultada.

A liberação de alguns corpos tem demorado em razão do estado em que eles chegaram ao IML (Instituto Médico Legal). Nesses casos, é preciso fazer exames de DNA e papiloscópicos para ter a identificação. Segundo a Polícia Civil, há um mutirão formado por peritos legistas e criminais, papiloscopistas, técnicos e auxiliares de necropsia para dar celeridade ao trabalho.

A chuva também destruiu casas, obrigando 899 pessoas a procurarem abrigo nos 14 pontos de apoio disponibilizados pela prefeitura da cidade. Segundo a administração municipal, essas pessoas estão recebendo itens essenciais e orientações sobre os serviços sociais que podem ser solicitados.

Apesar do medo da chuva, alguns moradores seguem vivendo à beira dos barrancos que deslizaram. "Vou para onde?" é a pergunta que muitos sobreviventes fazem.

Nove dias após a tragédia, as buscas continuam nas áreas mais afetadas pelos temporais. Nesta quinta-feira, o trabalho dos bombeiros se concentra no Morro da Oficina, Vila Felipe e, Sargento Boening e Vila Itália.

Segundo a Polícia Civil, há 48 pessoas que ainda não foram encontradas. Conforme os corpos são identificados, o número de desaparecidos cai.

Petrópolis tenta agora se reerguer da tragédia. Nas ruas, moradores limpam casas, prédios históricos e comércios, que já começam a reabrir.

Lá longe, onde tem guerra

Quantos de nós acham 'saudável' pensar em Moïse e Marielle como 'algo distante'

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Eis que acordo hoje, dia 24 de fevereiro, e sou informada pelo jornal que existe uma nova guerra no mundo. Minha amiga conta que o marido, ucraniano, passou a madrugada ao telefone com primos, numa conversa sobre os melhores momentos da infância, em tom de despedida. O que eu sinto? Uma tristeza distante, um pesar controlado e comedido, uma dor que não se compara à que eu senti semana passada, em uma das minhas crises de enxaqueca.

A primeira coisa que penso, antes de o meu superego agir, é que "isso não tem nada a ver comigo". Tenho vontade de escrever no Twitter: "Até quando vamos aguentar a iminência do fim da humanidade, no sentido amplo da expressão?". A verdade? Eu estava tomando um suco verde enquanto escrevia essas palavras. Preciso dizer que me importo quando, de fato, se não houver ameaça de bomba nuclear, eu não me importo taaaaanto assim. Então apago, morta de vergonha.

Na minha ignorância sobre política e no meu individualismo de branca da zona oeste paulistana que sofre pelos acontecimentos enquanto lê o jornal deitada no sofá e embaixo do ar-condicionado, confesso que tentei me acalmar com artigos de especialistas garantindo que não há a menor chance de uma terceira guerra mundial. O que você mais quer saber é se sua família corre algum perigo. Até aí normal. Será que é mesmo normal?

Para piorar, não agimos assim só quando é no Afeganistão, na Ucrânia ou em algum país africano.

Eu não canso de pensar que o quiosque em que espancaram, amarraram e assassinaram Moïse seguiu funcionando normalmente enquanto o corpo dele estava no chão. Ontem pensei isso fazendo esteira. Esteira? Meu pensamento tem algum valor então?

Acabei de entrevistar Anielle Franco para o meu podcast, e ela me contou que no dia em que mataram sua irmã, a vereadora Marielle Franco, ela recebeu, no grupo de WhatsApp do bairro onde mora, a foto do rosto de Marielle desfigurado por cinco tiros. Foi demitida, logo após essa ameaça, das três escolas em que dava aula de inglês para adolescentes. Os pais dos seus alunos cuspiam no chão quando ela passava. Foram anos tentando contar a verdadeira história da irmã, porque a fake news de que Marielle era "mulher de traficante" já estava prontinha para ganhar as redes antes mesmo de encomendarem a morte dela. Anielle é ofendida diariamente, tratada como "preta vagabunda atrevida", porque não ficou quieta na favela, tem três mestrados e luta por sua família e por outras mulheres pretas. Em suas redes sociais, atura semanalmente haters chamando a sua irmã de "peneira".

Eu achava que a história de Anielle e de Marielle estava longe de mim. Claro que sofri na época, fiquei indignada, fiz meus posts, assisti ao documentário, escrevi sobre isso. Mas perdi alguma noite inteira de sono? Não.

Acontece que agora conheci pessoalmente Anielle, a entrevistei, me apaixonei e senti uma vontade profunda de, quem sabe um dia, ter a sorte de estar próxima dela. Ser amiga. Conhecer sua mãe. Conhecer Luyara, sua sobrinha. E poder, finalmente, virar um ser humano, e não uma replicadora de tuítes progressistas.

Quantos de nós, mesmo sem admitir, acham "saudável" pensar — para não pirar ou apenas para seguir tranquilo eu seu lugar de privilégio — nos casos de Moïse, Marielle e Anielle como "algo distante", da favela, algo que acontece bem longe, em outro país, em outra língua. Até quando vamos pensar na dor de um país gigante, de maioria preta e pobre, como se eles estivessem lá na Ucrânia? E olha que já seríamos bem cruéis e boçais se pensássemos que a própria Ucrânia fica láááá na Ucrânia.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB. Oscar Vilhena Vieira**, Luís Francisco Carvalho Filho

---

SOLD — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — Santander

*1º LEILÃO: 10 de março de 2022, às 10h30min *. 2º LEILÃO: 28 de março de 2022, às 13h30min *. *(horário de Brasília)*

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E/OU ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos do Instrumento Particular de escritura pública, datado em 25/09/2009, firmado com a **Fiduciante REGINALDO MIRANDA DA SILVA**, portador da cédula de identidade nº 24.818.298-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.259.534-72, residente e domiciliado em Suzano/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 300.329,27 (Trezentos mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por casa nº 191 da Rua Deputado Nelson Fernandes esquina com a Avenida Elias Zugaib caracterizado com a área construída de 80,00m2, área total de 131,00m², **melhor descrito na matrícula** nº 44.727 do **Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poá/SP. Cadastro Municipal: 43211-53-79-0173-00-000-01. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais** - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line,** deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net), **e se habilitar com antecedência de 24 horas** úteis **do início do leilão.** Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). **Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL** NA LOJA SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) E NO SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Informações: 11-4950-9400 / imoveis.sao@superbid.net (17580 - Dossiê).

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, CERÂMICA DE LOUÇA E PORCELANA NO ESTADO DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente edital, o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana no Estado de São Paulo, convoca na forma estatutária, os Delegados Representantes junto ao Conselho de Representantes dos Sindicatos filiados para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no próximo dia **03 de Março de 2022**, às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação, e não havendo número legal, às 11:00 (onze) horas, em segunda convocação, na sede social desta Entidade, sita a Avenida Prestes Maia, nº 241 – 4º andar – Salas 422 – Centro, São Paulo/SP, para deliberarem sobre as seguinte ordem do dia: (a) Leitura, discussão e aprovação da Ata da assembléia anterior; (b) Apreciação, discussão e deliberação sobre as reivindicações de natureza salarial, econômica, social e sindical, para renovação da norma coletiva em vigor, aplicável no âmbito da categoria profissional do setor CERÂMICO, inorganizado em Sindicato e representado por esta Federação, a ser postulada perante a respectiva entidade patronal; (c) Fixação da forma de custeio, do percentual e autorização de desconto da contribuição de assistência e negociação coletiva por todos os integrantes da categoria profissional e inorganizados em Sindicato, bem como o percentual de repasse às entidades de grau superior na forma a ser aprovada e convencionada; (d) Deliberação sobre a concessão de autorização e outorga de poderes especiais à Diretoria da Entidade, para iniciar os entendimentos com a categoria econômica correspondente ao 13º grupo, visando à celebração de Contrato, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, através de negociação direta, ou, convocação da instância administrativa do Ministério do Trabalho e ou, ainda, instauração de Dissídio Coletivo, Acordo Judicial, nos termos da legislação reguladora da matéria, com vigência a partir de: 01 de Abril de 2022. (e) Deliberação sobre o prosseguimento da Assembléia em caráter permanente, até o encerramento da campanha salarial, ficando autorizada a convocação de outras sessões através de correspondências ou boletins. São Paulo, 25 de Fevereiro de 2022. ANTONIO MALTAURO FACONI - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GARAGENS AUTOMÁTICAS 25 DE MARÇO

CNPJ/MF n.º 54.361894/0001-74

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Na qualidade de síndico do Condomínio Edifício Garagens Automáticas 25 de Março, nos termos do art. 16 da Convenção de Condomínio, convido os Senhores Condôminos a se reunirem em A.G.O., no próximo dia 09/03/2022, às 18:00 horas, na Rua 25 de março, n.º137/153, São Paulo/SP para se discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de contas do síndico do ano de 2021;
2. Previsão orçamentária para o ano de 2022;
3. Reajuste da taxa condominial;
4. Eleição do Síndico e;
5. Outros assuntos de interesse geral.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

EPS PARTICIPAÇÕES SERV. E ADM. DE ESTACIONAMENTO LTDA

CNPJ.43.349.695/0001-24

SÍNDICO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 17.883/2021
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO"
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
SESSÃO PÚBLICA: WWW.BEC.SP.GOV.BR
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
COMUNICADO DE ALTERAÇÕES NO EDITAL E DOS NÚMEROS DAS OFERTAS DE COMPRAS COM NOVA DATA PARA A DESIGNAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA
OFERTA DE COMPRA: 855800801002022OC00032 (Cota reservada para ME/EPP)
OFERTA DE COMPRA: 855800801002022OC00035 (Cota ampla concorrência)

Pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura efetuou alterações no Edital do Pregão supramencionado e que, em virtude do julgamento das Impugnações apresentadas e autuadas sob os Processos Administrativos nºs 1428/2022, 1342/2022, 1370/2022, 1399/2022 e 1427/2022, houve a necessidade de cancelar as Ofertas de Compras nº. 855800801002022OC00003 e 855800801002022OC00004, com a consequente liberação das Ofertas de Compras nº. 855800801002022OC00032 e 855800801002022OC00035. Face ao exposto, informamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico foi designada para o dia 18 de março de 2022 às 10h00 (Horário Oficial de Brasília - DF).

O Edital RETIFICADO será inserido nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para a consulta e download de todos os interessados de forma gratuita.

Praia Grande, 24 de fevereiro de 2022.

ECEDITE DA SILVA CRUZ FILHO - Resp. p/ Secretaria de Administração

---

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 18.063/2021
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONTENTOR DE 900 A 1050 LITROS"
SESSÃO PÚBLICA: www.bec.sp.gov.br
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
NÚMERO DA OFERTA DE COMPRA: 855800801002022OC00015
COMUNICADO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Considerando a necessidade de analisar as Impugnações apresentadas pelas empresas MOVIMENTE BRASIL EIRELI, através do processo administrativo nº. 3252/2022, e DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA EPP, através do Processo Administrativo nº 3165/2022, comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura está SUSPENDENDO a Sessão Pública do Pregão Presencial supramencionado, designada para o dia 25/02/2022, às 09h30min (Horário Oficial de Brasília- DF), ficando adiada "sine die".

Informamos ainda que após análise das mesmas, será agendada nova data. O Edital poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Este comunicado estará disponível nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 23 de fevereiro de 2022.

SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

CAMPANHA SALARIAL 2022

Assembleia Geral Extraordinária Edital

Ficam convocados todos os trabalhadores dos ramos da construção civil de grandes e pequenas estruturas, montagens industriais, instalações em geral, elétricas, sanitárias, hidráulicas, de gás, pinturas, ornatos, decorações, ladrilhos, produtos de cimento, artefatos de cimento armado, inclusive de empreiteiros, subempreiteiros, empresas de prestação de serviços e terceirização, de empregadores autônomos dos mesmos ramos, associados ou não, dos municípios abaixo identificados para reunirem-se em assembleia geral extraordinária que terá início no próximo dia 02 de março de 2022, a partir da 7h30, com instalação definitiva e abertura formal dos trabalhos às 8h do mesmo dia, no auditório do SINTRACONSP (térreo) localizado na sede do SINTRACONSP à Rua Conde de Sarzedas nº 286, Centro, CEP 01512-000, nesta capital. Em virtude da pandemia do COVID 19, que exige o distanciamento social como forma de evitar risco à saúde pública, a fim de evitar deslocamento e possível aglomeração de trabalhadores, as assembleias serão estendidas de forma itinerante por todos os canteiros de obra abrangidos por nossa base territorial, e será divulgada em todas as mídias eletrônicas da entidade sindical, a fim de que haja maior publicidade do ato, e, será, formalmente, encerrada às 8h no dia 10/03/2022, na sede do SINTRACONSP, a fim de discutir e votar a seguinte pauta:

1) Aprovação da redação da ata da assembleia anterior;
2) Reafirmação da representação da categoria como um todo independentemente de filiação nas negociações coletivas e sua abrangência e vinculação aos acordos e convenções coletivas de trabalho assinadas;
3) Discussão e deliberação das reivindicações para renovação das convenções coletivas para a data base de 1º de Maio de 2022 e autorização para a diretoria assinar acordos;
5) Aplicação de cláusula de contribuição negocial para todos os beneficiários da convenção coletiva (cláusulas sociais e econômicas), inclusive os não filiados ao quadro associativo;
6) Afirmação de que a deliberação da assembleia constituir fonte de anuência prévia e expressa do desconto da contribuição negocial descontada pelos empregadores em folha de pagamento;
7) Garantia de oposição dos empregados sem filiação;
8) Firmar convênio sem exclusividade com empresas credenciadas e especializadas na obtenção de crédito consignado e cartão de crédito com vantagens exclusivas para os associados.
9) Firmar convênio com empresas especializadas na oferta do vale-alimentação (VA) e do vale-refeição (VR), para que esses benefícios sejam ofertados com flexibilização da "bandeira" do cartão, garantindo aceitação em todos os estabelecimentos mas respeitando a destinação específica de cada modalidade.
10) Duração da assembleia por tempo indeterminado enquanto perdurarem as negociações e solução da campanha salarial 2022;

Não sendo atingido o quórum estatutário a assembleia será instalada no mesmo dia e local às 8h. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. Antonio de Sousa Ramalho, Presidente.

Base territorial: São Paulo, Taboão da Serra, Itapecerica da Serra, Embu, Embú Guaçú, Mairiporã, Franco da Rocha, Caieiras, Juquitiba, Francisco Morato, São Lourenço da Serra.

FILIAL - CMO

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0283-53 e IE. 116.718.797.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2000, MACH 2, FS2100T, FS700 M, série: 35986, 36005, 36009, 36009A, DR0108BR000000135285, DR0610BR000000228668, DR-0914BR000000454565, conforme B.O nº 408990/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0283-53 e IE. 116.718.797.114, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 80624, 94110, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0108BR000000135288, DR0610BR000000228642, conforme B.O nº 408990/2022.

FILIAL - CNT

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0181-29 e IE. 116.168.272.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS 2000, FS700 M, FS2100T, MACH 2, série: 37298, 42826, 50024, 50056, DR0109BR000000181249, DR0610BR000000208329, DR-0610BR000000208399, DR0610BR000000208453, DR0913BR000000397915, conforme B.O nº 409064/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0181-29 e IE. 116.168.272.117, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 67161
85702, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 42760, DR0610BR000000208452, conforme B.O nº 409064/2022.

FILIAL – CSM

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0387-40 e IE. 149.830.522.118, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS600, série: DR0207BR000000118732, conforme B.O nº 409621/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0387-40 e IE. 149.830.522.118, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 82407, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0207BR000000118751, conforme B.O nº 409621/2022.

FILIAL – ERE

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Comercial de Alimentos Carrefour LTDA, filial CNPJ 62.545.579/0011-05 e IE. 110.146.230.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo MACH 2, série: DR-0914BR000000457514, conforme B.O nº 409725/2022.

FILIAL – PAN

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Comercial de Alimentos Carrefour LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0369-68 e IE. 149.534.409.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS2100T, série: DR-0109BR000000171609, conforme B.O nº 409910/2022.

FILIAL – PIP

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Comercial de Alimentos Carrefour LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0440-49 e IE. 148.363.629.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS600, série: DR-0208BR000000157226, conforme B.O nº 409987/2022.

FILIAL – PRT

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0352-10 e IE. 149.481.147.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS600, série: DR0207BR000000114864, conforme B.O nº 410138/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0352-10 e IE. 149.481.147.113, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 83173, 83174, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0207BR000000118528, DR0207BR000000118853, conforme B.O nº 409621/2022.

FILIAL – SBK

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0310-60 e IE. 149.596.812.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS600, MACH 2, série DR-0206BR000000078841, DR0206BR000000078985, DR0912BR000000329079, DR0912BR000000329168, DR-0206BR000000078726, DR0206BR000000078768, DR0206BR000000078911, DR0206BR000000079000, DR-0206BR000000078857, conforme B.O nº 410258/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0310-60 e IE. 149.596.812.117, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 65366, 78384, 82419, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000101464, DR-0206BR000000078726, DR0206BR000000078768, conforme B.O nº 410258/2022.

FILIAL – SJA

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0376-97 e IE. 149.564.558.116, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS2100T, FS600, MACH 2, série: DR-0107BR000000105069, DR0107BR000000105086, DR0109BR000000167909, DR0207BR000000105349, DR-0207BR000000105362, DR0207BR000000105366, DR0207BR000000105853, DR0207BR000000105856, DR-0211BR000000280650, DR0913BR000000398230, conforme B.O nº 410556/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0376-97 e IE. 149.564.558.116, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 78923, 81668, 81670, 81671, 81672, 81674, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000105068, DR0207BR000000105342, DR0207BR000000105647, DR0207BR000000105311, DR0207BR000000105862, DR0207BR000000105359, conforme B.O nº 410556/2022.

FILIAL – SPA

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0012-34 e IE. 110.772.762.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS, DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, série: 001021, 001022, 001023, 001024, 001025, 001026, 001027, 001028, 001029, 001030, 001486, 001487, 001488, 001489, 001490, 001491, 001492, 001493, 001494, 001495, 001496, 001497, 001498, 001499, 001501, 001502, 001504, 001505, 001506, 001507, 001508, 001509, 001510, 001511, 001512, 001513, 001514, 001515, 001516, 001517, 001518, 001519, 001520, 001521, 001522, 001523, 001524, 001525, 001526, 001527, 001528, 001529, 001530, 001531, 001532, 0016361, 0016386, 0017289, conforme B.O nº 415790/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0012-34 e IE. 110.772.762.113, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 74794, 92327, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 76397, DR0610BR000000221119, conforme B.O nº 415790/2022.

FILIAL – SPB

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0039-54 e IE. 113.698.990.112, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS, DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, MACH 2, série: 55516, 56855, 56866, 56874, 56891, 56904, 56906, 56908, 56909, DR0911BR000000294957, DR-0911BR000000295085, DR0911BR000000295111, P04473, P04481, P04488, P04492, P04506, P04525, P04530, P04533conforme B.O nº 415902/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0039-54 e IE. 113.698.990.112, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 80893, 83159, 83160, 51635, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000125300, DR-0107BR000000125280, 64667, 55451, conforme B.O nº 415902/2022.

FILIAL – SPG

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0064-65 e IE. 114.997.485.116, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca EPSON, UNISYS, DARUMA, modelo FS-345, TM-H6000 FB, TM-T88 FB, Beetle 4/61 MF, FS2000, FS600, MACH 2, série: 56964, 57004, 57007, 57017, 57036, 57082, 57084, 57088, 58171, 58180, 58185, DR0208BR000000145523, DR0913BR000000390257, DR0913BR000000390355, DR0913BR000000390392, EP010600000000000227, EP020600000000000883, PO5876, PO5881, PO5883, PO5887, PO5898, PO5906, PO5909, PO5911, PO5916, PO5917, PO5921, PO5924, PO5925, PO5928, PO5929, PO5930, conforme B.O nº 415962/2022.

FILIAL – SPI

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0021-25 e IE. 111.768.430.116, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS.
DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, FS700 M, série: 41970, 42062, 42065, 42076, 42084, 58594, 58621, 1669, 1700, 1715, 1728, 1730, DR0610BR000000158670, DR0610BR000000208369, conforme B.O nº 416178/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0021-25 e IE. 111.768.430.116, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 75803, 79776, 81950, 88221, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0610BR000000208317, DR-0610BR000000208395, DR0610BR000000208392, DR0610BR000000208296, conforme B.O nº 416178/2022.

FILIAL – SPO

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0022-06 e IE. 112.001.141.111, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS.
DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, MACH 2, série: 1265, 1266, 1267, 1558, 1599, 1603, P11904, 50296, 50260, 50138, 50245, 50252, 50239, 50263, 50235, 50211, DR0912BR000000321963, DR0912BR000000321974, DR0912BR000000321872, DR0912BR000000323018, DR0914BR000000454085, conforme B.O nº 416779/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0022-06 e IE. 112.001.141.111, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 61920, 61922, 61923, 61924, 61925, 62202, 16731, 16733, 16736, 16738, 16740, 16741, 16742, 16743, 16744, 16745, 16746, 16747, 16748, 16749, 16750, 16751, 16752, 16753, 16754, 16755, 16756, 16757, 16759, 16760, 16761, 16762, 16763, 16764, 16765, 16766, 16768, 16769, 16771, 16772, 16775, 16777, 16778, 16795, 16797, 16798, 16805, 16807, 16843, 78323, 78972, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 50282, 50084, 50270, 50212, 50241, 50216, 50217, 50188, 50279, 50277, 50232, 50236, 50289, 50251, 50256, 50276, 50223, 50258, 50240, 50285, 50218, 50272, 50208, 50200, 50226, 50295, 50261, 50184, 50288, 50190, 50250, 50233, 50204, 50106, 50266, 50213, 50186, 50225, 50231, 50230, 50229, 50243, 50280, 50215, 50297, 50253, 50120, 50202, DR0912BR000000321870, DR0107BR000000108270, 64426, conforme B.O nº 416779/2022.

FILIAL – SPP

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0004-24 e IE. 109.154.233.115, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca BEMATECH, DARUMA, modelo, FS2000, FS700 M, MP-50 FI, série: 36445, 42112, 42139, BE0204SC57001200017, BE0205SC57000600240, BE0205SC57000600310, DR-0610BR000000208350, DR0610BR000000213229, DR0610BR000000213258, DR0610BR000000213282, DR-0610BR000000213294, conforme B.O nº 416839/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0004-24 e IE. 109.154.233.115, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 91395, 95528, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0610BR000000208367, DR0610BR000000208330, conforme B.O nº 416839/2022.

FILIAL – SPS

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0027-10 e IE. 112.256.600.111, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS, DARUMA, modelo, Beetle 4/61 MF, FS2000, MACH 2, série: 001816, 50036, 50039, 001015, 001788, 001801, 001804, 001806, 001818, 001820, 001823, 001830, 001833, 001836, 001838, DR0911BR000000295043, P11967, conforme B.O nº 416897/2022.

FILIAL - BCV

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0344-00 e IE. 149.473.998.119, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2000, MACH 2, série: 58316, 58362, 58364, DR0911BR000000294466, DR0911BR000000294468, DR0911BR000000294487, conforme B.O nº 369111/2022.

FILIAL - BPI

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0358-05 e IE. 149.492.404.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM e DARUMA, modelo 4679 3BM, FS700 M, série: 8266192, 8266201, 8266599, 8266642, DR0610BR000000222286, DR0610BR000000222305, DR-0610BR000000222324, conforme B.O nº 369174/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0358-05 e IE. 149.492.404.114, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 146011, 146033, 151120, 151566, 85, 88044, 91357, 94278, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 8265843, 8265961, 8265998, 8266212, DR0209BR000000187118, DR0209BR000000187123, DR-0610BR000000222257, DR0610BR000000222260, conforme B.O nº 369174/2022.

FILIAL - BTU

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/ 0343-29 e IE. 149.473.970.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM e DARUMA, modelo 4679 3BM, FS 600, FS700 M, MACH 2, série: 8265906, 8265945, 8266101, 8266105, 8266109, 8266111, 8266113, 8266115, 8266116, 8266134, 8266183, 8266758, 3266100, 3266120, DR0209BR000000187115, DR0209BR000000187125, DR-0209BR000000187129, DR0610BR000000208444, DR0610BR000000208496, DR0610BR000000208500, DR-0610BR000000208504, DR0914BR000000454079, conforme B.O nº 369230/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/ 0343-29 e IE. 149.473.970.110, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 1898, 93964, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0610BR000000208520, DR0915BR000000472452, conforme B.O nº 369230/2022.

FILIAL - ECN

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Comercial de Alimentos Carrefour LTDA, filial CNPJ 62.545.579/0013-69 e IE. 110.819.138.118, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca Unisys e DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, MACH 2, série: 64303, 64420, 70407, 70412, 70414, 70417, 70423, 70426, 70432, 70446, 70463, 70471, 70478, 70513, 70515, 70545, 70555, 70556, 70599, 70604, 70610, 70632, 70641, 70649, 70664, 70690, 70727, 70749, 70758, 70803, 70837, 70845, DR0911BR000000271675, P06764, P06768, P06787, P06796, conforme B.O nº 371567/2022.

FILIAL - PTI

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0426-90 e IE. 148.301.438.113, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 78814, 86433, 86435, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0208BR000000154396, DR-0208BR000000154359, DR0208BR000000154381, conforme B.O nº 371689/2022.

FILIAL - PVD

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0315-75 e IE. 149.379.477.119, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, modelo FS600, série: DR-0208BR000000157238, conforme B.O nº 371748/2022.

FILIAL - SPL

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0034-40 e IE. 114.562.985.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, UNISYS, modelo FS2000, FS 700M, MACH 2, Beetle 4/61 MF, série: 40523, 40558 ,40595, 40604, 40618, 40640, DR0610BR000000228606, DR-0610BR000000228607, DR0610BR000000229583, DR0610BR000000229612, DR0610BR000000229621, DR-0610BR000000229623, DR0610BR000000229634, DR0913BR000000387874, DR0913R000000397870, PO2658, PO2694, conforme B.O nº 371826/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0034-40 e IE. 114.562.985.117, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 55502, 74550, 78103, 93108, 93950, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 40679, DR-0610BR000000229582, DR0610BR000000229643, DR0610BR000000229648, DR0610BR000000229659, conforme B.O nº 371826/2022.

FILIAL - SPT

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0006-96 e IE. 110.101.440.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca, DARUMA, UNISYS, modelo FS2000, MACH 2, Beetle 4/61 MF, série: 000558, 000563, 001273, 001274, 001276, 001277, 001279, 001282, 001283, 001286, 001290, 001293, 001295, 001298, 001305, 001315, 001316, 001318, 001321, 0041808, 0041995, 0042188, 0042192, 0042193, 0042201, 0042217, 0042687, 0042696, DR0810BR000000226945, DR0910BR000000226946, DR-0910BR000000227005, DR0910BR000000227017, DR0910BR000000227036, conforme B.O nº 371972/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0006-96 e IE. 110.101.440.114, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 69888, 78807, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 42672, DR0910BR000000226964, conforme B.O nº 371972/2022.

Secretaria dos Transporte Metropolitanos
CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

CONVOCAÇÃO
60ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 03/03/2022, às 15:00 horas, na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Extraordinária:

- Eleição de Membro para compor o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho de Administração

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL — MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 10/2022 – Processo nº 35014.279779/2021-52
UASG 510178

A Superintendência Regional Sudeste I do INSS comunica que o edital da licitação supracitada, publicado dia 14/02/2022, foi alterado. Objeto: Registro Formal de Preços para contratação de serviços de ortetização e protetização (não implantável), bem como avaliação, adaptação e treinamento dos segurados para o uso destes aparelhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e anexos. Total de Itens Licitados: 1002. Entrega das Propostas: a partir de 25/02/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/03/2022, às 09h00 no site www.gov.br/compras.

O Edital completo estará à disposição no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 25/02/2022, podendo, também, ser solicitado por e-mail para licitacaosp.srsp@inss.gov.br ou pelo telefone (11) 3544-3507.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RAPOSAS DA LESTE - CNPJ 30.434.185/0001-03.

MICHELE DA SILVA, presidente da ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RAPOSAS DA LESTE, inscrita no CNPJ sob o nº 30.434.185/0001-03, com sede na Rua Manicoré nº 100, Cidade Patriarca, nesta capital de São Paulo - CEP 03551-065, **CONVOCA** através do presente edital, **todos os associados** para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Rua Manicoré nº 100, Cidade Patriarca, nesta capital de São Paulo - CEP 03551-065, no dia 26 de fevereiro de 2022 às 19h00, tendo como ordem do dia o seguinte:

1) Eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Assembleia instalar-se-á em primeira chamada às 19h00 com no mínimo 1/3 dos associados, e segunda chamada, às 19h30min, com qualquer número de associados.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RAPOSAS DA LESTE
MICHELE DA SILVA - PRESIDENTE

Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado de São Paulo - SINCDESP
CNPJ nº 46.566.543/0001-71
Resultado da Eleição

O Presidente do Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado de São Paulo - SINCDESP, no uso das suas atribuições estatutárias, nos termos do artigo 80 do Estatuto Social, torna público que foi eleita a Chapa 01, chapa única registrada, na Eleição realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, conforme o Edital de Convocação publicado no dia 29 de dezembro de 2021, no Jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo, pág. 14, e no Jornal Folha de São Paulo pág. A18, para o mandato de 4 (quatro) anos, com início em 01/04/2022 e término em 01/04/2026, composta pelos seguintes membros: DIRETORIA: Presidente: JODISMAR AMARO, com CPF nº 609.796.078-68, e CNPJ nº 47.494.125/0001-89; 1º. Vice-Presidente Executivo: SUELI DE FATIMA CAETANO FALCÃO, com CPF nº 970.194.108-04, e CNPJ nº 64.134.331/0001-05; 2º. Vice-Presidente Executivo: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE PAIVA, com CPF nº 541.629.478-72, e CNPJ nº 03.245.154/0001-31; Vice Presidente Administrativo: ANTONIO ROBERTO BATISTA FONTINELLE, com CPF nº 645.049.728-91, e CNPJ nº, 02.884.400/0001-32; Diretor Administrativo: ALBERTO DA SILVA, com CPF nº 117.032.318-99, e CNPJ nº 03.254.536/0001-21; Vice-Presidente Financeiro: LUIZ CARLOS BRENTIGANI, com CPF nº 052.977.168-37, e CNPJ nº 24.293.895/0001-68; Diretor Financeiro: RICARDO MATSUSHITA, com CPF nº 830.423.508-00, e CNPJ nº 05.300.452/0001-02; Vice-Presidente de Comunicação e Relacionamento de Rede: EDSON ARAUJO FERREIRA, com CPF nº 063.116.088-47, e CNPJ nº 00.698.265/0001-05; Diretor de Comunicação e Relacionamento de Rede: CLAUDINEI CARLOS, com CPF nº 053.700.268-58, e CNPJ nº 05.042.402/0001-72; CONSELHO FISCAL: Efetivos: RODNEY DE LIMA BERTTI, com CPF nº 163.919.158-57, e CNPJ nº 71.816.565/0001-90; OSVALDO STEFANELLI FILHO, com CPF nº 867.984.488-87, e CNPJ nº 46.070.322/0001-08; MARIA LUCIA BEZERRA DE GOIS, com CPF nº 055.822.428-80, e CNPJ nº 02.120.612/0001-43; Suplentes: RUBIA IUMI YAMAMOTO MATSUSHITA, com CPF nº 019.329.088-03, e CNPJ nº 02.099.538/0001-20; MÁRIO RUI DA CÂMARA NOBREGA, com CPF nº 945.561.218-68, e CNPJ nº 05.051.342/0001-54; WILLIAN CLAYTON DOS SANTOS, com CPF nº 273.107938-03, e CNPJ nº 03.328.608/0001-38. DELEGAÇÃO FEDERATIVA: Efetivos: 1º. Delegado Representante: JODISMAR AMARO, com CPF nº 609.796.078-68, e CNPJ nº 47494125/0001-89; 2º. Delegado Representante: SUELI DE FATIMA CAETANO FALCÃO, com CPF nº 970.194.108-04, e CNPJ nº 64.134.331/0001-05; Suplentes: 1º. Delegado Representante Suplente: LUIZ CARLOS BRENTIGANI, com CPF nº 052.977.168-37, e CNPJ nº 24.293.895/0001-68; 2º. Delegado Representante Suplente: ANTONIO ROBERTO BATISTA FONTINELLE, com CPF nº 645.049.728-91, e CNPJ nº, 02.884.400/0001-32. SUPLENTES (substituição – Art. 37 do Estatuto): LUIS FERNANDO COSTA LAURINO, com CPF nº 062.503.838-8, e CNPJ nº 04.038.332/0001-16; JOSÉ FERNANDES DIAS, com CPF nº 072.822.658-87, e CNPJ nº 55.688.972/0001-02. São Paulo, 25/02/22. Jodismar Amaro - Presidente

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DA SÃO PAULO TURISMO S/A,
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021
REGISTRADA NA JUCESP SOB Nº 523.460/21-1**

Dia, Hora e Local: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 11:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19, via plataforma Microsoft Teams, em primeira convocação.

Presenças: Presentes os acionistas representando mais de dois terços do capital votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

Publicações e Convocação:

a) O **Edital de Convocação** foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial, edições de 13/04/2021, fl. 73, 14/04/201, fl. 68 e 15/04/2021, fl. 92 e no Jornal Agora São Paulo, edições de 13/04/2021, fl. A10, 14/04/2021, fl. B4 e 15/04/2021, fl. B4;

b) As **Demonstrações Financeiras** foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial, edição de 20/04/2021, fls. 24 a 29 e no Jornal Agora São Paulo, edição de 20/04/2021, fls. A11 a A14;

c) O **Aviso aos Acionistas** foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial, edição de 26/03/2021, fl. 373 e no Jornal Agora São Paulo, edição de 26/03/2021, fl. A11.

Presidente: Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, Diretor Presidente da SPTURIS. Secretária: Ana Paula Silva dos Santos, Assessora da Chefia de Gabinete da SPTURIS.

Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; **(ii)** Ratificação da eleição do representante dos empregados da Companhia no Conselho de Administração, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.303/16; **(iii)** Eleição de no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 08 (oito) membros para compor o quadro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos. O Conselho de Administração da SPTURIS é composto de, no mínimo, 07 e, no máximo, 09 membros, sendo até 07 (sete) vagas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, 01 vaga destinada à representante dos acionistas minoritários, nos termos do art. 239 da Lei Federal nº 6.404/76, e 01 vaga destinada à representante dos colaboradores da SPTURIS, com base na Lei Municipal nº 10.731/89 e no artigo 19 da Lei Federal nº 13.303/16 ("Lei das Estatais"), com a consequente unificação dos mandatos de todos os Conselheiros de Administração, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não; **(iv)** Eleição de até no mínimo 03 (três), e no máximo 05 (cinco) membros para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, todos para mandato de 01 (um) ano, sendo até 04 (quatro) vagas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, e 01 (uma) vaga destinada a representante dos acionistas minoritários, nos termos do art. 240 da Lei Federal nº 6.404/76, com a consequente unificação dos mandatos de todos os Conselheiros Fiscais, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, e por fim;

Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) Deliberação sobre a alteração da redação do Estatuto Social em virtude da publicação da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que, em seu artigo 106 alterou a Lei 10.731, de 6 de junho de 1989, passando a representação dos empregados a ser assegurada somente no Conselho de Administração e na Diretoria. Portanto a redação do artigo 27 do Estatuto Social deverá ser alterada.

Mesa e Instalação: Em consonância com o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, os trabalhos foram abertos pelo Sr. **Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes**, Diretor Presidente da SPTURIS, que dirigiu a palavra aos ilustres senhores presentes à mesa, desejando-lhes boas-vindas. O Presidente da Companhia informou estar presente a esta Assembleia a Ilma. Procuradora do Município, Dra. **Ticiana Nascimento de Souza Salgado**, Registro Funcional nº 696.424.9, devidamente credenciada para representar a acionista majoritária, a Prefeitura do Município de São Paulo (**Doc. SEI 043203699 – Credenciamento, que fica arquivado também na sede da Companhia**) e o Sr. Marcos Arbaitman, Presidente do Conselho de Administração. Na sequência, foi apresentado o nome da Sra. **Ana Paula Silva dos Santos**, Assessora da Chefia de Gabinete da SPTURIS, para secretariar a reunião, e o nome do Sr. **Marcos Arbaitman** para conduzir os assuntos da Ordem do Dia, o que foi aceito pelos presentes.

A mesa também foi composta pelos convidados, Sr. **Marcelo Pierantozzi**, Conselheiro Fiscal, Sr. **Fernando Machado dos Santos**, representante da Berkan Auditores Independentes S.S. e Sr. **Sérgio Tuffy Sayeg**, Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, **Osvaldo Arvate Júnior**, Conselheiro de Administração, e ainda: Sr. **Rodrigo Kluska Rosa**, Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. **Guilherme Tadeu Pontes Birello**, Chefe de Gabinete Lucas Augusto Ponte Campos, **Gerente Jurídico**, e Sr. João Paulo Aluizio, Gerente de Controladoria, todos estes da São Paulo Turismo S.A.

Presentes, ainda, os seguintes acionistas:

• Sr. **ALEXANDRE PEDERCINI ISSA**, o qual apresentou extrato de sua posição acionária. (doc. SEI 043773718)

• **HYDROCENTER VÁLVULAS TUBOS E CONEXÕES LTDA. EPP**, aqui representada na forma de seu Contrato Social (**Doc. SEI 043768615 – Contrato Social Hydrocenter, que fica também arquivado na sede da Companhia**) pelo Sr. Alexandre Pedercini Issa, a qual apresentou extrato de sua posição acionária (docs. SEI 043770298, 043772644 e 043773188).

Deliberações:

ITEM (I) DA ORDEM DO DIA:

Foi colocado em discussão o **item (i)** da Ordem do Dia, referente à tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Nesse sentido, **as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020 foram APROVADAS**, tendo como base a orientação de voto da acionista majoritária da Companhia, a Prefeitura de São Paulo (**Doc. SEI 042564338 – Orientação de Voto, que fica também arquivado na sede da Companhia**), que lançou voto no sentido de:

"(...) aprovar as demonstrações contábeis e o Relatório da Administração, do exercício findo em 31/12/2020. A aprovação tem como base: (a) a manifestação de 23 de março de 2021 da empresa Berkan Auditores Independente S.S., no sentido de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Paulo Turismo S.A., o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (b) parecer favorável da maioria dos membros da Diretoria Executiva em reunião realizada em 23/03/2021; (c) parecer favorável do Comitê de Auditoria reunido em 23/03/2021; (d) parecer favorável do Conselho de Administração em reunião de 24/03/2021; (e) parecer favorável do Conselho Fiscal (por maioria), em reunião de 25/03/2021; (f) encaminhamento nº 042416013 de SF/SUTEM/DECAP ressaltando que não houve apreciação da JOF em virtude do disposto no artigo 1º, inciso X, alínea "f", do Decreto nº 53.687/2013 e alterações e que os instrumentos contábeis foram examinados pelos Auditores Independentes, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, em conformidade com os artigos 133, 275, 163 e 142 da Lei das Sociedades Anônimas.".

Os acionistas minoritários presentes se abstiveram da votação quanto ao item (i).

ITEM (II) DA ORDEM DO DIA:

Adiante, passou-se à apreciação do **item (ii)** da Ordem do Dia.Com base na orientação de voto da acionista majoritária da Companhia, a Prefeitura de São Paulo (**Doc. SEI 042564338**), que lançou voto no sentido de:

"(...) ratificar a eleição do representante dos empregados como membro do conselho de administração o senhor Ednilson Bezerra Cabral, eleito em 2020 para mandato de 02 (dois) anos, com base na Lei Municipal nº 10.731/89 e no art. 19 da Lei Federal nº 13.303/16 (042289336).".

Assim, restou RATIFICADA a eleição do representante dos empregados da Companhia no Conselho de Administração, realizada no dia 18/12/2020, senhor:

EDNILSON BEZERRA CABRAL, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.417.459-7 SSP/SP, CPF/MF nº 282.206.958-11, residente e domiciliado na Rua Maringá, nº 1005, Casa 20, Vila Ursulina, Itaquaquecetuba/SP, eleito pelos empregados para o cargo de **Conselheiro de Administração.**

O término do mandado do atual Conselheiro de Administração dos empregados, **ROGÉRIO PEREIRA VICENTE** encerra-se nesta data (29/04/2021).

Os acionistas minoritários presentes se abstiveram da votação quanto ao item (ii).

ITEM (III) DA ORDEM DO DIA:

Na sequência, passou-se à apreciação do **item (iii)** da Ordem do Dia, sendo que, com base na orientação de voto da acionista majoritária da Companhia, a Prefeitura de São Paulo (**Doc. SEI 042564338**), que lançou voto no sentido de:

"(...) eleger o senhor Omar Cassim Neto e o senhor Edson Coelho Araújo Filho, aprovados pelo COMAP em reunião de 12/03/2021 (SEI's 6010.2021/0000418-0 e 6010.2021/000041-9). Reconduzir os senhores Marcos Arbaitman, Osvaldo Arvate Júnior e André Luis Pompeia Sturm, para mandato unificado de 02 (dois) anos, **Destituir a senhora Kássia Caldeira, os senhores Janio Quadros Neto, Wanderley Messias da Costa.**".

foram **ELEITAS** as seguintes pessoas para compor o **Conselho de Administração** da Companhia:

1) ANDRE LUIZ POMPEIA STURM, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.813.707-4 SSP/SP e do CPF/MF nº 090.801.068-55

2) EDSON COELHO ARAUJO FILHO, brasileiro, convivente, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.231.031-1 SSP/SP e do CPF/MF nº 307.506.318-56, residente e domiciliado na Rua Dr. Haberbeck Brandão, 68, apto. 104, Vila Clementino, São Paulo/SP

3) MARCOS ARBAITMAN, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 2.634.976-0 e do CPF/MF nº 030.039.228-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. São Luis, 165, 9º andar, Centro.

4) OMAR CASSIM NETO, brasileiro, união estável, funcionário público, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.129.999-2 SSP/SP e do CPF/MF nº 256.279.138-00, residente e domiciliado na Rua Dona Julia Cezar Ferreira, 330, apto. 43, San Pietro, bairro Baeta Neves, São Bernardo do Campo/SP

5) OSVALDO ARVATE JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.395.464-5 SSP/SP e do CPF/MF nº 054.767.948-32, residente e domiciliado na Rua Alves Guimarães, nº 855, ap. 44, Pinheiros, São Paulo/SP

Ainda, por indicação dos acionistas minoritários, **FOI REELEITO** o Sr. **ALEXANDRE PEDERCINI ISSA**, brasileiro, casado, administrador, carteira de identidade MG-7.835.351, inscrito no CPF sob o nº 054.113.616-05, com endereço comercial na Av. dos Andradas, 3323, sala 601, Santa Tereza, Belo Horizonte/MG, para o cargo de **Conselheiro de Administração da SPTURIS.**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração ora eleitos (incluindo o membro que teve sua eleição ratificada no item "ii" da Ordem do Dia) foi estipulada na Ata da AGE de 16/03/2007 e da AGOE de 28/04/2017.

Por fim, restou consolidada a composição do Conselho de Administração da SPTURIS da seguinte forma, todos com mandato de 02 (dois) ano, isto é, até 28/04/2023:

1) ALEXANDRE PEDERCINI ISSA – representante dos acionistas minoritários
2) ANDRE LUIZ POMPEIA STURM – eleito pela Prefeitura de São Paulo
3) EDNILSON BEZERRA CABRAL – representante dos empregados
4) EDSON COELHO ARAUJO FILHO – eleito pela Prefeitura de São Paulo
5) MARCOS ARBAITMAN – eleito pela Prefeitura de São Paulo
6) OMAR CASSIM NETO – eleito pela Prefeitura de São Paulo
7) OSVALDO ARVATE JÚNIOR – eleito pela Prefeitura de São Paulo

Os membros do Conselho de Administração tomarão posse no cargo mediante (i) a assinatura dos respectivos termos de posse, declarando não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e (ii) a entrega das declarações de bens, com indicação de fontes de renda, em atendimento às disposições legais aplicáveis, além de outros documentos requeridos pela Companhia.

No mais, a posse dos novos membros do Conselho de Administração indicados pela Prefeitura Municipal de São Paulo fica condicionada à análise pelo Comitê de Elegibilidade da SPTURIS, o que não se aplica aos membros que tiveram seus mandatos reconduzidos.

ITEM (IV) DA ORDEM DO DIA:

Na sequência, passou-se à apreciação do **item (iv)** da Ordem do Dia, sendo que, com base na orientação de voto da acionista majoritária da Companhia, a Prefeitura de São Paulo (**Doc. SEI 042564338**), que lançou voto no sentido de:

"(...) eleger como membro titular o senhor Emerson Onofre Pereira, em substituição ao senhor Marcelo Pierantozzi Gonçalves, aprovado pelo COMAP em reunião realizada em 20/04/2021 (SEI nº 6010.2021/0000908-5), sem prejuízo da análise pelo Comitê de Elegibilidade da empresa, nos termos do Estatuto Social. Reeleger os senhores Jesus Pacheco Simões e Thiago Demétrio Souza, como membros titulares e o senhor Rafael Barbosa de Sousa e a senhora como membro suplente. Abster-se de votar, no representante dos acionistas minoritários, observando apenas que o eleito deverá preencher os requisitos da Lei nº 13.303/16, devendo a análise ser realizada pelo Comitê de Elegibilidade da empresa.".

foram **ELEITAS** as seguintes pessoas para compor o **Conselho Fiscal** da Companhia:

Membros Titulares:

1) EMERSON ONOFRE PEREIRA, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.575.794-6 SSP/SP e do CPF nº 191.815.708-13, residente e domiciliado na Av. Divino Salvador, 166 apto. 74, Moema, São Paulo/SP.

2) JESUS PACHECO SIMÕES, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 38.680.508-8 SSP/SP e do CPF nº 361.653.128-45, residente e domiciliado na Rua Silvia, 43, CEP 01331-010, Bela Vista, São Paulo/SP.

3) THIAGO DEMÉTRIO SOUZA, brasileiro, casado, auditor fiscal tributário, tecnólogo em logística e transportes, portador da Cédula de Identidade RG nº 41.356.403-4 SSP/SP e do CPF nº 341.426.518-46, residente e domiciliado na Rua Volpi, 145, CEP 12301-360, Jacareí/SP.

Membro Suplente:

4) RAFAEL BARBOSA DE SOUSA, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.578.249-7 SSP/SP, CPF nº 368.310.218-75, com endereço profissional à Rua Líbero Badaró, 190, 10º andar, CEP 01008-000, São Paulo/SP.

Ainda, por indicação do acionista minoritário Hydrocenter – Válvulas, Tubos e Conexões Ltda., **FOI REELEITO** o Sr. **EDUARDO JOSÉ DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº M-408.561, CPF/MF nº 125.383.016-72, residente e domiciliado na Rua dos Médicos, nº 793, Bairro Alípio de Melo, CEP 30840-020, Belo Horizonte/MG, para o cargo de **Conselheiro Fiscal titular da SPTURIS.**

No mesmo ato, o acionista minoritário Hydrocenter – Válvulas, Tubos e Conexões Ltda., indicou para a vaga dos preferencialistas o Sr. GENIVAL FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, casado, contador, carteira de identidade 8874190-4, inscrito no CPF sob o nº 003.736.268-27, residente na Alameda Cambará, 291, Bairro Alpha Ville 12, Santana de Parnaíba/SP, CEP 06339-040.

Com a palavra, o Gerente Jurídico da Companhia teceu esclarecimentos sobre a inviabilidade do pedido, inclusive reiterando posicionamento anterior da Companhia. Não houve nenhum registro de posicionamento contrário aos esclarecimentos interpostos, consequentemente não houve votação quanto a eleição proposta.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos foi estipulada na Ata da AGE de 16/03/2007 e da AGOE de 28/04/2017.

Por fim, restou consolidada a composição do Conselho Fiscal da SPTURIS da seguinte forma, todos com mandato de 01 (um) ano, isto é, até 28/04/2022:

Membros Titulares:
1) EDUARDO JOSÉ DE SOUZA – representante dos acionistas minoritários
2) EMERSON ONOFRE PEREIRA – eleito pela Prefeitura de São Paulo
3) JESUS PACHECO SIMÕES – eleito pela Prefeitura de São Paulo
4) THIAGO DEMÉTRIO SOUZA – eleito pela Prefeitura de São Paulo

Membro Suplente:
5) RAFAEL BARBOSA DE SOUSA – eleito pela Prefeitura de São Paulo

A vaga de suplente no Conselho Fiscal para representante dos acionistas minoritários, em que pese disponibilizada, nos termos do artigo 239 da Lei nº 6.404/76, não foi preenchida, pois não houve indicação pelos acionistas minoritários.

Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse no cargo mediante (i) a assinatura dos respectivos termos de posse, declarando não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e (ii) a entrega das declarações de bens, com indicação de fontes de renda, em atendimento às disposições legais aplicáveis, além de outros documentos requeridos pela Companhia.

No mais, a posse dos novos membros do Conselho Fiscal indicados pela Prefeitura Municipal de São Paulo fica condicionada à análise pelo Comitê de Elegibilidade da SPTURIS, o que não se aplica aos membros que tiveram seus mandatos reconduzidos.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

ITEM (V) DA ORDEM DO DIA:

Por fim, passou-se à apreciação do **item (v)** da Ordem do Dia, sendo que, com base na orientação de voto da acionista majoritária da Companhia, a Prefeitura de São Paulo (**Doc. SEI 042564338**), que lançou voto no sentido de:

"(...) aprovar a alteração do artigo 27 do Estatuto Social, excluindo-se os parágrafos primeiro e segundo do artigo, ficando a redação da seguinte forma: "Artigo 27 - O Conselho Fiscal, observadas as disposições legais aplicáveis, será composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, no limite máximo de 02 (duas) reconduções consecutivas.".

restou APROVADA a alteração da redação do Estatuto Social em virtude da publicação da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020.

Desta forma, com base na deliberação acima, a redação do art. 27º do Estatuto Social da Companhia passa a ser redigida da seguinte forma:

"**ARTIGO 27** – O Conselho Fiscal, observadas as disposições legais aplicáveis, será composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, no limite máximo de 02 (duas) reconduções consecutivas.

Representante do Município de São Paulo

Parágrafo Primeiro – Pelo menos 01 (um) membro do Conselho será indicado pelo Município, devendo ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

Requisitos de admissão

Parágrafo Segundo – Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de Conselheiro fiscal ou administrador em empresa."

Os acionistas minoritários presentes se abstiveram da votação quanto ao item (iv).

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, estando esgotada a Ordem do Dia, o Presidente da Mesa, Sr. **Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes**, determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos abaixo citados e lavrada no livro próprio. A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes**, Presidente da Mesa, **Ana Paula Silva dos Santos**, Secretária da Mesa, **Ticiana Nascimento de Souza Salgado**, representante da acionista majoritária, a Prefeitura do Município de São Paulo, **Marcos Arbaitman**, Presidente do Conselho de Administração, Sr. **Marcelo Pierantozzi**, Conselheiro Fiscal, Sr. **Fernando Machado dos Santos**, representante da Berkan Auditores Independentes S.S. e Sr. **Sérgio Tuffy Sayeg**, Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, **Osvaldo Arvate Júnior**, Conselheiro de Administração, e ainda: Sr. **Rodrigo Kluska Rosa**, Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. **Guilherme Tadeu Pontes Birello**, Chefe de Gabinete Lucas Augusto Ponte Campos, **Gerente Jurídico**, e Sr. **João Paulo Aluizio**, Gerente de Controladoria, todos estes da São Paulo Turismo S.A.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES Presidente da Mesa	**TICIANA NASCIMENTO DE SOUZA SALGADO** Procuradora do Município
MARCOS ARBAITMAN Presidente do Conselho de Administração	**ANA PAULA SILVA DOS SANTOS** Secretária da Mesa

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na Capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102 ("**Pentágono**" ou "**Agente Fiduciário**"), na qualidade de Agente Fiduciário nos termos da cláusula 6ª do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissora**"), **vem pelo presente edital convocar os titulares** das Debêntures ("**Debenturistas**"), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se em assembleia geral de Debenturistas, em segunda convocação, no dia 03 de março de 2022, às 14 h (quatorze horas) ("AGD"), a ser realizada exclusivamente de modo presencial, em local diverso da sede da Emissora para conveniência dos Debenturistas, na Avenida Cidade Jardim, 803 – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**. Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de termo aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06 de agosto de 2021 ("**Contrato de Compra e Venda**") anexo ao Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações**") ou de instrumento análogo a ser firmado pelo **Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura** com o objetivo de ajustar a redação da Cláusula 4.7 do Contrato de Compra e Venda, visando a alteração da Data do Prazo Final, bem como realizar outros ajustes necessários ao Contrato de Compra e Venda decorrentes de eventuais exigências uma vez que as negociações estão em curso com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**") e há, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), processos de emissão de valores mobiliários. O Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações ou instrumento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de termo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pela Emissora no âmbito da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial**"), em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Salto/SP, processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 ("**Recuperação Judicial da Emissora**"), com o objetivo de efetuar os ajustes necessários tendo em vista as negociações em curso com a ARTESP e os processos de emissão de valores mobiliários junto à CVM. O Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) caso aprovado o item "b" acima, deliberar sobre a aprovação de assinatura de termo de adesão ao Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O termo de adesão será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) a aprovação do exercício do direito previsto na Cláusula 6.11. do Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora mediante assinatura de termo de adesão ou documento análogo e apresentação de petição pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, informando sobre o exercício do direito previsto na referida Cláusula 6.11. pelos Debenturistas. O termo de adesão ou documento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para, exclusivamente, formalizar o Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e o Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, tão somente para prever as alterações descritas nas alíneas (a) e (b) acima, incluindo-se os aditamentos relacionados aos documentos da Emissão, que serão informados/disponibilizados aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser disponibilizados pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: **Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Emissora (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais.** Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (23, 24 e 25/02/2022)

FILIAL - BTA

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0357-24 e IE. 149.490.810.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS700 M, série: 8267255, 8267272, 8267279, 8267292, DR0610BR000000208464, DR0610BR000000208544, conforme B.O nº 418986/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0357-24 e IE. 149.490.810.113, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 64814, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000114590, conforme B.O nº 418986/2022.

FILIAL - PTP

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0420-03 e IE. 148.165.428.111, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo, FS600, série: DR0208BR000000154397, conforme B.O nº 419196/2022.

FILIAL - SPC

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0230-41 e IE. 116.565.494.118, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS700 M, FS2000, FS2100T, série: 17564, DR0107BR000000105042, DR0610BR000000221175, DR0610BR000000221179, DR0610BR000000221182, DR0610BR000000221188, DR0610BR000000221205, DR0610BR000000221208, DR0610BR000000221212, conforme B.O nº 419249/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0230-41 e IE. 116.565.494.118, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 75978, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000105080, conforme B.O nº 419249/2022.

FILIAL - SPE

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0067-08 e IE. 114.767.499.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2000, MACH 2, série: 58550, 58573, 58574, 58584, 58593, 58605, 58647, 58669, 58682, 58687, 58688, 64431, 58623A, 58637A, 58641A, DR0912BR000000329148, conforme B.O nº 419366/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0067-08 e IE. 114.767.499.117, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 55607, 66515, 67008, 69430, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 58611, 58551A, 58549, 58650, conforme B.O nº 419366/2022.

FILIAL - SPH

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0375-06 e IE. 149.564.691.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T, FS600, MACH 2, série: DR0107BR000000105045, DR0107BR000000105075, DR0107BR000000111531, DR0207BR000000101913, DR0207BR000000105375, DR0207BR000000105393, DR0207BR000000105397, DR0207BR000000111484, DR0208BR000000139218, DR0914BR000000438896, DR0914BR000000457530, conforme B.O nº 419415/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0375-06 e IE. 149.564.691.114, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 74961, 84163, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0207BR000000078222, DR0207BR000000105473, conforme B.O nº 419415/2022.

FILIAL - SPR

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0015-87 e IE. 111.301.824.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS2100T, FS2000, MACH 2, série: 42669, 42686, 42688, 42713, 42719, 42726, 42753, 42770, 42771, 42778, 64627, 8007020, 8240647, 8240680, 42741A, DR0107BR000000108316, DR0107BR000000114501, DR0915BR000000168966, DR0910BR000000226994, DR0910BR000000227117, conforme B.O nº 419476/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0015-87 e IE. 111.301.824.117, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 70334, 93895, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 42784, DR0910BR000000226954, conforme B.O nº 419476/2022.

FILIAL - TTE

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0050-60 e IE. 114.461.511.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca BEMATECH, UNISYS, DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, FS2100T, FS700, MACH 2, MP-50 FI, série: 50488, 50514, 50553, 50555, 50562, 50567, 50499A, BE0205SC57000600259, BE0205SC57000600265, BE0205SC57000600279, DR0107BR000000125287, DR0107BR000000125297, DR0107BR000000125303, DR0911BR000000297633, DR0911BR000000297773, PO2589, PO2599, PO2603, PO2626, PO2627, PO2628, PO2629, DR0911BR000000299105, conforme B.O nº 419526/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:
A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0050-60 e IE. 114.461.511.114, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 74401, 74403, 74404, 74405, 74426, 74427, 74428, 74429, 74430, 74431, 74432, 74433, 74434, 74435, 74436, 74437, 74438, 74439, 74440, 74441, 74442, 74443, 74444, 74445, 74446, 74447, 74448, 74449, 74450, 74451, 74452, 74453, 74454, 74455, 74456, 74457, 74458, 74459, 74460, 74461, 74462, 74463, 74464, 74465, 74467, 74468, 74469, 74470, 74471, 74472, 74473, 74474, 74475, 85651, 85750, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 50500, 50486, 50498, 50451, 50454, 50513, 50463, 50311, 50517, 50441, 50459, 50475, 50444, 50456, 50452, 50436, 50490, 50556, 50316, 50566, 50512, 50199, 50442, 50462, 50453, 50547, 50474, 50535, 50538, 50544, 50491, 50484, 50479, 50546, 50528, 50511, 50274, 50497, 50478, 50450, 50298, 50531, 50496, 50502, 50472, 50552, 50518, 50464A, 50445, 50515, 50549, 50494, 50489, DR0911BR000000299086, DR0911BR000000297660, conforme B.O nº 419630/2022.

ESPORTE AO VIVO | **14h45 Milan x Udinese** Italiano, ESPN 4 | **17h Genoa x Inter** Italiano, ESPN | **21h30 New York Knicks x Miami Heat** NBA, ESPN 2

Acordei com as bombas, diz jogador brasileiro na Ucrânia

Atleta estava próximo à fronteira com a Rússia quando começou a guerra

Julia Chaib

BRASÍLIA O jogador de futebol brasileiro Rodrigo Albatroz, 29, está há seis meses na Ucrânia e relata ter despertado na madrugada desta quinta-feira (24) com o barulho de explosões registradas na cidade em que estava, Kharkiv, próxima à fronteira com a Rússia.

Albatroz joga no FC Volchansk e treinou normalmente na noite anterior ao bombardeio. Em seguida, foi comunicado pelo treinador que, diante do estado de emergência decretado pela Ucrânia na tarde de quarta-feira (23), os campeonatos de futebol seriam suspensos.

A recomendação passada pelo time foi para que Albatroz e os outros cinco brasileiros da equipe deixassem Kharkiv o mais rápido possível. Localizada ao leste da Ucrânia, a cidade é a segunda maior do país e está a cerca de uma hora da Rússia.

"Nós pensamos: 'Ok, vamos sair o mais rápido possível, mas [com] certa tranquilidade'. É uma região que tem conflito há anos, ao leste, mas achávamos difícil de acontecer [um bombardeio] da noite para o dia, tão rapidamente, na nossa cidade, imagina na Ucrânia toda", diz.

"Conversamos [os jogadores] o que tínhamos que conversar, dormimos, e acordei, literalmente, com o barulho da bomba. Fomos para a janela e dava para ver o clarão das bombas. Foram uns dez minutos sem reação, para tentar entender. Saímos da janela e ficamos no corredor, por proteção."

O brasileiro acordou com as explosões às 5h13 e, às 5h43, partiu para a casa da avó da namorada, com a sogra, todas ucranianas. Em cerca de quatro horas chegaram a Krasnokutsk, cidade mais distante da fronteira com a Rússia, onde ainda está à espera de uma saída segura da Ucrânia.

Albatroz relatou que pela manhã começaram se a formar filas em mercados, farmácias e engarrafamentos ao longo do caminho. Um trajeto que ele faria em duas horas foi percorrido no dobro do tempo.

Em contato com a embaixada brasileira, ele ainda não sabe como sairá do país. Segundo Albatroz, o consulado afirmou que em até dois dias promoverá a primeira retirada de brasileiros via Kiev, capital ucraniana que também já foi alvo de ataques.

O problema é que o trajeto para chegar à cidade, que duraria mais de seis horas se não houvesse trânsito, pode ser mais perigoso do que ficar em Krasnokutsk, relata o jogador. Por isso, Albatroz diz que permanecerá no local até receber orientações concretas de como sair.

Na casa da avó da namorada há espaços subterrâneos onde a família poderia se proteger de bombardeios, ele diz. O brasileiro espera deixar a Ucrânia assim que puder e ir para a Letônia, onde morou a partir de 2013, antes de ir para o país onde está atualmente.

Rodrigo Albatroz, jogador brasileiro do FC Volchansk, de Kharkiv, quer deixar a Ucrânia Arquivo pessoal

> A região tem conflito há anos, ao leste, mas achávamos difícil de acontecer [bombardeio] da noite para o dia, na nossa cidade [Kharkiv]
>
> **Rodrigo Albatroz**
> jogador brasileiro do FC Volchansk, da Ucrânia

Atletas não podem deixar o país e pedem ajuda ao governo

Alex Sabino

SÃO PAULO Trancados em um hotel em Kiev, jogadores brasileiros que atuam em clubes ucranianos gravaram vídeo na madrugada desta quinta. Eles pedem o apoio do governo Jair Bolsonaro e afirmam que não podem deixar o país após o início da invasão russa.

"Devido à falta de combustível, fronteira fechada, espaço aéreo fechado, a gente não pode sair. A gente pede muito apoio ao governo do Brasil", afirma o zagueiro Marlon, do Shakhtar Donetsk, equipe que tem 12 atletas brasileiros.

No vídeo gravado e divulgado pelos atletas, a mulher de um deles, não identificada, diz que não sabem se haverá comida. O atacante Junior Moraes, da mesma equipe, naturalizado ucraniano e que atua pela seleção local, disse que os atletas esperam uma solução para sair do país.

O Shakhtar se transferiu para Kiev em 2014, quando houve intervenção militar russa na região ucraniana da Crimeia. São 31 brasileiros contratados por times da primeira divisão da Ucrânia. Até a semana passada, a maioria deles estava na Turquia, em pré-temporada antes do reinício do campeonato, que aconteceria nesta sexta (25). Após a invasão, o torneio foi suspenso.

Os jogadores que estão no Zorya Luhansk também pediram ajuda ao governo e à embaixada na Ucrânia. O time, como o Shakhtar Donetsk, se mudou de cidade após o conflito na Crimeia e atualmente joga em Zaporizhzhya.

Em vídeo, Guilherme Smith, Cristian e Juninho dizem que não recebem qualquer notícia. O clube teria pedido a eles para ficarem tranquilos.

"Há uma apreensão pela guerra e de que maneira vai afetar a população. Estou aguardando orientações", disse Edson, volante do Rukh Lviv. Ele é um dos jogadores que estão afastados de Kiev, mas diz estar consciente de que "deixar o país pode ser uma opção". "Agora estou em segurança, amparado, mas não tenho certeza do que pode acontecer nas próximas horas", completou. O time estuda levá-lo, assim como outros estrangeiros, para a Polônia.

Em nota, a embaixada brasileira na Ucrânia recomendou, onde seja possível, que os brasileiros deixem a Ucrânia. Aos que não puderem e estiverem ao leste do país, o pedido é que se desloquem para Kiev e entrem em contato com a embaixada. Os moradores da capital devem ficar em casa por causa dos grandes engarrafamentos nas vias de saída da cidade.

A Ucrânia é uma espécie de eldorado para os jogadores nacionais nos últimos 15 anos. Os clubes são reconhecidos por pagar salários excelentes, muito maiores do que a média no Brasil, e em dia.

Leia mais em Mundo e Mercado

Faça futebol, não faça a guerra

Com invasão de Putin na Ucrânia, final da Champions League não pode mais acontecer em São Petersburgo

Paulo Vinicius Coelho

Jornalista, autor de "Escola Brasileira de Futebol", cobriu seis Copas e oito finais de Champions

O técnico escocês Bill Shankly foi o arquiteto do grande Liverpool dos anos 1960/1970 e autor de uma frase tão romântica como discutível: "Futebol não é questão de vida ou morte. É muito mais do que isso".

Também nascido na Escócia, o jornalista e escritor Andy Dougan foi muito mais longe. No livro "Futebol & Guerra" (Zahar, 2004), Dougan separa a lenda e a realidade para contar o embate entre o FC Start e o Flakelf. O primeiro era composto por prisioneiros, entre os quais o que havia sobrado do Dínamo de Kiev, de antes da Segunda Guerra Mundial. O Flakelf era o time da Luftwaffe, a força aérea de Hitler.

A lenda era a de que todos os jogadores teriam sido assassinados depois de uma goleada por 5 a 3 imposta aos alemães. O fato é que oito dos vencedores foram presos pelos nazistas durante a guerra. Cinco morreram antes do término do conflito —não logo após a partida.

Suprema contradição, o estádio do Zenit, em São Petersburgo, tem uma estátua de um homem pisando uma bola com um pé e uma águia, símbolo nazista, com o outro. A obra é, supostamente, homenagem à vitória dos antigos jogadores do Dínamo de Kiev sobre a Luftwaffe.

A espetacular cidade de São Petersburgo tinha, até a invasão de Putin à Ucrânia, a certeza de sediar a final da Champions League, no dia 28 de maio. Não dá mais.

Pelo terceiro ano seguido, a decisão do maior torneio de clubes do planeta terá de mudar de palco. Isso se a guerra não avançar a ponto de ameaçar todo o torneio e até a Copa do Mundo, em novembro.

Parece precoce pensar nisso e, ao mesmo tempo, tardio notar que o Shakhtar Donetsk não joga na Dombass Arena desde 2014, na região autoproclamada independente com o apoio da Rússia. Depois da temporada 2013/14, o Shakhtar disputou suas partidas de Champions League em Liyv ou Kiev, a mais de 600 quilômetros de seu estádio.

Óbvio que os analistas internacionais compreendem muito melhor a origem do conflito e entendem a gravidade desde o início do processo separatista.

Estudar russo como preparação para a Copa do Mundo, há cinco anos, produziu descobertas, como a de que parte do povo de Moscou apoia Putin, por julgar que a Ucrânia sempre pertenceu à Rússia.

Meia verdade. Mas minha professora do idioma nasceu em São Petersburgo, quando se chamava Leningrado, e jamais reconheceu os ucranianos como um povo independente. Entre seus argumentos, o de que Kiev foi capital do principado Rus, que deu origem ao estado russo. A província Cisplatina pertenceu ao Brasil e, nem por isso, os uruguaios sentem-se brasileiros.

Alguns dos maiores jogadores da seleção soviética eram ucranianos, como Mikhailichenko e Dobrovolski, campeões olímpicos em 1988, Blokhin e Belanov, eleitos melhores jogadores da Europa em 1975 e 1986, respectivamente. Tempos em que as camisas vermelhas traziam a insígnia CCCP.

A brincadeira, no Brasil, era que as letras indicavam as palavras "Cuidado Camarada Com Pelé", em vez de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Pelé e Garrincha protagonizaram os três minutos mais incríveis da história do futebol, descritos assim pelo jornalista francês Gabriel Hanot, no primeiro jogo dos dois gênios em Copas do Mundo, Brasil 2 a 0 nos soviéticos.

Que bom seria se Putin tivesse apenas a sabedoria de fazer o mundo comemorar a proximidade do fim da pandemia, com uma final de Champions na linda São Petersburgo.

Em vez disso, traz mais uma ameaça à humanidade, dois anos depois do coronavírus.

Clubes brasileiros querem estudiosos

Até a estreia na Série A, número da armada estrangeira ainda tem tempo para aumentar

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Tanta coisa aconteceu desde a pandemia que parece às vezes que o surto foi de Covid-13 ou Covid-14.

Veja o maravilhoso mundo dos técnicos no futebol brasileiro, por exemplo. Até meados de 2019 ninguém achava que precisava de um estrangeiro para chamar de seu. Dorival Júnior e Mano Menezes eram os nomes que pipocavam sempre que um time procurava um novo professor —de alguma forma, parece que Dorival e Mano estão sempre disponíveis. E se dizia na época que Tite estava apenas esquentando o banco para Renato Gaúcho, que seria o próximo técnico da seleção. Era uma certeza...

Veio Jesus. E o mundo mudou. Agora, quando um time chamado grande fica sem técnico, só se fala em português. Não que não tivesse uma ou outra investida em treinadores estrangeiros. Mas o alvo preferencial eram sempre latino-americanos, como Rueda, Gareca e Osorio.

A Premier League já teve sua pequena marola (não chegou a ser uma onda) de portugueses, capitaneada por José Mourinho, como também já teve de franceses. Agora, a liga mais rica do planeta está numa vibe mais alemã, por culpa de Jürgen Klopp.

Por aqui, vez ou outra tem uma pequena má vontade de analistas ao comentarem o motivo da procura dos clubes por portugueses —todos querem um novo Jesus. Falam que técnico português não é tudo igual. É verdade.

Mas tentando olhar o copo meio cheio, quando os times daqui procuram por portugueses, o que estão procurando é um técnico estudioso europeu, que consiga entender o material humano e arrancar o melhor dele taticamente.

O motivo de os procurados serem apenas portugueses é óbvio: a língua. Se em terra brasilis se ensinasse alemão na escola, certeza que estaríamos atrás do professor do Mainz, do Leverkusen ou algo parecido. Mas somos um povo limitado na educação. Mal entendemos o espanhol.

O argentino Jorge Sampaoli fez 947 entrevistas coletivas por aqui e até hoje eu não tenho ideia do que ele falou. Se tivesse um excelente treinador grego dando sopa, com desconto, ninguém contrataria, mas renderia ótimos títulos.

Por isso queremos portugueses. Porque estudam e são inteligentes ao armar times. Só o papinho motivacional no vestiário não resolve mais. Jesus e Abel, o do Palmeiras, são completamente diferentes, e ambos foram muito bem-sucedidos com o ofensivo Flamengo e o tático Palmeiras.

Antes da Covid, lembro que estava começando a ganhar corpo um curso para técnicos que a CBF tornou obrigatório para professores locais. Renato Gaúcho ficou puto, atrapalharia as férias dele, com direito a futevôlei nas areias cariocas. Corinthians e Botafogo ficaram sem treinadores e não vi o nome de Renato, Dorival ou Mano ser cogitado uma única vez. Os dois clubes foram atrás de portugueses (a princípio, o mesmo).

A Série A deve começar com 20% de treinadores lusos (Palmeiras, Flamengo, Corinthians e Botafogo, ainda a confirmar). E tem outros cinco do grupo "hermanos" (Atlético-MG, Coritiba, Fortaleza, Santos e Internacional). E até o início da primeira rodada, no começo de abril, o número da armada estrangeira ainda tem tempo para aumentar.

Se for para ter jogos bons, como o Atlético-MG x Flamengo da Supercopa, por que não?

Apelo/campanha

Kia, depois de ter dado um carro para o Hulk, melhor jogador da Supercopa, manda um carro para a Gabi Zanotti, corintiana que foi a melhor da Supercopa do Brasil feminina. Além do merecimento óbvio, certeza que terão mais retorno de mídia.

GELO E GIM | *Daniel de Mesquita Benevides*
folha.com/geloegim

Lou Reed cantou coquetéis de álcool, sexo e drogas

Já nasceu velho, enrugado e ranzinza, com o peso do mundo nas costas. Dentre suas habilidades, além de cantar, tocar guitarra e compor algumas das canções mais perturbadoras do rock, estava a de beber quinze doses duplas de tequila e sair andando.

Quantas vezes se deu essa proeza? Difícil saber. Uma delas foi registrada na Nova Zelândia. O Baudelaire de Nova York estava num bar, após um show, e foi desafiado por um baterista local. O duelo foi tenso, com um silêncio sepulcral a cada virada de copo, seguido de brados de alívio e incentivo.

Poucos mencionaram tantas bebidas em suas músicas quanto Lou Reed, que faria 80 anos na quarta que vem (2). Afora os espíritos básicos, gim, tequila, bourbon e outros, suas letras falam em vinho, cerveja, daiquiri, brandy alexander, dubonnet com gelo, sangria e mais.

Lou bebia contra a angústia e o tédio, mas também se via aprisionado pelo excesso —acabou no AA (e no NA). Tinha seu lado Tim Maia, de deixar plateias na mão quando os destilados e as drogas estivessem mais interessantes.

Destas, usava muita anfetamina, heroína e Quaalude, um sedativo. Formavam coquetéis mais perigosos, mix de calmantes e energéticos, hipnóticos e energéticos —white light e white heat, como canta no segundo disco do Velvet Underground.

Gênio do canto falado, escrevia diálogos como ninguém —imagine uma versão punk do Hemingway. E contava histórias engraçadas e deprimentes, combinando elementos da alta literatura com a linguagem das ruas. Seu projeto era colocar guitarra em "Crime e Castigo". Em alguns momentos, chegou perto.

Rimbaud, Burroughs e Ginsberg eram outras influências literárias, as quais misclava com referências pop e do submundo junky sadomasoquista. Coisa leve, os pais se orgulhavam muito.

"Berlin" é uma de suas canções mais assombrosas, lato sensu. Se o clima é decadente, a sensação é de relaxamento e prazer. Num café ao lado do muro que dividia a cidade alemã, um casal bebe Dubonnet com gelo. No ar, ondas de etéreos violões. É o paraíso. Por que, então, pensamos no bar fantasma de "O Iluminado"?

Na famosa "Perfect Day", ele passeia no parque com a amada. Dão comida aos animais no zoo e bebem sangria. Tudo muito bom, só que não. No final, a letra sugere sombras: "Achei que era outra pessoa, alguém bom/Você colhe aquilo que plantou".

A moral bíblica ecoa em "Underneath The Bottle", na qual o fundo da garrafa e o fundo do poço são a mesma coisa, simbólica e literalmente. Já em "The Last Shot" o narrador (Lou?) se afunda mais e propõe um brinde a seu último pico, com sangue espirrando na pia, nos livros, numa "mosca pousada na parede". Não importa se é "uísque, bourbon, vodca ou scotch". Ou cerveja. O importante é fazer brinde "a tudo o que não se move (...) a tudo o que é bom e ao ódio".

"The Power of Positive Drinking", o poder da embriaguez positiva, vai na linha da bazófia. É uma saltitante defesa do álcool puro ("algumas pessoas estragam seus drinques com gelo"). Zoando, a balada continua: "não gosto de misturinhas, de quem saboreia a bebida e de bêbados chorões".

Com ou sem lucidez, queimando ou não os neurônios, as pessoas bebem para liberar a libido e levantar o ego, canta Reed. "Esse é meu fardo", emenda com a ironia habitual. E vai embora "graciosamente, com um scotch na mão".

Ryan Matthew Smith - stock.adobe

DRUNK UNCLE
(foi mal, Lou)

- 45 ml de scotch
- 20 ml de vermute branco
- 10 ml de Cynar

Mexa os ingredientes com gelo e coe para uma taça coupé gelada.

NO QUÊNIA, LOJA VENDE BRINQUEDOS FABRICADOS A PARTIR DE RESTOS DE CHINELOS RECOLHIDOS DE PRAIAS E OCEANOS
A executiva Grace Wangare exibe em Nairóbi polvo produzido com materiais recicláveis na Ocean Sole, empresa social que recicla 750 mil chinelos por ano Simon Maina/AFP

Os necessários cuidados no autoteste

Complicações ocorrem por técnica incorreta e uso excessivo de força no swab

Julio Abramczyk
Médico, vencedor dos prêmios Esso (Informação Científica) e J. Reis de Divulgação Científica (CNPq)

Nesta semana, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou o uso de um segundo autoteste para Covid-19, registrado como Autoteste Covid Ag Detect.

O primeiro deste tipo de exame para ser empregado por leigos foi nomeado Novel Coronavirus Antígeno. Possivelmente vários outros autotestes deverão ser autorizados para competir com os atuais.

A Anvisa destaca que os autotestes devem ser usados unicamente como triagem rápida para pessoas com sintomas para interromper a transmissão do coronavírus. Os portadores com o teste positivo espontaneamente irão se isolar e evitar a disseminação da virose.

O autoteste não tem valor de documento oficial. Por isso o teste positivo necessita ser confirmado pelo exame RT-PCR em posto de saúde, hospital ou laboratório de análises.

Em todos os exames, PCR ou autoteste, são usados cotonetes (swabs) para detectar, se presentes, fragmentos de material genético do vírus.

Considerado seguro, apesar de invasivo e desconfortável, o exame é realizado pelo esfregaço do cotonete para coletar secreções da região nasofaríngea.

Entretanto raras situações indicam possibilidades de complicações, como relatam Anni Koskinem e colaboradores do Departamento de Otorrinolaringologia do Hospital Universitário de Helsinki, Finlândia, no Jama Otolaryngology, Head and Neck.

Apesar da baixa ocorrência de complicações (1,24 por 100 mil exames), hastes quebradas tiveram de ser removidas por endoscopia nasal sob anestesia local.

Foram realizados 643284 testes RT-PCR, com 8 casos de complicações: 4 sangramentos nasais, 4 hastes dos cotonetes quebradas, sendo os pacientes 7 do sexo feminino e 1 masculino. As complicações envolveram emprego de técnica incorreta no exame: uso excessivo de força no swab ou direção inadequada para o esfregaço do cotonete.

Concluem os autores que força nunca deve ser empregada e que o cotonete deve ser direcionado ao longo do assoalho nasal, até encontrar resistência.

ACERVO FOLHA | **Há 100 anos 25.fev.1922**

Foliões do Rio combinam de cantar sátira a Arthur Bernardes

Clubes e cordões carnavalescos do Rio de Janeiro decidiram que vão cantar simultaneamente à 0h deste domingo (26), de Carnaval, a música "Ai, Seu Mé" (marchinha de Careca e Freire Junior que satiriza o candidato a presidente Arthur Bernardes).

Essa é uma reação contra a notícia de que o presidente da República, Epitácio Pessoa, teria ordenado a prontidão de grandes forças militares em vários pontos do Rio de Janeiro com o intuito de impedir que foliões cantassem a canção.

A mobilização de tropas para impedir a execução da música é apontada como ridícula, além de absolutamente anticonstitucional.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

O verso em brasa

Escalando nomes como Filipe Ret, Marina Sena e Matuê, projeto 'Poesia Acústica' consolida o rap brasileiro fora do nicho e peita o domínio do sertanejo, emplacando artistas desse gênero entre os mais tocados do país

O rapper carioca Filipe Ret, que participa do projeto 'Poesia Acústica' Reprodução/Facebook/Filipe Ret

Leonardo Lichote

RIO DE JANEIRO Dentro do velho casarão da zona portuária carioca, paredes com tijolos à mostra combinam com a cenografia que tem ainda caveiras mexicanas, bandeiras de países latinos, móveis de antiquário e até um carro conversível amarelo de 1968.

No comando da filmagem, o diretor grita para os artistas que, em frente às câmeras, dublam a música que sai das caixas. "Empolgação! Vocês estão no 'Poesia Acústica 12'."

A frase é mais do que jogo de cena. Ela tem apelo real, mensurável em números. A série de raps, sempre lançados com um clipe, teve em suas 11 edições anteriores 2 bilhões de visualizações no YouTube e 1 bilhão de plays nas plataformas de música. Ou seja, estar ali é uma garantia de visibilidade —moeda das mais valiosas no mercado musical atual.

Criada há cinco anos, e lançando agora a sua 12ª edição, "Poesia Acústica" é uma das pontas de lança de um movimento que aponta para a consolidação do rap brasileiro fora do nicho. Não é mais surpresa ver o gênero disputando, sempre com o todo-poderoso sertanejo, posições entre as mais ouvidas do país.

"Malvadão 3", do rapper Xamã, está desde janeiro no topo das paradas do Spotify — um top dez que inclui ainda os raps e traps "212", de Chefin, e "Pandora", de DJ Matt D, Menor MC, MC GP e Vulgo FK.

Outro indicativo deste momento é o Rep Festival, que em sua edição deste ano, nos dias 12 e 13 de fevereiro, juntou um público de cerca de 80 mil pessoas para assistir a mais de 60 shows e 50 DJs, todos representantes da cena nacional. É bem mais do que os 15 mil da edição anterior.

"O aumento da presença do rap nos 'charts' é uma confirmação do que os jovens ouvintes querem", afirma Eliton Nascimento, gerente de parcerias com artistas e gravadoras do Spotify, acrescentando que duas playlists de cultura hip-hop estão entre as dez mais ouvidas da plataforma no país. "Não é apenas algo viral, mas uma realidade."

"Estamos vendo agora o grande boom do rap nacional", afirma Fabrício Stofel, sócio-fundador do Rep Festival. "O rap foi o grande gênero da pandemia, impulsionado pelo apelo que ele tem em redes sociais como o TikTok. Matuê bateu recordes [seu álbum 'Máquina do Tempo', de 2020, teve a melhor estreia do Spotify no Brasil e superou Anitta], três edições seguidas do 'Poesia Acústica' bateram o número um nesse período."

Sócio da gravadora Pineapple Storm, que produz o "Poesia Acústica", Paulo Alvarez atribui o sucesso do projeto a uma série de razões.

Continua na pág. C2

> **"O digital dá oportunidade para o surgimento de novos atores, sejam eles rappers ou produtores, que em outra lógica não poderiam participar da indústria**
>
> **Rômulo Vieira da Silva**
> pesquisador, especialista em rap

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

BEM PERTO

O Ministério da Justiça nomeou para um posto de confiança o delegado da Polícia Federal Cristiano Barbosa Sampaio, que foi afastado do cargo de secretário de Segurança Pública do Tocantins no ano passado sob a acusação de integrar uma organização criminosa que acobertava esquemas de corrupção no estado.

BEM LONGE Sampaio foi afastado liminarmente de suas atividades no Tocantins pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell, que retirou do cargo também o então governador do estado, Mauro Carlesse.

PELO CANO Os dois foram acusados pelo Ministério Público Federal de perseguir e afastar policiais civis que investigavam corrupção na área da Saúde. O grupo foi acusado ainda de vazar informações para os investigados.

BIS A decisão do ministro Campbell, de outubro de 2021, foi depois confirmada por unanimidade pelos 15 ministros da Corte Especial do STJ.

CANETA Sampaio já foi também secretário de Segurança do Distrito Federal e é amigo do ministro da Justiça, Anderson Gustavo Torres. Ele foi designado para o cargo de coordenador-geral de Pesquisa e Inovação da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

BENEFÍCIO DA DÚVIDA Antes da nomeação, a equipe do ministro discutiu a repercussão negativa que a iniciativa poderia causar. Assessores do comandante da Justiça afirmam, no entanto, que Sampaio tem um histórico de credibilidade e que deve ser considerado inocente até o fim do processo a que responde na Justiça.

PLANO A Uma das prioridades do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que entrou na coordenação da pré-campanha de Lula, é reaproximar o ex-presidente de Marina Silva (Rede-AC).

*

Ele pretende mediar uma conversa entre os dois nas próximas semanas.

LINHA DO TEMPO O petista e Marina se afastaram depois que ela pediu demissão do Ministério do Meio Ambiente, no segundo governo Lula, e passou a fazer oposição ao governo. A ambientalista chegou a ser duas vezes candidata à Presidência da República contra Dilma Rousseff.

EM REDE A Rede deve formar uma federação com o PSOL, e se juntar em uma coligação de apoio a Lula já no primeiro turno. Marina, no entanto, tem deixado claro que não pretende apoiar Lula já na primeira rodada das eleições. Mesmo assim, Randolfe acha importante que ela e o ex-presidente dialoguem.

SONHO "A aproximação de Marina é um sonho acalentado por mim, pelo [ex-senador] Cristovam Buarque, pelo [ex-deputado federal] Maurício Rands, pelo [ambientalista] Pedro Ivo, pela [empresária] Rosângela Lyra, por todos", diz Randolfe, citando os coordenadores do movimento "Lula no Primeiro Turno".

CAMAROTE

Fotos Caio Galluci/Divulgação

O chef Henrique Fogaça e sua mulher, a engenheira química Carine Ludvic 1, participaram de uma sessão para convidados do musical "Chicago", no Teatro Santander, em São Paulo. A atriz Carol Marra 2 também compareceu ao evento, realizado na quarta (23). Os produtores do espetáculo, Alan Adler e Stephanie Mayorkis 3, também estiveram lá

UM SÓ MUNDO O arcebispo metropolita Dom Volodemer Koubetch, da Igreja Católica Ucraniana no Brasil, diz que a guerra declarada pela Rússia à Ucrânia afeta diretamente todos os ucranianos espalhados ao redor do mundo, inclusive os que estão no Brasil.

SENTIMENTOS "Parece-me que a palavra tristeza corresponde muito bem ao que a nação ucraniana e o povo ucraniano estão sentindo neste momento. É tristeza, mas é medo, é angústia e é incerteza", afirma Dom Volodemer.

OLHAI POR NÓS O arcebispo metropolita está à frente da Metropolia Católica Ucraniana São João Batista, igreja-mãe da denominação no país, localizada em Curitiba. Ele participou nesta quinta-feira (24) de uma reunião com outras lideranças religiosas para discutir a realização de um dia de orações pela paz na Ucrânia. A convocação deve ser feita para o próximo domingo (27).

ALIADOS Na semana passada, Jair Bolsonaro (PL) fez uma visita a Moscou e disse que o Brasil "é solidário" à Rússia, sem especificar a que aspecto manifestava solidariedade.

REPERCUSSÃO Questionado sobre o episódio, o arcebispo afirma que a palavra "solidariedade" não era adequada à situação. "É claro que a comunidade ucraniana ouviu isso com muita tristeza e revolta", afirma Dom Volodemer.

com Bianka Vieira e Manoella Smith

A cantora Marina Sena, que participa do 'Poesia Acústica' Divulgação

O verso em brasa

Continuação da pág. C1

"O fato de reunirmos uma grande quantidade de artistas em cada edição soma o apelo individual de cada um. E, do lado deles, permite que alcancem um novo público. Até porque sempre reunimos artistas de diferentes vertentes do rap, como o trap por exemplo, com o de outros gêneros, como o funk e o pop", ele diz.

"Já tivemos Ludmilla, agora temos Marina Sena. O 'Poesia' marcou a virada de Xamã, e ajudou também a levar outros, como Orochi, ao mainstream", acrescenta.

Lançado agora, "Poesia Acústica #12 – Para Sempre" reúne Filipe Ret, Caio Luccas, Luiz Lins, BIN, Budah, Borges e Teto, além de Marina Sena.

Numa faixa de pouco mais de oito minutos, duração que contraria os mandamentos da cartilha dos hits, os artistas se revezam para enfileirar versos de teor romântico e sensual.

"O amor é um assunto que provoca uma identificação com qualquer público, não só o do rap", diz Paulo Alvarez, listando possíveis causas do sucesso da série. A letra de "Poesia Acústica 12" faz ainda referências a artistas da cena (MC Poze do Rodo) ou não (Bob Marley) e piscadelas à cultura digital ("tu quer um #tbt ou coisa mais pra frente?").

Mais do que fornecer munição poética, o ambiente digital plantou as bases do atual momento de popularidade do rap brasileiro. É o que defende o pesquisador de rap e cultura digital Rômulo Vieira da Silva, autor da dissertação "Flows & Views: Batalhas de Rimas, Batalhas de YouTube, Cyphers e o Rap Brasileiro na Cultura Digital".

"O digital dá oportunidade do surgimento de novos atores, rappers ou produtores, que em outra lógica não poderiam participar da indústria."

O pesquisador aponta que a circulação das batalhas, em que dois rappers se enfrentam improvisando versos, no YouTube, foi fundamental tanto para a popularização como para a linguagem do rap hoje.

"É um espetáculo repleto de humor, agressividade, que atrai múltiplas audiências. O alcance do rap então se expande, chegando a grupos sociais e étnicos que não estão ligados àquele território. E o YouTube permite o compartilhamento, tem um sistema de recomendação potente, que leva a outros vídeos do tipo, permite a monetização."

A temática das letras também é afetada nesse ambiente. Ela passa a incorporar a ostentação, drogas, armas, sexo, muito a partir da poética do trap."

Selos de rap como Mainstreet, Tudubom, Medellin e 30PRAUM ocupam papel central na ampliação do mercado, muitas vezes estabelecendo parceria com as grandes gravadoras. Mas são tocados por gente que vive o rap, e não por executivos. "Os selos conectam a rua ao mercado", resume Filipe Ret, ele próprio fundador do Tudubom.

Matuê, rapper à frente da 30PRAUM, faz coro. "Todas as nossas ideias vêm de quem está dentro, vêm da rua. Mas o selo corta caminho. Você já pode pegar um artista novo como o Teto", diz, em referência ao baiano de 21 anos que chamou a atenção com as prévias de suas músicas mostradas no Instagram durante a pandemia, "e jogar lá em cima, com uma rapidez que não rolou na minha carreira".

"O rap fala para o jovem e pelo jovem", diz o cantor Luccas Carlos. O engajamento dos fãs do gênero, majoritariamente pré-adolescentes, adolescentes e jovens, ajuda a alimentar a máquina do rap nacional.

O mais importante —sem demandar grandes investimentos em marketing, sobretudo se comparado a gêneros como o axé e o sertanejo. "Sou o quinto ou sexto artista do rap brasileiro, e meus números nas plataformas são melhores do que os da Ivete Sangalo", compara Filipe Ret.

Paulo Alvarez reforça. "O rap é o maior fenômeno orgânico da música hoje. O 'Poesia Acústica', por exemplo, praticamente não tem investimento em marketing, toda a sua audiência é espontânea."

O caminho para o crescimento fora do nicho, no entanto, não se dá sem tensões. Afinal, as crônicas secas e realistas de Racionais MC's ou a máxima "o rap é a CNN dos pretos", cunhada por Chuck D, do Public Enemy, têm pouco a ver com "Malvadão 3" ("então viaja de avião/ mó princesa, mó pressão/ só vapo vapo do malvadão") ou com a ostentação do tripé do trap, com sexo, drogas e armas.

Matuê, que hoje diz encarar "com mais seriedade" a exploração dessa temática em seus hits, argumenta que a lógica dessas letras é similar à do cinema pop. "É como fazer o filme de ação mais brabo. Tem que ter o quê? Sexo, violência, viagens." O apelo, como mostram os números, funciona.

Apesar das diferenças entre os primeiros ícones do rap nacional e muito do gênero hoje, há um reconhecimento da importância de quem veio antes.

"Há muito tempo foi feito um trabalho muito minucioso, com muito amor, para hoje, depois de 30 anos, o rap estar onde ele está. Devemos isso aos pioneiros", afirma Predella, do grupo Costa Gold.

"O que protege o rap nacional da descaracterização total é que, diferentemente do que se dá nos Estados Unidos, o cânone ainda é Racionais, Sabotage. Há uma cobrança do próprio movimento nesse sentido", diz Acauam Oliveira, pesquisador de música popular e professor de literatura da Universidade Federal de Pernambuco.

"De qualquer forma, há uma tendência em se olhar para esse conflito de maneira dicotômica —se você faz sucesso com o rap, ou você está conquistando algo para o movimento ou está se vendendo e perdendo força crítica. Mas o próprio rap pensa isso de forma muito mais complexa. 'Negro Drama', dos Racionais, é isso, 'entre o sucesso e a lama'."

O pesquisador nota ainda que alcançar popularidade jogando pelas regras do mercado não necessariamente representa uma vitória. "É como cantam os Racionais. 'Um por amor, dois por dinheiro, três pela África, quatro pros parceiro.' Ou seja, se você não contempla todas essas dimensões, você perde algo", afirma.

"Se o rap deixa de ser compromisso, se for pensado só como uma linguagem musical, isso é interessante, mas o rap perde enquanto projeto de emancipação política. E, num momento como esse, em que o rap cresce no mercado, essa questão é posta de maneira ainda mais marcada."

Avril Lavigne surfa em onda que ajudou a criar

Em seu novo disco, cantora busca o prazer na nostalgia adolescente e reivindica o título de embaixadora do pop punk

ANÁLISE

Lucas Brêda

Sobre um riff sombrio no violão, Avril Lavigne canta sobre não se sentir bem por dentro, apesar de dar outra impressão às pessoas ao seu redor. Das guitarras às baterias de pop punk, passando pelos vocais agudos, é como se "Avalanche", música do novo álbum da cantora canadense, tivesse sido lançada por ela há 20 anos.

Depois de despontar como estrela do pop rock nos anos 2000, Lavigne deu uma guinada pop e tomou as FMs, num sucesso que faz dela um dos nomes mais conhecidos de sua geração. Na última década, contudo, ela entrou numa espécie de limbo reservado a artistas que fizeram parte da adolescência de seus fãs, mas que, anos depois, soam como espinhas no rosto ou escolhas de vestuário duvidosas —algo de que não se tem saudade. Mesmo lançando discos, Avril Lavigne era mais uma memória do que uma realidade.

"Love Sux", seu sétimo álbum, chega como um resgate da diversão e da insegurança da adolescência, agora numa embalagem moderna. Durante a pandemia, o processo de revival do pop punk e do emo que marcaram os anos 2000 se intensificou, ganhou novos contornos nas mãos de artistas mais jovens, e agora a canadense tenta surfar nessa onda que ela mesma ajudou a criar.

Em entrevistas, Lavigne tem dito que voltou a se divertir fazendo música, e "Love Sux" soa exatamente assim. Mesmo que, vez ou outra, as letras descambem para a angústia juvenil de quem acredita que não vai resistir a uma decepção amorosa (em "Dare to Love Me") ou de que qualquer paixão é eterna ("Kiss Me Like the World Is Ending"), ela goza das mentiras que homens dizem apenas para beijar mulheres ("Bois Lie") e despreza namorados entediantes ("Love Sux").

Pop rock até o caroço, o novo disco rompe com o caminho que ela vinha trilhando depois de receber um diagnóstico positivo de doença de Lyme, durante a turnê "Avril Lavigne", de 2013, e passar anos se recuperando das dores.

Esse período está contemplado em "Head Above Water", disco de 2019 em que ela aparece segurando um violão numa capa em preto e branco. Com músicas acústicas e letras autobiográficas, a obra marcou uma certa maturidade da cantora, mas não empolgou nem os fãs nem a crítica.

Agora, é como se Lavigne tivesse ouvido Olivia Rodrigo e Willow, jovens que resgatam o estilo que ela estabeleceu, para buscar o prazer na própria nostalgia. Em vez de lamúrias ao violão, ela mira a energia das baterias aceleradas e das guitarras distorcidas desde a primeira faixa, "Cannonball", com vocais acelerados que lembram "Girlfriend", sucesso dela de 2007 que era presença obrigatória na programação de clipes da MTV quando isso ainda era algo relevante.

De certa forma, contudo, é como se "Love Sux" tivesse sido produzido por um algoritmo, reunindo todos os elementos antigos e novos que levaram o pop punk de volta à preferência da juventude. Machine Gun Kelly, ex-rapper que enveredou para o pop punk para chegar ao mainstream —ele é uma das atrações principais do próximo Lollapalooza no Brasil—, canta com ela em "Bois Lie", assim como Blackbear, cantor que mistura batidas e versos de rap com refrões grudentos e um sentimento pop punk, em "Love It When You Hate Me".

Ao mesmo tempo, ela divide os vocais com Mark Hoppus, do Blink 182, banda fundamental no movimento de que Lavigne fez parte nos anos 2000. A música, "All I Wanted", soa como uma versão mais pop e radiofônica de uma faixa antiga da banda de Hoppus. Aos 37 anos, ela não tem a urgência da juventude, mas reivindica sua importância nisso tudo.

Longe de trazer novidades para o pop atual, "Love Sux" reposiciona Lavigne —escalada para o próximo Rock in Rio, num dia dedicado ao pop punk— exatamente como ela ficou na memória do público, como a embaixadora desse jeito de se fazer rock que marcou uma geração e que agora é redescoberto pelas próximas. Afinal, as espinhas podem ser um problema menor quando se tem contas para pagar, uma carreira profissional para trilhar e relacionamentos sérios para manter de pé.

Love Sux

Artista: Avril Lavigne. Gravadora: Warner. Nas plataformas digitais

A cantora canadense Avril Lavigne Divulgação

Capitão da Marinha substitui monarquista como novo diretor da Biblioteca Nacional

João Perassolo

SÃO PAULO Ex-capitão de mar e guerra da Marinha do Brasil, Carlos Fernando Rabello assumiu nesta quinta-feira a direção da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União. Ele substitui o monarquista Rafael Nogueira, que deixou o cargo há poucas semanas.

Rabello vem da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde trabalhava diretamente com a presidente, Letícia Dornelles.

Como diretor executivo, ele era responsável por funções administrativas, como supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e do plano de ação da Casa de Rui Barbosa e auxiliar a presidente em outras atividades. Rabello não tinha ingerência direta sobre a programação da instituição.

O novo titular da Biblioteca Nacional tem graduação em análise de sistemas, mestrado em administração e MBA em marketing de entretenimento.

É, portanto, um perfil distante do universo dos livros e também do presidente anterior da instituição.

De acordo com um ex-servidor da Casa de Rui Barbosa que prefere não se identificar, Rabello tinha uma relação conflituosa com a presidente do órgão e foi nomeado contra a vontade dela.

Um servidor atual afirma que a divergência se devia ao fato de ambos estarem em alas opostas do governo Bolsonaro —militar de formação, Rabello era ligado aos fardados, enquanto Dornelles, indicada ao cargo pelo pastor Marco Feliciano, é da ala ideológica.

A rivalidade de ambos ficou explícita, disse o servidor, no momento em que a presidente teria ignorado o regulamento interno da instituição e nomeado Mauro Rosa, então diretor do centro de memória e informação, para ocupar o seu cargo em períodos de férias ou licenças médicas.

A presidente afirma que seu substituto eventual é uma escolha de livre nomeação feita pelo ministro do Turismo, Gilson Machado, a partir de solicitação sua. Sua escolha por Mauro Rosa, ela acrescenta, se deu pela experiência do servidor em gestão pública.

Rabello é mais um militar a ocupar um cargo na Cultura. O ex-PM André Porciuncula é hoje o chefe da Lei Rouanet.

Bruno Gagliasso, distante das novelas, vira traficante de drogas no streaming

Ator, que está em 'Operação Maré Negra', diz que queria se afastar dos personagens maniqueístas

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Na coleção de atores que deixaram a Globo e suas novelas em direção ao streaming nos últimos meses, o nome de Bruno Gagliasso é um dos que mais chamam a atenção. Com seus olhos azuis, uma família celebridade e uma variedade de papéis populares no currículo, o ator pareceu ser uma grande perda para a emissora —e uma aposta segura para as plataformas.

Agora, o primeiro desses projetos no sob demanda, "Operação Maré Negra", finalmente é lançado pelo streaming Amazon Prime Video, mostrando um lado vilanesco de Gagliasso, que vive um "empresário do tráfico" disposto a pôr em risco quantas vidas for preciso para engordar sua conta bancária.

Inspirada num caso real ocorrido há três anos, a série acompanha o lutador de boxe espanhol Nando, que, precisando de dinheiro, aceita uma oferta arriscada feita por seu tio, um poderoso traficante da Galícia. Ele deve atravessar o oceano Atlântico, da América do Sul até a península Ibérica, num submarino caseiro recheado de cocaína.

É na floresta amazônica, na fronteira do Brasil com a Colômbia, que conhecemos o "empresário" de Gagliasso. Ele não poupa o submarino de elogios, apesar da clara inadequação do veículo para uma viagem tão longa e complicada, e seduz o boxeador espanhol com promessas de riqueza e com o que diz ser um faro para os negócios —se ele não acreditasse que a travessia é possível, não apostaria nela.

"Eu estou nessa fase aberta a boas histórias e bons personagens. É isso que eu quero como ator, porque me enriquece não só profissionalmente, mas como ser humano", diz Gagliasso, comentando a saída da Globo.

"A história de 'Operação Maré Negra' é verídica, uma coisa da qual eu gosto muito, e completamente absurda, então eu fiquei encantado. Eu fiz muito mocinho e também já fiz vilão em novelas, mas agora eu estava em busca de personagens que me desafiassem, e as séries e filmes proporcionam mais isso. Nas novelas tudo é muito mais maniqueísta —e é preciso, faz parte."

Gagliasso recebeu o convite para "Operação Maré Negra", da qual participa de metade dos episódios, enquanto vivia na Espanha, onde gravou a série "Santo" da Netflix —essa, sim, na qual é protagonista. Nela, ele está do outro lado de uma operação do tráfico, vivendo um policial que quer desmantelar um esquema.

Ele conta que há pouca diferença entre um set de filmagem de TV aberta e de uma produção internacional do streaming —"Operação Maré Negra" é espanhola—, sendo a maior exceção o tempo de envolvimento com cada um deles, já que os folhetins passam da centena de episódios.

Segundo ele, a ascensão do streaming não é uma ameaça à televisão tradicional, como muitos acreditam, e se adaptar é a palavra-chave para que ambos continuem coexistindo. A indústria se beneficia dessa disputa por audiência, diz Gagliasso, que "sem sombra de dúvidas" retornaria para a TV no futuro.

Ao seu lado, o narcotraficante vivido pelo ator em "Operação Maré Negra" tem o personagem de Leandro Firmino, o Zé Pequeno de "Cidade de Deus", que vive um capanga capaz de exemplificar a fala de Gagliasso sobre os personagens terem mais nuances nas séries.

Mesmo envolvido com o tráfico e com gente muito perigosa, o personagem é também uma vítima, diz Firmino, já que é empurrado para aquela situação por uma variedade de fatores. Quando é "convidado" a entrar no submarino para participar da travessia, ele não tem muito poder de escolha.

Lugar-comum para os latino-americanos nas telas, o tráfico de drogas que faz "Operação Maré Negra" girar suscitou dúvidas em Firmino quando o papel apareceu. Ele conta que teve cautela antes de aceitar, para ter certeza de que não reforçaria estereótipos.

"Eu fiquei um pouco preocupado, mas minha agente conversou com os produtores antes e viu que eu não ia cair num estereótipo, principalmente pela repetição do que eu já fiz antes, em 'Cidade de Deus' ou 'Impuros'", diz ele sobre as tramas sobre criminalidade nas quais esteve.

"O meu personagem é uma espécie de mecânico, ele entende como o submarino funciona, se der ruim ele sabe o que fazer. No fim é ele quem vai segurar a onda dos outros personagens, que estão quase se matando dentro daquele submarino. Ele é um cara que faz isso pela família, não para enriquecer", afirma, contrapondo o rapaz ao tio europeu que põe Nando no esquema de drogas. "Já meu personagem é um escroto", dispara Gagliasso.

Em meio a tanto investimento em séries de língua espanhola no universo do streaming, a dupla de atores acredita que "Operação Maré Negra" tem potencial para se destacar justamente por sua pluralidade, algo com que Firmino e Gagliasso se divertiram durante as gravações.

"Você tinha dois atores brasileiros, um colombiano, um galego, dois portugueses, um espanhol... Eu estou muito curioso para ver o resultado dessa mescla", diz Firmino. "Isso é uma tendência, a coisa está cada vez mais globalizada, e eu me diverti horrores fazendo a série", conta Gagliasso.

Operação Maré Negra
Espanha, 2022. Criação: Patxi Amezcua e Natxo López. Com: Álex González, Bruno Gagliasso e Leandro Firmino. Disponível no Amazon Prime Video

Bruno Gagliasso em cena da série 'Operação Maré Negra', do Amazon Prime Video Fotos Divulgação

CRÍTICA SERIAL | *Luciana Coelho*
criticaserial@grupofolha.com.br

Em 'Ruptura', Ben Stiller faz suspense sobre equilíbrio trabalho-vida pessoal

Quem se habituou a ver Ben Stiller na frente ou atrás das câmeras em comédias escrachadas como "Zoolander" e "Entrando numa Fria" pode tomar um susto com sua assinatura na excelente "Ruptura", que estreou na última semana na Apple TV+.

Não que a acidez e a crítica social rasgada que Stiller incute tanto em comédias como em dramas não esteja ali. Está, assim como está a melancolia de seus personagens nas produções de Wes Anderson.

Mas a fluidez com que o ator-cineasta entrança gêneros para costurar um enredo que intriga e provoca ora com questões existenciais ora com humor nonsense é um triunfo inesperado. É, de uma vez, original e uma ode a Terry Gilliam ("Brazil"), David Lynch e Ricky Gervais ("The Office").

"Ruptura", cujo título original é "severance", a palavra em inglês para desligamento profissional, trata do desejo utópico de equilibrar vida pessoal e carreira, algo amplificado pelo bombardeio de promessas de vidas idílicas que abriu um mercado promissor para gurus, coaches e ansiolíticos.

Na história imaginada por Stiller e pelo roteirista Dan Erickson, esse equilíbrio é feito cirurgicamente pelo misterioso conglomerado Lumen em seus funcionários a fim de separar a personalidade que bate ponto no trabalho daquela que vive das 18h às 9h com amigos, família, hobbies, afazeres e outras coisas mundanas. O "eu" do escritório não tem ideia do que se passa com o "eu" de casa, e vice-versa.

É a essa experiência a que Mark (o versátil Adam Scott, de "Parks and Recreation") e seus colegas (vividos por nomes como Patricia Arquette, John Turturro e Christopher Walken) se submetem.

Todos os dias, pela manhã, ele deixa seus pertences em um armário na entrada da firma, pega um elevador que ativa um chip intracraniano para esquecer tudo que viveu lá fora, percorre extensos corredores brancos e chega à sala que divide com três colegas,

O ator Adam Scott em cena da série 'Ruptura'

onde passa o dia refinando dados em computadores retrô e sendo constantemente visitado por um funcionário de RH histericamente animado.

Quando termina, pega o elevador, esquece o que viveu na Lumen e volta para casa.

Só que Mark não quer esquecer o trabalho para viver o resto da vida. Ele, logo descobrimos, é um ex-professor de história que não superou a viuvez precoce e prefere esquecer a vida para viver o trabalho. Se os cenários assépticos da Lumen são opressivos, o que Mark encontra em casa é ainda mais sufocante. O trabalho —burocrático, tedioso e de propósito desconhecido— o faz vivo.

Por isso, quando encontra do lado de fora um ex-colega demitido com os supostos segredos da firma e do lado de dentro uma nova companheira de baia rebelde cheia de perguntas esquecidas, ele atina para a real razão do procedimento de ruptura.

É incrível que o roteiro preceda nossos meses (anos?) de desconexão social por causa da pandemia e a subsequente onda de mudanças de vida, de carreira e de aspirações.

A alegoria de Stiller e Erickson parece esculpida com assustadora exatidão.

'Ruptura' está disponível na Apple TV+ com novos episódios lançados às sextas

Cena do documentário nacional 'Transversais', que mostra a jornalista Mara Beatriz, à direita, com a filha Juno Braga e Linga Acacio/Divulgação

Filme barrado por Bolsonaro merece ser debatido

Documentário de Émerson Maranhão aborda os sonhos e as realizações de pessoas transgênero que vivem no Ceará

CINEMA
Transversais
★★★★☆
Brasil, 2022. Direção: Émerson Maranhão. Com: Samilla Marques, Érikah Alcântara, Caio José e Kaio Lemos. 10 anos. Nos cinemas

Ivan Finotti

"Transversais" é uma obra que ficou famosa muito antes de chegar às telas do circuito, nesta quinta-feira. Em agosto de 2019, Jair Bolsonaro apareceu numa live desqualificando os vencedores de um edital da Agência Nacional do Cinema, a Ancine, que forneceria recursos para sua produção. "Fomos garimpar na Ancine filmes que estavam prontos para ser captados recursos no mercado. Olha o nome de alguns, são dezenas", disse. "Um filme chama 'Transversais'. Olha o tema 'sonhos de cinco pessoas transgênero que moram no Ceará'. Conseguimos abortar essa missão", anunciou o presidente

Em termos. Se a Ancine acabou voltando atrás e escolhendo outros finalistas, por outro lado o produtor Allan Deberton e o diretor Émerson Maranhão foram à luta e conseguiram finalizar a obra. Inicialmente uma série em cinco episódios, "Transversais" se tornou um documentário de 85 minutos. E um documentário muito bom.

Com muita delicadeza e sobriedade, o filme conta a história da funcionária pública Samilla Marques, da professora Érikah Alcântara, do acadêmico Kaio Lemos, do enfermeiro Caio José e da jornalista Mara Beatriz, todos do Ceará, um estado que certamente carrega a fama do estereótipo do macho nordestino.

No caso dessa última personagem, a jornalista aparece falando da transição de sua filha, a estudante Lara, que também dá depoimentos. São ouvidos ainda familiares e amigos dos personagens.

A obra enfoca principalmente o processo de transição de gênero pelo qual cada um deles passou, suas dificuldades, lutas e alegrias. Há diversos momentos emocionantes, como quando Caio José descreve a aceitação da transição por seu pai. Erroneamente, o rapaz julgava que aquele homem de idade avançada seria incapaz de compreender.

Destaque para as belas cenas de Kaio Lemos no candomblé e as da adolescente Lara com seus pais. Esses pais contam que tiveram de lutar contra o preconceito de parte de seus parentes, que acusaram a mãe de forçar a transição porque seu desejo era ter tido uma filha mulher.

A aceitação da família não acontece para todos os entrevistados. Pelo menos não totalmente, como relata Samilla Marques. Mesmo transitando normalmente pela casa dos pais, e até levando amigas trans que são aceitas, muitas vezes ela ainda é chamada lá pelo nome masculino de batismo.

De certa forma ajudado pela propaganda negativa do presidente, o documentário já foi exibido na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, no festival Mix Brasil e no Cine Ceará. Seja por seus muitos méritos, seja como forma de desagradar a Bolsonaro e a seu séquito transfóbico, "Transversais" é um filme que merece ser respeitado, visto e discutido. E ter uma boa bilheteria.

Cordeiro que é criado como filho pelo casal protagonista de 'Lamb' Fotos Divulgação

Bebê ovelha aterroriza casal que passa por luto em 'Lamb', exibido em Cannes

Filme com Noomi Rapace gira em torno de cordeiro antropomórfico igualmente fofo e grotesco

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Uma pequena silhueta se aproxima da mesa, vestindo um casaquinho, e atrai a atenção de um dos dois homens sentados à sua frente. "Ela não está acostumada com estranhos", diz um deles sobre a sua filha, que logo dá um balido. "Méé", faz a figura, se revelando um cordeiro antropomórfico.

De pé sobre suas duas pernas, a criança em torno da qual gira o filme "Lamb" é fofa e grotesca na mesma medida. Com seu rostinho coberto de pelos, ajudou o diretor Valdimar Jóhannsson a levar o prêmio de originalidade da mostra Um Certo Olhar, em Cannes.

No longa, acompanhamos um casal sem filhos que mora numa fazenda de ovelhas em meio ao frio da Islândia. Quando um dos animais dá à luz, Maria e Ingvar tomam o filhote para si e o criam como se fosse uma criança. Aos poucos, ele vai ganhando características humanas e suscitando a fúria das ovelhas ao redor.

Em seu primeiro longa-metragem, Jóhannsson conta que queria abordar temas como luto, paternidade e aceitação e escolheu o cenário para a história com base em suas experiências de infância, quando passava os verões com os avós numa fazenda de ovelhas.

É curioso que "Lamb", um filme islandês independente, seja o longa de estreia dele, que fez carreira em Hollywood criando os efeitos especiais extravagantes de filmes milionários como "Transformers: A Era da Extinção".

"Eu já estive em quase todo tipo de departamento na indústria, então aprendi algo e tive ideias nos mais variados projetos, com as mais variadas pessoas", afirma o cineasta. Essa diversidade no currículo se reflete em "Lamb", filme que começa como um grande drama e aos poucos vai flertando com a fantasia e o suspense até abraçar totalmente a sua vocação de terror folk.

Para levar a história às telas, ele precisou da ajuda, em dose dupla, de Noomi Rapace, atriz que é produtora e protagonista de "Lamb". A sueca também compartilha das memórias pastoris de Jóhannsson, já que foi criada numa fazenda. No novo filme, ela põe tudo o que aprendeu na infância em cena, e até ajuda uma ovelha a parir um filhote.

"Eu não sou avessa ao trabalho duro", brinca ela. "Eu cresci em estábulos, trabalhando com os animais, então 'Lamb' foi um convite para eu voltar para as minhas raízes", diz Rapace, que numa sexta estava em Hollywood gravando e, no domingo seguinte, era parteira nos confins da Islândia.

A escolha pelo animal não deixa de ser curiosa, dado o seu simbolismo em diversas culturas. Jóhannsson, no entanto, conta que a escalação de uma criança-ovelha teve intenção estética, já que o bicho é reconhecidamente fofo, e demográfica, já que a população de ovelhas na Islândia é maior que a de humanos.

"Mas é curioso, porque nós temos participado de muitas entrevistas e normalmente os jornalistas que são da Itália e da Espanha, ou da América do Sul, veem um tipo de simbolismo totalmente diferente na trama", diz Rapace.

Para além de lidar, acidentalmente, com religiosidade e com temas paternais e de luto, "Lamb" também se propõe a debater a nossa relação com a natureza. Isso fica claro mais para o final da história, sanguinolento. Rapace resume o filme como sendo um "grito da mãe natureza", como se ela estivesse revidando e tomando de volta o que é seu.

Lamb
Islândia/Suécia/Polônia, 2021. Dir.: Valdimar Jóhannsson. Com: Noomi Rapace, Valdimar Jóhannsson e Björn Hlynur Haraldsson. Disponível na Mubi

Novo 'Massacre da Serra Elétrica' escorrega no sangue tiktoker

STREAMING
O Massacre da Serra Elétrica: O Retorno de Leatherface
★★☆☆☆
EUA, 2022. Direção: David Blue Garcia. Com Elsie Fisher, Sarah Yarkin e Mark Burnham. Disponível na Netflix. 18 anos

Henrique Artuni

"O Massacre da Serra Elétrica", de Tobe Hooper, lançado em 1974, é cercado de mitos. A começar por um caro aos brasileiros —não há qualquer serra elétrica no filme, mas uma motosserra. Se tivesse uma do primeiro tipo, Leatherface, o brutamontes que conduz o massacre, precisaria de uma boa dose de extensões e uma tomada infalível. Os portugueses optaram por apenas "Massacre no Texas", incorporando o centro do título original.

O filme teve problemas com censura e colecionou reações exageradas, com pessoas que saíam afirmando terem visto um banho de sangue explícito, digno de "snuff movie". Não é, mal se vê sangue ou gore.

Eis que o título retorna, quase 50 anos depois, agora não mais como um projeto tresloucado de uma trupe de iniciantes, mas pelas mãos da Netflix.

David Blue Garcia, diretor do novo filme, tem um currículo curto como o de Hooper em 1974. Apesar de um bom par de curtas para os quais fez direção de fotografia, o seu primeiro longa é de 2018, "Tejano", e se passa na fronteira do México com o Texas.

Sua familiaridade com esse interior foi definitiva para retomar a franquia como uma continuação do primeiro filme. Com exceção do brilhante "O Massacre da Serra Elétrica 2", de 1986 —que mesmo sob diversos cortes do estúdio, ficou sob a batuta de Hooper—, as outras tentativas de continuar a saga apostaram em outras abordagens, no pior dos casos, explicando as origens do gigante que usa máscara de pele humana, inspirado no serial killer Ed Gein.

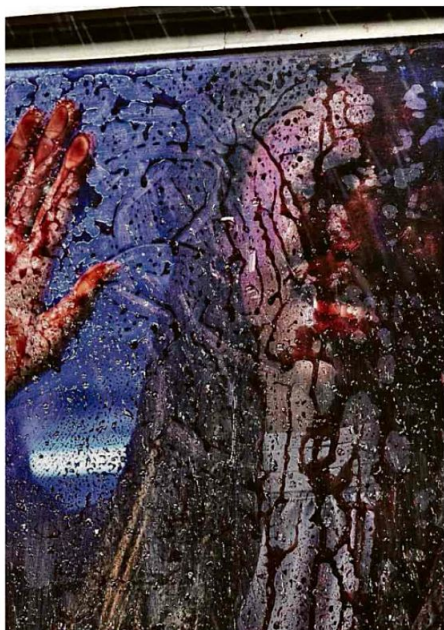
Na maioria das vezes, fracassaram —mesmo que o roteirista Kim Henkel, do filme original, participe de vários. Assim, é difícil celebrar esse novo "Massacre", também com produção e consultoria de Henkel, ainda que ele se esforce em entender o seu tempo.

Se perguntassem à trupe do primeiro filme o que eles queriam dizer com tudo aquilo, saberíamos que o fracasso dos Estados Unidos no Vietnã e a decadência da família americana não eram bem as musas das bugigangas feitas de ossos que empesteavam o set.

Ainda assim, o filme é visto sob essa e outras óticas —daí ser clássico. Mas, antes, é o horror impenetrável concentrado em uma hora e 20 minutos de carne e cinema.

Garcia cria o clima no prólogo e baixa a guarda do espectador antes dos primeiros jorros de sangue. O problema são os comentários sociais que jorram dos protagonistas —um grupo de quatro jovens tiktokers que chega à cidadezinha de Harlow, no Texas.

Eles levam a reboque um grupo de riquinhos dispostos a transformar a cidade decadente em um novo polo de gourmetização, repleto de restaurantes "instagramáveis".

As piadas são óbvias, sobretudo em relação à cultura do cancelamento. Não deixa de ser espirituoso, mas falta tato para achar algum caminho pelas questões raciais ou lidar com o armamentismo civil.

Cena do novo 'Massacre da Serra Elétrica'

Deste último assunto, aliás, sai a ideia mais genuína. A "final girl" da vez —a personagem que, nos filmes, é a única a ficar viva—, interpretada por Elsie Fisher, é uma sobrevivente de um desses massacres em escolas americanas.

Garcia brinca com essa contradição, de uma garota traumatizada que, na hora do aperto, tem de recorrer às armas para salvar a irmã, vivida por Sarah Yarkin. No final, o jogo se vira contra o filme porque, em vez de crítica, expressa mais um conservadorismo reprimido, que joga a questão para o "e se fosse com você?".

O pior é a conexão com o filme original, recuperando a personagem de Sally Hardesty (a "final girl" de 1974), agora na pele de Olwen Fouéré. Ela reaparece em busca de vingança quando a ação ultrapassa o terror como gênero.

Basta dizer que o roteiro até faz sentido como uma piada com as mortes dos slashers, mas isso se junta à tentativa de dar alguma sensibilidade ao novo Leatherface —no 1,93 metro de Mark Burnham.

Antes uma máquina de matar, ele agora é uma criança abandonada e que quer punir quem perturba seu único ente querido. A hilária família dos outros filmes foi para o espaço —e, com isso, toda a acidez contra a mediocridade e o capitalismo canibal.

O filme ganharia se tivesse menos câmeras lentas, soluções baratas com melhor geografia de cena ou um humor que não dependesse do gore —Hooper, aliás, sempre viu muito humor no "Massacre".

Esse tipo de filme é um contraponto saudável à moda de Jordan Peele, mas essa patinação fútil sobre o sangue dos tiktokers faz da dança macabra de Leatherface, ao final, um aceno ao popularesco.

Linoca Souza

Casamento infantil

O ciclo se repete há gerações e encarcera a mulher na pobreza e na evasão escolar

Djamila Ribeiro
Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

O Brasil é o quarto país do mundo em casamento de meninas com menos de 18 anos e a cada 21 minutos uma menina de dez a 14 anos se torna mãe, segundo dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos.

Como apontam as pesquisadoras Vitória Brito Santos e Saraí Patrícia Schmidt no artigo "E Viveram Felizes para Sempre": "No Brasil, o número de casamentos de crianças com menos de 18 anos é estimado em 1,3 milhão, segundo pesquisa da Universidade Federal do Pará, a UFP, realizada em 2013, em parceria com o Instituto Promundo e a Plan International. Desse total, 78 mil são casamentos de meninos e meninas entre dez e 14 anos. A pesquisa realizada pelas instituições apontou que o país está em quarto lugar no ranking dos países com maior número absoluto de casamentos infantis, atrás apenas de Índia, Bangladesh e Nigéria".

Meninas com idades entre 11 e 16 anos estão se casando e, provavelmente, várias se casaram no dia de hoje e muitas outras se casarão amanhã. Apesar de, desde 2019 haver a lei 13.811, de autoria da ex-deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), que proíbe o casamento infantil, isso não impede que a prática exista. Citada no artigo de Vitória e Saraí, a Plan International tem um documentário muito interessante chamado "Casamento Infantil" disponível na internet.

Os assuntos estão interligados e se trata de um tema complexo e de suma importância, mas que, apesar de esforços de muitas mulheres em especial, não recebe a atenção necessária. Vale lembrar que a gravidez e o casamento infantil não são um fim em si mesmo, mas sintomas de algo que já está presente na sociedade brasileira e gerador de inúmeras consequências.

O casamento de meninas, por exemplo, não decorre apenas da gravidez. Esse é um dos motivos, certamente. Mas, inseridas em comunidades de vulnerabilidade social, com ausência de Estado e políticas públicas, as meninas brasileiras são atingidas em seu futuro das mais diversas formas. Há meninas que se casam porque estão na mais absoluta miséria e o sistema patriarcal usa da vulnerabilidade econômica delas.

Mulheres têm se organizado em seus espaços ainda minoritários para denunciar esse tema, construindo ferramentais de conscientização. Recentemente, assisti a um documentário na HBO Brasil chamado "Apenas Meninas", filme de estreia da cineasta Bianca Lenti.

A obra traz depoimentos de psicólogas e conselheiras tutelares e conta histórias de diferentes meninas moradoras de periferias mapeando as diversas causas do casamento infantil, que afeta majoritariamente meninas negras.

Um excelente material para quem gostaria de entender mais a fundo o complexo cenário do casamento infantil no país, assim como produções audiovisuais, livros e pesquisas que estejam tratando desse tema. No filme citado, há aquelas que se casam para fugir da violência física e abuso sexual no seio da própria família. Outras, porque acreditam que isso trará uma vida melhor.

São vários motivos que as levam a casar, a grande maioria deles trágicos, e o que segue depois costuma ser uma infeliz experiência comum. São casamentos com alta probabilidade de exposição dessas crianças a violências físicas, financeiras, sexuais.

Há infinitos relatos de confinamento e obrigação de cuidar de crianças, muitas delas que mais tarde serão outras meninas confinadas na mesma posição. Nesse cenário, percebemos quão ridícula pode ser a afirmação de que essas meninas estão casadas "porque querem".

Para falarmos de autonomia, precisamos falar em sujeitos de direito, algo que não são, por se encontrarem em estado de abandono social.

O ciclo se repete há gerações no Brasil e encarcera a mulher na pobreza e na evasão escolar. Lembro que era professora de filosofia na rede estadual em Guarulhos, na periferia da Grande São Paulo, e dava aula para uma sala de 50 alunos.

O cenário era lamentável, a escola era precária, e acompanhei situações muito problemáticas, desde professores que se relacionavam com alunas adolescentes, a meninas que se viam enclausuradas nesse ciclo. Mas, naquele espaço, um dos dias mais tristes foi ver a melhor aluna da sala, de 15 anos, que havia engravidado de um homem bem mais velho, com quem ia se casar.

"Professora, o que posso fazer? Minha mãe está comemorando que é uma boca a menos para alimentar." Só pude lamentar e oferecer meu apoio para ajudá-la a continuar os estudos.

Pensar projetos para o Brasil passa necessariamente por pensar saídas emancipatórias para meninas e mulheres.

|SEG. Luiz Felipe Pondé |TER. João Pereira Coutinho |QUA. Marcelo Coelho |QUI. Fernanda Torres, Drauzio Varella |SEX. Djamila Ribeiro |SÁB. Mario Sergio Conti

Oi, Ricardo

Ex-ministro ajuda a divulgar ato contra si mesmo

Renato Terra

Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu 'Uma Noite em 67' e 'Narciso em Férias'

Caetano Veloso vai estacionar o carro em frente ao Congresso Nacional no dia 9 de março. Junto com ele estarão o Greenpeace, o WWF e outros artistas. Um ato pela Terra, em defesa do meio ambiente e contra a destruição da legislação ambiental.

Ou seja: um ato contra toda a boiada de Ricardo Salles e a lógica primária de que a floresta em pé atrapalha o progresso.

O que Ricardo Salles faz? Começa a bater boca com Caetano, Anitta e ajuda a viralizar a manifestação. Salles usou os clichês mais brutamontes do bolsonarismo para lacrar em vez de argumentar. "Melhor fariam ao meio ambiente, ao Brasil e aos brasileiros se levassem propostas de prosperidade econômica aos mais pobres, mas o que eles gostam mesmo é de Lei Rouanet", tuitou. Caetano respondeu com o meme "você é burro, cara". Sobre Anitta, o articulado ex-ministro escreveu: "Só converso daqui pra frente com a Anitta Burritta se ela conseguir fazer sozinha um vídeo soletrando 'Pa-ra-le-le-pí-pe-do' sem usar o teleprompter". Anitta respondeu: "Ah como eu gostaria de um mano a mano com vc ao vivo e a cores pra vc se lascar com esse machismo de bosta de falar q eu sou burra só pq eu sou gostosa". As respostas de Caetano e Anitta viralizaram.

Salles mobilizou os algoritmos, sempre mais propensos a impulsionar tretas do que pautas positivas. É como um vilão que começa a fazer discurso quando nota seu declínio.

Pego outra treta no Twitter para finalizar a coluna: Guga Chacra costuma comentar os posts de Rodrigo Constantino com paciência hindu. Sempre começa com "Oi Rodrigo". A expressão "Oi Rodrigo" virou meme.

"Oi Ricardo", leia a série de reportagens "Arrabalde" na revista Piauí. É um dossiê profundo, uma conversa de adulto sobre a Amazônia, com ideias de "prosperidade econômica aos mais pobres", como você argumentou.

Um trechinho: "Os homens que ocuparam a maior floresta tropical do planeta enxergaram pouquíssimas coisas nela. O baixo dinamismo econômico da região se concentra em um número irrisório de produtos: soja, milho, algodão, carne, minérios. Entretanto, a lista de itens vendidos lá fora é muito mais extensa. Em 2018, a pauta de exportações da região incluiu 662 produtos, boa parte deles oriundos da floresta".

É possível ser mais lucrativo e manter a floresta em pé. Desde que haja um projeto que envolva ciência, planejamento e que olhe a Amazônia como o principal ativo que o Brasil tem na mesa de negociações mundiais.

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Camila Queiroz e Maisa Silva vivem a mesma pessoa em série no streaming

De Volta aos 15

Netflix, 14 anos

Insatisfeita com a vida que leva aos 30 anos, Anita vai à sua cidade no interior de Minas Gerais para o casamento da irmã. Ao mexer num velho computador, ela é tragada para o ano de 2006. Resolve consertar a própria vida e a dos amigos, mas as consequências são imprevisíveis. Baseada no livro de Bruna Vieira e produzida pela Glaz Entretenimento, a minissérie em seis episódios traz Maisa Silva e Camila Queiroz fazendo a protagonista em idades diferentes.

Shatner in Space

Amazon Prime Video, livre

William Shatner, o capitão Kirk da franquia "Star Trek", se tornou, aos 90 anos, a pessoa mais velha a ir ao espaço, em outubro de 2021. Este documentário relata a incrível experiência vivida pelo ator.

Seu Melhor Caminho É o Próximo

Globoplay, livre

Esta minissérie em dois episódios conta a travessia da navegadora Tamara Klink, que partiu a bordo de um veleiro de Lorent, na França, em agosto de 2020, e chegou ao Recife em novembro de 2021.

Cine Mambembe – O Cinema Descobre o Brasil

Itaú Cultural Play, 12 anos

O premiado documentário de Luiz Bolognesi e Laís Bodanzky, de 1999, mostra os diretores exibindo filmes em praças públicas no interior do país.

Trace Trends

Multishow, 17h, e Globoplay, 12 anos

O programa voltado à cultura afrourbana recebe as cantoras MC Soffia e Urias e o coletivo Quilombo Aéreo, que busca maior presença de profissionais negros na aviação.

Irmão do Jorel

Cartoon Network, 19h15, e HBO Max, livre

No especial "Carnaval Bruttal", os personagens se revoltam com um baile patrocinado por uma marca de refrigerante, em que só toca a mesma marchinha e as fantasias são padronizadas.

Sinfonia de Cinema

YouTube da Osesp, 20h30, grátis

Sob a regência de Wagner Polistchuk, a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo executa temas de filmes e séries de TV. Apresentação de Marina Person.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

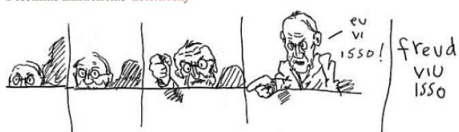
Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

			1	7	5		6	
	8							
3					4	2		
8	7				6			1
4								8
5			3				9	7
		1	4					6
							4	
	2		5	6	1			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	4	9	1	7	5	8	6	3
1	8	5	6	2	3	9	7	4
3	6	7	8	9	4	2	1	5
8	7	3	9	5	6	4	2	1
4	9	6	2	1	7	5	3	8
5	1	2	3	4	8	6	9	7
9	3	1	4	8	2	7	5	6
6	5	8	7	3	9	1	4	2
7	2	4	5	6	1	3	8	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Sensação de necessidade de água do organismo / Brejo, pântano **2.** Vaga lembrança / (Quím.) Níquel **3.** Arrabalde / (Por) Na minha opinião **4.** Inundado **5.** Do país de Liubliana **6.** As letras separadas pelo T / O primeiro livro da Bíblia, atribuído a Moisés **7.** (Ingl.) Aposento para roupas e apetrechos pessoais **8.** (Rel.) O paraíso cristão / Combinação **9.** Composição musical que tem o andamento lento / Isabela Garcia, atriz carioca **10.** O ato de emitir uma gargalhada / Prefixo: metade **11.** O ator Harris, de "Um Lugar no Coração" / A de capital é crime **12.** (Monte) Um distrito do Principado de Mônaco / Salvem nossas almas! **13.** Cão de pernas curtas e orelhas grandes e pendentes.

VERTICAIS

1. Os de dona Benta foram escritos por Monteiro Lobato / Indivíduo sem cabelos na cabeça **2.** Uma letra que pode valer 1.000 / Que aconteceu (fem.) **3.** Pequena peça que protege o dedo da costureira / Os satélites de Júpiter / Rodrigo Bocardi, jornalista **4.** Conhecedor de vinhos / (Pop.) Indivíduo que conta muita vantagem **5.** Que se veste com roupas do sexo oposto / O sujeito de perdoais ou culpais **6.** A parte do remo que mergulha na água / Pronta a praticar o bem a outrem, sem alhar a si próprio **7.** Aleijado da mão / O do Sena é uma das curvas do circuito de Interlagos **8.** O "U" de EUA / (Pop.) O apelido da equipe de futebol do Corinthians **9.** Barro pegajoso / Lisonjeira.

HORIZONTAIS: 1. Sede, Paul, **2.** Ementa, Ni, **3.** Redor, Mim, **4.** Alagado, **5.** Esloveno, **6.** SU, Gênese, **7.** Closet, **8.** Céu, Trato, **9.** Adágio, IG, **10.** Riso, Semi, **11.** Ed, Evasão, **12.** Carlo, SOS, **13.** Bassê.
VERTICAIS: 1. Serões, Careca, **2.** Eme, Sucedida, **3.** Dedal, Luas, RB, **4.** Enólogo, Goela, **5.** Travesti, Vós, **6.** Pá, Generosa, **7.** Maneta, Esse, **8.** Unidos, Timão, **9.** Limo, Elogiosa.

guiafolha

Escolas de samba de São Paulo driblam adiamento de desfiles com festas e ensaios

Agremiações promovem atividades presenciais e abertas como bailes a fantasia e até churrascos para atrair os órfãos do Carnaval paulistano

Marina Consiglio

SÃO PAULO Nas noites de domingo, a quadra da escola de samba Águia de Ouro é tomada por gente de todas as idades vestindo as cores da sua bandeira: azul, branco e amarelo. E, mesmo que o Carnaval esteja oficialmente adiado por causa da Covid, o espaço da agremiação na Barra Funda, em São Paulo, fica cheio.

Lá dentro, uma roda de pagode faz o aquecimento para o ensaio. O pessoal toma cerveja, come hambúrgueres em um food truck e muita gente aproveita para tirar a máscara e ficar assim durante a noite —apesar de as recomendações médicas dizerem que o equipamento de proteção precisa ficar sempre no rosto e que ainda não é hora de fazer aglomerações (leia ao lado).

Por isso, na capital paulista, o segundo Carnaval da pandemia vai ocorrer mais uma vez sem os blocos espalhados na rua e sem os tradicionais desfiles no Sambódromo, que foram adiados para o feriado de Tiradentes, em 21 de abril.

Mas isso não quer dizer que as escolas de samba estejam paralisadas. Pelo contrário —praticamente todas do grupo especial promovem ensaios e terão eventos neste fim de semana, como bailes de máscaras e minidesfiles na rua, para os órfãos da folia. Como está permitido pela prefeitura, tudo ocorre presencialmente.

Apesar de cada uma ter o seu calendário próprio, os preparativos para a apoteose começam meses antes e se estendem até os dias que precedem o Carnaval. Neste ano, a agenda dos treinos e ensaios, portanto, prevê atividades até abril. As quadras, hoje, são a folia possível para matar a saudade das batucadas.

Campeã do último Carnaval de São Paulo, a Águia de Ouro recebe o público em sua casa todo domingo à noite, a partir de 19h ou 20h, dependendo da semana. Para entrar, é preciso apresentar o comprovante de vacinação e estar com a máscara, apesar de muita gente tirar o equipamento assim que passa pela segurança.

"A gente não fica fiscalizando, mas o uso na entrada é obrigatório", afirma Jacque Meira, diretora de comunicação da agremiação, sobre o uso dos equipamentos. "Acredito que cada um se responsabilize pelo seu risco. Já não tem muito o que fazer."

Depois de cerca de uma hora e meia da abertura dos portões, os integrantes se posicionam para começar o ensaio.

AGENDA DAS QUADRAS

Acadêmicos do Tatuapé
Baile à fantasia: sex. (25), às 21h. Ingr.: R$ 10

Acadêmicos do Tucuruvi
Minidesfile de rua: sáb. (26), às 19h. Grátis

Águia de Ouro
Ensaios: dom., às 19h. Grátis. Programação de Carnaval a definir

Colorado do Brás
Grito de Carnaval: dom. (27), 16h. Ingr.: 1 kg de alimento não perecível

Dragões da Real
Churrasco com ensaio na rua: sáb. (26), às 16h. Grátis

Gaviões da Fiel
Ensaio c/ convidados: sex. (25), às 22h. Ingr.: R$ 10

Mocidade Alegre
Almoço comunitário: dom. (27), às 12h. Ingr.: colaborar c/ carne

Rosas de Ouro
Carna Roseira: sex. (25), às 21h. Ingr.: R$ 17,50 em sympla.com.br

Tom Maior
Baile à fantasia: dom. (27), às 18h. Grátis

Unidos de Vila Maria
Baile da Vila: sex. (25), às 21h. Ingr.: R$ 10

Vai-vai
Ensaio c/ convidados: dom. (27), às 16h. Ingr.: R$ 20 ou R$ 15 c/ 1 kg de alimento não perecível

Veja endereços em folha.com/guia

Como na avenida, as roupas diferenciam as alas na quadra. Quem foi só para ver se acomoda num canto ou sobe para o camarote e deixa o espaço livre para o ensaio. Mas mesmo quem não esteja fazendo as coreografias também canta em coro o enredo do ano, chamado "Afoxé de Oxalá - No 'Cortejo de Bàbá' Um Canto de Luz em Tempos de Trevas".

Outras escolas também abrem as portas dos seus espaços e recebem visitantes para rodas de samba antes da entrada da bateria. É o caso da Colorado do Brás e da Vai-Vai, por exemplo. Já na quadra da Gaviões da Fiel o clima remete aos campos, com o pessoal entoando o hino do Corinthians e canções sobre o time.

Se a combinação de música, dança e cerveja já marca os dias comuns de treino, as escolas preparam programação especial para o Carnaval.

A agenda presencial começa nesta sexta (25), quando a Rosas de Ouro convida os foliões para comparecer fantasiados à quadra para curtir o bloco Urubó antes do ensaio. Por sua vez, a Unidos da Vila Maria promove um baile e um concurso de miss. Já a Gaviões recebe o pessoal da Leandro de Itaquera, da Barroca Zona Sul e da Unidos do Peruche. Para quem curte marchinhas, a dica é comparecer à quadra dos Acadêmicos do Tatuapé.

Neste sábado, dia 26, há um minidesfile a fantasia na Acadêmicos do Tucuruvi. A Dragões da Real faz um churrasco comunitário para aquecer os pandeiros para um ensaio aberto nas ruas do entorno.

Por fim, no domingo (27), a Tom Maior chama os fãs para comparecerem fantasiados à quadra. A Unidos da Vila Maria recebe os pequenos para matinê, enquanto a Vai-Vai divide a quadra com a Leandro de Itaquera para um ensaio turbinado. O clima é de confraternização na quadra da Mocidade Alegre, que oferece um almoço comunitário.

Todas as organizações pedem o uso de máscara e o comprovante de vacinação completa para os visitantes.

Quem prefere se proteger da Covid e ficar em casa pode acompanhar o projeto "A Arte do Carnaval - Acervo Digital dos Saberes e Fazeres das Escolas de Samba de São Paulo", que estreia nesta sexta (25) no canal do YouTube da Liga Independente das Escolas de Samba de SP, a Liga-SP, com shows, depoimentos e histórias de sambistas. Pois o samba agoniza, mas não morre.

Leia mais nas págs. C10 a C12

Integrantes da escola de samba Águia de Ouro, atual campeã do Carnaval de São Paulo, participam de ensaio na Barra Funda Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

CUIDADOS CONTRA O CORONAVÍRUS NO CARNAVAL

SÃO PAULO Apesar de as altas taxas de vacinação no Brasil terem proporcionado um certo alívio em relação à pandemia de Covid-19, que está prestes a completar o segundo aniversário, o coronavírus ainda mata muita gente no país —a média móvel de óbitos é de cerca de 800 por dia.

Por isso, embora cada vez mais haja um ar de 'liberou geral' entre as pessoas, as recomendações dos médicos para o combate da Covid-19 ainda são as mesmas de dois anos atrás, mas não custa lembrar.

EVITE AGLOMERAÇÕES
Para Leonardo Weissmann, médico do Instituto Emílio Ribas e diretor da Sociedade Brasileira de Infectologia, os desfiles de escolas de samba e dos blocos de Carnaval foram suspensos em boa parte do país como um alerta para a população. 'Ainda não é hora para aglomerações', diz

VACINA EM DIA
Enfrentar a Covid é um trabalho coletivo. Por isso, é preciso que todos estejam com a vacinação em dia, para que não tenhamos uma nova piora dos números —ou até mesmo o aparecimento de uma nova variante do vírus

USE A MÁSCARA
Lugar de máscara é no rosto. Dispense o equipamento feito de tecido. Weissmann afirma que as máscaras do tipo PFF2 ou N95 são as mais indicadas, pois têm altíssima capacidade de filtragem das partículas do ar. É importante que a máscara esteja bem ajustada ao rosto para oferecer maior proteção

É PARA USAR MESMO
Se o baile de máscaras deste Carnaval é do tipo PFF2, é importante só retirar a proteção na hora de comer e beber. Além disso, é fundamental sempre ter as mãos higienizadas e evitar aglomerações em locais fechados. Priorize os eventos em locais abertos

O grupo carioca Minha Luz é de LED é atração no Cine Joia, em São Paulo, ao lado do cantor pop goiano Mateus Carrilho Ana Wander Bastos/Divulgação

Blocos de Carnaval se espalham por festas em SP

Apresentações têm nomes como Lexa, Pocah, Pabllo Vittar e grupos tradicionais como Charanga do França e Agora Vai

Laura Lewer

SÃO PAULO Depois de mais um ano sem Carnaval de rua, o paulistano que quiser botar seu bloco para jogo ainda terá que esperar mais um pouco. Mas, a partir desta sexta (26), já é possível sentir um gostinho, no diminutivo mesmo, do que era a folia antes da Covid-19 varrer o mundo.

Em São Paulo, o "alalaô" surge adaptado a eventos em locais fechados, com capacidade limitada e entrada paga.

Há quem diga que o formato passa longe da maior festa do Brasil, mas também há os que não abrem mão de uma desculpa para se encher de glitter e ouvir música em um momento em que os protocolos sanitários da cidade autorizam festas fechadas—desde que com 70% da capacidade.

Assim, restou aos blocos carnavalescos abandonar os trios elétricos e se reencontrar com o público com discotecagens ou até com apresentações para pessoas sentadas.

É o caso da Charanga do França, liderada pelo instrumentista Thiago França, que se tornou um tradicional bloco no centro da cidade. Neste ano, o grupo toca suas marchinhas em espaços como a Casa de Francisca e o bar Miúda.

"Não é o Carnaval que a gente quer, mas é o Carnaval que a gente pode ter", diz França. "Poder exercer a nossa profissão de novo e ganhar uma grana já dá uma perspectiva de que o ano pode ser melhor."

Vale lembrar que, mesmo autorizadas pela prefeitura, esses eventos geram aglomerações —o que não é recomendável nesta fase da pandemia, afirmam os médicos.

Em formato de festa ou não, algum tipo de Carnaval vai ocorrer nos próximos dias na capital paulista. Veja parte da programação a seguir e, se sair de casa, procure obedecer as dicas de segurança, sempre usar máscaras e dar preferência a locais arejados.

Bloco da Lexa
A cantora se apresenta com hits como "Chama Ela" e promete convidados surpresa.
Audio - av. Francisco Matarazzo, 694, Água Branca, tel. (11) 3862-8227, Instagram @audio. Seg. (28), às 22h. Ingressos em ticket360.com.br

Bloco da Pocah
A carioca e ex-participante do Big Brother também se apresenta na Audio com convidados como Pabllo Vittar. No setlist, há hits como "Bandida".
Na Audio. Sex. (25), às 22h. Ingressos em ticket360.com.br

Bloco do Manoel Cordeiro
A guitarra paraense de Manoel Cordeiro guia as noites da Casa de Francisca e do Miúda. Na trilha sonora, aparecem carimbós e, é claro, marchinhas.
Miúda - pça. Olavo Bilac, 28, Barra Funda, Instagram @miudabar. Dom. (27), às 10h. Ingressos em sympla.com.br. **Casa de Francisca** - r. Quintino Bocaiúva, 22, Sé, 1º andar, tel. (11) 3052-0547, Instagram @casadefrancisca Sex. (25), às 20h. Ingressos em pixelticket.com.br

Thiago, da Charanga do França Rodrigo Fonseca/Divulgação

CarnaTrabuca Jardins
Três grupos carnavalescos —o Casa Comigo, o Camisa Verde e Branco e o Sargento Pimenta —comandam a folia no bar.
Trabuca - r. Haddock Lobo, 870, Jardins. Sex. (25), a dom. (27). Ingressos em ingresse.com

Charanga do França
A banda toca na União Fraterna, na Cervejaria Tarantino, no Miúda e na casa Mural.
União Fraterna - r. Guaicurus, 27, Água Branca. Sex. (25), às 19h. Ingressos esgotados, com unidades na porta. **Cervejaria Tarantino** - r. Miguel Nelson Bechara, 316, Limão. Sáb. (26), às 12h. Ingressos em sympla.com.br. **Miúda** - Seg. (28), às 10h. Ingressos esgotados, com unidades na porta. **Mural Casa de Cultura** - r. Luis Murat, 370, Pinheiros. Ter. (1º), às 21h. Ingressos em sympla.com.br

Queermesse
Blocos carnavalescos LGBTQIA+, como Minhoqueens e VHS, se encontram nesta festa com duas pistas de dança.
Espaço Barra Funda - r. Barra Funda, 630, Barra Funda. Sex. (25), às 22h. Ingressos em sympla.com.br

Minha Luz é de Led e Mateus Carrilho
O bloco, conhecido por iluminar as noites de Carnaval do Rio de Janeiro com o LED nas roupas de seus integrantes e foliões, não desfila pelas ruas neste ano, mas anima a folia paulistana no Cine Joia ao lado do cantor pop goiano Mateus Carrilho.
Cine Joia - pça. Carlos Gomes, 82, Centro, Instagram @cine_joia. Sex. (4), às 22h. Ingressos em cinejoia.byinti.com

Pátio Layback/Selina
O espaço com bar e pista de skate promove seu próprio Carnaval com a reunião de bloquinhos conhecidos da capital paulista, que se apresentam com DJs ao longo de quatro dias. Por lá, tocam o Baco do Parangolé (26), o Te Pego no Cantinho (27), o Agora Vai (28) e o Água Preta (1º)
Pátio Layback - r. Aspicuelta, 237/245, Hotel Selina, Alto de Pinheiros. Sáb. (26) a ter. (1º), às 14h. Ingressos em linktr.ee/carnavalpatiolayback

Gloria Groove, Alok e Zé Vaqueiro tocam em baladas temáticas nos próximos dias

SÃO PAULO Não são apenas as escolas de samba e os bloquinhos que fazem a programação de Carnaval paulistana. Nos próximos dias, baladas pipocam com diferentes alternativas para os foliões.

Os gêneros musicais não são necessariamente carnavalescos, às vezes nem brasileiros, mas as festas servem como desculpa para tirar as fantasias guardadas no armário.

No evento Carnaval na Cidade, por exemplo, marcado para o Jockey Club, prevalecem as atrações musicais que vão de Zé Vaqueiro a Alok. No Cine Joia, o grupo de funk Heavy Baile comanda o pós-folia. Já a festa Primavera, Te Amo, por exemplo, inclui alguns blocos famosos num cortejo no espaço, como o Água Preta, e DJs de festas conhecidas.

Apesar da Covid ainda estar circulando em grandes números em todo o país, as baladas estão liberadas na capital paulista —mas com capacidade limitada a 70% de lotação do espaço. Lembre-se que é preciso apresentar o comprovante das duas doses da vacina e usar a máscara corretamente quando não estiver consumindo bebidas e alimentos.

Além disso, se for se aventurar em alguma das festinhas a seguir, saiba que médicos dizem que ainda não é hora de promover aglomerações. LL

Bloco do Trop
Após dois anos sem se apresentar em São Paulo, o projeto de música eletrônica Tropkillaz volta para a cidade para fazer seu baile carnavalesco com convidados de peso como FBC e Mu540.
Sonora Garden - r. Comendador Nestor Pereira, 33, Canindé. Sáb. (26), às 17h. Ingressos em ingresse.com/bloco-tropkillaz

Carnaval na Cidade
Um dos maiores eventos carnavalescos feitos na capital paulista reúne mais de dez atrações em quatro dias de festa. Em uma estrutura com cerca de 30 mil m², tocam nomes como Pedro Sampaio, Zé Vaqueiro, Ludmilla, Dennis DJ, Alok e Luan Santana.
Jockey Club de São Paulo - av. Lineu de Paula Machado, 1.263. De sáb. (26) a ter. (1º), às 13h. Ingressos em ingresse.com/carnavalnacidade

Fervo das Gloriosas
As gigantes do pop nacional Ludmilla e Gloria Groove cantam em cima de um trio elétrico no estacionamento do Espaço das Américas. No set da carioca devem aparecer composições de seu projeto de pagode, "Numanice", enquanto a drag queen paulista leva ao palco canções de seu álbum mais recente, "Lady Leste", lançado neste ano.
Espaço das Américas - r. Tagipuru, 795, Barra Funda. Ter. (1º), às 15h. Ingressos em ticket360.com.br

Heavy Baile
O coletivo carioca que mistura funk e eletrônico faz seu Carnaval no Cine Joia e capricha nas coreografias e pedradas musicais —tanto do álbum de estreia, "Carne de Pescoço" (2018), quanto dos singles em parceria com nomes como BaianaSystem e MC Carol.
Cine Joia - praça Carlos Gomes, 82, Centro, Instagram @cine_joia. Sex. (25), às 23h. Ingressos em cinejoia.byinti.com

Primavera, Te Amo
A festa convida blocos como Baco do Parangolé para fazerem um cortejo dentro do espaço no Bom Retiro. Além disso, DJs como Rodrigo Bento, e Ad Ferreira se apresentam.
R. Solon, 1.145, Bom Retiro. Sáb. (26), às 11h. Ingressos em sympla.com.br

Samba do Sol
O projeto de samba e música brasileira aproveita a energia do feriado de Carnaval para fazer três edições. A primeira ocorre no Torneira Bar, no sábado (26). Depois, a festa migra para a Casa das Caldeiras, no domingo (27), e para o Amata, na segunda (28).
Torneira Bar - r. Inácio Pereira da Rocha, 121, Pinheiros. Sáb. (26), às 14h. **Casa das Caldeiras** - av. Francisco Matarazzo, 2.000, Água Branca. Dom. (27), às 14h. **Amata** - r. Cunha Gago, 836, Pinheiros. Seg. (28), às 15h. Ingressos disponíveis em linktr.ee/SambadoSol (exceto para Casa das Caldeiras, que terá venda na porta)

Festa Primavera, Te Amo, que faz edição carnavalesca no sábado (26) Ariel Martini/Divulgação

O grupo Heavy Baile, que se apresenta também no Cine Joia nesta sexta (25) Bleia/Divulgação

Prefere ficar em casa? Drinques e cervejas são entregues por delivery

Bares, lojas e restaurantes de todas as regiões de São Paulo oferecem opções para os brindes de foliões enclausurados

Sabores de caipirinha do Macaxeira, endereço na zona leste paulistana *Fotos Divulgação*

Marjorie Zoppei

SÃO PAULO Apesar de o Carnaval estar recheado de festas e apresentações de blocos em baladas, ainda não é hora de promover aglomerações. O coronavírus é uma realidade, e desde o início do ano foi registrado um aumento de casos de Covid em todo o país.

Mesmo assim, é Carnaval. E muitos paulistanos não vão trabalhar e terão quatro ou cinco dias livres a partir deste sábado (26). Aí surge a pergunta: o que fazer sem sair?

É possível entrar no bloco do fique em casa, mas manter a bebedeira com ajuda do delivery. Confira a seguir opções em todas as regiões da capital.

*

Cervejaria Tarantino

Considerada a maior fábrica urbana de cerveja de São Paulo, esta cervejaria no bairro do Limão, na zona norte, tem delivery que entrega a bebida em growlers de um litro —é o caso da Sour Maracujá e Mate (R$ 56,43), com base de berliner weisse, polpa de maracujá e mate orgânico.

Via WhatsApp (11) 92006-6573, cervejariatarantino.com.br ou iFood

Locale Caffè

A casa é um misto de bar e café italiano, bem no coração do Itaim Bibi. Com a coquetelaria assinada por Márcio Silva, os drinques chegam em garrafinhas. Por R$ 39 cada uma, há clássicos como negroni, além do Pickles Martini, feito com gim com infusão de picles.

Via Whatsapp (11) 94140-4371 ou Rappi

Macaxeira

Na zona leste, a casa é especializada em cachaças —tanto que chamou o primeiro sommelier do destilado no país, Leandro Batista, para assinar a carta de aguardentes. As caipirinhas (R$ 24,90) são criativas. Uma dica é provar a Nega É Minha e Ninguém Tasca, com limão-taiti, limão-siciliano e rapadura.

Via Rappi

Draco Still House

Responsável pela produção do primeiro gim London dry brasileiro premium, oferece uma linha exclusiva para o Carnaval. Com preços a partir R$ 110, a caixa conta com um gim e itens para a preparação, de drinques como espuma de gengibre, por exemplo.

Via dracogin.com.br/carnaval

Caledonia Whisky & Co

Inspirado em bares estrangeiros especializados em uísque, como o Flatiron Room, de Nova York, e o Black Rock Bar, de Londres, a casa em Pinheiros oferece doses engarrafadas de blends, single malts, bourbons e afins produzidos no mundo todo —com preços que partem de R$ 12. Há kits com três doses que são uma experiência sensorial e opções mais conhecidas de marcas como Johnnie Walker e Chivas.

Via caledoniawhiskyco.com.br, Whatsapp (11) 93022-2291, Cornershop e iFood

Grand Cru

A importadora, com diversas lojas espalhadas pela cidade, tem algumas ações para deixar as adegas abastecidas no Carnaval. A Grand Solde é a principal promoção de vinhos da casa e conta com rótulos como os espumantes Nocturno Brut, Nocturno Dulce Natural e o Nocturno Rosé Brut —as bebidas custam R$ 74,90 cada uma. Na compra de quatro garrafas, a de menor valor não é cobrada e vai de brinde.

Via Whatsapp (11) 99296-7530, Rappi ou iFood

Kit de Carnaval da Draco Gin com Mist Drinks, para quem quiser fazer os próprios coquetéis

Wikimedia Commons

À esq., as irmãs Aurora (esq.) e Carmen Miranda durante um dos números musicais do clássico 'Alô, Alô, Carnaval', dirigido por Adhemar Gonzaga em 1936; à dir., cena de 'Dona Flor e Seus Dois Maridos', filme de Bruno Barreto, de 1976, com Sônia Braga e José Wilker, sem roupa na imagem

Divulgação

Veja 10 filmes de Carnaval para matar as saudades da folia sem sair de casa

Plataformas online têm clássicos como 'Orfeu do Carnaval', longas recentes como 'Fim de Festa' e outros títulos cheios de ziriguidum

Guilherme Luis

SÃO PAULO Sim, as fantasias, os adereços, a serpentina e a purpurina vão precisar ficar guardados no armário.

Neste Carnaval, as únicas máscaras que deveriam sair às ruas são as cirúrgicas e as PFF2. Mesmo com o avanço da vacinação, a média de casos diários de infecção por coronavírus cresceu e só agora começa a frear. Por isso, São Paulo não vai ter, pelo segundo ano seguido, dias com avenidas lotadas, bloquinhos amontoados e muita esfregação e bebedeira ao ar livre —o que não muda as aglomerações em festas fechadas (leia mais nas págs. C9 e C10).

Para diminuir de fato as chances de infecção por Covid, o jeito é ter —muita— paciência, ficar em casa e buscar um passatempo que não gere uma muvuca ou riscos.

Se quiser matar a saudade da folia, é possível dar play em diversos filmes sobre as festas que estão espalhados por plataformas digitais. Há produções clássicas, títulos mais moderninhos e documentários —entre as opções, "Alô, Alô, Carnaval" (1936) e "Estou Me Guardando para Quando o Carnaval Chegar" (2019).

Conheça, a seguir, dez produções disponíveis online e saiba como ver cada uma.

Alô, Alô, Carnaval
É o filme mais antigo desta lista, produzido em 1936. Nele, dois autores tentam conseguir um empresário para sua revista, com elenco que conta com Carmen Miranda. Como a obra entrou em domínio público em 2006, ela pode ser vista de graça no YouTube.
Brasil, 1936. Direção: Adhemar Gonzaga. Com: Carmen Miranda, Jaime Costa e Pinto Filho. No YouTube: bit.ly/3h5M7y9

Damas do Samba
Compositoras, passistas, musas e intérpretes compõem este documentário musical, que explora a história dessas mulheres, que fizeram parte da história da música popular e também do Carnaval — entre elas, Alcione, Beth Carvalho e Clementina de Jesus.
Brasil, 2015. Direção: Susanna Lira. No Disney+. 10 anos

Dona Flor e Seus Dois Maridos
Depois que seu marido, Vadinho, morre durante o Carnaval, Dona Flor decide se casar novamente. Ela até gosta da relação com o novo pretendente, mas sente falta do que viveu com o ex —até que o fantasma do morto aparece. Baseado no livro de Jorge Amado e dirigido por Bruno Barreto, o filme ganhou um remake em 2017. A versão mais recente é estrelada por Juliana Paes, Leandro Hassum e Marcelo Faria e está na Netflix.
Brasil, 1976. Direção: Bruno Barreto. Com: José Wilker, Mauro Mendonça e Sônia Braga. No Globoplay. 18 anos

Estou Me Guardando para Quando o Carnaval Chegar
No documentário premiado, Marcelo Gomes mostra o impacto da produção de jeans numa pequena cidade do interior de Pernambuco. Praticamente todos os moradores trabalham na indústria têxtil sem descanso. E aguardam ansiosamente pela chegada do Carnaval, quando finalmente terão dias de folga.
Brasil, 2019. Direção: Marcelo Gomes. Na Netflix. 10 anos

Fevereiros
A partir da vitória da Mangueira no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro em 2016, quando homenageou Maria Bethânia, o documentário faz reverência à cantora e mostra sua relação intensa com a época de Carnaval.
Brasil, 2018. Direção: Marcio Debellian. No Globoplay. Livre

Fim de Festa
Depois de uma folia no Recife, uma garota é brutalmente assassinada na Quarta-Feira de Cinzas. O crime gera consequências e reflexões para quatro jovens e para o pai de um deles, um policial interpretado por Irandhir Santos. Do mesmo diretor de "Tatuagem".
Brasil, 2020. Direção: Hilton Lacerda. Com: Ariclenes Barroso, Irandhir Santos e Maria Barreira. No Globoplay. 16 anos

Memória em Verde e Rosa
O compositor Tantinho e outros antigos sambistas da Mangueira —uma das escolas mais retratadas no cinema nacional— relembram histórias sobre o morro do Rio de Janeiro e sua relação com o samba. O documentário também aborda as dificuldades que eles tiveram para serem reconhecidos como artistas.
Brasil, 2016. Direção: Pedro von Krüger. No Amazon Prime Video. Livre

Ó Pai, Ó
A trama dessa comédia musical baseada em peça de Márcio Meirelles se passa durante um Carnaval em Salvador e acompanha um grupo de moradores de um cortiço no centro da capital baiana. O grupo, que conta com atores como Lázaro Ramos e Wagner Moura, leva a vida com farra, ironia, humor e música —sobretudo, axé. Caetano Veloso assina a trilha sonora.
Brasil, 2007. Direção: Monique Gardenberg. Com: Dira Paes, Lázaro Ramos e Wagner Moura. No Globoplay. 14 anos

Orfeu do Carnaval
Também chamado "Orfeu Negro" é um clássico do cinema brasileiro —embora não seja exatamente um filme nacional, mas uma coprodução dirigida pelo francês Marcel Camus. É durante um Carnaval carioca que um condutor de bondes e sambista chamado Orfeu se apaixona por Eurídice, numa trama inspirada em "Orfeu da Conceição", peça de Vinicius de Moraes. Concorrendo pela França, venceu o Oscar de melhor filme internacional em 1960. Também ganhou a Palma de Ouro, em Cannes, em 1959.
Brasil, França e Itália, 1959. Direção: Marcel Camus. Com: Breno Mello, Lourdes de Oliveira e Marpessa Dawn. No Amazon Prime Video. 14 anos

Rio
A única animação da lista é dirigida pelo brasileiro Carlos Saldanha, que também é o responsável pelos três primeiros longas da franquia "A Era do Gelo". Nesta produção, Saldanha decidiu levar parte da cultura carnavalesca do país para as telonas. Na história, Blu é uma ararinha-azul domesticada que é uma das últimas da sua espécie. Um pedaço do longa se passa num desfile de Carnaval.
EUA, 2011. Direção: Carlos Saldanha. No Disney+. Livre

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

A Sompo Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

PERFIL

A Sompo Seguros S.A. ("Seguradora"), é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 130 anos. No Brasil, a Sompo Seguros S.A. nasceu da integração das operações da Marítima Seguros S.A., Seguradora fundada na cidade de Santos/SP em 1943, e da Yasuda Seguros S.A., que está no Brasil desde 1959.

Presente em 29 países, o Grupo Sompo Holdings reúne 75 mil funcionários empenhados em garantir que seus clientes estejam sempre bem. No Brasil, o grupo conta com 1.416 funcionários na Sompo Seguros S.A., em todas as regiões, para oferecer segurança, tranquilidade e bem-estar.

A Sompo Seguros S.A., com atuação nos segmentos de automóvel, vida, transporte, ramos elementares e agricultura, destaca-se como uma das líderes do mercado no seguro de transporte e de seguros patrimoniais. Atua, também, no segmento de saúde através de sua subsidiária integral, a Sompo Saúde Seguros S.A..

A Seguradora possui uma carteira de produtos diversificada, originada, principalmente, pelo seu canal de distribuição, que conta com cerca de 25 mil corretores. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, garantindo que a Seguradora atue em regiões de grande potencial econômico para o mercado segurador.

ESTRATÉGIA

Em 2021, apesar dos cenários socioeconômico e político incertos, a Sompo Seguros avançou na sua jornada de se transformar em uma companhia cada vez mais orientada ao cliente, com eficiência operacional e crescimento sustentável, visando cumprir sua missão de "Gerar bem-estar e proteção à sociedade, provendo serviços da mais alta qualidade". Este período também foi marcado por uma significativa mudança no modelo de governança corporativa e de riscos com o compromisso pela perpetuidade da operação no Brasil e transparência na comunicação e relacionamento com seus stakeholders, de modo especial com os acionistas e órgãos reguladores.

Com o olhar para o futuro, a Sompo Seguros promoveu uma revisão em seu posicionamento estratégico, remodelando a sua ambição para "Ser a seguradora mais simples e próxima para os clientes e corretores, com crescimento sustentável". Alinhado a esse reposicionamento estratégico, em 30 de dezembro de 2021 a Sompo Seguros celebrou um Acordo de Venda da totalidade de sua Participação Societária na Sompo Saúde para a Sul América Companhia de Seguro Saúde, pelo valor de R$ 230 milhões. A conclusão desta operação está condicionada ao cumprimento de condições contratuais, usuais neste tipo de negócio, e aprovações dos órgãos reguladores competentes.

A tecnologia é considerada um fator crítico de sucesso para o alcance dessa ambição. Os investimentos para a transformação digital foram e continuarão sendo fundamentais para uma entrega de serviços com maior valor ao seguro e para uma jornada dos clientes e corretores ainda mais fluída e resolutiva, nos tornando ainda mais competitivos, simples e próximos. O novo cotador implantado para os seguros residenciais, empresariais e de condomínio, com uma usabilidade mais fácil, ágil e moderna é um exemplo dos aperfeiçoamentos desenvolvidos assim como o novo cotador para pequenas frotas e todos os projetos para simplificação e modernização de nossa arquitetura e infraestrutura de TI.

O novo modelo de governança corporativa, desdobrado internamente em todos os níveis com o nome de "Sompo em Ação", direcionou implementações de iniciativas estratégicas importantes, trazendo uma visão de gestão mais colaborativa, transparente, integrada e célere na tomada de decisão, com base no monitoramento de resultados críticos, planejamento de ações de curto e médio prazos com impacto direto na performance e pensamento orientado à estratégia. Desta forma, continuaremos na busca pelo aprimoramento do nosso negócio para que possamos viabilizar bons resultados e melhorar nosso posicionamento de mercado, além de oferecer o ambiente propício para o contínuo engajamento dos nossos colaboradores e uma envolvente experiência aos nossos clientes.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sompo Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, Compliance e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados através de auditoria interna; (iii) manutenção de comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando as tomadas de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Em 2021 a composição do Conselho de Administração foi renovada, sendo eleitos quatro novos conselheiros efetivos. O Conselho de Administração é composto por cinco conselheiros efetivos e um suplente. A composição da Diretoria também foi renovada, sendo eleitos quatro novos diretores estatutários. A Diretoria é composta por oito diretores, o Diretor Presidente, o Diretor Vice-presidente e seis Diretores Executivos.

Para fortalecimento das estruturas de governança e controle, o Estatuto Social e demais normativos internos relativos à governança corporativa foram revisados e atualizados.

<u>Ouvidoria:</u> Com 17 anos de existência, a ouvidoria na Sompo Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação onde segurados, terceiros decorrentes de sinistros e corretores em defesa dos interesses dos segurados podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender as reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando possíveis novos desacordos.

<u>Código de ética e conduta:</u> O código de ética e conduta da Seguradora norteia suas atividades, coibindo práticas desleais e abusos de poder, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém ações direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

<u>Canais de denúncias:</u> Os canais de denúncias da Sompo Seguros S.A. têm como objetivo principal, receber denúncias relacionadas à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude, crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncias estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada por meio do telefone (0800-153 156), intranet, site da Sompo Seguros ou e-mails (fraude@sompo.com.br; lavagemdedinheiro@sompo.com.br; codigodeetica@sompo.com.br) sendo garantido o anonimato ao denunciante.

DESEMPENHO ECONÔMICO

O mercado segurador (desconsiderando o segmento de previdência e VGBL) apresentou um crescimento de 14,8% em termos de prêmios emitidos no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2021 (fonte: SES - SUSEP). No mesmo período, os prêmios de seguros da Seguradora apresentaram aumento de 6,7% em relação ao mesmo período de 2020, reflexo, principalmente, da recuperação da economia brasileira frente aos impactos da COVID-19, retomando serviços e atividades da indústria e, consequentemente, as receitas do mercado de seguros.

A seguir demonstramos os principais indicadores da Sompo Seguros:

Prêmios de seguros por segmento

(Em R$ milhões)	Dez/2021	%	Dez/2020	%	Variação %
Automóvel	1.051,3	32,0%	855,8	27,8%	22,8
RE massificados	468,9	14,3%	486,5	15,8%	(3,6)
Pessoas	347,3	10,6%	334,8	10,9%	3,7
RE corporativos	405,5	12,4%	535,9	17,4%	(24,3)
Transportes	701,6	21,4%	614,3	20,0%	14,2
Agricultura	309,0	9,4%	238,0	7,7%	29,8
Viagem	(1,1)	0,0%	10,9	0,4%	(110,1)
Total	**3.282,5**	**100,0%**	**3.076,2**	**100,0**	**6,7**

Evolução das provisões técnicas de seguros

(Em R$ milhões)	Dez/2021	%	Reapresentado Dez/2020	%	Variação %
Provisão de prêmios	1.810,7	55,2%	1.577,8	59,4%	14,8
Provisão de sinistros	1.467,7	44,8%	1.079,8	40,6%	35,9
Total	**3.278,4**	**100,0%**	**2.657,6**	**100,0%**	**23,4**

<u>Resultado líquido:</u> A Seguradora encerrou o ano de 2021 com um prejuízo de R$ 915,1 milhões, queda de R$ 739,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi afetado principalmente pela constituição de *impairment* dos ativos fiscais diferidos (DTA, em inglês), *impairment* do *goodwill*, *impairment* dos projetos da companhia e por efeitos da COVID-19 que impactaram negativamente a sinistralidade da carteira do Vida.

<u>Índice combinado:</u> Percentual obtido através do total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos. Com os efeitos anteriormente mencionados, o índice combinado da seguradora, no ano de 2021, foi de 129,2%, 15.4 p.p. pior que o índice do mesmo período de 2020.

<u>Dividendos e juros sobre capital próprio:</u> O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre capital próprio.

RECURSOS HUMANOS

A Seguradora encerrou o ano de 2021 com 1.416 colaboradores com vínculo CLT.

<u>Desenvolvimento de pessoas:</u> A Sompo permaneceu investindo no desenvolvimento através da capacitação dos seus colaboradores. No segundo Semestre de 2021 realizou o Programa de Liderança para toda a sua população de líderes que contemplou metodologias internacionais. Além de ofertar 193 diferentes temas de treinamentos, através de encontros on-line/presenciais ou disponibilizados em plataformas de aprendizagem interativa (e-learning).

<u>Gestão da saúde e qualidade de vida:</u> No segundo semestre de 2021 manteve atuação dedicada ao monitoramento e orientações relacionados à Covid-19. Realizando 126 monitoramentos e com a confirmação de 39.

As iniciativas de Saúde emocional se mantiveram, totalizando, 2 lives com 416 participantes, 1 Treinamento de Líderes voltado a Inteligência Emocional com 426 participantes; no programa PAE (Programa de Apoio ao Empregado) iniciamos 27 atendimentos, em atendimento psicológico on-line 79 (Programa Positivamente).

Os cuidados com a saúde alimentar foram mantidos e apresentamos 2 lives com 102 participantes.

Ofertamos aos colaboradores a possibilidade de retornar ao trabalho presencial de forma voluntária, iniciando o modelo de atuação híbrida, conservamos o reforço relacionados a saúde ergonômica mantivemos a ginástica on-line 3 vezes na semana, tivemos 725 participações.

A demanda relacionada a perda de familiares devido a pandemia também continuou, 8 colaboradores receberam suporte da equipe.

No programa Gestar, monitoramos 12 colaboradoras gestante, realizamos 42 contatos e 3 lives com 35 participações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas as nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	dez/21	dez/20
Circulante		**3.553.173**	**3.182.857**
Disponível		**37.252**	**5.003**
Caixas e bancos		37.252	5.003
Aplicações	5	**407.316**	**202.760**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**1.354.339**	**1.470.666**
Prêmios a receber	6	1.182.262	1.161.093
Operações com seguradoras		11.061	9.144
Operações com resseguradoras	7	161.016	300.429
Outros créditos operacionais		**48.885**	**140.155**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**1.047.613**	**968.557**
Títulos e créditos a receber		**32.892**	**42.822**
Títulos e créditos a receber	8	20.614	28.443
Créditos tributários e previdenciários	9	8.776	11.086
Outros créditos		3.502	3.293
Outros valores e bens		**283.976**	**25.151**
Bens à venda	10.a b c d	267.249	21.010
Outros valores	10.e	16.727	4.141
Despesas antecipadas	11	**9.060**	**8.672**
Custos de aquisição diferidos	12	**331.840**	**319.071**
Ativo não circulante		**1.867.895**	**2.318.122**
Realizável a longo prazo		**1.571.351**	**1.622.601**
Aplicações	5	**1.135.419**	**1.045.735**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**4.882**	**16.379**
Prêmios a receber	6	4.882	16.379
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**60.637**	**66.481**
Títulos e créditos a receber		**194.359**	**378.251**
Títulos e créditos a receber		–	33
Créditos tributários e previdenciários	9	42.208	201.275
Depósitos judiciais e fiscais	13	150.971	173.460
Outros créditos a receber		1.180	3.483
Outros valores e bens	14	**14.933**	–
Empréstimos e depósitos compulsórios		–	**105**
Despesas antecipadas	11	**429**	**1.703**
Custos de aquisição diferidos	12	**160.692**	**113.947**
Investimentos	15	**2.539**	**191.208**
Participações societárias		917	189.593
Imóveis destinados a renda		1.170	1.113
Outros investimentos		452	502
Imobilizado	16.a	**88.028**	**99.987**
Imóveis de uso próprio		53.667	52.201
Bens móveis		11.830	15.011
Outras imobilizações		22.531	32.775
Intangível	16.b	**205.977**	**404.326**
Outros intangíveis		205.977	404.326
Total do ativo		**5.421.068**	**5.500.979**

Passivo	Nota Explicativa	dez/21	dez/20
Circulante		**3.751.951**	**3.716.542**
Contas a pagar		**164.274**	**129.205**
Obrigações a pagar	17	68.948	22.864
Impostos e encargos sociais a recolher	18	65.977	68.209
Encargos trabalhistas	17	20.873	23.026
Empréstimos e financiamentos		–	1.013
Impostos e contribuições	18	3.125	5.442
Outras contas a pagar		5.351	8.651
Débito das operações com seguros e resseguros		**780.505**	**1.018.033**
Prêmios a restituir		3.304	1.879
Operações com seguradoras		23.437	21.406
Operações com resseguradoras	21	539.166	789.234
Corretores de seguros e resseguros		214.598	205.514
Depósitos de terceiros	22	**18.678**	**87.035**
Provisões técnicas - Seguros	19	**2.785.638**	**2.482.269**
Danos		2.580.296	2.293.264
Pessoas		187.118	175.866
Vida individual		18.224	13.139
Outros débitos		**2.856**	–
Passivo de arrendamento		2.856	–
Passivo não circulante		**696.545**	**518.686**
Contas a pagar		**784**	**726**
Obrigações a pagar	17	784	726
Débitos das operações de seguros e resseguros		**917**	**13.227**
Corretores de seguro e resseguro		917	13.227
Provisões técnicas - Seguros	19	**492.718**	**345.852**
Danos		275.449	202.932
Pessoas		213.988	141.966
Vida individual		3.281	954
Outros débitos		**202.126**	**158.881**
Provisões judiciais	23	187.513	147.886
Outras provisões		1.986	10.995
Passivo de arrendamento	24	12.627	–
Patrimônio líquido	25	**972.572**	**1.265.751**
Capital social		1.872.498	1.159.345
Custo de transação		(7.256)	(7.256)
Reservas de capital		–	14
Reservas de lucro		–	113.946
Ajustes de avaliação patrimonial		(97.669)	(298)
Prejuízos acumulados		(795.001)	–
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.421.068**	**5.500.979**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

Demonstração do resultado do exercício	Nota Explicativa	dez/21	dez/20
Prêmios emitidos líquidos	26.a	3.282.450	3.076.161
Variação das provisões técnicas	26.b	(118.322)	17.757
Prêmios ganhos	26.c	**3.164.128**	**3.093.918**
Sinistros ocorridos	26.d	(1.999.651)	(2.101.888)
Custo de aquisição	26.e	(782.281)	(733.619)
Outras receitas e despesas operacionais	26.f	(98.787)	(125.881)
Resultado com resseguro	26.g	(251.029)	118.990
Receita com resseguro		985.351	940.813
Despesa com resseguro		(1.236.380)	(821.823)
Despesas administrativas	26.h	(503.653)	(468.684)
Despesas com tributos	26.i	(121.119)	(58.802)
Resultado financeiro	26.j	3.845	35.720
Resultado patrimonial	26.k	(25.377)	13.415
Resultado operacional		**(613.924)**	**(226.832)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes	26.l	(136.287)	(34.306)
Resultado antes dos impostos e participações		**(750.211)**	**(261.138)**
Imposto de renda	27	(105.161)	65.641
Contribuição social	27	(59.729)	39.398
Participações sobre o resultado		–	(4.382)
Resultado líquido do exercício		**(915.101)**	**(160.481)**
Quantidade de ações no exercício	25.b	**212.309.479**	**121.787.419**
Quantidade de ações ordinárias		**212.300.647**	**121.778.587**
Quantidade de ações preferenciais		**8.832**	**8.832**
Prejuízo por ação - Básico (Em R$)		**(4,31)**	**(1,32)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	dez/21	dez/20
Resultado líquido do exercício	**(915.101)**	**(160.481)**
Outros resultados abrangentes:		
Serão classificados subsequentemente para o resultado do exercício	**(97.372)**	**1.989**
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5.c)	(94.224)	3.051
Imposto de renda e contribuição social	21.920	(1.181)
Impairment do crédito tributário de TVM	(22.613)	–
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	(2.455)	119
Não serão classificados subsequentemente para o resultado do exercício	**5.405**	**1.014**
Previdência privada	9.009	1.690
Imposto de renda e contribuição social	(3.604)	(676)
Total dos resultados abrangentes	**(1.007.068)**	**(157.478)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/(prejuízos) acumulados	Custos de transação	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.010.832	14	281.928	(2.287)	–	(7.256)	(103)	1.283.128
Aumento de capital portaria SUSEP Nº 501, DE 24/08/2020 (Nota 23)	16.018	–	–	–	–	–	–	16.018
Aumento de capital portaria SUSEP Nº 639, DE 23/11/2020 (Nota 23)	132.495	–	–	–	–	–	–	132.495
Outros ajustes (controlada)	–	–	(5.467)	–	–	–	–	(5.467)
Superávit referente a PrevSompo	–	–	1.014	–	–	–	–	1.014
Baixa de impostos anos anteriores	–	–	(2.945)	–	–	–	–	(2.945)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	1.989	–	–	–	1.989
Cancelamento de ações em tesouraria	–	–	(103)	–	–	–	103	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(160.481)	–	–	(160.481)
Reserva estatutária	–	–	(160.481)	–	160.481	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.159.345	14	113.946	(298)	–	(7.256)	–	1.265.751
Aumento de capital portaria SUSEP Nº 231	140.655	–	–	–	–	–	–	140.655
Aumento de capital Portaria SUSEP nº 463	169.300	–	–	–	–	–	–	169.300
Aumento de capital Portaria SUSEP nº 550	403.198	–	–	–	–	–	–	403.198
Reversão Déficit referente a PrevSompo	–	–	5.405	–	–	–	–	5.405
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(74.759)	–	–	–	(74.759)
Impairment DTA ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(22.613)	–	–	–	(22.613)
Baixa de impostos anos anteriores	–	–	735	–	–	–	–	735
Prejuízo líquido do semestre	–	–	–	–	(915.101)	–	–	(915.101)
Proposta para distribuição do resultado:								
Absorção de Reservas devido ao prejuízo semestral	–	(14)	(120.086)	–	120.100	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.872.498	–	–	(97.669)	(795.001)	(7.256)	–	972.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	dez/2021	dez/2020
Resultado do exercício	**(915.101)**	**(160.481)**
Ajustes para: Depreciação (Nota 15.b e 16.a)	7.701	8.068
Amortização (Nota 16.b)	61.325	125.345
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável do Intangível (Nota 26.l)	128.054	30.833
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	365	4.348
Write-offs sistemas (Nota 16.b)	34.614	–
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 26.K)	24.557	(19.059)
Resultado do exercício ajustado	**(658.485)**	**(10.946)**
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(294.240)	(169.871)
Créditos das operações com seguros e resseguros	121.785	(26.493)
Outros créditos operacionais	91.270	(37.694)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(73.212)	(182.249)
Títulos e créditos a receber	174.914	(106.585)
Outros valores e bens	(273.758)	1.205
Despesas antecipadas	886	142
Empréstimos e depósitos compulsórios	105	–
Outros créditos	2.094	18.352
Custos de aquisição diferidos	(59.514)	(58.839)
Depósitos judiciais e fiscais	22.489	28.977
Obrigações a pagar	46.142	(29.227)
Encargos trabalhistas	(2.153)	2.417
Empréstimos e financiamentos	(1.013)	(775)
Impostos e contribuições	(2.317)	(9.734)
Impostos e encargos sociais a recolher	(2.232)	(17.097)
Outras contas a pagar	(3.300)	6.655
Débito das operações com seguros e resseguros	(249.838)	100.965
Depósitos de terceiros	(68.357)	(5.919)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	450.235	389.735
Provisões judiciais	39.627	(5.078)
Outras provisões	(9.009)	(1.690)
Passivo de arrendamento	15.483	–
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**(732.398)**	**(113.749)**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(97.372)	1.989
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(829.770)**	**(111.760)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:	**5.203**	**3.504**
Investimentos	–	13
Imobilizado	5.203	3.491
Pagamento pela compra:	**(26.563)**	**(99.035)**
Investimentos	–	(229)
Imobilizado	(919)	(8.121)
Intangível	(25.644)	(90.685)
Reclassificação Investimento para a Venda	215.867	–
Transferência Imobilizado x Investimento	(83)	–
Aumento/(redução) de capital em controlada	(55.490)	–
Price purchase allocation	366	6.128
Outros ajustes em controlada	(17)	–
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	2.454	(119)
Dividendos recebidos	989	4.490
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**142.726**	**(85.032)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	713.153	148.513
Aquisição das próprias ações	–	(103)
Venda das próprias ações	–	103
Plano de previdência complementar - PrevSompo	5.405	1.014
Outros ajustes	735	(2.945)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**719.293**	**146.582**
Aumento/(redução) líquido (a) de caixas e equivalentes de caixa	**32.249**	**(50.211)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.003**	**55.214**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**37.252**	**5.003**
Aumento/(redução) líquido (a) de caixas e equivalentes de caixa	**32.249**	**(50.211)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sompo Seguros S.A., doravante referida, também, como "Seguradora", "Sompo Seguros" ou "Companhia", atua no mercado de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. É controlada pela Sompo International Holdings Brasil Ltda., sendo a Sompo Holdings, INC. a controladora final. A Seguradora é controladora da Sompo Saúde Seguros S.A. (doravante denominada como "Sompo Saúde", que tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde. Em 30 de dezembro de 2021 a Sompo Seguros celebrou um Acordo de Venda das Ações com a Sul América Companhia de Seguro Saúde cujo objeto, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e cumprimento das condições contratuais, será a venda da totalidade das ações da Sompo Saúde com a transferência do controle acionário à Sul América. A Seguradora também é controladora da Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. (doravante referida também como "Sompo Services"), que tem por objeto social a exploração de serviços de gerenciamento de riscos, vistoria e regulação de sinistros. A Seguradora, com sede na Rua Cubatão, nº 320 - São Paulo, e sua subsidiária integral Sompo Saúde, são empresas de capital fechado e a sua subsidiária integral Sompo Services é uma sociedade limitada.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas comparativas com 31 de dezembro de 2020, conforme disposições do CPC nº 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e das Circulares SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e nº 648, de 12 de novembro de 2021, bem como alterações posteriores. a) <u>Base para elaboração e mensuração:</u> A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sompo Seguros e autorizadas pelo Comitê de Auditoria Independente em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022. b) <u>Moeda funcional e de apresentação:</u> As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em Reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, usando-se as taxas de câmbio da data de fechamento. c) <u>Uso de estimativas e julgamentos:</u> A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas à funcionar pela SUSEP, exigindo que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para os valores reportados referentes a, entre outros: (i) ao valor justo de ativos financeiros; (ii) ao valor das provisões técnicas; (iii) as perdas esperadas que foram objeto de constituição de provisões para risco de créditos *impairment*; (iv) ao valor e os prazos de realização dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social; (v) as probabilidades de resultado final na resolução de processos judiciais que foram objeto de constituição de provisões ou julgado como contingências passivas; (vi) a vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis; e (vii) aos prazos e valores de realização ou recuperação dos salvados a venda. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados (maiores informações vide nota explicativa nº 3). d) <u>Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:</u> (i) CPC 48 / *IFRS 9 - Instrumentos financeiros*: a norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. A Seguradora irá aplicar a norma juntamente ao IFRS 17 com base na revisão do pronunciamento técnico nº 12/2017 item 20B linha (b); (ii) CPC 50 / *IFRS 17 - Contratos de seguros*: estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora avalia a mudança e investimentos significativos em seus processos operacionais, tecnológicos e atuariais, decorrentes da adoção total da norma. O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela SUSEP. Não há outras normas ou interpretações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) <u>Caixa e equivalentes de caixa:</u> Caixa e equivalentes são recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que têm como principal função atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, quando apresenta vencimento de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. b) <u>Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:</u> A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: i) *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*: São ativos financeiros designados nesta categoria cujo a finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no exercício em que ocorrem. ii) *Ativos financeiros disponíveis para a venda*: São ativos financeiros não derivativos, designados como disponível para venda ou que não são classificados como "recebíveis" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. iii) *Recebíveis*: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros tais como os saldos de prêmios a receber de segurados bem como valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras, no caso de cosseguro. c) <u>Determinação do valor justo:</u> Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota as seguintes práticas: i) *Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos)*: O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: • Para os certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados, letras financeiras (LF) e debêntures (DEB), cujo a rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), para as letras financeiras (LF) pré-fixadas utiliza-se a taxa contratada, além dos componentes principais descritos acima. A precificação considera, também, as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez, e possíveis variações entre o valor do custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; e • Para os certificados de depósitos bancários (CDB) com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação. ii) *Títulos públicos*: O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). iii) *Quotas de fundos de investimentos*: O valor unitário das quotas dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização ou desvalorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. iv) *Debêntures*: A rentabilidade das debêntures pós-fixadas é estabelecida tendo como parâmetros as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acordadas no momento da compra do ativo. d) <u>Ativos e passivos de resseguros:</u> Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. e) <u>Bens à venda - (Salvados e Investimento):</u> **Investimento** - Conforme nota explicativa 1, em 30 de dezembro de 2021, a Sompo Seguros celebrou Acordo de Compra de Ações com a Sul América de Seguros Saúde. Atendendo aos critérios do CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, fizemos a reclassificação do Investimento para Bens à venda pelo valor contábil de R$ 215,9 milhões até a obtenção das autorizações para concretização da venda total da subsidiária Sompo Saúde Seguros S.A.. **Salvados** - Alguns contratos de seguros transferem à Seguradora direito sobre determinados ativos, decorrentes de um evento de sinistro indenizado que são denominados "salvados". Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens. Mensalmente é reconhecido *impairment* dos salvados conforme estudo técnico. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para perda ao valor recuperável em contrapartida do resultado. A Seguradora adota metodologia para o cálculo da redução do valor recuperável dos salvados, de acordo com estudo de realização do estoque, baseado na experiência histórica observada nos últimos 5 anos. A provisão para ativos estimados de salvados e ressarcimentos é constituída para fazer frente aos ativos e ressarcimentos ainda não registrados até a data-base de cálculo e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos salvados a venda e ressarcimentos a receber. O cálculo é executado utilizando dados históricos de ativos registrados, considerando a data de liquidação dos sinistros e a data de aviso dos respectivos ativos dos últimos 60 meses, utilizando a metodologia de triangulação. Esta provisão é estimada mensalmente. f) <u>Contratos de Arrendamento:</u> Aprovado pela SUSEP em 2020, entrou em vigor em 1° de janeiro de 2021 o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlação à norma internacional IFRS 16), substituindo as normas de arrendamento existentes. A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer os contratos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos futuros, deixando como expediente prático a isenção de aplicabilidade para contratos de itens de baixo valor e de curto prazo (12 meses). Para os contratos aplicáveis, a norma determina que o reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis e veículos) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A Seguradora optou pelos expedientes práticos, não aplicando a norma para os contratos de itens de baixo valor e de curto prazo, estes terão suas despesas reconhecidas no resultado do exercício. g) <u>Investimentos:</u> Os investimentos

continua →☆

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

mantido nas controladas Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda., é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os imóveis próprios da Seguradora, cuja finalidade é obter renda através da locação destes, foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada bem como perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Conforme nota explicativa 1, em 30 de dezembro de 2021, a Sompo Seguros celebrou um Acordo de Venda de totalidade de participação societária da Sompo Saúde com a Sul América Seguros. Esta transação será concretizada após obtenção das aprovações dos Órgãos Reguladores. Atendendo aos critérios do CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, foi realizada a reclassificação do saldo de Investimento para Bens a venda pelo valor contábil de R$ 215,9 milhões. h) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, bem como veículos utilizados para a condução dos negócios. Tais ativos são registrados conforme CPC 27 - Ativo Imobilizado, isto é, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação que é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa 16.a. i) Intangível: Os ativos intangíveis, inclusive o ágio, adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A vida útil deste ativo é indefinida, sendo testada anualmente para redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"), comparando o valor presente do fluxo de ganhos futuros da UGC para o valor contábil do ativo intangível. Outros ativos intangíveis, softwares, que são adquiridos ou desenvolvidos pela Seguradora e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. *Software*: Os custos associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática que gerarão benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis. Tais custos incluem gastos de pessoal próprio de informática e utilização de mão de obra e recursos de terceiros, incrementais para tal desenvolvimento. Os gastos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Devidamente alinhado com as políticas de sua controladora Sompo International Holdings, a Sompo Seguros revisou e alterou suas operações e investimentos de forma prospectiva. As mudanças relevantes, referem-se a revisão dos investimentos em sistemas (registrados em ativos intangíveis). Em decorrência, no 2º semestre de 2020, o portfólio de investimentos futuros e os sistemas registrados em ativos intangíveis, foram modificados e não mais atendem à nova estratégia anteriormente esperada. Em decorrência efetuou-se a revisão prospectiva da vida útil dos ativos intangíveis de sistemas de tecnologia. Segundo premissa técnica aplicável, a amortização deve variar entre 5 a 25 anos. A nova premissa de vida útil desses ativos é de no máximo 10 anos resultando em amortização adicional de R$ 94,2 milhões. A rubrica de amortização de sistemas, no resultado da Companhia, resultou em R$ 113,8 milhões em 2020. Referida revisão prospectiva foi efetuada com base no CPC 04 - Ativos Intangíveis e IAS 38. *Ágio*: Os valores atribuídos ao ágio, foram estabelecidos de acordo com laudo técnico emitido por empresa especializada. Com base no CPC 01, sua recuperabilidade é testada anualmente seguindo, em 31 de dezembro de 2021, o Modelo de Dividendos Descontados (DDM). Nesse exercício foram identificadas evidências de não recuperabilidade do saldo do ágio do Ativo Intangível no valor de R$ 124 milhões (vide nota 16b), impactando o resultado na conta Redução ao valor recuperável (vide nota 26l). Todas as informações da metodologia utilizada para realização do teste foram detalhadas no laudo técnico emitido pela empresa especializada. j) Recuperabilidade de ativos financeiros: A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para prêmios a receber, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada por ramo, com base nos seus respectivos prêmios, de acordo com estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro e cosseguro é constituída quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos e o valor correspondente da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada, no mínimo, a cada data de balanço de forma individualizada. k) Recuperabilidade de ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias indicando que o valor contábil do ativo não seja recuperável em tais casos. É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. l) Provisões técnicas: i) *Definições*: Provisões técnicas: São constituídas por valores estimados ou exatos, contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros, benefícios e despesas relacionadas. Nota técnica atuarial (NTA): Documento que apresenta os parâmetros utilizados na formulação de cálculo dos prêmios de seguro; como será feita a indenização em cada sinistro. Caso haja direito e menciona, as provisões a serem constituídas. É elaborada conjuntamente às Condições Gerais de cada produto. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados nas respectivas notas técnicas atuariais (NTA). • A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo do prazo a decorrer de cada contrato de seguro, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam a decorrer e o total de dias de vigência de cada apólice de seguro, aplicada ao valor do prêmio emitido; • A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não tenham sido emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão de apólices e endossos, de acordo com a base histórica da Seguradora; • A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, demonstrada pelo teste de adequação de passivos (TAP), disposto na legislação vigente; • A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora, até sua liquidação. É provisionada através de estimativa ou pelo valor determinado, dependendo do ramo/cobertura, de acordo com os sinistros avisados. Esta provisão se divide entre sinistros administrativos (PSL Administrativa) e sinistros judiciais (PSL Judicial). Sinistros administrativos são considerados os sinistros pelos quais foram entregues toda a documentação e serão liquidados normalmente pela Seguradora, por processo comum. Sinistros judiciais correspondem aos sinistros avisados e que, por algum motivo, resultaram em processos judiciais, portanto podem se encontrar em diversas fases de tramitação. Para tais ações é constituída, como provisão, um percentual aplicado ao valor em risco, percentual este que é a probabilidade de perda anotada na respectiva nota técnica atuarial da provisão. O montante é atualizado mensalmente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acrescidos de 0,5% ao mês ou 1,0% ao mês, dependendo da data de entrada da ação e o percentual de perda recalculado periodicamente pela área atuarial; • A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - *incurred but not reported*) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados até a data-base de cálculo. O cálculo é baseado em dados históricos que compreende a análise do tempo existente entre a data de ocorrência e a data do aviso dos sinistros e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos sinistros já ocorridos a serem avisados. Esta provisão é calculada mensalmente; • A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER - *incurred but not enough reported*), é constituída caso a experiência histórica das movimentações de ajustes dos sinistros avisados e ainda não liquidados (PSL), indique necessidade de adequação. Tem a função de refletir eventuais inconsistências entre os valores estimados à data de aviso do sinistro e os efetivos valores de liquidação dos sinistros. Esta provisão pode resultar em provisionamento negativo, se for o caso, sendo a única que pode ocorrer tal fato; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas relacionadas com os sinistros, e tem a finalidade de mensurar o montante de despesas futuras que a Seguradora terá para regular os sinistros avisados; • A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização e/ou renda. Tem a finalidade de provisionar os recursos para pagamento dos benefícios a iniciar. É calculada mensalmente, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial do plano ou produto; • A provisão de salvados e ressarcimentos de sinistros é constituída até o respectivo encontro do bem, independentemente de sua liquidação, calculados com base na experiência histórica observada nos sinistros que tiveram salvados, de acordo com a respectiva Nota Técnica Atuarial. O valor estimado reduzirá o saldo do passivo para a parcela relacionada ao IBNR e parcela relacionada à PSL; e • A estimativa de salvados e ressarcimento de sinistros é constituída após a liquidação de um sinistro e consequente encontro do bem, na qual a Seguradora adquire direito ao salvado ou ao ressarcimento, passando a ter um ativo controlado e reconhecido em uma provisão específica para tal finalidade. É calculada mensalmente de acordo com os dados históricos e com metodologia especificada em nota técnica atuarial, e é contabilizado como ativo da Seguradora. ii) *Teste de adequação dos passivos (TAP)*: De acordo com Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações, a Seguradora deverá realizar semestralmente o Teste de Adequação de Passivos - TAP. O objetivo do TAP é avaliar se as Provisões Técnicas constituídas são suficientes para cobrir as obrigações decorrentes do cumprimento dos seus contratos e certificados assumidos até determinada data-base. O TAP foi realizado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas atuais e realistas, conforme parâmetros mínimos determinados pela referida circular. As premissas aplicadas foram: • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram projetadas considerando fluxos relacionados a prêmios e contribuições registradas e fluxos relacionados a prêmios e contribuições não registradas, considerando ainda as vigências dos respectivos contratos e certificados; • As premissas utilizadas para projeções de prêmios, sinistros, despesas administrativas, despesas alocáveis e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros foram baseadas na experiência histórica observada pela Seguradora considerando um horizonte de tempo de até 5 (cinco) anos; • Dentro da segregação mínima entre Seguros de Danos e Seguros de Pessoas determinada pela regulamentação vigente, as carteiras da Seguradora foram ainda segregadas utilizando critérios de agrupamento de risco de acordo com similaridade de riscos entre elas; • Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, quando aplicáveis, foram utilizadas as tábuas BREMS vigentes no momento da realização do TAP; • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Para fluxos nominais foi utilizada a ETTJ Prefixada e para fluxos reais foi utilizada a ETTJ Cupom IPCA. O resultado TAP, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, considerando as premissas e critérios acima citados, não apresentou insuficiência. m) Benefícios a empregados: Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: i) *Aposentadoria*: A Seguradora é Patrocinadora da PrevSompo - Sompo Entidade de Previdência Complementar que administra 4 (quatro) planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Dois deles são estruturados na modalidade de benefício definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão, e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada exercício. O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial, uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formado pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seus beneficiários, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial. Os planos de benefícios mencionados acima, são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tábua de mortalidade, dentre outras, sendo os Planos de Benefício I e II pelo método de crédito unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de capitalização integral. Em ambos, o ativo ou passivo dos planos de benefícios definido reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação deduzido o valor justo dos ativos do respectivo plano, em compliance ao CPC 33 - Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados à novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com a CPC 33. ii) *Benefícios de rescisão - pós-emprego*: A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual está subordinada, concede, por um período limitado de tempo, após a rescisão do contrato de trabalho, benefícios de seguro saúde. Esses benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora. A seguradora constitui uma provisão atuarial em virtude deste benefício pós-emprego, estando seus cálculos e premissas de acordo com o Comitê de Pronunciamento CPC 33. iii) *Programa de Bônus*: O Programa de Bônus foi criado especificamente para o ano de 2021 com o objetivo de engajar e motivar as equipes para atingir as metas do Plano de Recuperação da empresa. Será reconhecida a performance para o ano fiscal, iniciando em janeiro/21 e encerrando em dezembro/21, considerando a soma do resultado das empresas: Sompo Seguros e Sompo Saúde Seguros S.A.. O Programa contemplará além do Indicador Corporativo da empresa (prejuízo orçado) mais 2 Indicadores por Equipes, derivados do BSC de cada área da empresa. Para cada nível hierárquico, há um potencial de ganho em múltiplos de salários e caso a empresa atinja o objetivo determinado, os valores serão pagos em março/22, após o fechamento dos números oficiais da empresa (Balanço Patrimonial de 2021). n) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em 14 de julho de 2021 a Lei 14.183 alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço e será reduzida na medida em que sua realização não seja provável. A constituição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos em 2021 considera os novos requerimentos determinados através da Circular SUSEP 648/21, mencionada na nota explicativa nº 2. o) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes: A Seguradora reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável, e estão divulgadas segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. p) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As despesas de resseguros cedidos são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). Os créditos das contribuições para PIS e COFINS sobre os sinistros avisados e ainda não pagos são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea à constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo do PIS e COFINS quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa nº 9).

4. GESTÃO DE RISCO

A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. a) Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos da Sompo Seguros, tem como objetivo aumentar a capacidade de criar valor para os stakeholders e cumprir com os objetivos estratégicos. O ERM (Gestão Integrada de Riscos) é um processo de gestão utilizado para o incremento, na cultura corporativa, do conceito de retorno sobre o risco, tendo como premissa o balanceamento entre a eficiência de capital, risco e retorno para sustentação da solidez financeira. Esta estrutura integrada de riscos (ERM) possibilita lidar ativamente com as incertezas e riscos do negócio em todos os níveis, operacional, tático e estratégico, através do monitoramento contínuo e aplicação de medidas preventivas. Adicionalmente, contempla iniciativas que possibilitam o entendimento e fixação de pilares do "framework" e utilização dos mesmos para a tomada de decisão nos negócios. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado e alinhado com a estrutura de controles internos e compliance, que visa o cumprimento e adequação às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. Para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a Seguradora possui o Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance como órgão de apoio vinculado à Diretoria Executiva. Este comitê é responsável pela análise das questões inerentes aos riscos corporativos, além do monitoramento do apetite ao risco, com reportes periódicos à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente interno, tais como: a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, prevenção à fraude, práticas de aculturamento, tais como: divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética. Em resposta à pandemia da Covid-19, a Sompo Seguros ativou seu Plano de Gestão de Crises, o que possibilitou o regime de teletrabalho para todos os seus colaboradores, com foco na saúde, bem-estar, segurança e continuidade dos negócios. A estrutura tecnológica suportou a ativação massiva das estações de trabalho Home Office, não ocasionando impactos à prestação de serviços da Cia. b) Risco operacional: A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos operacionais, reputacionais e estratégicos na Sompo Seguros, considerando a sua origem, as suas características e o seu potencial impacto sobre o negócio. Os demais riscos, como subscrição, mercado, crédito e liquidez são monitorados através dos indicadores de apetite de riscos da Seguradora. O gerenciamento do risco operacional é realizado visando a mitigação dos riscos que podem resultar em perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos de pessoas e sistemas ou de eventos externos. Existe aplicação de metodologia específica para avaliação dos riscos operacionais, tal qual seu monitoramento e definição de ações de melhoria junto às áreas envolvidas no processo. A Sompo Seguros, mantém uma base histórica de registros com suas perdas operacionais e ciclos periódicos de avaliação junto às áreas, conforme requerido na Circular Susep 648 de 2021 e posteriores alterações. c) Gestão de risco de seguro: O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. A Seguradora observa se há acúmulo de riscos e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Seguradora utiliza estratégias de verificação da diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito satisfatório, que indica probabilidade de ruína minimizado. Para a minimização da volatilidade, é efetuada a diversificação de risco, analisando o tipo de cada um; se há concentração de riscos nas diversas regiões, e controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais segmentos de seguros na gestão de riscos estão divididos como segue: (i) Automóvel: convencional e frotas; (ii) Ramos Elementares Massificados: Empresarial, Residencial, Condomínio e demais; (iii) Ramos Elementares Corporativos: Riscos Nomeados e Operacionais, Responsabilidade Civil, Garantia, Engenharia e demais; (iv) Vida: Vida em Grupo, Vida Individual e Prestamista; (v) Transportes: nacional, internacional e responsabilidades; (vi) Agronegócio & RD: Equipamentos agrícolas, Penhor rural, Riscos diversos e Seguro agrícola. A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação do limite de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e se estão constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

Segmentos	Dez/2021 Prêmios de seguros	Dez/2021 Parcela ressegurada	Dez/2021 Prêmios retidos	Dez/2021 Prêmios retidos por segmento %	Dez/2020 Prêmios de seguros	Dez/2020 Parcela ressegurada	Dez/2020 Prêmios retidos	Dez/2020 Prêmios retidos por segmento %
Automóvel	**1.033.176**	**(311.363)**	**721.813**	**31,93%**	**918.928**	**(167.092)**	**751.836**	**32,77%**
Demais ramos elementares	**1.903.061**	**(702.379)**	**1.200.682**	**53,11%**	**1.811.517**	**(595.043)**	**1.216.474**	**53,03%**
Patrimonial	780.315	(385.271)	395.044	17,47%	851.333	(359.000)	492.333	21,46%
Transportes	719.650	(230.663)	488.987	21,63%	608.377	(163.315)	445.062	19,40%
Rural	257.751	(50.399)	207.352	9,17%	187.163	(20.146)	167.017	7,28%
Responsabilidades	70.280	(12.785)	57.495	2,54%	81.425	(12.630)	68.795	3,00%
Outros	75.065	(23.261)	51.804	2,29%	83.219	(39.952)	43.267	1,89%
Pessoas	**346.213**	**(8.037)**	**338.176**	**14,96%**	**345.716**	**(19.893)**	**325.823**	**14,20%**
Pessoas coletivo	315.023	(6.471)	308.552	13,65%	303.673	(17.331)	286.342	12,48%
Pessoas individual	31.190	(1.566)	29.624	1,31%	42.043	(2.562)	39.481	1,72%
Total	**3.282.450**	**(1.021.779)**	**2.260.671**	**100,00%**	**3.076.161**	**(782.028)**	**2.294.133**	**100,00%**

Região	Dez/2021 Automóvel	Dez/2021 Demais ramos elementares	Dez/2021 Pessoas	Dez/2021 Total	Dez/2020 Automóvel	Dez/2020 Demais ramos elementares	Dez/2020 Pessoas	Dez/2020 Total
Centro-Oeste	68.281	160.529	131.574	360.384	48.611	151.390	120.988	320.989
Nordeste	70.880	112.081	4.188	187.149	59.490	99.565	18.257	177.312
Norte	20.714	49.710	5.227	75.651	11.214	43.886	6.491	61.591
Sudeste	657.876	1.109.755	103.606	1.871.237	639.693	1.133.810	123.113	1.896.616
Sul	215.425	470.986	101.618	788.029	159.920	382.866	76.867	619.653
Total	**1.033.176**	**1.903.061**	**346.213**	**3.282.450**	**918.928**	**1.811.517**	**345.716**	**3.076.161**

d) Análise de sensibilidade da sinistralidade: A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora em 31 de dezembro de 2021:

Dez/2021	Piora de - 15 p.p.s	Piora de - 5 p.p.s	Cenário base (valores reais)	Melhora de - 5 p.p.s	Melhora de - 15 p.p.s
Prêmios ganhos	3.164.128	3.164.128	3.164.128	3.164.128	3.164.128
Sinistros ocorridos	(2.299.599)	(2.099.634)	(1.999.651)	(1.899.668)	(1.699.703)
Índice de sinistralidade	(72,68)%	(66,36)%	(63,20)%	(60,04)%	(53,72)%
Impacto bruto	(299.948)	(99.983)	–	99.983	299.948
Impacto líquido de impostos	(179.969)	(59.990)	–	59.990	179.969

Composição por segmento	Dez/2021 Prêmios ganhos brutos de resseguro	Dez/2021 Sinistros ocorridos brutos de resseguro	Dez/2021 Custos de aquisição brutos de resseguro	Índices - % Sinistralidade	Índices - % Comissionamento
Automóvel	**983.108**	**(766.576)**	**(218.943)**	**(78)%**	**(22)%**
Demais ramos elementares	**1.918.041**	**(1.035.537)**	**(430.473)**	**(54)%**	**(23)%**
Patrimonial	819.238	(442.165)	(184.827)	(54)%	(23)%
Transportes	719.637	(279.339)	(150.649)	(38)%	(21)%
Rural	220.883	(198.753)	(55.578)	(90)%	(25)%
Responsabilidades	77.296	(81.782)	(18.066)	(106)%	(23)%
Outros	80.987	(33.497)	(21.353)	(41)%	(26)%
Pessoas	**262.979**	**(197.539)**	**(132.865)**	**(75)%**	**(50)%**
Pessoas coletivo	223.303	(158.566)	(115.537)	(71)%	(52)%
Pessoas individual	39.676	(38.973)	(17.328)	(98)%	(39)%
Total	**3.164.128**	**(1.999.651)**	**(782.281)**	**(63)%**	**(25)%**

Composição por segmento	Dez/2021 Prêmios ganhos líquidos de resseguro	Dez/2021 Sinistros ocorridos líquidos de resseguro	Dez/2021 Custos de aquisição líquidos de resseguro	Índices - % Sinistralidade	Índices - % Comissionamento
Automóvel	**662.194**	**(551.869)**	**(115.667)**	**(83)%**	**(17)%**
Demais ramos elementares	**1.192.704**	**(646.935)**	**(349.736)**	**(54)%**	**(29)%**
Patrimonial	423.244	(231.343)	(146.702)	(55)%	(35)%
Transportes	488.422	(255.183)	(122.158)	(26)%	(25)%
Rural	162.344	(95.762)	(47.439)	(59)%	(29)%
Responsabilidades	64.366	(50.768)	(15.483)	(79)%	(24)%
Outros	54.328	(13.879)	(17.954)	(265)%	(37)%
Pessoas	**254.871**	**(181.603)**	**(132.794)**	**(71)%**	**(51)%**
Pessoas - coletivo	216.761	(147.951)	(115.466)	(68)%	(53)%
Pessoas - individual	38.110	(33.652)	(17.328)	(88)%	(40)%
Total	**2.109.769**	**(1.380.407)**	**(598.197)**	**(65)%**	**(28)%**

e) Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para exercícios futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e, também, para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. i) *Gestão de risco de liquidez*: O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	37.252	–	–	–	–	–	–	**37.252**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**71.114**	–	–	–	–	–	–	**71.114**
Título de renda fixa privado	71.114	–	–	–	–	–	–	71.114
Ativos financeiros disponíveis para a venda	**4.363**	**37.344**	**268.585**	**25.910**	**952.145**	**183.274**	–	**1.471.621**
Título de renda fixa público	1.089	37.344	259.368	24.359	930.097	183.274	–	1.435.531
Título de renda fixa privado	3.274	–	9.217	1.551	22.048	–	–	36.090
Créditos das operações com seguros e resseguros	**981.044**	**176.344**	**61.971**	**54.868**	**55.525**	**29.469**	–	**1.359.221**
Prêmios a receber de segurado - a decorrer	177.666	3.181	2.494	327	107	38	–	183.813
Prêmios a receber de segurado - decorridos*	631.301	173.163	59.477	54.541	55.418	29.431	–	1.003.331
Operações com segurados	11.061	–	–	–	–	–	–	11.061
Operações com resseguradoras	161.016	–	–	–	–	–	–	161.016
Outros créditos operacionais	**34.445**	–	–	–	–	–	**14.440**	**48.885**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	–	**284.555**	**154.521**	**106.648**	**280.618**	**281.908**	–	**1.108.250**
Títulos e créditos a receber	**22.944**	**295**	**295**	**295**	**1.180**	–	**202.242**	**227.251**
Títulos e créditos a receber	19.709	295	295	295	–	–	20	20.614
Outros créditos	3.235	–	–	–	1.180	–	267	4.682
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	–	–	–	–	150.971	150.971
Créditos tributários e previdenciários	–	–	–	–	–	–	50.984	50.984
Outros valores e bens	**267.798**	–	–	–	–	–	**16.178**	**283.976**
Bens à venda	267.249	–	–	–	–	–	–	267.249
Outros valores e bens	549	–	–	–	–	–	16.178	16.727
Custos de aquisição diferidos	**44.005**	**41.475**	**67.119**	**179.241**	**26.748**	**133.944**	–	**492.532**
Empréstimos e depósitos compulsórios	–	–	–	–	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros	**1.462.965**	**540.013**	**552.491**	**366.962**	**1.316.216**	**628.595**	**232.860**	**5.100.102**
Provisões técnicas	**990.481**	**453.999**	**269.381**	**166.811**	**655.822**	**741.862**		**3.278.356**
Passivos financeiros	**329.584**	**42.809**	**36.508**	**12.925**	**122.062**	**33.761**	**350.235**	**927.884**
Impostos e encargos sociais a recolher	65.977	–	–	–	–	–	–	65.977
Outras contas a pagar	72.516	–	–	–	–	–	2.567	75.083
Operações com resseguradoras	147.562	42.065	35.873	12.301	115.740	27.456	158.169	539.166
Encargos trabalhistas	20.873	–	–	–	–	–	–	20.873
Impostos e contribuições	3.125	–	–	–	–	–	–	3.125
Depósitos de terceiros	18.678	–	–	–	–	–	–	18.678
Provisões Judiciais	–	–	–	–	–	–	187.513	187.513
Outras provisões	–	–	–	–	–	–	1.986	1.986
Passivo de Arrendamento	853	744	635	624	6.322	6.305		15.483
Total dos passivos financeiros	**1.320.065**	**496.808**	**305.889**	**179.736**	**777.884**	**775.623**	**350.235**	**4.206.240**

(*) Durante o último trimestre do ano de 2021, a seguradora iniciou diversas discussões internas relativas a este elevado saldo de prêmios vencidos há mais de 365 dias do produto viagem, bem como a sua relação comercial com o estipulante deste produto, que está em run-off. A Sompo Seguros estima que todo o processo junto a representante, bem como a baixa de todos os valores deverá ocorrer ainda no exercício de 2022. A realização desta baixa, se necessária, não deverá causar impactos significativos no resultado, uma vez que, a seguradora tem passivos registrados em montantes superiores ao registrado no ativo. ii) *Gestão de risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares, levam em consideração: a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como rating mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são: vida em grupo, garantia e transporte. Os mesmos são substancialmente reduzidos (é considerada baixa) quando, em certos casos, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2021 distribuídos por rating de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria sem rating compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

Ativos financeiros/rating	AAA	A	Sem rating	Total em Dez/2021
A valor justo por meio do resultado	**71.112**	**2**	–	**71.114**
Título de renda fixa privado	71.112	2	–	71.114
Disponíveis para a venda	**1.471.621**	–	–	**1.471.621**
Título de renda fixa público	1.435.531	–	–	1.435.531
Título de renda fixa privado	36.090	–	–	36.090
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	**37.252**	**37.252**
Prêmios a receber de segurados	–	–	**1.187.144**	**1.187.144**
Total do circulante e não circulante	**1.542.733**	**2**	**1.224.396**	**2.767.131**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

	Ativos não vencidos e não deteriorados	Ativos vencidos 0 a 3 meses	Ativos vencidos 3 a 6 meses	Ativos vencidos 6 a 12 meses	Ativos vencidos acima de 1 ano	Provisão para perda	Saldo contábil Dez/2021
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**71.114**	–	–	–	–	–	**71.114**
Título de renda fixa público	–	–	–	–	–	–	–
Título de renda fixa privado	71.114	–	–	–	–	–	71.114
Ativos financeiros disponíveis para a venda	**1.471.621**	–	–	–	–	–	**1.471.621**
Título de renda fixa público	1.435.531	–	–	–	–	–	1.435.531
Título de renda fixa privado	36.090	–	–	–	–	–	36.090
Empréstimos e recebíveis	**1.094.805**	**36.415**	**2.533**	**965**	**59.427**	**(7.001)**	**1.187.144**
Prêmios a receber de segurados	1.094.805	36.415	2.533	965	59.427	(7.001)	1.187.144
Caixa e equivalentes de caixa	**37.252**	–	–	–	–	–	**37.252**
Total do circulante e não circulante	**2.674.792**	**38.947**	**2.533**	**965**	**59.427**	**(7.001)**	**2.767.131**

Cessão de resseguro: A Seguradora continua gerenciando o risco de crédito com os resseguradores com base na "Lista de security de resseguradores" recebida da Sompo International. Privilegia, mas dentro do conceito da legislação local de resseguro, os resseguradores cuja classificação de rating seja A ou superior em negócios com vigência de até 12 meses (*short tail*) e rating A+ ou superior em negócios com vigência maior que 12 meses (*long tail*), para garantir que a mitigação dos riscos de seguros e de crédito sejam alcançados. O trabalho e estratégia continuam direcionados em parceria com a unidade jurídica corporativa e as unidades de subscrição e, durante a negociação de contratos de resseguro, sempre trabalha-se com o conceito de "contract certainty", para garantir que todos os termos e condições negociados sejam transparentes e conhecidos por ambas as partes contratuais e para que, adicionalmente, não existam defeitos ou vícios de consentimento. *Gerenciamento de risco de crédito*: Como parte da estratégia de resseguro para melhor gestão do risco de crédito, a Seguradora revisa periodicamente as estruturas dos contratos de resseguro e controla, mensalmente, os saldos dos prêmios de resseguro a pagar e os saldos dos créditos de sinistros a recuperar. A fim de estabelecer maior previsibilidade e estabilidade de resultados, visamos manter relacionamentos de longo prazo junto a nossos parceiros de negócio.

Classe	Categoria de risco	Dez/2021	Dez/2020
Local	AA	8.146	–
Local	AA-	23.887	33.600
Local	A++	979	499
Local	A+	2.194	6.646
Local	A	56.298	164.227
Local	B++	12.646	16.841
Admitida	AA	–	28
Admitida	AA-	9.384	30.108
Admitida	A++	237	8.923
Admitida	A+	12.498	33.399
Admitida	A	4.545	1.792
Eventual	AA-	1.553	1.180
Eventual	A++	–	86
Eventual	A+	26.426	2.938
Eventual	A	2.223	162
Total Geral		**161.016**	**300.429**

iii) *Gestão de risco de mercado*: A Sompo Seguros utiliza análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (Value at Risk), a Seguradora utiliza como limite 0,5% ao dia, com 95% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2021, a perda máxima potencial é de 0,22% do valor total da carteira de investimentos. O VaR tem como objetivo estimar uma possível perda máxima da carteira de investimentos com um determinado índice de confiança. A metodologia do VaR paramétrico utiliza uma rentabilidade estimada e assume uma distribuição normal de rentabilidade, considerando variáveis econométricas e estatísticas. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e, havendo um momento de stress que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas prefixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). f) Gestão de risco de capital: O Capital Mínimo Requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da seguradora é composto por quatro riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional, através de formulação exigida pela SUSEP. O CMR é calculado mensalmente pelo somatório dos capitais de risco individuais, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado. A suficiência do CMR, ocorre quando o patrimônio líquido ajustado total (PLA) for maior que o CMR, demonstrando que a seguradora tem suficiência para garantia dos riscos assumidos. A suficiência da cobertura das provisões técnicas ocorre quando os ativos garantidores são maiores que o montante de provisões técnicas. A tabela apresentada a seguir, demonstra os valores que compõem o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 reapresentado para comparabilidade dos dados, conforme resolução 432/2021:

	Dez/2021	Dez/2020 Reapresentado
Patrimônio Líquido	**972.572**	**1.265.751**
(I) Ajustes Contábeis	**(244.603)**	**(733.471)**
Participação em Sociedades Financeiras e não Financeiras, Nacionais ou no Exterior	(1.359)	(190.085)
Despesas Antecipadas	(9.489)	(10.375)
Créditos tributários e prejuízos fiscais	–	(136.833)
Diferença temporária ref. ágio derivado da expectativa de rent. futura	–	27.059
Ativos Intangíveis	(205.977)	(404.326)
Custos de Aquisição Diferidos não Diretamente Relacionados à PPNG	(27.778)	(19.911)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda	–	1.000
(II) Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	**61.225**	**3.880**
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios e Contribuições Registradas	61.225	3.880
(III) Ajustes de Qualidade de Cobertura do CMR	–	–
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	**789.194**	**536.160**
Capital Mínimo Requerido (b) = Maior entre (c) e (d)	**473.678**	**502.899**

continua ☆

continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Dez/2021	Dez/2020 Reapresentado
Capital Base (c)	**15.000**	**15.000**
Capital de Risco (d)	**473.678**	**502.899**
Capital adicional baseado no risco de subscrição	415.488	441.486
Capital adicional baseado no risco de crédito	61.253	68.778
Capital de risco operacional	20.117	19.432
Capital de risco de mercado	15.316	13.888
Correlação	(38.496)	(40.685)
R$ Suficiência de capital (PLA - CMR)	**315.516**	**33.261**
Ativos Garantidores	1.542.734	1.244.293
Necessidade de Cobertura	1.352.676	1.079.035
Suficiência de ativos garantidores (vide nota explicativa nº 20)	**190.058**	**165.258**
% Liquidez de Ativos	**14,05%**	**15,32%**

Níveis de PLA	PLA	Ajuste	PLA Final
Nível 1	673.132	–	673.132
Nível 2	61.225	–	61.225
Nível 3	54.837	–	54.837
Total	**789.194**	–	**789.194**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A classificação das aplicações financeiras por categoria, vencimento, taxas de juros contratadas (médias) e respectivos níveis é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021 e 2020: a) Resumo da classificação dos ativos financeiros: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços cotados em mercados ativos; • Nível 2: "inputs", exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). b) Resumo das aplicações

(Dez/2021)

	Taxa contratada %	Percentual classificado por categoria	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**4,61%**	**71.114**	**–**	**–**	**72.227**	**(1.113)**	**71.114**	**–**	**71.114**
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos			71.114	–	–	72.227	(1.113)	71.114	–	71.114
Ativos financeiros disponíveis para venda		**95,39%**	**336.202**	**410.684**	**724.735**	**1.566.368**	**(94.747)**	**1.471.621**	**1.435.531**	**36.090**
Títulos públicos federais - LFT/NTN-B e NTN-F	100% Selic (LFT) 6,16% a.a até 6,25% a.a (NTN-F) 1,55% a.a.+ IPCA até 2,93% a.a.+ IPCA 3,85% a.a até 6,08% a.a (LTN)		322.160	388.636	724.735	1.530.114	(94.583)	1.435.531	1.435.531	–
Títulos privados - letras financeiras - LF	100% até 105% CDI (LF) 5,06% a.a até 5,29% a.a (LF)		**4.825**	**22.048**	**–**	**27.043**	**(170)**	**26.873**	**–**	**26.873**
Títulos privados - debênture - DEB	112% CDI (DEB)		9.217	–	–	9.211	6	9.217	–	9.217
Total			**407.316**	**410.684**	**724.735**	**1.638.595**	**(95.860)**	**1.542.735**	**1.435.531**	**107.204**

(Dez/2020)

	Taxa contratada %	Percentual classificado por categoria	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**1,90%**	**23.718**	**–**	**–**	**23.718**	**–**	**23.718**	**–**	**23.718**
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		–	23.718	–	–	23.718	–	23.718	–	23.718
Ativos financeiros disponíveis para venda		**98,10%**	**179.042**	**129.447**	**916.288**	**1.226.413**	**(1.636)**	**1.224.777**	**1.073.120**	**151.657**
Títulos públicos federais - LFT/NTN-B e NTN-F	100% Selic (LFT) 1,6% a.a. até 2,45% a.a. + IPCA (NTN-B) 5,03% a.a até 5,32% a.a (LTN) 6,16% a.a até 6,67% a. (NTN-F)		63.139	101.247	908.734	1.074.568	(1.448)	1.073.120	1.073.120	–
Títulos privados - letras financeiras - LFP	100% até 110% CDI (LF) 5,06% a.a até 9,10% a.a (LF)		9.709	8.767	2.564	20.974	66	21.040	–	21.040
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	100% CDI (CDB)		97.301	–	–	97.323	(22)	97.301	–	97.301
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - DPGE	125% CDI (DPGE)		–	10.518	–	10.518	–	10.518	–	10.518
Títulos privados - debênture - DEB	100% até 116% CDI (DEB)		8.893	8.915	4.990	23.030	(232)	22.798	–	22.798
Total			**202.760**	**129.447**	**916.288**	**1.250.131**	**(1.636)**	**1.248.495**	**1.073.120**	**175.375**

c) Movimentação das aplicações

	Saldo em Dez/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Bloqueio Judicial	Ajustes TVM	Saldo em Dez/2021
Valor justo por meio do resultado	**23.718**	**306.100**	**(263.332)**	**5.758**	**(17)**	**(1.113)**	**71.114**
Quotas de fundos de investimentos abertos	23.718	306.100	(263.332)	5.758	(17)	(1.113)	71.114
Disponíveis para venda	**1.224.777**	**1.116.713**	**(852.774)**	**76.016**	**–**	**(93.111)**	**1.471.621**
Títulos privados - CDB, Letras Financeiras e DPGE	128.859	36.005	(139.973)	2.196	–	(214)	26.873
Títulos privados - Debêntures e Ações	22.798	–	(14.482)	664	–	237	9.217
Títulos públicos federais - LFT/ LTN/ NTN-B e NTN-F	1.073.120	1.080.708	(698.319)	73.156	–	(93.134)	1.435.531
Total	**1.248.495**	**1.422.813**	**(1.116.106)**	**81.774**	**(17)**	**(94.224)**	**1.542.735**

d) Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em 2021, o retorno da carteira de investimentos atingiu (0,80%), representando uma performance de -18,10% do CDI (4,42%). Em comparação a 2020, houve um retorno de 4,52% e uma performance de 163,87% do CDI (2,76%). O desempenho negativo deve-se majoritariamente a alta substancial que ocorreram nas taxas futuras de juros, refletindo o novo cenário macroeconômico do país. Essa alta impactou o nosso resultado a mercado não realizado em aproximadamente em R$ (94.224), fazendo com que o nosso retorno ficasse negativo em 2021.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Prêmios a receber de segurados

	Dez/2021				Dez/2020			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcelamento	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcelamento
Automóvel	335.464	(237)	335.227	5	305.178	(203)	304.975	5
Patrimonial	277.026	(540)	276.486	3	293.656	(33)	293.623	3
Transportes	366.579	(4.249)	362.330	1	359.176	(1.413)	357.763	2
Pessoas	134.383	(1.546)	132.837	5	144.022	(88)	143.934	2
Rural	37.357	(205)	37.152	3	26.726	(12)	26.714	3
Responsabilidades	19.010	(10)	19.000	3	24.863	(14)	24.849	3
Riscos financeiros	22.690	(214)	22.476	1	25.709	(799)	24.910	1
Demais ramos	1.636	–	1.636	1	704	–	704	1
Total	**1.194.145**	**(7.001)**	**1.187.144**		**1.180.034**	**(2.562)**	**1.177.472**	

b) Aging de prêmios a receber

Aging de prêmios a receber	Dez/2021	Dez/2020
Prêmios a vencer	**1.094.805**	**1.084.799**
De 1 a 30 dias	470.442	457.794
De 31 a 60 dias	183.908	172.408
De 61 a 120 dias	212.415	190.587
De 121 a 180 dias	116.910	104.434
De 181 a 365 dias	106.248	143.197
Superior a 365 dias	4.882	16.379
Prêmios vencidos	**99.340**	**95.235**
De 1 a 30 dias	31.902	14.505
De 31 a 60 dias	3.373	1.583
De 61 a 120 dias	2.084	4.693
De 121 a 180 dias	1.588	1.628
De 181 a 365 dias	965	11.341
Superior a 365 dias (*)	59.428	61.485
Total do circulante e não circulante	**1.194.145**	**1.180.034**
Provisão para redução ao valor recuperável*	**(7.001)**	**(2.562)**
Total do circulante e não circulante	**1.187.144**	**1.177.472**

(*) Durante o último trimestre do ano de 2021, a seguradora iniciou diversas discussões internas relativas a este elevado saldo de prêmios vencidos há mais de 365 dias do produto viagem, bem como a sua relação comercial com o estipulante deste produto, que está em run-off. A Sompo Seguros estima que todo o processo junto a representante, bem como a baixa de todos os valores deverá ocorrer ainda no exercício de 2022. A realização desta baixa, se necessária, não deverá causar impactos significativos no resultado, uma vez que, a seguradora tem passivos registrados em montantes superiores ao registrado no ativo.

c) Movimentação de prêmios a receber

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**1.177.472**
Prêmios emitidos	3.830.143
Prêmios cancelados	(486.621)
Restituições	(31.462)
Recebimentos	(3.306.827)
Adicional de fracionamento	(781)
IOF	2.914
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	5.255
Variação cambial	1.490
Redução ao valor recuperável	(4.439)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**1.187.144**

7. ATIVOS DE RESSEGUROS E OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

2021

	Prêmio de Resseguro diferido - PPNG	Prêmio de Resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNER	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Outros Créditos	Total
Automóvel	**44.846**	**2.871**	**37.786**	**12.671**	**1.130**	**7.180**	**4.529**	**4.682**	**(1.536)**	**9.292**	**123.451**
Demais ramos elementares	**359.210**	**33.516**	**442.394**	**141.213**	**9.969**	**31.760**	**97.766**	**14.637**	**(4.452)**	**(2.241)**	**1.123.772**
Patrimonial	169.419	29.790	330.765	40.463	5.806	12.776	82.525	11.794	(2.136)	270	681.472
Transportes	125.653	2.553	40.125	36.191	1.716	10.711	3.486	147	(1.981)	(970)	217.631
Rural	19.895	221	15.400	50.840	795	5.788	6.506	393	(115)	–	99.723
Responsabilidades	4.296	207	35.282	1.777	966	2.079	5.249	802	(53)	643	51.248
Outros	39.947	745	20.822	11.942	686	406	–	1.501	(167)	(2.184)	73.698
Pessoas	**6.921**	**–**	**4.492**	**6.306**	**33**	**3.107**	**1.225**	**196**	**(237)**	**–**	**22.043**
Pessoas coletivo	6.100	–	1.056	3.063	19	2.183	913	96	(185)	–	13.245
Pessoas individual	821	–	3.436	3.243	14	924	312	100	(52)	–	8.798
Total em 31 de dezembro de 2021	**410.977**	**36.387**	**484.672**	**160.190**	**11.132**	**42.047**	**103.520**	**19.515**	**(6.225)**	**7.051**	**1.269.266**

2020

	Prêmio de Resseguro diferido - PPNG	Prêmio de Resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNER	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Outros Créditos	Total
Automóvel	**122.416**	**2.138**	**20.264**	**21.919**	**542**	**2.236**	**1.134**	**95**	**(1.057)**	**–**	**169.687**
Demais ramos elementares	**360.122**	**36.681**	**384.300**	**275.366**	**5.585**	**21.801**	**64.758**	**1.436**	**(3.201)**	**–**	**1.146.848**
Patrimonial	168.440	33.099	304.009	201.125	3.972	9.414	60.170	457	(52)	–	780.634
Transportes	126.511	1.473	54.922	55.789	527	8.283	553	553	(2.624)	–	245.987
Rural	14.883	197	5.361	12.638	198	1.586	–	83	(140)	–	34.806
Responsabilidades	6.141	647	7.846	3.123	575	1.250	4.035	58	(206)	–	23.469
Outros	44.147	1.265	12.162	2.691	313	1.268	–	285	(179)	–	61.952
Pessoas	**4.871**	**–**	**3.096**	**7.806**	**6**	**3.235**	**312**	**10**	**(404)**	**–**	**18.932**
Pessoas coletivo	4.351	–	1.160	3.252	3	2.320	–	9	(96)	–	10.999
Pessoas individual	520	–	1.936	4.554	3	915	312	1	(308)	–	7.933
Total em 31 de dezembro de 2020	**487.409**	**38.819**	**407.660**	**305.091**	**6.133**	**27.272**	**66.204**	**1.541**	**(4.662)**	**–**	**1.335.467**

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dez/2021	Dez/2020
Ressarcimentos a receber (Nota 8.a)	13.931	16.952
Ressarcimentos a receber estimados (Nota 8.b)	3.969	2.371
Dividendos e juros sobre o capital	–	7.063
Outros Créditos	2.714	2.057
Total	**20.614**	**28.443**

a) Aging de ressarcimentos a receber

	Dez/2021			Dez/2020		
Aging de ressarcimento	Valor bruto	Redução ao valor recuperável (*)	Valor líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	13.784	–	13.784	14.525	–	14.525
De 31 a 60 dias	147	–	147	591	–	591
De 61 a 180 dias	414	(414)	–	1.836	–	1.836
De 181 a 365 dias	1.990	(1.990)	–	1.092	(1.092)	–
Superior a 365 dias	–	–	–	4.583	(4.583)	–
Total	**16.335**	**(2.404)**	**13.931**	**22.627**	**(5.675)**	**16.952**

(*) A PCLD é calculada apenas para os casos que estão vencidos há mais de 180 dias.

b) Ressarcimentos a receber estimados: O quadro a seguir refere-se à expectativa para realização dos ressarcimentos a receber estimados.

Prazo	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Janeiro/2022	402	–	–	–	–
Fevereiro/2022	317	–	–	–	–
Março/2022	186	–	–	–	–
Abril/2022	156	–	–	–	–
Maio/2022	101	–	–	–	–
Junho/2022	110	–	–	–	–
Julho/2022	155	–	–	–	–
Agosto/2022	141	–	–	–	–
Setembro/2022	267	–	–	–	–
Outubro/2022	109	–	–	–	–
Novembro/2022	170	–	–	–	–
Dezembro/2022	37	–	–	–	–
Primeiro semestre	1.272	437	397	190	19
Segundo semestre	879	419	239	106	9
Estimativa total por exercício	**2.152**	**856**	**636**	**297**	**28**
Estimativa total de Ressarcimento	**3.969**				

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço com base em estudo técnico preparado pela Administração. Nos termos dispostos pelo artigo 118 da Circular SUSEP nº 648 de 2021, os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados devem ser desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. Em observância as normas do Órgão Regulador, a Seguradora constituiu "Impairment" no curso do ano-calendário de 2021 no valor total de R$478.573 (R$291.692 em 06/2021). É importante ressaltar que excetuando-se os créditos tributários sobre Purchase price allocation (PPA) e os ativos diferidos de PIS e COFINS sobre as provisões técnicas não há outros créditos tributários constituídos na companhia. A despeito de não haver crédito tributário constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas em atendimento ao normativo da SUSEP, a Legislação Fiscal não estabelece um prazo limite para a compensação. Assim sendo a companhia poderá compensar os seus créditos tributários com lucros tributáveis futuros.

	Dez/2021	Dez/2020
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 9.a)	103.312	66.026
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(99.698)	–
Créditos tributários de diferenças temporárias PPA	12.428	–
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA - PPA	(12.428)	–
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 9.b)	328.108	136.833
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(328.108)	–
Créditos de PIS e COFINS	38.543	30.939
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.242	2.089
IRPJ/CSLL MTM	38.114	694
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(38.114)	–
IRPJ/CSLL Arrendamento Mercantil	225	–
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(225)	–
Crédito de Previdência Social - INSS	2.638	2.864
Crédito de Imposto sobre Serviços - ISS	96	1.210
Crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICMS	6.281	5.673
Outros	1.240	1.290
Subtotal	**53.654**	**247.618**
(–) Tributos diferidos passivo	(2.670)	(35.257)
Total do circulante e não circulante	**50.984**	**212.361**

	Saldo em Dez/2020	Adição	Baixas	Saldo em Dez/2021
Créditos tributários de diferenças temporárias	66.026	44.747	(7.461)	103.312
Créditos tributários de diferenças temporárias - PPA	–	12.428	–	12.428
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	136.833	191.275	–	328.108
Créditos de PIS e COFINS	30.939	9.915	(2.311)	38.543
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.089	441	(1.288)	1.242
IRPJ/CSLL MTM	694	39.831	(2.411)	38.114
IRPJ/CSLL Arrendamento Mercantil	–	225	–	225
Crédito de Previdência Social - INSS	2.864	54	(280)	2.638
Crédito de Imposto sobre Serviços - ISS	1.210	–	(1.114)	96
Crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICMS	5.673	608	–	6.281
Outros	1.290	32	(82)	1.240
(–) Tributos Diferidos	(35.257)	–	32.587	(2.670)
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	–	–	(478.573)	(478.573)
Total	**212.361**	**299.556**	**(460.933)**	**50.984**

a) Créditos tributários de diferenças temporárias

Dez/2021

	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	180.469	45.117	27.070	72.187
Provisões cíveis	3.334	834	500	1.334
Provisão para riscos sobre créditos	13.293	3.323	1.994	5.317
Provisão para valor recuperável de salvados	4.471	1.118	671	1.789
Provisões trabalhistas	5.396	1.349	809	2.158
Provisão para participação nos lucros	37.000	9.250	5.550	14.800
Outras provisões	9.972	2.493	1.496	3.989
Provisão PrevSompo complemento	1.986	497	298	795
Purchase price allocation (PPA)	2.357	589	354	943
Total do circulante e não circulante	**258.278**	**64.570**	**38.742**	**103.312**
(–) Tributos Diferidos	(6.676)	(1.670)	(1.000)	(2.670)
(–) Impairment IRPJ/CSLL Ativos fiscais diferidos	(249.245)	(62.312)	(37.387)	(99.699)
Total do circulante e não circulante	**2.357**	**588**	**355**	**943**

Dez/2020

	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	115.410	28.853	17.312	46.165
Provisões cíveis	4.956	1.239	743	1.982
Provisão para riscos sobre créditos	12.928	3.232	1.939	5.171
Provisão para valor recuperável de salvados	2.541	635	381	1.016
Provisões trabalhistas	5.545	1.386	832	2.218
Provisão para participação nos lucros	5.077	1.269	762	2.031
Outras provisões	4.280	1.070	642	1.712
Provisão PrevSompo complemento	10.995	2.749	1.649	4.398
Purchase price allocation (PPA)	3.333	833	500	1.333
Total do circulante e não circulante	**165.065**	**41.266**	**24.760**	**66.026**
(–) Tributos diferidos	(88.142)	(22.036)	(13.221)	(35.257)
Total do circulante e não circulante	**76.923**	**19.230**	**11.539**	**30.769**

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL	
Ano da constituição do crédito	Base de cálculo	Crédito tributário de prejuízos fiscais	Base de cálculo	Crédito tributário sobre base negativa CSLL
2009	30.832	7.708	22.832	3.425
2014	7.379	1.845	7.379	1.107
2019	21.054	5.264	23.869	3.580
2020	283.331	70.833	283.420	42.513
2021	479.565	119.890	479.619	71.943
Subtotal	**822.161**	**205.540**	**817.119**	**122.568**
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	–	(205.540)	–	(122.568)

c) Créditos tributários de prejuízos fiscais realização por ano: Saldos a compensar em 31/12/2021, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
2022	–	–
2023	2%	2%
2024	5%	5%
2025	8%	8%
2026	6%	6%
2027	13%	13%
2028	15%	15%
2029	18%	18%
2030	20%	20%
2031	13%	12%

10. BENS À VENDA

a) Abertura

	Dez/2021	Dez/2020
Investimento mantido para venda (*)	215.867	–
Salvados mantido para venda	51.382	21.010
Total	**267.249**	**21.010**

(*) Investimento na controlada Sompo Saúde S.A. mantido para venda conforme acordo firmado com a empresa Sul América vide nota 3.e

b) Composição do estoque de salvados

	Dez/2021			Dez/2020		
	Salvados a venda	Redução de valor recuperável	Salvados a venda líquido	Salvados a venda	Redução de valor recuperável	Salvados a venda líquido
Automóvel	43.094	(3.417)	39.677	16.168	(1.693)	14.475
Responsabilidade civil facultativa	8.232	(699)	7.533	3.348	(358)	2.990
Demais ramos	4.526	(354)	4.172	4.035	(490)	3.545
Total	**55.852**	**(4.470)**	**51.382**	**23.551**	**(2.541)**	**21.010**

c) Aging de salvados

	Dez/2021			Dez/2020		
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	21.762	(3.047)	18.715	9.788	(1.077)	8.711
De 31 a 60 dias	10.989	(110)	10.879	3.606	(36)	3.570
De 61 a 180 dias	15.065	(301)	14.764	3.067	(6)	3.061
De 181 a 365 dias	3.971	(200)	3.771	2.717	(190)	2.527
Superior a 365 dias	4.065	(812)	3.253	4.373	(1.232)	3.141
Total	**55.852**	**(4.470)**	**51.382**	**23.551**	**(2.541)**	**21.010**

d) Movimentação de salvados

Dez/2021

	Auto	R.C. Facultativo	Demais ramos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**14.475**	**2.990**	**3.545**	**21.010**
(+) Entradas	171.197	35.735	26.873	233.805
(–) Vendas	(134.256)	(27.504)	(33.866)	(195.626)
(–) Alteração de estimativa e baixa	(8.322)	(2.989)	7.974	(3.337)
Subtotal	**43.094**	**8.232**	**4.526**	**55.852**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(3.417)	(699)	(354)	(4.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**39.677**	**7.533**	**4.172**	**51.382**

e) Outros valores e bens: i) *Composição*

	Dez/2021	Dez/2020
Salvados estimados não disponíveis para venda	16.166	3.212
Almoxarifado - estoque de materiais de uso	561	929
Total	**16.727**	**4.141**

ii) *Movimentação de salvados estimados*	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Saldo final
Automóvel	2.743	(85.131)	89.629	7.241
Transportes	265	(41.800)	45.596	4.061
Demais ramos	204	(51.113)	55.773	4.864
Total	**3.212**	**(178.044)**	**190.998**	**16.166**

f) Realização de salvados estimados

Prazo	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Janeiro/2022	1.638	–	–	–	–
Fevereiro/2022	1.291	–	–	–	–
Março/2022	757	–	–	–	–
Abril/2022	637	–	–	–	–
Maio/2022	413	–	–	–	–
Junho/2022	447	–	–	–	–
Julho/2022	631	–	–	–	–
Agosto/2022	574	–	–	–	–
Setembro/2022	1.088	–	–	–	–
Outubro/2022	445	–	–	–	–
Novembro/2022	692	–	–	–	–
Dezembro/2022	152	–	–	–	–
Estimativa total por exercício	**8.765**	**3.486**	**2.592**	**1.209**	**114**
Estimativa total de salvados	**16.166**				

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	Dez/2021	Dez/2020
Licenças de uso	7.639	9.498
Taxas e acordos operacionais	1.640	661
Seguros	197	203
Outros	13	13
Total	**9.489**	**10.375**

continua

continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Compreendem as comissões relativas à aquisição de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. a) Composição aberta por ramo dos custos de aquisição diferidos

	Dez/2021				Dez/2020			
	Comissão sobre prêmios	Comissão sobre prêmios RVNE	Outros custos de aquisição	Total	Comissão sobre prêmios	Comissão sobre prêmios RVNE	Outros custos de aquisição	Total
Automóvel	100.041	1.805	3.259	105.105	92.597	1.470	2.424	96.491
Patrimonial	78.991	4.029	1.491	84.511	85.441	4.414	1.254	91.109
Pessoas	176.762	9.987	20.346	207.095	124.865	9.355	14.656	148.876
Transportes	27.229	1.555	205	28.989	36.233	1.088	182	37.503
Responsabilidades	7.808	288	18	8.114	8.434	529	14	8.977
Demais ramos	57.114	1.432	172	58.718	48.800	1.145	117	50.062
Total	**447.945**	**19.096**	**25.491**	**492.532**	**396.370**	**18.001**	**18.647**	**433.018**

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	Dez/2021				Dez/2020			
	Comissão sobre prêmios	Comissão sobre prêmios RVNE	Outros custos de aquisição	Total	Comissão sobre prêmios	Comissão sobre prêmios RVNE	Outros custos de aquisição	Total
Saldo Inicial	**396.370**	**18.001**	**18.647**	**433.018**	**345.523**	**18.301**	**10.355**	**374.179**
Constituições /Reversões	51.575	1.095	6.844	59.514	50.847	(300)	8.292	58.839
Saldo Final	**447.945**	**19.096**	**25.491**	**492.532**	**396.370**	**18.001**	**18.647**	**433.018**

c) Composição aberta por circulante e não circulante

	Dez/2021	Dez/2020
Saldos		
Circulante	331.840	319.071
Não circulante	160.692	113.947
Total circulante e não circulante	**492.532**	**433.018**

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 667 dias.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dez/2021	Dez/2020
Fiscal (*)	140.620	161.140
Sinistros	4.559	6.265
Cíveis	3.916	2.706
Trabalhista	1.876	3.349
Total	**150.971**	**173.460**

(*) Em 2021 a Cia. efetuou o lançamento de uma Conta Redutora de Ativo de R$ 23.582, que resultou na redução dos depósitos judiciais em R$ 20.520, em decorrência da mudança na perspectiva para perda provável em relação ao levantamento dos depósitos judiciais efetuados no Mandado de Segurança nº 0021749-38.2010.4.03.6100, onde se discutia a COFINS incluída na Anistia da Lei nº 11.941/2009

14. OUTROS VALORES E BENS

Ativo de direto de uso: Referem-se aos imóveis e veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia.

	Saldo inicial em 1 de janeiro de 2021*	Movimentações: Novos contratos/ Reavaliações	Baixa/Cancelamento de contratos	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxas de Depreciação (%)
Direito de Uso - Veículos (*)	1.952	391	(30)	(1.182)	1.131	8% a 33%
Direito de Uso - Imóveis	14.206	2.793	(624)	(2.573)	13.802	33,33%
	16.158	**3.184**	**(654)**	**(3.755)**	**14.933**	

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1 de janeiro de 2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma.

15. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre as controladas

	12/2021		12/2020	
Informações sobre a controlada	Services	Saúde	Services	Saúde
Total de ativos	1.273	–	2.180	440.727
Total de passivos	324	–	383	326.814
Patrimônio líquido	949	–	1.797	187.462
Capital Social	807	–	4	96.281
Resultado do exercício	(142)	–	151	18.905
Informações sobre o investimento				
Porcentágem de participação	100%	100%	100%	100 %
Quantidade de ações / quotas possuídas	40.000	4.470.024	40.000	3.495.459

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo de investimento em controladas (*)	949	189.260
Ágio (PPA) (**)	2.638	3.003
Ganho não realizado na venda de imóveis	(2.670)	(2.670)
Outros investimentos	452	502
Total de Investimentos	**1.369**	**190.095**

(*) Controlada Sompo Saúde reclassificada para Bens a venda conforme nota 3e e 10.a

(**) Trata-se de deságio ocorrido na compra da empresa Sompo Saúde.

b) Imóveis destinados à renda (*)

	Saldo em Dez/2020	Transferência	Depreciação	Saldo em Dez/2021
Edificações	1.082	59	(26)	1.115
Terrenos	31	24	–	55
Total	**1.113**	**83**	**(26)**	**1.170**

(*) Tratam-se de imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação. Tais ativos foram reclassificados, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada e perdas por *impairment*, quando aplicável.

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	Saldo Dez/2020	Aquisições	Depreciação	Transferências	Baixas	Saldo Dez/2021	Taxas de Depreciação (%)
Imóveis de uso próprio/ terrenos	**52.201**	**–**	**(3.067)**	**5.333**	**(800)**	**53.667**	2,5% a 6,7%
Outras Imobilizações	**32.775**	**143**	**(1.550)**	**(8.749)**	**(88)**	**22.531**	
Imobilizações em curso	29.263	132	–	(13.894)	(38)	15.463	
Benfeitoria Imóveis de Terceiros	2.035	–	(1.360)	3.925	(15)	4.585	11% a 50%
Instalação	1.477	11	(190)	1.220	(35)	2.483	10%
Bens Móveis	**15.011**	**776**	**(3.058)**	**73**	**(972)**	**11.830**	
Moveis, máquinas e utensílios	6.696	60	(935)	17	(302)	5.536	10%
Equipamentos	5.237	528	(1.596)	(77)	(159)	3.933	10% a 20%
Refrigeração	2.096	–	(283)	–	(47)	1.766	10%
Sistemas aplicativos (*)	583	–	(141)	46	(443)	45	20%
Veículos	34	–	(29)	–	–	5	20%
Telecomunicações	365	188	(74)	87	(21)	545	10%
Total	**99.987**	**919**	**(7.675)**	**(3.343)**	**(1.860)**	**88.028**	

(*) Referem-se a hardwares.

b) Intangíveis

	Saldo Dez/2020	Aquisições	Amortização	Transferências (ii)	Impairment	Write-offs	Saldo Dez/2021	Taxas de Amortização (%)
Sistemas de computação	173.313	–	(57.400)	83.547	(3.743)	(11.683)	184.034	8% a 33%
Ágio	124.010	–	–	–	(124.010)	–	–	
Outros intangíveis (i)	105.001	13.646	(2.410)	(83.547)	(301)	(22.931)	9.458	
Canal varejo	2.002	11.998	(1.515)	–	–	–	12.485	33,33%
Total	**404.326**	**25.644**	**(61.325)**	**–**	**(128.054)**	**(34.614)**	**205.977**	

(i) Referem-se a projetos em curso e *Price purchase allocation* (PPA).

(ii) Referem-se à capitalização de projetos em curso - *Software*.

(iii) Referem-se a revisões realizadas pela Seguradora ao longo de 2021, descontinuando novos sistemas e projetos,que não trariam mais benefícios futuros considerando a nova política adota a partir do segundo semestre

17. ENCARGOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dez/2021	Dez/2020
Férias	15.467	17.052
Encargos sociais	5.406	5.974
Encargos trabalhistas	**20.873**	**23.026**
Dividendos e JCP a pagar	68	68
Fornecedores	28.898	11.875
Provisões a pagar	3.351	6.197
Honorários, remunerações e gratificações	13.040	4
Participação nos lucros corretores	24.000	5.077
Honorários advocatícios	375	369
Obrigações a pagar	**69.732**	**23.590**

18. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dez/2021	Dez/2020
Impostos sobre operações financeiras - IOF	54.581	55.581
Imposto de renda e CSLL a pagar	–	804
Contribuições previdenciárias	4.318	4.606
PIS e COFINS	3.125	4.638
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.938	4.440
Outros impostos retidos	3.140	3.582
Total do circulante e não circulante	**69.102**	**73.651**

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Dez/2021	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.810.650	447.364	1.363.286
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	820.707	452.337	368.370
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	200.597	32.335	168.262
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	131.617	42.047	89.570
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	90.887	28.178	62.709
Provisão de despesas relacionadas - judicial	13.307	2.469	10.838
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - administrativo	164.619	94.803	69.816
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - judicial	44.486	8.717	35.769
Provisão de Excedente Técnico	1.473	–	1.473
Outras provisões	13	–	13
Total do circulante e não circulante	**3.278.356**	**1.108.250**	**2.170.106**

Dez/2020	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.692.145	526.228	1.165.917
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	735.925	396.542	339.383
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	110.493	11.118	99.375
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	101.390	27.272	74.118
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	33.040	6.977	26.063
Provisão de despesas relacionadas - judicial	6.474	697	5.777
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - administrativo	110.523	63.147	47.376
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - judicial	28.000	3.057	24.943
Provisão de Excedente Técnico	10.090	–	10.090
Outras provisões	41	–	41
Total do circulante e não circulante	**2.828.121**	**1.035.038**	**1.793.083**

a) Movimentação da provisão de sinistros e despesas em discussão judicial

	Dez/2021		Dez/2020	
	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа
Saldo do início do exercício	**116.967**	**11.815**	**121.656**	**10.451**
Total pago no exercício	(85.665)	(16.375)	(51.282)	(7.900)
Novas constituições no exercício	23.783	1.741	11.037	710
Baixa da provisão por êxito	(2.935)	(79)	(5.987)	(303)
Baixa da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade (*)	114.686	28.461	41.162	8.248
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	47.068	9.241	381	609
Saldo final do exercício	**213.904**	**34.804**	**116.967**	**11.815**

(*) O impacto entre os valores da PSL-J de 2021, se comparado à 2020, se refere, basicamente, a revisão dos pareceres jurídicos no que tange a classificação de risco.

b) Composição dos sinistros judiciais e despesas em discussão judicial por classificação de risco

	Dez/2021		Dez/2020	
	Quantidade	Provisão	Quantidade	Provisão
Provável	596	91.980	512	41.520
Possível	2.884	110.104	2.327	60.889
Remota	1.366	11.820	1.168	14.558
Total	**4.846**	**213.904**	**4.007**	**116.967**

c) Movimentação das provisões técnicas

	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.692.145**	**526.228**	**1.165.917**
(+) Constituição	210.959	241.509	(30.550)
(–) Reversão	(92.454)	(320.373)	227.919
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.810.650**	**447.364**	**1.363.286**
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**846.418**	**407.660**	**438.758**
Sinistros avisados no exercício	1.963.259	715.141	1.248.118
Correção monetária variação	106.980	29.318	77.662
(–) Sinistros pagos	(1.903.183)	(667.447)	(1.235.736)
(–) Salvados estimados	7.830	–	7.830
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.021.304**	**484.672**	**536.632**
Provisão de Excedente Técnico			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**10.090**	**–**	**10.090**
(+) Constituição	2.667	–	2.667
(–) Reversão	(11.284)	–	(11.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.473**	**–**	**1.473**
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**101.390**	**27.272**	**74.118**
(+) Constituição	30.227	15.231	14.996
(–) Reversão	–	(456)	456
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**131.617**	**42.047**	**89.570**
Provisão de despesas relacionadas			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**39.514**	**7.674**	**31.840**
(+) Constituição	64.680	23.558	41.122
(–) Reversão	–	(585)	585
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**104.194**	**30.647**	**73.547**
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**138.523**	**66.204**	**72.319**
(+) Constituição	71.772	47.442	24.330
(–) Reversão	(1.190)	(10.126)	8.936
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**209.105**	**103.520**	**105.585**
Outras provisões			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**41**	**–**	**41**
(+) Constituição	2	–	2
(–) Reversão	(30)	–	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**13**	**–**	**13**

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo verificar a suficiência da PSL e fazer o acompanhamento do tempo de liquidação dos sinistros, avaliando a evolução destas liquidações. Além disso, é feita a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Valores Bruto de Resseguro - Administrativo

Ano de ocorrência:	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	863.358	941.619	1.279.935	1.109.312	1.235.346	1.399.595	2.094.257	1.529.905	2.859.365	1.841.100	–
Após um ano	843.693	925.899	1.222.773	1.148.740	1.243.156	1.476.598	1.525.476	2.082.030	2.820.027	–	–
Após dois anos	837.408	927.236	1.214.485	1.131.954	1.250.817	1.453.278	1.660.470	2.095.806	–	–	–
Após três anos	839.478	923.064	1.215.324	1.140.405	1.243.558	1.468.268	1.680.100	–	–	–	–
Após quadro anos	838.403	923.512	1.216.902	1.133.748	1.249.673	1.470.215	–	–	–	–	–
Após cinco anos	838.997	923.750	1.217.459	1.137.621	1.249.890	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	840.038	926.353	1.218.523	1.136.013	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	839.188	928.889	1.219.102	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	839.615	928.691	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	838.741	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**838.741**	**928.691**	**1.219.102**	**1.136.013**	**1.249.890**	**1.470.215**	**1.680.100**	**2.095.806**	**2.820.027**	**1.841.100**	**15.279.685**
Pagamentos de sinistros											–
No próprio ano	(591.648)	(597.970)	(844.934)	(796.196)	(837.718)	(955.173)	(820.123)	(1.052.324)	(2.239.563)	(1.144.023)	–
Após um ano	(817.606)	(895.697)	(1.178.724)	(1.097.422)	(1.209.855)	(1.401.604)	(1.441.774)	(1.823.707)	(2.657.309)	–	–
Após dois anos	(831.721)	(918.371)	(1.208.794)	(1.120.278)	(1.237.179)	(1.447.233)	(1.643.139)	(1.931.552)	–	–	–
Após três anos	(835.418)	(922.254)	(1.214.136)	(1.123.407)	(1.242.657)	(1.459.524)	(1.657.002)	–	–	–	–
Após quadro anos	(837.041)	(923.268)	(1.215.897)	(1.128.503)	(1.245.693)	(1.462.346)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(837.735)	(923.199)	(1.217.072)	(1.130.791)	(1.245.642)		–	–	–	–	–
Após seis anos	(837.973)	(923.945)	(1.217.710)	(1.132.204)			–	–	–	–	–
Após sete anos	(838.122)	(928.544)	(1.218.225)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(838.551)	(928.366)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(838.639)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**(838.639)**	**(928.366)**	**(1.218.225)**	**(1.132.204)**	**(1.245.642)**	**(1.462.346)**	**(1.657.002)**	**(1.931.552)**	**(2.657.309)**	**(1.144.023)**	**(14.215.308)**
Variação entre estimativa inicial e final	**24.617**	**12.928**	**60.833**	**(26.701)**	**(14.544)**	**(70.620)**	**414.157**	**(565.901)**	**39.338**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**3%**	**1%**	**5%**	**(2)%**	**(1)%**	**(5)%**	**25%**	**(29)%**	**1%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	102	325	877	3.809	4.248	7.869	23.098	164.254	162.718	697.077	1.064.377
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											1.209.303
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2012	Total diferença
				(144.926)	(24.565)	2.646	0	164.619	1.473	753	–

Valores em milhares

Valores Bruto de Resseguro - Judicial

Ano de ocorrência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Incorrido mais IBNR									–	–	–
No final do ano de ocorrência	4.673	2.771	3.070	3.855	1.865	4.288	3.566	2.196	2.027	2.786	–
Após um ano	23.290	13.198	16.777	15.879	10.314	25.564	9.674	12.556	16.199	–	–
Após dois anos	28.395	23.041	27.916	19.440	24.634	23.319	18.889	31.710	–	–	–
Após três anos	34.484	26.633	27.505	38.072	19.615	38.648	39.215	–	–	–	–
Após quatro anos	37.879	28.532	46.102	27.752	28.585	64.930	–	–	–	–	–
Após cinco anos	33.675	38.046	33.924	36.107	42.323	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	49.555	33.425	56.553	51.127	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	38.446	45.141	82.246	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	42.822	55.063	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	61.038	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**61.038**	**55.063**	**82.246**	**51.127**	**42.323**	**64.930**	**39.215**	**31.710**	**16.199**	**2.786**	**446.637**
Pagamentos de sinistros											–
No próprio ano	(194)	(567)	(743)	(511)	(307)	(524)	(626)	(661)	(757)	(115)	–
Após um ano	(2.095)	(2.395)	(2.647)	(3.920)	(1.956)	(3.396)	(2.816)	(6.970)	(3.297)	–	–
Após dois anos	(4.356)	(5.904)	(5.944)	(7.838)	(4.731)	(8.710)	(8.550)	(13.663)	–	–	–
Após três anos	(8.078)	(8.353)	(9.470)	(11.780)	(8.494)	(23.244)	(18.993)	–	–	–	–
Após quatro anos	(11.617)	(13.642)	(13.217)	(17.984)	(19.209)	(33.933)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(14.692)	(15.436)	(19.657)	(25.732)	(23.445)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(21.604)	(24.209)	(45.209)	(38.394)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(28.190)	(35.899)	(50.502)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(32.605)	(41.791)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(42.025)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**(42.025)**	**(41.791)**	**(50.502)**	**–**	**(23.445)**	**(33.933)**	**(18.993)**	**(13.663)**	**(3.297)**	**(115)**	**(266.158)**
Variação entre estimativa inicial e final	**(56.365)**	**(52.292)**	**(79.176)**	**(47.272)**	**(40.458)**	**(60.642)**	**(35.649)**	**(29.514)**	**(14.172)**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**(134)%**	**(125)%**	**(157)%**	**(123)%**	**(173)%**	**(179)%**	**(188)%**	**(216)%**	**(430)%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	19.013	13.272	31.744	12.733	18.878	30.997	20.222	18.047	12.902	2.671	180.479
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											258.390
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2012	Total diferença
				(77.911)	–	–	–	44.486	–	33.425	–

Valores em milhares

Valores Líquido de Resseguro - Administrativo

Ano de ocorrência:	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Incorrido mais IBNR											–
No final do ano de ocorrência	803.885	880.307	1.176.590	1.037.736	1.080.886	1.163.414	1.187.166	1.023.614	1.777.465	1.325.786	–
Após um ano	790.313	863.333	1.147.737	1.032.693	1.101.070	1.200.402	1.015.020	1.337.786	1.744.443	–	–
Após dois anos	782.262	866.759	1.142.137	1.033.055	1.107.899	1.194.345	1.071.575	1.337.228	–	–	–
Após três anos	783.904	865.537	1.143.402	1.034.858	1.103.453	1.204.985	1.077.851	–	–	–	–
Após quatro anos	783.606	866.055	1.144.969	1.033.919	1.104.179	1.206.931	–	–	–	–	–
Após cinco anos	784.051	866.509	1.145.568	1.029.202	1.104.325	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	784.385	867.336	1.145.836	1.029.504	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	784.426	868.205	1.146.407	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	784.864	867.936	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	784.870	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**784.870**	**867.936**	**1.146.407**	**1.029.504**	**1.104.325**	**1.206.931**	**1.077.851**	**1.337.228**	**1.744.443**	**1.325.786**	**11.625.281**

continua

continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valores em milhares
Valores Líquido de Resseguro - Administrativo

Ano de ocorrência:	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(571.000)	(578.238)	(828.795)	(756.572)	(802.347)	(844.561)	(721.580)	(775.893)	(1.396.574)	(912.854)	
Após um ano	(767.439)	(843.755)	(1.123.542)	(1.016.443)	(1.084.828)	(1.168.657)	(994.163)	(1.285.037)	(1.665.351)	–	–
Após dois anos	(778.426)	(861.588)	(1.139.214)	(1.028.632)	(1.097.799)	(1.189.939)	(1.062.410)	(1.306.528)	–	–	–
Após três anos	(781.701)	(864.909)	(1.142.274)	(1.031.235)	(1.102.578)	(1.199.102)	(1.067.743)	–	–	–	–
Após quatro anos	(783.239)	(865.812)	(1.143.979)	(1.033.344)	(1.102.047)	(1.201.635)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(783.864)	(865.979)	(1.145.181)	(1.028.275)	(1.101.951)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(784.105)	(866.728)	(1.145.024)	(1.028.799)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(784.256)	(868.086)	(1.145.529)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(784.685)	(867.880)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(784.768)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**(784.768)**	**(867.880)**	**(1.145.529)**	**(1.028.799)**	**(1.101.951)**	**(1.201.635)**	**(1.067.743)**	**(1.306.528)**	**(1.665.351)**	**(912.854)**	**(11.083.038)**
Variação entre estimativa inicial e final	**19.015**	**12.371**	**30.183**	**8.232**	**(23.439)**	**(43.517)**	**109.315**	**(313.614)**	**33.022**	**–**	**–**
% de variação entre estimativa inicial e final	**2%**	**1%**	**3%**	**1%**	**(2)%**	**(4)%**	**10%**	**(24)%**	**2%**	**–**	
Reconciliação com o balanço patrimonial											–
Provisão referente a períodos anteriores	102	56	878	705	2.374	5.296	10.108	30.700	79.092	412.932	542.243
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											591.938
				Subtotal diferença	**Salvado Estimado**	**Retrocessão**	**DPVAT (PSL, IBNR e PDA)**	**IBNeR**	**Outras Provisões**	**Ocorridos antes de 2012**	**Total diferença**
				(49.695)	(24.566)	–	–	69.816	–	4.445	–

Valores em milhares
Valores Líquido de Resseguro - Judicial

Ano de ocorrência:	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	4.591	2.495	2.415	3.713	1.748	4.101	3.226	2.091	1.764	1.853	
Após um ano	17.871	11.702	15.054	15.446	9.999	23.783	9.140	11.593	12.657	–	–
Após dois anos	25.045	21.416	25.622	19.149	23.745	21.220	18.116	27.293	–	–	–
Após três anos	29.984	24.944	25.961	37.542	18.218	35.603	35.308	–	–	–	–
Após quatro anos	32.500	26.887	44.148	27.305	26.021	52.574	–	–	–	–	–
Após cinco anos	30.597	36.110	32.554	34.626	38.636	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	41.921	31.242	50.195	47.189	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	31.874	38.566	68.657	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	35.998	44.775	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	44.439	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**44.439**	**44.775**	**68.657**	**47.189**	**38.636**	**52.574**	**35.308**	**27.293**	**12.657**	**1.853**	**373.381**
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(193)	(530)	(364)	(508)	(307)	(524)	(459)	(645)	(700)	132	
Após um ano	(2.020)	(2.309)	(2.228)	(3.808)	(1.951)	(2.358)	(2.570)	(6.405)	(1.589)	–	–
Após dois anos	(3.845)	(5.583)	(5.399)	(7.725)	(4.611)	(7.493)	(8.074)	(11.996)	–	–	–
Após três anos	(7.374)	(8.089)	(8.847)	(11.563)	(7.505)	(21.345)	(16.441)		–	–	–
Após quatro anos	(10.851)	(13.190)	(12.595)	(17.697)	(16.847)	(30.671)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(13.429)	(14.824)	(18.829)	(25.470)	(20.198)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(18.126)	(22.617)	(39.356)	(34.605)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(23.047)	(29.977)	(44.340)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(27.362)	(32.509)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(31.668)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2021	**(31.668)**	**(32.509)**	**(44.340)**	**(34.605)**	**(20.198)**	**(30.671)**	**(16.441)**	**(11.996)**	**(1.589)**	**132**	**(223.885)**
Variação entre estimativa inicial e final	**(39.848)**	**(42.280)**	**(66.242)**	**(43.476)**	**(36.888)**	**(48.473)**	**(32.082)**	**(25.202)**	**(10.893)**	**–**	**–**
% de variação entre estimativa inicial e final	**-126%**	**-130%**	**-149%**	**-126%**	**-183%**	**-158%**	**-195%**	**-210%**	**-686%**	**–**	**–**
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	12.771	12.266	24.317	12.584	18.438	21.903	18.867	15.297	11.068	1.985	149.496
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											214.869
				Subtotal diferença	**Salvado Estimado**	**Retrocessão**	**DPVAT (PSL, IBNR e PDA)**	**IBNeR**	**Outras Provisões**	**Ocorridos antes de 2011**	**Total diferença**
				(65.373)	–	–	–	35.769	–	29.604	–

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dez/2021	Dez/2020
Provisões técnicas - seguros e vida individual (a)	**3.278.356**	**2.828.121**
(-) Deduções/exclusões (b)	**1.925.680**	**1.749.086**
Direitos creditórios (i)	838.436	821.771
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	296.651	222.083
Ativos de resseguro de PPNG	126.402	195.165
Ativos de resseguro de PSL	588.193	472.175
Ativos de resseguro de IBNR	42.047	27.272
Ativos de resseguro de PDR	30.647	7.671
Depósitos judiciais redutores	3.304	2.949
Total a ser coberto (c) = (a) - (b)	**1.352.676**	**1.079.035**
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura das provisões técnicas (d)	**1.542.734**	**1.244.293**
Quotas de fundos de investimentos	71.113	19.516
Títulos de renda fixa - públicos	1.435.531	1.073.120
Títulos de renda fixa - privados	36.090	151.657
Ativos líquidos (e) = (d) - (c)	**190.058**	**165.258**

(i) Montante correspondente às parcelas dos prêmios a receber de segurados referente aos riscos a decorrer.

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

	Dez/2021				Dez/2020			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Sem vencimento	151.447	6.240	481	158.168	215.715	1.523	–	217.238
De 1 a 30 dias	71.847	31.651	16.077	119.575	315.576	62.463	11.674	389.713
De 31 a 60 dias	109.797	47.397	4.247	161.441	62.490	15.973	996	79.459
De 61 a 180 dias	31.027	14.133	6.647	51.807	34.912	14.679	2.474	52.065
De 181 a 365 dias	38.487	7.008	2.680	48.175	32.483	18.276	–	50.759
Total	**402.605**	**106.429**	**30.132**	**539.166**	**661.176**	**112.914**	**15.144**	**789.234**

22. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Dez/2021	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	2.414	2.046	2.477	6.937
De 31 a 60 dias	167	88	–	255
De 61 a 120 dias	–	297	3.755	4.052
De 121 a 180 dias	–	287	106	393
De 181 a 365 dias	–	298	6.726	7.024
Superior a 365 dias	17	–	–	17
Total	**2.598**	**3.016**	**13.064**	**18.678**

Dez/2020	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	802	3.069	78.718	82.589
De 31 a 60 dias	–	73	–	73
De 61 a 120 dias	636	496	72	1.204
De 121 a 180 dias	724	–	16	740
De 181 a 365 dias	29	1.958	–	1.987
Superior a 365 dias	442	–	–	442
Total	**2.633**	**5.596**	**78.806**	**87.035**

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco

	Dez/2021			Dez/2020		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
Fiscais						
Perda provável	6	177.096	177.096	6	135.620	135.620
Perda possível	6	10.600	–	6	35.308	–
Perda remota	–	–	–	–	–	–
Total	**12**	**187.696**	**177.096**	**12**	**170.928**	**135.620**
Trabalhistas						
Perda provável	28	6.573	6.573	34	6.710	6.710
Perda possível	47	16.353	–	49	13.886	–
Perda remota	8	338	–	116	23.273	–
Total	**83**	**23.264**	**6.573**	**199**	**43.869**	**6.710**
Cível						
Perda provável	112	3.844	3.844	112	5.556	5.556
Perda possível	316	7.460	–	403	25.741	–
Perda remota	692	22.329	–	1.080	28.002	–
Total	**1.120**	**33.633**	**3.844**	**1.595**	**59.299**	**5.556**
Total geral						
Perda provável	146	187.513	187.513	152	147.886	147.886
Perda possível	369	34.413	–	458	74.935	–
Perda remota	700	22.667	–	1.196	51.275	–
Total	**1.215**	**244.593**	**187.513**	**1.806**	**274.096**	**147.886**

b) Movimentação das provisões judiciais

Natureza	Saldo em Dez/2020	Principal	Encargos moratórios	Baixas (*)	Saldo em Dez/2021
Fiscal	135.620	67.400	2.293	-28.217	177.096
Trabalhista	6.710	1.875	547	-2.559	6.573
Cíveis	5.556	1.163	1.281	-4.156	3.844
Total	**147.886**	**70.438**	**4.121**	**-34.932**	**187.513**

(*) O total de R$28.217 de baixas inclui transferência de provisão para contingencias fiscais para provisão para depósitos judiciais tendo em vista alteração de risco ocorrida em 2021 da recuperabilidade de depósito judicial constante da nota explicativa n. 23.c.i abaixo.

c) Descrição resumida das principais ações judiciais: *Provisões fiscais:* i) *Ações de natureza fiscal (ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009):* A Seguradora optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal do Brasil - RFB e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Dentre as ações incluídas na anistia fiscal destacamos a COFINS, bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre tributos com exigibilidade suspensa, em relação aos quais a RFB apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Seguradora para quitação dos tributos. A ação da COFINS foi julgada favoravelmente à Seguradora. Iniciada a fase de cálculos de liquidação sobreveio decisão desfavorável à Cia. proferida pelo juiz e primeira instância, em face da qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3, sendo integralmente provisionando o débito depositado. Já a ação da CSLL foi julgada procedente pelo TRF3 e pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, pendendo julgamento de novo recurso da União Federal. ii) *PIS - Programa de Integração Social:* A Seguradora discute, para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014, a exigibilidade da contribuição para o PIS, nos termos das emendas constitucionais - EC nº 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Em todas as ações judiciais houve interposição dos recursos especiais e extraordinários, os quais se encontram com julgamento sobrestado. No Supremo Tribunal Federal - STF houve julgamento definitivo dos "leading cases", sendo reconhecida a constitucionalidade da cobrança pela EC 01/1994, porém determinando a observância à anterioridade nonagesimal e à irretroatividade da lei em relação às EC nº 10/1996 e 17/1997. Em razão da definição da matéria no STF a Cia. provisionou integral o débito. As ações da Seguradora ainda não foram julgadas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3. iii) *PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Lei nº 12.973/2014):* Para o período de janeiro de 2015 em diante as contribuições ao PIS e à COFINS passaram a ser recolhidas sobre as receitas de prêmios nos termos da Lei nº 12.973/2014. A Seguradora ingressou com mandado de segurança para questionar a base de cálculo do PIS e da COFINS, especialmente em relação à tributação das referidas receitas financeiras. Houve julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça anulando o julgamento realizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3, que então realizou novo julgamento e julgou improcedente a ação, sendo opostos embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos. A partir de março de 2017 a Seguradora passou a incluir na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, as receitas financeiras geradas pelas aplicações vinculadas em cobertura de reservas técnicas de seguros, tendo efetuado o pagamento do PIS calculado sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2015 a 2016 e da COFINS calculada sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2013 a 2016. iv) *IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - glosa de despesas:* A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992. Proposta ação anulatória, em maio de 2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original. A Cia. substituiu os depósitos judiciais por apólice de seguro garantia. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal. v) *CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:* A Seguradora questiona judicialmente a Emenda Constitucional - EC nº 10/1996 sobre a elevação da alíquota da contribuição social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. Em razão do julgamento do STF sobre o tema, verificou-se que o período em discussão corresponde àquele declarado inconstitucional, sendo promovida a reversão da provisão que havia sido constituída. vi) *IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa:* A Seguradora discutia judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/1995. Em setembro/2019 houve o julgamento do agravo em recurso extraordinário pelo STF, sendo proferida decisão definitiva desfavorável à Seguradora. Atualmente os autos encontram-se em fase de liquidação do débito em relação ao qual foram realizados depósitos judiciais integrais e seu respectivo provisionamento. vii) *Contribuição Previdenciária sobre o terço constitucional de férias:* A Seguradora discute judicialmente a incidência da Contribuição Previdenciária sobre 1/3 de Férias e sobre o Aviso Prévio Indenizado, tendo a ação transitado em julgado favoravelmente à Cia. em relação à incidência sobre o Aviso Prévio Indenizado. Com relação à incidência sobre o 1/3 de Férias, o STF julgou constitucional a sua cobrança no "leading case" RE 1.072.485, o qual foi objeto de recurso (Embargos de Declaração) ainda pendente de julgamento. Em razão do julgamento em questão a Cia. efetuou depósito judicial e provisionou integralmente o débito em discussão. Atualmente o processo da Cia. aguarda julgamento de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários interpostos contra o acórdão que reconsiderou o acórdão anteriormente proferido favoravelmente à Cia. Provisões trabalhistas: A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável". Provisões cíveis: A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que se encontram em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável".

24. DÉBITOS DIVERSOS

Passivo de arrendamento: Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Veículos	Passivo de Arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos inicial em 1 de janeiro de 2021 (*)	**2.062**	**(110)**	**1.952**
Apropriação dos juros	–	99	99
Constituições/reavaliações de contratos	442	(53)	389
Pagamentos	(1.250)	–	(1.250)
Outros/baixas	(29)	–	(29)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**1.225**	**(64)**	**1.161**

Imóveis	Passivo de Arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos inicial em 1 de janeiro de 2021 (*)	**19.166**	**(4.960)**	**14.206**
Apropriação dos juros	–	1.176	1.176
Constituições/reavaliações de contratos	4.256	(1.463)	2.793
Pagamentos	(3.218)	–	(3.218)
Outros/baixas de contratos	(707)	71	(635)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**19.497**	**(5.176)**	**14.322**

Saldos	**CP/LP**
Circulante	2.856
Não Circulante	12.627
Total circulante e não circulante	**15.483**

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1 de janeiro de 2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é representado por 212.300.647 ações ordinárias (121.778.587 em 31/12/2021) e 8.832 ações preferenciais (8.832 em 31/12/2021). A Seguradora é uma Companhia fechada e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 4.000.000 independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão. Em 2021 foram realizados três aumentos do capital social da Seguradora no valor total de R$ 713.153 com a elevação do capital social para R$ 1.872.498. Os aumentos do capital foram aprovados pela SUSEP através da Portaria nº 231, de 23 de junho de 2021, da Portaria nº 463, de 29 de outubro de 2021 e da Portaria nº 550, de 22 de dezembro de 2021. b) Reserva de capital: Refere-se a incentivos fiscais de imposto de renda que em 2021 foi totalmente utilizada para a absorção do prejuízo ocorrido no primeiro semestre. c) Custos de transação: A Seguradora incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Sompo, citado na nota explicativa nº 1. Tais custos, detalhados no quadro abaixo, são diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no patrimônio líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 8 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários:

Custos de transação	
Assessoria financeira	7.932
Assessoria estratégica	3.000
Assessoria jurídica	882
Outros	279
Subtotal	**12.093**
Impostos	(4.837)
Total	**7.256**

d) Reserva legal: Constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. e) Reserva estatutária: Constituída pelo valor remanescente do lucro de cada exercício social, foi totalmente utilizada para a absorção do prejuízo ocorrido no primeiro semestre de 2021. f) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios ou juros sobre capital próprio não inferior a 25% e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio - JCP é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

26. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Dez/2021	Dez/2020
a) Prêmios emitidos líquidos	**3.282.450**	**3.076.161**
Prêmios diretos	3.291.232	3.068.014
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	5.255	10.936
Cosseguro aceitos de congêneres	20.828	57.948
Cosseguro cedido de congêneres	(34.865)	(60.737)
b) Variação das provisões técnicas de prêmios	**(118.322)**	**17.757**
Provisão de prêmios não ganhos	(118.352)	17.761
Provisão matemática de benefícios a conceder	30	(4)
c) Prêmios ganhos	**3.164.128**	**3.093.918**
d) Sinistros ocorridos	**(1.999.651)**	**(2.101.888)**
Indenizações avisadas - PSL	(1.963.259)	(1.932.180)
Serviços de assistência	(137.582)	(108.992)
Salvados e ressarcimento	383.887	173.401
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(100.809)	(112.847)
Variação das despesas relacionadas	(178.083)	(119.963)
Outros	(3.805)	(1.307)
e) Custo de aquisição	**(782.281)**	**(733.619)**
Comissões sobre prêmios retidos	(755.851)	(729.201)
Outras despesas de comercialização	(81.417)	(62.759)
Recuperação de comissões (cedido)	3.339	9.058
Variação do custo de aquisição diferido	51.648	49.283
f) Outras receitas e despesas operacionais	**(98.787)**	**(125.881)**
Outras despesas operacionais	**(100.992)**	**(129.871)**
Despesa com cobrança	(10.617)	(9.917)
Despesa com encargos sociais	(1.520)	(1.898)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	1.475	(4.319)
Despesa com emissão de apólices	(49.317)	(58.306)
Despesa com inspeção e vistoria	(6.056)	(8.793)
Despesa com dispositivos de segurança	(21.940)	(27.094)
Outras despesas com operações de seguros	(6.627)	(3.217)
Amortizações	(1.515)	(8.312)
Despesas diversas	(4.875)	(8.312)
Outras receitas operacionais	**2.205**	**3.990**
Outras receitas com operações de seguro	2.205	3.990
g) Resultado com resseguro	**(251.029)**	**118.990**
Receitas com resseguro	**985.351**	**940.813**
Indenização de sinistro	757.598	842.848
Despesa com sinistro	43.500	30.573
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	32.749	11.787
Receita com Participações no Lucro	151.504	55.605
Despesas com resseguros	**(1.236.380)**	**(821.823)**
Prêmios de resseguros - Diretos	(1.123.139)	(844.674)
Cosseguros aceitos	(7.942)	(23.453)
Cancelamento de resseguro	148.314	97.886
Restituição de resseguro	31.131	13.285
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.491	(7.370)
Variação da despesa de resseguro	(101.781)	(9.069)
Salvados e ressarcimento	(214.601)	(39.795)
Comissões diferidas	24.453	(6.565)
Outras provisões - Comissão escalonada	8.127	(9.653)
Outras provisões - RVNE	(2.433)	7.585
h) Despesas administrativas	**(503.653)**	**(468.685)**
Despesas com pessoa próprio	(307.874)	(234.332)
Despesas com serviços de terceiros	(85.893)	(67.361)
Despesas com localização e funcionamento	(22.003)	(22.493)
Despesas Direito de Uso	(3.755)	–
Despesas com publicidade e propaganda	(12.080)	(12.093)
Despesas com publicações	(378)	(275)
Despesas com donativos e contribuições	(183)	(321)
Depreciação e amortização	(67.511)	(125.101)
Outras despesas administrativas	(3.976)	(6.709)
i) Despesas com tributos	**(121.119)**	**(58.802)**
Cofins	(67.780)	(46.639)
PIS/Pasep	(42.779)	(7.579)
Outros	(7.951)	(1.810)
Impostos Municipais	(1.827)	(1.898)
Contribuição Sindical	(782)	(870)
Impostos Estaduais	–	(6)
j) Resultado financeiro	**3.845**	**35.720**
Receitas financeiras	**97.224**	**81.376**
Rendimento com aplicações financeiras	**80.905**	**40.610**
Rendimentos quotas e fundos de investimento	5.758	(5.140)
Receitas com títulos de renda fixa privados	2.860	2.789
Receitas com títulos de renda fixa públicos	72.287	42.961
Ajuste TVM - aplicações ao valor justo por meio do resultado	869	10.105
Receita com ações	–	163
Receitas financeiras com operações de seguros	8.157	8.696

continua

continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Dez/2021	Dez/2020
Outras	**7.293**	**21.802**
Receita com créditos tributários	1.171	289
Receita com atualização de depósitos judiciais	1.761	2.425
Receitas financeiras eventuais	4.361	19.088
Despesas financeiras	**(93.379)**	**(45.656)**
Despesas financeiras com renda fixa	(353)	(309)
Despesas financeiras com operações de seguros	**(88.739)**	**(44.565)**
Juros	(795)	(373)
Oscilação cambial	(3.567)	(4.796)
Provisão de sinistros a liquidar	(116.402)	(50.426)
Cosseguro cedido	234	33
Resseguro cedido	31.791	10.997
Outras	**(4.287)**	**(782)**
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(2.401)	(1.581)
Despesas com juros - Passivo de Arrendamento	(1.275)	(1.431)
Despesas financeiras eventuais	(611)	2.230
k) **Resultado Patrimonial**	**(25.377)**	**13.415**
Receitas com imóveis de renda	2.916	484
Equivalência patrimonial	(24.557)	19.059
Doações	29	–
Amortização price purchase allocation (PPA)	(3.765)	(6.128)
l) **Ganhos e perdas com ativos não correntes**	**(136.287)**	**(34.306)**
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(8.233)	(3.473)
Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	–	–
Redução ao valor recuperável	(128.054)	(30.833)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dez/2021		Dez/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	**(750.211)**	**(750.211)**	**(261.138)**	**(261.138)**
Juros sobre o Capital Próprio				
Participações sobre o resultado	–	–	(4.382)	(4.382)
Resultado tributável	**(750.211)**	**(750.211)**	**(265.520)**	**(265.520)**
Ajustes temporários	**103.198**	**103.198**	**(1.148)**	**(1.148)**
Provisões judiciais	63.436	63.436	(1.649)	(1.649)
Provisões para devedores duvidosos	2.295	2.295	5.707	5.707
Ajuste ao valor de mercado de TVM	–	–	–	–
Provisões com funcionários	–	–	(7.943)	(7.943)
Provisão de amortização de projetos	–	–	6.856	6.856
Outros ajustes temporários	37.467	37.467	(4.119)	(4.119)
Ajustes permanentes	**167.447**	**167.394**	**(17.333)**	**(17.422)**
Ajustes de equivalência patrimonial	24.557	24.557	(19.059)	(19.059)
Outros ajustes permanentes	142.890	142.837	1.726	1.637
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**(479.566)**	**(479.619)**	**(284.001)**	**(284.090)**
Base de cálculo após compensação	**(479.566)**	**(479.619)**	**(284.001)**	**(284.090)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–
Complemento do imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	119.891	71.943	71.001	42.613
Impairment IRPJ e CSLL DTA	(275.760)	(164.700)	–	–
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	25.800	15.480	(287)	(172)
Outros ajustes	24.908	17.548	(5.073)	(3.043)
Total de imposto de renda e contribuição social	**(105.161)**	**(59.729)**	**65.641**	**39.398**
Alíquota efetiva	**14,02%**	**7,96%**	**-24,72%**	**-14,84%**

28. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: a) Sompo Saúde Seguros S.A.: (i) A partir de 30 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 1, a Seguradora celebrou um Acordo de Venda das Ações com a Sul América Companhia de Seguro Saúde para venda da Sompo Saúde Seguros, até esta data, a Seguradora compartilhou com a Sompo Saúde Seguros S.A., certos componentes da estrutura administrativa e operacional. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes de recuperação de despesas administrativas de sua controlada somaram R$ 14.162 (R$ 9.977 em 2020). b) Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. (controlada): (i). A Seguradora vendeu salvados a funcionários da Sompo Services, constituindo um contas a receber em 2021 de R$ 2. (ii). A Seguradora contrata os serviços de gerenciamento de riscos, vistoria e regulação de sinistros junto à sua controlada. O total das despesas com serviços de vistoria em 2021 foi de R$ 3.709 (R$ 3.403 em 2020). (iii). Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto a Seguradora. O total de prêmios durante 2021 somaram R$ 3 (R$ 4 em 2020). c) Outras partes relacionadas: (i). A Sompo Seguros detém contratos de resseguro facultativo com a Sompo Japan Nipponkoa Insurance, Inc. (R$ 87 em 2021), sinistros pagos pendentes (R$ 2.556 em 2021). (ii). Também detém contratos de resseguro facultativo com a Endurance Worldwide Insurance Limited (R$ 11.381 em 2021) e sinistros pagos pendentes (R$46.262 em 2021). Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

	Dez/2021	Dez/2020
Ativo		
Controladas		
Sompo Saúde Seguros S.A.	**1.460**	**1.115**
Reembolso de despesa administrativa a receber	1.460	1.115
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	**2**	**3**
Reembolso de despesa administrativa a receber	2	3
Outras partes relacionadas		
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	**2.556**	**1.196**
Sinistro de resseguro	2.556	1.196
Sompo Japan Brasil	**49**	**15**
Reembolso de despesa administrativa a receber	49	15
Endurance Worldwide Insurance Limited	**46.262**	**126**
Sinistro de resseguro	46.262	126
Total do ativo	**50.329**	**2.455**
Passivo		
Controladas		
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	**(4)**	**(11)**
Serviço de vistoria	(4)	(11)
Sompo International Holdings Ltd.	**–**	**(1.074)**
Despesas Administrativas	–	(1.074)
Sompo Sigorta A.S.	**–**	**(136)**
Despesas Administrativas	–	(136)
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	**(87)**	**(318)**
Prêmio de resseguro	(87)	(286)
Despesas Administrativas	–	(32)
Endurance Worldwide Insurance Limited	**(11.381)**	**(7.022)**
Prêmio de resseguro	(11.381)	(7.022)
Total do passivo	**(11.472)**	**(8.561)**

	Receitas		Despesas	
	Dez/2021	Dez/2020	Dez/2021	Dez/2020
Demonstração do resultado				
Controladas				
Sompo Saúde Seguros S.A.	**14.204**	**10.017**	**(28.201)**	**(28.244)**
Recuperação de despesas administrativas	14.162	9.977	–	–
Prêmios - seguro saúde	–	–	(28.201)	(28.244)
Prêmio - seguro vida	42	40	–	–
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	**3**	**4**	**(3.709)**	**(3.403)**
Serviço de vistoria	–	–	(3.709)	(3.403)
Prêmio - seguro vida	3	4	–	–
Outras partes relacionadas				
Sompo Japan Brasil	**–**	**–**	**(594)**	**(215)**
Recuperação de despesas administrativas	–	–	(594)	(215)
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	**6**	**1.216**	**(1.375)**	**(3.311)**
Reintegração de Resseguro	–	–	(1.375)	(3.261)
Recuperação de Resseguro	6	1.216	–	–
Despesas Administrativas	–	–	–	(50)
Sompo International Holdings Ltd.	**–**	**–**	**(758)**	**(1.074)**
Despesas Administrativas	–	–	(758)	(1.074)
Endurance Worldwide Insurance Limited	**46.261**	**–**	**(22.812)**	**(5.071)**
Reintegração de resseguro	–	–	(22.812)	(5.071)
Recuperação de resseguro	46.261	–	–	–
Sompo Sigorta A.S.	**–**	**–**	**–**	**(136)**
Despesas Administrativas	–	–	–	(136)
Total Resultado	**60.474**	**11.237**	**(57.449)**	**(41.454)**

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

2021	Obrigações Atuariais	Valor Justo Ativos	Ativo/Passivo Atuarial Líquido	Receitas/ Despesas
Plano I	23.086	25.170	–	–
Plano II	1.842	17.422	5.797	(342)
Plano III	46.868	44.881	(1.986)	744
Saldo Final	71.796	87.473	3.811	402

2020	Obrigações Atuariais	Valor Justo Ativos	Ativo/Passivo Atuarial Líquido	Receitas/ Despesas
Plano I	24.452	26.357	–	–
Plano II	2.339	18.794	7.844	(193)
Plano III	56.970	45.975	(10.995)	886
Saldo Final	83.761	91.126	(3.151)	693

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Seguradora segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, segurados, corretores e prestadores de serviços com o objetivo de minimizar os impactos para a sociedade. O surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo para mitigar a propagação da pandemia, impactaram o mercado de seguros como um todo. Por outro lado, com a evolução da carga vacinal no Brasil, a Companhia estuda para 2022 o retorno de suas operações através de um modelo híbrido de trabalho, maximizando assim a sua eficiência operacional e o engajamento dos seus colaboradores.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Conselho de Administração

Katsuyuki Tajiri – Presidente do Conselho de Administração
Brian William Goshen – Membro do Conselho de Administração
Takashi Kurumisawa – Membro do Conselho de Administração
Michael James Mc Guire – Membro do Conselho de Administração
Alfredo Lália Neto – Membro do Conselho de Administração
Ryo Tamura – Membro Suplente do Conselho de Administração

Diretores

Alfredo Lália Neto – Diretor Presidente
Gen Iwao – Diretor Vice-Presidente
Adailton Oliveira Dias – Diretor Executivo
Fernando Antônio Grossi Cavalcante – Diretor Executivo
Celso Ricardo Mendes – Diretor Executivo
Daniel de Rosa – Diretor Executivo
Bruno Rodriguez Pereira – Diretor Executivo
Zenko Shu – Diretor Executivo

Contador

Tiago Marcelo da Costa Paixão
CRC SP-257857/O-6

Atuário

Cristiane Martins da Silva
MIBA 1377

Relatório do Comitê de Auditoria Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Aos Membros do Conselho de Administração da **Sompo Seguros S.A.** O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), por ele instituído, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Seguradora e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme Resolução CNSP no 321/2015. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (*compliance*) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de seu trabalho ao longo do ano. **Principais Atividades do Comitê:** O Comitê atua por meio da realização de reuniões periódicas, pelo menos mensais, na sede da Seguradora ou por vídeo conferência, canal este usado com frequência durante o último exercício, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos membros do Comitê. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações a ele submetidas. As atividades do Comitê, relativas ao exercício de 2021, incluíram: a) Reuniões com os executivos das áreas Atuarial, Auditoria Interna, Contabilidade, Controladoria, Canal de Denúncias, Comercial, Financeiro, Gestão de Riscos e *Compliance*, Jurídico, Ouvidoria, Planejamento Estratégico, Recursos Humanos, Resseguro e Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação). Com os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços terceirizados de Auditoria Atuarial e da Auditoria Independente. b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração da Seguradora relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Seguradora. c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Seguradora e com seus Auditores Independentes sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes. d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Seguradora, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com o Diretor-Presidente, com o Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Seguradora. O Comitê mantém com os auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes - e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiada no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. O Comitê destaca: i) a celebração do Acordo de Venda das Ações da controlada Sompo Saúde Seguros S.A. com a Sul América Companhia de Seguro Saúde ("adquirente"), cujo objeto é a venda da totalidade das ações da controlada com a transferência do controle acionário à adquirente, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e cumprimento das condições contratuais, conforme detalhado na nota explicativa no 1; ii) contabilização da redução ao valor recuperável da totalidade do ágio, conforme notas explicativas no 3(i) e 16(b). Essa contabilização foi objeto de análises e discussões entre a administração local, a controladora, consultor externo e os auditores independentes conforme reportado a este Comitê. O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Manfred Kautz
Membro do Comitê de Auditoria
Paulo José Arakaki
Membro do Comitê de Auditoria
Pompeu da Cruz Esteves Junior
Coordenador do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas **Sompo Seguros S.A. Escopo da Auditoria.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Sompo Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Sompo Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Vinicius Oliveira Cecaroli
MIBA 2699

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Sompo Seguros S.A.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Venda de investimento em controlada:** Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, para o fato de que em 30 de dezembro de 2021, a Seguradora celebrou um Acordo de Venda das Ações de sua controlada, Sompo Saúde Seguros S.A., com a Sul América Companhia de Seguro Saúde ("adquirente"), cujo objeto, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e cumprimento das condições contratuais, será a venda da totalidade das ações da controlada com a transferência do controle acionário à adquirente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Ambiente de Tecnologia da Informação: A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de Mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros firmados pela Seguradora era de R$3.278.356 mil, bruto de resseguro. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros firmados pela Seguradora; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Realização dos créditos tributários: Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora contabilizou redução ao valor recuperável da totalidade dos créditos tributários apurados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, em decorrência do requerido na Circular SUSEP nº 648/2021. Devido a esse fator e considerando também a relevância para as demonstrações financeiras, consideramos a realização dos créditos tributários um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da redução ao valor recuperável da totalidade dos créditos tributários apurados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, em decorrência do requerido na Circular SUSEP nº 648/2021, avaliação do montante de estoque de créditos tributários que passa a ser controlado de forma gerencial, assim como correta contabilização do *impairment* no resultado da Seguradora e avaliação da acurácia e razoabilidade das divulgações relacionadas ao saldo nas notas explicativas. Recuperabilidade do Ágio: Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 i) e 16 b) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora contabilizou redução ao valor recuperável da totalidade do ágio. Com base no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A Seguradora realiza um teste de redução ao valor recuperável, comparando o valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") à qual o ágio foi atribuído ao respectivo valor contábil. O valor recuperável é representado pelo maior entre o valor justo e o valor em uso determinado por meio do Modelo de Dividendos Descontados ("DDM"). O DDM requer o uso de premissas com alto nível de subjetividade, como fluxos de dividendos extrapolados dos planos de negócios, taxas de crescimento nominais e custo de capital. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo relacionado com a determinação dos valores recuperáveis projetados pela Seguradora, levando em consideração os procedimentos de teste de redução ao valor recuperável aprovados pela Diretoria em 31 de dezembro de 2021; (ii) A avaliação da adequação das metodologias aplicadas pela Diretoria para determinação dos valores recuperáveis; (iii) A avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela Diretoria para determinar os valores recuperáveis, nomeadamente no que se refere aos fluxos de caixa futuros dos planos de negócios, taxas de crescimento nominais e custo de capital; (iv) A análise dos resultados relacionados; (v) Envolvimento dos especialistas em avaliação para nos auxiliar na execução de nossos procedimentos de auditoria, incluindo a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consideradas nos testes dos valores recuperáveis desses ativos, bem como a avaliação da consistência dos dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado; (vi) Comparamos a assertividade de projeções realizada pela Diretoria em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Seguradora; (vii) Analisamos o comportamento das principais premissas adotadas diante de cenários de estresse, de forma a antecipar sensibilidades da metodologia, bem como a análise feita pela Seguradora dos impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão da Covid-19 em suas projeções de resultados futuros; e (viii) Por fim, avaliamos a adequação das divulgações relativas ao ágio e ativos relacionados apresentado nas notas explicativas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se

continua

continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Gilberto Bizerra De Souza
Contador - CRC-RJ076328/O-2

SOMPO SAÚDE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,
A Sompo Saúde Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

I. PERFIL

A Sompo Saúde Seguros S.A. ("Seguradora"), subsidiária integral da Sompo Seguros S.A., é uma Seguradora de Plano de Assistência à Saúde que atua no setor de saúde suplementar, oferecendo, aos seus consumidores, planos de assistência à saúde. Está constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001, na categoria de seguradora especializada em saúde. Atua preponderantemente no segmento corporativo com planos não patrocinados, porém, possui uma carteira de seguros individuais que está em run- off.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Embasada na missão que consiste em "Gerar bem-estar e proteção à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade", a Sompo Saúde estabeleceu estratégias pautadas na melhoria da experiência dos segurados e na sustentabilidade financeira da operação.
Em 2021, a Sompo Saúde alcançou excelentes níves de satifstação de nossos beneficiários evidenciadas pelo baixos índices de NIPs junto a ANS e uma excelente reputação do canal "Reclame Aqui".
Com relação a sustentabilidade financeira, a Sompo Saúde manteve a disciplina em sua estratégia comercial e apresentou crescimento no número de beneficiários nos planos empresariais com foco no segmento de Pequenas e Médias empresas (PMEs). A Seguradora também investiu recursos na promoção de ações de qualidade de vida e gestão de pacientes crônicos, revisou produtos e rede credenciada e ampliou a cobertura de atendimento para o território nacional, além da conclusão de projetos de melhoria de processos e otimização de controles internos, facilitando a tomada de decisão.
Os efeitos da pandemia continuaram impactando os resultados de sinistralidade no mercado de Saúde em geral, e a Sompo Saúde estabeleceu metas e planos de ação visando fortalecer os processos de gestão da sinistralidade.
Com todas as medidas tomadas desde 2019 e especificamente em 2021, a Sompo Saúde conseguiu reverter seus resultados não favoráveis de anos anteriores, consolidou-se como uma das melhores seguradoras de Saúde no mercado e aumentou sua capacidade de geração de novos negócios, favorecendo melhor equilíbrio de seu portfólio de clientes e gerando maior valor agregado para o negócio e acionistas.
Em 30 de dezembro de 2021 a Sompo Seguros S.A., controladora, celebrou um Acordo de Venda da totalidade de sua Participação Societária na Sompo Saúde para a Sul América Companhia de Seguro Saúde, pelo valor de R$ 230 milhões. A conclusão desta operação esta condicionada ao cumprimento de condições contratuais, usuais neste tipo de negócio, e aprovações dos órgãos reguladores competentes.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sompo Saúde Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de governança corporativa. Para garantir a eficácia dos processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, compliance e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados através de auditoria interna; (iii) manutenção de comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando as tomadas de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouvidoria: Com 17 anos de existência, a ouvidoria na Sompo Saúde Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados, beneficiários, dependentes e corretores em defesa dos interesses dos segurados e seus dependentes e beneficiários podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, bem como aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender às reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando possíveis novos desacordos.

Código de ética e conduta: O código de ética e conduta da Seguradora norteia as atividades, coibindo as práticas desleais e os abusos de poder, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém ações direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

Canal de denúncias: Os canais de denúncia da Sompo Saúde Seguros S.A. têm como objetivo receber denúncias relacionadas à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude, crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada por meio do telefone: 0800-153-156, intranet, site da Sompo Saúde Seguros ou e-mails: fraude@sompo.com.br; lavagemdedinheiro@sompo.com.br, codigodeetica@sompo.com.br, sendo garantido o anonimato ao denunciante.

IV. DESEMPENHO ECONÔMICO

Os prêmios retidos da Seguradora apresentam crescimento de 23,1% em relação ao ano de 2020, decorrente, principalmente, do aumento de vendas novas com foco no produtos PME (3 a 29 vidas), que possuem melhor resultado, mesmo com o pagamento de agenciamento maior.

A Seguradora possui em sua carteira os produtos individual (run-off) e empresarial. Essa carteira encontra-se estrategicamente majoritariamente distribuída na capital de São Paulo (além de algumas cidades do interior do estado) e nas capitais dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Resultado líquido: A Seguradora encerrou o ano de 2021 com prejuízo de R$ 24,6 milhões, uma queda de R$ 43,6 milhões em relação ao ano anterior (lucro de R$ 18,9 milhões).

Índice combinado: Percentual obtido através do total de gastos com sinistros indenizáveis líquidos, despesas de comercialização, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre o montante de prêmios ganhos de operações com saúde. O índice combinado apresentou uma piora de 11,9 pontos percentuais, passando de 95,6% em 2020 para 107,5% em 2021 principalmente devido ao aumento de 8,5 p.p. na sinistralidade em virtude da pandemia.

Dividendos: O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

V. RECURSOS HUMANOS

A Seguradora encerrou o ano de 2021 com 223 colaboradores com vínculo CLT.

VI. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Ativo			
Ativo Circulante		160.860	137.447
Disponível		2.092	2.707
Realizável		158.768	134.740
Aplicações Financeiras	5	82.343	78.714
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		22.319	28.785
Aplicações Livres	13	60.024	49.929
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	28.405	16.941
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		27.098	14.223
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		1.034	688
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		273	2.030
Despesas Diferidas	7	31.417	24.168
Créditos Tributários e Previdenciários	8	11.162	9.714
Bens e Títulos a Receber		4.587	3.827
Despesas Antecipadas		854	1.376
Ativo não circulante		241.507	217.328
Realizável a Longo Prazo		224.946	196.853
Aplicações Financeiras	5	140.890	132.210
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		123.886	89.662
Aplicações Livres		17.004	42.548
Títulos e Créditos a Receber	6	–	185
Ativo Fiscal Diferido	8	33.629	15.941
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	50.427	48.517
Investimentos	10	1.131	914
Outros Investimentos		1.131	914
Imobilizado	11.a	2.620	2.495
Imóveis de Uso Próprio		2.618	2.486
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		2.618	2.486
Imobilizado de Uso Próprio		2	9
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos		–	1
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		2	8
Intangível	11.b	12.810	17.066
Total do Ativo		402.367	354.775

	Nota explicativa	2021	2020
Passivo			
Passivo Circulante		122.229	106.937
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	109.989	88.428
Provisões de Prêmios/Contraprestações		16.884	8.921
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG		10.358	7.303
Provisão de Insuficiência de Prêmios		4.470	–
Provisão para Remissão		2.056	1.618
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		856	566
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		33.352	26.338
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		58.897	52.603
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.842	2.781
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		461	387
Comercialização sobre Operações		938	2.014
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		443	380
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	2.962	2.978
Débitos Diversos	15	7.436	12.750
Passivo não circulante		64.271	60.375
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	31.711	31.564
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		31.617	30.685
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		94	879
Provisões		32.560	28.811
Provisões para Tributos Diferidos	8	–	1.010
Provisões para Ações Judiciais	16	32.560	27.801
Patrimônio Líquido		215.867	187.463
Capital Social	17	147.281	96.281
Reservas		70.972	91.114
Reservas de Lucros/Sobras/Retenção de Superavits		70.972	91.114
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5	(2.386)	68
Total do Passivo		402.367	354.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18.a	626.107	512.979
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		632.178	518.037
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos		637.086	518.755
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(4.908)	(718)
(–) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(6.071)	(5.058)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	18.b	(546.660)	(397.982)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(540.365)	(393.047)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(6.295)	(4.935)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		79.447	114.997
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	18.c	(6.629)	(6.324)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(7.739)	(9.103)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		1.110	2.779
Resultado Bruto		72.818	108.673
Despesas de Comercialização	18.d	(52.385)	(34.334)
Despesas Administrativas	18.e	(69.597)	(47.386)
Resultado Financeiro Líquido	18.f	6.923	8.366
Receitas Financeiras		12.750	8.854
Despesas Financeiras		(5.827)	(488)
Resultado Patrimonial	18.g	336	(1)
Receitas Patrimoniais		389	–
Despesas Patrimoniais		(53)	(1)
Resultado com Seguro e Resseguro		–	(4.072)
Receitas com Seguro e Resseguro		–	(842)
Despesas com Seguro e Resseguro		–	(3.230)
Resultado antes dos Impostos e Participações		(41.905)	31.246
Imposto de Renda	19	10.818	(7.430)
Contribuição Social	19	6.438	(4.735)
Participações sobre o Lucro		–	(176)
Resultado Líquido		(24.649)	18.905
Quantidade de ações no exercício		4.470.024	3.495.459
Quantidade de ações ordinárias		4.470.024	3.495.459
Resultado líquido por ação		(5,51)	5,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.281	82.166	(51)	–	178.396
Impacto de provisões de Contingências Fiscal conforme RN 435	–	(5.467)	–	–	(5.467)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	119,00	–	119
Lucro líquido do exercício	–	–	–	18.905	18.905
Reserva legal	–	945	–	(945)	–
Reservas estatutárias	–	13.470	–	(13.470)	–
Dividendos propostos	–	–	–	(4.490)	(4.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96.281	91.114	68	–	187.463
Aumento de capital RCA 28.05.2021	6.000	–	–	–	6.000
Aumento de capital RCA 27.09.2021	20.000	–	–	–	20.000
Aumento de capital RCA 21.12.2021	25.000	–	–	–	25.000
Outros	–	17	–	–	17
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(2.454)	–	(2.454)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(24.649)	(24.649)
Proposta da destinação do prejuízo	–	–	–	–	–
Reservas estatutárias	–	(24.649)	–	24.649	–
Reversão dos dividendos propostos de 2020	–	4.490	–	–	4.490
Saldos em 31 de dezembro de 2021	147.281	70.972	(2.386)	–	215.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(24.649)	18.905
Outros resultados abrangentes:		
Serão classificados subsequentemente para o resultado do período	(2.454)	119
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5.c)	(4.090)	198
Imposto de renda e contribuição social	1.636	(79)
Total dos resultados abrangentes	(27.103)	19.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	668.952	525.436
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	236.613	318.382
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.812	14.822
(–) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(551.030)	(386.458)
(–) Pagamento de Comissões	(58.810)	(48.656)
(–) Pagamento de Pessoal	(26.953)	(23.302)
(–) Pagamento de Pró-Labore	(323)	(731)
(–) Pagamento de Serviços Terceiros	(11.924)	(11.291)
(–) Pagamento de Tributos	(43.733)	(18.441)
(–) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(5.626)	(6.536)
(–) Pagamento de Promoção/Publicidade	(133)	(109)
(–) Aplicações Financeiras	(243.485)	(331.714)
(–) Outros Pagamentos Operacionais	(22.136)	(23.115)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(47.776)	8.287
Atividades de Investimentos		
(–) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(1.263)	(8.515)
(–) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(3)	–
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(1.266)	(8.515)
Atividades de Financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	48.427	–
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	48.427	–
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	(615)	(228)
Caixa - Saldo Inicial	2.707	2.935
Caixa - Saldo Final	2.092	2.707

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais.

	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	(24.649)	18.905
Ajustes para:		
Depreciação (nota 10 e 11.a)	(347)	240
Amortização (nota 11.b)	1.574	3.017
Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (nota 18.c)	(1.110)	(2.779)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (DMPL)	(2.454)	119
Outros (DMPL)	17	(5.467)
Dividendos Propostos Absorvidos	7.062	–
Perda por Redução ao Valor Recuperável do Intangível (nota 11.a 11.b)	53	–
Write-offs Sistemas (nota 11.a 11.b)	3.900	–
Resultado Líquido Ajustado	(15.954)	14.035
Aplicações Financeiras	(12.309)	(19.567)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(10.168)	(2.912)
Despesas Diferidas	(7.249)	(16.154)
Créditos Tributários e Previdenciários	(19.136)	8.232
Bens e Títulos a Receber	(760)	1.250
Despesas Antecipadas	522	506
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.910)	(4.198)
Imóveis Destinados à Renda	–	–
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	21.708	23.322
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(939)	66
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(16)	464
Débitos Diversos	(5.314)	(1.601)
Provisões Judiciais	4.759	4.735
Provisões para Tributos Diferidos	(1.010)	109
Caixa (Consumido/Gerado) pelas Operações	(47.776)	8.287

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sompo Saúde Seguros S.A., doravante referida também como "Seguradora", tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde. A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Cubatão, 320, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo. A Seguradora é subsidiária integral da Sompo Seguros S.A. Suas operações são conduzidas de forma integrada com a sua controladora Sompo Seguros S.A. com a qual compartilha parcela significativa da estrutura administrativa e operacional e cujos custos são atribuídos a cada empresa, segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Seguradora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Seguradora possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob nº 000477. Em 30 de dezembro de 2021 a Sompo Seguros S.A., controladora da Sompo Saúde Seguros S.A., celebrou um Acordo de Venda de Ações com a Sul América Companhia de Seguro Saúde cujo objeto, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes, será a venda da totalidade das ações da Sompo Saúde com a transferência do controle acionário à Sul América.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435, de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Seguradora e pelo Conselho de Administração da sua controladora em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método direto conforme Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS. ***a) Base para mensuração e elaboração:*** A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos a valor justo por meio do resultado. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas. ***b) Moeda funcional e de apresentação:*** As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. ***c) Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas à funcionar pela ANS, e exige que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para o estabelecimento dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 3 e as listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro: • Nota 5 - Aplicações financeiras; • Nota 12 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; e • Nota 15 - Provisões judiciais. ***d) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela seguradora: I. CPC 48 - IFRS 9 - Instrumentos financeiros:*** A nova norma estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações financeiras para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 48 - Instrumentos Financeiros divulgado em dezembro de 2016. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023. ***II. CPC 06 (R2) - IFRS 16 - Arrendamentos:*** A nova norma requer que as Seguradoras tragam seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, foi recepcionada pela ANS somente a partir de 1º de janeiro de 2022. A Sompo Saúde Seguros não possui contratos de arrendamento mercantil, portanto, não terá impactos na transição. ***III. CPC 50 - IFRS 17 - Contratos de Seguros:*** a norma estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária, quando emitidos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A seguradora avalia a mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. A norma ainda não foi adotada pela ANS. Não há outras normas ou interpretações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Reconhecimento e mensuração dos contratos de seguros:*** Os prêmios de seguros saúde são reconhecidos no resultado ao longo do período de vigência do risco coberto. Os prêmios de seguros que têm emissão antecipada ao período de cobertura de risco são mantidos em conta patrimonial retificadora da conta de prêmios a receber até o início do período de cobertura do risco. A Seguradora conclui que a melhor estimativa para a mensuração da provisão para redução ao valor recuperável é a calculada conforme os critérios definidos pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações. Os referidos critérios levam em consideração, principalmente, a quantidade de dias de atraso dos prêmios a receber. ***b) Despesas de comercialização diferidas:*** As despesas de comercialização diferidas são registradas quando o pagamento dos contratos ou faturas são realizados e apropriadas ao resultado durante o período de 24 meses - tempo estimado de permanência dos contratos conforme estudo. A expectativa de diferimento do agenciamento esta divulgado na nota explicativa nº 7. ***c) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos. São recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata. Esta disponibilidade tem como principal função, atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês. ***d) Ativos financeiros:*** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial de acordo com as seguintes categorias: • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos disponíveis para a venda; e • Recebíveis. ***e) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:*** A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: **i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros cujo a a finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **ii. Ativos financeiros disponíveis para a venda:** São ativos financeiros não derivativos, designados como disponível para venda ou que não são classificados como "empréstimos e recebíveis" e "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. **iii. Recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os "Prêmios a receber". ***f) Determinação do valor justo:*** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora adota a seguinte prática: ***i.*** **Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):** O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: Para as letras financeiras (LF's) pós-fixadas cujo a rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e para as letras financeiras (LF's) prefixadas, utiliza-se a taxa contratada, além dos componentes principais descritos acima. A precificação considera, também, as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda. ***ii.*** **Títulos públicos:** O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). ***iii.*** **Quotas de fundos de investimentos:** O valor unitário da quota dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. ***g) Recuperabilidade de ativos financeiros:*** A Seguradora avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. • Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, conforme mencionado na nota explicativa 3.a. ***h) Recuperabilidade de ativos não financeiros:*** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para a recuperabilidade quando ocorrem circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. ***i) Investimentos:*** Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos são registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. ***j) Imobilizado:*** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados para a condução dos negócios. Tais ativos são registrados conforme CPC 27 - Ativo imobilizado isto é, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação que é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 11.a. ***k) Intangível:*** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática que são controlados pela Seguradora, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa" 11.b. Durante o último trimestre de 2020, com o apoio de sua controladora indireta Sompo International Holdings, a Seguradora tem realizado profundas avaliações de suas operações e investimentos visando aumentar a sua rentabilidade, culminando em mudanças importantes, dentre as quais, a revisão dos investimentos em ativos intangíveis de sistemas. Dessa feita, na data-base de 31/12/2020, a Seguradora compreendeu que, à luz dos portfólios nos quais investirá, os benefícios dos sistemas constantes em seus ativos intangíveis não atendem como esperado essa nova estratégia, e por isso, se realizam no máximo em 5 anos. Outro ponto importante para corroborar essa premissa de vida útil é a necessidade da Seguradora manter contínuos investimentos nesses sistemas para que gerem os benefícios para os quais foram investidos, uma vez que, devido suas característica desses sistemas, podem entrar em obsolescência enquanto soluções tecnológicas sem tais investimentos. Como resultante dessa revisão prospectiva da vida útil dos ativos intangíveis de sistemas de tecnologia, que ora seriam amortizados, cada qual segundo premissa técnica específica variando entre 5 a 25 anos, foi analisada e determinada de forma técnica a nova premissa de vida útil desses ativos como máximo de 5 anos. Com isso, a rubrica de amortização de sistemas no resultado da Seguradora passou para R$ 3.0 milhões em 2020. A alteração prospetiva dos ativos intangíveis de tecnologia teve como base o CPC 04 - Ativos Intangíveis e IAS 38. ***l) Provisões técnicas:*** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa (RN) nº 393 de 09 de dezembro de 2015 da ANS, respeitadas as adequações e/ou alterações de legislações atuais, e as deliberações aprovadas 10ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da ANS referente ao processo SEI 33910.040590/2021-32, com base em critérios, parâmetros e fórmulas, documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). **I. PPCNG:** A provisão para prêmios/contraprestações não ganhas - PPCNG refere-se à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu e é constituída com base nos prêmios apropriados pelo valor correspondente ao rateio diário "pro-rata-die" do período de cobertura individual de cada contrato, e em pré-pagamento a partir do primeiro dia de cobertura, para a cobertura dos sinistros a ocorrer. **ii. PESL:** A provisão de eventos/sinistros a liquidar - PESL, referente ao montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela Seguradora. **iii. PEONA:** A provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados - PEONA, refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros, que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Seguradora. Para a provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados originados no sistema de saúde SUS - PEONA-SUS, o valor provisionado é apurado por metodologia própria, aprovada pela ANS. **iv. Remissão:** A provisão de remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. **v. Provisão para insuficiência de Contraprestações (PIC):** A provisão para insuficiência de prêmios/contraprestações - PIC é constituída para cobrir os pagamentos dos eventos/sinistros a ocorrer e outras despesas relacionadas diretamente ao contrato de seguro, sendo constituída integralmente, em caso de insuficiência de prêmio futuro. **vi. TAP:** De acordo com a Resolução Normativa Nº435/2018 da ANS, as operadoras de grande porte deverão informar em nota explicativa os resultados da realização do Teste de Adequação de Passivos - TAP . O objetivo do TAP é avaliar se as Provisões Técnicas constituídas são suficientes para cobrir as obrigações decorrentes do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento assumidos até determinada data-base. O TAP foi realizado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas atuais e realistas conforme parâmetros

continua →☆

continuação

SOMPO SAÚDE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

mínimos determinados pela referida resolução. As premissas aplicadas foram: • Os contratos foram segregados entre as modalidades, desde que operadas pela Seguradora na data-base do teste: (i) individual, (ii) coletiva empresarial, (iii) coletiva por adesão e (iv) corresponsabilidade assumida; • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos; • Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BREMS vigentes no momento da realização do TAP; • As premissas utilizadas para projeções de receitas (contribuições) e despesas (eventos e outras despesas relacionadas ao atendimento assistencial) foram baseadas na experiência histórica observada pela operadora considerando um horizonte de tempo de até 60 meses. • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco prefixada definidas pela ANBIMA. O resultado TAP, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, considerando as premissas e critérios acima citados, resultou para o agrupamento coletivo empresarial em uma suficiência de R$ 134.977 mil e para o agrupamento individual apresentou uma insuficiência de R$ 112.057 mil. Portanto, no resultado consolidado da Seguradora o Teste de Adequação de Passivos não indicou insuficiência de passivos contábeis. ***m) Benefícios a empregados:*** Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: *i.* **Aposentadoria:** A Seguradora é patrocinadora da PrevSompo - Sompo Entidade de Previdência Complementar, que administra 1 plano de benefício previdenciário, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. O plano de benefícios (Confortprev) está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a patrocinadora, de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados. ***ii.* Benefícios de rescisão - pós-emprego:** Os benefícios de rescisão, comumente chamados de pós-emprego, são os despendidos quando o emprego é rescindido pela Seguradora. Na Sompo Saúde, estes benefícios referem-se ao seguro saúde que é estimado de acordo com a convenção coletiva de trabalho. ***iii.* Programa de Bônus:** O Programa de Bônus foi criado especificamente para o ano de 2021 com o objetivo de engajar e motivar as equipes para atingir as metas do Plano de Recuperação da empresa. Será reconhecida a performance para o ano fiscal, iniciando em janeiro/21 e encerrando em dezembro/21, considerando a soma do resultado das empresas: Sompo Seguros S.A. e Sompo Saúde Seguros S.A.. O Programa contemplará além do Indicador Corporativo da empresa (prejuízo orçado) mais 2 Indicadores por Equipes, derivados do BSC de cada área da empresa. Para cada nível hieráquico, há um potencial de ganho em múltiplos de salários e caso a empresa atinja o objetivo determinado, os valores serão pagos em março/22, após o fechamento dos números oficiais da empresa (Balanço Patrimonial de 2021). ***n) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em 14 de julho de 2021 a Lei 14.183 alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço e será reduzida na medida em que sua realização não seja provável. ***o) Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:*** A Seguradora reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cujo a probabilidade de perda seja considerada provável, e estão divulgadas segundo o CPC 25 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. As obrigações legais objeto de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa e as obrigações decorrentes do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS são provisionados em sua integralidade, de acordo com relatório fornecido pela Agência Nacional de Saúde - ANS. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes.

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO E RISCO FINANCEIRO

A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em 31 de dezembro de 2021, o desempenho da carteira de investimentos da Sompo Saúde Seguros S. A., atingiu 2,54% no acumulado do período, representando 57,35% do CDI que foi de 4,42%. O CDI de 2020 acumulado foi de 2,76% e o desempenho da carteira foi de 3,16% no ano, representando 114,32% do CDI. ***a) Gestão de risco de seguro:*** A Seguradora comercializa contratos de plano de seguro saúde coletivos: empresariais e pequenas e médias empresas (PME). O seguro saúde comercializado é destinado às pessoas jurídicas, sendo que o grupo segurável inclui sócios, funcionários e seus dependentes. Os segurados dispõem de uma ampla rede referenciada, contemplando médicos, laboratórios e hospitais. Além disso, os segurados podem optar pelo reembolso das despesas médico-hospitalares, dentro dos limites do plano contratado. O seguro saúde possui diversos produtos para contratação, sendo que o risco de seguro está vinculado ao produto contratado. O seguro para pequenas e médias empresas (PME) é destinado às empresas com no mínimo 2 (dois) e no máximo 29 (vinte e nove) segurados entre titulares e dependentes. Contratos celebrados a partir de 30 (trinta) segurados são classificados como empresariais. A Seguradora possui uma carteira de segurados de planos individuais (run-off) que se encontra representada por contratos emitidos em períodos passados quando esse plano era comercializado pela Sompo Saúde e que ainda estão vigentes, regulados segundo as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e/ou pelo contrato firmado (planos não regulamentados, isto é, vendidos antes da existência da ANS), garantindo todos os direitos previstos aos nossos segurados nesses contratos. A Seguradora administra os riscos originados dos contratos de seguro saúde empresarial e PME através de sua estratégia de negociação, análise detalhada de risco e um sistema de liquidação de sinistros criterioso. Para os riscos relacionados ao aumento da frequência e severidade na utilização dos planos de saúde, a Seguradora conta ainda com uma equipe de auditoria e gestão médica interna e externa para regulação de procedimentos mais críticos. A Seguradora possui uma boa relação com corretores, clientes, rede referenciada (hospitais, laboratórios, clínicas e profissionais da área da saúde) e diversos fornecedores. Destaca-se o ano de 2021 pelos impactos causados pela COVID-19, ano que registrou muitos casos de internações complexas de urgência decorrentes de causas diretas da infecção da COVID-19 e mesmo de doenças respiratórias sem que tenha havido o diagnóstico de COVID-19, tendo a Sompo Saúde S.A. atuado para auxiliar os segurados nos cuidados com sua saúde. Outro impacto importante no sinistro foi a retomada de utilização eletiva pelos segurados, tanto de demanda recente quanto de procedimentos médicos eletivos não realizados devido a necessidade de isolamento decretada pelo governo brasileiro. ***b) Gestão de riscos financeiros:*** Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se, também, os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o comitê de investimentos que avalia a exposição ao risco. ***i.* Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se, como parte essencial do ciclo operacional, a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações:

Fluxos de caixa contratuais em 31 de Dezembro 2021

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.092							2.092
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	–	–	–	–	–	–	21.603	21.603
Título de renda fixa público	–	–	–	–	–	–	–	–
Título de renda fixa privado	–	–	–	–	–	–	21.603	21.603
Ativos financeiros disponíveis para a venda	33.860	6.343	20.537	–	137.340	3.550	–	201.630
Título de renda fixa público	31.920	6.343	20.537	–	120.342	3.550	–	182.692
Título de renda fixa privado	1.940	–	–	–	16.998	–	–	18.938
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	27.633	330	332	110	–	–	–	28.405
Prêmios a receber de segurados e coparticipação - decorrido	27.379	322	324	107	–	–	–	28.132
Outros créditos operacionais	254	8	8	3	–	–	–	273
Títulos e créditos a receber	4.325	–	–	–	–	–	11.424	15.749
Bens e títulos a receber	4.325	–	–	–	–	–	262	4.587
Créditos tributários e previdenciários	–	–	–	–	–	–	11.162	11.162
Custos de aquisição diferidos	–	–	–	–	–	–	31.417	31.417
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	–	–	–	–	50.427	50.427
Total dos ativos financeiros	67.910	6.673	20.869	110	137.340	3.550	114.871	351.323
Passivos financeiros								
Provisões técnicas	33.351	–	–	–	94	–	108.255	141.700
Débitos das operações com assistência à saúde	1.376	101	95	59	175	36	–	1.842
Tributos e encargos sociais a recolher	2.962	–	–	–	–	–	–	2.962
Débitos Diversos	6.090	–	–	–	–	–	1.346	7.436
Obrigações com pessoal	3.809	–	–	–	–	–	–	3.809
Depósitos de terceiros	–	–	–	–	–	–	1.346	1.346
Fornecedores	285	–	–	–	–	–	–	285
Outros débitos a pagar	1.996	–	–	–	–	–		1.996
Provisões judiciais	–	–	–	–	–	–	32.560	32.560
Total dos passivos financeiros	43.779	101	95	59	269	36	142.161	186.500

***ii.* Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da política corporativa de investimentos financeiros, que determina como rating mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os mesmos são substancialmente reduzidos (é considerado baixa) onde, em certos casos, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2021 distribuídos por "rating" de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria sem rating compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais:

Posição em 31 de dezembro de 2021

Ativos financeiros/rating	AAA	Sem rating	Total
A valor justo por meio do resultado	21.603	–	21.603
Título de renda fixa privado	21.603	–	21.603
Disponíveis para a venda	201.630	–	201.630
Título de renda fixa público	182.692	–	182.692
Título de renda fixa privado	18.938	–	18.938
Caixa e equivalentes de caixa	–	2.092	2.092
Prêmios a receber de segurados	–	28.132	28.132
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	273	273
Total do circulante e não circulante	223.233	30.497	253.730

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados *impaired* e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados *impaired*.

Posição em 31 de dezembro de 2021

	Ativos não vencidos e não deteriorados	Ativos vencidos 0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda	Saldo contábil 31/12/2021
Caixa e equivalentes	2.092	–	–	–	–	–	2.092
Valor justo por meio do resultado	21.603	–	–	–	–	–	21.603
Título de renda fixa privado	21.603	–	–	–	–	–	21.603
Disponíveis para a venda	201.630	–	–	–	–	–	201.630
Título de renda fixa público	182.692	–	–	–	–	–	182.692
Título de renda fixa privado	18.938	–	–	–	–	–	18.938
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	25.920	2.672	765	1.981	2.246	(5.179)	28.405
Prêmio a receber	25.819	2.611	747	1.935	2.199	(5.179)	28.132
Outros créditos operacionais	101	61	18	46	47	–	273
Depósitos judiciais e fiscais	50.427	–	–	–	–	–	50.427
Total do circulante e não circulante	301.672	2.672	765	1.981	2.246	(5.179)	304.157

iii.* Gestão de risco de mercado:** A Seguradora, utiliza análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (Value at Risk), a Seguradora utiliza como limite 0,5% ao dia, com 95% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2021, a perda máxima potencial é de 0,08% do valor total da carteira de investimentos. O VaR tem como objetivo estimar uma possível perda máxima da carteira de investimentos com um determinado índice de confiança. A metodologia do VaR paramétrico utiliza uma rentabilidade estimada e assume uma distribuição normal de rentabilidade, considerando variáveis econométricas e estatísticas. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e, havendo um momento de stress que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio da Seguradora, convoca o comitê de investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas prefixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). ***c) Gestão de risco de capital: A Seguradora executa a gestão de risco do capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo relatório, segundo critérios de exigibilidade emitidos pela ANS. Em Setembro de 2021, a entidade aderiu ao termo de utilização antecipada do capital baseado em risco da ANS. Sendo assim, até dezembro de 2022 utilizará a metodologia transitória onde considera o cálculo da margem de solvência e o CBR para a apuração do capital regulatório, de acordo com a RN 451 de 2020. Tanto a estratégia, como o modelo utilizado, são considerados pela Administração como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco do capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização de ambos os níveis e diversificação das fontes de capital disponíveis, e de manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora, comitês de planejamento financeiro e riscos. Os principais objetivos da Seguradora na gestão de capital são: (i) Manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS; e (ii) Otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Nos fechamentos dos anos fiscais de 2021 e 2020, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. A tabela apresentada a seguir demonstra o cálculo de capital mínimo regulatório em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Patrimônio líquido contábil	215.868	187.463
(–) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa	(16.509)	(2.354)
(–) Despesas de comercialização diferidas	(31.417)	(24.168)
(–) Despesas antecipadas	(854)	(1.376)
(–) Ativos intangíveis	(12.810)	(17.066)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	154.278	142.499
Parte A Pré-pagamento		
(A) Prêmios (últimos 36 meses)	1.587.808	1.533.554
(A) 36 meses prêmio ret. anual (0,2)	105.854	102.237
(A) Sinistros (últimos 60 meses)	2.251.380	2.165.576
(A) 60 meses Sins.Ret.Anual (0,33)	148.591	142.928
Parte B Pré-pagamento		
(B) Prêmios (últimos 12 meses)	582.973	513.499
(B) 12 meses prêmio ret. anual (0,2)	116.595	102.700
(B) Sinistros (últimos 36 meses)	1.329.215	1.249.924
(B) 36 meses sins. ret. anual (0,33)	146.214	137.492
Parte A Pós pagamento		
(A) Prêmios (últimos 36 meses)	39.210	2.629
(A) 36 meses prêmio ret. anual (0,2)	7.842	526
(A) Sinistros (últimos 60 meses)	28.111	1.708
(A) 60 meses Sins.Ret.Anual (0,33)	9.277	564
Parte B Pós-pagamento		
(B) Prêmios (últimos 12 meses)	36.580	2.629
(B) 12 meses prêmio ret. anual (0,2)	7.316	526
(B) Sinistros (últimos 36 meses)	28.111	1.708
(B) 36 meses sins. ret. anual (0,33)	9.277	564
(C) Margem de Solvência	156.679	140.774
Regra de transição Resolução normativa nº 451		
(A) Margem de solvência	156.679	–
(A.1) 75% margem de solvência	117.509	–
(B) Margem de solvência março/2020	146.699	–
(C) Capital regulatório: maior valor entre (A.1) e (B)	146.699	–
(D) PLA	154.278	–
Suficiência (D) - (C)	7.579	–
Suficiência	7.579	1.724

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. ***a) Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:*** A divulgação por nível relacionada a mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; • Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

b) Resumo das aplicações

2021

	Taxa Contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		21.603	–	–	21.603	–	–	21.603	21.603
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		21.603	–	–	21.603	–	–	21.603	21.603
Ativos financeiros disponíveis para venda		60.740	64.484	76.406	205.607	(3.977)	182.692	18.938	201.630
Títulos públicos federais - LFT, LTN e NTN-B	100% Selic (LFT)								
	4,24% a.a. até 5,86% a.a. (LTN)	58.800	47.486	76.406	186.583	(3.891)	182.692	–	182.692
Títulos privados - letras financeiras - LF	107% CDI (LF) 5,92% a.a (LF)	–	16.998	–	17.084	(86)	–	16.998	16.998
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB e DPGE	100% até 125% CDI (CDB e DPGE)	1.940	–	–	1.940	–	–	1.940	1.940
Total		82.343	64.484	76.406	227.210	(3.977)	182.692	40.541	223.233

2020

	Taxa Contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		16.325	–	–	16.325	–	–	16.325	16.325
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		16.325	–	–	16.325	–	–	16.325	16.325
Ativos financeiros disponíveis para venda		62.389	8.993	123.217	194.487	112	166.881	27.718	194.599
Títulos públicos federais - LFT, LTN e NTN-B	100% Selic (LFT)								
	4,24% a.a. até 5,86% a.a. (LTN)	37.603	7.156	122.122	166.776	105	166.881	–	166.881
Títulos privados - letras financeiras - LF	107% CDI (LF) 5,92% a.a. (LF)	4.542	–	1.095	5.618	19	–	5.637	5.637
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB e DPGE	100% até 125% CDI (CDB e DPGE)	20.244	1.837	–	22.093	(12)	–	22.081	22.081
Total		78.714	8.993	123.217	210.812	112	166.881	44.043	210.924

c) Movimentação das aplicações financeiras

2021

	Saldo em 31/12/20	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Bloqueio Judicial	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/21
Valor justo por meio do resultado	16.325	101.600	(97.745)	1.511	(88)	–	21.603
Quotas de fundos de investimentos abertos	16.325	101.600	(97.745)	1.511	(88)	–	21.603
Disponíveis para venda	194.599	141.885	(138.868)	8.104	–	(4.090)	201.630
Títulos privados - CDB, Letras Financeiras e DPGE	27.718	25.866	(35.719)	1.166	–	(93)	18.938
Títulos públicos federais - LFT/ LTN/ NTN-B e NTN-F	166.881	116.019	(103.149)	6.938	–	(3.977)	182.692
Total	210.924	243.485	(236.613)	9.615	(88)	(4.090)	223.233

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER (*)

a) Composição dos saldos

	2021	2020
Pessoa jurídica	1.239	1.439
Pessoa física	30.877	18.639
Total prêmios a receber (*)	32.116	20.078
Participação dos benefícios em sinistro	1.195	1.308
Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(5.179)	(6.290)
Subtotal	28.132	15.096
Outros créditos operacionais	273	2.030
Total	28.405	17.126

(*) Os títulos e créditos a receber referem-se a faturas que possuem depósitos judiciais atrelados.

b) Idade dos saldos - prêmios a receber

	2021	2020
A vencer	25.819	12.057
Vencidos de 1 a 30 dias	1.864	2.182
Vencidos de 31 a 60 dias	426	802
Vencidos de 61 a 120 dias	494	512
Vencidos de 121 a 180 dias	574	754
Vencidos de 181 a 365 dias	1.935	751
Vencidos há mais de 365 dias	2.199	4.328
Subtotal	33.311	21.386
PPSC	(5.179)	(6.290)
Total	28.132	15.096

7. DESPESAS DIFERIDAS

Expectativa de diferimento do Agenciamento:

	Despesas Diferidas
2021	31.417.207
2022	(23.769.597)
2023	(7.647.611)

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, PREVIDENCIÁRIOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

a) Movimentação de créditos tributários e previdenciários

	2021	2020
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 7.a)	17.120	13.587
Créditos de PIS e COFINS	5.040	5.899
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	16.509	2.354
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.584	2.794
Outros créditos tributários	538	1.021
Total circulante e não circulante	44.791	25.655
(–) Tributos diferidos passivo	–	(1.010)
Total circulante e não circulante	44.791	24.645

Tendo em vista que os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais, o prazo de sua realização está condicionado ao desfecho das ações judiciais em andamento.

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.586	4.268	(734)	17.120
Créditos de PIS e COFINS	5.899	1.282	(2.141)	5.040
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	2.355	15.779	(1.625)	16.509
Outros créditos tributários	2.794	11.363	(8.573)	5.584
Créditos tributários de diferenças temporárias	1.021	9	(492)	538
(–) Tributos diferidos passivo	(1.010)	1.019	(9)	–
Total do circulante e não circulante	24.645	33.720	(13.574)	44.791

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

Ano da constituição do crédito	Base de cálculo	Crédito tributário	Base de cálculo	Crédito tributário
2018	1.873	468	1.845	277
2019	2.626	657	2.953	443
2020	–	–	–	–
2021	36.656	9.164	36.670	5.501
Total	41.155	10.289	41.468	6.220

c) Cronograma de realização dos créditos tributários

Saldos a compensar em 31/12/2021, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de Renda	Contribuição Social
2022	0%	0%
2023	12%	12%
2024	17%	17%
2025	27%	26%
2026	13%	12%
2027	32%	32%
	100%	100%

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Detalhamento de depósitos judiciais	2021	2020
Fiscal	23.657	23.011
Sinistros	21.316	19.849
Cíveis	3.892	4.745
Trabalhista	118	501
Outros	1.444	411
Total	50.427	48.517

10. INVESTIMENTOS

Imóveis destinados a renda: Tratam-se imóveis próprios da Seguradora cujo a finalidade é obter renda através da locação. Sua reclassificação foi feita pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada e perdas por impairment, quando aplicável.

	Saldo em 31/12/2020	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Edificações	373	–	217	590
Terrenos	541	–	–	541
Total	914	–	217	1.131

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	Saldo em 2020	Aquisições	Depreciação	Baixas	Saldo em 2021	Taxas de Depreciação (%)
Equipamentos	2	3	(2)	(1)	2	20%
Imóveis de uso próprio	2.486	–	132	–	2.618	2,5% a 6,7%
Móveis, máquinas e utensílios	2	–	–	(2)	–	10%
Sistemas aplicativos (*)	5	–	–	(5)	–	4% - 20%
	2.495	3	130	(8)	2.620	

(*) Referem-se a Hardware.

b) Intangível

	Saldo em 2020	Aquisições	Amortização	Transferências	Impairment	Write-offs	Saldo em 2021
Sistemas de computação	6.293	–	(1.574)	6.832	(34)	(3.900)	7.617
Outros Intangíveis (*)	10.773	1.263	–	(6.832)	(11)	–	5.193
	17.066	1.263	(1.574)	–	(45)	(3.900)	12.810

(*) Referem-se a projetos em curso.

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Provisão de prêmios não ganhos - PPCNG	Provisão para remissão	Provisão para insuficiência de Contraprestações	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	PEONA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.195	1.462	–	41.345	47.668	96.670
Constituição	3.124	515	–	491.650	5.359	500.648
Reversão/pagamentos	(2.016)	(359)	–	(474.527)	(424)	(477.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.303	1.618	–	58.468	52.603	119.992
Constituição	5.086	714	4.470	708.308	9.060	727.638
Reversão/pagamentos	(2.031)	(276)	–	(700.857)	(2.766)	(705.930)
Saldo final do exercício	10.358	2.056	4.470	65.919	58.897	141.700

(*) A Provisão de Sinistros a Liquidar inclui avisos de débitos relativos a ressarcimento de custos pleiteados pelo SUS no montante de R$32.473 e (R$31.251 em 2020)

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021	2020
Provisão técnica	141.700	119.992
(=) Total a ser coberto	96.715	103.777
Ativos garantidores	146.205	118.447
Títulos de renda fixa - Públicos	127.266	110.014
Certificados de depósitos bancários	–	959
Letras Financeiras	16.999	5.636
DPGE	1.940	1.838
(=) Excesso de cobertura	49.490	14.671
Ativos Livres	77.028	92.477

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
PIS e COFINS	485	443
Imposto sobre operações financeiras - IOF	430	454
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	582	612
Contribuições previdenciárias	636	666
Outras	829	802
Total de tributos e contribuições a recolher	2.962	2.978

15. DÉBITOS DIVERSOS

	2021	2020
Obrigação com o pessoal	3.810	2.507
Provisão de férias	2.720	2.449
Outras obrigações com o pessoal	1.090	58
Débitos diversos	3.626	10.243
Depósitos de terceiros (*)	1.346	192
Outros débitos a pagar à Sompo Seguros	1.460	1.115
Dividendos a pagar	–	7.062
Fornecedores	285	738
Outros débitos a pagar	535	1.136
Total de passivos financeiros	7.436	12.750

16. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Quantidades e valores por probabilidade de risco

	2021 Quantidade	2021 Valor Envolvido	2021 Provisão	2020 Quantidade	2020 Valor Envolvido	2020 Provisão
I - Fiscais						
Perda provável	1	21.498	21.498	1	15.889	15.889
Perda possível	1	2.191	2.191	1	2.132	2.132
	2	23.689	23.689	2	18.021	18.021
II - Cíveis						
Perda provável	177	8.026	8.829	204	9.571	9.571
Perda possível	146	8.789	–	118	6.370	–
Perda remota	65	3.178	–	73	1.841	–
	388	19.993	8.829	395	17.782	9.571

continua

continuação

SOMPO SAÚDE SEGUROS S.A.
CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

II - Trabalhistas	2021 Quantidade	2021 Valor Envolvido	2021 Provisão	2020 Quantidade	2020 Valor Envolvido	2020 Provisão
Perda provável	3	42	42	6	209	209
Perda possível	1	10	–	4	517	–
Perda remota	–	–	–	1	–	–
	4	52	42	11	726	209
Total Geral						
Perda provável	181	29.566	30.369	211	25.669	25.669
Perda possível	148	10.990	2.191	123	9.019	2.132
Perda remota	65	3.178	–	74	1.841	–
	394	43.734	32.560	408	36.529	27.801

As quantidades demonstradas na tabela acima referem-se ao número de pedidos por ação judicial. A perspectiva em relação à probabilidade de perda é baseada na opinião dos assessores jurídicos da Seguradora e da Administração.

b) Movimentações das provisões judiciais

Natureza	Saldo em 31/12/2020	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldo em 31/12/2021
I - Fiscal	18.021	–	5.668	–	23.689
II - Cíveis	9.571	3.923	1.503	(6.168)	8.829
III - Trabalhista	209	–	13	(180)	42
Total	27.801	3.923	7.184	(6.348)	32.560

c) Descrições resumidas das principais ações judiciais: Provisões fiscais: I. PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade da contribuição ao PIS a partir do ano-calendário de 2001, nos moldes da Lei nº 9.701/98, Medida Provisória MP 2158-33/01 e reedições, bem como pela Lei nº 9.718/98, encontrando-se a ação com julgamento sobrestado dos recursos especial e extraordinário interpostos pela Seguradora, os quais aguardam julgamento definitivo do "leading case" em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF. Em conformidade a Resolução 435/18 da ANS os valores foram integralmente provisionados independentemente da sua probabilidade de perda no valor total de R$ 21.286. ***ii. ISS - Prefeitura de São Paulo:*** A Seguradora discute judicialmente a cobrança de débitos de ISSQN decorrentes das divergências entre as notas fiscais de prestadores e as notas fiscais de tomador do período de 2010 a novembro/2015. A ação encontra-se em fase realização de perícia contábil, permanecendo pendente de julgamento em primeira instância. Os valores cobrados foram integralmente depositados judicialmente e provisionados. Em conformidade a Resolução 435/18 da ANS os valores foram integralmente provisionados independentemente da sua probabilidade de perda no valor total de R$ 2.191. ***Provisões trabalhistas:*** A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão no valor total de R$ 42 para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável". ***Provisões cíveis:*** A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão no valor total de R$ 8.829 para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável".

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em dezembro de 2021 é de R$ 147.281, representado por 4.470.024 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 2021 foram realizados três aumentos de capital, em maio o aumento foi de R$ 6.000, em setembro R$ 20.000 e em dezembro R$ 25.000. ***b) Reserva legal:*** Constituída quando houver lucro, pelo valor correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social, sendo seu valor limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social quando a reserva estatutária não for suficiente. ***c) Reserva estatutária:*** A reserva estatutária, denominada reserva especial no estatuto da Seguradora, é constituída quando houver lucro líquido no exercício após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros, aumento de capital social ou distribuição de bonificações aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral. ***d) Dividendos:*** Os dividendos são registrados contabilmente quando sua distribuição é proposta pela Administração ou deliberada pelos acionistas. Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrada como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. ***e) Ajustes de avaliação patrimonial:*** Ajustes de avaliação patrimonial compreendem alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

	2021	2020
a) Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	626.107	512.979
Ramos	654.715	527.810
Individual	96.337	95.384
Empresarial	558.378	432.426
Corresponsabilidade Cedida	(17.629)	(9.055)
Individual	(30)	(16)
Empresarial	(17.599)	(9.039)
Variação das provisões técnicas	(4.908)	(718)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(6.071)	(5.058)
COFINS	(3.933)	(4.351)
PIS	(2.138)	(707)
b) Sinistros retidos	(546.660)	(397.982)
Indenizações avisadas	(707.471)	(492.991)
Recuperação em Coparticipação	5.466	5.752
Glosa	161.640	94.192
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(6.295)	(4.935)
c) Outras despesas operacionais	(6.629)	(6.324)
Provisão para perdas sobre créditos	1.110	2.779
Despesas com apólices e contratos	(1.735)	(745)
Despesas com cobrança	(241)	(184)
Despesas com sinistro e inspeção	(54)	(38)
Contingências cíveis	(53)	(2.542)
Outras despesas operacionais	(5.656)	(5.594)
d) Despesas de comercialização	(52.385)	(34.334)
Despesas com comissão	(60.754)	(17.801)
Despesas com agenciamento	9.594	(16.154)
Encargos sociais sobre comissões e agenciamentos	(379)	(379)
Outras despesas de comercialização	(846)	–
e) Despesas administrativas	(69.597)	(47.386)
Pessoal próprio	(47.415)	(32.934)
Serviços de terceiros	(8.895)	(5.199)
Despesas de localização e funcionamento	(3.966)	(2.126)
Depreciação/amortização	(1.227)	(3.257)
Depreciação	347	(240)
Amortização	(1.574)	(3.017)
Despesas com tributos	(1.734)	(503)
Despesas com contingências	(6.269)	(3.279)
Outras	(91)	(88)
f) Resultado financeiro líquido	6.923	8.366
Receitas financeiras	12.750	8.854
Rendimento - aplicações financeiras	9.687	6.150
Rendimentos - títulos públicos federais	7.010	5.389
Rendimentos - quotas e fundos de investimentos abertos	1.511	273
Rendimentos - certificados de depósitos bancários e letras financeiras	1.166	488
Atualização de depósitos judiciais	1.445	749
Outras receitas financeiras	1.618	1.955
Despesas financeiras	(5.827)	(488)
Juros sobre tributos	(4.707)	(201)
Depósitos SUS	(932)	(175)
Despesa financeira com títulos provados de renda fixa	(116)	(112)
Despesa financeira com títulos públicos federais	(72)	–
g) Resultado Patrimonial	336	(1)
Resultado na alienação com imóveis	389	(1)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(8)	–
Impairment de intangíveis	(45)	–
h) Resultado com resseguro	–	(4.072)
Despesa com resseguro	–	(4.072)
Outras despesas de resseguro	–	(4.072)

i) Contraprestações de corresponsabilidade cedida

Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar	Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-estabelecido 2020	2021
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	9.053	17.335
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	15	30
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	1	–
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	50	192
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	8.987	17.114
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	2	294
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	2	294
Total	9.055	17.629

19. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021 IRPJ	2021 CSLL	2020 IRPJ	2020 CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	(41.905)	(41.905)	31.246	31.246
Participações sobre o resultado	–	–	(176)	(176)
Resultado antes dos impostos e participações	(41.905)	(41.905)	31.070	31.070
Ajustes temporários	4.649	4.649	(1.150)	(1.150)
Passivos contingentes	4.759	4.759	2.439	2.439
Provisões para devedores duvidosos	(1.110)	(1.110)	(2.779)	(2.779)
Participação nos lucros e resultados	1.000	1.000	(846)	(846)
Provisão de amortização de projetos	–	–	36	36
Outros ajustes temporários:				
Ajustes permanentes	601	587	344	327
Outros ajustes permanentes	601	587	344	327
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.655)	(36.669)	30.264	30.247
Imposto de renda e contribuição social			(5.272)	(3.176)
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	9.164	5.501	(2.269)	(1.361)
Incentivo Fiscal	–	–	437	–
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.162	697	(288)	(173)
Outros ajustes	492	240	(38)	(25)
Total de imposto de renda e contribuição social	10.818	6.438	(7.430)	(4.735)
Alíquota efetiva	-25,82%	-15,36%	-23,91%	-15,24%

20. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir:

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Seguradora utiliza-se de certos componentes da estrutura administrativa e operacional de sua controladora. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes pagos de despesas administrativas para a controladora direta Sompo Seguros S.A. somaram R$ 14.162 (R$ 9.977 em 2020).

As despesas com seguro de vida cobertos pela controladora direta Sompo Seguros S.A. totalizaram R$ 42 (R$ 40 em 2020).

O seguro saúde dos funcionários da controladora direta Sompo Seguros S.A. é contratado com a Sompo Seguros Saúde S.A. A receita de prêmios no exercício totalizou R$ 28.201 (R$ 28.244 em 2020).

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Seguradora segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, segurados, corretores e prestadores de serviços com o objetivo de minimizar os impactos para a sociedade. O surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo para mitigar a propagação da pandemia impactaram o mercado de seguros como um todo.

A Seguradora já possuía um plano de continuidade de negócios (PCN) em caso de situações extremas dentre as quais, pandemias/epidemias. Por essa razão, em curto prazo, foi possível estabilizar os sistemas e manter a capacidade operacional, transferindo todos os colaboradores para um regime 'full home office' que contempla a central de atendimento, áreas operacionais, de tecnologia e filiais em todo o Brasil. Até o momento, não foram registradas deficiências operacionais relevantes de forma a impactar o atendimento aos clientes e parceiros. Como uma medida de enfrentamento da pandemia, em agosto de 2020, a ANS determinou a suspensão do reajuste anual e por faixa etária para planos de saúde nos meses de setembro a dezembro de 2020 permanecendo, porém, seu reconhecimento contábil por competência, com exceção do reajuste anual dos planos individual/familiar, que pelo fato da ANS não ter determinado o percentual máximo de reajuste, não foi possível seu respectivo reconhecimento contábil. Em termos dos prêmios a receber, a Seguradora não registrou impactos relevantes de alteração no comportamento da inadimplência, principalmente pelas medidas bem sucedidas que adotou, no período, como negociações diretas, aumento do parcelamento sem juros no meio de pagamento cartão de crédito, dentre outras. Com relação à sinistralidade, houve uma redução significativa do volume de contas médicas, devido, principalmente, à forte redução de cirurgia eletivas, exames de alta complexidade e internações, em decorrência da pandemia. Considerando que o cenário atual ainda é de incertezas em relação à duração da pandemia, os efetivos impactos do avanço da vacinação e os programas de governos locais para contenção do contágio e do número de mortes, a Seguradora seguirá zelando pela manutenção do atendimento de qualidade a todos os seus segurados, corretores, colaboradores e prestadores, e manterá o monitoramento tempestivo de seus principais indicadores de performance operacional e rentabilidade, adotando medidas para garantir a manutenção dos negócios sempre que necessário.

22. NORMATIVOS EMITIDOS E NÃO VIGENTES

a) Resolução Normativa - RN nº 472: A ANS emitiu a Resolução Normativa - RN nº 472, de 29 de setembro de 2021 revogando a RN Nº 435. Esta resolução dispõe sobre o novo plano de contas padrão para as operadoras de planos de assistência saúde; altera e inclui quadros nos documentos de informações periódicas das operadoras de planos de assistência à saúde - DIOPS/ANS. Esta RN entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. **b) Resolução Normativa - RNº 475:**
Dispõe sobre a classificação das operadoras de plano de assistência à saúde para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Esta RN entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

Conselho de Administração

Gen Iwao - Diretor Presidente
Alfredo Lália Neto
Ryo Tamura

Diretoria

Alfredo Lália Neto - Diretor Presidente
Fernando Antonio Grossi Cavalcante - Diretor Executivo
Celso Ricardo Mendes - Diretor Executivo
Daniel de Rosa - Diretor Executivo
Bruno Rodriguez Pereira - Diretor Executivo

Contador

Tiago Marcelo da Costa Paixão
CRC SP-257857/O-6

Atuário

Cristiane Martins da Silva
MIBA 1377

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Sompo Saúde Seguros S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sompo Saúde Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Saúde Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, para o fato de que em 30 de dezembro de 2021, a controladora, Sompo Seguros S.A., celebrou um Acordo de Venda das Ações da Sompo Saúde Seguros S.A., com a Sul América Companhia de Seguro Saúde ("adquirente"), cujo objeto, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e cumprimento das condições contratuais, será a venda da totalidade das ações da controlada com a transferência do controle acionário à adquirente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. Nossa opinião não contém modificação com relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Gilberto Bizerra de Souza
Contador CRC-RJ076.328/O-2

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.
Conjuntura Econômica - O PIB real avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.
Desempenho - A Safra Vida e Previdência S.A. encerrou o ano de 2021 com patrimônio líquido de R$ 384 milhões e lucro líquido de R$ 152 milhões. Os ativos totais totalizaram R$ 20,1 bilhões, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados a garantia de provisões técnicas e crédito de operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos somaram R$ 430 milhões no ano de 2021, com crescimento de 11,9% sobre igual período do ano anterior. O índice de sinistralidade foi de 10,1% no mesmo período.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		**749.505**	**593.170**
Disponibilidades	3(a) e 4	5.507	3.340
Aplicações	3(b) e 5(a-I)	614.772	494.763
Créditos das operações com seguros e resseguros	3(e-I)	83.003	67.186
Prêmios a receber	6(a-I)	77.416	65.345
Operações com seguradoras		33	39
Operações com resseguradoras	6(a-II)	5.554	1.802
Outros créditos operacionais	6(k)	62	53
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	9.787	9.044
Títulos e créditos a receber	3(h)	6.431	1.908
Créditos a receber	6(e-I)	6.238	1.659
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	109	162
Outros créditos		84	87
Despesas antecipadas		9	10
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	29.934	16.866
NÃO CIRCULANTE		**19.347.509**	**20.101.885**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		19.346.369	20.100.694
Aplicações	3(b) e 5(a-I)	19.257.300	20.018.466
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	3(e-I) e 6(a-I)	49.272	61.748
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	1.092	832
Títulos e créditos a receber	3(h)	3.597	2.653
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	3.549	2.605
Depósitos judiciais e fiscais	9(b)	48	48
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	35.108	16.995
INVESTIMENTOS		370	327
INTANGÍVEL	3(i)	770	864
TOTAL DO ATIVO		**20.097.014**	**20.695.055**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		**309.382**	**172.009**
Contas a pagar		78.656	14.130
Obrigações a pagar		2.743	1.652
Impostos e encargos sociais a recolher	3(o) e 10(c)	10.449	7.700
Encargos trabalhistas		223	126
Impostos e contribuições	3(o) e 10(c)	65.241	4.652
Débitos das operações com seguros e resseguros	3(e-II)	31.893	30.852
Operações com seguradoras e resseguradoras	6(h)	3.976	3.209
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	24.123	22.906
Outros débitos operacionais	14(b)	3.794	4.737
Depósitos de terceiros	6(i)	1.503	3.301
Provisões técnicas - Seguros	3(k)	183.480	122.690
Pessoas	6(d)	179.983	122.162
Vida com cobertura por sobrevivência	6(e)	3.497	528
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	3(k) e 6(e)	13.850	1.036
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**19.403.644**	**20.141.093**
Provisões técnicas - Seguros	3(k)	16.541.367	17.059.639
Pessoas	6(d)	137.210	105.290
Vida com cobertura de sobrevivência	6(e)	16.404.157	16.954.349
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	3(k) e 6(e)	2.861.934	3.081.111
Outros débitos - Contingências	3(m) e 9(b)	343	343
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	**383.988**	**381.953**
Capital social		147.435	147.435
Reservas de lucros		236.553	234.518
TOTAL DO PASSIVO		**20.097.014**	**20.695.055**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(j-I)	261.624	188.594
PRÊMIOS GANHOS	6(j-I)	354.517	265.599
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 12(c-II)	430.297	384.376
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(75.780)	(118.777)
SINISTROS OCORRIDOS	6(d-II) e 6(j-I)	(35.689)	(14.626)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	3(g), 6(c-II) e 6(j-I)	(57.431)	(38.940)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(j-III)	(3.235)	(20.670)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(j-I)	3.462	(2.769)
Variação das provisões técnicas	6(b-II)	5.247	6.117
Prêmios emitidos líquidos a repassar		(5.661)	(8.898)
Outros resultados com resseguro		3.876	12
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR	6(e-II)	1.249	331
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.007.508	954.248
CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		(1.007.508)	(954.248)
VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS		1.249	331
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(17.622)	(16.590)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(20.803)	(15.511)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	37.535	20.356
Receitas financeiras		(553.874)	781.267
Despesas financeiras		591.409	(760.911)
RESULTADO PATRIMONIAL	6(k)	46	88
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**262.029**	**177.268**
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(62.500)	(42.979)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(47.445)	(27.057)
LUCRO LÍQUIDO		**152.084**	**107.232**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (QUANTIDADE DE AÇÕES - 3.529.110.900) - R$		**43,09**	**30,38**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		152.084	107.232
Ajustes ao lucro líquido		111.021	71.025
Amortizações		612	1.113
Provisões/(Reversão) para risco de crédito	6(a-III)	1.695	254
Resultado patrimonial	6(k)	-	(88)
Provisões para contingências	9(b)	18	41
Provisões técnicas - PCC e PDR	6(f-II)	(1.249)	(331)
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	109.945	70.036
Variação das contas patrimoniais		(93.863)	(151.621)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		657.409	(1.980.182)
Vinculados a garantia de provisões técnicas		737.474	(1.990.252)
Seguros		(19.516)	(118.151)
Previdência - PGBL/VGBL		756.990	(1.872.101)
Cobertura excedente		(80.065)	10.070
Operações de seguros e resseguros		(698.776)	1.911.938
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		(3.995)	(58.999)
Prêmios a receber		(1.291)	(71.022)
Operações com seguradoras e resseguradoras		(2.704)	12.023
Provisões técnicas		(663.600)	1.990.360
Seguros		88.738	121.039
Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência		(752.338)	1.869.321
Custos de aquisição diferidos		(31.181)	(19.423)
Títulos e créditos a receber, despesas antecipadas e outros créditos operacionais		(4.574)	(1.692)
Contas a pagar, depósitos de terceiros e outros débitos		3.071	(3.367)
Impostos pagos - Corrente	10(c)	(50.993)	(78.318)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		169.242	26.636
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição)/Alienação de investimentos		-	6
Aplicação no intangível		(518)	(141)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(518)	(135)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	11(b)	(150.304)	(122)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(150.304)	(122)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**18.420**	**26.379**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		221.278	194.899
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	239.698	221.278
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**18.420**	**26.379**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO		152.084	107.232
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**152.084**	**107.232**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 11

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**127.390**	**147.434**	-	**274.824**
Aumento de capital	20.045	(20.045)	-	-
Resultado líquido do período	-	-	107.232	107.232
Destinação:				
Reserva legal	-	4.009	(4.009)	-
Reserva especial	-	103.120	(103.120)	-
Dividendos	-	-	(103)	(103)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**147.435**	**234.518**	-	**381.953**
Resultado líquido do período	-	-	152.084	152.084
Destinação:				
Reserva especial	-	151.932	(151.932)	-
Dividendos	-	(149.897)	(152)	(150.049)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**147.435**	**236.553**	-	**383.988**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

1. - CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros do ramo vida e previdência complementar, inclusive Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, atuando em todas as regiões do Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de Previdência Privada, nas operações de renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral, tais como definidas na competente legislação em vigor. **2. - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) - Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As demonstrações contábeis da Safra Vida e Previdência S.A., aprovadas pela Diretoria em 31.01.2022, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs), e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) - Novas normas contábeis -** O CPC 48 – Instrumentos financeiros entrou em vigor partir de 01.01.2018. A expectativa é de que o CPC 48 seja adotado pela Susep em conjunto com o CPC 50 – Contratos de Seguros, em fase de aprovação pela Susep. Desta forma, a Companhia continua aplicando o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração nestas demonstrações contábeis. A Companhia irá avaliar os impactos de tais normativos em suas demonstrações contábeis quando da adoção destes pela Susep. Resolução CNSP nº 432: Substitui a Resolução CNSP nº 321, entrando em vigor majoritariamente em 03.01.2022, com exceção de artigo relacionado à apuração de fatores econômicos no cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), cuja vigência se iniciou em 01.12.2021 e com impactos mensurados nestas Demonstrações Contábeis. Além disso, realiza alterações na apuração dos fatores contábeis utilizados no cálculo do PLA e determina quebra em 3 níveis em função da qualidade dos componentes do patrimônio. Também define que o Capital Mínimo Requerido (CMR) seja constituído por diferentes percentuais destes níveis de PLA. Circular SUSEP nº 648: Substitui a Circular SUSEP nº 517, entrando em vigor majoritariamente em 03.01.2022, com exceção de artigos referentes às Demonstrações Financeiras, cuja vigência se iniciou em 12.11.2021. A norma revoga os ICPCs 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, ICPC 05 – Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria e ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes. Além disso, a norma obriga a divulgação em notas explicativas da demonstração de cálculo dos níveis do PLA. Adicionalmente, inclui normatização sobre custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores de provisões técnicas. Circular SUSEP nº 650: Estabelece que a supervisionada líder do Grupo Prudencial deverá elaborar o Relatório Consolidado Prudencial tendo início para a data-base de 31.12.2022, devendo encaminhá-lo à SUSEP até o dia 15.04 do ano subsequente. O Relatório Consolidado Prudencial será elaborado de acordo com os CPCs aprovados pela SUSEP e seguindo todos os procedimentos de consolidação por ela estabelecidos. No caso de inexistência de participações acionárias entre as supervisionadas integrantes do conjunto sujeito à consolidação, a de maior porte, medido pelo montante do Patrimônio Líquido, será considerada a líder do Grupo Prudencial. **c) - Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.
3. - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) - Fluxo de Caixa -** I- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II - Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) - Aplicações e instrumentos financeiros derivativos -** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período e apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento, com exceção das cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL, que são classificadas no Ativo Não Circulante. Os ativos destes fundos, além de terem, substancialmente, vencimentos superiores a doze meses à respectiva data-base, são mantidos essencialmente pela Companhia para cobertura das provisões técnicas de investimentos PGBL/VBGL classificadas no Passivo Não Circulante. • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o Seguradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos ("accrual"). Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à SUSEP, mantidas junto à B3, à CETIP e ao SELIC, conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria ou de recursos garantidores de fundos de investimento PGBL/ VGBL, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) - Mensuração ao valor justo -** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) - Classificação de contratos de seguro e investimento -** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico afetá-lo adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) - Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros -** I - Créditos: Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II - Débitos: Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/ resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III - Risco de crédito: É efetuada redução ao valor recuperável sobre os créditos de prêmios a receber quando houver atraso superior a 60 dias, sobre o valor total do prêmio a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados às seguradoras/resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio, logo não haverá também expectativa de repasse destes valores. Adicionalmente, é efetuada redução ao valor recuperável quando houver atraso superior a 60 dias para créditos de operações com seguradoras e superior a 180 dias para créditos de operações com resseguradoras, calculada sobre o valor total do crédito a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. **f) - Ativos de resseguros – Provisões técnicas -** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) - Custos de aquisição diferidos -** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) - Títulos e créditos a receber -** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor do mesmo ramo. **i) - Intangível -** Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por softwares e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment"). **j) - Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros -** A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento ao normativo relacionado, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2021 e 31.12.2020. **k) - Provisões técnicas de seguros e previdência complementar -** As provisões técnicas de seguros e previdência complementar são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021, pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores. I - Seguros: • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada pro rata die. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador. • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora; • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II - Previdência complementar. • Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) e concedidos (PMBC): constituídas para cobertura dos compromissos assumidos com os participantes/segurados, na fase de acumulação (PMBAC) e fase de concessão de benefícios (PMBC), dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, e conforme nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP. • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura de todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações e benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer (regime financeiro de capitalização). • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja previsão contratual. III - Provisão Complementar de Cobertura – PCC. A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, PMBAC e PMBC, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). IV - Teste de Adequação de Passivos – TAP. O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado trimestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular SUSEP nº 517/15, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **l) - Apuração de resultado de operações de seguros e previdência complementar -** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 517/2015, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro no ativo de resseguros – provisões técnicas. **m) - Ativos e passivos contingentes -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela SUSEP, da seguinte forma: I- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II - Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos, apenas divulgados, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III - Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. **n) - Benefícios a empregados -** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Vida e Previdência reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Vida e Previdência não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Vida e Previdência não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **o) - Tributos -** Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social [2]	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. [2] A Lei nº 14.183/2021, que aprova a Medida Provisória nº 1.034/2021, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, sendo esta alíquota aplicada no período de 01.07.2021 até 31.12.2021. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber e das provisões para passivos contingentes, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **p) - Lucro por ação -** Conforme CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **q) - Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos -** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros e resseguros e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) - Classificação em Circulante e Não Circulante -** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Circulantes. Em oposição a essa classificação, Ativos e Passivos cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes a mesma data-base deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades – Nota 14(b)	5.507	3.340
Fundos de investimentos exclusivos livres – Nota 5(a-I)	234.191	217.938
Total	**239.698**	**221.278**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS - a) Aplicações – Carteira

I. Composição

	31.12.2021 Valor justo sem vencimento [2]	31.12.2021 %	31.12.2020 Valor justo sem vencimento [2]	31.12.2020 %
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-III)	**19.872.072**	**100,00**	**20.513.229**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres – Nota 4 [1]	234.191	1,18	217.938	1,06
Recursos garantidores de reservas técnicas – Notas 5(a-III) e 6(g)	19.637.881	98,82	20.295.291	98,94
Cotas de fundos de investimentos – PGBL/VGBL	19.257.300	96,91	20.018.466	97,59
Cotas de fundos de investimentos – Seguros [1]	380.581	1,92	276.825	1,35

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo J. Safra (Parte Relacionada) – Nota 14(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. [2] Não houve ganhos e/ou perdas não realizados durante os períodos findos em 31.12.2021 e 31.12.2020. Desta forma, o saldo referente ao valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

Fundos de investimentos exclusivos	01.01 a 31.12.2021 Livres	01.01 a 31.12.2021 Recursos garantidores de reservas técnicas PGBL/VGBL	01.01 a 31.12.2021 Recursos garantidores de reservas técnicas Seguros	01.01 a 31.12.2021 Total	01.01 a 31.12.2020 Total
Saldo no início do período	**217.938**	**20.018.466**	**276.825**	**20.513.229**	**18.506.824**
Aquisição no período	1.880.699	1.625.673	217.100	3.723.472	2.561.133
(Vendas/Resgates) no período	(1.872.039)	(1.785.513)	(129.000)	(3.786.552)	(1.320.931)
Resultado – Receita/(Despesa) financeira – Nota 5(c)	7.593	(601.326)	15.656	(578.077)	766.203
Saldo no final do período	**234.191**	**19.257.300**	**380.581**	**19.872.072**	**20.513.229**

III. Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

	31.12.2021 Nível 1	31.12.2021 Nível 2	31.12.2021 Total	31.12.2020 Total
Fundos de investimentos exclusivos – Livres	234.191	-	234.191	217.938
Recursos garantidores de reservas técnicas – Notas 5(a-I) e 6(g)	10.670.087	8.967.794	19.637.881	20.295.291
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	10.289.978	8.967.322	19.257.300	20.018.466
Operações compromissadas – Títulos Públicos – LTN	32.861	-	32.861	48.410
Títulos Públicos – Tesouro Nacional	8.929.130	-	8.929.130	13.171.492
Títulos Privados	1.327.987	8.954.750	10.282.737	6.830.110
Ações	1.327.987	-	1.327.987	1.744.948
Certificados de depósitos bancários	-	558.343	558.343	1.159.067
Cotas de fundos de investimentos	-	4.464.908	4.464.908	1.299.340
Letras financeiras	-	2.089.994	2.089.994	1.766.423
Debêntures	-	1.841.505	1.841.505	854.477
Notas promissórias	-	-	-	5.855
Instrumentos financeiros derivativos – Opções	-	22.318	22.318	-
Contas a pagar	-	(9.746)	(9.746)	(31.546)
Cotas de fundos de investimentos – Seguros	380.109	472	380.581	276.825
Total em 31.12.2021 – Nota 5(a-I)	**10.904.278**	**8.967.794**	**19.872.072**	**20.513.229**
Total em 31.12.2020 – Nota 5(a-I)	**15.459.018**	**5.054.211**	**20.513.229**	

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não havia títulos de valores mobiliários classificados em Nível 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos -** I – Próprios - Durante os períodos findos em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia não detinha operações de instrumentos financeiros derivativos.

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

II – Recursos garantidores de fundos de investimentos PGBL/VGBL – Nota 5(a-III). Composição do valor referencial por tipo de operação

	31.12.2021				31.12.2020
	Valores por prazos de vencimentos				
B3	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Futuro	1.256.522	16.435.212	2.567.996	20.259.730	11.678.401
Comprado	676.959	16.435.212	966.771	18.078.942	5.204.566
Taxa de juros	-	16.435.212	966.771	17.401.983	4.828.699
Moeda estrangeira	72.967	-	-	72.967	36.061
Índice Bovespa	603.992	-	-	603.992	339.806
Vendido	579.563	-	1.601.225	2.180.788	6.473.835
Taxa de juros	24.883	-	1.601.225	1.626.108	6.280.955
Moeda estrangeira	442.304	-	-	442.304	65.304
Índice Bovespa	112.376	-	-	112.376	127.576
Opções	2.445.847	(128.710)	(87.500)	2.229.637	-
Total em 31.12.2021	3.702.369	16.306.502	2.480.496	22.489.367	11.678.401
Total em 31.12.2020	588.745	493.011	10.596.645	11.678.401	

c) Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**(553.874)**	**781.267**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	(578.077)	766.203
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-II)	(578.077)	766.203
Livres e cobertura excedente	7.593	6.119
Vinculados a garantia	(585.670)	760.084
PGBL/VGBL	(601.326)	755.217
Seguros	15.656	4.867
Receitas financeiras com operações de seguros	24.199	15.049
Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 6(a-I(3))	23.390	13.916
Resseguros cedidos – Nota 6(b-II)	809	1.133
Outras	4	15
Despesas/(Receitas) de passivos financeiros	**591.409**	**(760.911)**
Operações de seguros	(5.381)	(3.666)
Despesas financeiras - Provisão de sinistros a liquidar	-	(16)
Atualização monetária – Nota 6(d-II)	(1.873)	(1.563)
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios – Nota 14(b)	(3.508)	(2.087)
Despesas financeiras sobre PGBL e VGBL – Nota 6(e-II)	598.132	(756.393)
Provisão matemática	601.289	(755.124)
Concedidos	(3.157)	(1.269)
Outras	(1.342)	(852)
Resultado financeiro líquido	**37.535**	**20.356**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS, RESSEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - a) Créditos das operações com seguros e resseguros - I - Prêmios a receber - Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. 1) Composição dos saldos

	31.12.2021					31.12.2020	
	Prêmios a receber [1]	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito – Nota 6 (a-III)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Prestamista	119.037	3.472	(4.973)	117.536	27	118.727	32
Acidentes pessoais	3.334	3.080	(1.270)	5.144	1	5.224	1
Vida em grupo	2.166	2.580	(844)	3.902	1	2.979	1
Outros	100	10	(4)	106	11	163	14
Total em 31.12.2021	124.637	9.142	(7.091)	126.688		127.093	
Total em 31.12.2020	124.557	5.672	(3.136)	127.093			

[1] O prazo médio dos parcelamentos é de 1 mês para acidentes pessoais e vida em grupo e 14 meses para prestamista.

2) Parcelas por vencimento – Prêmios a receber

	31.12.2021			31.12.2020
CURSO	ANORMAL [1]	NORMAL [2]	TOTAL	TOTAL
Parcelas Vencidas:	3.347	5.049	8.396	5.579
De 01 a 30 dias	1.268	4.041	5.309	4.041
De 31 a 60 dias	1.041	1.008	2.049	1.021
De 61 a 360 dias	1.038	-	1.038	517
Parcelas Vincendas:	3.744	112.497	116.241	118.978
De 01 a 30 dias	205	12.611	12.816	12.608
De 31 a 60 dias	195	5.216	5.411	5.078
De 61 a 120 dias	337	9.362	9.699	9.276
De 121 a 180 dias	327	8.796	9.123	8.595
De 181 a 365 dias	852	23.027	23.879	21.673
Acima de 365 dias	1.828	53.485	55.313	61.748
Total em 31.12.2021	7.091	117.546	124.637	124.557
Total em 31.12.2020	3.136	121.421	124.557	

[1] Apólices integralmente provisionadas que apresentam parcelas vencidas há mais de 60 dias. [2] Apólices sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 60 dias. 3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Saldo no início do período	**127.093**	**56.324**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos	430.297	384.376
(-) Recebimentos	(450.137)	(327.141)
(-) Variação de provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(3.955)	(382)
(+) Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 5(c)	23.390	13.916
Saldo no final do período	**126.688**	**127.093**

II - Operações com resseguradoras - Resseguradoras

	31.12.2021	31.12.2020
Sinistros a recuperar	4.554	2.640
Outros créditos	1.022	553
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(22)	(1.391)
Total	**5.554**	**1.802**

III - Movimentação da provisão para risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(e-III)

	01.01 a 31.12.2021					01.01 a 31.12.2020
	Prêmios a receber [1]	Operações com Seguros e Resseguros [2]	SUBTOTAL – Nota 6(j-II)	Operações com Resseguradoras – Nota 6(j-I) [1]	TOTAL	TOTAL
Saldo no início do período	**(3.136)**	**(267)**	**(3.403)**	**(1.391)**	**(4.794)**	**(4.540)**
Variação da provisão do risco crédito	(3.955)	891	(3.064)	1.369	(1.695)	(254)
Constituição/(Reversão)	(3.955)	891	(3.064)	(22)	(3.086)	(254)
Baixa definitiva "*Write-off*"	-	-	-	1.391	1.391	-
Saldo no final do período	**(7.091)**	**624**	**(6.467)**	**(22)**	**(6.489)**	**(4.794)**

[1] Nota 6(a-I(1)). [2] Inclui repasses de prêmios/comissões a corretores, seguradoras e resseguradoras e IOF sobre prêmios não pagos.

b) Ativos de Resseguros – Provisões Técnicas - I – Saldo das provisões técnicas

	31.12.2021					31.12.2020
		SINISTROS				
	PPNG	PSL [1]	IBNR [2]	SUBTOTAL	TOTAL	TOTAL
Prestamista	2.489	3.021	524	3.545	6.034	4.799
Acidentes pessoais	187	85	14	99	286	602
Vida em grupo	220	3.528	802	4.330	4.550	4.450
Outros	9	-	-	-	9	25
Total em 31.12.2021	2.905	6.634	1.340	7.974	10.879	9.876
Total em 31.12.2020	2.358	5.160	2.358	7.518	9.876	

[1] Inclui 64 (9 em 31.12.2020) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 4.246 (R$ 2.990 em 31.12.2020). [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 356 (R$ 328 em 31.12.2020).

II - Movimentação dos ativos de resseguro no período

	01.01 a 31.12.2021			01.01 a 31.12.2020
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	TOTAL	TOTAL
Saldo no início do período	**2.358**	**7.518**	**9.876**	**7.092**
Variação das provisões técnicas	547	4.700	5.247	6.117
Recebimentos	-	(5.053)	(5.053)	(4.466)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	809	809	1.133
Saldo no final do período	**2.905**	**7.974**	**10.879**	**9.876**

j) Resultado com operações de seguros - I- Composição de resultado por ramos

Ramos	Prêmios Ganhos 2021	Prêmios Ganhos 2020	Sinistros Ocorridos – Nota 6(d-II) 2021	Sinistros Ocorridos – Nota 6(d-II) 2020	Custo de Aquisição – Nota 6(c-II) 2021	Custo de Aquisição – Nota 6(c-II) 2020	Outras receitas e despesas operacionais – Notas 6(j-II) e 14(b) 2021	Outras receitas e despesas operacionais – Notas 6(j-II) e 14(b) 2020	Operações de Resseguros [1] 2021	Operações de Resseguros [1] 2020	Total 2021	Total 2020
Prestamista	197.105	140.111	(18.403)	(3.491)	(33.463)	(21.507)	(2.265)	(19.209)	334	(1.674)	143.308	94.230
Acidentes pessoais	88.367	72.842	(593)	(1.151)	(13.319)	(10.521)	(570)	(289)	(1.478)	(1.124)	72.407	59.757
Vida em grupo	67.883	50.405	(16.705)	(10.014)	(10.475)	(6.575)	(387)	(1.310)	768	105	41.084	32.611
Outros	1.162	2.241	12	30	(174)	(337)	(13)	138	(38)	(88)	949	1.984
Subtotal – Variações das Provisões Técnicas	**354.517**	**265.599**	**(35.689)**	**(14.626)**	**(57.431)**	**(38.940)**	**(3.235)**	**(20.670)**	**(414)**	**(2.781)**	**257.748**	**188.582**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	12	(22)	12
Participação dos Lucros com contratos de Resseguro [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	3.898	-	3.898	-
Subtotal – Outros Resultados com Resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	**3.876**	**12**	**3.876**	**12**
Total – Danos	**354.517**	**265.599**	**(35.689)**	**(14.626)**	**(57.431)**	**(38.940)**	**(3.235)**	**(20.670)**	**3.462**	**(2.769)**	**261.624**	**188.594**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional. [2] O valor refere-se à Participação nos lucros sobre os contratos proporcionais de resseguro.

II- Composição de outras receitas e despesas com operações de seguros

	2021	2020
Receitas – Outras receitas operacionais [1]	**202**	**293**
Despesas	**(3.437)**	**(20.963)**
(Provisão) /Reversão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(3.064)	(266)
Outras despesas líquidas com operações de seguros [2]	(373)	(20.697)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**(3.235)**	**(20.670)**

[1] Refere-se a operações com DPVAT no valor de R$ 234 em 2020 – Nota 6(k). [2] Em 2020 inclui o montante de R$ (20.611) de despesas com administrações de apólice e contratos, sendo nos ramos, prestamista R$ (18.738), vida em grupo R$ (1.378) e acidentes pessoais R$ (495) – Nota 14(b). No passivo, na rubrica "Outros débitos operacionais" inclui o valor de R$ 4.231 (R$ 455 em 31.12.2020) de valores a pagar – Nota 14(b). III- Índice de sinistralidade e custo de aquisição

Pessoas	Sinistralidade (%) 2021	Sinistralidade (%) 2020	Custo de Aquisição (%) 2021	Custo de Aquisição (%) 2020
Prestamista	(9,3)	(2,5)	(17,0)	(15,3)
Acidentes pessoais	(0,7)	(1,6)	(15,1)	(14,4)
Vida em grupo	(24,6)	(19,9)	(15,4)	(13,0)
Outros	-	-	(15,0)	(15,0)
Total	**(10,1)**	**(5,5)**	**(16,2)**	**(14,7)**

k) Consórcio DPVAT - Em Assembleia Geral de 24.11.2020, as consorciadas participantes da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. deliberaram pela dissolução da Companhia a partir de 01.01.2021. Com a extinção, ficam vedadas novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder, ficando esta designada a administrar o run-off dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT com relação aos sinistros ocorridos até 31.12.2020. Conforme ofício da Seguradora Líder, de 26 de Janeiro de 2022, determinadas despesas administrativas referentes ao exercício de 2021 não podem ser custeadas com recursos do seguro DPVAT, devendo ser ressarcidas pelas consorciadas à Seguradora Líder. O montante atribuído proporcionalmente à Safra Vida e Previdência é de R$ 259.

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro – Nota 6(d-I): R$ 20.769

c) Custos de aquisição diferidos - I - Composição dos saldos

	31.12.2021		31.12.2020	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Prestamista	60.920	38	29.906	38
Acidentes Pessoais	2.478	2	2.412	3
Vida em grupo	1.602	3	1.450	3
Outros	42	15	93	17
Total [1]	65.042		33.861	

[1] Deste montante, R$ 24.123 (R$ 22.906 em 31.12.2020) refere se a comissão registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros", no Passivo – Nota 14(b).

II - Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Saldo no início do período	**33.861**	**14.437**
Comissões	88.612	58.364
Apropriação no resultado – Notas 6(j-I(1)) e 14(b)	(57.431)	(38.940)
Saldo no final do período	**65.042**	**33.861**

d) Provisões Técnicas de Seguros – Pessoas - I - Composição dos saldos

	31.12.2021						31.12.2020
		SINISTROS					
Pessoas	PPNG	PSL [1]	IBNR [2]	PDR	SUBTOTAL	TOTAL	TOTAL
Prestamista	261.579	10.646	3.250	297	14.193	275.772	192.417
Acidentes pessoais	16.516	959	98	16	1.073	17.589	16.809
Vida em grupo	10.675	9.164	3.385	284	12.833	23.508	17.562
Outros	291	-	33	-	33	324	664
Total em 31.12.2021	289.061	20.769	6.766	597	28.132	317.193	227.452
Total em 31.12.2020	213.281	9.354	4.817	-	14.171	227.452	

[1] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 9.334 (R$ 5.149 em 31.12.2020), sendo R$ 3.335 (R$ 1.772 em 31.12.2020) classificados como perda provável, R$ 4.290 (R$ 3.039 em 31.12.2020) como perda possível e R$ 1.709 (R$ 337 em 31.12.2020) como perda remota – Nota 3(m). [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 580 (R$ 579 em 31.12.2020).

II- Movimentação das provisões técnicas de seguros no período

	01.01 a 31.12.2021					01.01 a 31.12.2020
		SINISTROS				
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	SUBTOTAL	TOTAL	TOTAL
Saldo no início do período	**213.281**	**6.384**	**7.787**	**14.171**	**227.452**	**103.629**
Sinistros ocorridos – Nota 6(j-I)	-	32.783	2.906	35.689	35.689	14.626
Variação de provisões técnicas	75.780	-	-	-	75.780	118.777
Sinistros pagos	-	(22.856)	(745)	(23.601)	(23.601)	(10.821)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	3	1.870	1.873	1.873	1.563
Outros	-	-	-	-	-	(322)
Saldo no final do período	**289.061**	**16.314**	**11.818**	**28.132**	**317.193**	**227.452**

e) Operações com Previdência Complementar e Vida com cobertura de sobrevivência - I- Saldo das provisões técnicas de vida com cobertura de sobrevivência e previdência complementar

	31.12.2021			31.12.2020		
	PGBL	VGBL	TOTAL	PGBL	VGBL	TOTAL
Provisões matemáticas	**2.867.524**	**16.393.086**	**19.260.610**	**3.075.075**	**16.942.524**	**20.017.599**
Benefícios a conceder	2.849.163	16.391.218	19.240.381	3.063.151	16.941.706	20.004.857
Benefícios concedidos	18.361	1.868	20.229	11.924	818	12.742
Outras provisões técnicas [1]	**6.465**	**11.445**	**17.910**	**7.032**	**12.124**	**19.156**
PCC	-	-	-	-	-	-
PDR	6.465	11.445	17.910	7.032	12.124	19.156
Benefícios a conceder	5.591	11.388	16.979	6.086	12.113	18.199
Benefícios concedidos	874	57	931	946	11	957
Provisão de resgates a processar [2]	**1.795**	**3.123**	**4.918**	**40**	**229**	**269**
Total	**2.875.784**	**16.407.654**	**19.283.438**	**3.082.147**	**16.954.877**	**20.037.024**

[1] Nota 6(f-I). [2] Os valores correspondentes estão registrados no ativo na rubrica "Títulos e créditos a receber – Créditos a receber". II- Movimentação das provisões no período

	01.01 a 31.12.2021			01.01 a 31.12.2020
	PGBL	VGBL	TOTAL	TOTAL
Saldo no início do período	**3.082.147**	**16.954.877**	**20.037.024**	**18.168.035**
Movimentação das provisões matemáticas	(207.429)	(549.558)	(756.987)	1.871.968
Contribuições	80.690	926.584	1.007.274	954.248
Transferências de portabilidade líquidas	(35.729)	653.901	618.172	1.398.002
Pagamentos de resgates	(143.451)	(1.638.095)	(1.781.546)	(1.235.451)
Benefícios pagos	(2.249)	(506)	(2.755)	(1.224)
Atualização Monetária – Nota 5(c)	(106.690)	(491.442)	(598.132)	756.393
Constituição de provisões técnicas – Nota 6(f-II)	(688)	(561)	(1.249)	(331)
PDR	(688)	(561)	(1.249)	(275)
PCC – Nota 3(l-III)	-	-	-	(56)
Provisões de resgates a processar	1.754	2.896	4.650	(2.649)
Saldo no final do período	**2.875.784**	**16.407.654**	**19.283.438**	**20.037.023**

f) Teste de Adequação de Passivos – TAP – Nota 3(k-IV) - As premissas utilizadas no cálculo do TAP são as seguintes: (i) Para o segmento Previdência, as premissas são diferenciadas conforme as taxas de juros e tábuas atuariais contratadas pelos participantes (taxas de 0%, 3% ou 6% mais correção de IGPM ou IPCA e tábuas AT-1983, AT-2000 e BR-EMSsb). Faz parte da apuração do TAP projeções de contribuições futuras e decrementos atuariais tais como: projeções de resgates (tábua de persistência), taxa de conversão em benefícios concedidos e taxa de juros esperada disponibilizada pela SUSEP (ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros), conforme a curva de juros relacionada ao indexador da obrigação. Para o cálculo da estimativa da variável biométrica morte são consideradas as tábuas BR-EMSsb V.2015-m e BR-EMSsb V.2015-f implementadas com "Improvement" segundo a escala G divulgada no site do SOA (Society of Actuaries); (ii) Para o segmento Vida, faz parte da apuração do TAP projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Aplicamos a compensação entre os fluxos parciais do TAP, adaptando-se às disposições da Circular SUSEP nº 543/2016.

I – Composição - Totalizam R$ (17.910) (R$ (19.156) em 31.12.2020) e estão compostos por provisões técnicas – PCC e PDR – Nota 3(k). II – Efeitos no resultado

	2021	2020
Operações de vida com cobertura de sobrevivência e previdência complementar – Nota 6(e-II)	1.249	331
Provisões técnicas – PCC e PDR – Nota 3(k)	**1.249**	**331**

g) Garantia das provisões técnicas de seguros e previdência complementar

	31.12.2021	31.12.2020
Total de Provisões a serem garantidas - Provisões técnicas – Nota 13	**19.519.486**	**20.256.958**
Provisões técnicas	258.876	239.359
Provisões técnicas de seguros – Nota 6(d-I)	317.193	227.452
Provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência – Outras – Nota 6(e-I)	22.828	19.425
Ativos de resseguros [1]	(7.974)	(7.518)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros [2]	(73.171)	-
Provisões matemáticas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência – Nota 6(e-I)	19.260.610	20.017.599
Ativos garantidores das provisões técnicas – Nota 5(a-I)	**19.637.881**	**20.295.291**
Cotas de fundos de investimentos – Seguros	380.581	276.825
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	19.257.300	20.018.466
Cobertura Excedente – Nota 13	**118.395**	**38.333**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 2.905 (R$ 2.358 em 31.12.2020) – Nota 6(b); [2] Em 2021, inclusão de direitos creditórios relativos aos prêmios a receber como ativos garantidores.

h) Operações com seguradoras e resseguradoras (passivo)

	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios a repassar	4.053	1.567
Prêmios a liquidar	45	1.717
Provisão para risco de crédito	(122)	(75)
Total	**3.976**	**3.209**

i) Depósitos de terceiros (passivo)

Os depósitos de terceiros estão representados substancialmente por portabilidade de entrada a processar com vencimento de 01 a 30 dias no montante de R$ 1.115 (R$ $ 3.174 em 31.12.2020).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	3.660	7.001	5.307	3.409	3.268	6.932	6.121	7.742	15.416	35.994	
Um ano após	2.317	5.780	5.011	2.500	3.419	6.130	5.752	4.428	12.115	-	
Dois anos após	2.284	6.178	4.958	2.501	3.368	6.399	6.396	4.810	-	-	
Três anos após	2.307	5.752	4.762	2.502	3.365	6.400	6.602	-	-	-	
Quatro anos após	2.320	5.748	4.746	2.460	3.365	7.067	-	-	-	-	
Cinco anos após	2.324	5.689	4.715	2.678	3.365	-	-	-	-	-	
Seis anos após	2.337	5.695	4.720	2.765	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	2.276	5.656	4.723	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	2.264	5.656	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	2.269	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2021	**2.269**	**5.656**	**4.723**	**2.765**	**3.365**	**7.067**	**6.602**	**4.810**	**12.115**	**35.994**	**85.366**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	1.321	3.733	2.953	1.502	2.503	3.237	5.452	2.780	9.513	22.158	
Um ano após	2.144	5.593	4.364	2.276	3.323	6.028	5.689	3.849	10.282	-	
Dois anos após	2.178	5.613	4.628	2.276	3.323	6.064	5.709	3.875	-	-	
Três anos após	2.240	5.626	4.699	2.276	3.364	6.064	5.725	-	-	-	
Quatro anos após	2.243	5.634	4.708	2.280	3.364	6.064	-	-	-	-	
Cinco anos após	2.243	5.634	4.711	2.280	3.364	-	-	-	-	-	
Seis anos após	2.243	5.656	4.711	2.280	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	2.244	5.656	4.711	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	2.244	5.656	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	2.244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2021	**2.244**	**5.656**	**4.711**	**2.280**	**3.364**	**6.064**	**5.725**	**3.875**	**10.282**	**22.158**	**66.359**
PSL em 31.12.2021	**25**	**-**	**12**	**485**	**1**	**1.003**	**877**	**935**	**1.833**	**13.836**	**19.007**
									Passivos de sinistros anteriores a 2012		**1.762**
									Total do Passivo em 31.12.2021		**20.769**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro – Nota 6(d-I): R$ 20.769. (-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I): R$ 6.634. Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R$ 14.121

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	1.782	2.612	1.820	1.674	1.146	3.857	2.965	3.564	8.274	28.038	
Um ano após	1.383	1.890	1.519	1.337	1.189	3.649	2.829	2.563	7.354	-	
Dois anos após	1.340	1.935	1.484	1.339	1.139	3.693	2.993	2.786	-	-	
Três anos após	1.358	1.849	1.350	1.340	1.136	3.693	3.046	-	-	-	
Quatro anos após	1.370	1.843	1.334	1.298	1.136	3.899	-	-	-	-	
Cinco anos após	1.375	1.818	1.303	1.518	1.136	-	-	-	-	-	
Seis anos após	1.387	1.825	1.308	1.910	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	1.331	1.817	1.548	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	1.318	1.823	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	1.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2021	**1.477**	**1.823**	**1.548**	**1.910**	**1.136**	**3.899**	**3.046**	**2.786**	**7.354**	**28.038**	**53.017**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	770	1.135	730	657	770	1.738	2.539	1.880	5.630	17.144	
Um ano após	1.253	1.755	1.117	1.118	1.093	3.546	2.765	2.482	6.399	-	
Dois anos após	1.287	1.775	1.232	1.118	1.093	3.583	2.785	2.498	-	-	
Três anos após	1.294	1.787	1.287	1.118	1.135	3.583	2.790	-	-	-	
Quatro anos após	1.298	1.796	1.296	1.121	1.135	3.583	-	-	-	-	
Cinco anos após	1.298	1.796	1.299	1.121	1.135	-	-	-	-	-	
Seis anos após	1.298	1.817	1.299	1.425	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	1.298	1.817	1.536	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	1.298	1.823	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	1.452	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2021	**1.452**	**1.823**	**1.536**	**1.425**	**1.135**	**3.583**	**2.790**	**2.498**	**6.399**	**17.144**	**39.785**
PSL em 31.12.2021	**25**	**-**	**12**	**485**	**1**	**316**	**256**	**288**	**955**	**10.894**	**13.232**
									Passivos de sinistros anteriores a 2012		**889**
									Total do Passivo em 31.12.2021		**14.121**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Pessoal	(5.865)	(5.061)
Serviços de terceiros	(742)	(1.032)
Localização e funcionamento	(963)	(1.364)
Contingências cíveis e trabalhista – Nota 9(b)	(434)	(371)
Doações	(9.531)	(8.341)
Outras	(87)	(421)
Total	**(17.622)**	**(16.590)**

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) Ativos Contingentes - Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros -** Os passivos contingentes montam R$ 343 (R$ 343 em 31.12.2020) e estão representados por contingências fiscais e obrigações legais no montante de R$ 80 (R$ 80 em 31.12.2020) e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 263 (R$ 263 em 31.12.2020). Os efeitos no resultado estão registrados em "Despesas com tributos" – Nota 10(a-II) e "Despesas Administrativas" – Nota 8, respectivamente. Em 31.12.2021, não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**262.029**	**177.268**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) [1]	(104.812)	(70.907)
(Inclusões) Exclusões Permanentes e Outros [1]	**(5.133)**	**871**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(109.945)**	**(70.036)**
Imposto Corrente	(110.889)	(70.653)
Imposto Diferido	944	617

[1] Nota 3(o). II – Despesas com tributos - Totalizam R$ (20.803) (R$ (15.511) em 2020) e estão representados substancialmente por PIS/COFINS no montante de R$ (17.307) (R$ (12.718) em 2020), taxa de fiscalização no montante de R$ (3.495) (R$ (2.960) em 2020) e reversão com contingências fiscais no montante R$ 167 em 2020 – Nota 9(b). **b) Créditos tributários e previdenciários -** Totalizam R$ 3.658 (R$ 2.767 em 31.12.2020) e estão representados por tributos a compensar de R$ 126 (R$ 179 em 31.12.2020) e créditos tributários no montante de R$ 3.532 (R$ 2.588 em 31.12.2020), substancialmente representados por contingências R$ 115 (R$ 92 em 31.12.2020) e sobre risco de crédito de operações de seguros R$ 2.595 (R$ 669 em 31.12.2020). A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	Exercícios de realização						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Total [1]
Créditos tributários	2.803	190	190	181	168	-	3.532

[1] Ajuste a valor presente de R$ 3.246, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. **c) Impostos, encargos sociais e contribuições -** Impostos e encargos sociais a recolher totalizam R$ 10.449 (R$ 7.700 em 31.12.2020) e se referem basicamente, a imposto renda retido na fonte sobre operações de seguros e previdência no montante de R$ 8.688 (R$ 6.311 em 31.12.2020). Impostos e contribuições a pagar totalizam R$ 65.241 (R$ 4.652 em 31.12.2020) e se refere basicamente, a imposto de renda e contribuição social correntes no montante de R$ 63.394 (R$ 3.499 em 31.12.2020).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O Capital social está representado por 3.529.110.900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2021	
Acionista	Quantidade	%
Banco Safra S.A.	3.529.109.595	99,99996
Elong Administração e Representações Ltda.	1.305	0,00004
Total	**3.529.110.900**	**100,00**

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio - Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em 31.12.2021, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 152. Em Reunião da Diretoria realizada em 09.04.2021, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 149.897, a débito da conta de reserva especial. **c) Reservas de lucros**

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de lucros	**236.553**	**234.518**
Legal	29.487	29.487
Especial [1]	207.066	205.031

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

12. GESTÃO DE RISCOS - A Safra Vida e Previdência S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP nº 388 dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Vida e Previdência classificada com S2. A Resolução CNSP nº 416/2021 revogou as circulares SUSEP nº 521/2015 e nº 517/2015, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito -** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(aIII)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. Adicionalmente, a Companhia conta com o Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito que concentra a governança do Risco de Crédito de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, este comitê conta com a participação do CRO, Diretores e Superintendentes e tem como responsabilidades (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito, (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador, (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse, (iv) definir métricas para apuração do risco, (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito, (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito, (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas, (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. Quanto a análise do risco de crédito com resseguradoras, a Companhia opera com o IRB Brasil Resseguros S.A., rating A-, conforme agência A.M. Best., uma das maiores resseguradoras local do segmento de seguros. **b) Risco de Mercado -** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. Para tal, a Companhia conta o Comitê de Risco de Mercado (CRM), formado pelo CRO, Diretores e Superintendentes, que se reúnem no mínimo mensalmente para deliberar sobre assuntos de Risco de Mercado. **c) Risco de Subscrição -** Conforme o Art. 35 da Resolução CNSP nº 321, define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Prestamista, Acidentes Pessoais, Vida em Grupo e Seguro Vida Produtor Rural. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na expectativa de vida ou mortalidade, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com a resseguradora IRB Brasil Resseguros S.A. para a qual é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 12(a). I - Análise de sensibilidade de risco de seguro. A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido em 31.12.2021		
Premissas atuariais [1] [2]	Bruta de Resseguros	Resseguros	Líquida de Resseguros
Aumento de 5% em sinistros a liquidar	(571)	182	(389)
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(186)	34	(152)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(16)	3	(13)
Redução de 5% em sinistros a liquidar	571	(182)	389
Redução de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	186	(34)	152
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	16	(3)	13

[1] Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR). II - Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2021						2020
Ramo de atuação	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total	Total
Prestamista	179.912	35.647	17.526	26.600	10.803	270.488	252.971
Acidentes pessoais	46.977	19.127	9.443	8.348	4.303	88.198	75.087
Vida em grupo	38.936	12.984	6.385	5.948	3.019	67.272	53.414
Demais ramos	277	387	90	49	66	869	881
Total em 2021 [1]	266.102	68.145	33.444	40.945	18.191	426.827	382.353
Total em 2020 [1]	220.205	72.731	35.090	36.043	18.284	382.353	

[1] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos que totalizam R$ 3.470 (R$ 2.023 em 2020). As operações de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a variação nas provisões técnicas, conforme demonstrado abaixo:

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

Premissas atuariais [1][2]	Impacto no resultado e no patrimônio líquido em 31.12.2021
Redução na taxa de juros em 5%	(102)
Redução na mortalidade em 5%	(13)
Aumento na conversão em 5%	(40)
Aumento na taxa de juros em 5%	98
Aumento na mortalidade em 5%	13
Redução na conversão em 5%	40

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. [2] A variação da inflação está contida no estudo técnico do Teste de Adequação do Passivo – TAP. Em função das características da carteira e dos atuais planos comercializados, a variável inflação foi considerada de baixa materialidade. Seguem abaixo os principais segmentos operados pela Companhia:

Plano	Tipo	Composição	Bases Técnicas
Renda Fixa	PGBL/VGBL	100% renda fixa	Tábua Mortalidade
Balanceado	PGBL/VGBL	Até 20% em renda variável	BREMS M/F
Multimercado	PGBL/VGBL	Até 49%, ou 70%, ou 100% Renda Variável	Taxa de Juros 0%
Ações	PGBL/VGBL	Até 100% em renda variável	

III – Limites de retenção - Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2021, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção
Prestamista	5.000.000
Acidentes Pessoais	4.000.000
Vida em Grupo	4.000.000
Seguro de Vida Produtor Rural	5.000.000

d) Risco Operacional - De acordo com a Circular SUSEP Nº 517/15, define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos o risco reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Circular SUSEP Nº 517/15, sobre o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a Circular SUSEP Nº 590/19 que dispõe sobre a estrutura de Gestão de Riscos, no que tange ao Risco Operacional, aplicação da metodologia descrita no documento "Classificação da Criticidade dos Serviços Terceirizados" e Gestão de Continuidade de Negócios. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez** - De acordo com a Resolução CNSP nº 416/2021, define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. **f) Risco Cibernético** - De acordo com a Circular SUSEP nº 638/2021, define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

13. EXIGÊNCIA DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): **(a)** O Capital base, exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. **(b)** O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP nº 432/2021. **(c)** Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2021
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**426.910**
• Patrimônio Líquido Contábil	383.988
• Ajustes contábeis	(1.145)
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais	(366)
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(9)
(-) Ativo intangível	(770)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	80.954
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições não registrados	758
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições registrados	80.196
• Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 E PLA de Nível 3	(36.887)
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre A e B	**95.196**
• Capital base (A)	15.000
• Capital de risco (B)	95.196
- de subscrição	74.801
- de risco de crédito	5.799
- de risco operacional	15.681
- de risco de mercado	5.658
- benefício da diversificação	(6.743)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**331.714**

Além da suficiência de capital, as supervisionadas devem apresentar liquidez em relação ao Capital de Risco, caracterizada quando a seguradora apresenta montante de ativos garantidores líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% do Capital de Risco Ajustado (CR Ajustado), obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas. Abaixo o demonstrativo da liquidez em relação ao CR Ajustado:

	31.12.2021
Ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura – Nota 6(g)	**118.395**
Ativos garantidores das provisões – Nota 5(a-II)	19.637.881
(-) Provisões a serem garantidas – Nota 6(g)	(19.519.486)
Liquidez exigida = 20% sobre CR Ajustado	**19.039**
Capital de Risco Ajustado	95.196
Capital de Risco	95.196
(-) Efeitos dos fluxos não registrados no capital de risco de mercado	-
Suficiência de liquidez em relação ao Capital de Risco	**99.356**

14. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.03.2021, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 2.500 (R$ 2.500 em 2020). A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (1.721) (R$ (1.172) em 2020). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Da Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos) 31.12.2021	Ativos/(Passivos) 31.12.2020	Despesas 2021	Despesas 2020
Disponibilidades – Nota 4 [1]	5.505	3.338	-	-
Obrigações a pagar - Dividendos [1]	(152)	(103)	-	-
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos / Comissões – SIP Administração e Participação Ltda. – Notas 5(c) e 6(c-I e II)	24.436	11.287	(56.550)	(41.027)
Outros débitos operacionais – Administração de apólices e contratos – Nota 6(c-II) e 6(j-II) [2]	14.864	(2.156)	(4.389)	(16.210)
Despesas administrativas – Aluguéis – Exton Participações Ltda.	-	-	(271)	(208)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). [2] Refere-se substancialmente a transações relacionadas ao Banco J. Safra S.A. Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Comitê de Auditoria - Conforme previsto na Resolução CNSP nº 432/2021, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Vida e Previdência S.A., está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site do Banco Safra (www.safra.com.br). **b) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis** - No momento atual, diversas vacinas estão disponíveis no Brasil, que segue imunizando sua população. No entanto, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. Desse modo, a companhia continua acompanhando eventuais alterações no cenário da pandemia, visando adotar medidas, caso necessário, a fim de minimizar eventuais efeitos em nossos negócios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Vida e Previdência S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração e registro das provisões técnicas. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 d) e 6 e) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$19.600.631 mil, representando 99,43% dos seus passivos. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado e de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração na determinação de modelos e premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de cancelamento, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade, desenvolvimento histórico de sinistros, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, bem como na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis : (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

DIRETORIA

Carlos Pelá
João Carlos Cardoso Botelho
Leandro de Azambuja Micotti
Marcelo Dantas de Carvalho
Marcos Lima Monteiro
Paulo Sérgio Cavalheiro

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219692/O-0
Hélio Eduardo Martinez Pavão - Atuário Responsável Técnico - MIBA 612

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Safra Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Safra Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração** - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião** - Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Safra Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos** - No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA - O PIB real avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.

DESEMPENHO - A Safra Seguros Gerais S.A. encerrou o ano de 2021 com patrimônio líquido de R$ 154 milhões e lucro líquido de R$ 4 milhões. Os ativos totais totalizaram R$ 532 milhões, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados a garantia de provisões técnicas e crédito das operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 108 milhões no ano de 2021, com crescimento de 13,4% sobre igual período do ano anterior. Em 2021, a Safra Seguros Gerais obteve aprovação para operar o produto seguro garantia estendida – Nota 11.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 31 de janeiro de 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS - R$	Notas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		**359.164**	**249.931**
Disponibilidades	4	2.058	1.084
Aplicações	3(b) e 5(a)	252.229	183.544
Créditos das operações com seguros e resseguros	3(e)	73.476	39.968
Prêmios a receber	6(a-I)	70.903	38.011
Operações com resseguradoras	6(a-II)	2.573	1.957
Outros créditos operacionais	6(h)	62	36
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	15.511	15.606
Títulos e créditos a receber	3(h)	81	117
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	73	54
Outros créditos		8	63
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	15.747	9.576
NÃO CIRCULANTE		**172.778**	**98.662**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		122.563	98.425
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	3(e) e 6(a-I)	45.138	38.090
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	3.418	5.251
Títulos e créditos a receber	3(h)	63.208	45.918
Depósitos judiciais e fiscais	9(b)	774	774
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	62.434	45.144
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	10.799	9.166
INVESTIMENTOS		215	237
INTANGÍVEL	3(o) e 11	50.000	-
TOTAL DO ATIVO		**531.942**	**348.593**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS - R$	Notas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		**166.219**	**103.191**
Contas a pagar		43.453	14.542
Obrigações a pagar	11	16.592	847
Impostos e encargos sociais a recolher	10(c)	8.394	5.432
Encargos trabalhistas		573	478
Impostos e contribuições	10(c)	17.894	7.785
Débitos das operações com seguros e resseguros	3(e)	30.631	21.185
Operações com seguradoras	6(f)	411	405
Operações com resseguradoras	6(f)	6.575	5.595
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	23.282	15.046
Outros débitos operacionais		363	139
Provisões técnicas - Seguros - Danos	3(j) e 6(d)	92.135	67.464
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**212.052**	**165.598**
Provisões técnicas - Seguros - Danos	3(j) e 6(d)	55.905	49.245
Outros débitos - Contingências	3(l) e 9(b)	156.147	116.353
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**153.671**	**79.804**
Capital social		172.361	40.361
Capital a integralizar		(62.000)	-
Reservas de lucros		43.310	39.443
TOTAL DO PASSIVO		**531.942**	**348.593**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		3.871	2.246
Ajustes ao lucro líquido		47.710	24.430
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(a-III)	3.104	867
Resultado patrimonial	6(h)	-	(64)
Provisões para contingências	9(b)	39.794	22.421
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	4.812	1.206
Variação das contas patrimoniais		(60.853)	(51.635)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(43.933)	(45.863)
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(10.009)	(11.527)
Cobertura excedente		(33.924)	(34.336)
Operações de seguros e resseguros		(8.762)	458
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		(34.216)	(38.025)
Prêmios a receber		(43.045)	(43.367)
Operações com seguradoras e resseguradoras		8.829	5.342
Provisões técnicas		33.259	47.714
Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas		1.927	1.734
Provisões técnicas - Seguros (Passivas)		31.332	45.980
Custos de aquisição diferidos		(7.805)	(9.231)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		37	163
Contas a pagar e outros débitos		3.958	3.577
Impostos pagos	10(c)	(12.153)	(9.970)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(9.272)	(24.959)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) de investimentos		-	5
Aplicação no intangível	11	(35.000)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(35.000)	5
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	12(a)	70.000	-
Dividendos pagos	12(b)	(2)	(5)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		69.998	(5)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**25.726**	**(24.959)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		64.469	89.428
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	90.195	64.469
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**25.726**	**(24.959)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(g-I)	47.046	32.577
PRÊMIOS GANHOS	6(g-I)	71.647	51.355
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 13(c-II)	107.557	94.859
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(35.910)	(43.504)
SINISTROS OCORRIDOS	6(d-II) e (g-I)	732	(1.261)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	3(g), 6(c-II) e (g-I)	(13.440)	(9.260)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(g-II) e (h)	(3.777)	(172)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(g-I)	(8.116)	(8.085)
Variação das provisões técnicas	6(b-II)	(2.240)	(2.010)
Prêmios emitidos líquidos a repassar		(5.868)	(6.183)
Outros resultados com resseguro		(8)	108
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(49.557)	(30.137)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(4.514)	(3.013)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	15.629	3.961
Receitas financeiras		13.503	6.825
Despesas financeiras		2.126	(2.864)
RESULTADO PATRIMONIAL	6(h)	79	64
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**8.683**	**3.452**
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(1.652)	(644)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(3.160)	(562)
LUCRO LÍQUIDO		**3.871**	**2.246**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES BÁSICO - R$	12	**0,12**	**0,09**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES DILUÍDO - R$	12	**0,10**	**0,09**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO		**3.871**	**2.246**
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**3.871**	**2.246**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 12

EM MILHARES DE REAIS - R$	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**37.200**	**40.360**	-	**77.560**
Aumento de capital	3.161	(3.161)	-	-
Resultado líquido do período	-	-	2.246	2.246
Destinação:				
Reserva legal	-	112	(112)	-
Reserva especial	-	2.132	(2.132)	-
Dividendos	-	-	(2)	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**40.361**	**39.443**	-	**79.804**
Aumento de capital	70.000	-	-	70.000
Capital integralizado	132.000	-	-	132.000
Capital a integralizar	(62.000)	-	-	(62.000)
Resultado líquido do período	-	-	3.871	3.871
Destinação:				
Reserva legal	-	194	(194)	-
Reserva especial	-	3.673	(3.673)	-
Dividendos	-	-	(4)	(4)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**110.361**	**43.310**	-	**153.671**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS OU CONFORME INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de ramos elementares, atuando em todas as regiões do Brasil.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A., aprovadas pela Diretoria em 31.01.2022, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. - Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas contábeis** - O CPC 48 – Instrumentos financeiros entrou em vigor partir de 01.01.2018. A expectativa é de que o CPC 48 seja adotado pela Susep em conjunto com o CPC 50 – Contratos de Seguros, em fase de aprovação pela Susep. Desta forma, a Companhia continua aplicando o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração nestas demonstrações contábeis. A Companhia irá avaliar os impactos de tais normativos em suas demonstrações contábeis quando da adoção destes pela Susep. Resolução CNSP nº 432: Substitui a Resolução CNSP nº 321, entrando em vigor majoritariamente em 03.01.2022, com exceção de artigo relacionado à apuração de fatores econômicos no cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), cuja vigência se iniciou em 01.12.2021 e com impactos mensurados nestas Demonstrações Contábeis. Além disso, realiza alterações na apuração dos fatores contábeis utilizados no cálculo do PLA e determina quebra em 3 níveis em função da qualidade dos componentes do patrimônio. Também define que o Capital Mínimo Requerido (CMR) seja constituído por diferentes percentuais destes níveis de PLA. Circular SUSEP nº 648: Substitui a Circular SUSEP nº 517, entrando em vigor majoritariamente em 03.01.2022, com exceção de artigos referentes às Demonstrações Financeiras, cuja vigência se iniciou em 12.11.2021. A norma revoga os ICPCs 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, ICPC 05 – Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria e ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes. Além disso, a norma obriga a divulgação em notas explicativas da demonstração de cálculo dos níveis do PLA. Adicionalmente, inclui normatização sobre custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores de provisões técnicas. Circular SUSEP nº 650: Estabelece que a supervisionada líder do Grupo Prudencial deverá elaborar o Relatório Consolidado Prudencial tendo início para a data-base de 31.12.2022, devendo encaminhá-lo à SUSEP até o dia 15.04 do ano subsequente. O Relatório Consolidado Prudencial será elaborado de acordo com os CPCs aprovados pela SUSEP e seguindo todos os procedimentos de consolidação por ela estabelecidos. No caso de inexistência de participações acionárias entre as supervisionadas integrantes do conjunto sujeito à consolidação, a de maior porte, medido pelo montante do Patrimônio Líquido, será considerada a líder do Grupo Prudencial. **c) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxo de Caixa** - I - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II - Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Ométodo de apresentação dos fluxos de caixa é indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período; • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (accrual) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos (accrual). Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à SUSEP, mantidas junto à B3, à CETIP e ao SELIC, conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo** - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado através de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento** - Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico afetá-lo adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros** - I - Créditos - Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II - Débitos- Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/ resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III - Risco de crédito - É efetuada redução ao valor recuperável sobre os créditos de prêmios a receber quando houver atraso superior a 60 dias, sobre o valor total do prêmio a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados às seguradoras/resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio, logo não haverá também expectativa de repasse destes valores. Adicionalmente, é efetuada redução ao valor recuperável quando houver atraso superior a 60 dias para créditos de operações com seguradoras e superior a 180 dias para créditos de operações com resseguradoras, calculada sobre o valor total do crédito a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. **f) Ativos de resseguros – Provisões técnicas** - Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos** - Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber** - Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros** - A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento ao normativo relacionado, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2021 e 31.12.2020.
j) Provisões técnicas de seguros - As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021, Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. I - Seguros. • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada pro rata die. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. Para os ramos dos seguros compreensivos e secundários, o cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora. Para os demais ramos de seguros, caracterizados por não possuírem dados suficientes para aplicação de metodologia estatística-atuarial, a seguradora apura o valor da provisão com base em fatores médios de mercado.;e • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II - Provisão complementar de cobertura – PCC. A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada àsprovisões técnicas PPNG, PMBAC e PMBC, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). III - Teste de Adequação de Passivos – TAP. O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado trimestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular SUSEP nº 517/15, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **k) Apuração de resultado de operações de seguros e resseguros** - Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 517/2015, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguro – provisões técnicas. **l) Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela SUSEP, da seguinte forma: I - Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II - Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos, apenas divulgados, a menos que a saída de recursos para liquidar uma obrigação presente seja remota. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III - Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. **m) Benefícios a empregados** - Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Seguros Gerais reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Seguros Gerais não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria.Adicionalmente, a Safra Seguros Gerais não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **n) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda[1]	Contribuição Social[2]	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%.(2) A Lei nº 14.183/2021, que aprova a Medida Provisória nº 1.034/2021, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, sendo esta alíquota aplicada no período de 01.07.2021 até 31.12.2021. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituiçãosão atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **o) Ativo intangível** - Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo valor de custo, líquido da respectiva amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente, ao longo da sua vida útil estimada. **p) - Lucro por ação** - Conforme CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **q) - Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros e resseguros e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) - Classificação em Circulante e Não Circulante** - Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data -base da Demonstração Contábil deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Circulantes. Em oposição a essa classificação, Ativos e Passivos cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes a mesma data-base deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades – Nota 15(b)	2.058	1.084
Fundos de investimentos exclusivos – Nota 5(a-I)	88.137	63.385
Total	**90.195**	**64.469**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS - a) Aplicações – Carteira - I. Composição

	31.12.2021 Valor Justo – Sem vencimento[1]	%	31.12.2020 Valor Justo – Sem vencimento[2]	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-III)	**252.229**	**100,00**	**183.544**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres – Nota 4[1]	88.137	34,94	63.385	34,53
Recursos garantidores de reservas técnicas –				
Cotas de fundos de investimentos – Seguros – Nota 6(e) [1]	164.092	65,06	120.159	65,47
Provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas	66.139	26,22	56.130	30,58
Cobertura excedente	97.953	38,83	64.029	34,89

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo J. Safra (Parte Relacionada) – Nota 15(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos.[2] Não houve ganho e/ou perda não realizado durante os períodos findos em 31.12.2021 e 31.12.2020. Desta forma, o saldo referente a valor justo é igual ao saldo do custo contábil.
II. Movimentação das aplicações

Cotas de fundos de investimentos	01.01 a 31.12.2021 Livres	Recursos garantidores de reserva técnica - Seguros	Total	01.01 a 31.12.2020 Total
Saldo no início do período	**63.385**	**120.159**	**183.544**	**162.007**
Aquisição/(Resgate) no período	21.450	37.500	58.950	17.230
Resultado – Receita/(Despesa) financeira – Nota 5(c)	3.302	6.433	9.735	4.307
Saldo no final do período	**88.137**	**164.092**	**252.229**	**183.544**

III. Hierarquia do valor justo

	Nível 1 31.12.2021	Nível 1 31.12.2020
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-I)	**252.229**	**183.544**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres	88.137	63.385
Recursos garantidores e reservas técnicas	164.092	120.159

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não havia títulos e valores mobiliários classificados em Níveis 2 e 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos** - Durante os períodos findos em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.
c) Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**13.503**	**6.825**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	9.735	4.307
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-II)	9.735	4.307
Livres	3.302	2.144
Vinculados às garantias – Seguros	6.433	2.163
Receitas financeiras com operações de seguros	3.764	2.513
Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 6(a-I(3))	2.970	1.550
Resseguros cedidos/ cosseguro aceito – Nota 6(b-II)	794	963
Outras	4	5
Despesas/(Receitas) de passivos financeiros	**2.126**	**(2.864)**
Operações de seguros	2.213	(2.780)
(Atualização)/reversão monetária – Provisão de sinistros a liquidar – Nota 6(d-II)	2.808	(2.470)
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios – Nota 15(b)	(595)	(310)
Outras	(87)	(84)
Resultado financeiro líquido	**15.629**	**3.961**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - a) Créditos das operações com seguros e resseguros - I - Prêmios a receber. 1) Composição dos saldos

	31.12.2021 Prêmios a receber	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito – Nota 6 (a-III)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês) 6 (a-III)	31.12.2020 Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Compreensivo	58.849	3.534	(3.671)	58.712	18	18.468	18
Garantia	1.727	13	-	1.740	25	1.855	14
Riscos diversos	55.478	1.118	(3.712)	52.884	29	54.046	35
Responsabilidade civil	811	69	(32)	848	18	416	18
Outros	1.796	113	(51)	1.857	14	1.316	9
Total em 31.12.2021[1]	**118.660**	**4.847**	**(7.466)**	**116.041**		**76.101**	
Total em 31.12.2020[1]	**76.804**	**3.136**	**(3.839)**	**76.101**			

[1] Deste montante, R$ 74.627 (R$ 53.913 em 31.12.2020) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Notas 6(e) e 14.

2) Parcelas por vencimento – Prêmios a receber

CURSO	31.12.2021 ANORMAL[1]	NORMAL[2]	TOTAL	31.12.2020 TOTAL
Parcelas Vencidas:	990	2.384	3.374	1.380
De 01 a 30 dias	320	1.911	2.231	1.090
De 31 a 60 dias	300	473	773	205
De 61 a 120 dias	368	-	368	85
De 121 a 180 dias	2	-	2	-
Parcelas Vincendas:	6.476	108.810	115.286	75.424
De 01 a 30 dias	240	5.050	5.290	3.645
De 31 a 60 dias	249	5.142	5.391	3.996
De 61 a 120 dias	681	13.041	13.722	6.660
De 121 a 180 dias	566	10.736	11.302	5.614
De 181 a 365 dias	1.702	29.620	31.322	17.419
Acima de 365 dias	3.038	45.221	48.259	38.090
Total em 31.12.2021	**7.466**	**111.194**	**118.660**	**76.804**
Total em 31.12.2020	**3.839**	**72.965**	**76.804**	

[1] Apólices integralmente provisionadas que apresentam parcelas vencidas há mais de 60 dias.
[2] Apólices sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 60 dias. 3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Saldo no início do período	76.101	33.602
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos – Nota 13(c-II) [1]	107.569	94.940
(-) Recebimentos	(66.972)	(51.056)
(-) Variação de provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(3.627)	(2.935)
(+) Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 5(c)	2.970	1.550
Saldo no final do período	**116.041**	**76.101**

[1] Os prêmios emitidos estão apresentados brutos dos prêmios de cosseguros cedidos no montante de R$ 11 (R$ 81 em 2020). II - Operações com resseguradoras

	31.12.2021	31.12.2020
Sinistros a recuperar	1.887	2.878
Outros créditos	2.465	1.528
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(1.779)	(2.449)
Total	**2.573**	**1.957**

III - Movimentação da provisão para risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(e-III)

	01.01 a 31.12.2021 Prêmios a receber [1]	Operações com Seguros e Resseguros[2]	Sub-total – Nota 6(g-II)	Operações com Resseguradoras – Nota 6(a-II) [2]	TOTAL	01.01 a 31.12.2020 TOTAL
Saldo no início do período	**(3.839)**	**2.260**	**(1.579)**	**(2.449)**	**(4.028)**	**(3.161)**
Variação da provisão do risco crédito	(3.627)	(147)	(3.774)	670	(3.104)	(867)
Constituição/(Reversão)	(3.627)	(147)	(3.774)	(8)	(3.782)	(867)
Baixa definitiva "Write-off"	-	-	-	678	687	-
Saldo no final do período	**(7.466)**	**2.113**	**(5.353)**	**(1.779)**	**(7.132)**	**(4.028)**

[1] Nota 6(a-I(1) e (2)). [2] Inclui repasses de prêmios/comissões a corretores, seguradoras e resseguradoras e IOF sobre prêmios não pagos.
b) Ativos de resseguros – Provisões técnicas - I - Composição dos saldos

	31.12.2021 PPNG[1]	SINISTROS PSL[2]	IBNR e PDR	SUBTOTAL [3]	TOTAL	31.12.2020 TOTAL
Aeronáutico	-	1.526	23	1.549	1.549	1.561
Compreensivo	2.325	1.789	74	1.863	4.188	2.931
Garantia	8.188	-	426	426	8.614	12.442
Riscos diversos	735	581	21	602	1.337	762
Responsabilidade civil	47	2.700	73	2.773	2.820	2.569
Outros	360	-	61	61	421	592
Total em 31.12.2021	**11.655**	**6.596**	**678**	**7.274**	**18.929**	**20.857**
Total em 31.12.2020	**14.191**	**5.515**	**1.151**	**6.666**	**20.857**	

[1] Inclui o montante de R$ 2.407 (R$ 2.161 em 31.12.2020) referente a prêmios de resseguro não proporcional.[2] Inclui 6 (9 em 31.12.2020) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 1.466 (R$ 3.621 em 31.12.2020). [3] Nota 6(e). II - Movimentação dos ativos de resseguro no período

	01.01 a 31.12.2021 PPNG	PSL, IBNR e PDR	TOTAL	01.01 a 31.12.2020 TOTAL
Saldo no início do período	**14.191**	**6.666**	**20.857**	**22.591**
Variação das provisões técnicas	(2.536)	296	(2.240)	(2.010)
Recebimento de sinistros	-	(482)	(482)	(687)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	794	794	963
Saldo no final do período – Nota 6(e)	**11.655**	**7.274**	**18.929**	**20.857**

c) Custos de aquisição diferidos - I - Composição dos saldos

	31.12.2021 Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	31.12.2020 Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Compreensivo	12.324	24	4.148	21
Garantia	1.446	42	2.316	45
Riscos diversos	12.099	40	11.756	33
Responsabilidade civil	204	24	138	22
Outros	473	12	384	18
Total[1]	**26.546**		**18.742**	

[1] Deste montante, R$ 23.282 (R$ 15.046 em 31.12.2020) refere se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros", no Passivo – Nota 15(b), inclui provisão para risco de crédito no valor de R$ (1.454) (R$ (585) em 31.12.2020) – Nota 6(a-III). II - Movimentação

	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Saldo no início do período	**18.742**	**9.511**
Comissões	21.244	18.491
Apropriação no resultado [1] – Notas 6(g-I) e 15(b)	(13.440)	(9.260)
Saldo no final do período	**26.546**	**18.742**

[1] Inclui o valor de R$ 3 (R$ 20 em 2020) referente a recuperação comissão de cosseguro.
d) Provisões técnicas – Seguros I - Composição dos saldos

Danos – Nota 6(e)	31.12.2021 PPNG	SINISTROS PSL[1]	IBNR	PDR[2]	SUBTOTAL	TOTAL	31.12.2020 TOTAL
Aeronáutico	-	1.546	-	63	1.609	1.609	1.631
Compreensivo	61.314	2.316	84	76	2.476	63.790	28.773
Garantia	11.910	-	725	31	756	12.666	20.138
Responsabilidade civil	1.012	4.031	5	108	4.144	5.156	4.475
Riscos diversos	60.495	792	944	70	1.806	62.301	59.324
Outros	2.437	-	78	3	81	2.518	2.368
Total em 31.12.2021	**137.168**	**8.685**	**1.836**	**351**	**10.872**	**148.040**	**116.709**
Total em 31.12.2020	**101.258**	**12.824**	**1.843**	**784**	**15.451**	**116.709**	

[1] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 5.718 (R$ 10.903 em 31.12.2020), sendo R$ 5.684 (R$ 3.222 em 31.12.2020) classificados como perda provável, R$ 34 (R$ 7.090 em 31.12.2020) como perda possível e R$ 591 em 31.12.2020 como perda remota – Nota 3(l-I). O montante de sinistros de cosseguro aceito é R$ 2.352 (R$ 1.923 em 31.12.2020). [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 351 (R$ 783 em 31.12.2020). II - Movimentação

	01.01 a 31.12.2021 PPNG	SINISTROS PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	SUBTOTAL	TOTAL	01.01 a 31.12.2020 TOTAL
Saldo no início do período	**101.258**	**4.015**	**11.436**	**15.451**	**116.709**	**70.728**
Sinistros Ocorridos – Nota 6(g-I)	-	1.247	(1.979)	(732)	(732)	1.261
Constituição	-	1.247	214	1.461	1.461	1.261
Reversão [1]	-	-	(2.193)	(2.193)	(2.193)	-
Variação de provisões técnicas	35.910	-	-	-	35.910	43.504
Sinistros pagos/recuperados	-	(627)	(412)	(1.039)	(1.039)	(1.024)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	-	(2.808)	(2.808)	(2.808)	2.470
Constituição	-	-	2.713	2.713	2.713	2.470
Reversão [1]	-	-	(5.521)	(5.521)	(5.521)	-
Outros	-	-	-	-	-	(230)
Saldo no final do período	**137.168**	**4.635**	**6.237**	**10.872**	**148.040**	**116.709**

[1] R$ 7.714, refere-se reversão de PSL Judicial por processo procedente a Companhia, transitado em julgado. III - Teste de adequação do passivo - TAP – Nota 3(j-III) - As premissas adotadas no cálculo do TAP consideram projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O cálculo do Teste de Adequação do Passivo – TAP, realizado em 31.12.2021, não resultou na constituição de provisão complementar de cobertura. **e) Garantias das provisões técnicas**

	31.12.2021	31.12.2020
Total de provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas – Nota 14	**66.139**	**56.130**
Provisões técnicas de seguros – Nota 6(d-I)	148.040	116.709
Ativos de resseguro – provisões técnicas – Nota 6(b-I) [1]	(7.274)	(6.666)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Nota 6(a-I) [2]	(74.627)	(53.913)
Ativos garantidores das provisões técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional – Nota 5(a-I)	**164.092**	**120.159**
Cobertura Excedente – Nota 14	**97.953**	**64.029**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 11.655 (R$ 14.191 em 31.12.2020) – Nota 6(b). [2] Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber diretos e cosseguro aceito, líquidos de Cosseguro Cedido e Resseguro, referente às parcelas não vencidas de apólices, considerando o arrasto (todas as parcelas em aberto, após inadimplência de qualquer parcela) por segurado e tomador, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo. **f) Débitos das operações com seguros e resseguros (passivo)**

	Seguradoras 31.12.2021	Seguradoras 31.12.2020	Resseguradoras 31.12.2021	Resseguradoras 31.12.2020
Prêmios a repassar	-	-	6.722	7.012
Proporcional	-	-	5.828	6.055
Não proporcional	-	-	894	957
Prêmios a liquidar	411	627	-	-
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	-	(222)	(147)	(1.417)
Total	**411**	**405**	**6.575**	**5.595**

g) Resultado com operações de seguros - I - Composição do resultado por ramos

Ramos	Prêmios Ganhos 2021	Prêmios Ganhos 2020	Sinistros Ocorridos – Nota 6(d-II) 2021	Sinistros Ocorridos – Nota 6(d-II) 2020	Custo de Aquisição – Nota 6(c-II) 2021	Custo de Aquisição – Nota 6(c-II) 2020	Outras receitas e despesas operacionais– Nota 6(g-II) 2021	Outras receitas e despesas operacionais– Nota 6(g-II) 2020	Operações de Resseguros[1] 2021	Operações de Resseguros[1] 2020	Total 2021	Total 2020
Compreensivo	25.555	11.947	1.251	(1.037)	(5.058)	(2.384)	(2.234)	(102)	(970)	(312)	18.544	8.112
Garantia	10.879	12.119	108	(115)	(1.294)	(1.419)	1.024	(1.025)	(6.535)	(7.483)	4.182	2.077
Riscos diversos	31.702	23.153	(1.270)	(633)	(6.340)	(4.630)	(2.531)	(90)	291	124	21.852	17.924
Responsabilidade civil	795	637	301	323	(159)	(128)	(34)	(4)	(231)	(362)	672	465
Outros	2.716	3.499	342	201	(589)	(699)	(2)	1.049	(662)	(160)	1.804	3.890
Subtotal	**71.647**	**51.355**	**732**	**(1.261)**	**(13.440)**	**(9.260)**	**(3.777)**	**(172)**	**(8.108)**	**(8.193)**	**47.054**	**32.469**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	108	(8)	108
Total – Danos	**71.647**	**51.355**	**732**	**(1.261)**	**(13.440)**	**(9.260)**	**(3.777)**	**(172)**	**(8.116)**	**(8.085)**	**47.046**	**32.577**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios e variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional.
II - Composição de outras receitas e despesas com operações de seguros

	2021	2020
Receitas - Outras receitas operacionais [1]	**31**	**822**
Despesas	**(3.808)**	**(994)**
(Provisão)/Reversão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(3.774)	(975)
Outras despesas com operações de seguros [2]	(34)	(19)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**(3.777)**	**(172)**

[1] Refere-se, a recuperação de prêmio com resseguro no valor de R$ 27 (R$ 666 em 2020) e o DPVAT no valor de R$ 3 (R$ 156 em 2020) – Nota 6(h). [2] Refere-se, basicamente, a reversão de recuperação de prêmio de resseguro. III - Índice de sinistralidade e custo de aquisição

Ramos	Sinistralidade (%) 2021	Sinistralidade (%) 2020	Custo de Aquisição (%) 2021	Custo de Aquisição (%) 2020
Compreensivo	-	(8,7)	(19,8)	(20,0)
Garantia	-	(0,9)	(11,9)	(11,7)
Riscos diversos	(4,0)	(2,7)	(20,0)	(20,0)
Responsabilidade civil	-	-	(20,0)	(20,1)
Outros	-	-	(21,7)	(20,0)
Total	**-**	**(2,5)**	**(18,8)**	**(18,0)**

h) Consórcio DPVAT - Em Assembleia Geral realizada em 24.11.2020, as consorciadas participantes da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. deliberaram pela dissolução da Companhia a partir de 01.01.2021. Com a extinção, ficam vedadas novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder, ficando esta designada a administrar o runoff dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT com relação aos sinistros ocorridos até 31.12.2020. Conforme ofício da Seguradora Líder, de 26 de Janeiro de 2022, determinadas despesas administrativas referentes ao exercício de 2021 não podem ser custeadas com recursos do seguro DPVAT, devendo ser ressarcidas pelas consorciadas à Seguradora Líder. O montante atribuído proporcionalmente à Safra Seguros Gerais é de R$ 138.
7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro – Nota 6(d-I): R$ 8.685

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS OU CONFORME INDICADO)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	1.822	3.436	12.777	1.320	1.218	1.502	904	283	815	1.871	
Um ano após	1.496	3.340	12.681	1.350	1.088	1.061	871	360	793	-	
Dois anos após	1.552	3.771	12.612	1.400	1.128	1.838	871	324	-	-	
Três anos após	1.564	5.104	12.612	1.201	1.151	2.204	664	-	-	-	
Quatro anos após	1.577	4.760	12.612	1.250	889	2.600	-	-	-	-	
Cinco anos após	1.584	4.675	12.612	1.400	889	-	-	-	-	-	
Seis anos após	1.582	4.665	12.612	1.188	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	1.582	4.665	12.612	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	1.582	4.665	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	1.582	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2021	**1.582**	**4.665**	**12.612**	**1.188**	**889**	**2.600**	**664**	**324**	**793**	**1.871**	**27.188**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	596	1.266	11.037	498	786	957	529	234	709	364	
Um ano após	1.496	1.559	12.612	800	889	1.009	567	270	793	-	
Dois anos após	1.496	1.559	12.612	826	889	1.010	567	323	-	-	
Três anos após	1.497	1.560	12.612	826	889	1.010	664	-	-	-	
Quatro anos após	1.497	4.560	12.612	826	889	1.010	-	-	-	-	
Cinco anos após	1.497	4.665	12.612	826	889	-	-	-	-	-	
Seis anos após	1.582	4.665	12.612	826	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	1.582	4.665	12.612	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	1.582	4.665	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	1.582	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2021	**1.582**	**4.665**	**12.612**	**826**	**889**	**1.010**	**664**	**323**	**793**	**364**	**23.728**
PSL em 31.12.2021	-	-	-	**362**	-	**1.590**	-	**1**	-	**1.507**	**3.460**
Passivos de sinistros anteriores a 2012											**5.225**
Total do Passivo em 31.12.2021											**8.685**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro – Nota 6(d-I): R$ 8.685. (-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I): R$ 6.596. Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R$ 2.089

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	176	270	454	246	105	197	116	60	134	712	
Um ano após	142	258	410	160	90	143	109	63	125	-	
Dois anos após	150	296	408	168	92	230	109	58	-	-	
Três anos após	151	378	408	161	89	270	94	-	-	-	
Quatro anos após	153	368	408	162	81	313	-	-	-	-	
Cinco anos após	154	264	408	167	81	-	-	-	-	-	
Seis anos após	154	263	408	157	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	154	263	408	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	154	473	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2021	**237**	**473**	**408**	**157**	**81**	**313**	**94**	**58**	**125**	**712**	**2.658**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	76	76	282	67	67	126	81	49	102	147	
Um ano após	142	97	408	139	80	140	87	56	125	-	
Dois anos após	142	97	408	149	81	140	87	58	-	-	
Três anos após	142	97	408	149	81	140	94	-	-	-	
Quatro anos após	142	252	408	149	81	140	-	-	-	-	
Cinco anos após	142	263	408	149	81	-	-	-	-	-	
Seis anos após	154	263	408	149	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	154	263	408	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	154	473	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2021	**237**	**473**	**408**	**149**	**81**	**140**	**94**	**58**	**125**	**147**	**1.912**
PSL em 31.12.2021	-	-	-	**8**	-	**173**	-	-	-	**565**	**746**
Passivos de sinistros anteriores a 2012											**1.343**
Total do Passivo em 31.12.2021											**2.089**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Contingências cíveis – Nota 9(b)	(39.576)	(22.424)
Pessoal	(8.753)	(7.029)
Outras	(1.228)	(684)
Total	**(49.557)**	**(30.137)**

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) Ativos Contingentes - Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros -** Totalizam R$ 156.147 (R$ 116.353 em 31.12.2020) e estão representados, substancialmente, por contingência cível de operações de resseguros no montante de R$141.932 (R$ 102.549 em 31.12.2020) e contingências fiscais no montante de R$ 13.910 (R$ 13.529 em 31.12.2020), referente ao processo onde se discute os valores das comissões pagas para fins de apuração da IRPJ e CSLL. Os efeitos no resultado estão registrados em "Despesas Administrativas" – Nota 8 e "Despesas com tributos" – Nota 10(a-II), respectivamente. Em 31.12.2021, não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições

I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.683**	**3.452**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) [1]	(3.473)	(1.381)
(Inclusões) Exclusões Permanentes e Outros [1]	**(1.339)**	**175**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(4.812)**	**(1.206)**
Imposto Corrente	(22.102)	(10.627)
Imposto Diferido	17.290	9.421

[1] Nota 3(n). II – Despesas com tributos - Totalizam R$ (4.514) (R$ (3.013) em 2020) e estão representados substancialmente por PIS/COFINS no montante de R$ (3.565) (R$ (2.391) em 2020) e despesas com contingências fiscais no montante de R$ (381) (R$ (214) em 2020) – Nota 9(b). **b) Créditos tributários e previdenciários -** Totalizam R$ 62.507 (R$ 45.198 em 31.12.2020) e estão representados por tributos a compensar de R$ 73 (R$ 54 em 31.12.2020) e créditos tributários no montante de R$ 62.434 (R$ 45.144 em 31.12.2020), substancialmente representados por contingência cível de operações de resseguros R$ 57.137 (R$ 41.385 em 31.12.2020), sobre contingência fiscal R$ 2.063 (R$ 1.910 em 31.12.2020) e sobre risco de crédito de operações de seguros R$ 2.850 (R$ 1.611 em 31.12.2020). Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Exercícios de realização						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Total [1]
Créditos tributários	2.927	78	59.277	78	74	-	62.434

[1] Ajuste a valor presente de R$ 53.361, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. **c) Impostos, encargos sociais e contribuições -** Impostos e encargos sociais a recolher totalizam R$ 8.394 (R$ 5.432 em 31.12.2020) e se refere basicamente, a imposto sobre operações financeiras no montante de R$ 7.867 (R$ 5.040 em 31.12.2020). Impostos e contribuições a pagar totalizam R$ 17.894 (R$ 7.785 em 31.12.2020) e referem, substancialmente, ao Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no valor de R$ 17.489 (R$ 7.540 em 31.12.2020).

11. ATIVO INTANGÍVEL - Totaliza R$ 50.000 relativo a contrato de representação para a comercialização de garantia estendida, com pagamento de R$ 35.000 e valor a pagar de R$ 15.000 registrado em "Obrigações a pagar". O valor será amortizado de acordo com a comercialização do produto e diferido conforme apropriação dos prêmios ganhos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O Capital Social está representado por 68.270.384 (26.097.860 em 31.12.2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Extraordinária realizada em 15.09.2021, foi deliberado o aumento de capital com a emissão de 42.172.524 novas ações no valor de R$ 132.000, sendo R$ 70.000 integralizado no ato e R$ 62.000, a ser integralizado até 15.09.2022. O referido aumento de capital foi homologado pela SUSEP conforme portaria Susep/CGRAT nº 544 de 15.12.2021 publicado no DOU de 21.12.2021.

Acionistas	Banco Safra S.A.	Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Total
Quantidade em 31.12.2020	**26.097.176**	**684**	**26.097.860**
Aumento de Capital em 15.09.21	42.171.419	1.105	42.172.524
Integralizado	22.363.631	586	22.364.217
A integralizar	19.807.788	519	19.808.307
Quantidade em 31.12.2021 (*)	**68.268.595**	**1.789**	**68.270.384**
Integralizado	48.460.807	1.270	48.462.077
A integralizar	19.807.788	519	19.808.307

(*) A média ponderada das ações utilizadas no cálculo do resultado por ação básico e diluído é de 32.837.761 e 38.807.388, respectivamente – Nota 3(p). Em Assembleia Extraordinária realizada em 15.09.2021, foi deliberado o aumento de capital no valor de R$ 132.000, sendo R$ 70.000 integralizado no ato e R$ 62.000, a ser integralizado até 15.09.2022 e emissão de 42.172.524 ações. O referido aumento de capital foi homologado pela SUSEP conforme portaria Susep/CGRAT nº 544 de 15.12.2021 publicado no DOU de 21.12.2021. **b) Dividendos -** Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em 31.12.2021, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 4. **c) Reservas de lucros**

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de lucros	**43.310**	**39.443**
Legal	7.591	7.397
Especial [1]	35.719	32.046

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

13. GESTÃO DE RISCOS - A Safra Seguros Gerais S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP nº 388 dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Seguros Gerais classificada como S2. A Resolução CNSP nº 416/2021 revogou as circulares SUSEP nº 521/2015 e nº 517/2015, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito -** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(aIII)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. Adicionalmente, a Companhia conta com o Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito que concentra a governança do Risco de Crédito de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, este comitê conta com a participação do CRO, Diretores e Superintendentes e tem como responsabilidades (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito, (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador, (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse, (iv) definir métricas para apuração do risco, (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito, (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito, (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas, (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco (rating) e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição (%)
Local	Irb Brasil Resseguros S.A.	A-	A.M. Best	64,78
Local	Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	AAA	Moody's	6,76
Admitida	HANNOVER RÜCK SE	A+	A.M. Best	7,63
Admitida	Everest Reinsurance Company	A+	A.M. Best	10,44
Local	Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	AAA	Standard & Poor's	1,55
Admitida	LLOYD'S	A	S&P	0,00
Local	AXA XL Resseguros Brasil S.A.	A+	A.M. Best	4,17

b) Risco de Mercado - Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. Para tal, a Companhia conta com o Comitê de Risco de Mercado (CRM), formado pelo CRO, Diretores e Superintendentes, que se reúnem no mínimo mensalmente para deliberar sobre assuntos de Risco de Mercado. **c) Risco de Subscrição -** Conforme o Art. 35 da Resolução CNSP nº 321, define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Compreensivo Empresarial, Residencial, Responsabilidade Civil Geral, D&O, Riscos Diversos e Garantia Segurado. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na frequência e nos custos dos sinistros, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com as resseguradoras para as quais é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 13(a). I – Análise de sensibilidade de risco de seguro. A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2021		
Premissas atuariais [1,2]	**Bruta de Resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de Resseguros**
Aumento de 5% na sinistralidade	(289)	196	(93)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(10)	4	(6)
Redução de 5% na sinistralidade	289	(196)	93
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	10	(4)	6

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR). II – Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2021						2020
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Grupo Patrimonial [1]	60.997	17.016	10.341	7.367	2.351	98.072	83.415
Demais ramos [2]	5.033	1.086	539	576	550	7.784	9.690
Total em 2021 [3]	**66.030**	**18.102**	**10.880**	**7.943**	**2.901**	**105.856**	**93.105**
Total em 2020 [3]	**59.090**	**18.898**	**6.459**	**6.814**	**1.844**	**93.105**	

[1] Referem-se substancialmente aos ramos Riscos Diversos e Compreensivo Empresarial e Residencial. [2] Referem-se substancialmente aos ramos de Seguro Garantia, RC Geral e D&O. [3] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos, retrocessão e cosseguro cedido que perfazem um total de R$ 1.713 (R$ 1.835 em 2020). III – Limites de retenção - Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2021, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção
Compreensivo Empresarial e Residencial	1.700
Riscos Diversos e RC Geral	1.700
Lucros Cessantes e D&O	1.000
Garantia – Setores Público e Privado	1.700

d) Risco Operacional - De acordo com a Circular SUSEP Nº 517/2015, define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Circular SUSEP Nº 517/2015, sobre o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a Circular SUSEP Nº 590/2019 que dispõe sobre a estrutura de Gestão de Riscos, no que tange ao Risco Operacional, aplicação da metodologia descrita no documento "Classificação da Criticidade dos Serviços Terceirizados" e Gestão de Continuidade de Negócios. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez -** De acordo com a Resolução CNSP nº 416/2021, define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. **f) Risco Cibernético -** De acordo com a Circular SUSEP nº 638/2021, define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

14. EXIGÊNCIA DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): **(a)** O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. **(b)** O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP nº 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2021
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**47.634**
• Patrimônio Líquido	153.671
• Ajustes contábeis	(109.830)
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais	(215)
(-) Créditos tributários de diferença temporária que excederem 15% do CMR	(59.615)
(-) Ativos intangíveis	(50.000)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.793
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições registrados	3.793
Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre A e B	**18.793**
• Capital base (A)	15.000
• Capital de risco (B)	18.793
- de subscrição	12.078
- de risco de crédito	2.414
- de risco operacional	607
- de risco de mercado	9.144
- benefício da diversificação	(5.450)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**28.841**

Além da suficiência de capital, as supervisionadas devem apresentar liquidez em relação ao Capital de Risco, caracterizada quando a seguradora apresenta montante de ativos garantidores líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% do Capital de Risco Ajustado (CR Ajustado), obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas. Abaixo o demonstrativo da liquidez em relação ao CR Ajustado:

	31.12.2021
Ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura– Nota 6(e)	**97.953**
Ativos garantidores das provisões – Nota 5(a-I)	164.092
(-) Provisões a serem garantidas – Nota 6(e)	(66.139)
Liquidez exigida = 20% sobre CR Ajustado	**3.759**
Capital de Risco Ajustado	18.793
Capital de Risco	18.793
Suficiência de liquidez em relação ao Capital de Risco	**94.194**

15. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.03.2021, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 2.000 (R$ 2.000 em 2020). A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (919) (R$ (887) em 2020). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Da Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Disponibilidades – Nota 4 [1]	2.058	1.084	-	-
Obrigações a pagar [1]	(16)	(2)	-	-
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos / Comissões – SIP Administração e Participação Ltda. – Nota 5(c) e 6(c-I e II)	3.263	3.039	(14.035)	(9.590)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Comitê de Auditoria - Conforme previsto na Resolução CNSP nº 432/2021, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Seguros Gerais S.A., está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site do Banco Safra (www.safra.com.br). **b) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis -** No momento atual, diversas vacinas estão disponíveis no Brasil, que segue imunizando sua população. No entanto, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. Desse modo, a companhia continua acompanhando eventuais alterações no cenário da pandemia, visando adotar medidas, caso necessário, a fim de minimizar eventuais efeitos em nossos negócios.

DIRETORIA

Carlos Pelá
João Carlos Cardoso Botelho
Leandro de Azambuja Micotti
Marcelo Dantas de Carvalho
Marcos Lima Monteiro
Paulo Sérgio Cavalheiro

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219892/O-0
Hélio Eduardo Martinez Pavão - Atuário Responsável Técnico - MIBA 612

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Seguros Gerais S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração e registro das provisões técnicas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 d) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros no montante de R$148.040 mil, representando 39,14% do total dos seus passivos. Em razão da relevância dos saldos dessas provisões técnicas, de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração e da subjetividade envolvida na determinação de modelos e na seleção de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de cancelamento, desenvolvimento histórico de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro de certas provisões técnicas de seguros; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria e na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, à época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, à época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Safra Seguros Gerais S.A.

Escopo da Auditoria - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Safra Seguros Gerais S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração -** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião -** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Safra Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos -** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

CNPJ/MF nº 07.554.076/0001-08

Relatório de Administração Dezembro de 2021

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de Dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho:** A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. encerrou o exercício de 2021 com um lucro de R$ 499 mil. A Administração mantém foco no controle de custos e busca uma gestão eficiente do caixa. **Índice de Basileia:** A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de Dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 38,29%. **Gerenciamento de Riscos:** A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes a atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgação-informações/Gestão-Risco. **Agradecimentos:** A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	111	83
Instrumentos Financeiros		26.151	28.004
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	25.679	27.553
Títulos e Valores Mobiliários	6	472	451
Outros Ativos		1.810	1.648
Diversos	7	1.810	1.648
Total do Ativo		28.072	29.735

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Provisões	8	559	857
Outras Obrigações		2.082	2.644
Diversos	9	2.082	2.644
Obrigações Fiscais Diferidas	11. c	2.258	3.435
Patrimônio Líquido		23.173	22.799
Capital social		12.595	12.595
De domiciliados no País	12. a	12.595	12.595
Reserva Legal		2.519	2.519
Reserva Especial de lucro		8.059	7.685
Total do Passivo		28.072	29.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Especial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	2.519	6.854	–	21.968
Lucro do exercício	–	–	–	134	134
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	–	–	101	(101)	–
Dividendos propostos e não aprovados (Nota explicativa 12.b)			730	–	730
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	–	–	–	(33)	(33)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	–	22.799
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	–	22.799
Lucro do exercício	–	–	–	499	499
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	–	–	374	(374)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	–	–	–	(125)	(125)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	–	23.173
Saldos em 30 de Junho de 2021	12.595	2.519	7.685	(363)	22.436
Lucro do semestre	–	–	–	862	862
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	–	–	374	(374)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	–	–	–	(125)	(125)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	–	23.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2006. No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade. As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; c) Divulgação dos resultados não-recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados; Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. Principais Diretrizes Contábeis

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas "pro rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **d) Títulos e valores mobiliários:** São classificados na carteira de "negociação", avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. Os títulos classificados na categoria de "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento. A Corretora, em conformidade com o CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **e) Ativos e passivos:** Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. **f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. • **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso; • **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas; • **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e; • **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. **g) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social, até 30 de junho de 2021, era de 15% do lucro antes dos impostos. A partir de 1º de julho de 2021, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021, devido a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 20%. **h) Uso de estimativas:** Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades	111	83
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.413	18.563
Total	19.524	18.646

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021 Até 3 meses	2021 De 1 a 3 anos	2021 Total	2020 Até 3 meses	2020 De 1 a 3 anos	2020 Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.413	6.266	25.679	18.563	8.990	27.553
Total	19.413	6.266	25.679	18.563	8.990	27.553

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R$ 6.266 (R$ 8.990 em 2020), referem-se a recursos financeiros garantidos em "escrow account", devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	2021 Valor de custo	2021 Valor de mercado	2020 Valor de custo	2020 Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)				
Até 3 meses	472	472	–	–
De 3 a 5 anos	–	–	452	451
Total de títulos para negociação	472	472	452	451
Circulante	472	472	452	451
Total de títulos e valores mobiliários	472	472	452	451

Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias "negociação", "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento". Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. (*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA. Portanto, classificados como Nível 1.

7. Outros Ativos - Diversos

	2021	2020
Impostos e contribuições a compensar	827	956
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 10.a)	896	430
Títulos e créditos a receber	–	160
Despesas antecipadas	38	81
Outros	49	21
Total	1.810	1.648
Circulante	89	168
Não Circulante	1.721	1.480

8. Provisões

	2021	2020
Provisão para riscos trabalhistas (*)	503	800
Fornecedores a pagar	10	13
Publicação e serviços de assessoria	46	44
Total	559	857
Circulante	56	57
Não Circulante	503	800

(*) Refere-se as ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como "provável" a perda (nota 10a).

9. Outras Obrigações - Diversas

	2021	2020
Dividendos a pagar	125	33
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	688	636
Impostos e contribuições a recolher	11	3
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.258	1.972
Total	2.082	2.644
Circulante	2.082	2.644

10. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Obrigações Legais

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

Descrição	2021 Provisão	2021 Depósitos judiciais	2020 Provisão	2020 Depósitos judiciais
Provisões para riscos cíveis: (a)	–	124	–	118
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	503	772	800	312
Total	503	896	800	430

(a) Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora possuía 5 processos de natureza cível (7 em dezembro de 2020), no montante total de R$362 (R$251 em dezembro de 2020), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível. (b) Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora possuía 3 processos de natureza trabalhista (3 em dezembro de 2020), sendo 2 classificados como prováveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R$ 503 (2 em dezembro de 2020, no montante de R$ 800), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R$ 4 (1 em dezembro de 2020, no montante de R$ 4). A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	525	–	525
Constituição (nota nº 19)	296	–	296
Pagamento processo trabalhista	(21)	–	(21)
Saldo em 31/12/2020	800	–	800

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	800	–	800
Constituição (nota nº 19)	22	649	671
Reversão (nota nº 18)	(304)	–	(304)
Pagamento processo	(15)	(649)	(664)
Saldo em 31/12/2021	503	–	503

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	127	(172)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (*)	(45)	69
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	47	41
Outras despesas indedutíveis/outras receitas não tributáveis	47	41
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	136	(87)
(Constituição) Reversão de provisões para contingências trabalhistas	119	(110)
Outros	17	23
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	234	283
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	372	306

(*) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 20%, a partir de 1º de julho de 2021, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021 (15% em 2020).

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa	14.563	14.846
Outras provisões temporárias	497	616
Total de créditos tributários não contabilizados	15.060	15.462

c) Composição de obrigações diferidas:

	2021	2020
Pis a recolher - "Escrow Account"	(32)	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(202)	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(759)	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.265)	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	–	(24)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	–	(40)
Total de obrigações diferidas	(2.258)	(3.435)

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)*

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da intermediação financeira		814	1.160	749
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	814	1.160	749
Resultado bruto da intermediação financeira		814	1.160	749
Outras receitas (despesas) operacionais		(310)	(1.033)	(921)
Outras despesas administrativas	16	(334)	(628)	(801)
Despesas tributárias	17	(38)	(55)	(36)
Outras receitas operacionais	18	83	330	252
Outras despesas operacionais	19	(21)	(680)	(336)
Resultado operacional		504	127	(172)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	358	372	306
Provisão para imposto de renda		(373)	(390)	(389)
Provisão para contribuição social		(281)	(298)	(247)
Reversão de passivo fiscal diferido		1.012	1.060	942
Lucro líquido dos semestre/exercícios		862	499	134
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R$		183,96	106,49	28,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro Líquido dos semestre/exercícios	862	499	134
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–
Resultado Abrangente Total	862	499	134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	2019	(Constituição)/ realização	2020
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	16	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	101	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	376	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	630	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	–	(24)	(24)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	–	(40)	(40)
Total	(4.494)	1.059	(3.435)

	2020	(Constituição)/ realização	2021
Pis a recolher - "Escrow Account"	(49)	17	(32)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(302)	100	(202)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.133)	374	(759)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.887)	622	(1.265)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(24)	24	–
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(40)	40	–
Total	(3.435)	1.177	(2.258)

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas: Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R$ 2.057 (R$ 3.302 em dezembro de 2020).

	1 ano	2 anos	Total
Obrigações diferidas	1.129	1.129	2.258

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021 em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais. **b) Destinações do lucro líquido:** O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2021, foi proposto o pagamento de dividendos, no montante de R$ 125 (R$ 33 em 2020). Em 7 de julho de 2021, a Corretora pagou dividendos, no montante de R$ 33, aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 1º de abril de 2021. A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 17 de julho de 2020, deliberou sobre a destinação dos dividendos propostos, no montante de R$ 730 mil, para a Reserva Especial de Lucros, a título de "dividendos obrigatórios não distribuídos", tendo em vista a renúncia, do único acionista, ao recebimento dos dividendos. **c) Reservas de lucro:** As reservas de lucros foram constituídas em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reservas de lucro de R$ 374 (R$ 101 em 2020). **d) Lucro por ação:** O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado da Corretora. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

13. Transações com Partes Relacionadas

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	Grau de relação	2021 Ativo (passivo)	2021 Receitas (despesas)	2020 Ativo (passivo)	2020 Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	86	–	57	–
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	19.413	825	18.563	447
Outras obrigações - sociais e estatutárias					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(125)	–	(33)	–

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido dos semestre/exercícios		862	499	134
Ajustes ao lucro:				
Reversão de passivo fiscal diferido		(1.012)	(1.060)	(942)
Provisões para riscos	18 e 19	(53)	367	296
Total dos ajustes		(1.065)	(693)	(646)
Prejuízo líquido ajustado		(203)	(194)	(512)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.833	2.723	2.708
Aumento em títulos e valores mobiliários		(15)	(21)	(451)
(Aumento) Redução em outros ativos		(205)	(162)	677
(Redução) Aumento em outras obrigações		(118)	(621)	453
Impostos pagos		(788)	(814)	(768)
Caixa líquido oriundo nas atividades operacionais		1.707	1.105	2.619
Dividendos pagos		(33)	(33)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(33)	(33)	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.471	878	2.107
No início dos semestre/exercícios	4	18.053	18.646	16.539
No fim dos semestre/exercícios	4	19.524	19.524	18.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

14. Gerenciamento de Riscos - Acordo da Basileia

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestão-Risco. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.193/13, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A., apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 31 de dezembro de 2021, é de 38,29% (35,89% em dezembro de 2020).

15. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	797	1.135	735
Resultado com títulos de renda fixa	18	26	15
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	(1)	(1)	(1)
Total	814	1.160	749

16. Outras Despesas Administrativas

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Comunicação	(11)	(21)	(27)
Processamento de dados	(43)	(82)	(111)
Serviços do sistema financeiro	(78)	(145)	(253)
Serviços técnicos especializados	(129)	(216)	(238)
Serviço de terceiros	(31)	(67)	(68)
Publicações	(19)	(38)	(34)
Seguros	(22)	(44)	(44)
Outras	(1)	(15)	(26)
Total	(334)	(628)	(801)

17. Despesas Tributárias

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
COFINS	(33)	(47)	(30)
PIS	(5)	(8)	(5)
Outras	–	–	(1)
Total	(38)	(55)	(36)

18. Outras Receitas Operacionais

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Atualização de depósitos judiciais	14	16	9
Reversão de provisões operacionais	–	–	2
Reversão de provisões trabalhistas	69	304	–
Receita com recuperação de conta margem	–	–	240
Outros	–	10	1
Total	83	330	252

19. Outras Despesas Operacionais

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(16)	(671)	(296)
Outras despesas	(5)	(9)	(40)
Total	(21)	(680)	(336)

20. Resultados Não Recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os saldos dos resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, líquidos dos efeitos fiscais, estão assim demonstrados:

	2021 Exercício	2020 Exercício
Processo cível (CVM)	(454)	–
Receita com recuperação de conta margem	–	144

21. Informações Complementares

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados a COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. A Corretora vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação. Até o momento, não houve impactos relevantes para as atividades da Corretora.

A Diretoria

Diretor - Lúcio Fábio Tavares Garcia
CRC 1SP 223.923/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria e acionistas da **CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.** ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6
Fabrício Pimenta
Contador - CRC - 1SP241659/O-9

Banco Caixa Geral Brasil

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 33.466.988/0001-38

Relatório de Administração - Dezembro de 2021

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de Dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho:** O Banco Caixa Geral - Brasil apresentou prejuízo líquido de R$10,37 milhões no ano de 2021, decorrente de uma alavancagem muito reduzida em relação à média de seus pares e do setor bancário brasileiro e do aumento das despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Banco manteve atuação conservadora em relação a sua Carteira de Crédito, buscando estabilidade no montante concedido em relação ao último ano, continuou com medidas de contenção de custos e segue focando suas operações nos segmentos de crédito e tesouraria. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de Dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 38,29%. **Gerenciamento de Riscos:** A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios, mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos e foi estruturada com uma Gerência de Análise de Crédito e uma Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez, Operacional e Crédito. O Banco Caixa Geral - Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da Instituição na internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br. **Agradecimentos:** A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nos depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	2.727	5.235
Instrumentos Financeiros		1.286.429	1.232.744
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	211.843	176.361
Carteira de câmbio	10	201.789	149.099
Títulos e valores mobiliários	6. a	407.034	464.816
Instrumentos financeiros derivativos	7. a	93.278	117.878
Operações de crédito	9. a	372.485	324.590
Outros Ativos		59.735	64.293
Ativos não financeiros mantidos para venda	11. a	53.502	67.824
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda	11. a	(10.567)	(9.622)
Diversos	11. b	16.800	6.091
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9. a	**(47.114)**	**(60.119)**
Crédito Tributário	17. b	**87.032**	**79.051**
Investimento em Paticipação em Controlada	12. a	**23.299**	**22.833**
Imobilizado e Intangível		1.383	1.516
Total do Ativo		1.413.491	1.345.553

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
Instrumentos Financeiros		1.097.970	1.013.642
Depósitos	13. a	545.156	393.871
Captações no mercado aberto	13. b	1.830	8.347
Carteira de câmbio	10	193.583	151.729
Recursos de aceites e emissões de títulos	13. c	102.668	133.092
Obrigações por empréstimos e repasses	13. d e 13. e	195.232	249.515
Instrumentos financeiros derivativos	7. a	59.501	77.088
Provisões	14	**10.077**	**9.214**
Outras Obrigações		7.355	5.067
Sociais e estatutárias		171	171
Fiscais e previdenciárias	15. a	1.107	4.276
Diversas	15. b	6.077	620
Obrigações Fiscais Diferidas	17. c	**5.395**	**9.742**
Patrimônio Líquido		292.694	307.887
Capital social		323.728	323.728
De domiciliados no exterior	18. a	323.728	323.728
Ajuste ao valor de mercado - TVM		(7.380)	(2.557)
Prejuízos acumulados		(23.654)	(13.284)
Total do Passivo		1.413.491	1.345.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Especial	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	323.728	1.701	4.106	(4.826)	–	324.709
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	2.269	–	2.269
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(14.985)	(14.985)
Destinações:						
Absorvição de prejuízo do exercício com reservas de lucros	–	(1.701)	–	–	1.701	–
Pagamento de dividendos (nota 18.b)	–	–	(4.106)	–	–	(4.106)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	323.728	–	–	(2.557)	(13.284)	307.887
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	323.728	–	–	(2.557)	(13.284)	307.887
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	(4.823)	–	(4.823)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(10.370)	(10.370)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	323.728	–	–	(7.380)	(23.654)	292.694
Saldos em 30 de Junho de 2021	323.728	–	–	(6.498)	(11.984)	305.246
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	(882)	–	(882)
Prejuízo líquido do semestre	–	–	–	–	(11.670)	(11.670)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	323.728	–	–	(7.380)	(23.654)	292.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		28.590	57.080	63.007
Operações de crédito		13.104	22.253	22.005
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.483	20.260	38.280
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	8.193	(1.605)	(29.594)
Resultado de operações de câmbio		(190)	16.173	32.316
Despesas da Intermediação Financeira		(26.802)	(32.070)	(36.767)
Operações de captações no mercado		(19.536)	(26.332)	(19.778)
Operações de empréstimos e repasses		(846)	(1.969)	(4.281)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(6.420)	(3.769)	(12.708)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.788	25.010	26.240
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(22.540)	(43.105)	(53.896)
Receitas de prestação de serviços	21	1.379	4.561	3.245
Resultado de participação em controlada	12.b	862	499	134
Despesas de pessoal		(12.389)	(24.196)	(24.383)
Outras despesas administrativas	22	(9.036)	(18.682)	(18.825)
Despesas tributárias	23	(1.103)	(2.324)	(3.079)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	24.a e 24.b	(2.253)	(2.962)	(10.988)
Resultado Operacional		(20.752)	(18.094)	(27.656)
Resultado Não Operacional		(762)	(659)	154
Resultado antes da Tributação sobre Lucro		(21.514)	(18.753)	(27.502)
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	9.844	8.382	12.517
Provisão para imposto de renda		–	–	(1.833)
Provisão para contribuição social		–	–	(1.482)
Ativo (passivo) fiscal diferido		9.844	8.382	15.832
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestre/exercícios		(11.670)	(10.370)	(14.985)
Lucro (Prejuízo) por ação no final dos semestre/exercícios (R$)		(13,42)	(11,93)	(17,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
(Prejuízo) Lucro Líquido dos Semestre/Exercícios	(11.670)	(10.370)	(14.985)
Outros Resultados Abrangentes a serem Reclassificados para o Resultado em Períodos Subsequentes	(882)	(4.823)	2.269
Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado, líquido dos impostos	(882)	(4.823)	2.269
Resultado abrangente total	(12.552)	(15.193)	(12.716)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado nos semestre/exercícios		113.0781	(15.611)	8.014
Prejuízo líquido dos semestre/exercícios		(11.670)	(10.370)	(14.985)
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		11.4081	(5.241)	22.999
Depreciações e amortizações	22	205	407	613
Baixa de ativos não financeiros mantidos para venda		822	822	–
Resultado de participação em controlada	12.b	(862)	(499)	(134)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a e 24.b	89	14	73
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.420	3.769	12.708
Reversão para impostos e contribuições diferidos		(1.739)	(4.096)	(5.827)
Provisão parabéns não de uso	24.b	945	945	9.622
Provisão para títulos e valores mobiliários		–	–	12.314
Provisão para realização de ativos financeiros	24.b	1.124	1.124	–
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	24.a e 24.b	575	1.382	1.366
Constituição de Créditos tributários		(8.105)	(4.286)	(10.005)
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		(882)	(4.823)	2.269
Variações dos Ativos e Obrigações		221.951	49.788	(498.745)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		–	962	(962)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instmmentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		108.740	69.965	(237.224)
(Aumento)/Redução em carteira de câmbio (ativo/passivo)		(13.749)	(10.836)	4.812
Aumento em operações de crédito		(121.111)	(64.669)	(13.511)
Aumento em outros ativos		(6.698)	(7.449)	(12.272)
Aumento em depósitos		251.400	151.285	14.181
Redução em captação no mercado aberto		(72.119)	(6.517)	(45.265)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		24.423	(30.424)	(105.665)
Aumento (Redução) em outras obrigações		11.266	13.055	(3.147)
Imposto pago		(5.695)	(11.301)	(15.338)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		45.494	54.283	84.354
Fluxo de Caixa Oriundos (Aplicados) das Atividades Operacionais		208.873	34.177	(490.731)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Alienação de imobilizado de uso		94	94	
Aplicações no imobilizado de uso		(122)	(368)	(59)
Dividendos recebidos	12.b	33	33	–
Fluxos de Caixas Oriundos (Aplicados) nas Atividades de Investimentos		5	(241)	(59)
Juros sobre o capital próprio pagos		–	–	(2.890)
Dividendos pagos	18.b	–	–	4.106
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Financiamentos		–	–	(6.996)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		208.878	33.936	(497.786)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestre/exercícios	4	5.692	180.634	678.420
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestre/exercícios	4	214.570	214.570	180.634
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		208.878	33.936	(497.786)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 - 3º andar - São Paulo - SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: • Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; • Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; • Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados; • Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e • Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 21 de fevereiro de 2022.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment". c) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. d) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. e) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. O Banco, em conformidade com o CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). f) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras. • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício. • Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras. • Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. h) Operações em moeda estrangeira: As operações ativas e passivas, com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício. i) Ativos e passivos: Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. j) Permanente: • Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. • Imobilizado e Intangível: Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. l) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda: O Banco possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos. m) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda, até 30 de junho de 2021. A partir de 1º de julho de 2021, através da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 25%, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. n) Lucro por ações: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. o) Segregação entre Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante e os títulos classificados como disponível para venda são classificados conforme a data de vencimento do papel, independentemente de sua liquidez, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante, está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/20 e pela Resolução CMN nº 4.818/20, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Disponibilidades	2.727	5.235
Aplicações em operações compromissadas	210.871	172.610
Aplicações em depósitos interfinanceiros	972	2.789
Total	214.570	180.634

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R$210.871 (R$172.610 em dezembro de 2020), apresentam taxas médias ao ano de 9,09% (1,8% em dezembro de 2020).

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2021 Até 3 meses	2021 Total	2020 Até 3 meses	2020 De 3 a 6 meses	2020 Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	972	972	2.789	962	3.751
Aplicações em operações compromissadas	210.871	210.871	172.610	–	172.610
Total	211.843	211.843	175.399	962	176.361
Circulante		211.843			176.361

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020:

	2021 Valor de custo	2021 Valor de mercado	2020 Valor de custo	2020 Valor de mercado
Carteira Livre				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	97.113	91.197	82.581	82.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN	212.642	202.544	242.445	242.197
Fundos de Investimento - FICFIM	–	–	691	691
Bonds	12.460	–	12.581	–
Nota Promissória - NP	–	–	15.577	15.696
Debêntures	114.629	49.639	73.856	12.611
Total de carteira própria	436.844	343.380	427.731	353.766
Vinculados a compromissos de recompra				
Debêntures	1.850	1.852	8.343	8.359
Total de vinculados a compromissos de recompra	1.850	1.852	8.343	8.359
Vinculados à prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	28.513	28.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	14.389	14.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F	48.444	45.587	8.727	9.119
Debêntures	–	–	41.120	34.887
Fundos de Investimento - FILCB	16.215	16.215	15.785	15.785
Total de vinculados à prestação de garantias	64.659	61.802	108.534	102.691
Total de títulos e valores mobiliários	503.353	407.034	544.608	464.816

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 por classificação e por prazo:

	2021 Valor de custo	2021 Valor de mercado	2020 Valor de custo	2020 Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Títulos públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)				
De 1 a 3 meses	–	–	28.513	28.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	87.065	81.111	–	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	582	580	1.729	1.772
De 1 a 3 anos	5.865	5.679	5.238	5.518
Total de títulos públicos	93.512	87.370	35.480	35.800
Títulos privados				
Debêntures (**)				
Acima de 3 anos	59.552	–	58.002	–
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	16.215	16.215	16.476	16.476
Total de títulos privados	75.767	16.215	74.478	16.476
Total de títulos para negociação	169.279	103.585	109.958	52.276
Títulos disponíveis para venda				
Títulos públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)				
De 1 a 3 anos	10.048	10.086	96.970	96.961
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	9.895	9.725	1.039	1.064
De 1 a 3 anos	244.744	232.147	243.166	242.962
Total de títulos públicos	264.687	251.958	341.175	340.987
Títulos privados				
Bonds (***)				
De 1 a 3 anos	12.460	–	12.581	–
Nota Promissória				
De 3 a 12 meses	–	–	15.577	15.696
Debêntures (**)				
Até 3 meses	1.035	1.036	–	–
De 3 a 12 meses	6.896	6.931	11.685	7.182
De 1 a 3 anos	21.107	20.987	40.458	41.010
Acima de 3 anos	27.889	22.537	13.174	7.665
Total de títulos privados	69.387	51.491	93.475	71.553
Total de títulos disponíveis para venda	334.074	303.449	434.650	412.540
Circulante	187.105	121.277	138.259	76.218
Não Circulante	316.248	285.757	406.349	388.598
Total de títulos e valores mobiliários	503.353	407.034	544.608	464.816

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$61.802 (R$102.623 em dezembro de 2020) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f). (**) Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R$64.299 (R$62.882 em dezembro de 2020). (***) Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R$12.460 (R$12.581 em dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento". c) Custódia dos títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2021, os títulos públicos, no montante de R$339.328 (R$376.787 em dezembro de 2020), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC e os títulos privados, no montante de R$51.491 (R$71.553 em dezembro de 2020), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R$16.215 (R$16.476 em dezembro de 2020), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos. d) Valor de mercado: Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos. A provisão para os bonds foi calculada com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos. No exercício de 2020, o Banco reconheceu impairment, no montante de R$9.468. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R$13.418 (R$4.649 em dezembro de 2020). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R$(7.380) (R$2.557 negativo em dezembro de 2020), líquidos dos efeitos tributários. A composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

Dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Total
Negociação	103.585	–	103.585
Disponível para venda	288.779	14.670	303.449
Total	392.364	14.670	407.034

Dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Total
Negociação	52.276	–	52.276
Disponível para venda	384.274	28.266	412.540
Total	436.550	28.266	464.816

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte: a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2021 Valor de curva	2021 Ganhos/(Perdas) não realizados	2021 Valor de Mercado	2020 Valor de curva	2020 Ganhos/(Perdas) não realizados	2020 Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	85.543	6.827	92.370	65.454	51.127	116.581
Swap - diferencial a pagar	(54.766)	(4.301)	(59.067)	(45.076)	(29.951)	(75.027)
Total *Swap*	30.777	2.526	33.303	20.378	21.176	41.554
NDF - a receber	852	56	908	1.204	93	1.297
NDF - a pagar	(536)	102	(434)	(2.637)	576	(2.061)
Total *NDF*	316	158	474	(1.433)	669	(764)
Total	31.093	2.684	33.777	18.945	21.845	40.790
Circulante - Ativo			21.369			16.945
Não circulante - Ativo			71.909			100.933
Circulante - Passivo			858			13.620
Não circulante - Passivo			58.643			63.468

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward - NDF", Futuros e Opções, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento:

	2021 Até 3 meses	2021 3 a 12 meses	2021 1 a 3 anos	2021 Acima de 3 anos	2021 Total	2020 Até 3 meses	2020 3 a 12 meses	2020 1 a 3 anos	2020 Acima de 3 anos	2020 Total
"Swap" - posição ativa	5.500	150.471	113.283	13.200	282.454	7.300	30.900	38.800	204.887	281.887
"Swap" - posição passiva	98.384	421	91.516	–	190.322	144.194	1.841	4.494	178.547	329.076
NDF - posição ativa	36.226	5.379	–	–	41.605	3.500	2.000	–	–	5.500
NDF - posição passiva	22.704	–	–	–	22.704	980	7.320	–	–	8.300
Futuros - posição comprada	218.327	214.278	49.607	–	482.212	189.583	157.448	–	24.150	371.181
Futuros - posição vendida	147.328	64.174	176.293	23.874	411.669	29.470	198.669	112.183	45.165	385.487
Total	528.469	434.723	430.699	37.074	1.430.966	375.026	398.178	155.477	452.749	1.381.431

c) Composição por indexador:

	2021 Valor a receber	2021 Valor a pagar	2021 Valor de referência	2020 Valor a receber	2020 Valor a pagar	2020 Valor de referência
Operações de "swap"						
Posição ativa	92.370	–	282.454	116.581	–	281.887
CDI x PRÉ	85.109	–	115.140	110.747	–	147.540
DOLAR VENDA x LIBOR	4.502	–	129.871	146	–	5.800
LIBOR x DÓLAR VENDA	2.759	–	37.443	5.688	–	128.547
Posição passiva	–	(59.067)	190.322	–	(75.027)	329.076
DOLAR VENDA X CDI	–	(375)	98.385	–	(5.605)	200.749
PRÉ x CDI	–	–	–	–	(887)	1.691
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	–	(2.576)	37.443	–	(10.409)	71.992
IPCA x CDI	–	(56.116)	54.494	–	(58.126)	54.644
Total de operações de "swap"	92.370	(59.067)	472.776	116.581	(75.027)	610.963
Operações de NDF						
Posição ativa	908	–	41.605	1.297	–	5.500
Dólar venda	908	–	41.605	1.208	–	5.000
Euro venda	–	–	–	89	–	500
Posição passiva	–	(434)	22.704	–	(2.061)	8.300
Dólar venda	–	(434)	22.704	–	(1.953)	7.450
Euro venda	–	–	–	–	(108)	850
Total de operações de NDF	908	(434)	64.309	1.297	(2.061)	13.800
Operações de futuros						
Posição comprada (*)	2.575	(1.207)	482.212	566	–	371.181
DDI	–	–	431.091	357	–	322.666
DI1	–	–	–	4	–	17.219
DOL	2.575	–	279	190	–	1.036
EUR	–	(1.207)	50.842	15	–	30.260
Posição vendida (*)	–	(7.067)	411.669	–	(1.077)	385.487
DDI	–	(6.856)	97.170	–	(919)	115.811
DI1	–	(211)	189.662	–	(133)	188.278
DOL	–	–	124.837	–	(25)	81.398
Total de operações de futuros	2.575	(8.274)	893.881	566	(1.077)	756.668
Total	95.853	(67.775)	1.430.966	118.444	(78.165)	1.381.431

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação:

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2021	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2020
Operações de "swap"	169.634	303.142	472.776	203.875	407.088	610.963
Operações de NDF	–	64.309	64.309	5.500	8.300	13.800
Futuros - posição comprada	482.212	–	482.212	371.181	–	371.181
Futuros - posição vendida	411.669	–	411.669	385.487	–	385.487
Total	1.063.515	367.451	1.430.966	966.043	415.388	1.381.431

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	2º semestre 2021 Ganho	2º semestre 2021 Perda	2º semestre 2021 Líquido	Exercício 2021 Ganho	Exercício 2021 Perda	Exercício 2021 Líquido	Exercício 2020 Ganho	Exercício 2020 Perda	Exercício 2020 Líquido
"swap"	169.837	(191.028)	(21.191)	384.018	(386.475)	(2.457)	430.364	(465.923)	(35.559)
NDF	7.950	(5.086)	2.864	15.899	(14.623)	1.276	21.573	(26.970)	(5.397)
Opções	32.167	(33.321)	(1.154)	68.004	(68.155)	(151)	–	–	–
Futuros	371.913	(344.239)	27.674	823.317	(823.590)	(273)	656.161	(644.799)	11.362
Total	581.867	(573.674)	8.193	1.291.238	(1.292.843)	(1.605)	1.108.098	(1.137.692)	(29.594)

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia: O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	28.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	14.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	45.587	9.119
Debêntures	–	34.819
Fundo de Investimento - FILCB	16.215	15.785
Total	61.802	102.623

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge": Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R$226.453 (R$177.168 em dezembro de 2020) e vencimentos que variam de janeiro de 2022 a julho de 2023 (janeiro de 2021 a janeiro de 2022 em dezembro de 2020), e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior. O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, é de R$75.194 (R$ 74.009 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita, é de R$218 (despesa de R$ 1.448 no exercício de 2020). O valor dos empréstimos

continua →☆

continuação

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

no exterior, em 31 de dezembro de 2021, é de R$139.644 (R$103.955 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa, é de R$ 228 (receita R$ 332 em dezembro de 2020). A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8 GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. I - Risco de mercado: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria). • Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos. • Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2021, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R$6.569 (R$4.243 em dezembro de 2020). II - Risco de crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário. III - Risco operacional: O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico. IV- Risco de liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. V- Gestão de Capital: A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual. Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento. Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares. As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação:

	2021	2020
Capital de giro	61.402	73.031
Financiamento à exportação	89.203	51.844
Financiamento - BNDES	856	1.664
Total de operações de crédito	151.461	126.539
Confissão de dívida	45.776	37.697
Adiantamento sobre contrato de câmbio	175.248	142.927
Créditos para avais e fianças honrados	–	17.427
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	372.485	324.590
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(47.114)	(60.119)
Circulante	213.469	205.989
Não Circulante	159.016	118.601

b) Composição da carteira por setor de atividade:

	2021	2020
Setor Privado:		
Indústria	197.772	206.041
Comércio	58.856	33.072
Rural	45.208	34.181
Outros	70.650	51.296
Total	372.485	324.590

c) Composição da carteira por vencimento:

	2021 A vencer 01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias	2021 Total	2020 Total
Capital de giro	–	30.283	497	11.646	18.976	61.402	73.031
Financiamento à exportação	–	15.296	11.735	–	62.172	89.203	51.844
Financiamento - BNDES	–	–	–	856	–	856	1.664
Confissão de dívida	–	–	–	–	45.776	45.776	37.697
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC	17.945	30.664	58.576	35.971	32.092	175.248	142.927
Créditos para avais e fiança honrados	–	–	–	–	–	–	17.427
Total	17.945	76.243	70.808	48.473	159.016	372.485	324.590

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	Faixa de Provisão %	2021 Curso Normal	2021 Provisão Resolução 2.682	2021 Provisão Prudencial	2020 Vencidos (*)	2020 Curso Normal	2020 Provisão Resolução 2.682	2020 Provisão Prudencial
AA		8.624	–	–	–		–	–
A	0,50%	68.413	345	–	–	39.982	200	–
B	1,00%	186.514	1.873	–	–	154.521	1.545	–
C	3,00%	–	–	–	–	15.007	450	1.064
D	10,00%	31.737	3.174	1.533	–	18.583	1.858	–
E	30,00%	15.091	4.527	–	6.708	34.664	12.412	4.261
F	50,00%	52.889	26.445	–	–	33.591	16.796	–
H	100,00%	9.217	9.217	–	18.363	3.170	21.533	–
Total		372.485	45.581	1.533	25.071	299.519	54.794	5.325

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Saldo no início	(39.793)	(60.119)	(57.135)
Provisão constituída	(11.046)	(12.278)	(34.577)
Reversão de provisão	4.626	8.509	21.869
Baixa para prejuízo	-	16.774	9.724
Reversão baixa líquida para prejuízo	(901)	–	–
Saldo ao final	(47.114)	(47.114)	(60.119)
Circulante		(19.275)	(38.051)
Não Circulante		(27.839)	(22.068)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados: No segundo semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2021, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo. Em 31 de dezembro de 2020, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado para prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram renegociadas 10 (9 em dezembro de 2020) operações de crédito, no montante total de R$85.816 (R$ 63.700 em dezembro de 2020).

10 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2021	2020
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	179.523	137.700
Direitos sobre venda de câmbio	22.266	11.399
Total	201.789	149.099
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	21.430	11.144
Obrigações por compras de câmbio	172.153	140.585
Total	193.583	151.729

A carteira de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, possui prazo médio de 195 dias (167 dias em dezembro de 2020).

11 OUTROS ATIVOS

a) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Imóvel - Localização	2021 Principal	2021 Provisão	2021 Líquido	2020 Principal	2020 Líquido
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(4.022)	23.866	27.888	24.801
Recanto das Emas - DF	–	–	–	14.322	14.322
Umirim - CE	5.109	(2.829)	2.280	5.109	2.160
Cascavel - CE	7.413	(2.698)	4.715	7.413	4.830
Aquiraz - CE	13.092	(1.018)	12.074	13.092	12.089
Total	53.502	(10.567)	42.935	67.824	58.202
Não Circulante	53.502	(10.567)	42.935		58.202

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e nos meses de maio de 2019 e de julho de 2020. No segundo semestre de 2021, o Banco vendeu o imóvel localizado no Recanto das Emas - DF, pelo montante de R$ 13.500 mil, sendo R$ 675 mil recebido à vista, e o restante pago em 36 parcelas mensais, atualizadas pelo CDI+3,5% a.a. O resultado dessa venda foi uma perda de R$ 822 mil.

b) Diversos

	2021	2020
Impostos e contribuições a compensar	2.254	4.361
Adiantamento e antecipações salariais	309	254
Rendas a receber	12.839	443
Depósitos judiciais (nota nº 16.a)	1.641	191
Despesas antecipadas	518	532
Provisão para a realização de ativos financeiros	(1.255)	(131)
Outros	494	441
Total	16.800	6.091
Circulante	7.268	5.294
Não Circulante	9.532	797

12 INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada:

Dados da controlada	2021 CGD Investimentos	2020 CGD Investimentos
Capital social	12.595	12.595
Patrimônio líquido	23.299	22.833
Lucro líquido nos exercícios	499	134
Participação societária	100%	100%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	23.299	22.833
Total do investimento	23.299	22.833
Resultado de equivalência patrimonial nos exercícios	499	134

b) Movimentação dos investimentos:

	2021 2º Semestre CGD Investimentos	2021 Exercício CGD Investimentos	2020 Exercício CGD Investimentos
Saldo ao início dos semestre/exercícios	22.437	22.833	22.699
Resultado da participação em controlada	862	499	134
Dividendos recebidos	–	(33)	–
Saldos ao final dos semestres/exercícios	23.299	23.299	22.833
Não Circulante	23.299	23.299	22.833

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

a) Depósitos:

	2021	2020
Depósitos à vista	5.890	19.965
Depósitos a prazo	519.853	355.343
De 1 a 90 dias	42.132	90.760
De 91 até 360 dias	285.261	189.395
A vencer após 360 dias	192.460	75.188
Depósitos interfinanceiros	19.413	18.563
De 1 a 90 dias	19.413	18.563
Total de depósitos	545.156	393.871
Circulante	352.696	318.683
Não Circulante	192.460	75.188

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R$527.996 (R$365.572 em dezembro de 2020), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 116% (de 95% a 119% em dezembro de 2020). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R$11.270 (R$8.334 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 4,26% a 13,61% (2,69% a 11,28% em dezembro de 2020).

b) Captações no mercado aberto

	2021 De 1 a 90 dias	2021 Total	2020 Total
Carteira própria: Debêntures	1.830	1.830	8.347
Total de captações no mercado aberto	1.830	1.830	8.347
Circulante		1.830	8.347

c) Recursos de aceites e emissão de títulos: Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R$99.955 (R$132.654 em dezembro de 2020) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 97,5% a 118% (93% a 116% em dezembro de 2020). As letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R$2.713 (R$438 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 4,30% a 12,56% (2,58% a 2,88% em dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R$90.833 (R$132.698 em dezembro de 2020), e acima de 360 dias é de R$11.835 (R$394 em dezembro de 2020).

d) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais: Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R$837 (R$1.629, em dezembro de 2020), com prazo de vencimento em 2022 (com prazo de vencimento em 2022).

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2021 Moeda		2021 Reais	2020 USD	2020 Reais
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	29.195	162.801	45.000	233.859
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	5.000	31.594	2.200	14.027
Total			194.395		247.886
Circulante			194.395		247.886

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. B, e com vencimentos em Janeiro de 2022, no montante de R$ 110.549 (R$ 143.931 em janeiro de 2021), e em abril de 2022, no montante de R$ 83.846 (R$ 103.955 em abril de 2021).

14 PROVISÕES

	2021	2020
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.190	2.176
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	513	503
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 16.a e b)	4.323	3.472
Provisão para despesas de pessoal	2.202	2.063
Fornecedores a pagar	591	781
Outras	258	219
Total	10.077	9.214
Circulante	3.330	3.067
Não Circulante	6.747	6.147

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R$153.929 (R$161.877 em dezembro de 2020) (nota 26.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R$2.190 (R$2.176 em dezembro de 2019), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2021 Curso normal	2021 Provisão	2020 Curso normal	2020 Provisão
AA		34.431	–	36.731	–
A	0,50%	55.799	279	63.131	316
C	3,00%	63.699	1.911	62.015	1.860
Total		153.929	2.190	161.877	2.176

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	2021	2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	–	3.315
Impostos e contribuições a recolher	1.087	961
Outros	20	–
Total	1.107	4.276
Circulante	1.107	4.276

b) Diversas:

	2021	2020
Negociação e Intermediação de Valores	5.703	514
Resultado de Exercícios Futuros	334	105
Relações Interfinanceiras	–	–
Outros	40	1
Total	6.077	620
Circulante	6.077	620

16 PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09. a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, sobre compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R$3.785 (R$3.694 em dezembro de 2020), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2021 Provisão	2021 Depósitos judiciais	2020 Provisão	2020 Depósitos judiciais
Contingências fiscais:				
CETIP(i)	513	–	503	–
Subtotal	513	–	503	–
Contingências cíveis:				
Processos cíveis	–	10	–	10
Subtotal	–	10	–	10
Contingências trabalhistas:				
Recursos trabalhistas	4.323	1.631	3.472	181
Subtotal	4.323	1.631	3.472	181
Total	4.836	1.641	3.975	191

(i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, cujos assessores jurídicos classificaram como perda provável. b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2020	503	3.472	3.975
Constituição (nota nº 24.b)	10	1.524	1.534
Reversão (nota nº 24.a)	–	(152)	(152)
Pagamento	–	(521)	(521)
Saldo em 31/12/2021	513	4.323	4.836

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	4.334	2.902	7.236
Constituição (nota nº 24.b)	796	570	1.366
Pagamento	(4.627)	–	(4.627)
Saldo em 31/12/2020	503	3.472	3.975

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte:

2021

Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais Valor em risco	Valor provisionado	Contingências cíveis e sucumbências Valor em risco	Valor provisionado	Contingências Trabalhistas Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	513	513	–	–	4.323	4.323
Possíveis	3.785	–	22	–	491	–
Remotas	608	–	6	–	–	–
Total	4.906	513	28	–	4.814	4.323
Quantidade	7		2		7	

2020

Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais Valor em risco	Valor provisionado	Contingências cíveis e sucumbências Valor em risco	Valor provisionado	Contingências Trabalhistas Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	503	503	–	–	3.472	3.472
Possíveis	3.804	–	6	–	432	–
Remotas	608	–	17	–	363	–
Total	4.915	503	23	–	4.267	3.472
Quantidade	7		2		8	

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(21.514)	(18.753)	(27.502)
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%	9.682	8.439	12.375
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	162	(57)	142
Despesas com gratificações e benefícios	(18)	(29)	(34)
Resultado de equivalência patrimonial	388	225	60
Diferença alíquota CSLL (*)	(195)	(195)	80
Outros	(13)	(58)	36
Resultado do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios/semestre	9.844	8.382	12.517

(*) A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% para o Banco, com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Através da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 25%, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$87.032 (R$79.051 em dezembro de 2020), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.241	65.456
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	985	979
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda	4.755	4.330
Ajuste de marcação de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	2.139	–
Marcação a mercado de futuros (DDI/DI)	–	4.041
Marcação a mercado títulos disponíveis para venda	6.143	2.448
Provisão para contingências fiscais	231	226
Provisão para contingências trabalhistas	1.946	1.562
Outros	8	9
Base negativa e prejuízo fiscal	2.584	–
Total	87.032	79.051

c) Composição de obrigações diferidas:

	2021	2020
Ajuste de marcação de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	–	(9.386)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(105)	(356)
Marcação a mercado de futuros (DDI/DI)	(5.290)	–
Total de obrigações diferidas	(5.395)	(9.742)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição /realização	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	65.456	2.785	68.241
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	979	6	985
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda	4.330	425	4.755
Ajuste de marcação de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	–	2.139	2.139
Marcação a mercado de futuros (DDI/DI)	4.041	(4.041)	–
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	2.448	3.695	6.143
Provisão para contingências fiscais	226	5	231
Provisão para contingências trabalhistas	1.562	384	1.946
Outros	9	–	8
Base negativa e prejuízo fiscal	–	2.584	2.584
Total	79.051	7.982	87.032
Ajuste de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, Instrumentos financeiros e Empréstimos no exterior	(9.386)	9.386	–
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(356)	251	(105)
Marcação a mercado de futuros (DDI/DI)	–	(5.290)	(5.290)
Saldo de obrigações diferidas	(9.742)	4.347	(5.395)

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição /realização	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.195	11.261	65.456
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	946	33	979
Provisão outros valores e bens imóveis	–	4.330	4.330
Marcação a mercado de futuros (DDI/DI)	8.021	(3.980)	4.041
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	4.194	(1.746)	2.448
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	171	(171)	–
Provisão para contingências fiscais	1.951	(1.725)	226
Provisão para contingências trabalhistas	1.306	256	1.562
Outros	8	–	8
Total	70.792	8.259	79.051
Ajuste de marcação a mercado de TVM, Instrumentos Financeiros e empréstimo no exterior	(15.213)	5.827	(9.386)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(246)	(110)	(356)
Saldo de obrigações diferidas	(15.459)	5.717	(9.742)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas: Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(16.349)	(2.006)	(1.696)	(939)	(6.504)	(59.538)	(87.032)
Obrigações diferidas	5.395	–	–	–	–	–	5.395

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R$80.745 e R$4.841 (R$75.075 e R$9.506 em dezembro de 2020), respectivamente.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R$323.728. b) Dividendos: Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2020, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante de R$4.106, referente ao exercício de 2019. c) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco utilizou a reserva legal, no montante de R$1.710, para absorver parte do prejuízo do exercício. d) Lucro por ação: O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o lucro (prejuízo) por ação diluído é igual ao lucro (prejuízo) por ação básico.

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração: A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago aos Administradores o montante de R$3.077 (R$3.157 em 2020), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Grau de relação	2021 Ativo (passivo)	2021 Receitas (despesas)	2020 Ativo (passivo)	2020 Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	1.267	–	2.873	–
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	23.299	499	22.833	134
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	–	(7)	–
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(19.498)	(825)	(18.620)	(447)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(194.395)	(1.852)	(247.886)	(3.834)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	–	(171)	–
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	–	(2)	–
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	259	573	289	714

O Banco assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2021, com vigência até 18 de dezembro de 2022.

20 LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8% em 01 de janeiro de 2019.

a) Índice da Basileia

	2021	2020
Risco de crédito - PEPR	48.005	46.580
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	2.118	8.924
Risco Operacional - POPR	10.525	13.172
Patrimônio de referência exigido - PRE	60.648	68.676
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	290.281	308.058
Índice de Basileia (*)	38,29%	35,89%
Rban	16.059	13.263
Índice de Basileia Amplo	30,27%	30,08%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

b) Limites de imobilização: As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2021, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,49% (0,50% em 2020).

21 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim representadas:

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	175	2.179	168
Rendas garantias prestadas	1.187	2.353	2.934
Outras	17	29	143
Total	1.379	4.561	3.245

22 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão assim representadas:

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Processamento de dados	4.210	8.601	8.697
Aluguel	2.050	4.003	3.754
Serviços técnicos especializados	871	1.993	1.945
Depreciação e amortização	205	407	613
Serviços do sistema financeiro	468	981	1.059
Viagens	–	3	65
Publicações	46	85	83
Seguros	190	479	393
Manutenção e conservação de bens	124	255	245
Comunicação	162	373	466
Vigilância e segurança	211	423	404
Serviço de terceiros	124	337	332
Transportes	9	27	81
Água, energia e gás	85	160	153
Outras	281	555	535
Total	9.036	18.682	18.825

23 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão representadas por:

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	878	1.756	2.594
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	69	228	36
Despesas de contribuição ao PIS	142	285	421
Outras	14	55	28
Total	1.103	2.324	3.079

24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

a) Outras receitas operacionais

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Recuperação de encargos e despesas	48	76	59
Variação monetária ativa	35	43	114
Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 16.b)	–	152	–
Receita de juros com a venda a prazo de ativo não financeiro	294	294	–
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	–	85	44
Outros	105	125	11
Total	482	775	228

b) Outras despesas operacionais

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 16.b)	(575)	(1.534)	(1.366)
Provisão sobre comissão de fiança	–	–	(3)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(89)	(99)	(117)
Provisão para perdas outros valores e bens (nota nº 11.a)	(945)	(945)	(9.622)
Provisão para realização de ativos financeiros	(1.124)	(1.124)	–
Outras despesas	(2)	(35)	(108)
Total	(2.735)	(3.737)	(11.216)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.253)	(2.962)	(10.988)

25 RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve resultado classificado como não recorrente. O saldo do resultado não recorrente em 31 de dezembro de 2020, líquido dos efeitos fiscais, está assim demonstrado:

Resultado não recorrente	2020 Exercício
Despesa de pessoal	(485)

26 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças: Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	2021	2020
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº 14)	153.929	161.877

b) Benefícios a empregados: A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de contribuição é de R$173 (R$231 em 2020) e foi registrado como despesa de pessoal. c) Contratos de seguros: O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R$99.394 (R$99.394 em 2020). E o período de cobertura se estende até julho de 2022. d) Outras informações: Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo. A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

continua

continuação

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

A Diretoria

Controller - **Lúcio Fábio Tavares Garcia** - CRC 1SP 223.923/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas do **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Resposanbilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações finaceiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Fabricio Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O-9